REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXVIII - Nº 148 - QUINTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2013 - BRASÍLIA-DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Biênio 2013/2014)

PRESIDENTE	HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	ANDRE VARGAS (PT-PR)
2º VICE-PRESIDENTE	FÁBIO FARIA (PSD-RN)
1º SECRETÁRIO	MARCIO BITTAR (PSDB-AC)
2º SECRETÁRIO	SIMÃO SESSIM (PP-RJ)
3º SECRETÁRIO	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL)
4º SECRETÁRIO	BIFFI (PT-MS)
1º SUPLENTE	GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)
2º SUPLENTE	WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE)
3º SUPLENTE	VITOR PENIDO (DEM-MG)
4º SUPLENTE	TAKAYAMA (PSC-PR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1– ATA DA 248ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, EM 28 DE AGOSTO DE 2013

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Expediente

IV – Pequeno Expediente

PRESIDENTE (Marçal Filho) – Leitura de Atos da Presidência sobre a criação da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 140-A, de 2012, acerca da incidência do IPVA sobre veículos aéreos e aquáticos, e sobre a constituição das Comissões Especiais destinadas à apresentação de propostas de reforma do Código Penal e ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 90-A, de 2011, a respeito da inclusão do transporte no rol dos direitos sociais. 36821

LAEL VARELLA (DEM, MG) – Repúdio à pressão exercida sobre o Senado Federal pela Relatora da Organização das Nações Unidas – ONU Gulnara Shahinian, em defesa da aprovação da PEC do Trabalho Escravo, acerca da desapropriação de terras em caso de constatação da prática de trabalho escravo. Repúdio à proposição. Necessidade de reforma da legislação trabalhista brasileira para atendimento das atividades econômicas, sobretudo das do campo. Natureza escravagista do contrato de trabalho de médicos cubanos celebrado pelo Governo brasileiro..... 36823

AMAURI TEIXEIRA (PT, BA) – Anúncio pela Presidenta Dilma Rousseff da aplicação no setor educacional, em 35 anos, de elevado montante de recursos oriundos de *royalties* de petróleo. Artigo publicado no *Blog do Planalto*, intitulado *Governo prevê investimento de R$ 112 bilhões de royalties na Educação em 35 anos*. Apoio ao documento *A luta pela equiparação dos direitos das trabalhadoras domésticas*, elaborado por entidades sindicais. 36824

GERALDO SIMÕES (PT, BA) – Apresentação, por agremiações partidárias, de projeto de decreto legislativo acerca da convocação de plebiscito sobre a reforma política. 36825

CARLOS SOUZA (PSD, AM) – Repúdio à determinação das operadoras de telefonia celular de perda da validade dos créditos de aparelhos pré-pagos, não utilizados dentro do prazo delimitado. Propósito do orador de apresentação de projeto de decreto legislativo para sustação da resolução da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL a respeito do assunto..... 36826

EDINHO BEZ (PMDB, SC) – Operacionalização de novos voos no Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, no Município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina. 36826

ASSIS CARVALHO (PT, PI) – Execução de projeto de urbanização e construção de área coberta no Morro da Cruz, no Município de Oeiras, Estado do Piauí, com recursos de emenda orçamentária de autoria do orador. Realização na Capital Teresina de audiência pública destinada ao debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 368, de 2009, a respeito da prorrogação, por mais 10 anos, da obrigatoriedade de aplicação pela União Federal de recursos no setor de irrigação. Instalação pela Casa da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 140, de 2012, acerca da incidência do IPVA sobre veículos aéreos e aquáticos. 36827

PLÍNIO VALÉRIO (PSDB, AM) – Anúncio de elaboração do relatório final da Comissão Especial destinada ao exame da proposta de prorrogação da Zona Franca de Manaus, Estado do Amazonas.... 36829

ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Como Líder) – Discurso histórico proferido pelo líder negro norte-americano Martin Luther King, há 50 anos, contra a discriminação racial e injustiças sociais..... 36829

PAULO FOLETTO (PSB, ES) – Inauguração de sistema de telefonia rural e lançamento do Projeto Patrulha da Comunidade pelo Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande..... 36832

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE) – Concessão, pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Seção Ceará, do Prêmio de Jornalismo Luiz Cruz de Vasconcelos aos jornalistas Adísia Sá, Edilmar Norões, Nonato Albuquerque e Dimitri Tulio. Rea-

lização pela Casa de sessão solene ao ensejo do transcurso do 80º aniversário da OAB Ceará..... 36832

VALMIR ASSUNÇÃO (PT, BA) – Apresentação, por agremiações partidárias, de projeto de decreto legislativo acerca da realização de plebiscito sobre a reforma política. Realização da III Conferência de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia, sob o tema *Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por uma Bahia Afirmativa*, em Salvador. Tramitação, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, do Projeto de Lei nº 14.692, de 2005, de autoria do orador quando Deputado Estadual, sobre a instituição do Estatuto Estadual de Promoção da Igualdade Racial e Combate a Intolerância Religiosa. Solidariedade a médicos cubanos contratados pelo Governo brasileiro, diante de recepção não amistosa dispensada aos profissionais no Aeroporto Internacional de Fortaleza – Pinto Martins, no Estado do Ceará..... 36832

SILAS CÂMARA (PSD, AM) – Realização, no Estado do Amazonas, de audiência pública para debate de proposta de emenda à Constituição acerca da prorrogação, por mais 50 anos, do prazo de vigência da Zona Franca de Manaus. Defesa de perpetuação do regime fiscal do Polo Industrial.... 36834

FERNANDO MARRONI (PT, RS) – Regozijo com a apresentação, por Deputados da base governista, de projeto de decreto legislativo sobre a realização de plebiscito a respeito da reforma política. 36834

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC) – Atos de violência praticados por torcidas organizadas em estádios de futebol. Importância da aprovação, pela Comissão de Turismo e Desporto, do Projeto de Lei nº 2.210, de 2011, sobre a punição de torcedores por prática de violência..... 36835

GERALDO RESENDE (PMDB, MS) – Defesa de construção do Instituto da Mulher e da Criança – IMC, vinculado ao Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, no Estado de Mato Grosso do Sul..... 36835

RODRIGO DE CASTRO (PSDB, MG) – Inauguração do Centro Cultural Banco do Brasil em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Expansão do Circuito Cultural Praça da Liberdade, na Capital mineira. 36836

MARLLOS SAMPAIO (PMDB, PI) – Crise no fornecimento de energia elétrica nos Municípios de Valença do Piauí, Lagoa do Sítio e Novo Oriente do Piauí. Má qualidade dos serviços prestados pela ELETROBRAS no Estado. Expectativa quanto à adoção de providências a respeito do assunto pelo Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão... 36837

NEWTON CARDOSO (PMDB, MG) – Repúdio às acusações levianas de órgãos da imprensa contra o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade..... 36837

RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE) – Criação do piso salarial nacional e do plano de carreira dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. 36837

COSTA FERREIRA (PSC, MA) – Descumprimento de cláusulas contratuais e baixa qualidade dos serviços prestados aos usuários pelas operadoras de planos de saúde privados..... 36838

JANETE ROCHA PIETÁ (PT, SP) – *Repúdio às manifestações hostis e preconceituosas contra médicos cubanos contratados pelo Governo brasileiro. Acerto da instituição do Programa Mais Médicos.* Contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. *Comemoração do Dia do Bancário e do 30º aniversário de fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT.*..... 36838

ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB, SP) – Acerto da decisão do Tribunal Superior Eleitoral de manutenção do mandato do Prefeito Francisco Carlos Moreira dos Santos, do Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo. 36839

DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB, SP) – Participação na Comissão Externa destinada à investigação do homicídio do trabalhador rural Welbert Cabral Costa em fazenda de propriedade do banqueiro Daniel Dantas. Empenho na criação da CPI destinada à apuração de denúncias contra o ex-Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos..... 36839

IRINY LOPES (PT, ES) – Presença da Presidenta Dilma Rousseff no Senado Federal, para recebimento do relatório final da CPMI destinada à investigação de atos de violência contra a mulher. Enfretamento pelo Governo Federal da violência doméstica contra as mulheres e da crise da saúde pública. 36839

DÉCIO LIMA (PT, SC) – Acerto da criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC..... 36839

FERNANDO FERRO (PT, PE) – Discurso histórico proferido pelo líder negro norte-americano, Martin Luther King Jr., há 50 anos, contra a discriminação racial e injustiças sociais..... 36840

MARÇAL FILHO (PMDB, MS) – Aquisição, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, de retroescavadeiras e motoniveladoras para o Município de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul. Importância de construção e manutenção de estradas vicinais no Estado. 36840

JANETE CAPIBERIBE (PSB, AP) – Construção da Maternidade de Parto Normal, em Macapá, Estado do Amapá. 36840

LINCOLN PORTELA (Bloco/PR, MG) – Empenho na aprovação, pela Comissão de Legislação Participativa, do projeto de lei de iniciativa popular acerca da destinação de 10% da receita bruta da

União para a saúde pública, apresentado pelo Movimento Saúde + 10..... 36841

GIOVANI CHERINI (PDT, RS) – Instalação da Frente Parlamentar em Defesa das Terapias Integrativas na Saúde (Frente Holística)..... 36841

ELIENE LIMA (PSD, MT) – Realização do 1º Fórum Brasil Central do Agronegócio, no Município de Sinop, Estado de Mato Grosso. Temas incluídos na pauta do evento. 36841

RONALDO NOGUEIRA (PTB, RS) – Apoio ao Projeto de Lei nº 6.170, de 2013, sobre a regulamentação das atividades de operador de *marketing* multinível. Apelo ao Governo Federal de regulamentação da atividade de operador de *marketing* de rede..... 36842

MARCOS ROGÉRIO (PDT, RO) – Recuperação do Aeroporto Regional José Coleto, no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia..... 36842

GONZAGA PATRIOTA (PSB, PE) – Reunião de Parlamentares no Município de Serra Talhada, Estado de Pernambuco, para debate da construção de ramais da Adutora do Pajeú. Renovação de processos de decretação de estado de emergência em municipalidades atingidas pela estiagem na região do Agreste pernambucano..... 36842

JOÃO ANANIAS (PCdoB, CE) – Realização pelo Centro Industrial do Ceará do Seminário Integra Brasil – Fórum Nordeste no Brasil e no Mundo, em Fortaleza, Estado do Ceará. Elaboração de plano de desenvolvimento da Região Nordeste..... 36843

VALDIR COLATTO (PMDB, SC) – Necessidade de ações do Governo Federal para a solução de conflitos entre indígenas e proprietários rurais pela posse da terra no País..... 36843

ELIENE LIMA (PSD, MT – Pela ordem) – Defesa da inclusão de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, no rol de Municípios contemplados pelo Projeto de Lei nº 4.264-D, de 2012, a respeito da indenização devida a ocupante de cargo efetivo em exercício em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos em região de fronteira..... 36844

JORGE BOEIRA (Sem Partido, SC) – Eleição do professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Mestre e Doutor em Termodinâmica, Sérgio Colle, para membro da Academia Brasileira de Engenharia... 36845

PAULO FEIJÓ (Bloco/PR, RJ) – Fracasso da concessão de ferrovias à iniciativa privada. Presença, na Casa, do Prefeito Pedro Jorge Cherene Júnior, do Município de São Francisco de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro. Concessão ao orador da Medalha Engenheiro Paulo de Frontin, pela Associação de Engenheiros Ferroviários – AENFER. Sucateamento da infraestrutura de transportes no País. Recuperação do sistema ferroviário nacional..... 36845

IRINY LOPES (PT, ES – Pela ordem) – Apresentação, por agremiações partidárias, de projeto de decreto legislativo acerca da realização de plebiscito sobre a reforma política. Responsabilidade dos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff pela elevação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. Regozijo com o desempenho do Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, junto ao IDHM. 36846

ELEUSES PAIVA (PSD, SP) – Apoio à contratação de médicos estrangeiros capacitados para o exercício da medicina no País. Repúdio às condições impostas aos médicos cubanos contratados pelo Governo brasileiro..... 36847

SIBÁ MACHADO (PT, AC) – Empenho do Deputado José Guimarães na convocação de plebiscito sobre a reforma política..... 36848

JOSÉ STÉDILE (PSB, RS) – Apresentação do Projeto de Lei nº 6.111, de 2013, coibitivo da prática de oferta de brindes, brinquedos, bonificações ou prêmios associados à aquisição de alimentos e bebidas prejudiciais ao público infantil..... 36848

RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE. Pela ordem) – Realização do *17º Seminário Nordestino de Pecuária*, no Estado do Ceará. Discussão do tema *Viver Bem no Semiárido* durante o evento. Conveniência da implantação de Centros Educacionais Tecnológicos em perímetros irrigados..... 36849

EDUARDO AZEREDO (PSDB, MG) – Importância da adoção de medidas de combate aos acidentes automobilísticos..... 36850

CELSO MALDANER (PMDB, SC) – Defesa, pelo orador, de instalação de *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS em São Miguel do Oeste e implantação do curso de Medicina no *campus* de Chapecó, em Santa Catarina. Exportação de carne suína para o Japão pelo Estado de Santa Catarina. Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de Projeto de Lei nº 7.416, de 2010, sobre a inclusão do comércio de carne suína na Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal. 36850

JOÃO CAMPOS (PSDB, GO) – Falecimento do Vereador Maxwell da Silva Gomes, o Maxwell do Hospital, da Câmara Municipal de Rio Verde, Estado de Goiás. 36851

BENEDITA DA SILVA (PT, RJ) – Transcurso do 30º aniversário de criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT..... 36851

V – Grande Expediente

BETO FARO (PT, PA) – Avanços sociais no País, particularmente no Estado do Pará, conforme dados do *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*, estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e a Fundação João Pinheiro. Im-

portância de programas sociais implantados pelo Governo petista. 36852

Aparteantes: VANDERLEI SIRAQUE (PT, SP), MIRIQUINHO BATISTA (PT, PA)..... 36853

FRANCISCO CHAGAS (PT, SP – Pela ordem) – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 301, de 2013, proibitiva da tributação de medicamentos de uso humano..... 36855

JOSÉ AUGUSTO MAIA (PTB, PE – Pela ordem) – Falecimento de piloto de *motocross* natural do Município de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco..... 36856

FABIO REIS (PMDB, SE – Pela ordem) – Realização da 50ª Vaquejada do Município de Lagarto, Estado de Sergipe. Defesa de adoção do orçamento impositivo. Necessidade de reexame da relação institucional entre os Poderes Executivo e Legislativo. 36856

PRESIDENTE (Marçal Filho) – Presença do ex-Deputado Santinho Furtado no plenário..... 36858

MILTON MONTI (Bloco/PR, SP – Pela ordem) – Realização da 58ª Festa do Peão de Barretos, no Estado de São Paulo. 36858

MIRIQUINHO BATISTA (PT, PA – Pela ordem) – Transcurso do 157º aniversário de criação do Município de Moju, Estado do Pará. Realização, pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, de reunião destinada ao debate do Plano de Desenvolvimento do Marajó. Realização, pela CPI destinada à investigação do tráfico de seres humanos, de audiências públicas nos Municípios de Belém, Santarém e Oiapoque, Estado do Pará. 36858

PAULO MAGALHÃES (PSD, BA) – Recuperação dos índices de popularidade da Presidenta Dilma Rousseff. Presença da Presidenta da República no Congresso Nacional, para recebimento do relatório final da CPMI destinada à investigação de atos de violência contra a mulher. Importância de aprovação do projeto de lei, de autoria do orador, sobre a criação do Programa Nacional de Regularização dos Imóveis Urbanos – PRONARIM. Empenho do Governo Federal na melhoria dos serviços de fornecimento de energia elétrica no País. 36859

Aparteante: BRUNO ARAÚJO (PSDB, PE). 36859

ZÉ GERALDO (PT, PA – Pela ordem) – Anúncio de lançamento, pelo Governo Federal, do Programa Nacional de Professores Visitantes na Educação Básica – Programa Mais Professores..... 36861

ANTONIO IMBASSAHY (PSDB, BA – Pela ordem) – Ocorrência de novo blecaute na Região Nordeste. Incompetência do Governo petista na gestão do setor elétrico nacional..... 36862

KEIKO OTA (PSB, SP – Pela ordem) – Transcurso da data do sequestro e assassinato do filho da oradora de 8 anos de idade, Ives Ota. Tramitação na Casa do Projeto de Lei nº 3.017, de 2011, de autoria da Parlamentar, sobre a instituição do Dia Nacional do Perdão..... 36862

SIBÁ MACHADO (PT, AC – Pela ordem) – Repúdio ao tratamento discriminatório dispensado aos médicos estrangeiros contratados por meio do Programa Mais Médicos, especialmente aos profissionais cubanos..... 36863

RONALDO BENEDET (PMDB, SC – Pela ordem) – Aplausos ao Deputado Fábio Trad pela atuação à frente da Comissão Especial destinada à reformulação do Código de Processo Civil. Paralisação de obras públicas no País em decorrência de entraves burocráticos..... 36863

SANDRO ALEX (PPS, PR – Pela ordem) – Apelo ao Governo Federal de abertura de negociações com os funcionários do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT em greve por reajuste salarial. 36864

JOSÉ ROCHA (Bloco/PR, BA – Pela ordem) – Concessão do Prêmio Cosme de Farias ao Prefeito Municipal de Coribe, Manuel Azevedo Rocha, pelo desempenho da municipalidade junto ao programa Todos pela Alfabetização – TOPA, no Estado da Bahia..... 36864

PAULO MAGALHÃES (PSD, BA – Pela ordem) – Transcurso do aniversário natalício do Vice-Governador do Estado da Bahia, Otto Alencar. Conclusão de obra viária entre os Municípios de Jacaraci e Mortugaba..... 36864

MAJOR FÁBIO (DEM, PB – Pela ordem) – Manifestação de pesar pelo falecimento de policiais militares no Estado da Paraíba. Recrudescimento da criminalidade no País. Realização de reunião de grupo de trabalho da Câmara dos Deputados destinado ao debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, sobre a criação do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares. 36864

FABIO TRAD (PMDB, MS – Pela ordem) – Efeitos da burocracia tributária sobre a economia brasileira. 36865

GIOVANI CHERINI (PDT, RS – Pela ordem) – Concessão pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul de financiamento à Cooperativa Agropecuária e Industrial Cotrijal, instalada no Município de Não-Me-Toque..... 36866

ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (PMDB, SC – Pela ordem) – Apresentação de projeto de lei sobre o registro de nascimento de criança na municipalidade de origem..... 36866

EUDES XAVIER (PT, CE – Pela ordem) – Nota de desagravo aos médicos estrangeiros contratados pelo Governo brasileiro, elaborada pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará em conjunto com o Conselho Estadual da Saúde do Ceará e o Ministério da Saúde. 36866

JÚLIO CAMPOS (DEM, MT – Pela ordem) – Defesa de rejeição do dispositivo inserido pelo Senador José Pimentel no projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação – PNE, a respeito da transferência para o sistema regular de ensino dos alunos do sistema APAE – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais..... 36867

ÁTILA LINS (PSD, AM – Pela ordem) – Inauguração do Porto de Beruri pelo Governador em exercício do Estado do Amazonas, José Melo. 36869

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC – Pela ordem) – Associação aos pronunciamentos dos Deputados Rogério Peninha Mendonça e Júlio Campos, respectivamente, sobre o registro de nascimento de crianças na municipalidade de origem e a transferência para a rede regular de ensino do alunato do sistema APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais..... 36869

DAMIÃO FELICIANO (PDT, PB – Pela ordem) – Instalação de unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET no Município de Areia, Estado da Paraíba. 36870

URZENI ROCHA (PSDB, RR – Pela ordem) – Posicionamento do orador contrário ao Programa Mais Médicos, lançado pelo Governo Federal. Necessidade de realização de investimentos na melhoria das condições de trabalho dos médicos brasileiros. 36870

PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT, PE – Pela ordem) – Defesa de revogação da decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, favorável à cassação do mandato do Prefeito Municipal de Petrolina, Júlio Lóssio..... 36870

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE – Pela ordem) – Eleição dos Deputados José Mentor e Bonifácio de Andrada, respectivamente, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 147-A, de 2012, a respeito da remuneração dos auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil, dos auditores-fiscais do trabalho e do grau ou nível máximo da carreira dos servidores do Banco Central do Brasil. 36871

EDINHO ARAÚJO (PMDB, SP – Pela ordem) – Apelo ao Senado Federal de manutenção do texto do projeto de lei aprovado pela Casa, relativo às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs..... 36871

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC – Pela ordem) – Apoio a documento elaborado em defesa das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs. Apelo à Presidência de início da Ordem do Dia. 36872

SILAS CÂMARA (PSD, AM – Pela ordem) – Imediata implantação do Programa Luz para Todos em Municípios do Estado do Amazonas. 36872

DUARTE NOGUEIRA (PSDB, SP – Pela ordem) – Crise da saúde pública brasileira. Protesto contra a forma de instituição do Programa Mais Médicos pelo Governo Federal. Inadmissibilidade de atribuição aos profissionais médicos, pelo Governo petista, da responsabilidade pelo caos da saúde no País..... 36872

ARNALDO JORDY (PPS, PA – Pela ordem) – Ajuizamento, pelo Governador do Estado do Pará, de ação de direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal por omissão na regulamentação da chamada Lei Kandir. 36873

ROSANE FERREIRA (PV, PR – Pela ordem) – Superlotação carcerária no País. Posicionamento da oradora contrário à redução da maioridade penal. Importância de cumprimento das determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente. 36873

MARCOS ROGÉRIO (PDT, RO – Pela ordem) – Necessidade de decisão da Casa a respeito da redução da maioridade penal. 36875

SIBÁ MACHADO (PT, AC – Pela ordem) – Participação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na inauguração da terceira etapa do Centro de Produção de Alevinos do Complexo Industrial do Peixe, no Estado do Acre..... 36875

ASSIS MELO (PCdoB, RS – Pela ordem) – Realização do 3º Congresso Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, em São Paulo, Estado de São Paulo. Eleição do bancário Adilson Araújo para a presidência da entidade..... 36876

PADRE TON (PT, RO – Pela ordem) – Realização do movimento Grito da Terra Brasil, no Estado de Rondônia. Reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais rondonienses. 36879

CARLOS SOUZA (PSD, AM – Pela ordem) – Realização, pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, de audiência pública destinada ao debate da prorrogação, por mais 50 anos, do prazo de vigência da Zona Franca de Manaus. Maior atenção do Governo Federal para com as demandas do Estado..... 36880

ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB, SP – Pela ordem) – Transcurso do 34º aniversário da Lei da Anistia. Morosidade do Governo Federal no atendimento a pedidos de concessão de anistia..... 36881

FÁTIMA BEZERRA (PT, RN – Pela ordem) – Acerto da iniciativa de agremiações partidárias de apresentação do projeto de decreto legislativo acerca da realização de plebiscito sobre a reforma política. 36885

MIRIQUINHO BATISTA (PT, PA – Pela ordem) – Atividades promovidas, nos Estados do Pará e Amapá, pela CPI destinada à investigação do tráfico de seres humanos. Realização, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, de debate sobre o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, em Belém..... 36886

NEWTON CARDOSO (PMDB, MG – Pela ordem) – Realização de ato de protesto contra a violência e a falta de segurança pública, no Município de Pitangui, Estado de Minas Gerais. Apelo ao Governo Antonio Anastasia de atendimento às reivindicações dos manifestantes..... 36886

JOSÉ AIRTON (PT, CE – Pela ordem) – Repúdio às manifestações hostis de médicos e estudantes de medicina brasileiros contra médicos estrangeiros contratados pelo Governo Federal em Fortaleza, Estado do Ceará. Apoio à contratação de médicos cubanos pelo Governo brasileiro..... 36887

PRESIDENTE (André Vargas) – Repúdio da Presidência às manifestações hostis contra médicos estrangeiros contratados pelo Governo brasileiro. 36887

ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Pela ordem) – Repúdio à discriminação praticada contra trabalhadores imigrantes no País. 36888

SIMÃO SESSIM (PP, RJ – Pela ordem) – Presença no plenário do Prefeito Max Lemos e do Vereador Getúlio do Tutu, do Município de Queimados, Estado do Rio de Janeiro..... 36888

IVAN VALENTE (PSOL, SP – Pela ordem) – Defesa da adoção de providências legais acerca de manifestações racistas e xenofóbicas contra médicos cubanos contratados pelo Governo brasileiro em Fortaleza, Estado do Ceará..... 36888

VI – Ordem do Dia

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 616, de 2013, que abre crédito extraordinário a favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 2.932.125.346,00 para os fins que especifica. 36892

Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado SIBÁ MACHADO (PT, AC)..... 36892

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Encerramento da discussão. 36893

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Votação e aprovação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária. 36893

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária. 36893

Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado SIBÁ MACHADO (PT, AC). 36893

ELISEU PADILHA (PMDB, RS – Pela ordem) – Consulta à Presidência sobre a matéria em votação. 36893

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Resposta ao Deputado Eliseu Padilha. 36893

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ELISEU PADILHA (PMDB, RS), EMANUEL FERNANDES (PSDB, SP), ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC), LÁZARO BOTELHO (PP, TO), PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM, TO), MÁRIO HERINGER (PDT, MG), EDSON SILVA (PSB, CE), ERIVELTON SANTANA (PSC, BA), ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ), RUBENS BUENO (PPS, PR), IVAN VALENTE (PSOL, SP), JANDIRA FEGHALI (PCdoB, RJ), NILMAR RUIZ (PEN, TO), JOSÉ CHAVES (PTB, PE). 36893

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Aprovação do parecer. 36894

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Votação e aprovação de requerimento de preferência para a votação da medida provisória sobre o projeto de lei de conversão. 36894

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Votação da Medida Provisória nº 616, de 2013, ressalvados os destaques. 36895

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados SIBÁ MACHADO (PT, AC), ELISEU PADILHA (PMDB, RS), EMANUEL FERNANDES (PSDB, SP), ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC), ROBERTO BRITTO (PP, BA), ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ), MÁRIO HERINGER (PDT, MG), EDSON SILVA (PSB, CE), ERIVELTON SANTANA (PSC, BA), PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM, TO), RUBENS BUENO (PPS, PR), IVAN VALENTE (PSOL, SP), ROSANE FERREIRA (PV, PR), NILMAR RUIZ (PEN, TO), EMANUEL FERNANDES (PSDB, SP). 36895

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Aprovação da medida provisória. 36896

Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado COLBERT MARTINS (PMDB, BA). 36896

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Não submissão a votos das Emendas de nºs 1 a 6, tendo em vista o parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pela inadmissibilidade..... 36896

Votação da redação final..... 36896

Encaminhamento da matéria ao Senado Federal, incluindo o processado. 36896

COLBERT MARTINS (PMDB, BA – Pela ordem) – Ocorrência de blecaute em várias regiões do Nordeste brasileiro. 36896

LUCI CHOINACKI (PT, SC – Pela ordem) – Nota de esclarecimento sobre a anunciada desativação de Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs. 36896

ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Pela ordem) – Situação funcional do Deputado Zoinho no caso de determinação, pelo Tribunal Superior Eleitoral, da retomada do mandato pelo Prefeito cassado do Município de Volta Redonda, Estado do Rio de

Janeiro. Apresentação de proposta de emenda à Constituição acerca da alteração de dispositivos constitucionais em benefício do Parlamentar eleito Presidente da República, Governador ou Prefeito Municipal..... 36897

ARNALDO JARDIM (PPS, SP – Pela ordem) – Ocorrência de blecaute em regiões do Nordeste brasileiro. Ações adotadas pelo orador com relação ao assunto. 36898

CHICO ALENCAR (PSOL, RJ – Pela ordem) – Discurso proferido pelo líder negro norte-americano Martin Luther King Jr., há 50 anos, contra a discriminação racial e as injustiças sociais. Repúdio às manifestações preconceituosas, racistas e xenofóbicas contra os médicos cubanos contratados pelo Governo brasileiro. Posicionamento do PSOL com relação ao Programa Mais Médicos, lançado pelo Governo Federal. Necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS. Imediata instalação da CPI destinada à investigação de denúncias de irregularidades e práticas abusivas dos serviços de planos de saúde. 36899

EDSON SANTOS (PT, RJ – Pela ordem) – Pedido à Presidência de distribuição de cópias de requerimento à bancada do PT. 36901

DR. UBIALI (PSB, SP – Pela ordem) – Extinção de escolas das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs com a alteração, pelo Senador José Pimentel, da Meta 4 constante no projeto de lei sobre a criação do no Plano Nacional de Educação – PNE. 36901

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Informação ao Deputado Dr. Ubiali sobre o resgate, pela Câmara dos Deputados, do texto do projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação – PNE aprovado na Casa, no tocante à Meta 4. 36902

ANTONIO IMBASSAHY (PSDB, BA – Pela ordem) – Exigência de adoção, pela Presidenta Dilma Rousseff, de providências a respeito da ocorrência de novo blecaute na Região Nordeste. 36902

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Votação do Requerimento nº 8.449, de 2013, de moção de apoio ao diplomata brasileiro Eduardo Saboia, diante da ação adotada a respeito da situação do senador boliviano e líder da oposição ao governo Evo Morales, Roger Pinto Molina. 36902

SARNEY FILHO (PV, MA – Pela ordem) – Posicionamento do orador sobre a votação do requerimento de moção de apoio ao diplomata brasileiro. 36903

IVAN VALENTE (PSOL, SP – Pela ordem) – Adesão do PSOL ao posicionamento do Líder do PV no tocante à votação do requerimento de apoio ao diplomata brasileiro. 36903

JOSÉ GUIMARÃES (PT, CE – Pela ordem) – Adesão do PT ao posicionamento do Líder do PV no tocante à votação do requerimento de apoio ao diplomata brasileiro. 36904

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado RONALDO CAIADO (DEM, GO). 36904

ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Pela ordem) – Necessidade de discussão do requerimento de moção de apoio ao diplomata brasileiro. 36904

MENDONÇA FILHO (DEM, PE – Pela ordem) – Conveniência de discussão do requerimento de moção de apoio ao diplomata brasileiro. 36904

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Retirada, de ofício, do requerimento de moção. 36904

RONALDO CAIADO (DEM, GO) – Questão de ordem sobre a decisão da Presidência de retirada do requerimento de moção..... 36904

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Resposta ao Deputado Ronaldo Caiado. 36904

MENDONÇA FILHO (DEM, PE – Pela ordem) – Defesa da submissão de requerimento sobre a mesa à deliberação do Plenário. 36904

PRESIDENTE (Andre Vargas) – Encerramento da Ordem do Dia. 36905

RONALDO CAIADO (DEM, GO) – Questão de ordem sobre a retirada de requerimento da pauta. 36905

PRESIDENTE (André Vargas) – Resposta ao Deputado Ronaldo Caiado..... 36905

JOSÉ GUIMARÃES (PT, CE – Como Líder) – Apoio à Presidência pela retirada de matéria da pauta. Solidariedade a médicos estrangeiros contratados pelo Governo Federal. Repúdio a manifestações preconceituosas realizadas por médicos brasileiros contra profissionais de Cuba, em Fortaleza, Estado do Ceará. Êxito do Programa Mais Médicos. Realização pelo Governo Federal de investimentos na saúde pública. Encaminhamento à Presidenta Dilma Rousseff de projeto de decreto legislativo relativo à realização de plebiscito sobre a reforma política. 36905

RONALDO CAIADO (DEM, GO – Como Líder) – Natureza escravagista da contratação de médicos cubanos pelo Governo brasileiro. Defesa da concessão de asilo político aos médicos cubanos pelo Brasil. Baixos investimentos realizados pelo Governo petista na saúde pública. 36907

HUGO NAPOLEÃO (PSD, PI – Pela ordem) – Defesa da rejeição de requerimento de moção de solidariedade ao diplomata Eduardo Saboia, diante de fatos ocorridos na Embaixada do Brasil, na Bolívia. 36909

RAUL HENRY (PMDB, PE – Pela ordem) – Solidariedade do PMDB ao Prefeito Júlio Lóssio, do Município de Petrolina, Estado de Pernambuco, diante da decisão judicial pela cassação do seu mandato. 36909

OSMAR TERRA (PMDB, RS – Pela ordem) – Associação ao discurso do Deputado Raul Henry em solidariedade ao Prefeito Júlio Lóssio, do Município de Petrolina, Estado de Pernambuco. 36909

RUBENS BUENO (PPS, PR – Como Líder) – Ocorrência de novo blecaute na Região Norte. Crise nos setores da saúde, educação, infraestrutura e diplomacia brasileiros. Repúdio ao tratamento dispensado aos médicos cubanos contratados pelo Governo brasileiro..... 36909

RODRIGO DE CASTRO (PSDB, MG – Pela ordem) – Responsabilidade do Governo Dilma Rousseff pelo blecaute ocorrido na Região Nordeste. Sucateamento do setor energético brasileiro. 36910

WASHINGTON REIS (PMDB, RJ – Pela ordem) – Agradecimento ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, pela realização de obras públicas no Município de Duque de Caxias. Êxito do Programa Bairro Novo, implantado na comunidade Sem Terra, na municipalidade..... 36910

SIMÃO SESSIM (PP, RJ – Pela ordem) – Agradecimento ao Governo do Estado do Rio de Janeiro pela realização de obras públicas em Municípios da Baixada Fluminense. Transcurso do 66º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de São João de Meriti. Outorga ao orador do título de Cidadão Honorário Marinheiro João Cândido pela Câmara Municipal de São João de Meriti. 36911

NEWTON LIMA (PT, SP – Pela ordem) – Participação do orador na formatura de alunos inscritos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, no Município de Campinas, Estado de São Paulo. Tramitação na Casa de projeto de decreto legislativo acerca da realização de plebiscito sobre a reforma política. 36911

NELSON PELLEGRINO (PT, BA – Pela ordem) – Apresentação de requerimento à Comissão de Minas e Energia de realização de audiência pública com a presença da Presidenta da PETROBRAS, Maria das Graças Foster, destinada ao debate dos investimentos realizados pela empresa no País. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, sobre a regulamentação de serviços terceirizados. 36912

AMAURI TEIXEIRA (PT, BA – Pela ordem) – Quebra de hierarquia por diplomata brasileiro no apoio à fuga de Senador boliviano para o Brasil. . 36912

FERNANDO FERRO (PT, PE – Pela ordem) – Razões do blecaute ocorrido na Região Nordeste. 36913

EDINHO BEZ (PMDB, SC – Pela ordem) – Transcurso do 58º aniversário de criação da Escola Técnica de Comércio de Tubarão, no Estado de Santa Catarina. 36913

FRANCISCO CHAGAS (PT, SP – Pela ordem) – Comemoração do 30º aniversário de fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Votação pela Casa de proposições de interesse dos trabalhadores brasileiros. 36914

BENEDITA DA SILVA (PT, RJ – Pela ordem) – Apoio à contratação de médicos estrangeiros pelo Governo Federal. Repúdio às manifestações hostis, racistas e xenofóbicas promovidas contra médicos cubanos, em Fortaleza, Estado do Ceará. 36915

ARMANDO VERGÍLIO (PSD, GO – Pela ordem) – Contrariedade ao despacho proferido pelo Ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal, no Inquérito nº 3.721, a respeito de supostas irregularidades praticadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. 36916

ONYX LORENZONI (DEM, RS – Pela ordem) – Estudo realizado pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul a respeito dos custos de produção do setor agrícola. 36918

OSMAR TERRA (PMDB, RS – Pela ordem) – Concessão de tratamento e salários dignos aos médicos estrangeiros contratados pelo Governo brasileiro. 36918

NILSON LEITÃO (PSDB, MT – Como Líder) – Ocorrência de novo blecaute na Região Nordeste. Incompetência do Governo petista na gestão do setor elétrico nacional. Natureza publicitária do Programa Mais Médicos. 36918

PRESIDENTE (Simão Sessim) – Manutenção do painel para a sessão extraordinária. 36919

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS:

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE) – Redução das reservas hídricas na Região Nordeste. Urgente adoção de medidas governamentais para enfrentamento dos efeitos da estiagem no Nordeste brasileiro. 36919

CARLOS BRANDÃO (PSDB, MA) – Entusiasmo com a aprovação pela Casa, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 565, de 2006, a respeito da execução obrigatória de emendas orçamentárias, o chamado orçamento impositivo. Conveniência de adoção da medida também no âmbito estadual. 36920

MENDONÇA PRADO (DEM, SE) – Relevância do papel desenvolvido pela Pastoral da Juventude..... 36920

FERNANDO JORDÃO (PMDB, RJ) – Transcurso do Dia do Soldado. Relevância do papel desenvolvido pelas Forças Armadas brasileiras..... 36921

JORGE TADEU MUDALEN (DEM, SP) – Apresentação do Projeto de Lei nº 6.198, de 2013, sobre a proibição do uso de máscaras e outros materiais para esconder o rosto durante manifestações populares..... 36921

NILDA GONDIM (PMDB, PB) – Descaso do Governador do Estado da Paraíba, Ricardo Coutinho, com a execução de recursos destinados ao combate aos efeitos da seca..... 36923

MÁRCIO MACÊDO (PT, SE) – Exortação aos Parlamentares da Casa para a votação e aprovação da Medida Provisória nº 616, de 2013, que libera recursos para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES e abre crédito às

prefeituras municipais para amparo a estudantes de baixa renda em faculdades privadas..... 36923

ANTONIO BULHÕES (PRB, SP) – Defesa de vinculação da extinção do voto secreto nas votações das duas Casas do Congresso Nacional à adoção do orçamento impositivo..... 36923

HENRIQUE OLIVEIRA (Bloco/PR, AM) – Realização, pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, de seminário sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 506, de 2010, acerca da prorrogação, por mais 50 anos, dos benefícios para a Zona Franca de Manaus, Estado do Amazonas. 36924

STEFANO AGUIAR (PSC, MG) – Celeridade na tramitação, pelo Senado Federal, do projeto de lei sobre a instituição do Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio 2011-2020..... 36925

SANDES JÚNIOR (PP, GO) – Impacto do programa Bolsa Família na redução da mortalidade infantil. 36926

WALTER FELDMAN (PSDB, SP) – Assassinato do líder religioso Ataollah Rezvani, membro da comunidade bahá'í, na República Islâmica do Irã. Repúdio à perseguição religiosa praticada naquele país..... 36927

VII – ENCERRAMENTO

2– ATA DA 249ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, NOTURNA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, EM 28 DE AGOSTO DE 2013

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Expediente

IV – Breves Comunicações

AKIRA OTSUBO (PMDB, MS) – Anúncio de realização, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Casa, de audiência pública destinada ao debate da situação da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A – ENERSUL, em dificuldades financeiras. 36936

RUBENS BUENO (PPS, PR) – Sugestão à Presidência para início da Ordem do Dia..... 36936

PRESIDENTE (Simão Sessim) – Resposta ao Deputado Rubens Bueno. 36936

FRANCISCO FLORIANO (Bloco/PR, RJ) – Denúncias veiculadas por órgãos da imprensa a respeito do descumprimento da carga horária por médicos do Hospital Estadual Roberto Chabo, no Município de Araruama, Estado do Rio de Janeiro. Exigência de punição dos profissionais envolvidos no esquema. 36937

WASHINGTON REIS (PMDB, RJ) – Aquisição, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, de ambulâncias para atendimento à população da Baixada Fluminense. Compromisso do Governador Sérgio Cabral de construção de hospital no Município de Duque de Caxias..... 36937

MOREIRA MENDES (PSD, RO) – Visita do orador aos Municípios de São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques, Estado de Rondônia. Precariedade da malha rodoviária federal rondoniense..... 36937

BENEDITA DA SILVA (PT, RJ) – Homenagem à memória do poeta abolicionista *Luís* Gonzaga Pinto da *Gama*..... 36938

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC) – Solicitação à Presidência de início da Ordem do Dia. 36938

PRESIDENTE (Simão Sessim) – Resposta ao Deputado Onofre Santo Agostini..... 36939

IVAN VALENTE (PSOL, SP) – Repúdio às manifestações preconceituosas e xenofóbicas contra a vinda ao País de médicos estrangeiros, especialmente cubanos, para atuação pelo Programa Mais Médicos, do Governo Federal..... 36939

V – Ordem Do Dia

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Aviso aos agentes comunitários de saúde sobre a votação, ao ensejo do destrancamento da pauta, do projeto de lei acerca da regulamentação da proposta de criação do piso salarial nacional da categoria. 36944

FABIO TRAD (PMDB, MS – Pela ordem) – Consulta a Presidência sobre a discussão do projeto de lei a respeito do novo Código de Processo Civil..... 36945

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Resposta ao Deputado Fabio Trad. 36945

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Discussão e votação da Representação nº 20, de 2013, da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, contra o Deputado Natan Donadon. 36945

Usou da palavra o Sr. Deputado SERGIO ZVEITER (PSD, RJ), Relator da matéria, para leitura do parecer. 36945

Usou da palavra o Sr. Deputado NATAN DONADON (PMDB, RO)..... 36946

Usaram da palavra para discussão da matéria os Srs. Deputados CHICO ALENCAR (PSOL, RJ), JUTAHY JUNIOR (PSDB, BA). 36952

ROBERTO FREIRE (PPS, SP – Pela ordem) – Constrangimento imposto à Casa pelo Supremo Tribunal Federal na cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36953

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Encerramento da discussão. 36954

Esclarecimento ao Plenário sobre o processo de votação. 36954

Usou da palavra para orientação a respectiva bancada o Sr. Deputado RUBENS BUENO (PPS, PR). 36954

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Esclarecimento ao Deputado Rubens Bueno sobre a não orientação de bancada no processo de votação da representação. 36954

SEVERINO NINHO (PSB, PE – Pela ordem) – Consulta à Presidência sobre a concessão da palavra aos Líderes partidários para orientação das respectivas bancadas. 36954

RUBENS BUENO (PPS, PR – Como Líder) – Declaração de voto da bancada do PPS a favor da cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36954

ARNALDO JORDY (PPS, PA – Pela ordem) – Declaração de voto a favor da cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36955

ONYX LORENZONI (DEM, RS – Pela ordem) – Orientação da respectiva bancada pela cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36955

GLAUBER BRAGA (PSB, RJ – Pela ordem) – Posicionamento da bancada do PSB a favor da cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36955

DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB, SP – Pela ordem) – Pedido aos Deputados para não declaração dos seus votos. 36955

FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB, MA – Pela ordem) – Não visualização do voto do orador. 36955

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Informação ao Deputado Francisco Escórcio sobre a não visualização do voto em escrutínio secreto. 36955

CESAR COLNAGO (PSDB, ES – Pela ordem) – Acompanhamento pelo orador do voto do Deputado Jutahy Junior, favorável à declaração da perda do mandato Deputado Natan Donadon pela Mesa Diretora da Casa. 36955

FABIO TRAD (PMDB, MS – Pela ordem) – Pedido à Presidência para informação aos Deputados sobre a realização da segunda sessão de discussão do projeto de lei a respeito da instituição do novo Código de Processo Civil..... 36956

SIBÁ MACHADO (PT, AC – Pela ordem) – Consulta à Presidência sobre a possibilidade de transferência da apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 290, de 2013, acerca das atividades de ciência, tecnologia e inovação, para o âmbito da Comissão Especial destinada ao exame do Projeto de Lei nº 2.177, de 2011, a respeito da instituição do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. 36956

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Resposta ao Deputado Sibá Machado. 36956

ISAIAS SILVESTRE (PSB, MG – Pela ordem) – Defesa de extinção do fator previdenciário em benefício dos trabalhadores aposentados. 36956

FABIO TRAD (PMDB, MS – Pela ordem) – Apelo aos Deputados inscritos para discussão do novo Código de Processo Civil de permanência no plenário. 36956

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Convocação dos Parlamentares ao plenário para votação da matéria constante na pauta. 36956

EDMAR ARRUDA (PSC, PR – Pela ordem) – Transcurso do Dia do Corretor de Imóveis. Declaração de voto pela cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36957

ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Pela ordem) – Alerta sobre a situação funcional do Deputado Zoinho no caso de determinação, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de reassunção do mandato pelo Antônio Francisco Neto, do Município de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro. Elaboração de proposta de emenda à Constituição acerca da alteração de dispositivos constitucionais em prol do Parlamentar candidato ao cargo de Presidente da República, Governador ou Prefeito Municipal. 36957

JOSÉ AUGUSTO MAIA (PTB, PE – Pela ordem) – Falecimento do campeão de *motocross* Júlio César, do Município de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco. 36957

ÂNGELO AGNOLIN (PDT, TO – Pela ordem) – Transcurso do Dia Mundial de Combate ao Tabagismo. Adoção de política integrada de conscientização dos jovens sobre os males causados pelo uso de tabaco. 36957

SEVERINO NINHO (PSB, PE – Pela ordem) – Adoção pela Presidenta Dilma Rousseff de providências acerca da ocorrência de constantes blecautes em regiões brasileiras. 36958

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Apelo aos Deputados de comparecimento do plenário para votação da matéria constante na pauta. . 36959

DOMINGOS SÁVIO (PSDB, MG – Pela ordem) – Importância da presença dos Deputados ao plenário para a votação do processo de cassação de Parlamentar. 36959

DOMINGOS DUTRA (PT, MA – Pela ordem) – Informação aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias sobre a não votação, no dia 3 de setembro de 2013, do projeto de lei relativo à regulamentação da proposta de criação do piso salarial nacional da categoria em face do trancamento da pauta. 36959

MAJOR FÁBIO (DEM, PB – Pela ordem) – Empenho do Presidente Henrique Eduardo Alves na busca de consenso para a votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, sobre a criação do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares. 36959

VIEIRA DA CUNHA (PDT, RS – Pela ordem) – Informação ao Plenário sobre a existência de preceito constitucional a respeito da cassação de mandato parlamentar, por escrutínio secreto, no caso de sentença criminal transitada em julgado. Anúncio da apresentação de proposta de emenda à Constituição acerca da cassação automática de mandato parlamentar no caso de imposição, por sentença criminal transitada em julgado, do cumprimento de pena em regime fechado. 36959

RONALDO CAIADO (DEM, GO – Pela ordem) – Defesa da cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36960

RAUL HENRY (PMDB, PE) – Questão de ordem sobre a declaração de voto do orador pela cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36960

SANDRO ALEX (PPS, PR – Pela ordem) – Declaração de voto pela cassação do mandato parlamentar do Deputado Natan Donadon. Apelo à Casa de votação da proposta de extinção do voto secreto nas deliberações das duas Casas do Congresso Nacional. 36960

ZÉ GERALDO (PT, PA – Pela ordem) – Apelo às direções da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, de busca de negociações com comunidades indígenas com vistas à realização das obras da rodovia Transamazônica, no Estado do Pará. 36961

MANUELA D'ÁVILA (PCdoB, RS – Pela ordem) – Declaração de voto da bancada do PCdoB pela cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36961

FERNANDO FERRO (PT, PE – Pela ordem) – Declaração de voto com o Relator no processo de cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36961

HUMBERTO SOUTO (PPS, MG – Pela ordem) – Declaração de voto pela cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36961

ANTONIO IMBASSAHY (PSDB, BA – Pela ordem) – Apelo à Presidência de prorrogação do prazo de encerramento da votação, com vistas ao comparecimento de Deputados ao plenário. Defesa de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 196, de 2012, sobre a adoção do voto aberto em processo de perda de mandato parlamentar. Declaração de voto pela cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36961

DR. CARLOS ALBERTO (PMN, RJ – Pela ordem) – Desagravo ao Relator Sergio Zveiter, diante do pronunciamento do Deputado Natan Donadon. Declaração de voto pela cassação do Parlamentar rondoniense. 36962

CARMEN ZANOTTO (PPS, SC – Pela ordem) – Declaração de voto pela cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Necessidade de melhoria do sistema prisional brasileiro. Aplausos ao Presidente Henrique Eduardo Alves pela votação da proposta de emenda à Constituição a respeito do orçamento impositivo. Defesa de ampliação dos recursos orçamentários destinados à saúde. 36962

CESAR COLNAGO (PSDB, ES – Pela ordem) – Congratulações à Presidência pela aprovação da proposta de emenda à Constituição sobre a implantação do orçamento impositivo. Apelo à Presidência de prorrogação do prazo de encerramento da votação, com vistas ao comparecimento de Deputados ao plenário. Imediata aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 196, de 2012, sobre a extinção do voto secreto nos processos sobre cassação de mandato parlamentar..... 36962

OZIEL OLIVEIRA (PDT, BA – Pela ordem) – Aprovação, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de requerimento de convocação de Ministros de Estado para debate sobre as importações de defensivos agrícolas. 36963

FABIO TRAD (PMDB, MS – Pela ordem) – Declaração de voto do orador de acordo com a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a respeito do processo de perda do mandato do Deputado Natan Donadon. Defesa da reforma do Código de Processo Civil. 36963

ALFREDO KAEFER (PSDB, PR – Pela ordem) – Expectativa de cassação do mandato parlamentar do Deputado Natan Donadon. 36964

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Apelo aos Deputados de comparecimento ao plenário. 36964

SEVERINO NINHO (PSB, PE – Pela ordem) – Acompanhamento pela bancada do PSB do voto do Relator pela cassação do mandato do Deputado Natan Donadon..... 36964

CHICO ALENCAR (PSOL, RJ – Pela ordem) – Apelo aos Deputados de comparecimento ao plenário. Seriedade do parecer do Deputado Sergio Zveiter pela cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Apoio à contratação de médicos estrangeiros para atuação em Municípios situados em regiões interioranas. Luta do PSOL pela melhoria da saúde pública..... 36964

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Não acolhimento do voto do Deputado Natan Donadon no processo de cassação do seu mandato parlamentar..... 36965

RUBENS BUENO (PPS, PR – Pela ordem) – Defesa da extinção do voto secreto nas deliberações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apoio à aprovação de projeto de lei sobre a suspensão do mandato no caso de prisão do Parlamentar. Acompanhamento pela bancada do PPS do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36965

ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB, SP – Pela ordem) – Apoio da bancada do PSDB à cassação do Deputado Natan Donadon. Associação a pronunciamento do Deputado Jutahy Magalhães sobre a declaração automática pela Mesa Diretora da perda do mandato parlamentar no caso da condenação de Parlamentar pelo Supremo Tribunal Federal. Expectativa de aprovação pela Casa da proposta de emenda à Constituição

sobre a extinção do voto secreto nos processos de perda de mandato parlamentar. 36965

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Importância da celeridade dos trabalhos da Comissão Especial destinada ao exame da proposta de emenda à Constituição sobre a extinção do voto secreto na apreciação de processos de cassação de mandatos parlamentares. 36966

MANDETTA (DEM, MS – Pela ordem) – Apoio do DEM à extinção do voto secreto. 36966

ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Pela ordem) – Apoio do PR à extinção do voto secreto. 36966

IVAN VALENTE (PSOL, SP – Pela ordem) – Necessidade de imediata votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 196, de 2012, sobre a extinção do voto secreto nos processos de cassação de mandato parlamentar. Apelo à Presidência de estabelecimento de prazo para encerramento da votação. Apoio da bancada do PSOL à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36966

FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB, MA – Pela ordem) – Soberania da decisão da Casa a respeito da cassação do Deputado Natan Donadon. 36967

ANTONIO IMBASSAHY (PSDB, BA – Pela ordem) – Cumprimento do cronograma de trabalho pela Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 196, de 2012, sobre a extinção do voto secreto nos processos de cassação de mandato parlamentar. 36967

HUGO NAPOLEÃO (PSD, PI – Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a realização de sessão destinada ao debate do projeto de lei referente á reforma do Código de Processo Civil. 36967

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Resposta ao Deputado Hugo Napoleão. 36968

ESPERIDIÃO AMIN (PP, SC – Pela ordem) – Expectativa de aprovação da proposta de emenda à Constituição sobre a extinção do voto secreto nos processos de cassação de mandato parlamentar. 36968

CARMEN ZANOTTO (PPS, SC – Pela ordem) – Defesa da imediata apreciação da proposta de emenda à Constituição sobre a extinção do voto secreto nos processos de cassação de mandato parlamentar. Declaração de voto favorável à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36968

ALFREDO KAEFER (PSDB, PR – Pela ordem) – Apresentação de requerimento de destaque para votação em separado de emenda ao projeto de lei relativo à reformulação do Código de Processo Civil, destinada à implantação do sistema de penhora *on-line*. 36968

VAZ DE LIMA (PSDB, SP – Pela ordem) – Adoção de voto aberto nas decisões da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Defesa de aprovação da proposta de emenda à Constituição sobre a obrigatoriedade do comparecimento dos Ministros de Estado às respectivas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados para acompanhamento das ações e prestação de contas de suas pastas. 36968

LELO COIMBRA (PMDB, ES – Pela ordem) – Associação ao discurso do Deputado Esperidião Amin, a favor da votação da proposta de emenda à Constituição sobre a adoção do voto aberto. 36969

CLEBER VERDE (PRB, MA – Pela ordem) – Realização, pela Comissão de Minas e Energia, de audiências públicas destinadas ao debate da proposta de criação do marco regulatório do setor de mineração. Importância de retirada do regime de urgência constitucional para a tramitação matéria. Necessidade de revisão do cálculo da Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais – CFEM. Convite aos Parlamentares, aos Prefeitos Municipais e às comunidades de participação em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. 36970

ANTONIO IMBASSAHY (PSDB, BA – Pela ordem) – Congratulações aos Deputados Vaz de Lima e Walter Feldman pela implantação do voto aberto na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Adoção do voto aberto na apreciação das contas do Prefeito Municipal de Salvador, Estado da Bahia. Realização de encontro com a participação de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, da ABI e de Tribunais Superiores, destinado ao debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 196, de 2012, sobre a adoção do voto aberto nos processos de cassação de mandato parlamentar. 36970

NATAN DONADON (PMDB, RO – Pela ordem) – Pedido às autoridades competentes de adoção de providências a respeito da qualidade da alimentação fornecida aos presidiários do Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal. 36971

BRUNO ARAÚJO (PSDB, PE – Pela ordem) – Congratulação ao Presidente Henrique Eduardo Alves pela condução dos trabalhos da Casa. Posicionamento do orador favorável ao parecer sobre a cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Defesa da imediata votação da proposta de emenda à Constituição acerca da extinção do voto secreto nos processos de cassação de mandato parlamentar. 36971

IZALCI (PSDB, DF – Pela ordem) – Defesa da imediata aprovação da proposta de emenda à Constituição sobre a adoção do voto aberto nas deliberações da Casa. 36971

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Informação ao Plenário sobre o encaminhamento ao Senado Federal da proposta de emenda à Constituição sobre a implantação do orçamento impositivo. 36971

EDINHO ARAÚJO (PMDB, SP – Pela ordem) – Defesa da imediata votação da proposta de adoção do voto aberto nas deliberações da Casa.

Declaração de voto de acordo com o parecer aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no processo de cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36971

FABIO TRAD (PMDB, MS – Pela ordem) – Saudações aos juristas Fredie Didier, Leonardo Carneiro e Luiz Henrique Volpe Camargo, presentes na Casa para discussão da proposta sobre a instituição do novo Código de Processo Civil. Encontro do Deputado Paulo Teixeira com Ministros do Superior Tribunal de Justiça para debate do parecer apresentado à matéria..... 36972

PAULO TEIXEIRA (PT, SP – Pela ordem) – Agradecimento ao Presidente Henrique Eduardo Alves pelo agendamento da votação do projeto de lei sobre a instituição do novo Código de Processo Civil. Elogio a membros da Comissão Especial destinada ao debate da matéria..... 36972

PAULO ABI-ACKEL (PSDB, MG – Pela ordem) – Elogio aos Deputados Paulo Teixeira e Fabio Trad, respectivamente, Relator e Presidente da Comissão Especial destinada ao exame do projeto de lei referente à instituição do novo Código de Processo Civil..... 36972

PAULO TEIXEIRA (PT, SP – Pela ordem) – Realização, pela Comissão Especial destinada à discussão do projeto de lei de instituição do novo Código de Processo Civil, de reuniões com membros da bancada do PSOL, da bancada da base governista e de todos os partidos na Casa para debate da proposição. 36973

BRUNO ARAÚJO (PSDB, PE – Pela ordem) – Congratulações a Parlamentares pelo empenho na reformulação do Código de Processo Civil. Importância da aprovação da matéria. 36973

ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Pela ordem) – Anúncio de renúncia ao mandato do Deputado Zoinho ao mandato parlamentar, em face da assunção do cargo de Prefeito do Município de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro. Elaboração de proposta de emenda à Constituição sobre alteração de dispositivos constitucionais, em benefício do Parlamentar candidato ao cargo de Presidente da República, Governador ou Prefeito Municipal..... 36974

PAULO TEIXEIRA (PT, SP – Pela ordem) – Elogio ao Deputado Vicente Arruda, Sub-Relator da proposta de reformulação do Código de Processo Civil..... 36974

RUBENS BUENO (PPS, PR – Pela ordem) – Encaminhamento ao Senado Federal da proposta de emenda à Constituição sobre a adoção do orçamento impositivo. 36974

ESPERIDIÃO AMIN (PP, SC – Pela ordem) – Elogio a Parlamentares e especialistas pelas contribuições ao aperfeiçoamento da proposta de reformulação do Código de Processo Civil..... 36974

ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Pela ordem) – Imediata inclusão na pauta do projeto de lei sobre a investigação de mortes decorrentes de ação policial, especialmente de jovens pobres, o chamado projeto autos de resistência..... 36975

SANDRO ALEX (PPS, PR – Pela ordem) – Elogio aos Deputados Paulo Teixeira e Fabio Trad, respectivamente, Relator e Presidente da Comissão Especial destinada ao debate da proposta de reformulação do Código de Processo Civil. Solicitação à Presidência de nomeação dos integrantes da Comissão Especial destinada ao exame da proposta de emenda à Constituição sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa no preenchimento de cargos em todas as esferas e órgãos da administração direta e indireta..... 36975

ALEX CANZIANI (PTB, PR – Pela ordem) – Acolhimento, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de emenda ao projeto sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, de autoria do orador, acerca do percentual referente à contrapartida devida por universidades estaduais e municipais ante o recebimento de recursos federais. Nomeação do Sr. *João Carlos* Gomes ao cargo de Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná... 36976

PAULO TEIXEIRA (PT, SP – Pela ordem) – Contribuições dos Deputados Esperidião Amin, Nelson Marchezan Junior e Valtenir Pereira para o debate do projeto de lei acerca da instituição do novo Código de Processo Civil. Associação ao discurso proferido pelo Deputado Anthony Garotinho a respeito da votação de projeto de lei sobre a investigação de mortes, especialmente de jovens negros, decorrentes de ação policial..... 36976

JOÃO CAMPOS (PSDB, GO – Pela ordem) – Transcurso do Dia do Psicólogo. Apoio à apresentação de proposta de emenda à Constituição acerca da declaração pela Mesa Diretora da Casa da perda de mandato de Deputado condenado em sentença penal definitiva. Inexistência de foro privilegiado para agentes políticos. 36977

VALTENIR PEREIRA (PSB, MT – Pela ordem) – Defesa de aprovação pela Casa do projeto de lei sobre a instituição do novo Código de Processo Civil. Elogio aos Deputados Paulo Teixeira e Fabio Trad, respectivamente, Relator e Presidente da Comissão Especial destinada ao debate da matéria. 36978

PASTOR EURICO (PSB, PE – Pela ordem) – Elogio aos Deputados Paulo Teixeira e Fabio Trad. Defesa de aprovação do projeto de lei sobre a investigação de mortes decorrentes de ação policial, o chamado projeto dos autos de resistência..... 36978

GLAUBER BRAGA (PSB, RJ – Pela ordem) – Participação de Parlamentares da Comissão de Educação da Casa em reunião de estudantes da Universidade Gama Filho – UGF com o Secretário-Executivo do Ministério da Educação, **José Hen-**

rique Paim Fernandes, para debate da crise na instituição. Críticas à atuação do grupo Galileo Educacional, mantenedor da entidade. 36979

CELSO JACOB (PMDB, RJ – Pela ordem) – Associação ao discurso proferido pelo Deputado Glauber Braga a respeito de crise na Universidade Gama Filho – UGF..... 36979

JORGINHO MELLO (Bloco/PR, SC – Pela ordem) – Elogio ao Deputado Fabio Trad, Presidente da Comissão Especial destinada ao debate do projeto de lei a respeito da instituição do novo Código de Processo Civil. Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de proposição acerca da herança digital..... 36979

DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB, SP – Pela ordem) – Posicionamento do orador favorável à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon..... 36980

NILTON CAPIXABA (PTB, RO – Pela ordem) – Encontro da bancada federal do Estado de Rondônia com o Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Jorge Ernesto Pinto Fraxe, destinado ao debate da realização de obras rodoviárias, especialmente quanto à recuperação da BR-364..... 36980

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Informação ao Plenário sobre a realização de sessões solenes..... 36981

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado STEPAN NERCESSIAN (PPS, RJ). 36981

VALTENIR PEREIRA (PSB, MT – Pela ordem) – Expectativa de votação pela Casa da proposta de regulamentação da emenda constitucional sobre a criação do piso salarial nacional e do plano de carreira dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias..... 36981

ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ) – Questão de ordem sobre a prorrogação da sessão..... 36981

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Resposta ao Deputado Anthony Garotinho. 36981

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Encerramento da votação..... 36981

Rejeição da Representação contra o Deputado Natan Donadon. 36981

Decisão da Presidência de afastamento do Deputado Natan Donadon, em face do cumprimento de pena em regime fechado. Convocação do suplente do Parlamentar para imediata assunção do mandato. 36981

Usou da palavra o Sr. Deputado SERGIO ZVEITER (PSD, RJ), Relator da matéria..... 36992

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Repetição da leitura da decisão da Presidência de afastamento do Deputado Natan Donadon e imediata convocação do seu suplente. 36992

IVAN VALENTE (PSOL, SP – Pela ordem) – Protesto contra a decisão da Casa contrária à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Defesa de adoção do voto aberto na apreciação de processos de cassação de mandatos parlamentares..... 36992

RUBENS BUENO (PPS, PR – Pela ordem) – Protesto contra a decisão da Casa contrária à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Apoio à decisão do Presidente Henrique Eduardo Alves de afastamento do Parlamentar. Imediata votação das propostas de emenda à Constituição sobre a extinção do voto secreto nas deliberações da Casa e sobre a extinção do foro privilegiado para crimes contra o patrimônio público. 36993

MANUELA D'ÁVILA (PCdoB, RS – Pela ordem) – Protesto contra a decisão da Casa contrária à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Acerto da decisão do Presidente Henrique Eduardo Alves de afastamento do Parlamentar. Imediata votação da proposta de emenda à Constituição sobre a extinção do voto secreto nas deliberações da Casa. 36993

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Decisão da Presidência de não apreciação de processos de cassação de mandatos parlamentares por votação secreta. 36994

BRUNO ARAÚJO (PSDB, PE – Pela ordem) – Apoio do PSDB às decisões da Presidência sobre o afastamento do Deputado Natan Donadon e não apreciação de processos de cassação de mandatos parlamentares por votação secreta. 36994

FABIO TRAD (PMDB, MS – Pela ordem) – Congratulação ao Presidente Henrique Eduardo Alves pela condução dos trabalhos da Casa. Protesto contra a decisão da Casa contrária à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Imediata aprovação pela Casa da proposta sobre a adoção do voto aberto..... 36994

ESPERIDIÃO AMIN (PP, SC – Pela ordem) – Apoio ao Deputado Sérgio Zveiter, Relator do processo de cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Defesa de adoção do voto aberto nos processos sobre cassação de mandato parlamentar. Imediata votação pela Casa da proposta de emenda à Constituição sobre a extinção do foro privilegiado para crimes contra o patrimônio público. 36994

RONALDO CAIADO (DEM, GO – Pela ordem) – Protesto contra a decisão da Casa contrária à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Acerto da decisão do Presidente Henrique Eduardo Alves de afastamento do Parlamentar. Imediata votação da proposta de emenda à Constituição sobre a extinção do voto secreto nos processos sobre cassação de mandato parlamentar. 36995

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Anúncio da convocação do suplente do Deputado Natan Donadon, Amir Lando. 36995

ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ – Pela ordem) – Protesto contra a decisão da Casa contrária à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Imediata votação da proposta de extinção do voto secreto nas deliberações das duas Casas do Congresso Nacional. 36995

DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB, SP – Pela ordem) – Apoio à decisão do Presidente Henrique Eduardo Alves de afastamento do Deputado Natan Donadon. Solidariedade ao Deputado Sergio Zveiter, Relator do processo de cassação do mandato do Parlamentar. 36995

GLAUBER BRAGA (PSB, RJ – Pela ordem) – Defesa de adoção do voto aberto nas deliberações da Casa. Maior atenção do Parlamento brasileiro para com a voz das ruas. 36996

CHICO ALENCAR (PSOL, RJ – Pela ordem) – Indignação do orador com a decisão da Casa contrária à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Acerto da decisão do Presidente Henrique Eduardo Alves de afastamento do Parlamentar. Defesa de extinção do voto secreto nas deliberações da Casa. 36997

PASTOR EURICO (PSB, PE – Pela ordem) – Congratulação ao Presidente Henrique Eduardo Alves pela condução dos trabalhos da Casa. Protesto contra a abstenção de voto no processo de cassação do mandato do Deputado Natan Donadon..... 36997

ROSANE FERREIRA (PV, PR – Pela ordem) – Congratulação ao Deputado Sérgio Zveiter pelo parecer proferido ao processo de cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Indignação do orador com a decisão da Casa contrária à cassação do mandato do Parlamentar. Expectativa de votação pela Casa da proposta de emenda à Constituição sobre a adoção do voto aberto. 36997

LELO COIMBRA (PMDB, ES – Pela ordem) – Discurso histórico proferido pelo líder negro norte-americano, Martin Luther King Jr., há 50 anos. Transcurso do 34º aniversário da Lei de Anistia brasileira. Indignação do orador com a decisão da Casa contrária à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Acerto da decisão do Presidente Henrique Eduardo Alves de afastamento do Parlamentar. Imediata votação da proposta de emenda à Constituição sobre a adoção do voto aberto nas deliberações das duas Casas do Congresso Nacional. 36998

FERNANDO MARRONI (PT, RS – Pela ordem) – Protesto contra a decisão da Casa contrária à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Acerto da decisão do Presidente Henrique Eduardo Alves de afastamento do Parlamentar. Posicionamento do orador favorável ao voto secreto. 36998

PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Reiteração da decisão da Presidência de não apreciação de processos de cassação de mandatos parlamentares por votação secreta. 36998

FELIPE MAIA (DEM, RN – Pela ordem) – Repúdio à decisão da Casa contrária à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. 36998

SANDRO ALEX (PPS, PR – Pela ordem) – Indignação do orador com a decisão da Casa contrária à cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Defesa de adoção do voto aberto nas deliberações das duas Casas do Congresso Nacional. 36999

CARMEN ZANOTTO (PPS, SC – Pela ordem) – Declaração de voto pela cassação do mandato do Deputado Natan Donadon. Apoio à decisão do Presidente Henrique Eduardo Alves de afastamento do Parlamentar e imediata convocação do seu suplente. 36999

SILVIO COSTA (PTB, PE – Pela ordem) – Realização de debate sobre a função social da *TV Justiça*. Equívocos cometidos na apreciação do processo de cassação do mandato parlamentar do Deputado Natan Donadon. Existência de dispositivo constitucional proibitivo da prisão dos membros do Congresso Nacional. Desdobramentos da decisão da Presidência de afastamento do Deputado Natan Donadon. 37000

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS:

LEONARDO MONTEIRO (PT, MG) – Transcurso do 30º aniversário de criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT. 37000

ALEX CANZIANI (PTB, PR) – Realização pelo Ministério da Educação da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, destinada à avaliação de estudantes do ensino básico. Pontos fundamentais da avaliação..... 37001

ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB, SP) – Importância do registro histórico. Concessão do título de Cidadão Praeclarus ao apresentador de canal televisivo Cesar Lázaro Ferreira da Costa, do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo. ... 37001

VI – Encerramento

3– PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PEC 301/2013, PEC 302/2013, PLP 318/2013, PLP 319/2013, PLP 320/2013, PL Nº 6.198/2013, PL Nº 6.199/2013, PL Nº 6.200/2013, PL Nº 6.201/2013, PL Nº 6.202/2013, PL Nº 6.203/2013, PL Nº 6.204/2013, PL Nº 6.205/2013, PL Nº 6.206/2013, PL Nº 6.207/2013, PL Nº 6.208/2013, PL Nº 6.209/2013, PL Nº 6.210/2013, PL Nº 6.211/2013, PL Nº 6.212/2013, PL Nº 6.213/2013, PL Nº 6.214/2013, PL Nº 6.215/2013, PL Nº 6.216/2013, PDC Nº 1.257/2013, PDC Nº 1.258/2013, PRC Nº 213/2013, INC Nº 5117/2013, INC Nº 5.118/2013, INC Nº 5.119/2013, INC Nº 5.120/2013, INC Nº 5.121/2013, INC Nº 5.122/2013, INC Nº 5.123/2013, REC 227/2013, RIC Nº 3.655/2013, RIC Nº 3.656/2013, RIC Nº 3.657/2013, REQ Nº 8.439/2013, REQ Nº 8.440/2013, REQ Nº 8.441/2013, REQ Nº 8.442/2013,

REQ Nº 8.443/2013, REQ Nº 8.444/2013, REQ Nº 8.445/2013, REQ Nº 8.446/2013, REQ Nº 8.447/2013, REQ Nº 8.448/2013, REQ Nº 8.449/2013, REQ Nº 8.450/2013, REQ Nº 8.451/2013, REQ Nº 8.452/2013, REQ Nº 8.453/2013, REQ Nº 8.454/2013, REQ Nº 8.455/2013, REQ Nº 8.456/2013, REQ Nº 8.457/2013, REQ Nº 8.458/2013, REQ Nº 8.459/2013, REQ Nº 8.460/2013, REQ Nº 8.461/2013, REM 3/2013..... 37028

4 – PROPOSIÇÕES DESPACHADAS

PL 5870/2013, PL Nº 5.907/2013, PL Nº 5.963/2013, PL Nº 5.986/2013, PL Nº 5.998/2013, PL Nº 6.022/2013, PL Nº 6.033/2013, PL Nº 6.055/2013, PL Nº 6.061/2013, PRC Nº 213/2013, INC Nº 5.064/2013, INC Nº 5.080/2013, INC Nº 5.081/2013, INC Nº 5.082/2013, INC Nº 5.084/2013, INC Nº 5.085/2013, INC Nº 5.087/2013, INC Nº 5.088/2013, INC Nº 5.089/2013, INC Nº 5.090/2013, INC Nº 5.091/2013, INC Nº 5.092/2013, INC Nº 5.093/2013, INC Nº 5.094/2013, INC Nº 5.095/2013, INC Nº 5.096/2013, INC Nº 5.097/2013, INC Nº 5.098/2013, INC Nº 5.099/2013, INC Nº 5.100/2013, INC 5101/2013, SIT Nº 45/2013, REQ Nº 6.713/2013, REQ Nº 6.753/2013, REQ Nº 7.477/2013, REQ Nº 8.129/2013, REQ Nº 8.403/2013..... 37031

5 – PROPOSIÇÕES PENDENTES DE DESPACHO

PEC Nº 301/2013, PEC Nº 302/2013, PDC Nº 1.258/2013. 37058

6– DESPACHOS DO PRESIDENTE

Expediente

Ofício nº 18/13 – Secretaria da Mulher. 37067
Ofício nº 703/2013 – Congresso Nacional... 37068
Ofício n. 698/2013 – Congresso Nacional.... 37068
Ofício nº 699/2013 – Congresso Nacional... 37068
Ofício nº 700/2013 – Congresso Nacional... 37068
Ofício nº 701/2013 – Congresso Nacional.. 37068
Ofício nº 207/2013 – da Liderança do PPS.. 37068
Ofício nº 825/2013 – da Liderança do PSDB. 37068
Ofício nº 822/2013 – da Liderança do PSDB. 37068
Ofício nº 826/2013 – da Liderança do PSDB. 37068
Ofício nº 829/2013 – da Liderança do PSDB. 37068
Ofício nº 835/2013 – da Liderança do PSDB. 37069
Ofício nº 171/2013 – da Liderança do PSB... 37069
Ofício nº 1.035/2013 – da Liderança do PSD. 37069

Proposição

PEC Nº 288/2013. 37069

7 – DECISÕES DA PRESIDÊNCIA

– Arquive-se, nos termos do § 4º do artigo 164 do RICD, o PL nº 5844/13..... 37069

– Arquive-se, nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD, o PL nº 3071/11..... 37069

8 – ATO DO PRIMEIRO VICE– PRESIDENTE

Autoriza o uso da chancela eletrônica nos atos que especifica..... 37069

COMISSÕES

9 – ATAS

a) Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, 35ª Reunião (Ordinária), em 28/08/13 e 36ª Reunião (Ordinária), em 21/08/13..... 37069

b) Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, 48ª Reunião (Ordinária), em 27/08/13..... 37073

c) Comissão de Cultura, 23ª Reunião (Ordinária), em 21/08/13..... 37079

d) Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, 26ª Reunião (Ordinária, Audiência Pública), em 20/08/13 e 27ª Reunião (Ordinária, Audiência Pública), em 21/08/13..... 37080

e) Comissão de Educação, 28ª Reunião (Ordinária), em 21/08/13..... 37082

f) Comissão de Finanças e Tributação, Termos de Reunião, em 27/08/13..... 37085

g) Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, 24ª Reunião (Ordinária), em 14/08/13 e 25ª Reunião (Extraordinária, Audiência Pública), em 21/08/13..... 37085

h) Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, 31ª Reunião (Extraordinária, Audiência Pública), em 14/08/13, 32ª Reunião (Ordinária, Audiência Pública), em 20/08/13 e 33ª Reunião (Ordinária), em 21/08/13. 37088

i) Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, 27ª Reunião (Ordinária), em 21/08/13 e 28ª Reunião (Ordinária), em 27/08/13. 37091

j) Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, 32ª Reunião (Ordinária), em 20/08/13, 33ª Reunião (Ordinária), em 26/08/13 e 34ª Reunião (Ordinária), em 27/08/13..... 37094

10 – PARECERES

Despacho do Presidente, PL Nº 178-B/2007, PL Nº 4.319-B/2008, PL Nº 4.544-B/2008,PL Nº 4.704-C/2009,PL Nº 5.369-D/2009 – Republicação, PL Nº 578-A/2011, PL Nº 866-D/2011, PL Nº 2.944-A/2011, PL Nº 3.341-B/2012, PL Nº 4.387-A/2012, PL Nº 5.110-A/2013, PL Nº 5.130-A/2013, PDC 828-A/2013, PDC 875-A/2013, PDC 876-A/2013.. 37098

SEÇÃO II

11 – MESA
12 – LÍDERES E VICE-LÍDERES
13 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO
14 – COMISSÕES

SUPLEMENTO

Decisão do Plenário (Deputado Natan Donadon), sairá publicada em suplento a este **Diário**.

SEÇÃO I

Ata da 248ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, em 28 de agosto de 2013.

Presidência dos Srs.:Andre Vargas, 1º Vice-Presidente. Simão Sessim, 2º Secretário. Gonzaga Patriota, 1º Suplente de Secretário. Marçal Filho, Hugo Napoleão, Amauri Teixeira, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Henrique Eduardo Alves
Andre Vargas
Marcio Bittar
Simão Sessim
Biffi
Gonzaga Patriota
Wolney Queiroz
Vitor Penido
Takayama
Partido Bloco

RORAIMA

Chico das Verduras PRP PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Edio Lopes PMDB
Jhonatan de Jesus PRB
Luciano Castro PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Paulo Cesar Quartiero DEM
Urzeni Rocha PSDB
Total de RORAIMA 6

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT
Davi Alcolumbre DEM
Evandro Milhomen PCdoB
Fátima Pelaes PMDB
Luiz Carlos PSDB
Sebastião Bala Rocha PDT
Total de AMAPÁ 6

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS
Beto Faro PT
Cláudio Puty PT
Dudimar Paxiuba PSDB
Giovanni Queiroz PDT
José Priante PMDB
Josué Bengtson PTB
Lira Maia DEM
Lúcio Vale PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Miriquinho Batista PT
Nilson Pinto PSDB
Wandenkolk Gonçalves PSDB
Zé Geraldo PT
Zequinha Marinho PSC
Total de PARÁ 14

AMAZONAS

Francisco Praciano PT
Henrique Oliveira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Plínio Valério PSDB
Silas Câmara PSD
Total de AMAZONAS 4

RONDÔNIA

Marcos Rogério PDT
Marinha Raupp PMDB
Nilton Capixaba PTB
Padre Ton PT
Total de RONDÔNIA 4

ACRE

Flaviano Melo PMDB
Gladson Cameli PP
Henrique Afonso PV

Perpétua Almeida PCdoB
Sibá Machado PT
Total de ACRE 5

TOCANTINS

César Halum PSD
Júnior Coimbra PMDB
Nilmar Ruiz PEN
Osvaldo Reis PMDB
Professora Dorinha Seabra Rezende DEM
Total de TOCANTINS 5

MARANHÃO

Alberto Filho PMDB
Carlos Brandão PSDB

Costa Ferreira PSC
Davi Alves Silva Júnior PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Domingos Dutra PT
Francisco Escórcio PMDB
Lourival Mendes PTdoB PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Professor Setimo PMDB
Sarney Filho PV
Weverton Rocha PDT
Total de MARANHÃO 10

CEARÁ

André Figueiredo PDT
Aníbal Gomes PMDB
Ariosto Holanda PSB
Arnon Bezerra PTB
Chico Lopes PCdoB
Danilo Forte PMDB
Edson Silva PSB
Eudes Xavier PT
Genecias Noronha PMDB
Gera Arruda PMDB
Gorete Pereira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
José Airton PT
José Guimarães PT
Mauro Benevides PMDB
Raimundo Gomes de Matos PSDB
Vicente Arruda PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de CEARÁ 16

PIAUÍ

Assis Carvalho PT
Jesus Rodrigues PT
Júlio Cesar PSD
Marcelo Castro PMDB
Marllos Sampaio PMDB
Nazareno Fonteles PT
Osmar Júnior PCdoB
Paes Landim PTB
Total de PIAUÍ 8

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra PT
Paulo Wagner PV
Total de RIO GRANDE DO NORTE 2

PARAÍBA

Efraim Filho DEM
Hugo Motta PMDB
Leonardo Gadelha PSC
Major Fábio DEM
Nilda Gondim PMDB
Total de PARAÍBA 5

PERNAMBUCO

Augusto Coutinho DEM
Carlos Eduardo Cadoca PSC
Eduardo da Fonte PP
Fernando Ferro PT
João Paulo Lima PT
Jorge Corte Real PTB
José Augusto Maia PTB
José Chaves PTB
Luciana Santos PCdoB
Mendonça Filho DEM
Pastor Eurico PSB
Paulo Rubem Santiago PDT
Pedro Eugênio PT
Raul Henry PMDB
Roberto Teixeira PP
Sergio Guerra PSDB
Severino Ninho PSB
Total de PERNAMBUCO 17

ALAGOAS

Alexandre Toledo PSDB
Arthur Lira PP
Francisco Tenório PMN
Givaldo Carimbão PSB
Paulão PT
Total de ALAGOAS 5

SERGIPE

Andre Moura PSC
Fabio Reis PMDB
Mendonça Prado DEM
Rogério Carvalho PT
Valadares Filho PSB
Total de SERGIPE 5

BAHIA

Afonso Florence PT
Amauri Teixeira PT
Antonio Brito PTB
Claudio Cajado DEM
Edson Pimenta PSD
Erivelton Santana PSC
Fábio Souto DEM
Félix Mendonça Júnior PDT
Geraldo Simões PT
João Carlos Bacelar PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
João Leão PP
José Carlos Araújo PSD
José Nunes PSD
Josias Gomes PT
Lucio Vieira Lima PMDB
Luiz Alberto PT

Luiz Argôlo PP
Luiz de Deus DEM
Márcio Marinho PRB
Mário Negromonte PP
Nelson Pellegrino PT
Oziel Oliveira PDT
Paulo Magalhães PSD
Roberto Britto PP
Valmir Assunção PT
Zezéu Ribeiro PT
Total de BAHIA 26

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PSD
Aelton Freitas PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Aracely de Paula PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Bonifácio de Andrada PSDB
Diego Andrade PSD
Domingos Sávio PSDB
Dr. Grilo PSL PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Eduardo Azeredo PSDB
Eduardo Barbosa PSDB
Gabriel Guimarães PT
George Hilton PRB
Humberto Souto PPS
Isaias Silvestre PSB
Jaime Martins PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Jairo Ataíde DEM
João Bittar DEM
José Humberto PHS PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Júlio Delgado PSB
Lael Varella DEM
Leonardo Monteiro PT
Leonardo Quintão PMDB
Lincoln Portela PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luiz Fernando Faria PP
Margarida Salomão PT
Mauro Lopes PMDB
Nilmário Miranda PT
Odair Cunha PT
Padre João PT
Paulo Abi-Ackel PSDB
Reginaldo Lopes PT
Renato Andrade PP
Renzo Braz PP
Rodrigo de Castro PSDB
Saraiva Felipe PMDB
Toninho Pinheiro PP
Walter Tosta PSD
Total de MINAS GERAIS 36

ESPÍRITO SANTO

Camilo Cola PMDB
Cesar Colnago PSDB
Dr. Jorge Silva PDT
Iriny Lopes PT
Lelo Coimbra PMDB
Manato PDT
Paulo Foletto PSB
Total de ESPÍRITO SANTO 7

RIO DE JANEIRO

Adrian PMDB
Alessandro Molon PT
Alfredo Sirkis PV
Andreia Zito PSDB
Anthony Garotinho PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Arolde de Oliveira PSD
Benedita da Silva PT
Chico Alencar PSOL
Dr. Adilson Soares PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Dr. Carlos Alberto PMN
Dr. Paulo César PSD
Edson Ezequiel PMDB
Edson Santos PT
Eduardo Cunha PMDB
Eurico Júnior PV
Fernando Jordão PMDB
Glauber Braga PSB
Hugo Leal PSC
Jair Bolsonaro PP
Jandira Feghali PCdoB
Jorge Bittar PT
Luiz Sérgio PT
Miro Teixeira PDT
Otavio Leite PSDB
Paulo Feijó PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Rodrigo Maia DEM
Sergio Zveiter PSD
Stepan Nercessian PPS
Vitor Paulo PRB
Washington Reis PMDB
Zoinho PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de RIO DE JANEIRO 31

SÃO PAULO

Abelardo Camarinha PSB
Alexandre Leite DEM
Aline Corrêa PP
Antonio Bulhões PRB
Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Arlindo Chinaglia PT
Arnaldo Faria de Sá PTB
Arnaldo Jardim PPS
Beto Mansur PP
Bruna Furlan PSDB

Cândido Vaccarezza PT
Carlos Roberto PSDB
Delegado Protógenes PCdoB
Devanir Ribeiro PT
Dr. Ubiali PSB
Duarte Nogueira PSDB
Edinho Araújo PMDB
Eleuses Paiva PSD
Eli Correa Filho DEM
Francisco Chagas PT
Guilherme Campos PSD
Iara Bernardi PT
Ivan Valente PSOL
Janete Rocha Pietá PT
João Dado PDT
Jorge Tadeu Mudalen DEM
José Mentor PT
Keiko Ota PSB
Luiz Fernando Machado PSDB
Luiza Erundina PSB
Mara Gabrilli PSDB
Milton Monti PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Missionário José Olimpio PP
Newton Lima PT
Otoniel Lima PRB
Paulo Freire PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Paulo Maluf PP
Paulo Teixeira PT
Penna PV
Ricardo Berzoini PT
Ricardo Izar PSD
Roberto de Lucena PV
Roberto Santiago PSD
Salvador Zimbaldi PDT
Tiririca PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Vanderlei Siraque PT
Vaz de Lima PSDB
Vicente Candido PT
Vicentinho PT
Walter Ihoshi PSD
Total de SÃO PAULO 50

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB
Eliene Lima PSD
Júlio Campos DEM
Nilson Leitão PSDB
Pedro Henry PP
Valtenir Pereira PSB
Total de MATO GROSSO 6

DISTRITO FEDERAL

Luiz Pitiman PMDB
Policarpo PT
Reguffe PDT
Ronaldo Fonseca PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de DISTRITO FEDERAL 4

GOIÁS

Armando Vergílio PSD
Carlos Alberto Leréia PSDB
Heuler Cruvinel PSD
Íris de Araújo PMDB
João Campos PSDB
Jovair Arantes PTB
Leandro Vilela PMDB
Magda Mofatto PTB
Pedro Chaves PMDB
Roberto Balestra PP
Ronaldo Caiado DEM
Rubens Otoni PT
Sandes Júnior PP
Sandro Mabel PMDB
Valdivino de Oliveira PSDB
Total de GOIÁS 15

MATO GROSSO DO SUL

Akira Otsubo PMDB
Fabio Trad PMDB
Geraldo Resende PMDB
Mandetta DEM
Marçal Filho PMDB
Reinaldo Azambuja PSDB
Vander Loubet PT
Total de MATO GROSSO DO SUL 7

PARANÁ

Alfredo Kaefer PSDB
André Zacharow PMDB
Angelo Vanhoni PT
Assis do Couto PT
Dilceu Sperafico PP
Edmar Arruda PSC
Eduardo Sciarra PSD
Giacobo PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
João Arruda PMDB
Luiz Nishimori PSDB
Marcelo Almeida PMDB
Nelson Meurer PP
Nelson Padovani PSC
Oliveira Filho PRB
Osmar Serraglio PMDB
Pedro Guerra PSD

Professor Sérgio de Oliveira PSC
Rosane Ferreira PV
Sandro Alex PPS
Total de PARANÁ 19

SANTA CATARINA

Celso Maldaner PMDB
Décio Lima PT
Edinho Bez PMDB
Esperidião Amin PP
João Pizzolatti PP
Jorginho Mello PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luci Choinacki PT
Onofre Santo Agostini PSD
Rogério Peninha Mendonça PMDB
Ronaldo Benedet PMDB
Valdir Colatto PMDB
Total de SANTA CATARINA 11

RIO GRANDE DO SUL

Assis Melo PCdoB
Eliseu Padilha PMDB
Fernando Marroni PT
Henrique Fontana PT
Jerônimo Goergen PP
Jose Stédile PSB
Onyx Lorenzoni DEM
Paulo Pimenta PT
Ronaldo Nogueira PTB
Sérgio Moraes PTB
Vieira da Cunha PDT
Vilson Covatti PP
Total de RIO GRANDE DO SUL 12

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 345 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. AMAURI TEIXEIRA, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser publicado)

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário dos seguintes

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 140-A, de 2012, do Sr. Assis Carvalho e outros, que "altera o inciso III do art. 155 da Constituição Federal, para determinar que seja o imposto incidente sobre veículos automotores terrestres, aéreos e aquáticos", e apensada.

A Comissão será composta de 20 (vinte) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 28 de agosto de 2013. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente da Câmara dos Deputados.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 90-A, de 2011, da Sra. Luiza Erundina, que "dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social", e

Resolve

I – designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II – convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 4 de setembro, quarta-feira, às 14h30, no Plenário 7 do Anexo II.

Brasília, 28 de agosto de 2013. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSIÇÃO: PEC 90/2011.

PT

TITULARES	**SUPLENTES**
Fernando Marroni	Francisco Chagas
Janete Rocha Pietá	Paulão
Nilmário Miranda	Ronaldo Zulke

PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Alceu Moreira	*Osvaldo Reis*
Marçal Filho	*2 vagas*
Nilda Gondim	

PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Eduardo Barbosa	*2 vagas*
Mara Gabrilli	

PSD

TITULARES	SUPLENTES
Armando Vergílio	Diego Andrade
Silas Câmara	1 vaga

PP

TITULARES	SUPLENTES
Mário Negromonte	Lázaro Botelho
Renzo Braz.	Roberto Britto

PR

TITULARES	SUPLENTES
Henrique Oliveira	1 vaga

PSB

TITULARES	SUPLENTES
Luiza Erundina	Dr. Ubiali.

DEM

TITULARES	SUPLENTES
Mendonça Filho	Rodrigo Maia.

PDT

TITULARES	SUPLENTES
Paulo Rubem Santiago	Oziel Oliveira.

PTB

TITULARES	SUPLENTES
TITULARES	SUPLENTES
Walney Rocha.	Nelson Marquezelli.

Bloco PV/PPS

TITULARES	SUPLENTES
Carmen Zanotto	Rosane Ferreira.

PSC

TITULARES	SUPLENTES
Costa Ferreira	Deley.

PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Perpétua Almeida	1 vaga

PRB

TITULARES	SUPLENTES
Vilalba	1 vaga.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos da alínea "m" do inciso I do art. 17, c/c o inciso II do art. 22, todos do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma do Código Penal, e

Resolve

I – designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II – convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 4 de setembro, quarta-feira, às 14h30, no Plenário 16 do Anexo II.

Brasília, 28 de agosto de 2013

Henrique Eduardo Alves

Presidente da Câmara dos Deputados

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO À REFORMA DO CÓDIGO PENAL – CEPENAL

PT

TITULARES	SUPLENTES
Alessandro Molon	Gabriel Guimarães
Luiz Alberto	Iriny Lopes
Vanderlei Siraque	Ricardo Berzoini

PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Arthur Oliveira Maia	Edio Lopes
Fabio Trad	Leonardo Picciani
Osmar Serraglio	Professor Setimo

PSDB

TITULARES	SUPLENTES
João Campos	2 vagas
(Deputado do PEN ocupa a vaga)	

PSD

TITULARES	SUPLENTES
Marcos Montes	*(Deputado do PR ocupa a vaga)*

(Deputado do PP ocupa a vaga)
Arolde de Oliveira

PP

TITULARES	SUPLENTES
Esperidião Amin	*Renato Andrade*
Guilherme Mussi (vaga do PSD)	*Vilson Covatti*
Jerônimo Goergen	

PR

TITULARES	SUPLENTES
Ronaldo Fonseca	Liliam Sá (vaga do PSD)
	Lincoln Portela
	Luciano Castro (vaga do PSOL*)*

PSB

TITULARES	SUPLENTES
Keiko Ota	Márcio França

DEM

TITULARES	SUPLENTES
Efraim Filho	Onyx Lorenzoni

PDT

TITULARES	SUPLENTES
Vieira da Cunha	Marcos Rogério

PTB

TITULARES	SUPLENTES
Arnaldo Faria de Sá	Paes Landim

Bloco PV/PPS

TITULARES	SUPLENTES
Roberto Freire	Rosane Ferreira

PSC

Hugo Leal	Costa Ferreira

PCdoB

Perpétua Almeida	1 vaga

PSOL

Jean Wyllys	(Deputado do PR ocupa a vaga)

PRB

Fernando Francischini (vaga do PSDB)

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem a palavra o Deputado Lael Varella, para um breve registro.

O SR. LAEL VARELLA (DEM-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a ONU decidiu pressionar o Brasil através de carta ao Senado em que pede urgência na aprovação da PEC do Trabalho Escravo.

O Congresso Nacional precisa guardar a sua independência e honra. Não podemos aceitar interferência de organismos nacionais, muito menos de organismos internacionais.

A Relatora Especial sobre Formas Contemporâneas de Trabalho Escravo do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Gulnara Shahinian, entregou aos Senadores brasileiros uma carta em que condena a demora do Brasil em reforçar as medidas de combate ao trabalho escravo, principalmente a morosidade para levar ao plenário a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, conhecida como PEC do Trabalho Escravo.

Na verdade, seu nome poderia ser "PEC da Armadilha para Capturar os Proprietários Rurais". Alguém já a apelidou também de "PEC da Hipocrisia", pois seus autores a conceberam com alta carga emocional e simbólica, explorando a palavra "escravidão". A quem pode interessar isso? Àqueles que odeiam o agricultor e a sua propriedade!

Sim. Eles querem a expropriação das terras. Aquilo que não se conseguiu abolir na Constituinte em nome da reforma agrária pretende-se agora – a propósito do pretenso trabalho escravo – golpear mortalmente: o direito de propriedade. Com efeito, a PEC fala em expropriação. O que equivale a penalizar a propriedade e não o proprietário criminoso. Expropriação é igual a desapropriação sem nenhuma indenização.

Há mais de 120 anos a escravidão foi abolida pela Princesa Isabel e por este Parlamento. As condições, no mais das vezes, rudes do campo não podem ser chamadas de escravidão. Na verdade, o trabalhador rural acaba tendo muito mais liberdade que operário urbano.

A campanha Paz no Campo vem alertando sobre os efeitos da eventual aprovação da PEC 57, pois o Brasil ganhará mais uma fonte de conflitos no meio rural, onde os agitadores e invasores profissionais não desejam outra coisa!

O que o País precisa é de uma reforma das leis trabalhistas, para melhor atender às suas atividades econômicas, sobretudo às do campo. Leis que facilitem a geração de emprego e a legalização de milhões de trabalhadores informais.

Sr. Presidente, se a ONU realmente estivesse empenhada em combater a escravidão, deveria estar trabalhando sem tréguas para combatê-la na China e em Cuba, que acaba de enviar médicos para trabalhar aqui num regime, este sim, muito semelhante ao da escravidão.

Tanto que a Federação Nacional dos Médicos afirmou que o contrato dos médicos cubanos é uma espécie de "trabalho escravo". Conforme a *Folha de S.Paulo*, as principais entidades médicas do País elevaram o tom das críticas ao Governo diante do acordo para a vinda de 4 mil cubanos. O CFM (Conselho Federal de Medicina), a FENAM (Federação Nacional dos Médicos) e a AMB (Associação Médica Brasileira) contestam que estrangeiros atuem no País sem que antes passem por rígidos testes de conhecimento.

Segundo Geraldo Ferreira, Presidente da FENAM, a qualidade dos profissionais é "extremamente duvidosa" e a forma de contratação desses médicos tem "características de trabalho escravo". Para Ferreira, a atuação de cubanos em outros países da América Latina se assemelha a uma "brigada militar".

O Presidente do CFM, Roberto d'Ávila, afirmou que a medida é "eleitoreira" e que "poderá causar um genocídio", mas ressaltou que os Conselhos vão fiscalizar os estrangeiros. *"Vamos à Justiça para barrar os registros desses profissionais e tentar caracterizar exercício ilegal da medicina"*, declarou.

Sr. Presidente, não podemos aceitar a intromissão da ONU nem da Vice-Ministra da Saúde de Cuba, Marcia Cobas, que proibiu os médicos cubanos de interagir com os demais médicos, mantendo-os confinados em instalações militares. Essa determinação viola as leis brasileiras, que garantem o direito de ir e vir. Quem é esta senhora para vir dar ordens no Brasil?

Sr. Presidente, o Congresso Nacional não pode permitir que o Governo brasileiro seja submisso a uma mera Relatora da ONU, muito menos aos Ministros da ditadura comunista de Cuba.

Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa. que autorizasse a divulgação deste meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados.

Tenho dito.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de deixar como lido o nosso pronunciamento, para que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

A Presidenta Dilma Rousseff anunciou ontem que serão aplicados na educação, em 35 anos, mais de 112 bilhões dos *royalties* do petróleo. Anunciou, também, o registro de 4 milhões de matrículas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

Quero também, Sr. Presidente, deixar registrado e declarar o meu apoio ao documento subscrito por diversas entidades sobre a regulamentação do trabalho das empregadas domésticas. O documento é assinado pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS e pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD, que não concordam em ser tratadas de forma diferente, não aceitam as 4 horas extras diárias, a configuração de emprego diferente da dos demais trabalhadores, a questão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a inviabilização da organização do Sindicato das Empregadas Domésticas.

Todo o apoio à luta das domésticas!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para deixar registrado o seguinte artigo publicado no *Blog do Planalto:*

> "Governo prevê investimento de R$ 112 bilhões de royalties na educação em 35 anos.
>
> A presidenta da República, Dilma Rousseff, disse nesta terça-feira (27), que os recursos dos royalties do petróleo do pré-sal a serem investidos em educação devem chegar a R$112 bilhões em 35 anos. O pronunciamento foi feito na cerimônia de formatura de 2,6 mil estudantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), realizada em Belo Horizonte.
>
> Os formandos participaram de cursos oferecidos pelo Sistema S no âmbito do Pronatec. Os 1,3 mil estudantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e os 1,3 mil do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) formaram-se em cursos como eletricista industrial, mestre de obras, joalheiro, inglês aplicado ao turismo, almoxarife e sommelier.
>
> Foram atendidos estudantes dos Municípios mineiros de Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Coronel Fabriciano, Ibirité, Itabira, Itaúna, Mariana, Matozinhos, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Sete Lagoas, Tarumirim e Vespasiano.
>
> De acordo com a Presidenta, o emprego qualificado combina pessoas e educação e o trabalho não especializado tem um limite dentro da economia. "O Pronatec é uma ponte entre a necessidade que as empresas têm de trabalhadores qualificados e a necessidade que o Brasil tem de empregar os jovens", afirmou Dilma.
>
> Criado em 2011, o Pronatec já registrou 4 milhões de matrículas em todas as modalidades de cursos. Em Minas Gerais, foram efetu-

adas 468 mil matrículas. Até agosto deste ano, os mineiros formalizaram 104,4 mil matrículas em cursos de qualificação profissional e 58,4 mil em cursos técnicos por meio do Programa Bolsa-Formação.

O Pronatec tem como meta oferecer cursos técnicos e de formação inicial e continuada a 8 milhões de estudantes e trabalhadores até 2014.

Durante a cerimônia, o Ministro Aloizio Mercadante destacou os investimentos do Governo Federal em Minas Gerais. 'No esforço para melhorar o ensino médio foram distribuídos 66.294 tablets para professores de Minas, com conteúdo digital, e 10.428 projetores digitais que trazem a Internet para a sala de aula, possibilitando aulas mais dinâmicas e criativas', disse o Ministro.

De acordo com Mercadante, Minas Gerais registrou 803 mil inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que, além de oferecer vagas na educação superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), também permite o acesso ao ensino técnico e profissionalizante, com o Sistema de Seleção Unificada do Ensino Técnico (Sisutec).

Fonte: Ministério da Educação"

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Aos
Exmos. Srs. Deputados

A LUTA PELA EQUIPARAÇÃO DOS DIREITOS DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Senhores e Senhoras

Desde 2010, na Convenção Internacional do Trabalho realizada em Genebra, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS/CUT e a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD, vem lutando e participando ativamente de todos os espaços de debate e negociação pela equiparação dos direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas.

Vários foram os espaços como as duas Conferências da OIT, Grupos de Trabalho na Secretaria de Políticas para Mulheres, Reunião com parlamentares no Senado e também com os que formaram a Comissão Mista para regulamentar a PEC recém-aprovada. Entretanto ainda não foram suficientes para atender a demanda dessas trabalhadoras.

Consideramos ser necessário que o Parlamento Nacional escute as mais de 7 milhões de trabalhadoras domésticas e leve em conta a importância da aprovação da PEC, que não pode ser rasgada por uma norma infraconstitucional. O relatório da Comissão Mista, apresentada pelo Senador Romero Jucá e aprovada pelo Senado Federal, é flagrantemente contrário ao contido na E.C. 72, e por isso é essencial a aprovação do requerimento para que o PLP 302/2013 possa tramitar pela Comissão de Constituição e Justiça e também pela Comissão de Seguridade Social e Família e pela CTASP.

Acreditamos que se faz necessário que os Deputados e Deputadas ouçam as trabalhadoras domésticas, para compreender a realidade e dificuldades que essa profissão possui, para que então possam construir uma legislação que, conforme determina a Constituição Federal e a EC 72, trate todo cidadão brasileiro com igualdade.

Certos da compreensão e atendimento,
Vagner Freitas – Presidente da CUT
Alci Matos Araujo – Presidente da CONTRACS
Creuza Maria Oliveira – Presidente da FENATRAD

O SR. GERALDO SIMÕES (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço este pronunciamento, que peço a V.Exa. considere como lido e autorize sua publicação nos órgãos de comunicação da Casa, sobre ato importante que houve na Salão Verde da Casa, promovido pelo PT, PCdoB, PSB e PDT, dando conta ao povo brasileiro de que conseguimos 180 assinaturas para o projeto de decreto legislativo que apresentamos a esta Casa hoje, convocando um plebiscito para ouvir o povo brasileiro sobre a reforma política.

Nesta proposta de decreto legislativo, queremos saber a posição do povo brasileiro sobre o financiamento público de campanha, a participação popular utilizando o instrumento moderno da Internet e sobre a coincidência de mandatos.

A matéria começou a tramitar, e esperamos desta Casa pressa para a aprovação dessa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã participei do ato de apresentação de 180 assinaturas para o projeto de decreto legislativo sobre o plebiscito da reforma política.

Apoiaram esse ato e defendem o decreto os seguintes partidos: PT, PDT, PSB e PCdoB, que coletaram as assinaturas em número superior às 171 necessárias para a apresentação da proposta.

Sr. Presidente, quero destacar a posição coerente dos que defendem o plebiscito como forma de atender

as demandas das ruas, defendidas nas manifestações de junho. Muito se falou em participação e fomos radicalmente cobrados pela oposição. No entanto, somente nosso Governo apresentou propostas concretas. A Oposição gritou, fez alarde, mas, de concreto, somente tratou de barrar nossas propostas de plebiscito.

Hoje, estamos trazendo ao cenário político brasileiro uma proposta concreta: o projeto de decreto legislativo que "dispõe sobre a convocação de plebiscito para decidir sobre temas da reforma política".

O projeto apresenta três questões básicas:

1 – sobre financiamento de campanhas eleitorais, divididas em três perguntas:

a) você concorda com que empresas façam doações para campanhas eleitorais?;

b) você concorda com que pessoas físicas façam doações para campanhas eleitorais?;

c) você concorda que o financiamento de campanhas eleitorais deve ser exclusivamente público?

2 – Você concorda que a população participe, opinando e propondo pela Internet, da apresentação de proposta de emenda à Constituição, de projeto de lei complementar e de projeto de lei ordinária?

3 – Você concorda que as eleições para Presidente, Governadores, Prefeitos, Deputados, Senadores e Vereadores devam ser realizadas no mesmo ano?

Com o início da tramitação da proposta, que também foi entregue ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, e à Presidente Dilma Rousseff, o debate da reforma política e do plebiscito deve ser incrementado e terá como referência uma proposta concreta. Isto terá o mérito de reavivar os anseios de participação, marcados pelas manifestações, e mostrar a todo Brasil quem são os verdadeiros aliados dos setores populares.

Temos consciência da trajetória histórica dos partidos brasileiros que se forjaram nas lutas contra a ditadura militar e na construção de alternativas de participação popular, construídas nas fábricas, nas escolas, nos bairros, nos campos e nas cidades, junto aos trabalhadores, homens e mulheres de nosso Brasil. Suas bandeiras e as bandeiras defendidas pela juventude de 2013, particularmente transporte, saúde, educação e decisiva participação política, somente podem ser levadas em conjunto pelos partidos de tradição e raízes populares.

Essa é nossa luta e nela continuaremos, consolidando a participação social na vida política do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CARLOS SOUZA (PSD-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma pouca-vergonha o que as operadoras de telefonia celular, na modalidade pré-pago, fazem com o povo brasileiro, usuário e consumidor.

Quando o usuário compra, por exemplo, 50 reais de crédito, para ser usado por um serviço que a operadora ainda não prestou, ela delimita um tempo de validade do seu dinheiro. Se você não utilizar o serviço pelo prazo de 60 a 90 dias, o seu dinheiro vai a zero, não tem mais validade. Isso é um absurdo, Sr. Presidente!

O pior é que existe uma resolução da ANATEL, que é a agência reguladora e fiscalizadora, conivente com isso.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional me dá a prerrogativa para que eu possa, como Deputado, entrar com um projeto de decreto legislativo e derrubar essa resolução da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em respeito aos usuários.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Eu vou chamar o nobre Deputado Edinho Bez, em permuta com este Deputado que ora preside a sessão. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marçal Filho, obrigado por entender o compromisso que tenho e por imediatamente ter aceitado a permuta.

Sras. e Srs. Deputados, eu falo dos novos voos no Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, em Jaguaruna, Santa Catarina. Na época em que nós assumimos a Secretaria de Estado da Infraestrutura, no primeiro mandato do Governador Luiz Henrique da Silveira, deparamos com o aeroporto parado, ainda no início das obras. O consórcio de Prefeitos não havia pago o terreno aos proprietários. Quando assumimos, nós determinamos o início das obras, no entendimento que fizemos com associações comerciais e industriais, com Prefeitos, com Vereadores, com lideranças, com a imprensa, que teve um papel fundamental.

Retomamos as obras e agora, meu caro Presidente, temos o privilégio e o orgulho de dizer que o Governador Raimundo Colombo vai inaugurar o aeroporto e, quem sabe, até o mês de outubro tenhamos os primeiros voos.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Deputado Federal e ex-Secretário de Estado da Infraestrutura em Santa Catarina, quando assumi o cargo, mesmo com o Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, em Jaguaruna, estando com as obras no início e com pendência de pagamento aos proprietários dos terrenos, parte das Prefeituras

(consorciadas), imediatamente determinei a retomada das obras, acordado com o Governador Luiz Henrique da Silveira. Foram muitas reuniões, discussões, mas a decisão política, tomada por nós, prevaleceu e, apesar da burocracia, chegamos ao momento mais esperado, que é a inauguração definitiva nos próximos 60 dias.

Por isso falo nesta oportunidade, para relatar sobre os novos voos que devem ser operados no Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, em Jaguaruna/Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, que podem ser os destinos que as companhias aéreas devem oferecer em breve no Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi. A afirmação é do gerente de processos da RDL Aeroportos, Walmir dos Santos Silva Júnior.

As empresas aéreas TAM e Gol, em recente reunião com representantes da RDL, afirmaram que irão avaliar a possibilidade de ofertar esses destinos. A Gol, inclusive, se propôs a ofertar voo extra para o aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, durante a temporada, e funcionários da malha aérea da companhia foram inspecionar o local.

A ampliação da pista em mais 15 metros também não foi exigência por parte das empresas. Tanto a Gol quanto a TAM mostraram-se muito interessadas em operar, e o tamanho da pista não foi mencionado pelas companhias. Aguarda-se apenas a inspeção da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e, na sequência, o aeroporto deve iniciar a operação. Os trabalhos acontecem para que isso ocorra em outubro.

Segundo anunciado, a RDL tem tomado alguns cuidados para que o serviço oferecido à população seja de qualidade, com TV por assinatura, Internet, restaurante e café.

Espera-se que o aeroporto seja um ponto de convivência de qualidade, com gastronomia diferenciada e valor aceitável, já que o metro quadrado dos aeroportos é o mais caro do Brasil. Isso faz, muitas vezes, com que os valores do produto ao consumidor sejam elevados.

Por isso, pretende-se garantir que as empresas do setor alimentício tenham bons preços, uma vez que essa é uma das maiores reclamações dos usuários dos aeroportos em todo o País.

De acordo com o Superintendente da RDL, Fernando Linhares de Castro, as duas empresas estão bastante interessadas em operar no aeroporto regional. *"Primeiro, precisamos de um ICMS mais baixo em Santa Catarina, que hoje está em 17%. Atualmente, as companhias aéreas estão cortando voos e não acrescentando e, por isso, é preciso incentivo. O segundo passo é ter passageiros para estes voos",* ressalta.

Além da TAM e da Gol, as empresas aéreas Avianca e Azul também mostraram interesse em operar no Aeroporto Regional Sul. O aeroporto vai funcionar em breve e espera-se uma operação perene das empresas aéreas.

O Gerente de Processos da RDL Aeroportos, Walmir dos Santos Silva Júnior, conta que o Aeroporto Regional Sul, em Jaguaruna, terá estrutura para atender a demanda nos próximos 3 anos. Contudo, ressalta ele, a RDL já pensa no projeto de expansão.

Para o futuro, pretende-se expandir o aeroporto, com uma sala de 600 metros quadrados para embarque e desembarque, com passarela de vidro. Isso é projeto futuro, uma vez que o aeroporto tem estrutura para atender a demanda nos 3 anos seguintes. Além disso, também é projeto transformar o aeroporto em internacional.

Para isso, faz-se necessário passar de regional para doméstico e depois para internacional.

Parabenizo todos aqueles que trabalharam, ajudaram de forma direta e indireta, incluindo a imprensa, por acompanhar e divulgar inclusive esse último acontecimento, que é previsão de inaugurarmos em seguida.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho, do PT do Piauí. S.Exa. dispõe de até 1 minuto.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar com muita alegria o andamento do projeto de urbanização e construção de uma área coberta com palco para eventos no Morro da Cruz, na cidade de Oeiras, no valor de 250 mil reais, por meio de emenda de minha iniciativa, em convênio com o Ministério do Turismo.

Quero também, Sr. Presidente, registrar com alegria a audiência pública da PEC 368, realizada na última quinta-feira, dia 22 de agosto, da qual sou Relator. No Piauí, nós tivemos um requerimento do meu querido Deputado João de Deus, aprovado na Assembleia, e tivemos também a presença da nossa querida Flávia Morais, Presidente da Comissão da PEC da Irrigação, que queremos aprovar ainda este ano.

Por fim, Sr. Presidente, não posso deixar de agradecer, com muita alegria, ao Presidente desta Casa, que, como V.Exa. acabou de ler, determinou a instalação da Comissão Especial da PEC 140, da minha iniciativa, que já foi admitida. Eu espero que essa PEC seja aprovada o mais rápido possível.

Era isso, Sr. Presidente.

Gostaria de dar estes pronunciamentos como lidos e que fossem divulgados nos Anais desta Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro aqui uma importante informação para a minha terra natal, Oeiras, que é o andamento das obras de urbanização e construção de área coberta com um palco para eventos no Morro da Cruz, ponto turístico da cidade de Oeiras.

Cinquenta por cento do valor da obra havia sido liberado em 28 de junho passado para iniciar o trabalho. O valor total da obra é de 250 mil reais e foi viabilizado via emenda parlamentar de minha autoria, formalizada no Convênio nº 070826/2011, que tem como órgão executor o Ministério do Turismo.

A obra contribui para a estrutura física que dá suporte ao desenvolvimento da atividade turística da primeira capital, que se destaca nas modalidades histórica e religiosa.

Agradeço ao Governo Federal pela liberação da emenda. E parabenizo ao povo de Oeiras por mais esta conquista.

Obrigado pela atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro a realização da audiência pública sobre a PEC 368/09, chamada PEC da Irrigação, na Capital do Piauí, Teresina, no último dia 22 de agosto, com a Comissão Especial formada para analisar a PEC. A sessão foi realizada em atendimento a meu requerimento – sou Relator na Comissão –, e na Assembleia Legislativa do Piauí foi articulada pelo Deputado Estadual João de Deus, meu companheiro de partido.

Foi o quarto evento realizado pela Comissão. E ressalto a importância de debates como esse, aliados a estudos técnicos, para fazermos um diagnóstico sobre os valores investidos durante a vigência do dispositivo – últimos 25 anos – abordando os Estados e a faixa social que foram mais beneficiados. Devo entregar o relatório da Comissão até final até dia 20 de setembro para ser votado por esta Casa.

Agradeço a participação da Deputada Flavia Morais, do PDT de Goiás, Presidente da Comissão, na audiência no Piauí. Junto com ela, ouvi as propostas dos participantes do debate como sindicatos de trabalhadores rurais, secretários municipais de agricultura, gerentes de projetos de irrigação, como o dos Tabuleiros Litorâneos; Deputados Estaduais, Vereadores, Prefeitos, diretores do Banco do Nordeste, FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/PI), Secretaria de Desenvolvimento Rural do Piauí, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF).

Na sessão, além de defender que o percentual de 50% dos recursos destinados pelo Governo Federal para irrigação sejam mantidos no Nordeste, eu e os demais participantes solicitamos que sejam distribuídos de forma mais justa para beneficiar os Estados menos contemplados nestes 25 anos de vigência da lei, e que a agricultura familiar, que tem ficado de fora dos grandes investimentos feitos nesta área, seja contemplada.

Sr. Presidente, permita-me informar um pouco mais sobre o tema da PEC da Irrigação: A Constituição de 1988 fixou a aplicação mínima de 20% na Região Centro-Oeste e de 50% na Região Nordeste, preferencialmente no Semiárido, por um período de 15 anos. A Emenda Constitucional nº 43, de 2004, ampliou o período inicialmente estabelecido para 25 anos, estendendo-o até 2013. A PEC 368/09, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, do PMDB do Mato Grosso, estende esse período para 35 anos a partir da promulgação da Constituição. Assim, prolonga a vigência do dispositivo constitucional até 2023.

Concluo destacando que a segurança hídrica e a canalização da água podem diminuir as desigualdades regionais. Com a irrigação, nosso País tem potencial para aumentar o desenvolvimento. Por isso a PEC da Irrigação é tão importante.

A audiência pública no Piauí apontou a oportunidade ímpar de a agricultura familiar ser incluída de forma mais significativa nos projetos de irrigação.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, compartilho com este Plenário a alegria de ver aprovada a admissibilidade da PEC 140/12 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa, na semana passada, e agora de o Presidente Henrique Eduardo Alves autorizar a instalação da Comissão Especial. A aprovação abre espaço para discussão nesta Casa sobre a cobrança de IPVA sobre veículos aéreos e aquáticos de luxo, como jatinhos e iates.

Hoje, o Imposto sobre a Propriedade Veículos Automotores incide sobre carros e motos, e não é justo que um *motoboy*, que usa a moto para trabalhar, pague um imposto do qual um proprietário de avião ou embarcação está isento.

Essa discrepância é uma característica do sistema tributário atual, que tende a sacrificar os trabalhadores e proteger o capital e a propriedade. Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os 10% mais pobres da população brasileira dispõem de 32,8% de sua renda mensal para pagar impostos, enquanto os 10% mais ricos pagam 22% de sua renda.

Nosso Governo Federal tem demonstrado sensibilidade para a diminuição das desigualdades com programas de inclusão social. Porém, é preciso avançar mais. Por isso é que propus uma série de projetos, alguns individualmente, outros em conjunto com Parlamentares petistas, onde se inclui também a tributação

de grandes fortunas (PL 130/12) e a distribuição mais justa entre os Estados do ICMS gerado nas compras feitas pela Internet e outros meios não presenciais (a PEC 71/11).

O objetivo final de projetos como a PEC do Comércio Eletrônico, a PEC do IPVA e a tributação de grandes fortunas é promover a justiça fiscal. Ou seja, em vez de novos impostos, criar leis para redistribuir a carga entre os contribuintes e reduzir os peso sobre os mais pobres. Isso é possível ser feito tributando mais a renda (sobre a qual hoje incidem 31% dos impostos) e o patrimônio (que responde por 13,5%) e desonerando o peso dos tributos sobre o consumo de itens como alimentos, água, luz, transporte e outros (que correspondem a 55% dos impostos). Estes últimos são cobrados de forma direta, ou seja, são tributos que todos pagam, mas que pesam mais sobre o orçamento dos trabalhadores de renda mais baixa.

Com os recursos advindos da nova forma de arrecadação é que propus a desoneração da cesta básica (PL 3154/12), antecipada pela Presidenta Dilma Rousseff via medida provisória. Propus também o financiamento da Integração de Bacias da Fronteira Seca do Piauí com o Rio São Francisco para levar água ao Semiárido, cujo projeto de viabilidade já foi autorizado pelo Governo Federal. E agora, mais recentemente, propus que os valores advindos da PEC do IPVA, estimados em mais de R$ 2 bilhões/ano, sejam investidos em projetos de mobilidade urbana, inclusive na redução da tarifa de transporte público.

Sr. Presidente, eu compreendo que, com essas propostas, estou incomodando o poder econômico, que é muito forte neste País. Esses projetos são, vez por outra, repelidos. São resistências que se impõem de forma direta em matérias na mídia ou se configuram de outras maneiras, mas sempre rechaçando minha postura, questionando minha conduta, plantando mentiras para pôr em dúvida o real objetivo dos projetos que apresento, em tentativas de intimidação.

Estes sinais apareceram de forma mais numerosa na semana seguinte à admissão da PEC do IPVA pela CCJC, e a tendência é que se multipliquem. Mas eu continuo na luta porque entendo que a parcela da sociedade que está na alta classe precisa deixar sua zona de conforto para que o País possa distribuir renda, reduzir as desigualdades, garantir mais oportunidade para todos, investindo nos pequenos.

É uma luta árdua, difícil e penosa. Sei que estou mexendo num vespeiro, mas é por uma causa justa. Os Parlamentares da CCJC compreenderam a proposta e sou grato por isso. Convido aos demais Parlamentares desta Casa a debater o assunto na Comissão Especial que será criada agora pela Presidência da Câmara. Convido a todos os Deputados a participar da causa da justiça fiscal para reduzir as desigualdades sociais no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (PSDB-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã, em Manaus, a Comissão Especial que analisa a prorrogação da Zona Franca de Manaus tem um encontro marcado que é definitivo. Ali nós vamos elaborar o documento final que vamos apresentar aqui aos senhores.

É disso que eu quero falar: em breve, nós, do Amazonas e da Amazônia, precisaremos de todos vocês para aprovar a prorrogação da Zona Franca de Manaus, quando, então, mostraremos os dados de que nós estamos longe, mas ajudando, produzindo e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e, apesar disso, ainda nos veem com outros olhos.

Vamos trazer esse documento até o final de setembro e esperamos contar com o Nordeste, com o Norte, com a Amazônia, com o Sul e o Sudeste. A Zona Franca, para nós, senhores e senhoras, continua sendo o ar que respiramos. Nós precisamos da Zona Franca e contamos com a colaboração de vocês. Vamos trazer isso logo em pauta, até o final de setembro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Vamos interromper um pouco esse período da sessão porque a Liderança tem precedência, segundo o nosso Regimento Interno.

Concedo a palavra, portanto, ao nobre Deputado Anthony Garotinho, para uma Comunicação de Liderança pelo Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PSL/PRTB. S.Exa. dispõe de até 6 minutos.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus colegas, Sras. e Srs. Deputados, há 50 anos, no dia de hoje, na cidade de Washington, nos Estados Unidos, o líder e pastor batista Martin Luther King fez um discurso que entrou para a história. Um discurso que era um libelo não só contra a discriminação racial, mas contra as injustiças sociais praticadas nos Estados Unidos e que continuam a ocorrer lá e em boa parte do mundo.

Eu não poderia deixar de, nesta data, registrar nos *Anais* da Câmara dos Deputados, mais uma vez, aquele discurso carregado de simbolismo, verdade e emoção que moveu o coração do povo americano e do mundo, já que Martin Luther King era muito mais do que um líder político, muito mais do que um pastor batista. Ele era um visionário.

Eu sei que não será possível ler todo o discurso, mas eu o lerei até onde for possível, e, depois, pedirei

à Mesa da Casa que autorize a transcrição nos Anais, na íntegra, dessa verdadeira parte da história da liberdade mundial:

> "Eu estou contente em unir-me com vocês no dia de hoje, que entrará para a história como a maior demonstração pela liberdade na história de nossa Nação.
>
> *Cem anos atrás, um grande americano, em cuja sombra simbólica* nos encontramos hoje, assinou a Proclamação da Emancipação. Esse importante decreto veio como um grande farol de esperança para milhões de escravos negros que tinham murchado nas chamas da injustiça. Ele veio como uma alvorada para terminar a longa noite de seus cativeiros.
>
> Mas cem anos depois o negro ainda não é livre. Cem anos depois, a vida do negro ainda é tristemente inválida pelas algemas da segregação e as cadeias de discriminação. Cem anos depois, o negro vive em uma ilha só de pobreza no meio de um vasto oceano de prosperidade material. Cem anos depois, o negro ainda adoece nos cantos da sociedade americana e se encontra exilado em sua própria terra. Assim, nós viemos aqui hoje para dramatizar sua vergonha condição.
>
> De certo modo, nós viemos à capital de nossa Nação para trocar um cheque. Quando os arquitetos de nossa república escreveram as magníficas palavras da Constituição e da Declaração da Independência, eles assinaram uma nota promissória para a qual todo americano seria seu herdeiro. Esta nota era uma promessa de que todos os, sim, os homens negros, como também os homens brancos, teriam garantidos os direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Hoje é óbvio que aquela América não apresentou esta nota promissória. Em vez de honrar essa obrigação sagrada, a América deu para o povo negro um cheque sem fundo, um cheque que voltou marcado com 'fundos insuficientes'.
>
> Mas nós nos recusamos a acreditar que o banco da justiça é falível. Nós nos recusamos a acreditar que há capitais insuficientes de oportunidade nesta nação. Assim, nós viemos trocar este cheque, um cheque que nos dará o direito de reclamar as riquezas de liberdade e a segurança da justiça.
>
> Nós também viemos para recordar à América essa cruel urgência. Este não é o momento para descansar no luxo refrescante ou tomar o remédio tranquilizante do gradualismo.
>
> Agora é o tempo para transformar em realidade as promessas de democracia. Agora é o tempo para subir do vale das trevas da segregação ao caminho iluminado pelo sol da justiça racial. Agora é o tempo para erguer nossa nação das areias movediças da injustiça racial para a pedra sólida da fraternidade. Agora é o tempo para fazer da justiça uma realidade para todos os filhos de Deus.
>
> Seria fatal para a nação negligenciar a urgência desse momento. Este verão sufocante do legítimo descontentamento dos Negros não passará até termos um renovador outono de liberdade e igualdade. Este ano de 1963 não é um fim, mas um começo. Esses que esperam que o Negro agora estará contente terão um violento despertar se a nação votar aos negócios de sempre.
>
> Mas há algo que eu tenho que dizer ao meu povo que se dirige ao portal que conduz ao palácio da justiça. No processo de conquistar nosso legítimo direito, nós não devemos ser culpados de ações de injustiças. Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo da xícara da amargura e do ódio. Nós sempre temos que conduzir nossa luta num alto nível de dignidade e disciplina. Nós não devemos permitir que nosso criativo protesto se degenere em violência física. Novamente e novamente nós temos que subir às majestosas alturas da reunião da força física com a força de alma. Nossa nova e maravilhosa combatividade mostrou à comunidade negra que não devemos ter uma desconfiança para com todas as pessoas brancas, para muitos de nossos irmãos brancos, como comprovamos pela presença deles aqui hoje, vieram entender que o destino deles é amarrado ao nosso destino. Eles vieram perceber que a liberdade deles é ligada indissoluvelmente a nossa liberdade. Nós não podemos caminhar só. E como nós caminhamos, nós temos que fazer a promessa de que nós sempre marcharemos à frente. Nós não podemos retroceder. Há esses que estão perguntando para os devotos dos direitos civis: 'quando vocês estarão satisfeitos?'
>
> Nós nunca estaremos satisfeitos enquanto o Negro for vítima dos horrores indizíveis da brutalidade policial. Nós nunca estaremos satisfeitos enquanto nossos corpos, pesados com a fadiga da viagem, não poderem ter hospedagem nos motéis das estradas e hotéis das cidades. Nós não estaremos satisfeitos

enquanto um Negro não puder votar no Mississipi e um Negro em Nova Iorque acreditar que ele não tem motivo para votar. Não, não, nós não estamos satisfeitos e nós não estaremos satisfeitos até que a justiça e a retidão rolem abaixo como águas de uma poderosa correnteza.

Eu não esqueci que alguns de vocês vieram até aqui após grandes testes e sofrimentos. Alguns de vocês vieram recentemente de celas estreitas das prisões. Alguns de vocês vieram de áreas onde sua busca pela liberdade lhe deixaram marcas pelas tempestades das perseguições e pelos ventos de brutalidade policial. Vocês são os veteranos do sofrimento. Continuem trabalhando com a fé que sofrimento imerecido é redentor. Voltem para o Mississippi, voltem para o Alabama, voltem para a Carolina do Sul, voltem para a Geórgia, voltem para Louisiana, voltem para as ruas sujas e guetos de nossas cidades do norte, sabendo que de alguma maneira esta situação pode e será mudada. Não se deixe cair no vale de desespero.

Eu digo a vocês hoje, meus amigos, que, embora nós enfrentemos as dificuldades de hoje e amanhã, eu ainda tenho um sonho. É um sonho profundamente enraizado no sonho americano.

Eu tenho um sonho de que um dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença – nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais.

Eu tenho um sonho de que um dia nas colinas vermelhas da Geórgia os filhos dos descendentes de escravos e os filhos dos desdentes dos donos de escravos poderão se sentar junto à mesa da fraternidade.

Eu tenho um sonho de que um dia, até mesmo no estado de Mississippi, um estado que transpira com o calor da injustiça, que transpira com o calor de opressão, será transformado em um oásis de liberdade e justiça.

Eu tenho um sonho de que minhas quatro pequenas crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Eu tenho um sonho hoje!

Eu tenho um sonho de que um dia, no Alabama, com seus racistas malignos, com seu governador que tem nos lábios gotejando palavras de intervenção e negação; nesse justo dia no Alabama, meninos negros e meninas negras poderão unir as mãos com meninos brancos e meninas brancas como irmãs e irmãos. Eu tenho um sonho hoje!

Eu tenho um sonho de que um dia todo vale será exaltado, e todas as colinas e montanhas virão abaixo, os lugares ásperos serão aplainados e os lugares tortuosos serão endireitados e a glória do Senhor será revelada e toda a carne estará junta.

Esta é nossa esperança. Esta é a fé com que regressarei para o Sul. Com esta fé nós poderemos cortar da montanha do desespero uma pedra de esperança. Com esta fé nós poderemos transformar as discórdias estridentes de nossa nação em uma bela sinfonia de fraternidade. Com esta fé nós poderemos trabalhar juntos, rezar juntos, lutar juntos, para ir encarcerar juntos, defender liberdade juntos, e quem sabe nós seremos um dia livre. Este será o dia, este será o dia quando todas as crianças de Deus poderão cantar com um novo significado.

'Meu país, doce terra de liberdade, eu te canto.

Terra onde meus pais morreram, terra do orgulho dos peregrinos,

De qualquer lado da montanha, ouço o sino da liberdade!'

E se a América é uma grande nação, isto tem que se tornar verdadeiro.

E assim ouvirei o sino da liberdade no extraordinário topo da montanha de New Hampshire.

Ouvirei o sino da liberdade nas poderosas montanhas de Nova York.

Ouvirei o sino da liberdade nos engrandecidos Alleghenies da Pennsylvania.

Ouvirei o sino da liberdade nas montanhas cobertas de neve Rockies do Cobrado.

Ouvirei o sino da liberdade nas ladeiras curvas da Califórnia.

Mas não é só isso. Ouvirei o sino da liberdade na Montanha de Pedra da Geórgia.

Ouvirei o sino da liberdade na Montanha de Vigilância do Tennessee.

Ouvirei o sino da liberdade em todas as colinas do Mississipi.

Em todas as montanhas, ouviu o sino da liberdade.

E quando isto acontecer, quando nós permitirmos o sino da liberdade soar, quando nós deixarmos ele soar em toda moradia e

todo vilarejo, em todo estado e em toda cidade, nós poderemos acelerar aquele dia quando todas as crianças de Deus, homens pretos e homens brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão unir as mãos e cantar nas palavras do velho espiritual negro: 'Livre afinal, livre afinal. Agradeço ao Deus todo-poderoso, nós somos livr*es afinal'."*

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a publicação do meu discurso nos Anais da Casa em seu inteiro teor.

Martin Luther King vive no coração de todas as pessoas, independentemente de cor, que amam a liberdade e a justiça.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Está autorizada a transcrição do pronunciamento de V.Exa. nos Anais da Casa em seu inteiro teor.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, houve ineditismo quanto à proposta de auxílio às comunidades rurais do Espírito Santo no caso da telefonia rural, conforme o modelo que o Governador Renato Casagrande inaugurou no Brasil. Da mesma forma, foi criado segunda-feira e aprovado pela Assembleia Legislativa um fundo econômico para transferência direta aos Municípios, diminuindo muito a burocracia na elaboração dos convênios e agilizando a transferência de recursos, para que cheguem aos Municípios que necessitam muito neste ano de dificuldades financeiras.

Também na segunda-feira, no Palácio Anchieta, foi lançado o Projeto Patrulha da Comunidade, que propicia uma viatura e duas motos com policiais aos bairros de maior concentração populacional e comércio, o que diminuirá o crime contra o patrimônio e dará mais sensação de segurança à nossa população do Espírito Santo e especialmente da Capital.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Mauro Benevides, em permuta com o Deputado Celso Maldaner, por 1 minuto.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em solenidade a ser realizada às 20 horas de amanhã, a Ordem dos Advogados do Ceará concederá o Prêmio Luiz Cruz de Vasconcelos a quatro ilustres jornalistas – Adísia Sá, Edilmar Norões, Nonato Albuquerque e Dimitri Tulio –, figuras de destaque da comunicação social entre nós, todos com inestimável folha de serviços prestados à população da unidade federada que represento nesta Casa.

O próprio Presidente da OAB do Ceará, Valdetário Monteiro, outorgará a láurea aos agraciados, num justíssimo testemunho de agradecimento ao trabalho que os mesmos empreenderam até agora, identificados com as nobilitantes causas que se inserem no rol de atribuições de um órgão que vem de completar 8 décadas de existência entre nós.

Aliás, essa Casa Legislativa, no dia 12 de agosto, promoveu sessão especial para assinalar os 80 anos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará, em evento que teve a participação, também, do Presidente Nacional, Marcus Vinícius, do Cardeal de Brasília Dom José Freire Falcão e de outras eminentes autoridades, cabendo-me, como autor, realçar o profícuo afã dos nossos advogados em defesa das liberdades públicas – tarefa de que também se incumbiram os homens de imprensa, ora galardoados com a expressiva comenda.

Recordo, igualmente, que, durante o último pleito, estive na Associação Cearense de Imprensa – ACI, sufragando a chapa liderada por Adísia, cuja vitalidade para enfrentar novos desafios fê-la merecedora do entusiástico apoio de seus colegas de mídia.

Quanto ao patrono da honraria, orgulho-me por haver sido por ele escolhido para a missão de prefaciar o seu último livro, numa retrospectiva de brilhante trajetória que cumpriu como mestre do Direito e idealista de soluções oportunas para a realidade política brasileira, preconizando diretrizes corretas na esfera do sistema eleitoral, situando-as em padrões éticos inafastáveis.

O acontecimento de amanhã, portanto, reúne todos esses requisitos para tornar-se momento auspicioso, tanto no que concerne ao prestigio do sodalício do saudoso Perboyre e Silva, como de nossa octogenária OAB, ambos simbolizando luta incessante em prol das liberdades públicas.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer três registros.

O primeiro é relativo ao lançamento hoje do projeto de decreto legislativo que viabiliza o plebiscito. O PDT, o PCdoB, o PSB e o PT estão lutando para que nós possamos aprová-lo e, posteriormente, realizar a reforma política neste Parlamento.

O segundo refere-se à III Conferência da Promoção da Igualdade Racial, que acontece até sexta-feira na Bahia.

E o último diz respeito, novamente, ao Programa Mais Médicos. Foi com indignação que eu e, tenho certeza, qualquer Parlamentar que luta por democracia no Brasil vimos a recepção dada por uma minoria no Ceará aos médicos cubanos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta quarta-feira, dia 28, participei do ato que protocolou o projeto de decreto legislativo (PDC) que viabiliza o plebiscito sobre a reforma política. Já possuímos mais de 175 assinaturas. Ao meio-dia, os Presidentes destes partidos, PT, PCdoB, PDT e PSB, protocolaram a cópia do projeto no Palácio do Planalto. O PDC puxado por esses partidos traz cinco perguntas a serem respondidas pela população:

1) Você concorda com que empresas façam doações para campanhas eleitorais?

2) Você concorda com que as pessoas físicas façam doações para campanhas eleitorais?

3) Você concorda com que o financiamento das campanhas eleitorais deve ser exclusivamente público?

4) Você concorda com que a população participe, opinando e propondo pela Internet, quanto à apresentação de proposta de emenda constitucional, projeto de lei complementar e projeto de lei ordinária?

5) Você concorda com que as eleições para presidente, governadores, prefeitos, deputados, senadores e vereadores devam ser realizadas no mesmo ano?

O PDC vai tramitar na Comissão de Finanças e Tributação e, depois, na Comissão de Constituição e Justiça. Daí, vamos à votação em plenário.

A reforma política é uma demanda que veio das ruas, das mobilizações que aconteceram no último período. É necessário que encaminhemos essa tramitação de maneira ágil para a consolidação da democracia no nosso País.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o tema *Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por uma Bahia Afirmativa*, começa hoje e vai até a próxima sexta-feira, em Salvador, a III Conferência de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia. O evento pretende discutir com a sociedade civil, entre outras coisas, as estratégias de ação nas políticas de combate ao racismo institucional e a cobrança do cumprimento da Lei nº 10.639, de 2008, que determina o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira.

Trata-se de um evento importante não só para a Bahia, onde as manifestações culturais do povo negro são marcantes em diversos segmentos da sociedade, mas para o Brasil como um todo, no momento em que cada vez mais se afirmam as políticas de inclusão social para os afrodescendentes, como as cotas nas universidades. É um evento que serve de conscientização para que essa mesma sociedade abomine cada vez mais as práticas racistas e discriminatórias contra os negros em todo o País.

Coordenada pelo Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia – CDCN-BA, a conferência é parte preparatória para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que será realizada em Brasília, de 5 a 7 de novembro próximo.

Em Salvador, participarão do evento, além de palestrantes e espectadores, 104 delegados da Capital baiana e outros 287 que estiveram entre os meses de junho e julho nas conferências de 82 Municípios da Bahia.

E aqui, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez lembro que, há mais de 8 anos, desde junho de 2005, tramita na Assembleia Legislativa da Bahia o Projeto de Lei nº 14.692, de 2005, que institui o Estatuto Estadual de Promoção da Igualdade Racial e Combate a Intolerância Religiosa, de nossa autoria, quando exercia o mandato de Deputado Estadual. O projeto foi resultado de amplas consultas aos movimentos negros da Bahia e fruto de intensas discussões da I Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

Nos últimos 10 anos, desde a criação da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial e do estabelecimento da Lei nº 10.639, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da educação, o Estatuto Estadual na Bahia ainda permanece em processo de tramitação na Assembleia Legislativa da Bahia. É um mecanismo importante para a comunidade negra da Bahia, na medida em que fará uma nova leitura das desigualdades existentes na sociedade baiana, em que o negro tem sido a maior vítima.

O Estado da Bahia só tem a ganhar com a aprovação do Estatuto Estadual de Promoção da Igualdade Racial e Combate a Intolerância Religiosa. Somos um Estado em que mais de 60% da população é afrodescendente, mas, mesmo assim, ainda sofre, e muito, com a discriminação, o preconceito e a violência contra o povo negro, quer nas suas manifestações culturais, quer na sua religiosidade.

Daí por que há necessidade de dispormos de um mecanismo legal e institucional que norteie as políticas públicas e combata as práticas racistas, segregacionistas e preconceituosas contra os afrodescendentes em todos os níveis.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de registrar a minha solidariedade aos médicos cubanos que chegaram ao Brasil para ajudar

as populações mais carentes e mais afastadas dos grandes centros, que vivem em condições precárias, e sem a presença, há muitos anos, de um médico.

O Ministério da Saúde, ao celebrar convênio com a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS e o Governo de Cuba, dá importante passo no sentido de ampliar a atenção básica aos 701 Municípios que não receberam inscrição de trabalho de nenhum médico brasileiro ou estrangeiro. Nesses lugares mais longínquos, teremos a presença de 400 médicos cubanos já acostumados com missões mais difíceis em várias partes do mundo.

O Programa Mais Médicos já pode ser comemorado, pela amplitude do seu alcance. Conta com a participação de médicos brasileiros, argentinos, portugueses, espanhóis, uruguaios e cubanos, que atenderão antiga expectativa das comunidades mais pobres, mais carentes, ansiosas pelo acesso à saúde pública de qualidade e aos profissionais da área.

Infelizmente, um lado triste dessa história merece nosso repúdio e indignação: a malsinada recepção aos médicos cubanos no aeroporto de Fortaleza, Ceará, organizada por algumas médicas, com agressões, xingamentos injustificáveis, tratando os visitantes humildes com incivilidade, grosserias e cenas de racismo.

Essa intolerância nada acrescenta. Ao contrário, diminui o prestígio dos médicos brasileiros perante a sociedade pátria e internacional, comprometendo a credibilidade das instituições que representam esses profissionais e que deveriam zelar pela boa formação e postura ética no trato com todas as pessoas.

Um povo alegre, afetuoso e amigo dos brasileiros – sempre demonstrou isso o povo cubano – não merecia tratamento descortês e cruel, como o verificado no aeroporto de Fortaleza. É algo de triste lembrança.

Este registro, portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faz-se necessário e oportuno para reafirmar nossos laços de fraternidade e solidariedade mútuos com a nação cubana, de tantas tradições nas causas humanitárias, no acolhimento de jovens de todo o mundo na sua importante escola de Medicina e em todas as campanhas humanistas com os povos mais sofridos do planeta.

Vale registrar que, no próximo dia 5 de setembro, na Assembleia Legislativa da Bahia, haverá uma sessão especial. Foi convocada pela Deputada Luiza Maia. Contará com a presença dos médicos cubanos que vão trabalhar no interior da Bahia. Estarão presentes também personalidades e entidades favoráveis à solidariedade entre os povos.

Repetimos desta tribuna a saudação dos democratas de todo o País: bem-vindos, médicos cubanos!

O povo brasileiro que mais precisa saúda a presença de vocês em nosso País!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. SILAS CÂMARA (PSD-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que fosse divulgada nos órgãos de imprensa desta Casa a audiência pública que vai ser realizada amanhã, no Estado do Amazonas, sobre a emenda constitucional que prorroga os incentivos da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos.

Apensada a essa emenda constitucional, Sr. Presidente, há uma proposta de emenda à Constituição, de minha autoria, que perpetua os incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus, até porque a floresta em pé não tem validade, ninguém quer discutir que ela fique em pé apenas 50 anos, e o nosso Estado tem 98% de toda a sua mata preservada, como Deus fez há bilhões de anos.

Portanto, Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que seja divulgada a emenda constitucional, de minha autoria, que perpetua a Zona Franca de Manaus.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um dia histórico para esta Casa. Muitos não acreditavam que o PT, o PCdoB, o PDT, o PSB e Parlamentares de outros partidos pudessem conseguir o número de assinaturas necessário para que possamos fazer o plebiscito.

Quando a Presidenta Dilma lançou a ideia, já pautada pelo Partido dos Trabalhadores, que há muito tempo propõe um plebiscito para que se discuta o tema do regime eleitoral do nosso País e a reforma política, muitos consideraram que a proposta nascia morta.

Hoje é um dia histórico, porque, mais uma vez, os partidos e os Parlamentares responsáveis pelo futuro do País ouvem as ruas do Brasil e propõem esse projeto de decreto legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que nos assistem e nos acompanham pela *TV Câmara*, hoje ocupo este espaço para falar sobre a reforma política. Não é de hoje que o Partido dos Trabalhadores defende a realização de ampla reforma política. Essa é uma bandeira antiga do PT, que, por muito tempo, tentou colocá-la em pauta nesta Casa, mas, infelizmente, não conseguiu. Lembro que muitos

falavam: *"Mas, Marroni, se nós votarmos a reforma política, ninguém mais segura vocês"*.

Pois bem, em junho deste ano, jovens do País inteiro foram às ruas, pedindo melhorias nos serviços públicos e, também, reforma política. A Presidenta Dilma foi à TV e, em rede nacional, propôs: *"Vamos realizar um plebiscito, para ouvir da população como ela quer que a reforma política seja feita".* A Oposição, evidentemente, reagiu, foi contra. Disse que plebiscito era golpe. Fez de tudo para barrar a proposta, mas nós continuamos na luta e o plebiscito vai sair. Teremos uma reforma política, sim, e com participação popular. O povo brasileiro vai poder opinar e dar a sua contribuição para reformar a política brasileira.

Foi com muito orgulho que participei, hoje pela manhã, do ato em que foi apresentado o requerimento, com a assinatura de mais de 180 Deputados, propondo a realização de um plebiscito sobre a reforma política. O movimento foi organizado pelos Líderes do PT, PSB, PDT e PCdoB, partidos que estão na dianteira da luta pela reforma política. No requerimento constam três perguntas a serem feitas aos eleitores. O conteúdo será em torno do financiamento de campanhas, com quatro perguntas sobre esse item; da questão da participação popular via Internet; e da coincidência ou não das eleições, dos mandatos. É uma proposta resumida, e foi o possível para unificar as bancadas do PT, PCdoB, PSB e PDT.

Embora defendamos uma reforma política mais ampla, o PT concordou com os outros três partidos em torno das perguntas a serem formuladas aos eleitores. Disse o nosso Líder, Deputado José Guimarães, do PT do Ceará: *"Esse é um marco importante no debate sobre a reforma política. Vamos sair da polarização faz ou não faz (a reforma política) e, agora, o que fazer com o plebiscito?"* Assinaturas há. Existe o desejo da Casa e, principalmente, o desejo da população brasileira. Agora veremos quem, realmente, é a favor da reforma. Agora veremos quem, realmente, está do lado do povo e ouve a voz que vem das ruas.

Cabe agora ao Plenário desta Casa aprovar, por maioria simples, projeto de decreto legislativo para a convocação do plebiscito. Depois, ao Senado. O povo está de olho e vai acompanhar de perto!

Parabéns aos Deputados do PT, PCdoB, PDT e PSB por liderarem essa luta. Parabéns a todos os Deputados que assinaram o requerimento e lutam pela reforma política. Parabéns ao povo que foi às ruas e trouxe o debate à pauta. E parabéns à Presidenta Dilma, pela coragem de propor o plebiscito e dar voz à população brasileira.

Vamos adiante!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a sociedade está a reclamar da violência das torcidas nos estádios de futebol. Recentemente vimos, no Estádio Mané Garrincha, violência praticada pela mesma torcida organizada cujo membro esteve preso na Bolívia.

Hoje, daqui a pouco, na Comissão de Turismo e Desporto, vai ser votado o Projeto de Lei nº 2.210, de autoria do Deputado André Moura, tendo este Deputado como Relator. Nós vamos tornar mais rigorosas as penas no caso das torcidas organizadas que agridem e praticam violência nos estádios.

O Deputado Lincoln Portela está me dizendo que já há uma CPI pronta. O projeto de lei do Deputado André Moura, contudo, é de suma importância para tornarmos mais rigorosas as penas dessas torcidas organizadas, que são organizadas na bagunça, na esculhambação e na agressão.

O SR. GERALDO RESENDE (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última segunda-feira, dia 26, estivemos reunidos com representantes do Centro Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Federal da Grande Dourados, junto com professores, com o Prof. Luiz Gustavo, Coordenador do Curso de Medicina, e com o Prof. Julio Croda, Coordenador da Faculdade de Ciências da Saúde.

Na ocasião, fizemos um apelo, uma convocação, no sentido de que eles pudessem também entrar na luta que nós estamos realizando para que a Universidade Federal da Grande Dourados possa ultimar o processo de construção do Instituto da Mulher e da Criança, um novo hospital para atender à mulher e à criança de Dourados e de toda a região.

Nós, que viabilizamos esses recursos em 2010, estamos realmente apreensivos, porque, até o presente momento...

(O microfone é desligado.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última segunda-feira, dia 26, estive reunido com estudantes e professores do curso de Medicina da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Na oportunidade, debatemos com a comunidade acadêmica a respeito de como as demandas apontadas nas manifestações que tomaram as ruas das cidades em junho podem ser respondidas em conjunto com os universitários da área da saúde. No encontro, todos nós chegamos à mesma conclusão: grande parte das mazelas vividas pela população feminina de Dourados na área da

saúde e a falta de estrutura para o curso que formará nossos futuros médicos seriam combatidas se as obras do Instituto da Mulher e da Criança – IMC já tivessem saído do papel.

O Instituto da Mulher e da Criança será um novo e moderno hospital ligado ao Hospital Universitário da UFGD. Já tem recursos descentralizados para a conta da universidade na ordem de R$12,9 milhões. Mas a instituição, passado mais de 1 ano do depósito do recurso, ainda não conseguiu vencer pendências burocráticas do projeto.

Este valor foi viabilizado pelo trabalho de nosso mandato junto ao Ministério da Saúde no ano de 2010. Na época, comemoramos o que poderia significar o maior investimento em saúde da cidade, um hospital escola de ponta para a UFGD e a redenção da saúde da mulher e da criança de toda a região da Grande Dourados. De lá para cá, a alegria se transformou em frustração. A instituição de ensino superior, que também é um símbolo de nossa atuação no Município, está demonstrando extraordinária inabilidade para resolver impasses com a empresa contratada para a confecção dos projetos. O que era orgulho está se tornando uma vergonha.

Os recursos foram pagos para a UFGD para a edificação desse hospital no dia 8 de junho de 2012, às 12h03min. A cada minuto de atraso, os estudantes vão ficando cada vez mais distantes da possibilidade de utilizar um espaço de aprendizado e pesquisa, e, principalmente, enquanto isso, uma mãe está em uma fila à espera de atendimento desde a madrugada, uma criança está sem exames imprescindíveis para o seu tratamento, e muitos desses cidadãos não vão conseguir esperar até amanhã.

Com todo esse atraso, o valor viabilizado não é mais compatível com a obra, fazendo com que a UFGD tenha de disponibilizar outros R$6 milhões para conseguir edificar a ação. Essa sucessão de atrasos e trapalhadas, além de ser fatal para muitos pacientes, ainda significa mau uso do dinheiro público.

Desde 2007, Dourados deixou de ter um hospital específico para a saúde da mulher, e as atribuições dessa área foram distribuídas a diversas unidades. Conquistar esse valor para contemplar o Município não foi fácil. Mas, hoje, o conjunto da comunidade acadêmica, nas pessoas do aluno Júlio Henrique Rosa e do Prof. Sidney Antônio Lagrosa Garcia, como também nas de representantes do Diretório Central dos Estudantes, engrossa as fileiras do exército que lutará para que o IMC saia do papel.

O Instituto da Mulher e da Criança é considerado uma obra emblemática para Dourados e poderá desafogar parte dos problemas crônicos na saúde pública. O projeto do IMC prevê 42 leitos de enfermaria para obstetrícia; 16 leitos de enfermaria para ginecologia; 30 leitos de pediatria; 10 leitos de pediatria de isolamento; 12 leitos de UTI neonatal; 22 leitos de UTI intermediária; 4 leitos de repouso para acompanhante; 6 leitos para isolamento; 8 salas para ambulatório; 6 leitos para hospital-dia; 4 leitos para observação; 4 leitos para pré-parto, parto e puerpério; 3 salas de cirurgia; 2 salas para partos; 1 banco de leite; 2 salas de reuniões e 1 auditório. A área de construção prevista é de 5.200 metros quadrados.

Este Parlamentar, assim como os professores e acadêmicos da Universidade Federal da Grande Dourados, apesar de toda a pressão, de toda a má vontade, de toda a morosidade, não desistirá de transformar essa vergonha em um orgulho para os mais de 800 mil habitantes da região da Grande Dourados, por meio de nossa contribuição para a saúde pública do Estado.

Muito obrigado pela atenção.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Resende, o Sr. Marçal Filho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gonzaga Patriota, 1º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi inaugurado ontem, em Belo Horizonte, o Centro Cultural Banco do Brasil – CCBB, que será mais um espaço a compor o Circuito Praça da Liberdade, o maior complexo cultural do País, idealizado ainda no Governo de Aécio Neves e tendo continuidade no Governo de Antonio Anastasia, grande incentivador dos valores históricos e culturais de Minas Gerais.

O Circuito Cultural Praça da Liberdade passa por um processo de expansão que alia a modernidade ao resgate da história de Minas Gerais. Atualmente o local já abriga nove espaços, e até o fim de 2014 serão 12, entre museus artísticos e temáticos. Com essas ações de fomento, Minas, mais uma vez, destaca-se pela capacidade administrativa de seus gestores públicos.

O CCBB vai ocupar um prédio feito em 1916. Já abre com uma exposição do Centro Pompidou, de Paris, mostrando aos mineiros a cultura internacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, foi inaugurado em Belo Horizonte, nessa terça-feira, 27 de agosto, o Centro Cultural Banco do Brasil – CCBB, que será mais um espaço a compor o Circuito Pra-

ça da Liberdade, o maior complexo cultural do País, idealizado ainda no Governo de Aécio Neves e tendo continuidade no Governo de Antonio Anastasia, que é entusiasta e incentivador dos valores históricos e culturais de Minas Gerais.

Com investimentos de R$37 milhões para reforma, restauro e aquisição de mobiliário e equipamentos, o CCBB-BH abrigará 1.200 metros quadrados de área para exposição, teatro com 270 lugares, sala multimeios, sala de programa educativo, cafeteria, lanchonete, loja de produtos culturais e área administrativa. Nessa primeira etapa, serão 8 mil metros quadrados abertos ao público, e mais 4 mil metros quadrados na segunda fase, totalizando 12 mil metros quadrados de área construída.

O Circuito Cultural Praça da Liberdade passa por um processo de expansão que alia a modernidade ao resgate da história de Minas Gerais. Atualmente o local já abriga nove espaços, e até o fim de 2014 serão 12, entre museus históricos, artísticos e temáticos, centros culturais, bibliotecas e espaços para oficinas, cursos e ateliês. Os três últimos espaços estão em processo de implantação: a Casa Fiat de Cultura, o Inhotim Escola e o Museu do Automóvel.

Com essas ações de fomento à cultura, Minas Gerais, mais uma vez, destaca-se pela capacidade administrativa de seus gestores públicos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o Deputado Marllos Sampaio, filho do querido Themístocles Sampaio.

O SR. MARLLOS SAMPAIO (PMDB-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou nesta tribuna, mais uma vez, para relatar o caos em que se encontra o Estado do Piauí com relação aos problemas de falta de energia elétrica, em pleno século XXI.

Hoje recebi ofício do Prefeito de Valença do Piauí, Walfredo Filho, em que relata a constante falta de energia naquele Município e na região valenciana. Quer que nós representantes do povo do Piauí façamos, desta tribuna, pronunciamentos em desfavor da ELETROBRAS, pelo péssimo serviço prestado.

Na ocasião, o Exmo. Sr. Prefeito encaminhou cópia da ata da audiência pública aos representantes do Ministério Público nos Municípios de Valença do Piauí, Lagoa do Sítio e Novo Oriente do Piauí, que expuseram as medidas que estão adotando junto à ELETROBRAS para resolver o problema da constante falta de energia.

Menciono a subestação que foi instalada nesta semana, mas é provisória, não resolve definitivamente o problema. Queremos que seja instalada uma subestação permanente e que as obras sejam concluídas.

Espero que, na reunião da bancada do Piauí com o Ministro de Minas e Energia marcada para o dia 11 de setembro, o Ministro Edison Lobão possa mostrar verdadeiramente ações que estão sendo feitas para que a população do meu Estado não sofra mais com essas constantes interrupções.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. NEWTON CARDOSO (PMDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste País, há uma campanha dirigida contra o PMDB, não de toda a imprensa, mas de certos órgãos de imprensa.

Esta semana o Ministro Andrade sofreu um ataque violento, injusto, imoral e irresponsável pela revista *Veja*. Está aqui, eu consegui, sabe o quê? Condenar um jornalista da *Veja* a anos de cadeia. Está aqui em minhas mãos a sentença.

Agora, o Ministro foi a Pedro Leopoldo, com a minha presença, lançar uma obra, e foi divulgado na imprensa: *"Foi lá negociar laboratório para o PMDB"*. Isso é uma imoralidade, uma irresponsabilidade. Neste País, precisamos não dar crédito a essa gente vergonhosa, safada, irresponsável, que quer atacar as pessoas de bem.

Por isso, fica o meu protesto na Câmara a favor do Ministro Antônio Andrade, um Ministro sério de Minas Gerais, homem simples, para que possa trabalhar com dignidade e servir o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendido, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadoras e telespectadores da *TV Câmara*, registro o entusiasmo dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias do Estado do Ceará que, por meio das suas associações, estão participando das reuniões que nós estamos promovendo no Estado.

Dessa forma, poderemos debater essa matéria, aprofundarmo-nos nela e realizar uma mobilização para que todos estejam aqui, no próximo dia 3 de setembro – data estabelecida pelo Presidente Henrique Eduardo Alves para apreciarmos a regulamentação daquela proposta de emenda constitucional de nossa autoria –, a fim de assegurarmos a esses profissionais da saúde o direito, que já é constitucional, de terrem, a partir de um plano de cargos e carreiras, seu piso salarial.

Queremos dizer da mobilização que está acontecendo no Estado do Ceará. Com certeza, a Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde estará também mobilizando toda a categoria para que, ordeiramente, no próximo dia 3, esteja conosco nessa grande votação relativa à regulamentação.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, manifestei-me desta tribuna, dia 22 deste mês, sobre denúncia da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de mau atendimento dos planos de saúde. O descumprimento dos princípios legais que regem a prestação de serviços desses planos para o usuário é antigo e recorrente.

Na mesma semana, a Fundação PROCON, de São Paulo, divulgou a relação dos 10 planos de saúde que mais produziram reclamações dos usuários no semestre passado.

Os motivos são os mesmos: demora em autorizar um atendimento ou procedimento; recusa de cobertura ou reembolso, parcial ou total; descumprimento de prazos para consultas, exames e cirurgias; alteração da rede de convênios, entre tantos outros.

O campeão das reclamações é o Grupo Amil (Amil, Amico, Dix e Medial), que não dista em resultado dos outros planos reprováveis, como a Qualicorp, Green Line, Unimed Paulistana e SulAmérica, Intermédica, SOMEL, Universal Saúde, Golden Cross e BRADESCO Saúde.

Lembro a meus nobres colegas que, em 2010, pesquisa realizada para identificar os piores planos de saúde – só que, dessa feita, colhendo a opinião de médicos – apontou que a doença dos planos de saúde continua a mesma. A resposta de mais de 90% dos 2.184 médicos consultados revela ingerência indevida das operadoras, cerceando a autonomia médica quanto ao pedido de exames, e restrições a doenças pré-existentes.

Em flagrante destemor dos efeitos coercitivos do Estado, alguns desses planos se mantêm na lista dos maiores descumpridores da lei, como Amil, Saúde BRADESCO, SulAmérica.

Essa realidade deixa o povo brasileiro sem opção segura de atendimento médico satisfatório. Alguns planos de saúde, mesmo com ótimos convênios e com hospitais muito bem equipados, tolhem de seus profissionais o direito de usá-los plenamente, com o fito de cortar gastos. É o lucro pelo lucro, em que a moeda tem precedência sobre os valores humanos.

É preciso dar um basta nisso. Planos de saúde não podem mais ser mera fonte de lucro a explorar o desalento do brasileiro. A lei precisa endurecer quanto a abusos dessa natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – O discurso de V.Exa. será totalmente transmitido no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. COSTA FERREIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra à Deputada Janete Rocha Pietá, do PT de São Paulo.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Com revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, hoje, 28 de agosto, é um dia histórico. Há 50 anos, Martin Luther King dizia: *"Eu tenho um sonho, que negros e brancos sejam tratados igualmente"*. Há 50 anos ele lutava por essa causa. Por isso eu quero repudiar o comportamento de médicos em Fortaleza que agiram com preconceito explícito contra os médicos cubanos e, principalmente, quero exigir punição à frase preconceituosa e machista da jornalista Micheline Borges, que disse: *"Essas médicas cubanas têm cara de empregadas domésticas. Será que são médicas mesmo?"* A cor não mostra diploma nem competência. Isso é um absurdo.

A jornalista Micheline Borges deve esclarecimentos à sociedade, em especial, às empregadas domésticas, que fazem parte de uma categoria profissional composta em sua maioria por mulheres negras.

Certamente se o curso de Medicina fosse acessível a todos, independentemente de renda e classe social, como acontece em Cuba, teríamos no Brasil mais médicos e médicas da cor negra, a mesma cor da maior parte das trabalhadoras domésticas.

Precisamos ouvir a opinião da população sobre o Programa Mais Médicos. As manifestações das ruas no mês de junho reivindicaram maior investimento na saúde. O Programa Mais Médicos e outras medidas do Governo Federal surgiram para atender às reivindicações. Desta forma, a sociedade brasileira deve, mais uma vez, defender essa iniciativa. Vamos dizer não à hostilidade aos médicos vindos do exterior.

Concluo, dizendo que hoje também é o Dia dos Bancários. Quero manifestar a minha posição contra o Projeto de Lei da Terceirização, o PL nº 4.330/2004, que tramita na Câmara Federal. Esse projeto não pode ser aprovado sob pena de precarizar as relações de trabalho e retroceder as leis trabalhistas. Também quero parabenizar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que hoje comemora seus 30 anos de criação.

Peço ampla divulgação, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me dar como lido pronunciamento em que cumprimento o Prefeito de Guaratinguetá, Francisco Carlos, que ontem, por 7 a 0, no Tribunal Superior Eleitoral – TSE, teve confirmado o seu mandato.

Sem dúvida alguma, ele vai poder continuar o maravilhoso trabalho que já está fazendo naquela cidade, Guaratinguetá. Inclusive, promoveu a retirada das restrições à cidade que existiam no caso do CADIN e do CAUC.

Francisco Carlos merece esse trabalho de todos nós aqui, em Brasília, para que ele possa desempenhar um grande mandato à frente da Prefeitura de Guaratinguetá. Tenho certeza de que agora, com essa decisão, terá muito mais oportunidade de dar atenção especial à cidade de Guaratinguetá. Recentemente, também houve no TRE vitória idêntica a essa. Mesmo assim, aqueles que querem impedir a execução do seu mandato tentam atrapalhar cada vez mais.

Nós estamos ajudando, dentro do possível, não só o Prefeito Francisco Carlos, mas toda a população de Guaratinguetá neste momento, extremamente importante.

Agradeço a V.Exa., Presidente Gonzaga Patriota, a oportunidade de registrar a grande vitória de Francisco Carlos na cidade de Guaratinguetá.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de parabenizar o Prefeito de Guaratinguetá, Francisco Carlos Moreira dos Santos, por quem tenho grande carinho e admiração, pela vitória, na data de ontem, no TSE, por 7 a 0, confirmando seu mandato. Assim, pode continuar trabalhando em prol da população guaratinguetaense.

Essa vitória não foi somente do Prefeito, mas também de toda a população que nele acreditou, elegendo-o com mais de 16 mil votos.

Meus parabéns ao Prefeito Francisco e ao Município de Guaratinguetá.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputados e colegas Deputadas, vim aqui demonstrar minha honra pela indicação para mais uma Comissão Externa instalada pela Câmara.

O Presidente Henrique Eduardo Alves instalou uma Comissão Externa, composta pelo Deputado Cláudio Puty, do PT, e pelo Deputado Asdrubal Bentes, do PMDB, para investigarmos o sumiço e o homicídio do trabalhador rural Welbert Cabral Costa, na fazenda do banqueiro e bandido Daniel Dantas. É o primeiro cadáver comprovado e achado na fazenda desse banqueiro, que já ultrapassou as fronteiras do crime financeiro. Agora ele é um homicida. Registro aqui que ele é protegido pelo ex-Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, cujos tentáculos de proteção vão ser investigados nessa Comissão Externa.

Comunico aos Deputados que já estou encerrando também, estou coletando e concluindo as assinaturas para uma investigação parlamentar de inquérito da gestão do ex-Procurador-Geral Roberto Gurgel.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – V.Exa. será atendido, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra a nossa querida Deputada Iriny Lopes, do PT do Espírito Santo, Ministra e futura Prefeita.

A SRA. IRINY LOPES (PT-ES. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar a presença da nossa Presidenta ontem no Senado Federal, para receber o relatório da CPMI da Violência contra a Mulher no Brasil.

É preciso registrar que a Presidenta Dilma está enfrentando duas questões que são chagas na vida do povo brasileiro: a violência praticada contra as mulheres e os problemas relativos à saúde. A coragem da nossa Presidenta, com o programa Mais Médicos, e a decisão de que a tolerância com a violência contra as mulheres é zero nos fazem admirar e, cada vez mais, confiar nessa mulher que está levando o Brasil para um futuro cada vez melhor.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Gonzaga Patriota, quero apenas fazer um registro, para divulgação nos órgãos de comunicação desta Casa, que concerne o alcance que vem tendo o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, nosso PRONATEC.

Trago detalhamentos acerca da expansão do ensino técnico e também da geração de empregos.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – O pronunciamento de V.Exa. será totalmente divulgado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pelos veículos institucionais desta Casa, boa tarde.

A falta de mão de obra qualificada é um dos maiores entraves para o desenvolvimento do País. Foi pensando assim que o Governo Federal decidiu adotar políticas para combater a desigualdade social e a carência de profissionais em diversas áreas.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, reformulado pela Presidenta Dilma Rousseff em 2011, busca expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores e jovens brasileiros. A medida está proporcionando qualificação imediata e tão importante para o mercado de trabalho. O programa de expansão de escolas técnicas em todo o País está mudando drasticamente a realidade brasileira.

O PRONATEC envolve um conjunto de iniciativas como a expansão da Rede Federal, que está presente em todos os Estados brasileiros, com mais de 350 unidades em funcionamento; o Programa Brasil Profissionalizado e a Rede e-Tec Brasil oferecem gratuitamente cursos técnicos. Aprovado recentemente por esta Casa, os recursos dos *royalties* do petróleo do pré-sal, que serão destinados à educação, vão impulsionar ainda mais a qualificação profissional.

Em 35 anos os investimentos chegarão à marca dos R$112 bilhões em 35 anos. Desde 2011 o PRONATEC já registrou 4 milhões de matrículas em todas as modalidades de cursos. Até 2014, o Governo Federal prevê a construção de 208 novas unidades da rede em duas fase e ofertar cursos técnicos e de formação inicial e continuada a 8 milhões de estudantes e trabalhadores.

No meu querido Estado de Santa Catarina, o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC oferece cursos rápidos de qualificação profissional com o objetivo de inserir o aluno no mercado de trabalho ou melhorar a sua atuação profissional. Desempregados, povos indígenas, estudantes matriculados no ensino médio das escolas públicas, inclusive na Educação de Jovens e Adultos, pessoas que recebem benefícios dos programas federais de transferência de renda e tantos outros trabalhadores estão aptos a se inscrever nos cursos ofertados.

Sem dúvida, o PRONATEC é uma das maiores bandeiras deste Governo no combate à pobreza e à redução das desigualdades social e regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o histórico pronunciamento de Martin Luther King J., há 50 anos, é um desses raros momentos de iluminação que atinge alguns seres humanos, um grito de liberdade que atravessa os séculos e uma lição para todos aqueles que defendem e acreditam na liberdade.

A liberdade expressa naquele pronunciamento é a liberdade de se combater o preconceito racial, étnico, religioso, contra ideias e pensamentos, contra orientação sexual, contra qualquer tipo de violência praticada contra os direitos humanos.

Então, que sejamos dignos da dimensão histórica do pronunciamento do Pastor Martin Luther King, que 5 anos depois foi assassinado pela direita fascista americana. Ele era pacifista e defendia as suas ideias dentro da lei, da ordem e da paz. Sua história, que atravessa séculos, é uma lição de dignidade para toda a humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Com a palavra o Deputado Marçal Filho, que já presidiu mais sessões nesta Casa do que Ulysses Guimarães.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Gonzaga Patriota, Sras. e Srs. Parlamentares, temos lutado muito, junto ao Governo Federal, para que equipamentos e máquinas possam ser doados ou entregues às Prefeituras para manutenção das nossas estradas vicinais.

O meu Estado, Mato Grosso do Sul, que é agrícola e depende muito das estradas vicinais para o escoamento da safra de grãos e de produtos em geral, vai receber, no próximo dia 13 de setembro, na cidade de Costa Rica, a visita do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas. O Ministro vai entregar caminhões, retroescavadeiras e motoniveladoras, equipamentos muito importantes para que essa missão seja cumprida.

Eu gostaria de parabenizar a Presidenta Dilma por sua sensibilidade. Ela verificou essa necessidade. As estradas vicinais, às vezes, não têm condições de tráfego, principalmente em época de chuva.

Essa medida é muito importante para o nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – O pronunciamento de V.Exa. será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra à Sra. Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trago mais uma boa notícia do Governo do Amapá para cuidar da saúde dos amapaenses, superando 8 anos de atraso. Foi iniciada, esta manhã, a obra da Maternidade de Parto Normal, no bairro Renascer, na zona norte de Macapá. A obra, com 2,5 mil metros quadrados, receberá investimentos no valor de 6 milhões e 100 mil reais.

A obra é uma reivindicação antiga das parteiras tradicionais, dos movimentos de mulheres, e estará pronta em 10 meses. Em dois blocos, dez salas serão equipadas para o parto humanizado. Vinte leitos e oito consultórios servirão às gestantes cujos partos não

apresentem risco, desafogando a Maternidade Mãe Luzia – um incentivo ao parto normal, num ambiente agradável, com alta capacidade técnica.

Parabéns ao Governador Camilo Capiberibe e às equipes de saúde!

Peço, Sr. Presidente, que autorize a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Será divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Concedo a palavra ao Deputado e Líder Lincoln Portela.

Convido o Deputado Marçal Filho para presidir mais uma vez a sessão.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vai começar agora, na Comissão de Legislação Participativa – CLP, nossa reunião ordinária, quando trataremos do Movimento Saúde+10, oriundo do Conselho Nacional de Saúde, e outros temas. Sou o Relator desse projeto e voto pela sua aprovação. Daremos um passo gigantesco para que a matéria seja aprovada na Câmara dos Deputados. Logo após receber o número, vamos pedir aos Líderes que concedam a urgência, para que não precisemos passar pelas Comissões de Seguridade Social e Família, CCJ, Finanças e Tributação. Os Relatores dessas Comissões poderão manifestar-se em plenário.

Portanto, agora, Saúde+10 na Comissão de Legislação Participativa, no Plenário 3.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lincoln Portela, o Sr. Gonzaga Patriota, 1º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marçal Filho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Giovani Cherini, do PDT do Rio Grande do Sul, por 1 minuto.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trabalho na área holística há mais de 20 anos. Dia 16 de outubro, instalaremos nesta Casa a primeira frente parlamentar em defesa da saúde integrativa complementar. Estamos anunciando a instalação e convidando todos os Parlamentares a dela participarem. Teremos a presença do grande médico Dr. Márcio Bontempo, que, além de médico especialista em saúde pública e especialista em medicina integrativa complementar, com mais de 60 livros escritos, é também sociólogo. A Frente Parlamentar em Defesa das Terapias Integrativas na Saúde terá como finalidade acompanhar, propor, sugerir projetos na área da saúde pública, para que tenhamos, por meio da saúde integrativa complementar, uma nova forma de ter saúde no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Peço a divulgação do pronunciamento do Deputado Giovani Cherini nos órgãos de comunicação da Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Frente Parlamentar em Defesa das Terapias Integrativas na Saúde terá como finalidade, entre outras: acompanhar, propor e analisar proposições e programas que disciplinem todos os assuntos referentes à inclusão das terapias integrativas; sugerir e defender políticas públicas que objetivem a inclusão de terapias integrativas nos programas de saúde; divulgar as terapias existentes, bem como os benefícios que elas trazem; propor soluções legislativas, ouvindo as propostas das entidades representativas dos terapeutas e os cursos de cuidados integrativos existentes nas universidades, que objetivem a normatização dessas terapias, tais como a adoção de uma política nacional de saúde integrativa (atuação profissional, formação acadêmica e em nível de graduação e especialização, etc); articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações de governo e das entidades da sociedade civil de defesa das terapias integrativas; estimular e divulgar as pesquisas acadêmicas e científicas referentes às terapias integrativas sob a visão de novos paradigmas; promover a divulgação das atividades da Frente Parlamentar em Defesa das Terapias Integrativas na Saúde no âmbito do Parlamento e junto à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eliene Lima.

O SR. ELIENE LIMA (PSD-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, cidade-polo do nortão de Mato Grosso, Sinop sedia nos dias 19 e 20 de setembro um ciclo de debates que, pela primeira vez no País, vai colocar frente a frente autoridades, empresários, representantes de entidades e a população, para discutir e buscar soluções para quatro questões polêmicas, complexas e emblemáticas: a trabalhista, a biotecnológica, a logística e a indígena.

Trata-se do Fórum Brasil Central do Agronegócio, organizado pela Mark Freitas Consultoria, pela Prefeitura de Sinop e pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, conforme noticia o *site* da *RD News*.

São esperadas mais de 600 pessoas no Centro de Eventos Dante de Oliveira. O evento conta com o apoio da FAMATO e da APROSOJA. Os debates serão mediados pela jornalista Lillian Witte Fibe. A abertura

terá a presença do Ministro Antônio Andrade, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O primeiro tema, *"Questão Trabalhista"*, será debatido a partir de uma palestra do Ministro Guilherme Caputo, do Tribunal Superior do Trabalho. No dia 19 também estão previstas palestras com o produtor rural e ex-Senador Gilberto Goellner e com o Consultor Jurídico Trabalhista da FETAGRI, Lincoln Leite. O primeiro tema se encerra com uma mesa-redonda sobre a questão trabalhista e o agronegócio.

Ainda do dia 19, será discutido tema relativo a biotecnologia, com palestra do Pesquisador da EMBRAPA Alexandre Nepomuceno e do Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Grãos Não Geneticamente Modificados – ABRANGE, Cesar Borges de Sousa. Adriana Brondani, Diretora-Executiva do Conselho de Informações sobre Biotecnologia, também faz palestra sobre o tema *"Biotecnologia agrícola no Brasil: cenário atual e perspectivas"*. A programação do primeiro dia do evento será concluída com uma discussão sobre a questão da biotecnologia no agronegócio.

No dia seguinte, novos temas vão movimentar o debate. O General Jorge Ernesto Fraxe, Diretor-Geral do DNIT, discorrerá sobre logística. Em seguida, o ex-Governador e atual Senador Blairo Maggi prossegue com o mesmo tema. O Secretário Estadual de Planejamento Arnaldo Alves falará sobre *"MT: logística e futuro"*. Em seguida, haverá mesa-redonda. À tarde, Marivaldo Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, comentará a questão indígena, assim como Henrique Cardoso, Coordenador Regional da FUNAI. O Presidente da Federação da Agricultura do Estado, Rui Prado, conduzirá o Painel 2, que será seguido de uma mesa-redonda sobre os temas indígena e do agronegócio.

Portanto, Sr. Presidente, convido todos a estarem nesse importante evento na cidade de Sinop, no próximo mês.

Era o que tinha a dizer.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (PTB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho trazer o meu apoiamento ao Projeto nº 6.170, de 2013, de autoria do Deputado Silas Câmara, que *"regulamenta a profissão do operador de marketing de multinível no Brasil"*.

Quero também fazer um apelo ao Governo Federal, em razão das suas prerrogativas, e ao próprio CADE: por meio de legislação, regulamentem a atividade de *marketing* de rede. Isso é necessário, em razão de milhões e milhões de brasileiros estarem envolvidos nessa atividade e de não haver o braço regulador, o braço observador do Estado brasileiro. Muitas famílias sobrevivem em razão dessa atividade e dependem de uma regulamentação. Por isso, peço a esta Casa e ao Governo que, por intermédio dos órgãos que têm essa competência, atuem nesse aspecto.

Peço a divulgação deste meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Está autorizada a divulgação do pronunciamento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para fazer este registro: no último final de semana, na minha cidade, Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, aconteceu uma audiência pública, iniciativa do Ministério Público Federal, na qual se tratou do aeroporto da minha cidade.

Ji-Paraná é a segunda maior cidade do Estado de Rondônia e tem um aeroporto regional que atende a pelo menos 14 Municípios da região central. Com o passar dos anos, a pista de pouso e decolagens do aeroporto vem sofrendo desgaste, chegando ao ponto de quase causar a interrupção total dos voos comerciais. Hoje estamos apenas com dois voos para a cidade.

O apelo que lá fizemos ao Governo Federal foi no sentido de que acelere o processo de aprovação do projeto da nova pista, para que Ji-Paraná não seja prejudicada com a ausência de voos. Essa recuperação é estratégica para nós.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota, ilustre membro desta Mesa Diretora.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na sexta-feira, teremos uma reunião com Senadores e Deputados no Município de Serra Talhada, para tratar da Adutora do Pajeú, que leva a água do Rio São Francisco e já chegou a Serra Talhada. Devemos fazer inaugurações em Calumbi, possivelmente em Carnaíba e, até o mês que vem, em Afogados da Ingazeira.

Quero registrar também, Sr. Presidente, que 68 Municípios no Agreste renovaram os decretos de emergência, em razão da seca. É importante que o Governo olhe bem para esses Municípios, porque a seca está arrasando do Semiárido nordestino até o Semiárido do Espírito Santo e uma parte de Minas Gerais – mineiros e capixabas! Temos que tomar providências para usar a água que temos e fazer com que o homem e a mulher do campo convivam com a seca e não passem por essas humilhações a cada 2 anos, 3 anos de seca no Nordeste.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo de Pernambuco renovou o decreto que venceu

no último domingo (18/8) em que decreta estado de emergência em 68 Municípios do Agreste do Estado, em decorrência do período prolongado de estiagem na região. Assinado pelo Governador Eduardo Campos, o novo decreto tem validade de 180 dias, assim como o primeiro documento.

Nos Municípios onde o estado de emergência foi decretado, os órgãos estaduais têm a obrigação de atuar em conjunto com os municipais para adotar as medidas de combate à seca. Para o decreto, são levadas em consideração a redução das chuvas para níveis muito abaixo do esperado, a queda das reservas hídricas e as perdas na agropecuária da região.

Dessa forma, as cidades que seguem em estado de emergência são: Agrestina, Águas Belas, Alagoinha, Altinho, Angelim, Belo Jardim, Bezerros, Bom Conselho, Bom Jardim, Bonito, Brejão, Brejo da Madre de Deus, Buíque, Cachoeirinha, Caetés, Calçado, Camocim de São Félix, Canhotinho, Capoeiras, Caruaru, Casinhas, Correntes, Cumaru, Cupira, Frei Miguelinho, Garanhuns, Gravatá, Iati, Ibirajuba, Itapiba, Jataúba e João Alfredo.

Completam a lista os Municípios de Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lagoa dos Gatos, Lajedo, Limoeiro, Machados, Orobó, Palmeirina, Panelas, Paranatama, Passira, Pedra, Pesqueira, Poção, Riacho das Almas, Sairé, Salgadinho, Saloá, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, São Bento do Una, São Caetano, São João, São Joaquim do Monte, São Vicente Férrer, Surubim, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte, Terezinha, Tupanatinga, Vertente do Lério, Vertentes e Venturosa.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado João Ananias, que dispõe de 1 minuto.

O SR. JOÃO ANANIAS (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está acontecendo no Ceará, nos dias 27, 28 e 29, o Seminário Integra Brasil – Fórum Nordeste no Brasil e no Mundo. Trata-se de iniciativa do Centro Industrial do Ceará, capitaneado pela grande presidente Nicolle Barbosa, que tem dado uma dinâmica totalmente nova e ousada ao Centro Industrial do Ceará – CIC.

A culminância de um trabalho de mobilizações e de reuniões acontece no referido seminário, que tem por objetivo elaborar um plano de desenvolvimento para a Região Nordeste, com a participação dos maiores especialistas da nossa Região, que vão com certeza potencializar o Movimento Integra Brasil. Por isso, parabenizo a Sra. Nicolle Barbosa e todos os palestrantes.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação de meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e em *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Está registrado o pronunciamento de V.Exa. e autorizada a sua divulgação.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está acontecendo no Ceará, promovido pelo Centro Industrial do Ceará – CIC, o Seminário Integra Brasil – Fórum Nordeste no Brasil e no Mundo, grande iniciativa que vem sendo perseguida de forma determinada por Nicolle Barbosa, Presidente do CIC.

Destacamos o esforço realizado nos últimos 15 meses pelo Integra Brasil, que realizou visitas institucionais a todos os Estados da Região Nordeste, promoveu vários encontros, audiência pública no Senado Federal e reunião com a bancada nordestina na Câmara dos Deputados em Brasília.

A culminância desse trabalho de mobilização e de debates acontece nesse Seminário que está em curso no Centro de Eventos do Ceará, nos dias 27, 28 e 29 deste mês, no Estado do Ceará. O objetivo fundamental é elaborar um novo plano de desenvolvimento para a Região Nordeste, com a participação dos maiores especialistas, para que potencializem o movimento Integra Brasil na sua luta pelas transformações de nossa realidade, para colocar o Nordeste integrado, social e economicamente, com o restante do Brasil e do Mundo.

Encerro minha fala manifestando minha esperança de que essa luta do CIC se transforme numa grande convergência em prol das justas causas e bandeiras do Nordeste brasileiro. Não posso participar pessoalmente do evento, pelas atividades do mandato na Câmara; porém, coloco meu mandato a serviço das ações necessárias para pôr em prática aquilo que for decidido.

Saúdo todos os participantes do seminário na pessoa de Nicolle Barbosa, grande entusiasta do movimento.

Era só, Sr. Presidente. Solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marçal Filho, Sras. e Srs. Deputados, venho falar de tema que está preocupando todo o Brasil, a questão indígena. Nós temos várias tratativas com o Governo, mas nada é cumprido nos acordos que fizemos com os Ministros. A situação é preocupante. O conflito se espalhou no Mato Grosso do Sul – Estado de V.Exa., Sr. Presidente – e em todo o Brasil.

Nós precisamos resolver essa questão. O Governo tem que assumir uma posição de Governo, de Estado, para que nós possamos levar a tranquilidade e a paz ao campo. Hoje não se está mais respeitando o direito de propriedade no Brasil, e isso é muito grave.

Com certeza, nossos indígenas precisam de um tratamento bom, mas a questão de terras é um problema. Os pequenos produtores de todo o Brasil e da minha Santa Catarina estão perdendo as suas terras. E não dá para continuar essa insistência de buscar terras e terras para os indígenas, que precisam de assistência social e não de mais áreas de terras neste País.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Com a palavra o Deputado Eliene Lima, que dispõe de 5 minutos.

O SR. ELIENE LIMA (PSD-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Marçal Filho, Sras. e Srs. Deputados, foi aprovado aqui no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.264-D, de 2012, cujo objetivo é reduzir os óbices para a fixação e a ampliação do quantitativo de servidores federais em localidades estratégicas, para o combate a ilícitos transfronteiriços, concedendo indenização aos membros da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Receita Federal, da Fiscalização Federal Agropecuária e da Fiscalização do Trabalho.

O mencionado diploma legal estabelece que o Poder Executivo definirá os Municípios contemplados, obedecendo aos seguintes critérios: Municípios localizados em região de fronteira; existência de postos de fronteira, ou de portos ou de aeroportos com movimentação de/ou para outros países; existência de unidades a partir das quais seja exercido comando operacional sobre os postos de fronteira e dificuldade de fixação de efetivo.

Conforme exposição de motivos desse projeto de lei, seu principal objetivo é combater a evasão de pessoal das localidades estratégicas de combate a ilícitos transfronteiriços. Sendo assim, é natural que o critério primordial para definir os Municípios contemplados seja justamente a dificuldade de fixação de servidores.

Nesse ponto, podemos observar que, em 2009, a Delegacia da Receita Federal, em Cuiabá, possuía o 7º pior déficit do Brasil e o pior da Primeira Região Fiscal – composta pelos Estados do Centro-Oeste, mais Tocantins – e, em 2012, contava com apenas 38% de seu efetivo.

A situação da Polícia Rodoviária Federal também é dificílima, pois a diminuição de seu efetivo em Mato Grosso, registrada desde 2011, acarretou uma queda de até 81% das ocorrências, envolvendo apreensão de drogas, contrabando, meio ambiente e detenção de pessoas.

Entre 2007 e 2013, a Superintendência da Polícia Federal, situada em Cuiabá, apresentou um índice de evasão de 68,5% de seus servidores, evidenciando a grande dificuldade de fixação de efetivo nesse Município. Uma vez que o trabalho em equipe é essencial para a deflagração de operações pela Polícia Federal, a permanência dos servidores é primordial para o combate aos ilícitos transfronteiriços, em especial o tráfico de entorpecentes, o contrabando e o descaminho.

Também é importante destacar que o Estado de Mato Grosso é o terceiro maior Estado do Brasil, possuindo uma área de mais de 900 mil quilômetros quadrados, superior à área da França e da Alemanha somadas. A distância entre o extremo norte e sul de Mato Grosso ultrapassa os 1.170 quilômetros, já a extensão leste-oeste excede os 1.240 quilômetros.

A fronteira do Mato Grosso com a Bolívia possui uma extensão de 780 quilômetros e abrange 4 Municípios – Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro –, todos sob o comando operacional das unidades da Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério da Agricultura e Ministério do Trabalho, localizados no Município de Cuiabá.

Sendo assim, é justo considerar como região de fronteira, para o enquadramento no Projeto de Lei nº 4.264-D, não somente os Municípios que fazem fronteira diretamente com a Bolívia, mas também Cuiabá, que tem seu território a pouco mais de 200 quilômetros desse país vizinho e é responsável pelas atividades operacionais executadas nessa região.

Se considerarmos a região de fronteira como sinônimo de faixa de fronteira, cuja extensão é de 150 quilômetros, Cuiabá, que é o local de passagem de todo o movimento de automóveis ou de qualquer natureza de transporte vindo da Bolívia, com toda essa fronteira seca, fica muito exposta, e é preciso incluí-la nos critérios escolhidos para que possamos ter uma diminuição dos ilícitos naquela região.

Portanto, repito, considerando a região de fronteira como sinônimo de faixa de fronteira, e utilizando esse conceito como critério norteador, estaremos cometendo uma injustiça com o Estado de Mato Grosso, visto sua grande dimensão geográfica. Considerando as proporções e a extensão de fronteira do Estado, a distância direta de pouco mais de 200 quilômetros da fronteira, como é o caso de Cuiabá, enquadra-se na região de fronteira a título do Projeto de Lei nº 4.264-D.

Indo adiante, outro critério a ser considerado é a existência de postos de fronteira, ou de portos e aeroportos com movimentação de ou para outros países. Temos em Várzea Grande, Município vizinho à Cuiabá, o único aeroporto internacional do Estado,

no qual exercem suas atividades, dentro de suas respectivas atribuições, os servidores da Receita Federal, da Polícia Federal e os Fiscais Agropecuários, todos lotados em Cuiabá.

Possuímos também um porto seco no distrito industrial de Cuiabá, no qual são resolvidas as questões burocráticas das mercadorias a serem importadas ou exportadas. As operações realizadas no porto seco contam com o suporte e a fiscalização dos servidores da Receita Federal e dos fiscais do Ministério da Agricultura. Não é demais lembrar que a exportação de *commodities* agrícolas é o carro-chefe do PIB mato-grossense e que por ser o centro geodésico da América do Sul, Cuiabá tem posição privilegiada na distribuição de produtos e mercadorias em todo o continente.

Mais um critério para a seleção dos Municípios é a existência de unidades a partir das quais seja exercido comando operacional sobre os postos de fronteira. O comando operacional para o combate a ilícitos transfronteiriços de todos os órgãos de segurança contemplados no Projeto de Lei nº 4.264-D é centralizado em Cuiabá, onde se encontram todas as sedes. Tomemos por exemplo a Delegacia da Receita Federal de Cuiabá, que exerce jurisdição sobre todo o Estado de Mato Grosso, assim todas as mercadorias apreendidas, independentemente de terem sido objeto de contrabando, descaminho ou até o tráfico internacional de entorpecentes, isto é, os ilícitos transfronteiriços, são de responsabilidade de Cuiabá. Por sua vez, a Polícia Federal também realiza em Cuiabá todas as perícias laboratoriais e técnicas que exijam maior complexidade, bem como o controle de entrada e saída dos estrangeiros, qualquer que seja seu ponto de entrada no Estado, em face das necessidades logísticas.

O comprovado volume de ilícitos transfronteiriços deve ser juízo norteador na escolha dos Municípios, uma vez que o resultado final desejado é reforçar a segurança pública do Brasil, conforme evidencia a própria exposição de motivos apresentada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Nesse diapasão, verifica-se que o Estado de Mato Grosso é o segundo maior em apreensão de cocaína no Brasil, tendo apreendido, somente em 2013, cerca de 5 toneladas e meia de cocaína em suas diversas formas, como pasta, *crack* e merla. Além disso, Cuiabá é o centro geodésico da América do Sul, facilitando sobremaneira a distribuição de entorpecentes por todo o continente.

Caso os Municípios do Estado de Mato Grosso, dentre eles Cuiabá, não façam jus à indenização instituída pelo PL 4.264, de 2012, a falta de servidores federais destinados à segurança pública, que já é caótica, piorará ainda mais. Os servidores federais que estão em Mato Grosso se deslocarão para outras Unidades da Federação que tenham sido incluídas nessa indenização, tornando a escassez de efetivo ainda mais agravante.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Boeira para um breve registro de 1 minuto. Na sequência, concedo a palavra à Deputada Iriny Lopes.

O SR. JORGE BOEIRA (Sem Partido-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de prestar a minha homenagem ao professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina, o Mestre e Doutor em Termodinâmica, Prof. Sérgio Colle. Eu o parabenizo pela justa escolha para membro da Academia Brasileira de Engenharia.

Esse brilhante cientista tem contribuído com suas pesquisas na área de energia solar e, sobretudo, em pesquisas para aumentar a eficiência no transporte de energia elétrica, inclusive, já reconhecido pelo próprio Operador Nacional do Sistema. Essas pesquisas, tanto na área de energia solar, assim como no aumento da capacidade de transporte de energia pelo sistema elétrico brasileiro, têm trazido ao Brasil lugar de destaque no cenário nacional e internacional.

Portanto, eu quero aqui parabenizar o Prof. Sérgio Colle, meu professor na Escola de Engenharia, pelo relevante trabalho em benefício do Brasil e da ciência.

O SR. PAULO FEIJÓ (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queremos registrar nossa tristeza e nosso repúdio pelo enfraquecimento das ferrovias do nosso País. Esse sistema de concessão por trechos às mais diversas concessionárias foi um verdadeiro fracasso. E eu fico perplexo quando vejo que o Governo recebe de volta essas ferrovias sucateadas das concessionárias que não deram conta da responsabilidade que assumiram contratualmente.

Eu quero também registrar a presença aqui do nosso ilustre Prefeito Pedro Jorge Cherene Júnior, do Município de São Francisco de Itabapoana, um dos mais importantes do norte do Estado do Rio de Janeiro, com sua atividade voltada para a agricultura, e que Pedrinho Cherene tem administrado maravilhosamente bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Nossas boas-vindas ao Prefeito**.** Seja bem-vindo à Casa, nobre Prefeito!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, crianças, jovens, senhoras e senhores e pessoas com deficiência que

me ouvem, veem, e leem pela *Rádio* e *TV Câmara*, Internet, redes sociais e, inclusive pela Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e em particular os ilustres cidadãos do meu Estado, Rio de Janeiro, que tenho o orgulho de aqui representar.

Venho à tribuna do honrado Parlamento desta Casa de Leis manifestar meu agradecimento pela homenagem feita a este Parlamentar pela Associação de Engenheiros Ferroviários – AENFER, que anunciou que irá me condecorar, em cerimônia no dia 26 de setembro, com a Condecoração Engenheiro Paulo de Frontin.

O Conselho Deliberativo da AENFER estabeleceu a Condecoração Engenheiro Paulo de Frontin, em sua 63ª reunião ordinária, realizada em 20 de maio de 1997, para distinguir aqueles que tenham se destacado na defesa da classe ferroviária, na preservação da memória histórica da ferrovia e na atuação para o aperfeiçoamento e o progresso do transporte ferroviário.

Agradeço à família ferroviária e à AENFER por tão distinta honraria que muito me deixa emocionado, na condição de engenheiro da Rede Ferroviária Federal S.A. e como Deputado Federal que, no transcurso destes quatro mandatos, tem exercido no Congresso Nacional a defesa intransigente da ferrovia brasileira.

Anuncio neste momento que tal premiação amplia minhas responsabilidades para o segmento e que, portanto, reitero o meu compromisso para fazer com que a ferrovia brasileira retome os rumos do desenvolvimento e atue com o vigor de outrora, quando abriu as fronteiras do Brasil para o desenvolvimento econômico e social.

O Governo da Presidente Dilma Rousseff precisa, literalmente, recolocar a economia brasileira nos trilhos. É sabido por todos nós, formadores de opinião, políticos, cidadãos conscientes, que um dos principais limitadores da retomada econômica do Brasil é o sucateamento da rede de infraestrutura de transportes, que encarece o frete, tumultua o escoamento da produção, afeta o preço final ao consumidor, entre outros desdobramentos.

Não podemos mais assistir ao abandono da ferrovia brasileira e torcemos para que os planos em execução pelo Ministério dos Transportes tenham o condão de efetivamente resgatar a importância do modal ferroviário no Brasil, com coragem, com ousadia, com investimentos.

As estradas brasileiras hoje são a única alternativa terrestre para distribuição da produção nacional, e isso é um erro, porque há cargas como a de combustíveis que tem o perfil orientado para escoamento via modal ferroviário, o que infelizmente não ocorre.

O País tem muitas possibilidades logísticas e, infelizmente, todas elas têm sido mal exploradas, mal conduzidas, em que se destacam portos em situação precária, rodovias federais sucateadas, aeroportos mal dimensionados, entre tantas outras situações que restringem a atividade produtiva, que aumentam o chamado Custo Brasil.

Não podemos admitir ainda que as concessões dos trechos da malha ferroviária brasileira sejam devolvidos ao Governo Federal, ao término dos contratos, sem que os devidos investimentos de recuperação e manutenção tenham sido cumpridos.

É preciso que o Governo Federal exija as compensações devidas e que estas sejam materializadas com investimentos vultosos, consistentes, para que as ferrovias sejam recuperadas plenamente e possam exercer suas funções de integração, de transporte, de indução do crescimento econômico.

Ao término deste breve pronunciamento, gostaria de renovar meus votos de carinho e apreço à família ferroviária, colocando-me permanentemente ao lado deste segmento que tantas glórias e conquistas gerou para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra à Deputada Iriny Lopes, que dispõe de até 5 minutos.

A SRA. IRINY LOPES (PT-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero fazer dois registros. Primeiro, hoje o PT, o PDT, o PSB e o PCdoB, com a assinatura de diversos outros Parlamentares de diversos partidos que compõem esta Casa, lançaram o projeto de decreto legislativo para que esta Casa institua o plebiscito para a consulta popular sobre a reforma política.

Está dada ao Congresso brasileiro a oportunidade de virar de frente para o nosso povo e ouvir a opinião do povo brasileiro sobre financiamento de campanha, sobre o sistema eleitoral, sobre a coincidência das eleições, sobre o estabelecimento de mecanismos de participação direta da nossa população nos destinos políticos do nosso País.

Não foi um esforço pequeno, mas foi um esforço recompensado. Conseguimos as assinaturas necessárias e aqui estamos apresentando hoje essas assinaturas à Mesa, para que o projeto de decreto legislativo possa tramitar nesta Casa e seja votado o mais rápido possível, a fim de que possamos ter a opinião de brasileiros e brasileiras sobre o futuro político do nosso País.

É assim que construímos a democracia. E essa oportunidade de direito não poderia ser negada ao povo brasileiro. Foi uma sugestão da Presidenta Dilma Rousseff e esses partidos se esforçaram para transformar em realidade.

Então, eu espero que, dentro de poucos dias, estejamos nas Comissões debatendo esse projeto de decreto legislativo sobre o plebiscito.

No tempo que me sobra, Sr. Presidente, eu quero registrar a alteração positiva da posição dos Municípios brasileiros no que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Quero registrar que Vitória, minha cidade, a capital do meu Estado, teve um desempenho fantástico, que, nos últimos 10 anos, proporcionou também uma mudança significativa no Brasil.

Nos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff, nós tivemos uma alteração significativa no Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios brasileiros: mais qualidade de vida, longevidade, acesso à educação, tudo que, pelos padrões da ONU, compõe esse índice. Isso é o resultado de Governos voltados para os interesses da população, para os investimentos qualificados nas áreas sociais.

Em Vitória, com 8 anos de administração do PT, não foi diferente.

Então, estamos no rumo certo. Queremos continuar a trabalhar pelo Brasil para mudar, cada vez mais, a qualidade de vida do povo brasileiro, para que oportunidade, igualdade e solidariedade do Governo para com o seu povo possam ser vistas nas ruas do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Atlas do Desenvolvimento Humano 2012, divulgado em julho deste ano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, colocou Vitória na quarta posição de melhor Índice de Desenvolvimento Humano entre os 5.565 Municípios do Brasil. A classificação do IDHM geral do Brasil mudou de muito baixo (0,493), em 1991, para alto desenvolvimento humano (0,727), em 2010. Em 2000, o IDHM geral do Brasil era 0,612, considerado médio. Isso é o resultado incontestável das políticas dos Governos Lula e Dilma nesses 10 anos. O IDHM é composto por três indicadores de desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). Para medir o IDHM, são considerados indicadores de educação, saúde e renda. Em quarto lugar entre os Municípios brasileiros e primeiro entre as capitais, Vitória aparece com IDHM de educação de 0,805.

Importante ressaltar que Vitória, em relação ao Atlas de Desenvolvimento Humano de 2003, feito com base no Censo de 2000, não figurava no *ranking* das 10 cidades com os melhores índices. Entrou agora, neste último levantamento. Esse é um trabalho sério, de desenvolvimento de políticas públicas para o Município, governado pelo PT entre 2004 e 2012, com especial atenção à qualidade e à inclusão na educação, melhoria na área da saúde e na geração de emprego e renda. Com IDH municipal a 0,845, Vitória é a quarta cidade e a segunda capital brasileira com os melhores indicadores.

Além do índice geral, a capital capixaba está entre os cinco Municípios do Brasil classificados como de muito alto desenvolvimento em educação, segundo os dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

O Brasil avançou muito nos 10 últimos anos. Foram criadas centenas de universidades federais e Institutos Técnicos. Abriu-se a oportunidade para milhares de brasileiros de baixa renda cursarem universidades públicas e privadas, por meio do PROUNI. Mais de 10 milhões as vagas de emprego foram criadas, e ainda tiramos mais de 40 milhões da miséria em apenas 8 anos de governo. Isso não é pouco e não é tudo o que o Governo do PT fez. Os resultados são visíveis e efetivos na vida da população e comprovados por indicadores como o IDH e o IDHM, entre outros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Eleuses Paiva, anteriormente chamado.

S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas do Parlamento, ocupo a tribuna no dia de hoje para avaliar os 30 dias que nós já temos do Programa Mais Médicos, elaborado pelo Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e para fazer uma revisão, com os colegas Parlamentares, do que nós vimos até o dia de hoje.

Primeiro, nossas entidades médicas, a maioria dos Parlamentares da Casa, e acredito que a própria sociedade, se mostravam extremamente preocupadas quando, no bojo deste programa, já havia a possibilidade de trazermos médicos. Eu acho extremamente salutar para este País nós trazermos médicos estrangeiros, mas de qualidade, Sr. Presidente, pessoas competentes, bem preparadas, capacitadas para atender à nossa população e até a nós mesmos.

Preocupava-nos quando se abria mão, no bojo deste projeto, da revalidação do diploma dos médicos estrangeiros. Isso nos preocupava porque abria uma brecha para trazermos, talvez, profissionais não qualificados para atender à nossa população. Mas o programa se iniciou, o Ministro Padilha esteve aqui na Casa e colocou que traria médicos europeus – portugueses, espanhóis –, argentinos, uruguaios.

Para a nossa surpresa em relação ao que imaginávamos, esse número não chega a 200 profissionais. E, no bojo da questão, a nossa preocupação é estarmos mais uma vez direcionando a entrada de médicos cubanos no País.

Queria deixar claro que eu não tenho absolutamente nada contra a entrada de médicos cubanos, muito pelo contrário. O que eu quero é garantir a esses profissionais direitos que qualquer cidadão que pise em nosso território deve ter. Nós abolimos a escravidão, Sr. Presidente, e não vamos aceitar que volte a esta Pátria trabalho semelhante, análogo a trabalho escravo.

E aí começamos a ver uma mudança total de rumo, não mais da Medida Provisória nº 621, porque esta garantia que médicos europeus ou de qualquer país poderiam vir com as suas famílias, poderiam escolher o locar para trabalhar, teriam visto no passaporte, teriam conta bancária, em que receberiam sua remuneração, teriam garantias trabalhistas e previdenciárias.

No entanto, aquilo a que estamos assistindo é o inverso. Os cubanos que aqui chegam não podem trazer as suas famílias, não podem escolher os locais onde vão trabalhar, não têm direito a visto em passaporte, a conta bancária e a nenhuma garantia trabalhista.

É um questionamento que este País e este Parlamento têm que fazer. Será que nós temos que retroceder nas questões trabalhistas neste País para resolver um problema de saúde? Será que essa é a única forma? Nós vamos fazer analogia com trabalho escravo?

A Organização Mundial da Saúde não permite se distinga por religião, por credo, por país, qualquer tipo de trabalhador na área de saúde. No entanto, o nosso País o faz, em nome, talvez, de estarmos elegendo um candidato a Governador do Estado de São Paulo, em nome de não se discutir o financiamento da saúde pública neste País, em nome de tentar fugir do debate de 11 anos acerca da falta de comando no setor de saúde.

Sr. Presidente, é essa a reflexão que eu peço a cada membro, à sociedade brasileira.

Eu defendo, sim, que quem venha para cá tenha direitos – direitos adquiridos que qualquer cidadão, quando pisa o pé nesta Pátria, neste País, tem. Nós não podemos permitir é que retrocedamos, que voltemos aos tempos dos navios negreiros. Nós não podemos permitir que o Ministro da Saúde se porte, sim, como um senhor de engenho – como um senhor de engenho! –, voltando a utilizar trabalhadores em regime análogo a trabalho escravo.

Eu espero que esta Casa, cada cidadão deste País, cada Parlamentar tenha a responsabilidade de não aceitar um retrocesso como esse. No nosso País trabalhamos muito para avançar socialmente, e não será uma medida como essa que fará voltar o retrocesso a este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar que o Líder da nossa bancada, Deputado José Guimarães, coletou junto a outros partidos, outras bancadas, as assinaturas suficientes para protocolar aqui o requerimento de convocação do grande plebiscito nacional que vai dar a partida definitiva à reforma política.

Então, eu quero parabenizar o Líder José Guimarães pelo trabalho, a tempo e a hora, e dizer que esta Casa, Sr. Presidente, vai iniciar esse grande debate nacional.

E, antes que os Parlamentares se pronunciem de maneira definitiva, o melhor dos mundos – como disse a Presidenta Dilma – é convocar a sociedade brasileira para dar o seu veredito sobre esse tema.

Portanto, está colocado. E a Casa está pronta para fazer cumprir a nossa lei e a vontade popular, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ STÉDILE (PSB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste mês de agosto protocolei nesta Casa o PL 6.111, de 2013, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. O objetivo é estabelecer como prática abusiva oferecer brinde, brinquedo, bonificação ou prêmio associado à aquisição de alimentos e bebidas para o público infantil.

O crescimento assustador da obesidade entre a população brasileira tem motivado a sociedade a rever suas práticas de consumo. Já foram adotadas medidas para restringir o conteúdo de elementos prejudiciais à saúde na composição de vários alimentos comercializados no País, como sódio ou gorduras trans. No entanto, uma das práticas que clama por disciplinamento mais firme por parte da lei brasileira é a oferta de alimentos destinados às crianças acompanhados de brinquedos ou outros prêmios associados à sua aquisição, ou à aquisição de um número maior de produtos.

Acredito que esta conduta possa ser considerada venda casada, de acordo com os termos do Código de Defesa do Consumidor. No entanto, este entendimento ainda não é pacífico. Assim, minha proposta considera prática abusiva o oferecimento de brinde, seja brinquedo, ou bonificação, como prêmio para a compra de porções maiores de alimentos.

Pretendo tornar cristalina a proibição do oferecimento de brindes condicionada à aquisição de produtos alimentares, principalmente daqueles que apresentam baixo teor nutricional e alto teor calórico. Espero com esta iniciativa assegurar a proteção de uma significa-

tiva parte da população brasileira de práticas comerciais que têm reflexos extremamente negativos sobre sua saúde.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, representante do Ceará.

S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres telespectadoras e telespectadores da *TV Câmara*, no próximo dia 3, o Estado do Ceará irá sediar o *17º Seminário Nordestino de Pecuária* – o chamado PECNORDESTE, um evento que congrega várias categorias do ramo da pecuária, da agricultura e do agronegócio.

Esse evento é articulado pela ***Confederação*** da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e coordenado, no Estado do Ceará, pelo nosso estimado Flávio Saboya, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará – FAEC, com o apoio do SENAR, do SEBRAE, do Sindicato Rural e também de instituições como CODEVASF, Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Ministério da Integração Nacional.

É de suma importância a participação de Secretários, de pessoas ligadas ao agronegócio, como também é fundamental nós, Parlamentares da bancada nordestina, estarmos presentes. Nós temos uma representatividade, somos 156 Parlamentares, e lá será discutida toda a questão da avicultura, da piscicultura, da aquicultura e da suinocultura. E observamos o descaso do Governo Federal em relação ao apoio a todos esses nordestinos, que, para sobreviver na sua piscicultura, na sua suinocultura, ficam lutando, porque, com essa estiagem pela qual passa o Nordeste, não há milho suficiente para garantir o rebanho. Mais de 300 mil cabeças, só de gado, já foram dizimadas com a seca. E fica essa burocracia.

Esse momento do PECNORDESTE serve para nós também refletirmos sobre as ações concretas para a convivência com a estiagem. Tanto é que um dos temas do encontro é *Viver Bem no Semiárido*, que tratará das estratégias que nós temos para conviver com o Semiárido.

Onde está a tão badalada transposição do Rio São Francisco? Não passa do PAC. Aliás, o PAC é o plano de aceleração da comunicação. A Presidente Dilma já gastou 1 bilhão e 800 milhões de reais com publicidade! E há criança morrendo em Alagoas, em razão do consumo de água contaminada de carro-pipa; há crianças com disenteria, com diarreia no Nordeste, doenças transmitidas através da água de carro-pipa. E se gasta 1 bilhão e 800 milhões de reais em publicidade. Isso é gravíssimo!

Então, esse encontro do PECNORDESTE, no Estado do Ceará, vai fazer com que nós possamos verificar todas as ações dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário, e consolidar essa força produtiva que é o Nordeste. Nós temos vários perímetros irrigados que, infelizmente, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS ainda não emancipou; há vários gargalos, e, através desse seminário – serão três dias de debate –, todos esses segmentos irão fazer com que nós possamos ter, acima de tudo, uma ação concreta.

Inclusive o Coordenador da bancada do Nordeste, Deputado Pedro Eugênio, propôs que tenhamos um trabalho relativo às estruturas e às ações que precisam ser feitas para o combate à seca. O Deputado Ariosto Holanda, do Estado do Ceará, está coordenando esse trabalho, e nós iremos editar um livro com todas as ações que precisarem ser feitas e as alternativas que temos. Há necessidade de Centros Educacionais Tecnológicos implantados nos perímetros irrigados. Precisamos também capacitar o nordestino para essa convivência com o Semiárido, a fim de termos uma melhoria nos indicadores sociais e econômicos do Nordeste.

O Nordeste tem força produtiva e uma enorme capacidade a partir do seu solo, a partir do seu clima, a partir de todos os potenciais naturais que nós possuímos. Nós temos potencialidade de ser grandes exportadores de produtos alimentícios.

É claro, também, que, em todo esse trabalho nos recursos hídricos, no aproveitamento dessas bacias hídricas, é de suma importância fazer com que haja um aproveitamento melhor no processo de irrigação, que se evite o desperdício que, às vezes, há em relação ao consumo e ao abastecimento de água.

Então, fica aqui a nossa convocação e o nosso apelo para que os Parlamentares do Nordeste participem do *Seminário Nordestino de Pecuária,* que se inicia no próximo dia 3. Esperamos, também, a presença dos Ministros, para lá ouvirem as reivindicações que têm a bancada nordestina e os produtores do nosso Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Pelo fato de já termos adentrado no horário do Grande Expediente e por contarmos com a presença dos dois oradores, vamos encerrar agora o Pequeno Expediente e iniciar o Grande Expediente, de acordo com o art. 87 do Regimento Interno.

Antes, porém, concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Deputado Beto Faro se encaminha para a tribuna, quero apenas fazer um breve registro em relação à questão da violência urbana.

Nobres Deputados, tem aumentado muito a violência no trânsito como um todo, automóveis e caminhões. Então, é importante que possamos ter uma permanente preocupação com as condições das estradas e das vias públicas e, ao mesmo tempo, com a sinalização e com a educação das pessoas, dos próprios transeuntes, dos pedestres.

Além disso, é importante que a indústria automobilística esteja atenta aos itens de segurança nos veículos. Inclusive nós teremos, a partir de janeiro de 2014, a entrada em vigor da lei que exige o *airbag* frontal em todos os veículos. Trata-se de um projeto de minha autoria, aprovado pelo Congresso Nacional.

De maneira que quero fazer apenas esse registro sobre a preocupação permanente com os instrumentos de segurança em todos os veículos nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Maldaner, para um breve registro, com a aquiescência do Deputado Beto Faro.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço, Sr. Presidente. Eu estava inscrito, mas tive uma audiência na ANTT e não consegui chegar a tempo.

Eu só queria dar como lido dois pronunciamentos que são muito importantes. O primeiro é sobre a Universidade Federal da Fronteira Sul. Estamos trabalhando fortemente para levar a extensão do *campus* a São Miguel do Oeste e também para implantar o curso de Medicina no *campus* de Chapecó.

E o outro pronunciamento que estou encaminhando aqui é uma boa notícia: felizmente, chegaram os primeiros contêineres de carne suína ao Japão. Então, Santa Catarina recebeu esse prêmio de exportar carne suína para o Japão.

Quero destacar esses dois pronunciamentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS é hoje uma realidade em Chapecó, levando conhecimento e desenvolvimento ao oeste de Santa Catarina. No entanto, é preciso estender esta oportunidade de aprender e se especializar também para outros Municípios da região, evitando a concentração em apenas um polo. Por isso, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para defender a instalação de um *campus* da UFFS em São Miguel do Oeste, além da implantação do Curso de Medicina no *campus* de Chapecó. Existe na região um debate desde 2005 com vários movimentos e mobilizações, no intuito de trazer para a mesorregião da fronteira sul uma universidade pública popular. Este processo já começou, mas precisa ter continuidade, e entendo que este seja o caminho.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de destacar que o primeiro contêiner de carne suína procedente de Santa Catarina chegou ao Japão na última quinta-feira, dia 22 de agosto, segundo informou o adido agrícola do Brasil na Embaixada de Tóquio, Barone de Araújo Nojosa. O produto deve estar disponível ainda nesta semana nos supermercados e restaurantes japoneses. A carga da Seara, com 21 toneladas de carne suína *in natura*, saiu do Porto de Navegantes no dia 13 de julho. Oito frigoríficos de cinco empresas foram habilitados a exportar carne suína ao mercado japonês: a BRF, com as unidades de Campos Novos e de Herval D'Oeste; a Seara, com unidades de Seara e de Itapiranga; a Pamplona, de Rio do Sul e de Presidente Getúlio, a Aurora, de Chapecó; e a Sul Valle, de São Miguel do Oeste. Já embarcaram suas cargas os frigoríficos da BRF e da Aurora. Os outros frigoríficos já preparam seus embarques. Santa Catarina é o maior produtor nacional de carne suína, respondendo por um quarto do total produzido no País. Da média de 800 mil toneladas produzidas por ano em solo catarinense, o mercado internacional consome cerca de 200 mil toneladas – número que deve aumentar gradativamente com o crescimento das exportações para o Japão e também para a Ucrânia. O Japão é hoje o maior importador de carne suína do mundo, comprando o equivalente a 1,2 milhão de toneladas por ano.

Outra boa notícia para os suinocultores catarinenses e brasileiros é que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou, na última semana, o Projeto de Lei nº 7.416, de 2010, do Senado, que inclui a comercialização da carne suína na Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal. A medida visa manter o equilíbrio do preço do produto em épocas de crise do setor, como as que ocorreram em 2009, por conta da chamada gripe suína, e, em 2005, quando a Rússia embargou a importação do produto. O preço mínimo é garantido por meio de ajuda econômica a produtores rurais e suas cooperativas. A definição desse valor é feita pelo Conselho Monetário Nacional, com base em proposta do Ministério da Agricultura. O projeto será enviado à sanção presidencial

após vencido o prazo para apresentação de recurso, que é de 5 sessões ordinárias, contadas a partir de 23 de agosto. Trata-se de uma grande vitória desta classe tão batalhadora que é a dos suinocultores.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só registrar um nota de pesar pelo falecimento do Vereador Maxwell da Silva Gomes, conhecido como Maxwell do Hospital, Vereador que fez um trabalho extraordinário na cidade de Rio Verde, no Estado de Goiás, especialmente na área da saúde e da assistência social.

Registro aqui o nosso pesar, pedindo que o requerimento contendo todo um histórico sobre Maxwell, seja inserido nos Anais da Casa.

Muito obrigado.

REQUERIMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

REQUERIMENTO Nº , DE DE 2013
(Do Sr. João Campos)

Votos de pesar pelo falecimento do Vereador Maxuel da Silva Gomes, da Cidade de Rio Verde-GO.

Senhor Presidente,

Requeiro, de acordo com o Art. 117, inciso XVIII, do Regimento Interno, que Vossa Excelência se digne a registrar nos anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento do Vereador Maxuel da Silva Gomes, da Cidade de Rio Verde-GO, ocorrido no dia 27 de agosto de 2013

Justificação

"Maxwell do Hospital" como é conhecido, veio de família humilde, aprendeu desde criança valores morais e humanos. É filho de Corílio Pereira Gomes e Maria José da Silva Gomes. Casado, pai de três filhos é funcionário do Hospital Evangélico há 14 anos. Durante esse tempo conviveu com as necessidades humanas e com todas as dificuldades que o sistema de saúde enfrenta. Foi na vida pública que viu oportunidade para diminuir as diferenças e o sofrimento dos mais necessitados.

O trabalho do vereador Maxwell já beneficiou quase 4.000 pessoas na área da saúde. Encaminhava pessoas para tratamento em Goiânia, Barretos, Brasília e outras localidades. Só para Goiânia foram mais de 200 pessoas.

Usando o próprio salário, Maxwell pagava convênio com uma clínica de Fisioterapia onde são atendidas 60 pessoas por mês. Pensando em diminuir o "stress" e melhorar a qualidade de vida dos pacientes, o vereador doou mais de 10 televisores para equipar os quartos do SUS do Hospital Evangélico de Rio Verde.

Com o apoio de autoridades de renome nacional, Maxwell realizou a Primeira Semana Municipal de Combate à Pedofilia e o Abuso Sexual Infantil. Na campanha foram distribuídos 7.000 adesivos de carros, contendo números de telefones indispensáveis para denunciar casos de pedofilia.

Maxwell estava realizando um trabalho produtivo, envolvendo-se em causas sociais e buscando benefícios para os que precisam de auxilio na área da saúde. Trabalhava com tanto empenho nessa área que se tornou Presidente do SINDSAÚDE. De hábitos simples, o vereador Maxwell era verdadeiro como todo homem do povo.

Sala das Sessões, de de 2013. – **João Campos,** Deputado Federal.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de encaminhar meu pronunciamento e pedir sua divulgação nos órgãos de comunicação da Casa.

Em 28 de agosto de 1983, há 30 anos, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores. Eu não poderia deixar de manifestar-me nesta tarde na medida em que tive a felicidade de, com a criação da Central Única dos Trabalhadores, falar pela primeira vez sobre o direito das trabalhadoras. A CUT passou a fazer essa grande discussão de gênero, e hoje nós temos mulheres na direção da CUT. A questão racial também é ali debatida e acompanhada pelo Vicentinho.

Então, queria fazer esse registro e dar meus parabéns à Central Única dos Trabalhadores.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 28 de agosto de 1983, há 30 anos, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores. Nesse curto espaço de tempo, a CUT participou ativamente de todos os mais importantes eventos da luta do povo brasileiro por democracia e justiça social. Filha do sindicalismo combativo surgido em 1978, no calor das greves do ABC paulista, a CUT teve o seu batismo de fato no mesmo ano de sua fundação, em novembro de 1983, no primeiro Comício das Diretas Já, que foi o maior movimento popular contra a ditadura militar. A CUT não se restringiu a um corporativismo sindical estreito, mas, junto com o povo, lutou contra a carestia e pelos direitos dos trabalhadores na Constituinte de 88. Esteve na memorável campanha presidencial de 1989, apoiando o companheiro Lula e nas mobilizações de massas pelo *impeachment* de Collor.

Posteriormente, liderou as lutas dos trabalhadores contra a liquidação do patrimônio público com as privatizações. Representando 40% dos trabalhadores sindicalizados do Brasil, a CUT é hoje a maior Central Sindical do País. Mas sua influência política é ainda maior, pois foi um de seus fundadores que se elegeu Presidente da República e transformou socialmente o Brasil.

No Governo Lula, a CUT foi uma das principais responsáveis pela defesa da nova política do salário mínimo e das suas fileiras sai grande parte dos quadros de origem popular que atuam no Governo. Apesar de se orgulhar de seu papel fundamental na eleição de primeiro presidente operário e na sustentação de um governo popular, a CUT mantém a sua autonomia e independência crítica, pois seu compromisso maior é com os interesses fundamentais da classe trabalhadora.

Sr. Presidente, tenho origem política no movimento popular e nas lutas das mulheres e negros por igualdade de gênero e raça. Em muitos momentos de minha luta, cruzei caminhos com a CUT, como foi recentemente aprovado o histórico projeto que concede igualdade de direitos trabalhistas conquistados pelas empregadas domésticas brasileiras, representando a superação de uma intolerável herança escravista que ainda manchava nossa sociedade.

Sr. Presidente, no campo das disputas sociais e políticas que se travam em nosso regime democrático, a CUT sempre se posiciona em defesa do lado dos trabalhadores. Vejo nisso a explicação lógica dela ser tão criticada pelas elites conservadoras do País. Mas isso mostra precisamente que ela está cumprindo corretamente seu papel histórico.

Acredito que a melhor homenagem que podemos prestar nesses seus 30 anos é reconhecer que, para o nosso povo, o Brasil ficou melhor depois que a CUT surgiu.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Beto Faro. S.Exa. dispõe de 25 minutos.

O SR. BETO FARO (PT-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, neste Grande Expediente comento o resultado do mais novo estudo oficial que atesta os avanços sociais ocorridos no Brasil no período recente, dando destaque para uma síntese das mudanças na última década no Estado do Pará.

Trata-se do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*, fruto da parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o IPEA e a Fundação João Pinheiro.

De início, eu diria que todos os brasileiros e as brasileiras devem sentir orgulho dos dados revelados pelo estudo, que retrata a posição de 2010, comparando-a com os 20 anos anteriores. Os avanços detectados, especialmente em relação ao ano de 2000, são creditados aos programas de transferência de renda. O relatório destaca ainda, entre os fatores responsáveis pelo fenômeno, os investimentos no sistema educacional e a universalização dos serviços de saúde, não obstante os inegáveis problemas enfrentados nessas áreas.

Daria destaque também, no rol dos fatores que conduziram o País para uma posição de alto desempenho no desenvolvimento humano, à recuperação do salário-mínimo, à geração de empregos em escala sem precedentes e aos efeitos positivos da recuperação em geral da economia. Ressalto, em particular, os efeitos absolutos e diretos na redução da pobreza extrema do Programa Bolsa Família, conforme os exemplos que darei por ocasião da abordagem do caso do Estado do Pará.

O cálculo do IDH leva em conta os indicadores da educação e da renda. Ao considerar a interação das condições gerais de vida com os serviços de saúde, contabiliza ainda a expectativa de vida ao nascer.

Conforme o documento, nos últimos anos o Brasil vem sendo considerado um País que inspira outras nações, sendo um dos responsáveis pela ascensão do Sul na nova geopolítica internacional, por suas estratégias de desenvolvimento inclusivas e centradas nas pessoas.

O IDH dos Municípios para o Brasil em 2010 alcançou 0,727, patamar que, conforme já citado, elevou o País para a faixa de alto desenvolvimento humano. No ano de 2000, com IDHM de 0,612, o Brasil figurava entre as nações de médio desenvolvimento humano. Em 1991 éramos considerados como de muito baixo desenvolvimento. De 2000 para 2010, a esperança de vida dos brasileiros elevou-se de 68,6 anos, para 73,9 anos. Ou seja, em apenas 1 década os brasileiros passaram a viver 5,3 anos a mais, em média.

O subíndice "escolaridade da população adulta", que em 1990 era de 0,301, passou para 0,398 em 2000, evoluindo para 0,549 em 2010. Já a renda mensal *per capita* cresceu, em termos reais, de R$ 592,87 em 2000 para R$ 793,87 em 2010, isto é, um incremento real de 34% no período.

O Distrito Federal, com IDHM de 0,824, lidera o *ranking* entre as Unidades da Federação, seguido de São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Portanto, sem negar os reflexos positivos do controle da inflação a partir de meados da década de

1990, os fatores responsáveis por esse quadro que projeta cenários extremamente promissores para a sociedade brasileira passaram a ocorrer desde o início da década de 2000.

No entanto, como afirmava o ex-Presidente Lula e reafirma a Presidente Dilma, o Brasil avançou muito, mas muito ainda precisa ser feito para alcançarmos de forma sustentável o padrão de qualidade de vida que aspiramos para todos os brasileiros.

Compartilho da avaliação de que melhoramos de forma acentuada, "de casa para dentro". Talvez o recado principal das manifestações populares que tomaram conta das ruas do País no mês de junho seja o de que precisamos melhorar "de casa para fora".

Atento a esse recado, entre outras medidas de largos alcances políticos e socioeconômicos, o Governo Federal anunciou recursos fabulosos para a mobilidade urbana nas grandes regiões metropolitanas, e chancelou a proposta de destinação de 75% dos *royalties* do petróleo para educação e 25% para saúde, além de metade do capital do Fundo Social do Pré-sal para os dois setores.

O Sr. Vanderlei Siraque – V.Exa. concede-me um aparte, Deputado Beto?

O SR. BETO FARO – Com certeza, Deputado Siraque.

O Sr. Vanderlei Siraque – Eu estava ouvindo atentamente o discurso de V.Exa., Deputado do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, digno representante do povo brasileiro, especialmente lá do Norte, do Estado do Pará. De fato, V.Exa. tem razão; no Brasil, nos últimos anos, especialmente depois do Governo Lula, com a política de inclusão social, de distribuição de renda, de reajuste do salário mínimo, de investimentos nos setores da economia que geram emprego e renda, milhões de pessoas têm saído da miséria e ascendido à classe média brasileira. Então, são dados, são números que não mentem. Os Governos de Lula e da nossa Presidente Dilma Rousseff têm sido bons para o Brasil e para o povo brasileiro. Parabéns, Deputado Beto Faro.

O SR. BETO FARO – Obrigado, Deputado Siraque.

O relatório do PNUD destaca a persistência de grandes desigualdades internas. Afirma que temos vários Brasis dentro do Brasil. É possível encontrar Municípios em que a renda *per capita* mensal é de aproximadamente R$ 1.700,00, e outros em que o cidadão ganha, em média, menos de R$ 200,00. Há Municípios em que mais de 80% dos adultos têm o ensino fundamental completo, enquanto em outras regiões isso não chega a 13%. É possível encontrar no Sul brasileiro Municípios com esperança de vida ao nascer de mais de 78 anos, enquanto no Nordeste brasileiro há Municípios em que um cidadão ao nascer tem expectativa de vida menor que 66 anos. A comparação entre Municípios realça as desigualdades e evidencia o abismo ainda existente entre as oportunidades dos brasileiros.

No Pará, com IDHM de 0,646, classificado como médio, são reproduzidos em patamares mais modestos os avanços nos indicadores sociais médios observados no Brasil, e da mesma forma permeados por situações de desigualdades. Sem contrapartidas à altura por parte do Governo estadual, as políticas do Governo central melhoraram, e muito, as condições de vida da nossa população, mas não lograram retirar o Pará da antepenúltima posição no *ranking* do IDHM entre todos os Estados da Federação, à frente apenas de Alagoas e do Estado do Maranhão. Assim, fruto de uma longa história de isolamento pelo Poder central e de Governos locais para as elites, no meu Estado não há nenhum Município com IDH considerado muito alto, isto é, situado na faixa entre 0,8 e 1.

Na faixa de IDH alto, que compreende aqueles entre 0,7 e 0,799, há três Municípios: Belém, Ananindeua e Parauapebas.

Na faixa de IDHM médio, que engloba os Municípios com IDHM entre 0,6 e 0,699, temos 44 Municípios, que, em ordem decrescente, vão de Santarém a Bragança.

Com IDHM baixo, ou seja, na faixa entre 0,5 e 0,599, existem 88 Municípios, de Mãe do Rio, no nordeste paraense, a Nova Esperança do Piriá, na mesma região.

Classificados como de IDHM muito baixo, de 0 a 0,499, temos oito Municípios, dos quais seis localizados na mesorregião do Marajó e dois no nordeste paraense.

Não obstante, quando comparados com os do ano 2000, os resultados do IDHM no Pará em 2010 são notáveis. Afinal, até o ano 2000 não havia nenhum Município paraense com IDH alto; havia apenas dois Municípios com IDH médio; 23 Municípios estavam classificados como de baixo desenvolvimento humano; e os restantes 118 Municípios possuíam IDH muito baixo. E, examinando algumas das variáveis pesquisadas no Pará, concluímos que a esperança de vida atingiu 72,4 anos, o que significou um incremento de 6% sobre o ano 2000. Na média, no Brasil, o crescimento foi de 8%.

A esperança de vida no Pará varia no intervalo de 74,7 anos a 68,4 anos. Já a mortalidade infantil no Estado ainda é muito alta, na faixa de 20,3 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas. A do Brasil está em 16,7, resultado que antecipou o cumprimento pelo País das metas correspondentes fixadas pelos Objetivos do

Milênio das Nações Unidas, que estabeleceram a taxa de 17,9 óbitos por mil, a ser alcançada até o ano de 2015. A propósito, de 2000 para 2010 a mortalidade infantil no Brasil foi reduzida em 45,4%.

Em que pesem os resultados médios, que carecem de melhoras imediatas, o desempenho do Estado do Pará, em termos de redução da mortalidade infantil, de 2000 para 2010 foi significativo, à medida que essa taxa era de 33 por mil. Portanto, na década, houve uma redução de 39%.

No que tange à taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais, a do Pará alcança a média de 11,7%, com os extremos de 3,3% e 37%. No Brasil a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais é de 9,6%. Ainda que acima da média nacional, de 2000 para 2010 a queda nesse índice no Pará foi de 37,5%.

No que tange à renda *per capita*, o valor médio no Pará alcançou R$ R$ 446,80 no ano de 2010. Esse valor é 44% inferior à renda *per capita* média do País, o que é exemplificativo das desigualdades no Brasil, desigualdades essas que se reproduzem no próprio Estado, à medida que esse valor da renda *per capita* média no Pará equivale a 52% da renda *per capita* em Belém e a mais de 3,4 vezes o valor da renda *per capita* em Cachoeira do Piriá, o Município paraense de mais baixa renda.

Uma rápida análise do quadro da pobreza extrema revela que no ano de 2010 em torno de 16% da população paraense estava situada na faixa de pobreza extrema, ou seja, de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 70,00, a preços de agosto daquele ano. De fato, ainda é uma taxa alta, notadamente quando a taxa nacional caiu para 6,6%. Ainda assim, houve uma redução de 6,9 pontos percentuais em relação ao contingente de pessoas extremamente pobres no Pará em 2000. No conjunto, em 17 Municípios paraenses houve aumento da pobreza extrema entre 2000 e 2010. Em contraste, em 22 Municípios a taxa de pobreza extrema foi reduzida em mais de 50% no período. No cômputo geral, houve redução da pobreza extrema em 126 Municípios do Estado do Pará.

A proporção da população pobre no Pará, ou seja, com renda domiciliar *per capita* de R$ 70,00 a R$ 140,00, declinou de 46,9% no ano 2000 para 32,3% em 2010, o que correspondeu a uma queda substantiva de 31%. Contudo, no Estado a proporção de pessoas pobres supera em mais de duas vezes a média nacional.

O setor agropecuário continua liderando a ocupação da mão de obra no Estado. Em 2010 o pessoal ocupado com 18 anos ou mais correspondeu a 24,5%, contra 27,4% no ano 2000. No Brasil, a agropecuária é responsável por 13,6% do pessoal ocupado. O segundo setor mais importante em termos de pessoal ocupado no Pará é a indústria de transformação, com 11%, seguida da construção civil, com 7,1%. Em que pese a enorme riqueza gerada pelo setor mineral, esse setor responde por apenas 0,9% do pessoal ocupado no Pará. Em 43 Municípios paraenses a agropecuária ocupa mais de 50% das pessoas economicamente ativas.

Feitos os comentários acima, abordo de forma sumária os dois casos extremos do *ranking* do IDHM no Pará. Conforme assinalei antes, as políticas do Governo Federal, em especial os programas de transferência de renda, foram determinantes para os avanços dos indicadores sociais no Estado. Vejamos o caso de Belém, com IDHM de 0,746, maior que o dos demais 143 Municípios do Estado. No entanto, Belém foi o Município do Pará que apresentou a menor taxa de crescimento do IDHM de 2000 para 2010, com 15%.

Ainda em Belém, o contingente de pessoas vulneráveis à pobreza caiu de 48,56% em 2000 para 33,26% em 2010, e o de pessoas na condição de pobreza extrema declinou de 7,69% para 3,54% no mesmo período. A renda *per capita* em Belém alcançou R$ 853,82 em 2010, contra R$ 625,48 no ano 2000, o que equivaleu a um crescimento real de 36,5%.

Ao se analisar a execução do Programa Bolsa Família em Belém, observa-se a sua influência decisiva na superação da pobreza extrema no Município e, por conseguinte, na elevação dos seus indicadores sociais. A título de exemplo, o Bolsa Família beneficia atualmente 85,8 mil famílias em Belém, o que representa uma cobertura de 89,3% do total estimado de famílias do Município com o perfil de renda do programa, e equivale a 19,5% da população belenense. Todas as famílias beneficiárias superaram a condição de pobreza extrema.

Concedo o aparte ao Deputado Miriquinho Batista.

O Sr. Miriquinho Batista – Deputado Beto Faro, quero parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento, pelo relato do grande estudo feito. Cada vez mais nós nos orgulhamos de ter V.Exa. na nossa bancada do Pará e na bancada do Partido dos Trabalhadores. Quero demonstrar o quanto o nosso Governo, antes liderado pelo ex-Presidente Lula e agora pela nossa Presidenta Dilma, está avançando e fazendo bem para o nosso País. A gente percebe o quanto o País cresce. A população vive melhor, com mais acesso à educação, com programas como, por exemplo, e o PRONACAMPO, o PRONATEC e o ProInfância. A gente percebe como avançou o número de vagas nas universidades, e a gente vê no Programa Ciência Sem Fronteiras uma oportunidade para a nossa juventude, para os nossos estudantes saírem do Brasil. Também vemos melhora na renda da população, na renda das famílias brasi-

leiras. Então, V.Exa. está de parabéns pelo pronunciamento, e do nosso Governo, há 10 anos à frente do Brasil, cada vez mais nos orgulhamos, e percebemos que estamos no caminho certo, avançando para fazer cada vez mais e melhor pelo povo brasileiro. Parabéns, Deputado Beto.

O SR. BETO FARO – Obrigado, Deputado Miriquinho. Eu sei que V.Exa. tem sido um parceiro do Governo da Presidenta Dilma, como foi do Governo do ex-Presidente Lula, na implantação dessas políticas no nosso Estado. Tem sido um batalhador pelas reivindicações, nas lutas para que essas políticas cheguem mais rapidamente ao nosso Estado.

Outro caso exemplar dos efeitos, em particular do Bolsa Família, está retratado com os dados do Município de Melgaço, no Marajó, cujo IDHM de 0,418 o posiciona no último lugar entre os 5.565 Municípios do Brasil. Nesse Município, a renda *per capita* mensal em 2010 foi de R$ 135,20, ou seja, extremamente baixa, o equivalente a 16% da renda *per capita* em Belém.

Os programas sociais do Governo Federal são os principais responsáveis pela geração e pela circulação de renda no Município. Para dar um exemplo, a população de Melgaço em 2010 era de 24.808 habitantes, e somente o Bolsa Família beneficiava 3.300 famílias. Isso significa que pelo menos 60% das famílias de Melgaço são beneficiárias do programa. Juntos, Bolsa Família e Brasil Carinhoso irrigam o Município com R$ 11 milhões ao ano. Conclui-se então que somente esses dois programas do Governo Federal respondem por 27% da composição da renda *per capita* mensal do Município.

Juntamente com os programas sociais, e afora o conjunto das políticas federais, vale enfatizar que Estados como o Pará, com expressão no setor da pesca artesanal, vêm usufruindo os efeitos substanciais do Seguro-Defeso. No Estado, cerca de 100 mil pescadores recebem o benefício no valor de 4 salários-mínimos no ano. Isso significa que cerca de R$ 270 milhões irrigam anualmente apenas o segmento da pesca artesanal, gerando efeitos diretos na superação da pobreza no Estado.

Enfim, algumas conclusões políticas importantes podem ser extraídas dos dados apresentados pelo *Atlas de Desenvolvimento Humano*, especialmente no Pará, em primeiro lugar a de que as políticas sociais e de transferência de renda, inauguradas já no primeiro Governo Lula, assumiram dimensão revolucionária na redução da pobreza extrema e na melhora dos indicadores gerais de qualidade de vida da nossa população, e ainda a de que, apesar de se direcionarem volumes progressivamente ampliados de parte da riqueza nacional para os mais pobres e assim contra-arrestar a política tributária altamente regressiva, está claro que se impõe uma ampla reforma tributária para que tenhamos as condições para a superação definitiva das desigualdades sociais e regionais em nosso País. Sem isso, continuaremos longe de nos transformarmos em uma sociedade justa, fraterna e desenvolvida.

Esta Casa tem a obrigação moral de dar curso não apenas à reforma tributária, mas também à reforma política, igualmente decisiva para avanços mais largos na direção da plenitude da cidadania em nosso País.

Vale ressaltar que hoje houve a entrega das assinaturas necessárias para que possamos fazer tramitar na Câmara dos Deputados o projeto para que tenhamos o plebiscito e aí iniciemos definitivamente nesta Casa, que tem muita resistência a essas mudanças, uma reforma política que faça com que cheguem ao Parlamento, seja a esta Casa, seja ao Senado Federal, enfim, à representação política do País, aqueles que de fato representam o nosso povo, não só os que têm mais recursos na hora da campanha.

No caso do Estado do Pará, qualquer análise efetivamente movida pelo interesse público demonstra o imperativo de mudanças radicais nas prioridades das políticas do Governo estadual e de muitas Administrações locais, tendo em vista a geração de efeitos sinérgicos com as estratégias do Governo Federal pela superação do atraso e da pobreza em nosso País, agora reforçadas com o Plano Brasil sem Miséria.

No nosso mandato, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, continuaremos inteiramente engajado nesse projeto, nas lutas sociais. Nós temos origem no movimento sindical de trabalhadores rurais do nosso Estado do Pará.

Quero inclusive, no encerramento deste pronunciamento, parabenizar entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a Central Única dos Trabalhadores, a FETRAF, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os vários movimentos de ribeirinhos no nosso Estado, que tenho acompanhado *pari passu*. Esses movimentos têm mobilizado os trabalhadores daquele Estado no sentido de levar essas políticas para os locais mais distantes, para os nossos Municípios. Portanto, quero valorizar o trabalho dessas entidades, que muito tem colaborado para o desenvolvimento do nosso Estado do Pará.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem a palavra o Deputado Francisco Chagas, para um breve registro.

O SR. FRANCISCO CHAGAS (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que acabei de protocolar nesta Casa a

Proposta de Emenda à Constituição nº 301, que conta com 223 assinaturas de Srs. Deputados e Deputadas e propõe acrescentar a alínea "e" ao § 8º do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar tributação sobre medicamentos de uso humano.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Pois não, Deputado. Está registrado.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado José Augusto Maia. S.Exa. tem 1 minuto para o seu registro.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas Deputados e Deputadas, venho à tribuna neste minuto para anunciar o falecimento de um filho de Santa Cruz do Capibaribe, minha terra.

Faleceu um piloto de *motocross* campeão em nossa região, campeão pernambucano de *motocross,* campeão baiano de *motocross*, campeão paraibano de *motocross*, campeão de *motocross* em vários Estados e também vice-campeão brasileiro.

A nossa cidade, um polo de confecções no Agreste de Pernambuco, está triste com a notícia do falecimento desse campeão, vítima de um acidente. Perdemos um grande pernambucano, um grande santa-cruzense, que brilhou em todo o Brasil.

Ontem, Pernambuco e o restante do Nordeste amanheceram tristes com a notícia da morte desse filho da minha terra, um guerreiro, um batalhador.

Venho neste momento externar desta tribuna os meus sentimentos aos seus familiares, bem como a toda a nossa cidade. O sepultamento será realizado hoje, às 17 horas.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Está registrado o pronunciamento de V.Exa., Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Com a palavra o Deputado Fabio Reis, por 1 minuto.

O SR. FABIO REIS (PMDB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero deixar como lido pronunciamento em que abordo a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo, com ênfase em um aspecto que me parece muito caro a esta Casa, à sociedade e à imprensa de um modo geral: as emendas parlamentares.

Historicamente, o Legislativo não cria programas nem ações orçamentárias, ou seja, as emendas parlamentares são apresentadas dentro de programas e ações propostas pelo Executivo, o Parlamentar simplesmente define que uma parte mínima dos recursos que vão para construção de praças, postos de saúde, quadras de esportes ou escolas, por exemplo, seja aplicada na construção de determinada obra em certo Município brasileiro.

Sr. Presidente, eu gostaria também de parabenizar o amigo, empresário e irmão Zezé Rocha, da minha querida cidade de Lagarto, pelo cinquentenário da grande Vaquejada de Lagarto. Aproveito a oportunidade para convidar os nobres colegas para esse evento cultural e esportivo, que acontecerá no próximo final de semana na Cidade de Lagarto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a razão para eu ocupar hoje a tribuna desta Casa é bastante conhecida de muitos dos presentes, mas, para mim, Deputado de primeiro mandato, é de certa forma uma novidade: eu gostaria de tecer algumas breves considerações sobre a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo, com ênfase em um aspecto que me parece muito caro a esta Casa, à sociedade e à imprensa de modo geral: as emendas parlamentares.

Gostaria de iniciar falando sobre o aspecto da legalidade e o arcabouço constitucional dispensado às emendas parlamentares.

Considerando as dimensões continentais no nosso País, parece-me bastante lógico acreditar que o Constituinte entendeu que os Parlamentares, enquanto representantes do povo no Poder Legislativo, poderiam contribuir muito para a definição de prioridades para as cidades e Estados que representam. Pensem comigo: é mais lógico que eu conheça com mais detalhes as necessidades de Aracaju, Lagarto, Estância e demais Municípios sergipanos do que um elaborador de políticas públicas de um gabinete.

Considerando que nasci em Lagarto e continuo presente naquela e em outras cidades sergipanas nos dias em que não estou aqui na Câmara, parece correto afirmar que conheço os bairros sem esgotamento sanitário, sem coleta de lixo, sem acesso à água potável; conheço as localidades que não dispõem de uma quadra de esporte para seus jovens e crianças brincarem, que não dispõem de uma praça ou academia da saúde para seus idosos e para a população em geral.

Desse modo, garanto que posso contribuir com a qualidade da destinação de recursos para muitos outros Municípios sergipanos, assim como acredito que V.Exas. também podem contribuir muito para os Municípios de seus respectivos Estados. Eu estou sempre presente nos Municípios sergipanos, eu converso com prefeitos, vereadores, lideranças comunitárias e a população em geral, e sei de suas necessidades.

Feitas essas considerações, eu gostaria de acrescer dois outros fatos que me parecem curiosos e que inclusive contribuíram para a importante votação que

temos hoje aqui na Casa concernente no orçamento impositivo.

Primeiro: os recursos destinados às emendas parlamentares não resultam de reestimativa de receitas realizada no Congresso Nacional, ou seja, nós não estamos "inflando" a proposta do Executivo, como alguns alegam, e, mesmo que eles fossem resultantes de reestimativa, não temos um histórico de frustração de receita. Então, se os recursos para atender às emendas já vêm na proposta orçamentária apresentada pelo Poder Executivo, onde percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) é destinado para tal fim, por que elas não podem simplesmente ser executadas, sem que o Parlamentar tenha que estar o tempo todo suplicando à Secretaria de Relações Institucionais que empenhe os recursos?

O segundo fato a acrescer é que historicamente o Legislativo não cria programas nem ações orçamentárias, ou seja, as emendas parlamentares são apresentadas dentro dos programas e ações propostos pelo Executivo; o Parlamentar simplesmente define que uma parte mínima dos recursos que vão para a construção de praças, postos de saúde, quadras de esportes ou escolas, por exemplo, seja aplicada na construção de determinada obra em certo Município brasileiro.

Novamente destaco que, pela proximidade que temos das cidades, temos condição de contribuir para a melhor aplicação de tais recursos, inclusive porque, via de regra, recebemos pedidos específicos em que se apontam as necessidades locais, informação difícil de chegar ao Executivo Federal.

A bem da verdade, eu ainda não era Deputado Federal quando alguns escândalos versando sobre recursos públicos tomaram as mídias nacionais. Seguidamente cuidaram de apresentar as emendas parlamentares como motivo determinante, principal de tais práticas. As emendas parlamentares foram elevadas à posição de "razão de todos os males". Desde aquela época pareceu-me um erro grave de avaliação. Não é nem nunca foi a existência de emendas parlamentares o que leva aos desvios. A razão primeira é a sensação generalizada na nossa Nação de que o crime compensa, a ideia de que é possível apropriar-se de recursos públicos, locupletar-se e beneficiar-se à custa do povo, porque, no final, se descobrirem, não vai dar em nada mesmo, ou seja, o ladrão vai sair ileso para usufruir das riquezas amealhadas à custa do povo pobre, sofrido e honesto.

Devo lembrar-lhes de que as emendas parlamentares só não existiram na nossa história durante os períodos autoritários, ditatoriais. O dever constitucional atribuído ao Parlamentar de emendar o Orçamento para imprimir-lhe maior regionalização é característico de um regime democrático de direito, bem como da divisão harmônica de Poderes.

Além do mais, as emendas parlamentares são, muitas vezes, a única forma de garantir que uma cidade de Sergipe, por exemplo, seja contemplada com recursos federais, e acredito que esta seja a realidade de muitos Municípios dos Estados de V.Exas. Por isso reafirmo que as emendas são necessárias e extremamente importantes.

Lamentavelmente, desvios de recursos públicos acontecem no Brasil, independentemente da origem do recurso, e a solução para os desvios e desmandos que existem por aí passa pela aprovação de um arcabouço legal que desencoraje cada vez mais a prática de crimes contra a administração pública; que garanta que indivíduos que desviam dinheiro da saúde, por exemplo, matando indiretamente milhares de pessoas por ano, sejam presos e devolvam cada centavo corrigido; que aqueles que superfaturam o valor da merenda escolar e serve uma "lavagem" para as crianças brasileiras sejam processados, condenados e tenham seus direitos políticos suspensos, garantindo-se que fiquem distantes da coisa pública.

Eu gostaria de destacar ainda que as emendas parlamentares, após aprovadas na Lei Orçamentária Anual, não deveriam ter "dono" para fins de execução, pois, do contrário, estar-se-ia admitindo que, se um Parlamentar tiver esta ou aquela postura, as demandas locais poderiam ser prejudicadas. Assim, a depender da postura do Parlamentar, os poços artesianos que devem beneficiar determinadas localidades pobres que não contam com acesso à água deixariam de ser importantes? E as academias da saúde, bibliotecas, praças, quadras e campos de futebol?

Acredito que é por muitas destas razões que passamos hoje por um momento histórico nesta Casa no que concerne às despesas públicas. Ao que parece, o Parlamento entendeu que, se continuássemos com o modelo atual de orçamentação, se continuássemos sem a definição de critérios mais objetivos sobre as finanças públicas, iríamos acabar prejudicar o País. Nossa legislação sobre o assunto está ultrapassada, o formato atual da execução das peças orçamentárias as torna algumas esvaziadas de efeito prático, quando não inócuas.

Por tudo isso, o Parlamento encarou sua obrigação de legislar e colocou em pauta um importante aspecto das grandes questões das finanças da Nação: o orçamento impositivo. Acredito que podemos unir as três funções de Estado e, juntamente com o corpo técnico de que dispomos, encontrar soluções que garantam mais eficiência e transparência nos gastos públicos, além de uma definição de critérios objetivos

para a condução do dinheiro do povo. Além do mais, a votação do orçamento impositivo irá jogar luz sobre um tema que, não raras vezes, aparenta que entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo exista um balcão de trocas.

Sou da base do Governo e apoio a seriedade com que a Presidente Dilma vem conduzindo esta Nação; faço coro com sua postura destemida de conduzir com pulso firme a economia e garantir o investimento, em meio à crise que envolve tantas nações. Porém, a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo precisa ser repensada.

Por fim, chamo a atenção dos nobres pares para o fato de que não existe espaço vazio na condução de uma nação. Então, se alguns Poderes agigantam-se é porque outros se retraem. Conclamo os nobres pares a tomarmos posse do real tamanho que temos na condução do Brasil. Garanto que a força do Legislativo não vai enfraquecer os demais Poderes; ao contrário, ao fortalecermos o Congresso Nacional enquanto Poder, estaremos contribuindo para fazer ecoar mais fortemente a voz daqueles que até aqui nos trouxeram e muitas vezes não contam com outra forma de se fazer ouvir.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Eu gostaria de registrar a presença em nosso meio do ex-Deputado Santinho Furtado. Que S.Exa. se sinta à vontade. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Com a palavra o Deputado Milton Monti, para um breve registro. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. MILTON MONTI (Bloco/PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria registrar aqui a realização da 58ª Festa do Peão de Barretos, que aconteceu entre os dias 15 e 25 de agosto de 2013, uma festa com manejo adequado no trato aos animais, que são sempre muito bem cuidados nesse evento. Quero também cumprimentar o Presidente Hugo Resende, da Associação Os Independentes.

Além de ser importante economicamente – mais de 1 milhão de pessoas passaram pelo evento –, a Festa do Peão de Barretos ressalta a nossa cultura e mantém as nossas tradições.

Por isso, quero parabenizar todos que realizaram esse importante evento em Barretos, em especial a Associação Os Independentes.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Está registrado, Deputado Milton Monti.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Ainda com a aquiescência do Deputado Paulo Magalhães, que é o próximo orador, concedo a palavra ao Deputado Miriquinho Batista para um breve registro.

O SR. MIRIQUINHO BATISTA (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer alguns registros que acho fundamentais.

Primeiro, quero parabenizar o povo do Município de Moju, que hoje completa 157 anos. Parabenizo todo o seu povo, os trabalhadores, os Vereadores, toda a administração pela grande festa.

O segundo registro é para informar que hoje está sendo realizada na SUDAM uma reunião para discutir o Plano de Desenvolvimento do Marajó, com a participação de vários Ministérios do Governo Federal. Esse debate, com certeza, vai levar para o povo do Marajó desenvolvimento, água, além de ajudar na solução da questão dos aeroportos. Enfim, uma grande reunião política para discutir o que hoje o Município precisa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho fazer três registros. O primeiro registro é para parabenizar o Município de Moju, que hoje completa 157 anos.

O segundo registro é sobre o Plano de Desenvolvimento do Marajó. Está acontecendo, no escritório da SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a reunião que tem por objetivo iniciar a implementação do Plano de Desenvolvimento do Marajó. É uma grande conquista nossa, de todos os marajoaras, dos paraenses, e por que não dizer do Brasil.

Se nós conseguirmos mudar a realidade daquela gente, que sequer tem água potável para beber (mesmo morando tão próximo de tanta água), escolas, creches, postos de saúde, enfim, se levarmos as políticas públicas que são necessárias para esse povo, vamos mudar a realidade daquela gente e aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Neste momento estão reunidos representantes da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; do Ministério da Integração Nacional, representado pela SUDAM; do DNIT; do MDA; do INCRA; da Caixa Econômica Federal; da FUNASA; Prefeitos do Marajó e lideranças locais do arquipélago, com o intuito de dar posse aos coordenadores e colocar em prática o plano.

Os gestores vão produzir a agenda de trabalho 2013/2014, elegendo ações concretas e imediatas para a implementação de políticas públicas nas áreas de ordenamento territorial, regularização fundiária, fomento às atividades produtivas, inclusão social e cidadania, infraestrutura e gestão do plano. Para cada ação pelo menos um projeto deverá ser eleito para ser executado até o final de 2014.

E o terceiro e último registro é que amanhã e depois, dias 29 e 30/8, vamos participar de uma audiência pública em Belém, Santarém e Oiapoque, no Estado do Pará, para tratar da CPI destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e os responsáveis.

Nós não podemos deixar os responsáveis impunes. As pessoas têm que entender que não estamos mais naquele Brasil Colônia, onde humanos eram vendidos como objetos. O tráfico de pessoas no Brasil precisa acabar! E vejo que só com a prisão desses responsáveis é que vamos coibir essa prática absurda.

Era o que tinha pra dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Com a palavra o Deputado Paulo Magalhães. S.Exa. dispõe de até 25 minutos na tribuna.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 9 de julho aqui estive e conclamei a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional a dar apoio total à Presidente Dilma. Naquele momento, Sr. Presidente, as manifestações de rua, manifestações difusas, queriam melhoria na educação, na saúde, no transporte, nas rodovias, enfim, em diversas áreas. Falavam também, incisivamente, na corrupção.

Desta tribuna, fiz questão de dizer aos meus pares que, se existe algo com que não podemos dizer que a Presidente Dilma foi leniente, é a corrupção. Por isso, Sr. Presidente, naquela altura conclamei os meus companheiros e os alertei: se déssemos as costas à Presidente Dilma naquele momento, estaríamos dando as costas ao Brasil.

Ela continuou trabalhando com denodo, com aplicação. Aí estão as pesquisas atestando que ela recuperou todos os índices de aprovação. E tudo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, graças ao trabalho sério de uma obstinada em servir ao povo brasileiro.

Dizia eu que nós Deputados tínhamos que aproveitar aquele momento para ajudar a Presidente. Se erros existiam, que buscássemos novos caminhos.

Algumas sugestões foram feitas. A Presidente aceitou algumas, analisou outras – ainda está a analisá-las.

A maior prova de que a Presidente quer efetivamente conviver de mãos dadas com o Congresso Nacional foi sua presença aqui ontem, durante a entrega do relatório da CPMI da Mulher. Está aí demonstrado, Sr. Presidente, que a Presidente quer viver de braços dados, em harmonia, com o Poder Legislativo e com o Poder Judiciário, mas, acima de tudo, com o povo brasileiro.

Sr. Presidente, venho hoje a esta tribuna apresentar um projeto que, creio eu, será extremamente importante para este programa vitorioso da Presidente e do Governo Federal: o Minha Casa, Minha Vida. Dei entrada ao projeto nesta Casa dia 25 de abril de 2012. No dia 31, despacho da Mesa determinou sua tramitação. Ele ficou apensado. Só agora, no dia 14 de junho, o Presidente da Casa, com uma sensibilidade incomum, deferiu sua desapensação.

O projeto a que me refiro, Sr. Presidente, trata da reforma urbana. Muito ouvimos falar em reforma agrária, mas em reforma urbana muito pouco se falou.

Hoje, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta Casa, para análise e aprovação dos meus pares, projeto que julgo extremamente importante para o Brasil, para esta nova arrancada da melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro: habitação para todos aqueles que moram em favelas ou em invasões. Com este projeto, teremos a oportunidade de dar o direito de propriedade àquele povo carente que tanto precisa do Governo Federal.

O Estado brasileiro, por força da forma aleatória e irregular das medidas adotadas ao longo do processo de colonização até os dias atuais, tem gerado situações que resultam em prejuízos irreparáveis para os cofres públicos e, por consequência, para o povo brasileiro. Essa realidade é presente em todos os setores da sociedade e vem se agravando na medida em que o País cresce e avança.

A Constituição de 1988 amarra, garroteia, estrangula e engessa o legislador, quando o proíbe de legislar sobre matéria que gere despesa. Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna apresentar à Nação o PRONARIM (Programa Nacional de Regularização de Imóveis Urbanos), instrumento construído ao longo de anos de pesquisa por todo o País e que irá possibilitar ao Governo Federal – atentem bem, Sras. e Srs. Deputados – trazer para o contexto da arrecadação uma parcela enorme da população que se encontra à margem do processo de contribuição não porque sonega, mas exatamente porque falta um instrumento legal que promova sua inserção na construção do bolo de riquezas do País. O PRONARIM (Programa Nacional de Regularização de Imóveis Urbanos) se constitui numa verdadeira revolução na vida social, econômica, tributária e política do País, ao possibilitar ao Governo aumentar sua arrecadação sem criar novo imposto, mas trazendo para o mundo regular da contribuição uma imensa fatia da população que está impedida de participar da construção desse bolo.

O PRONARIM, Sras. e Srs. Deputados, é uma revolução na economia do País, pois proporciona que cerca de 80 milhões de imóveis sejam regularizados, saiam, portanto, da marginalidade, e dá ao seu pro-

prietário – atentem bem! – titulo de domínio definitivo. Calcula-se que essa massa de imóveis possa trazer para os cofres do Governo, de forma imediata, na medida em que o Programa seja implantado em curto espaço de tempo, um volume de recursos da ordem de 85 bilhões de reais só no momento da regularização dos imóveis, e, de forma mediata, um volume de 12 bilhões de reais, pela arrecadação de emolumentos pelos cerca de 14% dos imóveis que são comercializados ao longo do ano. Esses recursos serão possíveis graças ao PRONARIM.

Acentue-se ainda, Sr. Presidente, que os entes federativos – União, Estados e Municípios – serão beneficiados: a União ficará com quantia próxima de 40 bilhões de reais; os Estados, com 20 bilhões de reais; e os Municípios, com 25 bilhões de reais, isto de forma imediata, com a implantação do PRONARIM, além de, de forma mediata, anualmente, como já mencionado anteriormente, com uma arrecadação de 12 bilhões de reais partilhada entre Estados e Municípios, Estados com 4 bilhões de reais e Municípios com 8 bilhões de reais.

Sras. e Srs. Deputados, o PRONARIM é uma revolução na área social exatamente porque, ao proporcionar à população brasileira, de forma igualitária e democrática, a regularização do seu imóvel a um custo extremamente baixo, exercita o Governo a valorização do direito de propriedade como uma conquista soberana do cidadão. O PRONARIM também socializa ao destinar a cada ente federativo o seu percentual de arrecadação segundo o que estabelece a legislação vigente, ou a que for criada especificamente para atendimento ao PRONARIM.

Sr. Presidente, no capítulo tributário, o PRONARIM promove uma mudança profunda na relação da União com os Estados e Municípios, pois, ao ser legalizada essa vertente de arrecadação, o produto de sua receita funcionará como um instrumento de encontro de contas entre os entes federativos, fazendo com que se estabeleça uma nova realidade nos números da dívida previdenciária. Pelo menos com relação à dívida previdenciária dos Municípios, ouso dizer, Sras. e Srs. Deputados, que ela sofrerá uma substancial queda, chegando a quase zero com a arrecadação que o PRONARIM construirá ao longo dos anos.

Ademais, é notório que os Municípios suportam uma dívida previdenciária acumulada durante anos, até certo ponto impagável, e que, como se sabe, tem comprometido, e muito, a vida do Município. O PRONARIM vem, sem sombra de dúvida, não solucionar o problema da dívida previdenciária, mas aliviá-la e proporcionar aos Municípios uma condição ímpar não só para resolver o problema da dívida previdenciária, como também para aumentar a arrecadação tributária, criando assim condições para a implementação de uma política de eficiência e desenvolvimento.

O Sr. Bruno Araújo – V.Exa. me permite um aparte, Deputado Paulo Magalhães?

O SR. PAULO MAGALHÃES – Pois não, Deputado Bruno Araújo.

O Sr. Bruno Araújo – Primeiro, Deputado Paulo Magalhães, quero cumprimentar V.Exa. pela abordagem do tema das dívidas previdenciárias dos Municípios brasileiros, assunto que, sobretudo para nós, que conhecemos a realidade do Nordeste do País, merece atenção. O PRONARIM traz à discussão toda essa questão. O pronunciamento de V.Exa. neste Grande Expediente é muito bem-vindo, pois levanta essa reflexão e é marcado pela qualidade das discussões que V.Exa. sempre traz a esta Casa. Segundo, Deputado Paulo Magalhães, aproveito este aparte para chamar a atenção do País para o fato de que neste momento o Nordeste do Brasil está vivendo um apagão energético, pelos menos os Estados da Bahia e de Pernambuco. Há pouco obtive essas informações – acabei de ouvir o que dizia o Deputado Imbassahy Magalhães. Estou trazendo a notícia ao conhecimento do Brasil – e sei que isso também é motivo de preocupação para V.Exa. – a fim de que, de forma emergencial, o Sistema Interligado Nacional e as autoridades competentes procurem reestabelecer a transmissão de energia. Há mais de 30 minutos, dezenas de milhões de brasileiros estão vivenciando um apagão. Então, Deputado, aproveito este momento em que aparteio V.Exa., que nos traz um tema importantíssimo para o equilíbrio de contas relevantes, sobretudo das cidades do Nordeste, para dividir com V.Exa. mais esta preocupação com o Nordeste brasileiro, que está sob um apagão neste momento. Parabenizo V.Exa. pela qualidade com que vem desempenhando seu mandato.

O SR. PAULO MAGALHÃES – Eu agradeço a V.Exa., Deputado Bruno Araújo, e posso garantir que seu aparte abrilhanta nosso pronunciamento e afiança que nós estamos no caminho certo.

Quanto ao problema energético, posso lhe assegurar, eminente Deputado Bruno Araújo, que a Presidente da República e o Ministro de Minas e Energia vão se empenhar no sentido de minimizar esse sofrimento do Nordeste, até porque é um compromisso da Presidente que em breve nós já não teremos mais problema nenhum com energia no Nordeste, nem em outro lugar deste País.

Sr. Presidente, o Poder Judiciário terá benefícios com a implantação do PRONARIM, como a desburocratização que o Programa propicia: aproximadamente 5 milhões de processos de usucapião serão extintos e,

sem nenhuma sombra de dúvida, será minimizada a entrega da prestação jurisdicional com a implementação de medida eminentemente administrativa. Os custos altos e o volume de processos demandam tempo para legalizar o domínio, o que provoca o abarrotamento do Judiciário e o impede de atender a demanda da população e de produzir na ponta uma solução final. O que se verifica são processos sem uma solução final e o cidadão penalizado, por não obter o documento de domínio do seu imóvel.

Um dos programas do Governo Federal de maior relevância é, sem nenhuma dúvida, o Minha Casa, Minha Vida, que tem sofrido dificuldades de implantação pela carência de áreas legalizadas nos Municípios Brasil afora. O PRONARIM, ao criar instrumentos de fácil implementação no processo de legalização fundiária urbana, será, sem nenhuma sombra de dúvida, um aliado para que um número ainda maior de brasileiros espalhados por este imenso Brasil possa tornar realidade o sonho da casa própria.

A função do legislador, Sr. Presidente, penso que é estar sempre a serviço do povo, do homem mais simples ao mais abastado, penso que é estar sempre perseguindo os meios para a construção de um país onde efetivamente a justiça social não seja apenas retórica, mas sim a prática permanente do homem público no desempenho de suas funções.

É com este pensamento e com esta certeza, Sr. Presidente, que entrego a esta Casa Legislativa o PRONARIM, para análise e apreciação dos Srs. Deputados, que terão em breve o privilégio de dizer que a Câmara dos Deputados entregou ao Governo Federal um programa que vai fortalecer sobremaneira o Governo de Dilma Rousseff diante do povo brasileiro.

Sr. Presidente, é desta maneira que queremos pontuar como Deputado que quer ajudar o Governo e o Brasil: apresentando projetos importantes, oferecendo alternativas a esta Casa, para que a Presidente Dilma Rousseff possa dar seguimento ao seu programa de governo.

É assim que nós vamos continuar norteando o nosso mandato: trazendo para esta Casa, para o Congresso Nacional, projetos importantes, que, tenho certeza, serão abraçados pelo Governo Federal, pela Presidente Dilma, que vai caminhar de braços dados com o Congresso Nacional e com o Judiciário, mas, acima de tudo, com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Zé Geraldo, para um breve registro. S.Exa. tem 1 minuto.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir a V.Exa. que considere como lido pronunciamento, sobre o qual voltarei a falar em outra oportunidade, a respeito de um programa que já está sendo gestado pelo Governo Federal exatamente para resolver a grave situação em que se encontra os ensinos básico e médio em algumas regiões do Brasil, como o Pará.

Nós já estamos vivendo a expectativa de implantação desse programa, já estamos à espera dele porque a situação do ensino médio público no Estado do Pará, principalmente, é de calamidade pública.

Portanto, eu peço a V.Exa. que autorize os meios de comunicação desta Casa a darem ampla divulgação a este meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Está registrado o pedido de V.Exa. e autorizada a divulgação do seu pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários e todos aqueles que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, nos próximos meses o Governo Federal deverá instituir mais um programa que irá impactar na melhoria da educação brasileira, com foco no ensino médio, principalmente dos Estados das Regiões Norte e Nordeste.

Trata-se do lançamento do Programa Nacional de Professores Visitantes na Educação Básica – Mais Professores. Nos moldes do Programa Mais Médicos, o Governo Federal pretende levar professores a escolas de Municípios com Índices de Desenvolvimento Humano baixos ou muito baixos e que tenham um baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), índice calculado a partir do fluxo escolar e do desempenho dos estudantes em avaliações nacionais.

A proposta do Governo Federal é a de remunerar, por meio de uma bolsa, os professores que se disponham a reforçar o quadro dessas escolas. Para as escolas com baixo rendimento, a Pasta quer atrair bons professores para melhorar o ambiente acadêmico. Caso não haja professores disponíveis na rede, o MEC cogita a participação de professores aposentados que queiram voltar às salas de aula.

Pelos critérios do Programa, o Estado do Pará será amplamente beneficiado, até porque, justiça seja feita, o Estado já conta com um programa similar, o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME). O sistema paraense é uma parceria entre Estado, Município e comunidade. O Estado oferece os professores, o Município disponibiliza salas de aula em escolas e a comunidade rural deve se reunir para fornecer um lugar de estadia dos professores.

Portanto, com a instituição do "Mais Professores", o Estado terá a oportunidade de somar suas ações na área da atenção à educação básica, a exemplo do SOME, e garantir professores para aqueles Municípios mais carentes e com índices educacionais baixos.

Hoje no Estado é grande a carência de professores de Matemática, Física, Química e Inglês. A falta de professores nestas áreas é um problema grave e tem-se acentuado devido à falta de interesse por novos formandos.

Para se ter uma ideia, apenas 3% das matrículas de ensino superior são feitas por novos calouros a cada ano nestas áreas, índice que tem-se mantido constante.

O Mais Professores, seguramente, de forma direta e indireta, terá impacto positivo neste índice, já que incentivará novos formandos a escolherem estas áreas, uma vez que terão melhores remunerações garantidas pelo programa.

Da mesma forma, outras ações do programa, como as ações "Quero ser Professor" e "Quero ser Cientista", com a oferta de 100 mil bolsas de estudo para jovens que queiram ingressar na área de Exatas, irão seguramente, de forma direta, elevar este pequeno percentual de 3% para um índice bem maior já nos primeiros anos de vida do programa.

Além disso, o Ministério desenvolveu, em conjunto com pesquisadores, um *kit* para estimular o interesse pelas Ciências. A ideia do MEC é a de distribuir os *kits* de ciências para alunos de toda a rede. Deste modo, as crianças, ao manipularem e usarem estas tecnologias pedagógicas, além de melhorar o aprendizado, terão, possivelmente, maior interesse em continuar os estudos nestas áreas numa universidade. O *kit* é inspirado em alguns brinquedos, mas mais sofisticado e barato.

Além de atrair professores para áreas carentes e instituir as ações Quero Ser Professor, Quero Ser Cientista e a distribuição dos *kits*, o Programa propõe ainda o aperfeiçoamento da formação continuada dos docentes, com o desenvolvimento de material didático específico e a criação da Universidade do Professor, uma rede que vai concentrar todas as iniciativas voltadas para a formação docente. Pretende-se que em um mesmo portal o professor possa acessar todos os cursos e programas disponíveis.

O Programa prevê também um redesenho curricular do ensino médio, para que as disciplinas ensinadas tenham uma maior integração entre si. E, para que o ensino seja melhorado, a Pasta aposta na educação integral. Para 2013, segundo o Ministro da Educação, está prevista a adesão de 5 mil escolas no ensino de dois turnos. No ano que vem, serão 10 mil centros de ensino.

Portando, este programa, mesmo em sua forma ainda gestacional, já nos dá um vislumbre do que será o ensino básico das próximas décadas. O Governo Federal já fez muito pelo ensino fundamental nestas últimas décadas. No entanto, o ensino médio ainda se arrasta para chegar às metas propostas pelo IDEB. O Estado do Pará, por exemplo, tem conseguido atingir a meta do IDEB somente em pouquíssimos Municípios. Com a adesão ao Mais Professores e com maior esforço da gestão educacional do Estado, seguramente nosso Estado terá um salto de qualidade no ensino básico.

Era o que tinha a dizer!

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar mais uma vez, com muita tristeza, o novo apagão que acontece na Região Nordeste brasileira. Não é o primeiro, nem o segundo, nem o décimo. São cerca de 20 apagões durante o Governo do PT e da Presidente Dilma Rousseff.

O que a gente lamenta, Sr. Presidente, é que o Governo não reconhece a sua incompetência, a falha no sistema, a falta de planejamento, a falta de cuidados com a manutenção do sistema elétrico nacional.

É preciso que o Governo reconheça a sua incompetência e a sua deficiência na administração desse setor e tome medidas, que agências não sejam apenas abrigos de "companheiros" e que a CHESF, que, no caso, é uma empresa que cuida da energia na Região Nordeste, e outras empresas de energia elétrica...

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Está registrado, Deputado.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, estou concluindo.

O assunto é muito grave, Sr. Presidente, é o Nordeste brasileiro todo, que, neste momento, está sem energia.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Sem dúvida, Deputado, mas nós temos uma lista de inscritos, e eu vou começar as breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Com a palavra, pela ordem, a Deputada Keiko Ota, do PSB de São Paulo. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

A SRA. KEIKO OTA (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho tratar nesta tribuna de uma data muito simbólica para a minha família, o dia 30 de agosto, data de falecimento do meu querido filho Ives Ota. Ele foi sequestrado e brutalmente assassinado aos 8 anos de idade, em 1997.

Durante muito tempo, eu e a minha família cultivamos ódio e rancor pelos assassinos do Ives. Querí-

amos vingança pela tragédia cometida contra o nosso querido filho, mas, no meio de tanta dificuldade, de tanta tristeza, eis que um dia percebemos que alimentar o ódio e o rancor estava servindo apenas para destruir de vez a nossa família. Foi então que decidimos perdoar os assassinos do nosso filho.

Minhas senhoras e meus senhores, perdoar não é fácil, mas o perdão é uma ferramenta que proporciona a quem foi prejudicado a sensação de paz. Significa que, embora ferido, você opta por se magoar menos e sofrer menos.

O perdão pode conviver com a justiça, e não impede que se façam as coisas justas ou adequadas. O ato de perdoar descaracteriza o sentimento de vingança e, consequentemente, torna-se uma poderosa arma de prevenção à violência. Saber perdoar é o primeiro passo para se exercitar a cidadania.

Sou autora, aqui na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 3.017, de 2011, que cria o Dia Nacional do Perdão.

Essa proposta, aliás, serviu de base para a elaboração do projeto que deu origem à Lei nº 15.742, de 2013, uma lei paulistana que criou o Dia Municipal do Perdão na cidade de São Paulo. Diversos outros Municípios também deram entrada a iniciativa semelhante e aguardam a sua aprovação.

Essa iniciativa proporciona a reaproximação entre amigos, pais e filhos, colegas de trabalho, alunos e professores, para ser um forte eixo da cultura de paz.

Quero deixar claro que, ao escolher essa data, não tenho a menor pretensão de tornar o meu caso mais importante do que o de qualquer outra família. Tanto que a data não tem caráter algum de ser transformada em feriado.

O que pretendo, ao propor a instituição dessa data, é que as pessoas possam conviver melhor no dia a dia, sem mágoas, sem tristezas, sem rancores, e que a sociedade possa colocar em prática valores atrelados à solidariedade, à cidadania e à fraternidade. Isso é o que alimenta a minha luta por paz, justiça e direitos humanos para todos.

Pesquisas mostram que 80% dos homicídios são cometidos por motivos fúteis, ou seja, por se alimentar o ódio. Quando se exercita o perdão, desaparece a razão pela qual existe o ódio e, assim, se evita mais um ato de violência. A sociedade precisa colocar em prática o perdão, para expressar o seu sentimento de solidariedade, cidadania e fraternidade, como despertou em mim.

Por isso, faço aqui um apelo às Sras. e aos Srs. Parlamentares para que tratem com a devida atenção da tramitação do PL 3.017, de 2011.

Meu muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Benedet, do PMDB de Santa Catarina. *(Pausa.)*

Enquanto o Deputado Ronaldo Benedet chega à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Sibá Machado. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar a minha repulsa pela forma como os médicos brasileiros estão tratando os médicos do Programa Mais Médicos, principalmente os cubanos. O que se está apresentando é reserva de mercado de médicos brasileiros ou é um preconceito, que não se aceita mais neste País, contra os médicos cubanos. Inclusive, uma senhora jornalista do Estado do Rio Grande do Norte escreveu um absurdo em seu *blog*, dizendo que os médicos cubanos têm cara de empregados domésticos, uma dupla agressividade contra as pessoas que estão vindo ajudar nosso País.

Sr. Presidente, os médicos vão trabalhar onde não há médico, exatamente nas áreas de atendimento básico; não vão mexer em nada de alta complexidade.

Portanto, fica aqui o nosso repúdio ao comportamento inaceitável dos médicos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Ronaldo Benedet. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. RONALDO BENEDET (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero parabenizar o Deputado Fabio Trad pelo seu grande trabalho à frente da Presidência da Comissão Especial que analisou o nosso Código de Processo Civil, como advogado. Nós advogados militantes agradecemos o empenho de S.Exa., grande figura que honra a nossa classe aqui na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, venho à tribuna para falar de um tema que já comentei e do qual volto a falar: a Presidenta Dilma vem se empenhando para implantar obras de infraestrutura no nosso País, para o seu desenvolvimento, para o seu crescimento, para facilitar a economia do nosso País, para grãos serem transportados até os portos e serem exportados, e para manter o mercado nacional. Nós temos rodovias, ferrovias e obras de infraestrutura no nosso País que têm sido atrapalhadas pela burocracia brasileira.

Quero levantar a questão e desafio esta Câmara dos Deputados e o Governo Federal a prepararem ações no sentido de que o Brasil possa ser governado. O Brasil está impossibilitado de ser governado. A Presidenta Dilma, o Poder Executivo brasileiro, dos Municípios aos Estados e até a União, não pode governar por conta dos entraves da burocracia.

O cálculo, Srs. Deputados, está aqui na tribuna desta Casa. E os que estão nos ouvindo, dos seus gabinetes, podem saber das obras que o Governo Federal quer fazer nos nossos Estados. Os entraves são burocráticos, eminentemente burocráticos. As obras não saem. São atrapalhos para o próprio Governo, são os instrumentos que o Governo e que a democracia criaram e que estão atrapalhando, são formas de tropeços que o Governo tem todos os dias, em nome de uma fiscalização absurda, em nome de uma fiscalização que não tem procedência para o bom andamento das obras do Brasil.

É preciso que se acredite no Brasil. Nós precisamos punir a corrupção com uma cadeia forte, mas precisamos coibir o atraso do Brasil na sua burocracia. A burocracia está proibindo a Presidenta Dilma Rousseff de governar este País. Por isso, é preciso que o próprio Poder Executivo e que o nosso Poder Legislativo tomem providências para que o Brasil possa ser governado e que, aproveitando o seu momento econômico, possa desenvolver-se com as ações na área de infraestrutura de que tanto precisa.

A República está em perigo, a República precisa honrar o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo. E não deve haver outros poderes paralelos, que atrapalham o desenvolvimento e o crescimento do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Com a palavra o Deputado Sandro Alex. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero fazer um registro, nesta tarde, sobre a greve no DNIT. Essa greve já completa mais de 60 dias. Nós estamos cobrando um diálogo por parte do Governo com os funcionários do DNIT, que estão reivindicando, pleiteando equiparação, reajuste.

Tenho certeza de que, com um bom diálogo, nós poderemos retomar as atividades. Basta o Governo reconhecer e valorizar esses funcionários que já trabalham com um déficit de, pelo menos, 50% de funcionários. Nós deveríamos ter o dobro de funcionários para executar essas atividades.

Segundo o relatório que vai ser entregue esta semana, as atividades estão prejudicadas em 3 meses, colocando em risco toda a infraestrutura do Brasil. Ou seja, o que se exige é o fim dessa greve através do diálogo e o reconhecimento do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem a palavra o Deputado José Rocha, por 1 minuto.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PR-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Marçal Filho, Sras. e Srs. Parlamentares, quero fazer um registro nesta tarde sobre o prêmio com que o Município de Coribe, do meu Estado, foi agraciado pelo Governo da Bahia.

O Prefeito de Coribe, Manuel Rocha, recebeu das mãos do Governador Jaques Wagner o Prêmio Cosme de Farias por ser o Município da Bahia com melhores resultados no programa Todos pela Alfabetização – TOPA.

A entrega do prêmio aconteceu no Centro de Convenções de Salvador, com a presença do Secretário Estadual de Educação, Osvaldo Barreto, e cerca de mil alunos que representaram mais de 147 mil alfabetizados de diferentes regiões do Estado. O Município recebeu como prêmio um cheque no valor de 40 mil reais durante a cerimônia, no dia 21 próximo passado.

Disse o Prefeito Manuel Rocha: *"Estamos felizes. O prêmio comprova que acertamos ao concentrar esforços na alfabetização da população".* Desde que assumiu a Prefeitura, em janeiro último, Manuel elevou o total de alfabetizando de 228 para 514.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Está registrado, Deputado José Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concederei a palavra ao Deputado Major Fábio.

Antes, só para um breve registro, concedo a palavra ao Deputado Paulo Magalhães, por 1 minuto.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero registrar, Sr. Presidente, o aniversário do Dr. Otto Alencar, Vice-Governador da Bahia, Secretário de Infraestrutura, que tem realizado um trabalho memorável à frente da Secretaria.

Hoje é aniversário de Otto Alencar. Amanhã o Governo entrega uma estrada que é uma maravilha, vai de Jacaraci até Mortugaba, passando em Licínio. É assim que o Governo da Bahia trabalha, com Wagner e Otto trazendo benefícios para a Bahia e para os baianos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Major Fábio. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. MAJOR FÁBIO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero iniciar a minha curta fala lamentando a morte de três policiais militares da Paraíba.

O Soldado Osimar foi morto quando estava numa imobiliária no Bairro José Américo, em João Pessoa. Foi surpreendido por bandidos, que, tentando assaltar ou por encomenda, mataram-no.

Neste mesmo mês morreu o sargento reformado da cidade de Campina Grande Noaldemir. Ele estava numa padaria, e dois bandidos lá entraram. Quando foram fazer a abordagem das pessoas, dos clientes que

lá estavam, viram que o sargento estava portando uma pistola, e o sargento foi surpreendido por outro bandido.

E hoje nós perdemos um grande policial militar, o Major Fernando, que dedicou toda a sua vida à Polícia Militar da Paraíba.

Então, em pouco tempo, em 1 mês, dois policiais foram mortos, e o Major Fernando sofreu um aneurisma e veio a morrer.

Quero dizer que nós ficamos muito tristes quando morre um policial. Ficamos muito tristes porque nós consideramos todos os policiais do Brasil como alguém da nossa família. Nós temos sofrido bastante porque tem morrido bastante policial em nosso País. Infelizmente, muitas vezes fazendo bicos na hora da folga, quando deveria estar com sua família, o policial tira um serviço extra e vem a morrer. Então, temos sofrido bastante porque a violência no nosso País tem crescido muito. São muitas mortes. O crescimento da criminalidade no Brasil tem surpreendido todos os brasileiros.

E eu não poderia deixar de comentar também, neste instante, a questão do piso nacional. Em 2008, no dia 4 de novembro, dia do meu aniversário, foi apresentada a esta Casa a PEC nº 300, que cria o piso salarial nacional para policiais e bombeiros militares; em 2009, foi votado o primeiro turno da PEC 300; em 2010, a Presidenta Dilma Rousseff, então candidata, prometeu a criação do piso nacional; e, na semana passada, o Presidente desta Casa criou um grupo de trabalho, que neste momento está reunido na Presidência desta Casa para chegar a um consenso sobre a votação do piso nacional de policiais e bombeiros.

Aproveitando a transmissão da sessão pela *TV Câmara*, queremos dizer aos policiais e bombeiros militares de todo o Brasil que os policiais já se encontram no gabinete da Presidência desta Casa para a primeira reunião do grupo de trabalho, a fim de que se chegue a um consenso e de que o piso salarial nacional de policiais e bombeiros seja votado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Fabio Trad, por 1 minuto.

O SR. FABIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para o estarrecimento do País, passo alguns dados a respeito da burocracia brasileira e dos seus efeitos em nossa economia.

Quero dar como lido o discurso em que critico o burocratismo da economia brasileira como perversão patológica de uma cultura que precisa ser extinta – e nós devemos começar a fazê-lo através do Parlamento brasileiro.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em recente abordagem nesta Casa sobre o gigantismo burocrático estatal que suga parte substancial da energia competitiva do Brasil, alertei para a imperiosa necessidade de escaparmos, no outro extremo, ao artifício do Estado mínimo, estandarte de um liberalismo que, em verdade, gostaria de Estado zero.

Defendi, então, o empenho do Congresso Nacional na construção dos fundamentos do chamado Estado necessário – competente e eficaz para regular o processo de desenvolvimento econômico e institucionalmente capaz de promover as políticas públicas e os investimentos sociais correspondentes à expansão da riqueza nacional.

E de pronto delineia-se o impasse, assinalado por uma constatação que, na verdade tem o teor de sentença irrecorrível: *"Vivemos em um Estado social bancado por um Estado fiscal, mas o primeiro já não garante o básico para a população, como saúde, educação e segurança, e o segundo arrecada para justificar a sua própria existência"* – diz, em artigo recente, Luiz Cláudio Allemand, Presidente da Comissão Especial de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB, respaldado em rotundo argumento: a paquidérmica estrutura de arrecadação do Brasil escancara-se em 66 diferentes tributos, que geram R$ 1,4 trilhão ao ano.

Por aí já se vê que a hipertrofia do Estado brasileiro se retroalimenta pelas muitas ventosas que parasitam o sistema produtivo e aceleram o inchaço e a esclerose de outro monstro oportunista, burocrático, cuja voracidade é saciada, em boa parte, pela expansão da dívida pública.

Com uma carga tributária de 34%, ante apenas 18,5% do Chile, o Brasil demanda infinitas 2.600 horas anuais para que uma empresa se mantenha em dia com o Fisco. Isso é dez vezes mais que Honduras, com 224 horas por ano, e significa que se cada empresa tivesse apenas um funcionário para a tarefa, ele levaria 325 jornadas de 8 horas para cumprir a burocracia fiscal brasileira, quando a média mundial é de 56 dias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pasmem: desde a promulgação da Constituição de 1988, mais de 249 mil normas tributárias foram editadas, a uma estonteante média de 46 normas acrescidas diariamente à impenetrável selva legal que pune o investimento, fecha empresas e cancela empregos.

Para tentar cobrir os imensos fossos que o paquiderme burocrático abre na economia nacional, o Governo amplia a dívida interna a patamares igualmente gigantescos, ainda que alegadamente suportáveis.

Em julho último, a dívida interna brasileira, segundo o Governo, estava em 1,86 trilhão de reais.

Parece fora de dúvida que em um Estado mais racional, e, portanto, menos burocrático, mais leve e menos imobilista, a economia minimante destravada geraria para os cofres públicos parte substancial desses recursos que o Governo tem de buscar no mercado, emitindo papéis que penhoram o nosso futuro.

Contudo, um modelo de Estado menos burocrático, mais ágil e eficiente não se inventa nem se importa, como uma *commodity* qualquer. E ainda que se pudesse importar o modelo de Estado necessário, o encalhe em qualquer de nossos portos seria desastroso – o comandante de um navio estrangeiro que chegue ao Brasil precisa entregar 190 informações para o Governo brasileiro. Assim, a abertura dos portos feita por D. João VI, em 1808, ainda não se efetivou completamente, 200 anos depois.

E a decantada MP dos Portos, mais medidas como Porto Sem Papel e o Porto 24 Horas, na prática, mostram-se incapazes de desencalhar a jangada de pedra da burocracia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Giovani Cherini.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para minha alegria, o Governador Tarso Genro assinou, no dia 27 de agosto, na 36ª EXPOINTER, um financiamento de 40 milhões para a cooperativa da qual hoje sou sócio e na qual trabalhei, fui funcionário: a nossa Cotrijal, em Não-Me-Toque. Além disso, homenageou sete cooperativas também atendidas com créditos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

A Cotrijal utilizará o crédito concedido pelo Governo para a construção de um grande complexo de beneficiamento de sementes de trigo, soja e cevada, cuja capacidade deve chegar a 600 mil sacas, lá na divisa de Não-Me-Toque e Carazinho. Uma área de 100 hectares, no limite com Carazinho, já está sendo preparada para receber o parque industrial da Cotrijal.

A projeção do Presidente Nei Mânica é de que em março de 2015 as primeiras sementes comecem a ser recebidas.

A Cotrijal está de parabéns, pois conta com 5,3 mil associados e 1,2 mil funcionários.

Destaco a homenagem feita pelo Governador e pelo BRDE às cooperativas gaúchas ligadas ao setor agropecuário financiadas pela instituição. São elas: A Cooperativa Agropecuária Industrial Cotrijal; a Cooperativa de Produtores de Leite de Serafina Ltda. (Cooperlate); a Cooperativa Tritícola Mista Campo Novo Ltda. (Cotricampo); a Cooperativa Nova Aliança; e a Cooperativa Santa Clara e Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (Ecocitrus).

Parabéns à Cotrijal, à Cooperlate, à Cotricampo e também à Ecocitrus!

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Muito bem, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Rogério Peninha Mendonça, por 1 minuto.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer referência a um projeto de lei que apresentei nesta Casa esta semana, em atendimento a um apelo de muitas famílias de pequenos Municípios de Santa Catarina: permitir que as crianças sejam registradas nas cidades onde vivem, onde moram os pais.

Eu conheço muitas cidades pequenas em Santa Catarina que não têm nenhuma criança, nenhum cidadão nascido nelas, porque não existe maternidade. As pessoas nascem na maternidade de uma cidade que não tem nada a ver com a sua família e com os seus familiares.

Sr. Presidente, trata-se de um projeto solicitado por muitas famílias. Acredito que nós vamos ter, sim, o apoio desta Casa para permitir que pequenas cidades do Brasil também tenham os seus cidadãos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Eudes Xavier.

S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. EUDES XAVIER (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar uma nota de desagravo aos amigos e solidários médicos que estão chegando ao Brasil. Essa nota é compartilhada por vários movimentos sociais da cidade de Fortaleza em solidariedade aos médicos cubanos e aos demais que vêm ajudar a população mais pobre deste País.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que seja divulgado o meu pronunciamento em solidariedade principalmente ao povo de Cuba, que tem sido, na América Latina, uma referência não somente em solidariedade na saúde, mas em todos os aspectos da vida deste mundo, um mundo que nós queremos mais livre, mais solidário e socialista.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que seja feita a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

NOTA DE DESAGRAVO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Na última segunda-feira, 26 de agosto de 2013, na Escola de Saúde Pública do Ceará, assistimos, lamentavelmente, a uma demonstração de intolerância e xenofobia do Sindicato dos Médicos do Ceará e um grupo de 40 jovens médicos para com os médicos cubanos e outros estrangeiros, que vieram ao Brasil por espírito solidário e respondendo a um chamamento do governo brasileiro. Gritavam, a plenos pulmões, nas portas da ESP, num verdadeiro "corredor polonês", grosserias injustas e xenofóbicas: *"escravos, escravos", "incompetentes, incompetentes", "voltem pra senzala"* e outros impropérios.

Senhor Presidente, para onde você caminha e leva os jovens médicos? E agora, José? José, para onde? Para a agressão física? "Escravos", José? Um povo valoroso que resiste a um boicote econômico há 54 anos da maior potência econômica do mundo, os Estados Unidos, e não se entrega, e não se curva? Um povo que jamais agrediu outros povos e, sim, oferece sempre a sua solidariedade e os seus médicos em situações de catástrofe, como no Haiti e em 69 países que pedem sua ajuda, sempre intermediada pela OMS? Cuba não tem riqueza, José. A sua riqueza é seu povo, são seus médicos, a sua solidariedade. Incompetentes, José? Os indicadores de saúde de Cuba se pareiam com os dos países mais desenvolvidos, a mortalidade infantil é menor que nos Estados Unidos, e há 30 anos desenvolvem um programa de saúde da família que é exemplo para o mundo inteiro.

Fazemos um apelo a todas as entidades médicas para que respeitem os médicos cubanos e outros estrangeiros, que os acolham como merecem. Pratiquem a solidariedade latino-americana, como nos ensina José Martí, líder da unidade ibero-americana: *"Cultivo uma rosa branca, em julho como em janeiro, para o amigo verdadeiro que estende sua mão franca. E para o mau que me arranca o coração com que vivo, cardo ou urtiga não cultivo: cultivo uma rosa branca".*

Sejam bem-vindos médicos cubanos e todos os estrangeiros que aqui vieram prestar sua solidariedade e cuidar do nosso povo.

– João Marques, Presidente do Conselho Estadual de Saúde (CESAU)

– Raimundo José Arruda Bastos, Secretário da Saúde do Estado do Ceará.

– Odorico Monteiro, Secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde.

– Messias Pontes, Presidente da Associação da Anistia 64/ 68.

– Manoel Fonseca, Coordenador de Promoção e Proteção a Saúde da Sesa.

– Ivana Barreto, Superintendente da Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará.

– Alexandre Mourão, Coletivo Aparecidos Políticos.

– Sílvio Mota, presidente do Comitê Ceará Memória Verdade e Justiça (MVJ).

– Inocêncio Uchoa, Presidente da Associação de Juízes para a Democracia (AJD).

– Antônio Ibiapina da Silva, Presidente da Associação da Amizade Brasil – Cuba Casa José Marti.

– Eunice Bezerra, vice-presidente da Associação da Amizade Brasil – Cuba Casa José Marti.

– Prefeito do Município de Sobral, Clodovel Arruda.

– Prefeito do Município de Canindé, Francisco Celso Crisóstomo Secundino.

– Deodato Ramalho, líder do PT na Câmara de Vereadores de Fortaleza.

– Mário Albuquerque, Presidente da Comissão de Anistia Vanda Sideau.

– União da Juventude Socialista no Ceará, Rudiney de Sousa.

– Conselho Estadual da Juventude no Ceará

– Antônio Carlos, Deputado estadual (PT).

– Odilo Almeida Filho, arquiteto e urbanista.

– Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

– Cláudia Viana de Almeida MOVELOS, Movimento pela livre Orientação Sexual.

– Rodrigues Lima, Presidente do Conselho Estadual da Juventude no Ceará.

– UNE – União Nacional dos Estudantes, Eduardo Brasileiro – Diretor no Ceará.

– UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Edvar Neto, Diretor no Ceará.

– ACES – Associação Cearense dos Estudantes Secundarista, Brena Carvalho.

– Paulo César Cariri, Membro do Conselho Estadual da Juventude.

– Marcus Sá, Jornalista.

– Evandro Soares, Jornalista e Radialista.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Júlio Campos, por 1 minuto.

O SR. JÚLIO CAMPOS (DEM-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, nesta oportunidade, protestar contra o dispositivo que o Senador José Pimentel incluiu no PNE, obrigando os alunos do sistema APAE a frequentarem as escolas regulares, fechando àquelas pessoas que têm deficiência a oportunidade de frequentarem as escolas da APAE.

As APAEs do Brasil já são uma instituição de muitos anos – desde 1954 funcionam no País – e têm mais de 2 mil centros de referência espalhados por

todos os Municípios brasileiros. O Plano Nacional de Educação previa que os estudantes do sistema APAE continuariam tendo a instituição como foco da educação. No entanto, o projeto aprovado pelo eminente Líder Angelo Vanhoni, do PT do Paraná, nesta Casa, ao ir para o Senado, está sofrendo uma emenda totalmente deturpadora do seu colega, Senador Pimentel, do PT, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Deputado Júlio Campos, eu não poderia deixar de fazer um adendo ao seu pronunciamento: é realmente um absurdo esta emenda, uma vez que a APAE é uma entidade reconhecidamente séria em todo o País; faz um trabalho belíssimo em qualquer ponto do Brasil.

O SR. JÚLIO CAMPOS – É verdade. E as escolas estão sendo obrigadas a fechar, porque o Senador Pimentel apresentou esta emenda, querendo proibi-las de matricular alunos especiais.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tomara que isso seja revisto.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de solicitar aos meus amigos Senadores que tenham sensibilidade ao apreciar o projeto de lei que compreende o Plano Nacional de Educação, mais especificamente, a Meta 4 do PNE, que trata da educação inclusiva.

Um dos pontos mais conflitantes da proposta, que tem deixado muitos gestores de entidades como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e, sobretudo, familiares de pessoas com deficiência sem dormir, é a obrigatoriedade de matrícula de alunos especiais em escolas regulares, com a previsão de as APAEs deixarem de receber recursos do Governo em 2016. O projeto encontra-se hoje no Senado Federal, e o dispositivo que cria essa obrigatoriedade é de autoria do Senador José Pimentel (PT/CE).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais nasceu em 1954, no Rio de Janeiro, e buscou estruturar-se de forma a promover integralmente a atenção à pessoa com deficiência, especialmente a com deficiência intelectual e múltipla.

A Associação, que está presente em mais de 2 mil Municípios brasileiros, espalhados por todo o território nacional, surgiu para suprir uma deficiência do poder público em desenvolver políticas públicas inclusivas e eficientes. Teve início na iniciativa de famíliares de excepcionais que se empenharam em buscar alternativas de inclusão social para seus filhos, em busca de garantir seus direitos.

Infelizmente, a palavra deficiência ainda carrega consigo um estigma que aos poucos está sendo mudado: a rejeição, a discriminação e também o preconceito.

Essa Associação evoluiu e estruturou-se, por meio da troca de experiência com entidades similares, de pesquisas, de outros países. A APAE passou a prestar serviços de educação, assistência social, saúde, visando promover a defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, e se mantém através de doações e da ajuda do Governo. Atualmente, a Associação atende a cerca de 250 mil pessoas com deficiência, em mais de 2 mil unidades no País.

Em nosso País, de acordo com o Censo 2010, divulgado pelo IBGE, 45,6 milhões de pessoas, o correspondente a 23,9% da população brasileira, convivem com ao menos um tipo de deficiência.

Sabemos, Sr. Presidente, que as APAEs prestam um excelente serviço de inclusão social. Tenho a convicção de que se esses deficientes forem obrigados a frequentar escolas regulares sem a estrutura física e psicopedagógica adequadas para atender às suas necessidades, regredirão, e também lhes será tirada a oportunidade de se desenvolverem. Estamos falando de alunos especiais que estão sendo muito bem atendidos pelas APAEs no Brasil.

Pesquisas já mostram que as escolas brasileiras estão com a infraestrutura em condições precárias para atender aos alunos de forma geral. O IBGE atesta que em 84,5% das instituições de ensino do País faltam itens como biblioteca, acesso à Internet, laboratórios de informática e ciências, quadras esportivas e dependências para estudantes com necessidades especiais. Imagine, Sr. Presidente, alunos especiais, que requerem estrutura e cuidados especiais, além de uma equipe multidisciplinar, em escolas como as nossas, que pessimamente atendem aos alunos sem deficiência!

Este dispositivo é uma aberração, se considerarmos a nossa realidade! As escolas regulares não estão preparadas para receber alunos especiais!

Por que acabar com as APAEs, que tão bem atendem, com tanta especialidade, aos portadores de deficiência em todo o País? Este disposito é um absurdo; é desumano.

Entre os alunos de escolas regulares já existe muito *bullying*, discriminação. Imaginem alunos especiais junto a eles, sem o devido preparo e conscientização dos colegas! Estou falando, nobres pares, de pessoas que dependem de ajuda para tudo – a maioria toma medicamentos controlados.

Em Mato Grosso, um caso específico foi mostrado em jornal de Cuiabá: o da garota Brenda, de 11 anos, diagnosticada com disritmia cerebral e também com autismo. Ela faz uso de medicamento controlado

e sofre ao estudar em uma escola regular. Sua avó relata preocupação com a falta de atendimento especializado na escola em que ela estuda. Segundo a avó, a neta, nos primeiros anos em que teve atendimento especializado, teve melhor desenvolvimento, mas, ao passar a frequentar uma escola regular, passou a sofrer com a grande dificuldade que a escola tem de trabalhar com ela.

Mesmo estando na 6ª série do ensino fundamental, a menina ainda não aprendeu ler e escrever, apesar de os médicos relatarem sua capacidade para o aprendizado. Sua professora também confidencia a dificuldade de ensinar a 30 alunos e dar atenção especial a ela. A professora reconhece a necessidade de especialistas para trabalhar com Brenda.

Várias mães de filhos especiais relatam a falta de estrutura e acessibilidade para portadores de deficiência nas escolas.

Por isso, Sr. Presidente, discordo deste dispositivo absurdo apresentado ao projeto pelo Relator no Senado, José Pimentel (PT-CE), que obriga a matrícula de alunos especiais em entidades de ensino regular. Será urna regressão para esses alunos estudar, sem qualquer estrutura, em escolas regulares e com colegas despreparados para recebê-los com todas as suas particularidades. Será massacrante essa inclusão, dentro da realidade em que o País se encontra.

Por que mudar o que tem funcionado? Por que obrigar, se é possível dar escolhas? O Governo não pode impor esta mudança, mas deve, sim, oferecê-la como opção para aqueles que a preferem. Há um movimento legítimo e muito expressivo, em todo o País, em defesa das APAEs e do trabalho que desenvolvem. E quem melhor do que aqueles que serão afetados pelas mudanças para dizer o que melhor lhes cabe?

O projeto do PNE foi encaminhado pelo Ministério da Educação ao Congresso em 2010. Sofreu alterações na Câmara e voltou à redação inicial no Senado. Após ser aprovado na Câmara, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, por unanimidade, e remetido à Comissão de Constituição de Justiça. Ainda será apreciado na Comissão de Educação e pelo Plenário do Senado.

Pelo relatório aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou superdotação deve ser universalizado na rede regular de ensino, e não mais "preferencialmente na rede regular", conforme o texto original do Deputado Angelo Vanhoni (PT-PR).

Com o texto como está, as APAEs perderiam a prerrogativa de substituir as escolas regulares para os alunos especiais. Por isso, Sr. Presidente, defendo que meus colegas Parlamentares do Senado Federal sejam conscientes na votação deste importante projeto que trata de alguns direitos das pessoas especiais. Faço um apelo para que retirem do projeto o dispositivo que obriga alunos especiais a se matricularem em escolas regulares e mantenham o texto como foi aprovado pela Câmara, com a redação original do Deputado Angelo Vanhoni (PTPR), que usa o termo "preferencialmente".

Sem mais, agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Com a palavra o Deputado Átila Lins. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ÁTILA LINS (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que o Governador do Estado do Amazonas em exercício, Prof. José Melo, inaugurou, na última segunda-feira, dia 26 de agosto, o porto do Município de Beruri, na região do Rio Purus, a 173 quilômetros de Manaus. O porto foi construído por meio de convênio entre o Governo Federal, através do DNIT, e o Governo do Amazonas, através da Secretaria Estadual de Infraestrutura. Foram investidos 9,5 milhões de reais.

Durante a inauguração, o Governador em exercício José Melo anunciou a recuperação de todas as vias, de todas as ruas, da cidade de Beruri. Portanto, foi uma festa muito bonita, lá em Beruri, na última segunda-feira, com a presença do Prefeito Demis, do Vice-Prefeito Manoel Sidô, dos Vereadores e de toda a comunidade, que recebeu muito bem o novo porto da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini. V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero reforçar aqui os dois últimos pronunciamentos.

O Deputado Rogério Peninha Mendonça, lá do Estado de Santa Catarina, tem toda razão de se preocupar com os registros de nascimento nos pequenos Municípios. Agora há pouco, eu conversava com o Deputado Peninha. Veja V.Exa.: hoje a criança nasce nos Municípios onde há maternidade e é registrada como filha daquele Município, na maternidade. Eu acho isso um absurdo. O Deputado Peninha tem toda razão.

Já existe uma proposição em andamento e, naturalmente, o projeto do Deputado Peninha vai ser apensado a essa.

O outro pronunciamento que quero comentar é o do Deputado Júlio Campos. Sr. Presidente, esta semana, nós já fizemos pronunciamento a esse respeito. Eu não entendo isso. Em time que está ganhando não se mexe. A APAE faz um trabalho extraordinário. Para que tirar essa prerrogativa das APAEs?

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Damião Feliciano. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que há pouco tivemos audiência com o Ministro Aloizio Mercadante, o Governador do Estado, Ricardo Coutinho, o Prefeito da cidade de Areia e o Deputado Tião Gomes, também da cidade de Areia, momento em que foi acordada a formação do Instituto de Tecnologia, que funcionará num prédio doado pelo Governo do Estado. Lá haverá cursos profissionalizantes de gastronomia, enologia, curso com vista ao aprimoramento da cachaça, para garçom, enfim, em tudo que se refere à área de gastronomia e hotelaria a cidade de Areia vai ser beneficiada com a criação do Instituto de Tecnologia.

Parabéns ao Ministério da Educação, ao Ministro Aloizio Mercadante, ao Governador do Estado, Ricardo Coutinho, ao Prefeito de Areia e também ao Deputado Tião Gomes. Eu, Deputado Damião Feliciano, participei da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Muito bem, nobre Deputado Damião Feliciano, ilustre representante da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Deputado Urzeni Rocha, V.Exa. dispõe da palavra, pela ordem, por 1 minuto.

O SR. URZENI ROCHA (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu venho aqui, Sr. Presidente, reiterar a nossa posição contrária ao programa lançado pelo Governo, motivo da Medida Provisória nº 621, que é o Programa Mais Médicos.

Quero dizer desta tribuna que o problema de que falam por aí, a necessidade de médicos para atender nas periferias das grandes cidades e nos locais mais distantes e longínquos do País, é verdade, mas a solução não está em trazer médicos de outros países nos quais não sabemos como é a formação dos profissionais, que não conhecemos, nem sabemos que qualificação têm.

Queremos, Sr. Presidente, dizer que o Brasil precisa investir em condições para os médicos que estão aqui trabalharem. Se nós tivermos as condições necessárias, os médicos irão para essas cidades distantes.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Deputado, V.Exa. dispunha de 1 minuto. Nós temos uma relação de inscritos. Gostaria que fosse breve, porque nós temos outros colegas que querem usar a palavra.

O SR. URZENI ROCHA – Apenas mais 30 segundos, Sr. Presidente.

Quero só dizer que esse é um programa equivocado, e o Brasil precisa investir seriamente na criação de condições para que os médicos possam trabalhar nas cidades mais periféricas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago, que dispõe de 3 minutos.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós queremos manifestar aqui a nossa profunda preocupação ante a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, que determinou a cassação do mandato do Prefeito Júlio Lóssio, da cidade de Petrolina, no sertão do meu Estado.

Esse processo merece ser observado com atenção e rigor. O Prefeito Júlio Lóssio, em 2009, assumiu a responsabilidade de iniciar o mais ambicioso, o mais rigoroso e o mais técnico programa de regularização fundiária da história de Petrolina. Ao longo desse período, iniciou com a Diretoria de Regularização e com a Superintendência, chegando hoje à Secretaria de Habitação do Município de Petrolina. Foi denunciado pela Direção Municipal do PSB, em Petrolina, por abuso de poder econômico na eleição de 2012.

Acontece, Sr. Presidente, que todo o processo de regularização fundiária teve uma continuidade, desde o primeiro ato decidido pelo Prefeito Júlio Lóssio, com a implantação da Diretoria de Regularização Fundiária. O Prefeito foi denunciado e, numa votação dividida, os Srs. Desembargadores do TRE deram 3 votos a favor, 3 votos contrários à cassação do mandato, e houve o desempate do Presidente daquela Corte eleitoral pela cassação do mandato.

Quero registrar que o Desembargador Relator emitiu a sua manifestação, propondo apenas que fosse estabelecida uma multa ao Prefeito Júlio Lóssio, mas que não era adequada a proposta de cassação do seu mandato. Nós queremos aqui dar o testemunho da correção, da ética e da seriedade do Programa de Regularização Fundiária.

Inclusive, o Prefeito Júlio Lóssio, antes, esteve no Tribunal de Justiça de Pernambuco, na presença do Desembargador Janduhy Finizola Filho, que é hoje também Desembargador Eleitoral e que não se manifestou pela cassação do seu mandato, pedindo apoio do TJ pernambucano para que houvesse aceleração do processo de emissão das escrituras, já que a comunidade Terras do Sul teve a imissão de posse a favor da Prefeitura decidida por ordem judicial.

Queremos, portanto, denunciar forças que pretendem atropelar o processo de ampliação das con-

quistas e de regularização fundiária no Município de Petrolina. Estamos juntos com o Prefeito Júlio Lóssio e com o Secretário Edinaldo Lima, inclusive para que o Prefeito possa, nas instâncias superiores, no Tribunal Superior Eleitoral, revogar essa decisão que consideramos polêmica, que consideramos que está a exigir de nós uma observação rigorosa, porque foi uma decisão inicialmente de empate. A posição do Relator era contra a cassação, e o Presidente desempatou pela cassação.

Estamos com o Prefeito e com o povo de Petrolina.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo comunicar à Casa que acabou de ser eleita a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 147-A, de 2012, de autoria do nosso colega Deputado Amauri Teixeira, que fixa parâmetros para a remuneração dos auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil, dos auditores-fiscais do trabalho e do grau ou nível máximo da carreira dos servidores do Banco Central do Brasil.

Na ocasião, foi eleito Presidente, por unanimidade de votos, o Deputado José Mentor e, Vice-Presidente, o Deputado Bonifácio de Andrada. Fluirá ainda um prazo de 10 dias para apresentação de emendas, Sr. Presidente, e acredito que essa Comissão haverá de cumprir, no prazo legal, esse encargo recebido por unanimidade daqueles que integram essa Comissão, que se reuniu há poucos instantes no Plenário 7 desta Casa Legislativa.

Esta é a comunicação que desejava fazer a V.Exa., Sr. Presidente, e à Casa.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Pois não. Deixe só o Deputado Edinho concluir em 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Com a palavra o Deputado Edinho Araújo, por 1 minuto.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *Diário da Região*, de São José do Rio Preto, hoje publicou artigo de minha autoria sobre a questão das APAEs, que tem sido debatida com tanta propriedade nesta Casa.

Fui Prefeito de dois Municípios, Sr. Presidente, Santa Fé do Sul e São José do Rio Preto, e convivi com as APAEs. Quero fazer um apelo ao Senado, para que ratifique aquilo que foi votado na Câmara dos Deputados: "sim" à inclusão, e "não" àquilo que possa prejudicar as APAEs. Essas associações são insubstituíveis no trabalho que fazem, tratando de crianças especiais e pessoas com habilidades especiais.

Por isso, a nossa manifestação é favorável às APAEs do Brasil.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *Diário da Região* de São José do Rio Preto publica na edição de hoje um artigo de minha autoria em defesa do trabalho realizado pelas Associações de Pais e Amigos do Excepcional em todo o Brasil. Um trabalho que pode ter prazo de validade caso a Meta 4 do Plano Nacional de Educação seja aprovada na forma do substitutivo apresentado no Senado Federal.

A nova proposta promove a inclusão de alunos com deficiências menos severas na rede regular, deixando a clientela com déficits mais graves aos cuidados das APAEs, mas, ao mesmo tempo, tira dessas instituições a possibilidade de receber recursos federais para fazer frente aos custos da educação especial.

É um contrassenso. O trabalho das APAEs hoje é insubstituível. Como demonstro no artigo, elas sobrevivem com enormes dificuldades financeiras e dependem de ajuda da comunidade para manter as portas abertas.

Espero que o Senado mantenha o texto do Plano Nacional de Educação como foi aprovado nesta Casa, pois ele garante a continuidade da participação das APAEs no processo educativo. Elas têm como marca registrada o trabalho sustentado no carinho e no amor ao próximo. Um ambiente onde pessoas com necessidades especiais encontram educadores com habilidades especiais, transformando esse convívio diário em momentos de interação, aprendizado, alegria e solidariedade.

Todo o apoio às APAEs.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Deputado Onofre Santo Agostini, Deputado Edinho Araújo e todos que se manifestaram, acho que nós podemos recolher 513 assinaturas de Deputados Federais a favor das APAEs e contra essa decisão que o Senado tomou. Não creio que qualquer Parlamentar desta Casa seja contra a APAE. Todos nós temos que assinar esse documento. Ninguém pode sobrepor-se a 513 Deputados Federais, que não admitem a ideia de apresentação de emenda no Senado para tolher as atividades das APAEs, atividades que dão certo em todo o Brasil, em cada rincão deste País. Nós sabemos o trabalho que realiza a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou pedindo a palavra pela ordem para dizer a V.Exa., primeiro, que assino esse documento. Podem elaborá-lo, que eu o assino, porque acho um absurdo o que querem fazer com as APAEs. Eu já disse que, em time que está ganhando, não se mexe. Não entendo isso! Nós estamos em outro mundo?

Ademais, como diz o grande jurista Flávio Prado, são 16h41min e há 270 Deputados presentes. Há quórum, há matéria.

Quero fazer um apelo a V.Exa.: vamos cumprir o Regimento Interno, Sr. Presidente, o art. 82, § 2º. O Regimento Interno tem que ser cumprido, meu caro Presidente! Evidentemente, V.Exa. não tem culpa, pois V.Exa. não é titular desta Mesa, mas nós votamos em sete membros da Mesa e votamos em mais quatro suplentes, que na hora não aparecem para presidir os trabalhos. Portanto, reitero o apelo a V.Exa.: chame-os, tome providências, porque a coisa está ficando feia!

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – V.Exa. tem razão. Vamos dar início à Ordem do Dia daqui a pouco, tão logo um membro da Mesa ocupe este lugar.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira, anteriormente chamado. S.Exa. disporá de 3 minutos, após o registro de 1 minuto do Deputado Silas Câmara.

O SR. SILAS CÂMARA (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que, nesse final de semana, estive em viagem pelo meu Estado do Amazonas, por toda a região metropolitana leste. Visitei Manaquiri, Castanho, Careiro da Várzea, Autaz-Mirim, Autazes, além de várias comunidades como Novo Remanso, Purupuru e Araçá. Pude constatar a necessidade da iminente implementação do Programa Luz para Todos em todo o Estado.

Como todos sabem, matérias recentes indicam que o Programa Luz para Todos, que já deveria ter sido encerrado em 2008, tem necessidade de continuar pelos próximos 10 anos, pelo menos, caso continue a velocidade de implantação que vem ocorrendo em todo o País.

Sr. Presidente, peço que seja divulgado nos órgãos de imprensa desta Casa o meu pedido de implementação do Programa Luz para Todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Duarte Nogueira, que dispõe de 3 minutos.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois de quase 11 anos no Palácio do Planalto, o Governo do PT se deu conta de que a saúde está um caos. Faltando pouco mais de um ano para as eleições, a Presidente Dilma Rousseff e o seu Ministro Alexandre Padilha lançaram um programa emergencial de contratação de médicos, cujo nome muito provavelmente foi tirado das pesquisas qualitativas do marqueteiro João Santana, o Programa Mais Médicos.

Ninguém pode ser contra a contratação de médicos, nem ter preconceito com aqueles que vêm de outros países. Há, de fato, necessidade deles em muitos rincões deste País. No entanto, o que se questiona é a forma como o Governo do PT resolveu lançar o programa e como age, tentando restringir os problemas da saúde à falta de médicos, para encobrir a insuficiência de recursos, infraestrutura e gestão.

No Programa Mais Médicos, lançado às pressas, sem consultar sequer as entidades médicas, sem revalidar os diplomas – uma exigência para se avaliar a qualificação dos profissionais formados em outros países – e sem qualquer transparência no que diz respeito à vinda de 4 mil médicos cubanos, suspeita-se que os profissionais de Cuba ficarão apenas com uma pequena parcela do salário de 10 mil reais, pagos pelo Brasil.

O fato é que Dilma e Padilha tentam jogar nas costas dos médicos a responsabilidade pelos problemas da saúde pública, fingem desconhecer que ano a ano a participação da União nas ações de serviços públicos diminui cada vez mais. Em 2002, o Governo Federal entrou com 52%; Estados, com 22,6%, e Municípios, com 25,3%. Em 2011, enquanto a fatia da União diminuiu para 44%, a dos Estados cresceu para 27% e a dos Municípios, para 29%.

Na discussão da regulamentação da Emenda 29, a Presidente Dilma acionou sua base de apoio no Congresso para impedir que se tornasse obrigatória a aplicação de 10% das receitas por parte do Governo Federal. Por lei, Estados devem investir não menos de 12% de suas receitas correntes líquidas, e os Municípios, 15%. Já o gasto da União deve ser corrigido anualmente pela variação do Produto Interno Bruto – PIB. Considerando que a economia brasileira tem crescido de forma medíocre – no ano passado cresceu só 0,9% –, a fatia da União na saúde praticamente não aumenta, e a dos Estados e Municípios, sim.

Em consequência dessa insuficiência de recursos, Sr. Presidente, Santas Casas e hospitais filantrópicos, que são responsáveis por mais de 50% dos atendimentos do SUS, estão cada vez mais em dificuldades financeiras e, portanto, reduzindo a prestação de serviços e em alguns casos suspendendo os atendimentos em muitos Municípios do nosso País.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, mais tolerância quanto ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Nenhuma.

O SR. DUARTE NOGUEIRA – Quero apenas agradecer e, mais uma vez, apresentar meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Marcos Rogério, anteriormente chamado, concedo-a ao Deputado Arnaldo Jordy, por 1 minuto.

O SR. SIBÁ MACHADO – Sr. Presidente, posso fazer uma consulta? V.Exa. vai seguir a lista retroativa agora? Quem já foi chamado tem direito a ser chamado novamente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Deputado Sibá Machado, V.Exa. já teve vários minutos aqui, por condescendência desta Presidência.

O SR. SIBÁ MACHADO – Eu sei, mas cheguei aqui às 14 horas, com todo o direito que me assiste.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – V.Exa., inúmeras vezes, pediu 1 minuto.

O SR. SIBÁ MACHADO – Estou esperando pacientemente esses 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – V.Exa. pediu vários minutos, várias vezes.

O SR. SIBÁ MACHADO – Eu sei, mas nós temos uma lista. Só estou fazendo a pergunta para saber como eu me comporto no plenário. Como eu era o trigésimo oitavo…

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – O Deputado Arnaldo Jordy está inscrito no Pequeno Expediente, mas poderemos ter o início da Ordem do Dia a qualquer momento. Então, da mesma forma que V.Exa. foi privilegiado com alguns minutos, também concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy por 1 minuto.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governador do Pará, Simão Jatene, entregou ontem, dia 27, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO 25/201 3), movida pelo Estado, que pretende motivar o Poder Judiciário a pressionar esta Casa a regulamentar a Lei Kandir, que desonerou as exportações de matéria-prima. A soma das perdas de arrecadação do Pará, somente com a falta de regulamentação dessa lei, está estimada em cerca de R$ 20 bilhões, desde que foi instituída em 1996.

A ação cobra que a Lei Kandir, criada para estimular a exportação e a economia nacional, seja regulamentada, definindo os critérios de compensação aos Estados que perdem receita pelo fato de não serem tributados produtos destinados à exportação.

Desde 2003, o princípio da desoneração e da compensação está incluido na Constituição Federal. Porém, quando a desoneração passou a vigorar, a compensação ficou sujeita à aprovação pelo Congresso de lei complementar disciplinando como se daria essa compensação e quem teria direito a ela.

O resultado é que, 10 anos da lei, apresenta-se a mesma situação: a desoneração foi global, mas a compensação não. O Pará é um Estado vigorosamente exportador, o que, na maioria das outras Unidades da Federação, representa 10% da economia. Mas, no Pará, as exportações representam cerca de 30%. Dessa forma, ele só pode tributar 70% de sua economia, já que 30% estão desonerados, acumulando as maiores perdas, pois, de um lado, está o peso das exportações na economia e, de outro, porque tem na mineração uma das principais atividades econômicas.

Com isso, grandes empresas como a Vale, por exemplo, que teve um faturamento no ano passado da ordem de R$ 85 bilhões, lucro líquido de R$ 30 bilhões e uma possibilidade de arrecadação de impostos apenas de R$ 600 milhões, o que é uma distorção brutal em qualquer atividade econômica, principalmente naquela que faz do Pará a segunda economia que contribui para o superávit da balança comercial brasileira. No entanto, os paraenses apresentam renda *per capita* metade da média nacional.

Segundo o Governador Simão Jatene, a sociedade paraense abre mão de um bem não renovável, não ganha nada no presente, e certamente não ganhará nada no futuro, se essas regras não mudarem, pois esse bem natural é exaurido à medida que é exportado.

O Estado ingressa com essa acertada ação, que, de pronto, parabenizamos. Esperamos que o Supremo determine o quanto antes ao Congresso Nacional que cumpra aquilo que determina a Constituição, legislar sobre o mecanismo de compensação, para que, finalmente, possamos ter, ao menos, amenizadas essas perdas que vitimam toda uma região.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – O Deputado Marcos Rogério, cavalheiro, permitirá que eu conceda 1 minuto para a Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, ontem participei, na Comissão dos Direitos Humanos da Casa, de um seminário em que se discutiu a redução da maioridade penal. Primeiramente, quero registrar a minha posição absolutamente contrária à matéria e solicitar a V.Exa. que considere como lido o meu pronunciamento com relação a essa questão.

Mas reconheço o trabalho daquela Comissão, que, sob a condução do seu Presidente, Deputado Pastor Marco Feliciano, ouviu todos os lados. Foi um debate muito interessante, mas ainda entendo que

temos que ser muito cautelosos e responsáveis na discussão desse tema.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Muito bem, Deputada Rosane Ferreira.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2012, o Brasil ultrapassou a marca de 550 mil detentos nas penitenciárias e delegacias de polícia, um número duas vezes maior do que o registrado há 10 anos. Existem 288 presos para cada 100 mil habitantes no País. O sistema carcerário tem um déficit de 84,9% de vagas. Isso significa que há 262.427 pessoas a mais para o número existente de vagas em nossos presídios. Para piorar o quadro, ainda há 270 mil mandados de prisão aguardando execução.

Comparação feita pelo jornal *O Globo* mostrou a face perversa de uma realidade que a cada dia tende a se agravar. De acordo com o levantamento, cada detento em presídio federal custa cerca de R$40 mil ao ano para o Governo, enquanto cada aluno do ensino superior custa apenas R$15 mil.

No caso dos Estados, o custo de cada preso é, em média, de R$22 mil ao ano e o investimento por aluno é de R$2,3 mil.

O jornal *Gazeta do Povo* fez comparação semelhante: comparou o custo de um preso nas penitenciárias estaduais do Paraná com os salários de funcionários pagos pelo Governo do Estado. O custo médio mensal de um preso em regime fechado é de R$ 1.887,80 enquanto o salário pago a um professor com licenciatura plena é de R$ 1.044,94 e o de um policial de segunda classe, de R$ 1.463,00.

Chamo a atenção dos colegas para outros números que nos levam a algumas reflexões. De acordo com dados do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do total de presos no País, 25% têm de 18 a 24 anos e 41% não concluíram o ensino fundamental. Em 2011, 38,1% dos atos infracionais cometidos por adolescentes referiam-se a roubos, seguidos pelo tráfico de drogas – 26,6%. Nas unidades de atendimento em que são cumpridas as medidas socioeducativas, a lotação supera 102%, sendo que em 32% desses estabelecimentos não há uma enfermaria e em 21% não existe sequer um refeitório para atender às necessidades dos adolescentes.

Reduzir a maioridade penal apenas agravará a situação em nossos presídios. Segundo especialistas, o índice de reincidência criminal nas cadeias é de 87%, ou seja, as pessoas que nós colocamos na cadeia estão reincidindo no crime quando saem delas, já que não existe prisão perpétua no País. Porém, nas unidades de atendimento socioeducativo, o índice de reincidência é de 13%. Por isto o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas socioeducativas aos menores infratores: para educá-los e reinseri-los socialmente, pois terão tempo para se redimir dos danos causados à sociedade.

Ainda segundo o CNJ, nos últimos anos, ao contrário do que se pensa, os crimes praticados por adolescentes não aumentaram. Houve uma redução percentual de atos graves contra pessoas. Homicídios praticados por adolescentes foram reduzidos de 14,9% para 8,4%; a prática de latrocínio passou de 5,5% para 1,9%; o estupro, de 3,3% para 1,0%; e lesão corporal, de 2,2% para 1,3%.

Na condição de membro da Comissão Especial criada para discutir as medidas socioeducativas a menores infratores, estive em São Paulo para ouvir diferentes representantes da sociedade. Entre eles estavam os representantes da Fundação Casa, que mantém em regime fechado quase 10 mil menores infratores.

Sr. Presidente, o País conta com 2.557 Municípios com menos de 10 mil habitantes. É um absurdo imaginar inserir os jovens em presídios sem antes lhes dar a oportunidade de se qualificar, recuperar sua dignidade e voltar à sociedade sem ter que conviver com o caos e a superlotação de nossas prisões.

Embora o artigo 53 do ECA garanta o direito à educação e o artigo 54 afirme como dever do Estado a garantia à criança e ao adolescente do ensino fundamental obrigatório e gratuito, a maioria dos adolescentes infratores abandonou os estudos aos 14 anos, entre a 5ª e a 6ª série, e 89% não chegaram a concluir a 8ª série – os dados também são do Conselho Nacional de Justiça.

Acredito que, em vez de investirmos em mais presídios no País, é possível criarmos medidas para fazer cumprir as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente e implementar definitivamente o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, aprovado em 2012. A opinião pública quer a todo custo a responsabilização dos adolescentes. Mas o ECA já prevê sanções a esses jovens. Basta fazermos com que sejam cumpridas. Reduzir a maioridade penal soluciona momentaneamente um problema e cria inúmeros outros, que perdurarão no seio da nossa sociedade.

O futuro se faz pela educação. Eu não tenho dúvida disso.

Sr. Presidente, peço que o presente pronunciamento seja registrado nos Anais da Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Marcos Rogério. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade do tempo.

Sr. Presidente, ocupo esta tribuna também para falar sobre o seminário que aconteceu ontem, no âmbito desta Casa, tratando justamente da questão da imputabilidade penal, ou da redução da maioridade penal.

Esse tema ganhou as ruas do Brasil. Ele é debatido tanto num bar quanto nas grandes faculdades deste País. É um tema que está no dia a dia do povo brasileiro, especialmente quando se olha para a televisão e se observa os anúncios com os mais diversos crimes cometidos com o envolvimento de menores no Brasil.

É certo, Sr. Presidente, que essa não é uma matéria a ser enfrentada sem o devido cuidado e sem o devido zelo; e, sim, ouvindo quem entende do assunto, tendo como base elementos científicos, provas científicas com relação à formação e à maturidade do jovem, com relação ao enfrentamento jurídico do tema. Mas eu penso que o Parlamento não pode se furtar ao debate dessa matéria.

Se existe uma coisa em que nós não podemos errar aqui é justamente pela omissão. Ao tempo em que o Brasil discute a questão da imputabilidade penal, da redução da maioridade penal, não cabe ao Parlamento a inércia, não cabe ao Parlamento a omissão. Nós temos que enfrentar essa matéria, vencendo ou sendo vencidos, mas temos que enfrentar o tema.

Ontem, durante os debates, vários expoentes defenderam a redução da maioridade penal. Houve também aqueles que foram contra a matéria. Alguns argumentaram que o art. 228 da Constituição Federal se trata de cláusula pétrea. Outros, Sr. Presidente, defenderam que era possível modificar essa legislação sem mexer na Constituição Federal.

A Constituição Federal, em seu art. 228, é muito clara quando diz que são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos. Portanto, não há que se falar em mexer na imputabilidade penal sem se mexer no art. 228. Agora, falar que é cláusula pétrea... Essa matéria está justamente no Capítulo da Ordem Social; e, recentemente, o art. 226 da Constituição foi flexibilizado pelo Supremo Tribunal Federal – não há que se falar em cláusula pétrea.

Repito, esse tema deve ser encarado de forma responsável, e saberemos qual a dimensão da decisão que vamos tomar. Mas não temos o direito de nos omitirmos diante da opinião pública quanto a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Sibá Machado, do PT do Acre. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última sexta-feira, esteve conosco, em Rio Branco, aquele que, pelo PT, consideramos um dos maiores líderes da história recente do Brasil: o ex-Presidente Lula.

Lula já esteve no Acre durante muitas vezes, e nós consideramos a sua presença em três momentos distintos da nossa história: o momento da dor, o momento de muito trabalho e o momento de muita alegria.

No momento da dor, o ex-Presidente Lula esteve conosco à época do assassinato bárbaro do líder sindical Wilson Pinheiro, no Município de Brasileia, em agosto de 1980.

Na segunda vez, acompanhou-nos quando do assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, e nos ajudou muito quando Jorge Viana ia assumir o Governo do Estado. Agora, ajuda muito o Governo Tião Viana a prosperar e a trabalhar, e, principalmente, foi o precursor de muitas políticas que estão colocadas.

E o que ele foi fazer no Acre, recentemente? Acompanhar a inauguração da terceira etapa do Centro de Produção de Alevinos do Complexo Industrial do Peixe, uma das marcas do Governo Tião Viana. O investimento feito ao tempo do então Presidente Lula e, agora, no Governo Dilma Rousseff, chega a mais de 120 milhões de reais entre a produção primária, que vai chegar a mais de 5 mil famílias envolvidas na produção do pescado, e um complexo agroindustrial formado pela produção de alevinos, a produção de ração e um frigorífico de alta tecnologia, com capacidade de exportação para qualquer lugar do mundo.

O ex-Presidente Lula esteve lá para inaugurar a primeira etapa desse complexo, que é a área da produção dos alevinos. Uma coisa muito bonita.

O Governador também manda um abraço ao Deputado Luiz Sérgio, claro que também ao Senador Marcelo Crivella, à Ministra Ideli Salvatti, pois que, à época, todos ajudaram nesse investimento.

Então, eu não podia deixar de vir a esta tribuna para agradecer à Presidenta Dilma, agradecer muito ao Presidente Lula e parabenizar também todos que colaboraram e, principalmente, ao Governador Tião Viana por esse grande investimento.

Depois de pronto, Sr. Presidente, quando entrar em franca produção, nós vamos chegar a quase 100 mil toneladas e dar uma receita anual para o Estado de mais de 1 bilhão de reais.

Finalizo dizendo que esse investimento está para o Acre, como estão as hidrelétricas do Rio Madeira

para o Estado de Rondônia, ou a Refinaria Abreu e Lima está para o Estado de Pernambuco.

Tenho dito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Muito bem, nobre Deputado e eterno Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Assis Melo por 1 minuto.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar nesta Casa – peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* – que no último fim de semana, entre os dias 22 e 24 de agosto, em São Paulo, realizou-se o 3º Congresso Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, do qual foram extraídas importantes resoluções do ponto de vista da luta e do desenvolvimento do País.

Agradeço a Adilson Araújo, bancário da Bahia, que assume a presidência dessa importante Central. Com 6 anos de existência, a CTB já é a terceira Central do País.

Por isso, Sr. Presidente, faço o registro da realização do congresso e dos documentos aprovados na sua importante plenária.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna para registrar nos Anais desta Casa a Resolução Política do 3º Congresso Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, realizado entre os dias 22 e 24 de agosto em São Paulo. Quero parabenizar o novo Presidente da CTB, Adilson Araújo, bancário da Bahia, e toda a direção eleita. Foi um congresso produtivo e vitorioso, que contou com a presença de 146 delegados do Rio Grande do Sul.

Gostaria de destacar bandeiras históricas da pauta trabalhista, de importância fundamental para a classe trabalhadora do Brasil, que integram a composição essencial do novo projeto de desenvolvimento das centrais sindicais: o fim do Fator Previdenciário e a valorização das aposentadorias e pensões; a fixação da jornada de 40 horas semanais sem prejuízo para os salários; mais investimentos em saúde, educação, transporte, mobilidade urbana e segurança; igualdade de oportunidade a homens e mulheres; não ao Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que amplia a terceirização no País; a ratificação e regulamentação das Convenções 158 e 151 da Organização Internacional do Trabalho; a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar; o fim dos leilões do petróleo; e a democratização da mídia.

Era o que gostaria de dizer, Sr. Presidente.

ANEXO AO PRONUNCIAMENTO DO ORADOR:

Resolução Política do 3º Congresso Nacional da CTB

1 – O 3º Congresso da CTB realiza-se em meio aos impactos das jornadas populares de protesto iniciadas em junho deste ano, que em seu auge, no dia 20, mobilizaram mais de um milhão de pessoas. Emergiu das ruas um novo cenário político no Brasil.

2 – As pesquisas sugerem que a maioria dos participantes eram jovens trabalhadores e estudantes, com elevado nível de escolaridade. Afluíram às ruas espontaneamente, à margem dos sindicatos, entidades estudantis e partidos políticos.

3 – Com alto grau de espontaneísmo, o movimento da juventude evidenciou a existência de um massivo descontentamento com o sistema capitalista e uma crise de representatividade no País – que demanda maior reflexão crítica e autocrítica por parte do movimento sindical e das forças democráticas e progressistas. Foi também acompanhado de uma sensível queda na confiança da população em relação às instituições e ao sistema político.

4 – A direita neoliberal e a extrema direita tentaram pegar carona nas manifestações, aproveitando a ausência de uma direção firme e uma pauta mais definida para imprimir-lhes um sentido golpista, visando o desgaste e a desestabilização do governo Dilma, dos partidos de esquerda, sindicatos e organizações sociais. Sobressaiu, também, a reação repressiva e truculenta da polícia, claramente repudiada pela população.

5 – Na ação orquestrada da direita neoliberal, cumpre destacar o comportamento da mídia burguesa, golpista e sempre muito hostil aos movimentos sociais, que inicialmente tomou posição contra as manifestações. Ao perceber a fragilidade das lideranças, mudou descaradamente de posição e, com um oportunismo desprezível, passou a apoiar e convocar os atos, incitando o povo contra os movimentos sindicais e os partidos de esquerda.

6 – Nas ruas, provocadores de extrema direita atuaram de forma organizada agredindo militantes de centrais sindicais e partidos políticos, provocando arruaça e vandalismo. O objetivo das forças reacionárias é desgastar e desestabilizar o governo Dilma de forma a interromper o ciclo de mudanças iniciado em 2003 e abrir caminho ao retrocesso neoliberal em 2014 ou, quem sabe, ao golpe militar.

7 – É preciso atentar para o contexto internacional de crise do capitalismo e de acirramento da luta política na América Latina, onde iniciativas golpistas foram observadas recentemente em vários países (Venezue-

la, Bolívia, Equador, Honduras e Paraguai), com apoio velado ou ostensivo do imperialismo estadunidense.

8 – Os EUA conspiram diuturnamente contra os planos de integração latino-americana defendido pelos governos progressistas e não abriram mão do projeto de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que procuram implantar por outros meios, recorrendo a tratados bilaterais e à criação da chamada Aliança para o Pacífico (México, Colômbia, Chile e Peru), cujo objetivo mal disfarçado é inviabilizar o Mercosul.

9 – O caráter imperialista da política de Washington se manifesta no desenvolvimento de um amplo programa de espionagem mundial, com base na Internet e nas multinacionais que dominam o ramo (Google, Facebook, Microsoft, Yahoo!, Apple e MSN). O Big Brother global denunciado pelo jovem Edward Snowden fez do Brasil seu principal alvo. Soma-se a isto a reativação da 4ª Frota de Intervenção, instalação de novas bases militares na Colômbia, o constrangimento imposto ao presidente da Bolívia, Evo Morales, quando retornava de Moscou e outras ações hostis. A luta política nacional não está alheia ao contexto de crise econômica e geopolítica mundial e não pode ser bem compreendida isoladamente. Não podemos ignorar os riscos de retrocesso.

10 – A ação das forças reacionárias não deve obscurecer o caráter objetivamente progressista dos protestos, que contaram com amplo apoio do povo e da CTB, resultaram na redução dos preços das passagens em várias cidades, aqueceram o debate político e influenciaram a agenda dos governos e do Congresso Nacional.

11 – Apesar da pauta difusa, ficou claro que os manifestantes revelam aversão à mídia burguesa, reivindicam mais investimentos públicos em saúde, educação, segurança, transporte e mobilidade urbana, bem como combate à corrupção e reforma política. Pesquisas recentes do Ibope indicam que 85% das brasileiras (e dos brasileiros) defendem a reforma política, 78% são contra o financiamento das campanhas pelas empresas e uma expressiva maioria quer voto em lista e a presença de mais mulheres na política.

12 – Combater a direita não significa renegar as ruas e a luta popular. As centrais, movimentos sociais, partidos e forças progressistas estão diante do desafio de disputar a consciência da juventude e do povo brasileiro, buscando unir o movimento espontâneo à luta consciente da classe trabalhadora por transformações sociais mais profundas, levando às ruas um programa claro para avançar nas mudanças, aprofundando a democracia, contemplando as demandas do povo e valorizando o trabalho.

13 – É preciso assinalar que o movimento sindical reagiu à conjuntura de forma unitária, em aliança com o conjunto dos movimentos sociais, realizando em 11 de julho uma grande manifestação nacional, com greve geral em várias cidades como Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte e Vitória e atos nas 27 unidades da federação. Foi uma intervenção organizada e consciente da classe trabalhadora, que agitou nas ruas suas bandeiras históricas (redução da jornada, reforma agrária, igualdade entre homens e mulheres, fim do fator previdenciário e valorização das aposentadorias, não à terceirização, Convenção 158 e as reivindicações mais sentidas do nosso povo por mais investimentos no SUS, bem como na educação, em transporte público e reforma política.

14 – Longe de ser o fiasco propagado pela mídia, burguesa e golpista, o protesto sindical foi comemorado de forma unânime e corretamente avaliado pelas lideranças como um êxito e um passo na direção de mobilizações mais enérgicas e massivas. No dia 6 de agosto as centrais voltaram às ruas, liderando manifestações contra a terceirização frente a entidades patronais em várias capitais do país. Trabalha-se agora pela realização de um Dia Nacional de Lutas com Mobilizações e Paralisações em 30 de agosto pelo atendimento da Pauta Trabalhista.

15 – O 3º Congresso da CTB orienta os sindicatos e entidades filiadas a ampliar a mobilização e conscientização das bases, debatendo a agenda da Conclat e dando atenção especial aos jovens trabalhadores, atraindo mentes e corações para a luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, democracia e soberania. A voz das ruas clama por saúde pública, transporte público, educação pública em contraposição aos interesses e serviços privados. Em poucas palavras, o povo brasileiro quer mais Estado e menos mercado. A CTB reitera a luta contra as privatizações nos setores estratégicos para a nação.

16 – A solidariedade e o internacionalismo classista são marcas do sindicalismo classista, cujos militantes e dirigentes devem mobilizar as bases para as manifestações do Dia Internacional de Luta convocado pela Federação Sindical Mundial (FSM) para 3 de outubro.

17 – A nação demanda a realização urgente de reformas estruturais, uma Constituinte exclusiva, o plebiscito da reforma política, que deve ser orientada para reduzir a influência do poder econômico e da corrupção nas campanhas eleitorais e nas instituições, ampliar a participação das mulheres e das lideranças populares; a reforma tributária progressiva, com taxação das grandes fortunas e das remessas de lucros e redução do IRPF e dos impostos indiretos; reforma

da mídia visando à democratização dos meios de comunicação e o combate ao monopólio exercido por meia dúzia de famílias capitalistas; reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar; reforma urbana; reforma educacional; reforma do Poder Judiciário. Cabe destacar também a necessidade de combater as desigualdades regionais e fortalecer o Pacto Federativo, hoje ameaçado pela centralização de recursos tributários na União e consequente enfraquecimento financeiro dos municípios e estados.

18 – Vai ficando a cada dia mais claro que para contemplar os interesses populares é indispensável mudar a orientação econômica. A CTB reitera a crítica à política monetária comandada pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), que anuncia novas elevações da Selic, apesar do recuo da inflação. Alerta, ao mesmo tempo, para a intensificação das pressões dos setores conservadores e da mídia pelo aprofundamento do arrocho fiscal, redução dos gastos públicos e mesmo o fim da política de valorização do salário mínimo a pretexto de combater a inflação.

19 – Aliada ao câmbio flutuante e ao superávit fiscal primário, a atual política monetária serve apenas aos interesses da oligarquia financeira, traduz uma perversa transferência de dinheiro público para os rentistas, tem caráter recessivo e é um imenso obstáculo ao desenvolvimento nacional, melhoria dos serviços públicos e valorização do trabalho. É nosso dever continuar lutando e mobilizando a classe trabalhadora pela redução dos juros, o fim do superávit primário, o controle do câmbio e do fluxo de capitais, a taxação das remessas de lucros, a revisão das desonerações, a criação de um fundo de investimento público em educação, saúde, transporte e infraestrutura.

20 – A economia brasileira precisa crescer a taxas mais robustas, superar os entraves que resultam na baixa taxa de investimentos internos e crescimento do PIB, reverter o processo de desnacionalização e desindustrialização, bem como o déficit em conta corrente e a crescente vulnerabilidade externa e dependência do capital estrangeiro.

21 – Nossas demandas não serão atendidas sem muita luta, uma vez que colidem com os interesses da burguesia e da direita. É indispensável ampliar a unidade das forças progressistas. Neste sentido, a CTB propõe a instalação de um fórum nacional reunindo as centrais sindicais, os movimentos sociais e os partidos de esquerda com o objetivo de debater uma plataforma comum e realizar, em torno dela, atos unitários em todo o país, procurando ao mesmo tempo combater e desmascarar a direita e barrar o retrocesso neoliberal.

22 – Nosso objetivo estratégico é concretizar a agenda da Conclat por um novo projeto nacional de desenvolvimento orientado por três valores fundamentais: valorização do trabalho, soberania e democracia.

A Pauta Trabalhista

Realizada pelas centrais sindicais (CTB, CUT, FS, NCST e CGTB) no dia 1º de junho de 2010 no estádio do Pacaembu em São Paulo, a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) reuniu cerca de 30 mil sindicalistas e dotou o movimento sindical de um autêntico programa político ao aprovar a agenda da classe trabalhadora por um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, soberania e democracia.

É com base nesse documento que as centrais elaboraram a Pauta Trabalhista que está sendo negociada com governos e empresários, foi levantada com força na manifestação de 11 de julho e deve servir de guia para a greve nacional que deve ser deflagrada pelas centrais sindicais caso as negociações não cheguem a bom termo.

A Pauta Trabalhista contempla bandeiras históricas da classe trabalhadora e são componentes essenciais do novo projeto de desenvolvimento das centrais. Compreende as seguintes reivindicações:

Fim do Fator Previdenciário; jornada de 40 horas semanais sem prejuízo para os salários; fim do fator previdenciário e valorização das aposentadorias e pensões; mais investimentos em saúde, educação, transporte, mobilidade urbana e segurança; igualdade de oportunidade entre homens e mulheres; não ao Projeto de Lei nº 4.330/2004, que amplia a terceirização; ratificação e regulamentação das convenções 158 e 151 da OIT; reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar; fim dos leilões do petróleo; democratização da mídia; reforma política com financiamento público de campanha.

Desafios da CTB na nova conjuntura política

Na nova conjuntura política que brotou dos protestos populares iniciados em junho é necessário realçar alguns desafios do sindicalismo nacional, em especial da CTB, no atual momento histórico. Um contingente considerável dos manifestantes, senão a maioria, pertence ao que podemos considerar a moderna classe trabalhadora brasileira, pois nada menos do que 76% trabalham, segundo pesquisa do Ibope, 63% são jovens com até 29 anos, 52% estudam e 43% têm curso superior.

Esses trabalhadores e trabalhadoras não foram convocados nem se sentem representados pelos sindicatos, entidades estudantis ou partidos políticos. Isso evidencia a necessidade de aprofundar a inserção e organização das nossas entidades nas bases, de forma a envolver na ação sindical a juventude trabalhadora, os trabalhadores estudantes, as mulheres.

O sindicalismo classista tem de estar sintonizado com as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, que conferiram um novo perfil e novas características à nossa classe trabalhadora.

Os jovens, bem como as mulheres e os negros, são vítimas de forte discriminação nos países capitalistas, recebem salários mais baixos, estão mais expostos ao desemprego, terceirização e outras formas de precarização das relações trabalhistas. Não é de se estranhar a inquietude e o descontentamento que invadiu as ruas.

Superar o divórcio entre essas bases e as direções sindicais e integrar esses segmentos da classe no movimento sindical é um desafio que deve ser considerado com seriedade e eleito como prioridade. Isto passa, em primeiro lugar, pela intensificação do trabalho nas bases; requer contatos e consultas mais frequentes e permanentes, maior esforço de conscientização, comunicação e luta ideológica contra a influência deletéria da mídia neoliberal.

É igualmente necessário estimular a renovação nas direções dos sindicatos, ampliando a participação dos jovens, bem como mulheres e negros. Devemos trabalhar no objetivo de dotar a juventude trabalhadora e o movimento espontâneo das massas de uma consciência classista mais avançada, de forma a engrossar a luta pelo desenvolvimento com valorização do trabalho e pelo socialismo.

A experiência mostra que o movimento espontâneo das massas, sem uma consciência clara dos seus objetivos, uma pauta e um rumo definido, por si só não leva a lugar nenhum e está sujeito à manipulação da direita. Isso reforça a necessidade de ampliar a capacidade de mobilização das bases, que hoje deixa a desejar, organizar os trabalhadores e trabalhadoras nos locais de trabalho, intensificar o trabalho de formação classista das lideranças e qualificar a comunicação com as bases visando construir e elevar o nível da consciência da classe e de mobilização.

É preciso zelar pela unidade da classe trabalhadora. Nesse sentido, a CTB propõe um funcionamento mais regular do fórum das centrais e a realização de uma Plenária Nacional Unitária do Movimento Sindical para debater a nova conjuntura política, instalar uma Mesa Permanente das Centrais e organizar a luta pela concretização da agenda da Conclat.

Merece especial atenção a participação dos sindicalistas classistas nas eleições de 2014, que deve ser orientada pelo objetivo de barrar o risco de retrocesso neoliberal, derrotando as forças conservadores e de direita e procurando eleger candidatos comprometidos com os interesses da nossa classe e o projeto de Nação que defendemos.

Devemos atuar na batalha eleitoral com o objetivo de mudar a atual correlação de forças no Congresso Nacional, assim como nos legislativos estaduais, que é marcada pela hegemonia do capital e francamente desfavorável ao povo trabalhador, como demonstra o conflito em torno da terceirização. A mudança dessa correlação de forças é o pressuposto para uma repactuação política progressista disposta a avançar nas mudanças com valorização do trabalho.

O SR. PRESIDENTE Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Padre Ton para um breve registro. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. PADRE TON (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de registrar que ontem e hoje está acontecendo, em Porto Velho, o Grito da Terra, com mais de 3 mil agricultores e agricultoras familiares, representando 41 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia.

Ontem, houve uma grande manifestação na ELETROBRAS para a retomada do Programa Luz para Todos, e hoje eles estão sendo recebidos pela Vice-Presidente do INCRA e, mais tarde, pelo Governador do Estado, Confúcio Moura, momento em que reclamam uma contrapartida para o Programa Minha Casa, Minha Vida Rural.

Muito obrigado, dou como lido o meu pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, cerca de 3 mil agricultores e agricultoras familiares, representantes de 41 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia, FETAGRO, participam do Grito da Terra Estadual.

O movimento de massa, iniciado na década de 90, como uma estratégia de negociação permanente com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, a partir de uma pauta construída na base, centrada nos temas principais de interesse dos agricultores familiares, teve início ontem com a chegada de dezenas de ônibus na Capital, Porto Velho, vindo de todos os Municípios do Estado e vai até o final do dia de hoje.

Neste momento, uma representação do movimento está reunida com a Vice-Presidente do INCRA, Sra. Érica Galvani, negociando a retomada dos assentamentos pelo órgão no Estado. Os manifestantes ameaçam acampar em frente à Superintendência Regional do INCRA caso as reivindicações não sejam atendidas. Por isso, aguardamos com muita apreensão

o desfecho das negociações que estão acontecendo neste momento em Porto Velho.

Além da retomada da reforma agrária e da implantação da infraestrutura dos assentamentos já existentes, na pauta do momento constam 177 propostas que expressam as principais reivindicações de aproximadamente 120 mil homens e mulheres do campo. O documento faz referência a temas como regularização fundiária e ambiental; organização da produção; fim dos conflitos agrários; habitação rural; educação do campo; saúde, esporte, cultura e lazer do campo; segurança pública do campo; meio ambiente; crédito fundiário; assalariados rurais.

No dia de ontem, foi discutida, com representantes locais da ELETROBRAS, a retomada do Programa Luz para Todos, penalizado no Estado por falta de recursos, restando cerca de 12 mil famílias a serem atendidas.

Na próxima quinta-feira, dia 5, uma delegação de lideranças do movimento se reunirá com o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para discutir as reivindicações dos trabalhadores, visto que as negociações no Estado esbarraram na falta de recursos financeiros para o programa.

Outro ponto que será discutido com o Ministro de Minas e Energia é a urgente necessidade de reassentamento dos moradores do Projeto de Assentamento Joana D'Arc, atingido pela represa da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. O consórcio Santo Antônio Energia, responsável pela obra e convidado a participar da reunião, se recusa a reconhecer a responsabilidade do empreendimento em relação ao encharcamento do solo do assentamento.

Laudos do INCRA, da EMBRAPA e da Universidade Federal de Rondônia são taxativos em afirmar que assentamento não tem mais condições de desenvolver atividades agrícolas devido a mudanças nas condições de umidade do solo e do afloramento do lençol freático provocado pela usina. Mesmo assim, ninguém assume a responsabilidade pelo reassentamento das famílias.

É uma vergonha o que está acontecendo com essas famílias, seus lotes foram alagados e invadidos por animais peçonhentos em fuga devido à formação do lago.

Outro ponto de tensão entre os manifestantes do Grito da Terra em Rondônia era a demora do Governador Confúcio Moura em confirmar a audiência com a delegação representativa do movimento. Agora à tarde os manifestantes foram recebidos no Palácio Presidente Vargas, onde vão cobrar uma posição do Governador para que cumpra os acordos assumidos anteriormente que ainda não foram honrados.

A principal reivindicação ao Chefe do Poder Executivo Estadual é a contrapartida de 3 mil reais para cada família beneficiada pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. São cerca de 2 mil famílias que ainda não concretizaram o sonho da casa própria por falta da contrapartida do Governo. Ninguém é obrigado a prometer nada, mas quando promete tem que cumprir.

Além disso, eles cobram do Estado apoio às Escolas Famílias Agrícolas, que cumprem um papel excepcional na formação dos filhos e das filhas dos agricultores, por meio da pedagogia da alternância, mas não recebe o devido reconhecimento e apoio do Governo Estadual.

Portanto, quero parabenizar a Direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia, FETAGRO, na pessoa do seu Presidente, Fábio Menezes, e às demais entidades que participam da mobilização.

Nos últimos 10 anos, tivemos muitos avanços nas políticas de apoio à agricultura familiar, porém os problemas ainda são muitos. A mobilização é a única forma de abrir caminho para novas conquistas. Precisamos iniciar um novo ciclo de políticas para o campo, com foco na dignidade dos homens e das mulheres responsáveis pela produção de mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Carlos Souza. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. CARLOS SOUZA (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Amanhã, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, teremos uma grande audiência pública para tratar e discutir com lideranças locais e de Estados vizinhos a questão da prorrogação da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos.

É uma necessidade urgente, urgentíssima, Sr. Presidente, haja vista que é um dos poucos projetos – acredito que seja o único projeto macro que existe neste País que deu certo – que gera uma riqueza de 40 bilhões de dólares por ano em seu faturamento, emprega mais de 120 mil trabalhadores no distrito industrial e beneficia com trabalho indireto mais de 150 mil pessoas. Portanto, é uma discussão muito ampla, muito querida e muito inteligente.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu faço um apelo ao Governo Federal no sentido de que olhe com mais carinho para o Estado do Amazonas, para a Zona Franca de Manaus. Nós temos uma incubadora na cidade de Manaus, o CBA – Centro de Biotecnologia da Amazônia, que há 8 anos foi inaugurado e até hoje não temos ainda paternidade jurídica daquela instituição de pesquisa, que é uma grande incubadora.

Isso deixa muito a desejar em virtude de nós estarmos numa região que é um grande laboratório deste País, que tem a maior biodiversidade do mundo e cujas potencialidades não exploramos, porque, infelizmente, não há investimentos necessários por parte do Governo Federal.

Chama-me a atenção também que o BNDES – banco de fomento que tem a responsabilidade e a competência de investir principalmente nas regiões pobres –, em 4 anos, dos 351 bilhões de repasse que fez no Brasil, tenha repassado 81 bilhões para o Estado de São Paulo e apenas 2 bilhões para o Estado do Amazonas.

Portanto, é uma região que precisa ser tratada com diferenciação. O Governo Federal tem que ter bom humor para saber que ali existe uma potencialidade, que ali existem brasileiros. E nós precisamos verdadeiramente dinamizar não o Amazonas, mas a Amazônia como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Por gentileza do Deputado Miriquinho Batista e da Deputada Fátima Bezerra, concedo 1 minuto ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, para um breve registro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, obrigado ao Deputado Miriquinho e à Deputada Fátima.

Sr. Presidente, nós estamos celebrando hoje 34 anos da anistia. Lamentavelmente, todo esse povo, através das entidades reunidas no Auditório Nereu Ramos, reclama que muitas anistias ainda não aconteceram, principalmente na área militar e muitas na área civil também.

Em maio foi feita uma relação dos descumprimentos que têm acontecido. Passados mais de 100 dias de terem sido protocolados junto a Presidente Dilma Rousseff, não foram, até hoje, respondidos. Eles estão ansiosos aguardando uma resposta, porque muitos deles não querem anistia no cemitério, querem anistia em vida.

Lamentavelmente, as respostas não têm vindo, quer da Comissão de Anistia, quer da CEI, quer da AGU, quer do Ministério da Defesa. E isso tem que ser resolvido de forma rápida, ampla e irrestrita, como se quer para a anistia também.

Quero que fique registrado, nesta Casa, que os 34 anos de anistia deixam muito a desejar. Muitas dúvidas precisam ser esclarecidas e esta Casa está cobrando isso. Eu, como Relator da CEANISTI, e o Deputado Chico Lopes, como seu Presidente, estamos embasando todos os pedidos. Esperamos que esta Casa tenha uma resposta o mais rapidamente possível, porque muitos deles não aguentam mais esperar. Isso sem falar das interferências, quer do Tribunal de Contas da União, quer da Justiça, de maneira indevida, prejudicando não só os camponeses do Araguaia, como também aqueles civis do arsenal de Marinha.

É preciso que a gente comemore, de verdade, a anistia neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

Senado Federal 28-8-2013

Exma. Sra. Senadora Ana Rita, Presidente da Mesa

Senhor Senador João Capiberibe, Presidente da Sub-Comissão...

Exm°s. Senhores Senadores

Exm°s. Srs Deputados

Agradecemos ao interesse e boa vontade demonstrados pela Senadora Ana Rita, presidente da CDHS, e Senador João Capiberibe, presidente da Sub-Comissão MVeJ. naturalmente resultado do perfeito conhecimento dos problemas que afligem os beneficiários das leis de anistia; Agradecemos ao SENADO FEDERAL que sempre nos deu acolhida, onde foi gestada e promulgada a lei 10.559, sob a presidência do Senador Renan Calheiros, com a participação ativa dos Srs. Deputados amigos.

Agradecemos aos Deputados integrantes da CEANISTI pela permanente cobertura que nos tem dado, nas pessoas dos Deps. Chico Lopes e o infatigável Arnaldo Faria de Sá.

Srs. Parlamentares

A rigor nós estamos aqui com uma tripla finalidade:

1 – integrarmo-nos, se assim podemos dizer, num processo de discussão do alcance da lei 6683, que já é nosso velho problema e estígma

2 – REMEMORAR a promulgação da mesma lei 6683, e

3 – manifestar nosso aborrecimento pela falta de qualquer manifestação sobre o documento que, feito por um significativo grupo de anistiandos e a CEANISTI, foi protocolado na presidência da República no dia 15.05.2013. Ali estão todas nossas reclamações, que o Palácio do Planalto não nos responde.

Permita-nos fazer um registro: “SE as leis feitas pelo Congresso fossem aplicadas segundo a expressão literal do texto, não haveria talvez 80% dos litígios judiciais (segundo os entendidos), como da mesma forma nós não estaríamos aqui 34 anos após a chamada anistia ampla, geral e irrestrita apregoada por muitos (embora tenha sido completa para alguns). Por perseguição política e descaso do poder com uma frá-

gil e omissa administração pública, mais uma vez aqui estamos (os que ainda sobrevivem), cansados, desgastados e desgastando, humilhados, dando prejuízo, ocupando os Parlamentares 'para lamentar', os quais deveriam estar ocupados noutras tarefas em atenção a outras comunidades".

Alguém poderá perguntar por que REMEMORAR e não Comemorar: ora Srs., a primeira lei de anistia chamada a lei possível, foi aprovada por 206 a 202 votos (creio) de um Congresso com 1/3 de senadores biônicos, estando cassados todos os parlamentares discordantes (um Congresso mutilado e sob a ameaça da linha dura); foi aplicada por uma máquina administrativa inteiramente formada por burocratas de 15 anos da ditadura, naturalmente que efetivada no seu nível mais baixo possível; somente atenderam os interesses do governo militar e o mínimo suficiente para arrefecer o outro lado em discussão.

Mas até aí se compreende, os tempos eram bicudos; o que não se compreende é que lá se vão 34 anos sob regimes mais ou menos, mais do que menos, ditos democráticos e populares e continuemos com todas as dificuldades na aplicação das várias leis pelas quais o Congresso mandou reparar os prejuízos sofridos pelos perseguidos, por suas vidas e famílias truncadas ou eliminadas.

Se os responsáveis pelas ações golpistas tivessem sendo igualmente punidos ainda nos conformaríamos, mas os responsáveis pelas desordens institucionais de então merecem até a defesa da AGU, inclusive contra exigências internacjonais. Porque aí sim, a anistia foi ampla, geral e irrestrita!

Se a lei 6.683 foi mal aplicada, o Congresso nos brindou com a EC-26, que poderia ter concluído o processo, na impossibilidade desta realização o art. 8° dos ADCT/CF foi outra oportunidade, mas tivemos que vivenciar 12 anos para que mais uma lei, a 10.559, viesse a regulamentar o artigo, e também lá se vão outros 12 anos para negativas do Executivo no cumprimento cabal dos textos legais. Esta lei inclusive, por interferência nossa, criou uma Comissão de Anistia, altamente capacidata, que acumula vohimoso material sobre os estragos da ditadura, tratando sobre as perversidades praticadas pela ditadura, esta Comissão é capaz de promover Caravanas, filmes, palestras nas Universidades, no Brasil e no exterior, a Comissão sabe e armazena imensurável material sobre os estragos na sociedade praticados pela ditadura, mas não tem autonomia para indenizar os prejudicados, sobretudo as pessoas das camadas sociais mais humildes!

Será que os governantes dos últimos 20 anos (10+10) só assumiram seus mandatos mediante algum acerto clandestino de não interferência nas atividades dos governos da ditadura?? Pois se nota interferência direta, especialmente dos militares, nas decisões do governo! Conveniência politica! Ou é conservadorismo mesmo dos ditos partidos progressistas que apenas corriam atrás de poder??

A resistência do Executivo no cumprimento cabal da lei parece que tem o objetivo de levar uma geração que conta hoje com oitenta anos de idade, ou mais, a recorrer mais uma vez aos tribunais. Isso se nos afigura a sadismo!

REMEMORAMOS MAS NÃO COMEMORAMOS nenhuma das leis.

Diante de tantas dificuldades no cumprimento das leis de anistia, sob o pálio do Senado, queremos aqui fazer um apelo às autoridades do Executivo:-

1. que receba uma comissão com um representante de cada setor prejudicado para ter uma manifestação de nosso documento de 15.05.13

2. que proceda a organizar uma Comissão de Trabalho para discutir e resolver problemas mal interpretados pela C. A.; que não continue o esvaziamento da C.A. e que a mesma analise os milhares de Recursos engavetados, sem questionamentos pífios

3. que outros órgãos do Executivo não interfiram nas atribuiçõcs que a lei destinou ao Ministério da Justiça, que respeitem suas decisões

4. que órgãos do governo, por suas assessorias internas, usando de Pareceres internos e tendenciosos não tenham a cobertura da AGU, assessoria de nível ministerial da Presidência, pois uma vez intercedendo leva à judicialização de questiúnculas e filigranas legais

5. que seja respeitado o Parecer JD-1-2003, prmero e mais abrangente, da própria AGU, que reconheceu sua legitimidade e explicitação

6. que não se desvirtua os intenções do Congresso contidas na letra da lei

7. QUE O GOVERNO MOSTRE VONTADE POLÍTICA NO CUMPRIMENTO DA LEI PARA ORIENTAR OS ÓRGÃOS SUBORDINADOS; o Planalto tem instrumentos para isso caso queira

8. a ausência do Sr. Ministro da Presidência neste ato explica o descaso do governo com os problemas dos anistiados

9. aos anistiados nunca lhes foi dada oportunidade de indicar seu representante na C. A., corno manda a lei; não há quem leve a palavra dos beneficiários para discussão na Comissão, os verdadeiros interessados são tratados como 'protegidos' do estado, igual aos interditos e incapazes; todas as indicações até agora o foram por eufemismo

10. todos os setores de anisliandos têm problemas; falo mais pelos militares. Por vezes são questões que aparentam menores para quem não vive a circuns-

tância: há uma sensível discriminação dos militares anistiados e aceita pelo Executivo, especialmente no que diz respeito ao pessoal anistiado pelas leis e constituições anteriores, pois estão cassando (mais uma vez) o regime jurídico militar para reenquadrar o militar anistiado numa nova categoria, extrapolando o uso de uma lei infraconstitucional para desrespeitar o que foi reconhecido pela Constituição; quando morre um militar (militar nonnal, porque nós somos anormais) a sua viúva passa a receber a pensão em 30/60 dias; quando morre um militar anistiado, graças a uma sindicância interna, a viúva só entra em folha 10/12 meses depois (!). Anistiaram o militar mas estão punindo a família. E a viúva com 80 anos tem que apelar para o judiciário.

A lei 11.354 foi construída com a participação dos anistiados, do Executivo e do Congresso (Comissão do Trabalho, então presidida pelo Dep. Henrique Eduardo Alves) como forma possível para pagamento das importâncias retroativas que o Estado devia, sem juros, sem correção por um prazo que iria até nove anos. Para evitar que o beneficiário viesse a entrar na justiça contra essa forma impositiva de pagamento, foi inserido o inciso II, do art. 2°, que impede o recurso à justiça uma vez aceito os termos da proposta do Executivo; no entanto, por qualquer razão que o anistiado recorra ao judiciário que não a cobrança de retroativos, o M. D., por seus assessores jurídicos, opina que foi quebrado o contrato e suspende o pagamento, cobra a parcela já paga com correção e juros e ameaça o anistiado com a inclusão na dívida ativa da união. E a vingança daquilo que o setor militar nunca aceitou, esta lei, mediante expressa chicana jurídica.

Pior: – Com o beneplácito da AGU, por concordância do Planalto,.esta chicana persecutória está levando militares ao desespero!

Ainda: – As Forças buscam filigranas jurídicas para cumprir sentenças do judiciário.

11. o governo sabe TUDO sobre os objetivos da lei, sabe TUDO sobre os prejudicados, tem uma competente Comissão de Aplicação da lei que informa o Brasil inteiro sobre a profundidade dos danos causados pela ditadura, conhece os problemas, dá aulas no Brasil inteiro e no exterior, faz Caravanas, simpósios, congressos, faz filmes sobre os estragos da ditadura, mas nega-se a cumprir a lei emanada do Congresso, segundo texto expresso; há sempre uma sub-interpretação da lei; a intromissão dos bolsões retrógrados nas obrigações legais do M. J, chegao ao ponto de julgamentos feitos em plenárias da Comissão com a presença do ministério público, da ABI, da *OAB,* resultando em portarias prontas para serem publicadas serem desfeitas, desconsideradas, por intromissão da Marinha, como foi o caso do pessoal civil do Arsenal; é um desrespeito aos Conselheiros da Comissão, aos convidados presentes ao ato de prestigiamento das autoridades, como também foram os casos dos cabos da aeronáutica, do pessoal dos correios – que é um descaso que o governo não quer ouvir –, as decisões com a situação dos aeronautas, da Embraer, há o caso dos metalúrgicos; agravante é o caso de revisões com redução de indenizações de anistias anteriores para as quais a C. de Anistia não tem competência! Forçam a corrida ao judiciário para manter a punição até o limite de vida do perseguido de então!

12. há saída para os desencontros mas o Palácio do Planalto nem seus Ministros não querem ouvir, porque não têm resposta; será que só o recurso às manifestações de rua nos restam?! Neste caso vamos mandar os netos e pagar o lanche porque nossa idade não mais nos permite tais aventuras!!

13. nosso apoio total às iniciativas da Deputada Luíza Erundina pelo seu PL 573/2011.

Senhora Senadora Ana Rida, Senhor Senador João Capiberibe

Nós temos vários Senadores na Casa que nos acompanham há anos, junto com eles e a participação efetiva dos deputados componentes da CEANISTI, pedimos;

– que encaminhem, mais uma vez, os documentos aqui recolhidos, com os problemas de cada setor resumidamente expressos, e nos ajudem a convencer o Executivo a abrir uma porta de diálogo e acerto para concluir essa história amarga de quem teve o cano da metralhadora nas costelas e ainda continua sentindo a humilhação e o prejuízo injusto, decorridos quase 50 anos, incluindo aí 34 anos de preposta democracia popular!

Com nossa máxima consideração, grato pela oportunidade. – **José Wilson da Silva,** Pelos comitês

Brasilia 15 de maio 2013

Excelentíssima SenhorA
Professora DILMA VANA ROUSSEFF
DD. Presidente da República
Brasília – DF

No momento em que a sociedade vem tentando resgatar a memória das vítimas da repressão do regime militar, com a Comissão da Verdade em pleno funcionamento para apuração das graves violações dos direitos humanos, para que tais fatos nunca mais ocorram em nosso país, contraditoriamente vemos tentatlvas de retrocesso no tratamento aos anistiados.

Com nossos respeitos e admiração, pedimos vênia para expor o que se segue;-

Assunto:

Cumprimento das leis de anistia.

Cerca de vinte e cinco entidades que congregam anistiados e anistiandos políticos reunidas em Brasília nos dias 14 e 15 de Maio de 2013, com a anuência e participação da CEANISTI (Comissão Especial de Acompanhamento para Aplicação das Leis de Anistia), solicitam vênia para expor a Vossa Excelência, sem ordem de prioridades, as desesperanças que inquietam os prejudicados por perseguições políticas durante o regime de exceção; temos como objetivo PLEITEAR, ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE, O CUMPRIMENTO DAS LEIS DE ANISTIA:-

A lei 10.559/02 foi criada para suprimir e evitar pilhas de processos no judiciário, na qualidade de regulamentadora do art 8° dos ADCT/CF-88, explicitando benefícios subsidiária e complementarmente, jamais poderia subtrair o que a Constituição concedeu.

1 – SETOR MILITAR – 1.1 – Em que pese a Comissão de Anistia (M.J.) estar respeitando o texto da lei 10.559/02 na sua aplicação para os oficiais e graduados de então, há uma negativa na administração militar para o cumprimento da ideia expressa nos artigos 1°, 6°, 13° e 16° da mesma lei, quando determina seja respeitado o REGIME JURÍDICO do militar, em observância à anistia já recebida pelas leis anteriores. A elaboração de Pareceres Normativos Internos distorce a intenção legislativa e a letra da lei. Fatalmente criará processos no judiciário.

O não respeito ao regime jurídico dos militares anistiados, conforme determina a lei, e a deterfflinação de realização de uma SINDICÂNCIA de apuração dos dependentes (por desconhecer os registros de beneficiários constantes dos arquivos individuais dos militares), ocasiona um atraso de pagamento das pensões às viúvas (atualmente em grande parte) de seis a dez (6/10) meses para entrar em folha!!!

É a desforra com a manutenção da punição na família!!!

1.2 – A lei 11.354/06 foi criada com a participação da Comissão do Trabalho da Câmara, representantes do Executivo e beneficiários, como forma de pagamento, parcelado e sem juros nem correção, das importâncias retroativas que o Estado devia aos perseguidos, constantes das Portarias anistiantes expedidas pelo Ministério da Justiça. Em contra partida, o anistiado assume o compromisso de não recorrer ao judiciário sobre o objeto da lei (forma de pagamento disponibilizada), no entanto, quando estes recorrem ao Judiciário por outros motivos que não as importâncias das Portarias, as assessorias das Forças Armadas suspendem o pagamento e cobram com juros e correção as importâncias já pagas aos au nantes dos Termos de Adesão (T.A.) à Lei.

Só na Marinha estão suspensos cerca de 250 T.A., que estão sob execução de cobrança com ameaça de penhora de bens que o militar anistiado possa ter.

Na Aeronáutica há anistiados com salários suspensos desde dezembro de 2012 porque as assessorias não aceitam as diferenças das indenizações constantes do art. 8° ADCT/CF e seu § 1º, embora os anistiados não saibam quando receberão, e se receberão, a segunda.

Estas medidas estão levando anistiados e anistiandos ao desespero!

2 – SETOR CIVIL – 2.1 -. Prestação mensal;– O art. 6° da lei 10.559/02 estabelece que o valor "será igual ao da remuneração que o anistiado político receberia se na ativa estivesse" – o § 1º explicita, detaiha a intenção, no entanto a Comissão de Anistia, desrespeita a ordem do texto expresso pela lei.

Ordem de explicitação:– Documentos de prova do requerente

Informações de órgãos oficiais

Informações de empresas públicas

Ordens, sindicatos ou Conselhos....

Podendo ser arbitrado até mesmo com base em pesquisa de mercado...

A Comissão de Anistia está se arvorando em arbitro, pois, desconsidera informações da empresa de origem do anistiado e concede benefícios ao arrepio da lei, usando dados da imprensa, obtidos no Bolsa Salários do Datafolha (http://www.datafolha.folha.uol.com.br/folha/datafolha/scripts/tb.salarios),contrariando a lei, quando há: elementos de prova nos autos (da Petrobras, Bancos, Sindicatos...). A Comissão está se utilizando da última alternativa elencada pelo legislador, a qual deveria ser aplicada quando da impossibilidade de obter informações específicas.

A consequência é o pagamento de reparações econômicas infinitamente inferiores e a desvinculação do anistiado de sua categoria, impossibilitando a atualização da reparação mensal, permanente e continuada determina o art. 60 da lei 10.559/02.

2.2 – Se sabe que a Comissão de Anistia se ressente de meios cada vez mais exíguos para desenvolver um trabalho na celeridade das necessidades – redução de verba e pessoal; esta situação resulta que os destinatários morram antes de receber os benefícios, apesar de uma lei já promulgada há 12 anos!! Com atraso de outros 12 anos da Constituinte, que foi o instrumento anistiante!!

Há processos com mais de dez anos no M.J. que não são apreciados, os interessados com idade avançada não têm mais tempo para recorrer ao Judiciário.

Há mais de seis anos não são apreciados Recursos à Comissão de Anistia, o que dificulta ao Recorrer

ao judiciário e termina na morte amargurada dos interessados, em função da faixa etária! Isto se nos afigura uma nova punição com o aval do Estado democrático (sem cobrar e ferir os torturadores).

2.3 – O Estado deve e tem o dever de revisar seus atos talhos, porém se nos afigura que há interferência de outros órgãos de um mesmo governo nas atribuições delegadas pela lei 10.559 ao Ministério da Justiça, com isto revisando decisões já tomadas que se suporia com embasamento técnico; pior a impressão ainda quando anula decisões tomadas por integrantes que passaram pela C. A. ou decisões de Ministros da Justiça anteriores.

2.4 – Anistiados com aposentadorias excepcionais pela Lei 6.683/79, recebendo o benefício através do INSS, quando têm o requerimento apreciado, sofrem redução, drasticamente, do vaior que recebia há muitos anos.

2.5 – Soluções diferenciadas para um mesmo grupo de trabalhadores demitidos em razão de participação em greves, a exemplo dos trabalhadores da Petrobras, dos petroquímicos, Arsenal de Marinha, metalúrgicos, entre outros, inclusive anistias concedidas sem reconhecimentos de reparações econômicas..

2.6 – Dos valores recebidos por aposentadorias previdenciárias ou suplementares, ambas fruto de contribuição pessoal ao longo dos anos, não poderão ser descontadas importâncias resultante das reparações por anistias, como vem acontecendo.

3 – Há dificuldades crescentes na atualização das reparações indenizatórias mensais no Ministério do Planejamento, onde, hoje, até benefícios indiretos são ignorados. Recente reestruturação extinguiu a CGBIN (Coordenação que atendia os anistiados).

4 – A judicialização de instruções ou ordenamentos internos complementares poderá levar à distorção da intenção legislativa e satisfazer aos bolsões resistentes aos ditames da anistia aos perseguidos, sem atingir os perseguidores.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE

Diante do exposto, e para que o Estado democrático construa e mantenha a credibilidade jurídica no cumprimento da legislação oriunda do Congresso, enfaticamente solicitamos:

Que Vossa Excelência determine o cumprimento cabal da lei ou crie um grupo de trabalho com representantes dos anistiados por categoria e a CEANISTI para discutir divergências na interpretação da lei. Tudo, se possível, antes que corram os últimos destinatários dos benefícios legais, e que essa determinação tenha data marcada, como sabemos o procedimento de Vossa Excelência.

De antemão, sabemos que contamos, nós e a Presidência, com o aval e participacão da Câmara dos Deputados.

Certos de que terão resposta, os representantes de entidades assinam.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra à Deputada Fátima Bezerra por 3 minutos.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero aqui fazer um registro.

Participei hoje, no final da manhã, de ato público em que foi protocolado, junto à Mesa da nossa Casa, projeto de decreto legislativo que dispõe sobre a convocação de plebiscito para discutir a reforma política em nosso País.

O ato foi bastante representativo e contou com a presença do Presidente Nacional do nosso partido, Rui Falcão, e do Presidente Nacional do PCdoB, Renato Rabelo.

Quero dizer, Sr. Presidente, que a proposta apresentada hoje de realização do plebiscito já teve mais de 200 adesões. A maioria dos Parlamentares que assina esse projeto em defesa do plebiscito é do PT, do PDT, do PSB e do PCdoB.

A proposta agora vai para a CCJ; depois virá para o plenário da Casa. É importante destacar que, uma vez aprovada, a população vai ter o direito de opinar em teses cruciais para o debate da reforma política, da reforma eleitoral, quais sejam financiamento, data de realização das eleições, bem como participação popular.

O plebiscito, Sr. Presidente, de forma bem direta, bem simples, vai indagar da população, por exemplo, se concorda que empresas façam doações para campanhas eleitorais, se concorda que as pessoas físicas façam doações para campanhas eleitorais, se defende que o financiamento de campanhas eleitorais deve ser exclusivamente público, se defende que a apresentação de proposta de emenda à Constituição deve ser pela Internet e por outros instrumentos e, por fim, se concorda que as eleições para Presidente, Governadores, Prefeitos, Deputados, Senadores e Vereadores devem ser realizadas no mesmo ano, numa mesma data.

Por fim, Sr. Presidente, quero aqui saudar a iniciativa do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, e dos demais partidos, porque entendemos que o plebiscito é uma oportunidade ímpar para a população brasileira fazer valer sua opinião e definir os rumos no sistema político brasileiro.

É preciso, Sr. Presidente, que a gente entenda que o brasileiro, tanto o que foi para a rua quanto o que ficou em casa nas manifestações de junho, sente a necessidade de mudar o modelo político em vigor no nosso País. O povo brasileiro quer, deseja e tem o

direito de ser ouvido sobre que tipo de reforma deve ser feita.

Então, Sr. Presidente, sem prejuízo das iniciativas em curso aqui na nossa Casa que tratam da reforma política, espero que este Parlamento realmente aprove a tese do plebiscito, porque é o caminho mais democrático para garantir a participação popular, a participação da sociedade em tema tão importante como a reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Quero saudar os alunos do ensino fundamental do Colégio La Salle, do Núcleo Bandeirante, que visitam a Câmara dos Deputados e estão conhecendo de perto o trabalho dos Parlamentares. Sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Antes de passar a Presidência ao nosso Presidente, neste momento, titular, o 1º Vice-Presidente Andre Vargas, quero retomar o compromisso assumido e agradecer a paciência e a tolerância ao Deputado Miriquinho Batista, que dispõe de até 3 minutos na tribuna.

O SR. MIRIQUINHO BATISTA (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar na nossa Casa que a CPI destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsabilidades, estará, nos dias 29 e 30, em Belém do Pará e no Amapá.

Em Belém do Pará, nós vamos participar de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Os membros da Assembleia e a sociedade foram convidados para fazer o debate. Na Assembleia Legislativa, que também já faz esse debate e tem investigado essas questões do tráfico humano no Pará, nós vamos fazer essa audiência pública, o que será muito importante.

Outro registro, Sr. Presidente, que quero fazer aqui é que, na SUDAM, em Belém, está sendo realizado debate sobre o Marajó – o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó. Lá estão INCRA, Caixa Econômica, FUNASA e vários Ministérios debatendo a situação do Marajó.

Nesse debate, estamos propondo – os Prefeitos e a sociedade civil daquela região – políticas fundamentais para o Arquipélago do Marajó com relação à: água; educação, que precisa avançar, inclusive com criação da Universidade Federal do Arquipélago do Marajó; energia, que nós precisamos, cada vez mais, trazer de Tucuruí para todos os seus 16 Municípios; abertura de estradas, para desenvolvê-lo; assim como produção, pesca, pecuária, agricultura e toda a produção familiar.

Então, gostaríamos de fazer este registro, Sr. Presidente, e dizer da nossa alegria e satisfação por esse encontro hoje na SUDAM.

Tenho certeza de que o nosso Governo, a Presidenta Dilma, voltará seu olhar para o povo do Marajó, que precisa cada vez mais de desenvolvimento. Mas, para isso, precisa de políticas públicas para sua região.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Miriquinho Batista, o Sr. Marçal Filho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Andre Vargas, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Tem a palavra o Sr. Deputado Newton Cardoso, por 1 minuto. Depois, o Deputado José Airton. Em seguida começaremos a Ordem do Dia.

O SR. NEWTON CARDOSO (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana uma histórica cidade de Minas Gerais, Pitangui, deu um sinal de alerta.

Pitangui, quinta vila do ouro, berço de figuras históricas deste País, arregimentou jovens voluntários da Pátria para a guerra com o Paraguai, é também a cidade de Gustavo Capanema.

Esta semana essa pacata cidade virou uma praça de guerra contra a violência, contra o *crack*, contra os assaltos à mão armada, a falta de policiamento local, a demora nos processos criminais, a falta de policiamento rural. Tudo isso fez com que o CDL e os empresários locais se reunissem para um ato de protesto.

Comuniquei o fato ao Governador de Minas Gerais, Dr. Antonio Augusto Anastasia, que prometeu imediata tomada de posição em defesa da população.

O Presidende do CREDICOOP, Sr. Antônio José de Freitas Procópio, encaminha várias sugestões às autoridades constituídas, visando equacionar os graves problemas que assolam a ordeira população:

Posicionamento

1. Exigir das autoridades constituídas de Pitangui (juízes, promotores, Polícia Militar, Polícia Civil, Prefeitos Municipais e Vereadores) um posicionamento mais firme em relação à violência e segurança em nossa cidade e que tomem medidas que possam realmente resolver a questão;

2. Apoiar toda e qualquer iniciativa que vise efetivamente à redução da violência e percepção de insegurança de nossa cidade.

Sugestões

1. Aumento do efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil;

2. Maior presença física das Polícias Militar e Civil, a pé ou de moto, em toda a cidade, mas principalmente no centro, onde se constata o maior número de ocorrências;

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Já são 2 minutos.

O SR. NEWTON CARDOSO – Vou acabar agora, Sr. Presidente. É um problema grave de segurança.

1. Maior resposta dor parte das Polícias Militar e Civl aos anseios da população em relação à segurança;

2. Apoio das Polícias Militar e Civil às iniciativas do COSEP e Polícias Militar e Civil;

3. Batidas policiais sistemáticas feitas pelas Polícias Militar e Civil em pontos estratégicos da cidade, em locais, dias e horas alternados;

4. Instalação de câmeras de segurança em locais estratégicos;

5. Criar a Guarda Municipal da cidade, iniciativa que deverá ser do Prefeito e de Vereadores, com o apoio e a participação da população;

6. Implantar o estacionamento rotativo no centro da cidade;

7. Criar e implantar rede solidária de vizinhos com o apoio e a cobertura das Polícias Militar e Civil;

8. Criar e distribuir cartilhas de prevenção contra crimes em estabelecimentos comerciais e residências;

9. Incentivar nas escolas e na comunidade o valor da cidadania e a cultura da não violência;

10. Fomentar a criação da Associação de Moradores. Caso já exista, incentivar as associações a participarem das soluções dos problemas relacionados à segurança pública na cidade;

11. Redigir um manifesto em que o maior número possível da população deverá assinar expondo as preocupações e reivindicações com relação à segurança pública na cidade e encaminhá-las às autoridades competentes;

12. Promover um evento de repúdio e desagravo em praça pública, manifestando a indignação da cidade com a situação da violência e insegurança atuaia.

Sr. Presidente, este é um apelo que fazemos ao Governo de Minas para que possa atender a essas cidades históricas, como a de Gustavo Capanema, que merecem o respeito de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Certamente, o Governador Anastasia vai atendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Concedo a palavra ao Deputado José Airton.

Logo em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia, Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – A Ordem do Dia, Sr. Presidente. Olhe lá. Há 307 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – O meu pai assiste à sessão todo dia. Se o senhor não falar isso, ele não...

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – Há um ditado que diz: *"Água mole em pedra dura tanto bate até que fura".*

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Tem a palavra o Deputado José Airton.

O SR. JOSÉ AIRTON (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero prestar minha solidariedade e meu apoio aos profissionais que vieram, a convite do Governo brasileiro, trazer seu apoio ao nosso povo, sobretudo às populações mais pobres e carentes.

Repudio a atitude de alguns profissionais médicos, estudantes, que vaiaram, xingaram, humilharam profissionais de outros países, sobretudo cubanos, que vieram para o meu Estado e que, infelizmente, sofreram essa humilhação. Isso demonstra a falta de compromisso com o nosso povo.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, eu quero dar um testemunho. Eu fui Prefeito duas vezes de uma cidade do interior do Ceará. Graças a esses profissionais, cubanos, sobretudo, tivemos apoio e solidariedade nos momentos mais difíceis, porque não havia um profissional que quisesse ir para o interior atender a população. Foram eles, que são altamente comprometidos com o povo, que ajudaram nossa população a ser atendida e socorrida.

Graças à experiência dos médicos cubanos, nós temos hoje o maior programa nacional, o Programa Saúde da Família, uma experiência cubana que nós implantamos na minha cidade e que se expandiu para o Ceará e para o Brasil, bem como o trabalho dos agentes comunitários de saúde.

Então, eu não posso aceitar esse tratamento dado a alguns que vieram aqui, por solidariedade humana, apoiar e ajudar nosso povo. Registro meu repúdio àqueles que agrediram esses cidadãos cubanos que têm o compromisso, como ninguém, de apoio ao nosso povo, à população mais pobre e carente. Eu conheço a experiência cubana do médico da família, que faz um trabalho como ninguém de apoio à população mais carente.

Por isso, aqui fica meu apoio e minha solidariedade a esses profissionais e às populações que vão ser atendidas por eles com esse trabalho humanitário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Antes de passar à Ordem do Dia, a Presidência quer dizer que foram cenas lamentáveis, independentemente da posição do Projeto Mais Médicos, de um ou de outro. Realmente, essas cenas não deveriam ter sido projetadas internacionalmente.

As vaias constrangeram profissionais que vêm aqui, de acordo com a convocação brasileira, independente da polêmica, é claro, e se dispõem a trabalhar. Homens com 20 anos de carreira, Deputado Emanuel Fernandes. Aquelas jovens, provavelmente, não sabem de tudo na vida.

É realmente lamentável que tenhamos tido essas cenas.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Sr. Presidente, permite-me um aparte sobre esse assunto?

O SR. EMANUEL FERNANDES – Sr. Presidente, não é só o meu, o seu ou os nossos cubanos, são todos cubanos.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Todos cubanos, é verdade. *(Pausa.)*

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Sobre esse assunto, V.Exa. me permite uma breve manifestação?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Sim, lógico.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só queria dizer o seguinte: eu sou neto de libanês.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Não parece.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Minha avó é italiana; meu avô, libanês. Vieram para o Brasil e ajudaram a construir o País. Meu avô veio para cá como mascate, camelô; foi trabalhando, teve uma loja; minha avó montou uma pequena padaria; foi trabalhando.

Discriminar qualquer cidadão de qualquer nacionalidade que venha trabalhar no Brasil é negar a história de todos aqueles que escolheram o País para viver, ontem, hoje e amanhã. Essa é uma burrice que não tem tamanho.

Eu não estou discutindo o Mais Médicos, não estou dizendo se está certo, se está errado. Eu estou discutindo o seguinte: destratar, maltratar pessoas de outro país que vieram para cá por um projeto, convocadas pelo Governo, é falta de respeito com a história da imigração brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Não foram mesmo cenas das mais bonitas.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Tem a palavra o Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com sua permissão, visitam-nos – e peço que fiquem no plenário por um período rápido – o Prefeito de Queimados, reeleito, Max Lemos, e nosso querido Vereador Getúlio do Tutu, Presidente do PMDB lá.

Sejam bem-vindos a nossa Casa e conheçam nossos trabalhos e V.Exa., Deputado Andre Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Agradeço ao Deputado Simão Sessim e aos nossos convidados e parabenizo o Prefeito pela gestão.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que esta Casa não deveria ficar ausente sobre o que está acontecendo. O que aconteceu em Fortaleza ontem tem que ser repudiado por todo o povo brasileiro: xenofobia, racismo, violência contra pessoas que vêm para o Brasil trabalhar, médicos cubanos.

Atentados contra as domésticas brasileiras, contra as médicas cubanas não só têm que ser repudiados, como é crime no Brasil o racismo. As pessoas precisam ser identificadas. Quem postou nas redes sociais, quem esteve no aeroporto de Fortaleza precisa ser localizado e processado por crime de racismo, que condena a anos de prisão. É o preconceito estabelecido contra brasileiros e cubanos...

(O microfone é desligado.)

VI – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

Partido Bloco

RORAIMA

Edio Lopes PMDB
Marcio Junqueira DEM
Paulo Cesar Quartiero DEM
Urzeni Rocha PSDB
Total de RORAIMA 4

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT
Davi Alcolumbre DEM
Fátima Pelaes PMDB
Janete Capiberibe PSB
Sebastião Bala Rocha PDT
Total de AMAPÁ 5

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS
Beto Faro PT
Dudimar Paxiuba PSDB
José Priante PMDB
Josué Bengtson PTB
Lira Maia DEM
Lúcio Vale PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Miriquinho Batista PT
Wandenkolk Gonçalves PSDB
Zé Geraldo PT

Zequinha Marinho PSC
Total de PARÁ 11

AMAZONAS

Átila Lins PSD
Carlos Souza PSD
Henrique Oliveira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Plínio Valério PSDB
Silas Câmara PSD
Total de AMAZONAS 5

RONDÔNIA

Padre Ton PT
Total de RONDÔNIA 1

ACRE

Gladson Cameli PP
Henrique Afonso PV
Perpétua Almeida PCdoB
Sibá Machado PT
Taumaturgo Lima PT
Total de ACRE 5

TOCANTINS

Ângelo Agnolin PDT
César Halum PSD
Lázaro Botelho PP
Nilmar Ruiz PEN
Osvaldo Reis PMDB
Professora Dorinha Seabra Rezende DEM
Total de TOCANTINS 6

MARANHÃO

Alberto Filho PMDB
Carlos Brandão PSDB
Costa Ferreira PSC
Domingos Dutra PT
Hélio Santos PSD
Lourival Mendes PTdoB PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Professor Setimo PMDB
Simplício Araújo PPS
Weverton Rocha PDT
Total de MARANHÃO 9

CEARÁ

André Figueiredo PDT
Ariosto Holanda PSB
Arnon Bezerra PTB
Edson Silva PSB
Eudes Xavier PT
Gera Arruda PMDB
João Ananias PCdoB
José Airton PT
José Linhares PP
Mauro Benevides PMDB
Raimundo Gomes de Matos PSDB
Vicente Arruda PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de CEARÁ 12

PIAUÍ

Assis Carvalho PT
Hugo Napoleão PSD
Jesus Rodrigues PT
Júlio Cesar PSD
Marllos Sampaio PMDB
Nazareno Fonteles PT
Osmar Júnior PCdoB
Total de PIAUÍ 7

RIO GRANDE DO NORTE

Fábio Faria PSD
Fátima Bezerra PT
Felipe Maia DEM
Total de RIO GRANDE DO NORTE 3

PARAÍBA

Benjamin Maranhão PMDB
Damião Feliciano PDT
Efraim Filho DEM
Hugo Motta PMDB
Luiz Couto PT
Major Fábio DEM
Manoel Junior PMDB
Total de PARAÍBA 7

PERNAMBUCO

Anderson Ferreira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Augusto Coutinho DEM
Bruno Araújo PSDB
Carlos Eduardo Cadoca PSC
Eduardo da Fonte PP
Fernando Coelho Filho PSB
Fernando Ferro PT
Gonzaga Patriota PSB
João Paulo Lima PT
Jorge Corte Real PTB
José Augusto Maia PTB
José Chaves PTB
Luciana Santos PCdoB
Mendonça Filho DEM
Pastor Eurico PSB
Paulo Rubem Santiago PDT
Raul Henry PMDB
Roberto Teixeira PP
Severino Ninho PSB
Wolney Queiroz PDT
Total de PERNAMBUCO 20

ALAGOAS

Francisco Tenório PMN
Paulão PT
Total de ALAGOAS 2

SERGIPE

Andre Moura PSC
Fabio Reis PMDB
Márcio Macêdo PT
Mendonça Prado DEM
Valadares Filho PSB
Total de SERGIPE 5

BAHIA

Acelino Popó PRB
Afonso Florence PT
Antonio Brito PTB
Antonio Imbassahy PSDB
Claudio Cajado DEM
Colbert Martins PMDB
Erivelton Santana PSC
Fábio Souto DEM
Félix Mendonça Júnior PDT
Geraldo Simões PT
João Carlos Bacelar PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
João Leão PP
José Nunes PSD
José Rocha PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Jutahy Junior PSDB
Luiz Argôlo PP
Luiz de Deus DEM
Marcos Medrado PDT
Mário Negromonte PP
Nelson Pellegrino PT
Oziel Oliveira PDT
Paulo Magalhães PSD
Roberto Britto PP
Sérgio Brito PSD
Valmir Assunção PT
Waldenor Pereira PT
Total de BAHIA 26

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PSD
Aelton Freitas PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Aracely de Paula PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Bonifácio de Andrada PSDB
Domingos Sávio PSDB
Dr. Grilo PSL PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Eduardo Azeredo PSDB
Eduardo Barbosa PSDB
Fábio Ramalho PV
George Hilton PRB
Geraldo Thadeu PSD
Jairo Ataíde DEM
João Bittar DEM
João Magalhães PMDB
José Humberto PHS PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Júlio Delgado PSB
Lael Varella DEM
Leonardo Quintão PMDB
Lincoln Portela PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luis Tibé PTdoB PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luiz Fernando Faria PP
Margarida Salomão PT
Mário Heringer PDT
Mauro Lopes PMDB
Miguel Corrêa PT
Newton Cardoso PMDB
Nilmário Miranda PT
Odair Cunha PT
Reginaldo Lopes PT
Renato Andrade PP
Renzo Braz PP
Rodrigo de Castro PSDB
Saraiva Felipe PMDB
Silas Brasileiro PMDB
Toninho Pinheiro PP
Vitor Penido DEM
Total de MINAS GERAIS 36

ESPÍRITO SANTO

Dr. Jorge Silva PDT
Iriny Lopes PT
Lauriete PSC
Lelo Coimbra PMDB
Manato PDT
Paulo Foletto PSB
Sueli Vidigal PDT
Total de ESPÍRITO SANTO 7

RIO DE JANEIRO

Alfredo Sirkis PV
Anthony Garotinho PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Benedita da Silva PT
Celso Jacob PMDB
Chico Alencar PSOL
Deley PSC
Dr. Adilson Soares PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Dr. Carlos Alberto PMN
Dr. Paulo César PSD
Edson Ezequiel PMDB
Edson Santos PT
Eurico Júnior PV
Fernando Jordão PMDB
Fernando Lopes PMDB

Francisco Floriano PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Glauber Braga PSB
Hugo Leal PSC
Jair Bolsonaro PP
Jandira Feghali PCdoB
Miro Teixeira PDT
Paulo Feijó PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Rodrigo Maia DEM
Sergio Zveiter PSD
Stepan Nercessian PPS
Walney Rocha PTB
Washington Reis PMDB
Total de RIO DE JANEIRO 26

SÃO PAULO

Abelardo Camarinha PSB
Aline Corrêa PP
Antonio Bulhões PRB
Arnaldo Faria de Sá PTB
Beto Mansur PP
Bruna Furlan PSDB
Cândido Vaccarezza PT
Carlos Roberto PSDB
Carlos Sampaio PSDB
Delegado Protógenes PCdoB
Devanir Ribeiro PT
Dr. Ubiali PSB
Edinho Araújo PMDB
Eli Correa Filho DEM
Emanuel Fernandes PSDB
Francisco Chagas PT
Gabriel Chalita PMDB
Guilherme Campos PSD
Iara Bernardi PT
Ivan Valente PSOL
Janete Rocha Pietá PT
Jorge Tadeu Mudalen DEM
José Mentor PT
Junji Abe PSD
Keiko Ota PSB
Luiz Fernando Machado PSDB
Luiza Erundina PSB
Missionário José Olimpio PP
Nelson Marquezelli PTB
Newton Lima PT
Otoniel Lima PRB
Pastor Marco Feliciano PSC
Paulo Freire PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Paulo Maluf PP
Penna PV
Ricardo Izar PSD
Ricardo Tripoli PSDB
Roberto de Lucena PV
Salvador Zimbaldi PDT
Tiririca PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Valdemar Costa Neto PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Vanderlei Siraque PT
Vicentinho PT
Walter Feldman PSDB
Walter Ihoshi PSD
Total de SÃO PAULO 45

MATO GROSSO

Eliene Lima PSD
Júlio Campos DEM
Nilson Leitão PSDB
Valtenir Pereira PSB
Total de MATO GROSSO 4

DISTRITO FEDERAL

Erika Kokay PT
Izalci PSDB
Jaqueline Roriz PMN
Luiz Pitiman PMDB
Policarpo PT
Reguffe PDT
Ronaldo Fonseca PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de DISTRITO FEDERAL 7

GOIÁS

Carlos Alberto Leréia PSDB
Flávia Morais PDT
João Campos PSDB
Leandro Vilela PMDB
Magda Mofatto PTB
Marina Santanna PT
Pedro Chaves PMDB
Roberto Balestra PP
Ronaldo Caiado DEM
Rubens Otoni PT
Sandes Júnior PP
Valdivino de Oliveira PSDB
Total de GOIÁS 12

MATO GROSSO DO SUL

Fabio Trad PMDB
Geraldo Resende PMDB
Mandetta DEM
Marçal Filho PMDB
Total de MATO GROSSO DO SUL 4

PARANÁ

Andre Vargas PT
André Zacharow PMDB
Assis do Couto PT
Dilceu Sperafico PP
Dr. Rosinha PT

Eduardo Sciarra PSD
Fernando Francischini PEN
Hermes Parcianello PMDB
João Arruda PMDB
Leopoldo Meyer PSB
Luiz Nishimori PSDB
Marcelo Almeida PMDB
Nelson Meurer PP
Nelson Padovani PSC
Odílio Balbinotti PMDB
Oliveira Filho PRB
Pedro Guerra PSD
Professor Sérgio de Oliveira PSC
Rosane Ferreira PV
Rubens Bueno PPS
Sandro Alex PPS
Takayama PSC
Zeca Dirceu PT
Total de PARANÁ 23

SANTA CATARINA

Carmen Zanotto PPS
Décio Lima PT
Edinho Bez PMDB
Esperidião Amin PP
João Pizzolatti PP
Jorge Boeira S.Part.
Onofre Santo Agostini PSD
Rogério Peninha Mendonça PMDB
Ronaldo Benedet PMDB
Valdir Colatto PMDB
Total de SANTA CATARINA 10

RIO GRANDE DO SUL

Assis Melo PCdoB
Danrlei De Deus Hinterholz PSD
Enio Bacci PDT
Fernando Marroni PT
Giovani Cherini PDT
Henrique Fontana PT
Jerônimo Goergen PP
José Otávio Germano PP
Jose Stédile PSB
Manuela D`Ávila PCdoB
Nelson Marchezan Junior PSDB
Onyx Lorenzoni DEM
Osmar Terra PMDB
Paulo Ferreira PT
Ronaldo Nogueira PTB
Total de RIO GRANDE DO SUL 15

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – A lista de presença registra o comparecimento de 317 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 616, DE 2013
(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 616, 2013, que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 2.932.125.346,00 (dois bilhões, novecentos e trinta e dois milhões, cento e vinte e cinco mil e trezentos e quarenta e seis reais), para o fim que especifica; tendo parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas; pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação desta, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2013, adotado; e pela inadmissibilidade das Emendas de nº 1 a 6 (Relator: Senador Casildo Maldaner e Relatora Revisora: Deputada Nilda Gondim). (Crédito Extraordinário para Ensino Superior e Municípios)

PRAZO NA CÂMARA: 27/06/2013

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 15/07/2013 (46º DIA)

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 29/07/2013

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 27/09/2013

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 5º, caput, artigo 6º, §§ 1º e 2º da Resolução do Congresso Nacional n. 1/02, com eficácia ex nunc – Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.029 (DOU de 16/3/12).

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Para discutir a matéria, Deputado Amauri Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado Arnaldo Jardim. *(Pausa.)*

Deputado Júlio Cesar. *(Pausa.)*

Deputado Sibá Machado.

Deputado Sibá, parece que o pessoal quer votar.

Deputado Onofre Santo Agostini, meu pai assiste a sessão todo dia e ele fica muito feliz com a sua participação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu preciso fazer um esclarecimento, por isso insisto em vir à tribuna.

Nessa medida provisória estava prometida para vir também aquele repasse negociado pela Presidenta Dilma com os prefeitos. Mas viu-se que, pela forma da tramitação, não caberia nessa medida provisória. Como tal, vai ter uma medida provisória exclusiva para tratar do crédito aos prefeitos, que vai de 3 bilhões de reais, com 1,5 bilhão para já e um 1,5 bilhão para janeiro do próximo ano, conforme acordo. E isso é pauta da Medida Provisória nº 624.

Portanto, esta aqui que nós estamos discutindo vai tratar apenas do FIES, com quase 3 bilhões de reais para robustecer o FIES e ajudar muito mais estudantes oriundos das classes mais pobres que estudam em faculdades particulares, ao serem pagas suas mensalidades com recursos do Governo Federal. Esses beneficiários já correspondem a 50% dos clientes de todas as faculdades particulares.

Então, Sr. Presidente, diante do esclarecido, peço a esta Casa que votemos rapidinho, que nem coceira de macaco, esta medida provisória, para atender os estudantes brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Amauri Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado Sibá Machado. *(Pausa.)*

Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Em votação o parecer da Comissão Mista na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação, nos termos em que especifica.

O SR. IVAN VALENTE – Sr. Presidente, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – PT. *(Pausa.)*

O SR. EMANUEL FERNANDES – A preferência, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE – Por quê? Por quê? Fala por quê!

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Pediram para orientar.

PT.

O SR. IVAN VALENTE – Fale por quê, Sibá!

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – PMDB.

O SR. ELISEU PADILHA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós estamos votando a admissibilidade das emendas?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Pelo não atendimento.

O SR. ELISEU PADILHA – É o parecer às emendas que nós estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Não, ainda não.

O SR. ELISEU PADILHA – E não admitiu emendas?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Não, a admissibilidade já votou.

O SR. ELISEU PADILHA – À admissibilidade, o PMDB já votou "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Agora é a parte que foi inadmitida.

O SR. ELISEU PADILHA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós acompanhamos a Comissão. O PMDB acompanha a Comissão: "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – É, não haveria necessidade de orientar. Acho que o mérito é agora.

Como vota o PSDB?

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma medida provisória tem que ser imprevisível. Essa medida era tão previsível que existia um projeto de lei nesta Casa que aportava recursos para o FIES. Ele foi retirado pelo Governo, que nos mandou uma medida provisória.

Não adianta nada a gente falar em restituir as prerrogativas aqui – acho que é importante, o orçamento impositivo é uma delas e vários outros instrumentos –, quando, no fundamental, a capacidade de legislar e os instrumentos para legislar não são respeitados. Nós somos a favor do mérito. O FIES precisa realmente de recursos, mas essa despesa era previsível. Ela tanto era previsível que existia um projeto de lei que aportava recursos para suplementar o orçamento para o mesmo FIES.

O Governo não tem planejamento; o Governo não respeita o Parlamento; o Governo manda a medida provisória esperando que a sua base a vote de qualquer jeito. Tudo bem. A atual Maioria pode fazê-lo, mas o Parlamento não pode admitir.

Por isso, nós somos contra.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – PSD.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – PP.

O SR. LÁZARO BOTELHO (PP-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP entende que os nossos estudantes precisam de apoio e vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – PR. *(Pausa.)*

Democratas.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, "não". O Democratas orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Como vota o PDT?

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Como vota o PSB?

O SR. EDSON SILVA (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Como vota o PTB? *(Pausa.)*

PSC.

O SR. ERIVELTON SANTANA (PSC-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC vota "sim".

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR vota "sim" também.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – O.k.

O PR "sim".

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PPS?

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vamos votar favoravelmente, mas é preciso destacar, e claramente, a falta de planejamento do Governo do PT. Nós estamos vendo que, mais uma vez, se está pedindo recursos para o FIES, quando, em abril deste ano, já foi atendido.

É evidente que temos que votar. É evidente que temos que apreciar. É evidente que há relevância para o tema, mas aqui também há muita relevância, porque o Governo não tem sequer um mínimo de planejamento para poder indicar para o Parlamento como aqui prosseguir e fiscalizar o Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL apresentou várias emendas a esse projeto e tem uma visão diferente da dos outros partidos em relação ao FIES.

Inclusive, em março, o Congresso aprovou a MP 588, de 2012, que abria crédito extraordinário de 1,68 bilhão para o FIES. Agora, nós estamos aprovando mais 3 bilhões.

Eu sou defensor da universidade pública, gratuita e de qualidade. Nós isentamos as escolas particulares para o PROUNI. São bilhões e bilhões de reais. Por que não se abre uma universidade pública, gratuita e de qualidade com ensino, com pesquisa, com extensão? Os estudantes, depois, terão que pagar no final, inadimplentes – inadimplência brutal –, endividados, sem emprego, inclusive porque vão para as escolas particulares com um nível de exigências muito baixo.

Por isso, nós vamos votar "não" a essa proposta, em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – PV. *(Pausa.)*

PRB. *(Pausa.)*

PMN. *(Pausa.)*

PEN.

A SRA. NILMAR RUIZ (PEN-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PEN vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – PTB. *(Pausa.)*

Minoria. *(Pausa.)*

PTB.

O SR. JOSÉ CHAVES (PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB entende que gasto na educação é investimento.

O PTB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Governo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Em votação o parecer da Comissão Mista na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Destaque de preferência.

Deputado Sibá Machado. É isso, Deputado?

O SR. SIBÁ MACHADO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) –

"Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 161, inciso IV, § 2º, do RICD, preferência para a MP nº 616/2013 (texto original).

Sibá Machado, Vice-Líder do PT"

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Para falar a favor, Deputado Márcio Macêdo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Em votação a Medida Provisória nº 616, de 2013, ressalvados os destaques.

O SR. IVAN VALENTE – Sr. Presidente, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Texto original.

Como vota o PT?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – O mérito.

PMDB.

O SR. ELISEU PADILHA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – PSDB.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – PSD.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – A ansiedade é grande.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – Não, é que nós somos Governo, discutimos, votamos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – PP.

O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, PP "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – PR.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Como vota o Democratas? *(Pausa.)*

PDT.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – PSB.

O SR. EDSON SILVA (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSB, Sr. Presidente, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – PTB. *(Pausa.)*

PSC.

O SR. ERIVELTON SANTANA (PSC-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Democratas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Como vota o Democratas?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O Democratas vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Obrigado.

Como vota o PPS?

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Como vota o PV? *(Pausa.)*

PRB. *(Pausa.)*

PSOL.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta semana nós tivemos a notícia da compra das Faculdades Metropolitanas Unidas pelo grupo Laureate, por 1 bilhão de reais, uma nova fusão e concentração de escolas particulares. Há alguns meses, criava-se o maior grupo privado o País, chamado Kroton, comprou a Anhanguera e Anhembi Morumbi. Esses são os verdadeiros receptores do FIES e do PROUNI: empresas estrangeiras, fundos privados estrangeiros que visam ao lucro. Esses são os beneficiários. Mas nós temos que falar: *"Poxa, os estudantes têm que ir para a universidade"* – universidades que viraram verdadeiras fábricas de diplomas, sem ensino, pesquisa e extensão.

Por isso, para nós, esse dinheiro todo, 3 bilhões para a educação, deveria ir para a criação de universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.

O PSOL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Como vota o PV?

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O PV vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PMN? *(Pausa.)*

PEN.

A SRA. NILMAR RUIZ (PEN-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O Partido Ecológico vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Como vota a Minoria?

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Maioria. *(Pausa.)*

Governo. *(Pausa.)*

Como não há a posição do Governo, em votação a Medida Provisória nº 616, de 2013.

Não há destaque.

> "A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
>
> Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 2.932.125.346,00 (dois bilhões, novecentos e trinta e dois milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo.
>
> Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação."

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PMDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Nos termos do § 6º do art. 189 do Regimento Interno desta Casa, não serão submetidas a voto as Emendas nºs 1 a 6 apresentadas à medida provisória por terem recebido parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pela inadmissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 616-A DE 2013

Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 2.932.125.346,00, para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 2.932.125.346,00 (dois bilhões, novecentos e trinta e dois milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 2013. – Deputada **Nilda Gondim,** Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Qual é a questão de ordem, Deputado Colbert Martins?

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com V.Exa. não há nunca uma questão de ordem; há "pela ordem", se V.Exa. assim o considerar, Presidente Andre Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Estou considerando, naquilo que couber.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, eu gostaria de ser bem breve para dizer que em Salvador, em Feira de Santana e em boa parte do Nordeste há um apagão desde as 15h30min.

Acabei de falar com a minha cidade, e as emissoras estão funcionando com geradores. Salvador começa a se recuperar neste momento. Há apagão também em Pernambuco e no Ceará.

Transmito essa informação porque é importante identificarmos a causa, já que se trata de um apagão de grande porte, em várias regiões do Nordeste brasileiro e da Bahia, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. LUCI CHOINACKI – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – V.Exa. tem a palavra, pela ordem.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de deixar aqui uma nota de esclarecimento sobre questões mal explicadas, mal-intencionadas, que saíram de São Paulo, da Federação das APAEs, dizendo que a Presidente Dilma iria acabar com as APAEs, iria cortar os recursos. Foi feito um grande fuxico, uma grande lambança, via mídias sociais.

Eu faço questão de esclarecer que o nosso Governo, que a Presidente Dilma jamais vai promover um ato para prejudicar as pessoas, seja quem for, principalmente as pessoas com deficiência física ou mental,

tanto que no Plano Nacional de Educação a Meta 4 é incluir e não prejudicar, como no caso dessa conversa.

Nós precisamos pensar como incluir os milhões de pessoas que ainda não estão assistidas por nenhum órgão público nem pelas APAEs do Brasil, já que 2,6 milhões de pessoas que sofrem de deficiência física ou mental não são ainda atendidas, apenas 250 mil no Brasil.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. LUCI CHOINACKI – E nós precisamos cuidar para que não se lancem boatos. Nesse caso, trouxe transtorno, trouxe prejuízo, levou pessoas para as ruas, afirmando que a Presidenta Dilma tinha um projeto, que estava sendo feito no Senado pelo Senador Pimentel.

Então, eu quero esclarecer, dizer que o nosso Governo tem o compromisso da inclusão de todos os seres humanos deste País, de ajuda na humanização do mundo, porque esse é o ideário do PT e do nosso Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero deixar isso esclarecido aqui nesta Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA:

Esclarecimento

Apaes não irão fechar

Marketing viral espalhado na internet sobre o possível fechamento das Apaes é desmentido

A notícia sobre o fechamento das Apaes em todo o Brasil se disseminou de forma muito rápida na internet, depois que a informação foi publicada em uma rede social da Federação das Apaes do Estado de São Paulo. A notícia, inverídica, preocupou a deputada federal, Luci Choinacki (PT/SC), que procurou, o mais rápido possível, esclarecer a população e todos aqueles que têm relação com as Apaes.

De acordo com o presidente da Federação das Apaes do Estado de Santa Catarina (FEAPAEs-SC), Júlio César de Aguiar, a notícia do fechamento das Apaes do Brasil e o corte, por parte do Governo Federal, do repasse de verbas para as federações não é real. "O que ocorreu foi apenas uma mudança no texto que constitui o Plano Nacional de Educação (PNE), mas o texto ainda não foi votado e nem aprovado", diz Aguiar.

Entenda

O texto que trata sobre o PNE já é discutido há alguns anos. Em 2012, ele foi votado na Câmara dos Deputados. "Na meta 4, o texto afirmava que os pais ou responsáveis tinham o direito de escolher onde seus filhos especiais poderiam estudar: ou em escola regular, ou nas Apaes ou em escolas especializadas, mas que fossem, PREFERENCIALMENTE, matriculados em escolas regulares", explica Aguiar.

Mas, quando o texto foi para o Senado, a palavra PREFERENCIALMENTE foi retirada. "Não sabemos o por que, mas, sem a palavra PREFERENCIALMENTE, subentende-se que os pais ou responsáveis teriam que optar por matricular seus filhos especiais somente em escolas regulares, não lhes dando escolha de optar por qual espaço eles acreditam ser melhor", avalia o presidente.

O texto foi modificado, mas ainda não foi votado ou aprovado pelo Senado. "A ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e a presidenta, Dilma, se mostraram solidárias com nossa causa e afirmaram que são a favor da inclusão da palavra PREFERENCIALMENTE no texto da Meta 4. Em nota, a presidenta afirma que "o Governo Federal reconhece a importância das entidades filantrópicas no sistema educacional e tem investido, anualmente, nas escolas inclusivas e nas escolas especializadas por entender que ambos os modelos se complementam".

De acordo com Aguiar, na última segunda-feira, dia 26, ocorreu uma audiência com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Na ocasião, foi feita uma abertura, junto ao Ministério da Educação (MEC), para que seja feito um estudo onde as reivindicações sejam contempladas nas estratégias da Meta 4 do PNE. "A reunião que tem o propósito de discussão para a inclusão da palavra PREFERENCIALMENTE e outras reivindicações quanto ao PNE, ficou agendada para ser realizada até segunda-feira, dia 02 de setembro.

As Apaes

De acordo com o presidente, Aguiar, no Brasil existem cerca de 2.150 unidades da Apae que atendem, diariamente, 250 mil pessoas. Já em Santa Catarina, o número é Apaes é de 195 unidades, com 17 mil pessoas atendidas, por dia. Em Santa Catarina, cinco mil profissionais atuam nas Apaes, além de seis mil dirigentes voluntários, aproximadamente 15 mil voluntários e milhares de associados. "Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimam que, no Brasil, existam 2,6 milhões de pessoas com deficiência mental e intelectual. Se, hoje, a Apae atende 250 mil pessoas por dia, subentendem-se que os demais fiquem desassistidas", lamenta o presidente.

A deputada federal, Luci, faz uma indagação: "como fica a situação das pessoas que não tem acesso aos serviços especiais, como da Apae, por exemplo?". Para Luci, que tem um filho especial, Izaquiel, de 27 anos, o cidadão deve ter coragem e determinação para conquistar seus direitos. "É preciso ter mais estrutura, precisamos acabar com o preconceito, buscar a inclusão diária destas pessoas, levando em consideração

as limitações de cada um. O governo de Dilma e Lula contribuíram para os avanços no atendimento de pessoas especiais. Não iremos recuar, mas sim avançar cada vez mais para todas as pessoas especiais possam ser incluídas e também possam ter o direito à cidadania", finaliza a deputada.

O SR. DR. UBIALI – Sr. Presidente, permita-me falar em nome Federação das APAES.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Quero informar que há requerimento sobre a mesa. Nós temos que deliberar ainda sobre uma matéria.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Mas é 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Então, rapidamente: Deputado Garotinho, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Dr. Ubiali, depois Deputado Chico Alencar. Logo após, nós vamos debater o tema que está sobre a mesa: um requerimento do Democratas em apoio ao Diplomata Eduardo Saboia, que não é uma matéria muito polêmica.

Concedo a palavra ao Deputado Anthony Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria a atenção de V.Exa., do seu assessor, o Dr. Mozart, e de todos os Líderes aqui presentes, porque o caso ocorreu com um colega nosso, o Deputado Zoinho, mas pode ocorrer com qualquer um de nós.

Ele disputou o segundo turno na cidade de Volta Redonda, perdeu a eleição por poucos votos, e agora a Justiça Eleitoral cassou o Prefeito e determinou a posse imediata do Deputado Zoinho, que foi para a cidade tomar posse.

Mas qual é o problema? O opositor, o Prefeito cassado, está recorrendo com uma ação cautelar no Tribunal Superior Eleitoral. E, se ele for reintegrado, o nosso colega que tomou posse não será nem Deputado Federal, nem Prefeito.

Então estou apresentando uma PEC – e pediria o apoio de todos os Líderes e de todos os Deputados – para criar um intervalo de tempo que dê ao Deputado a condição de, nesse período enquanto não sai a decisão definitiva, continuar com o seu mandato de Deputado Federal. Ele renunciou, foi tomar posse – a Câmara deve estar empossando daqui a pouco o Deputado Zoinho. Mas e se amanhã uma ação cautelar fizer com que o Prefeito volte ao cargo? O Deputado Zoinho não será nem Prefeito, nem Deputado Federal. Essa é uma injustiça que nós precisamos corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Concordo. Acho que devemos votar também a lei eleitoral, com prazos para julgamento. Esse relatório que já está pronto aqui e que tramita no Senado também é uma forma de resolver essa questão, porque realmente é um absurdo o que a Justiça faz com a política e a democracia no Brasil.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Eu quero dizer aqui que temos um debate a ser feito. Nós não vamos poder permitir que falem todos os que se sucedam ao microfone.

O SR. EDSON SANTOS – Sr. Presidente, é sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Na votação do requerimento, nós vamos fazer o debate. Então, só vão falar aqueles Parlamentares que eu citei.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falou-se aqui há poucos instantes sobre boatos. Nós queremos falar sobre fatos. O fato aventado pelo Deputado Colbert Martins, há poucos instantes, foi o apagão no Nordeste desde as 3 horas da tarde – boa parte da energia elétrica ainda não foi religada até esta hora.

Só para mencionar a terra do Deputado Colbert, o Polo de Camaçari, uma empresa petroquímica teve equipamentos queimados no último apagão. Isso significou um prejuízo de 100 milhões de reais. Mais grave ainda é a situação de metrôs paralisados, hospitais sem condição de funcionamento e por aí vai, causando constrangimento a toda a Região Nordeste e a uma parte significativa da Região Norte – também o Estado do Pará foi atingido.

Nós já havíamos feito uma representação ao TCU, por conta infelizmente de esse fato não ser novidade. Isso está se reiterando. A fragilidade e a vulnerabilidade do nosso sistema de transmissão e distribuição estão evidentes, Sr. Presidente.

Por conta disso, nós estamos requerendo agora que o TCU averigue as representações já sugeridas anteriormente.

Estamos encaminhando também requerimento de informações ao ONS sobre as causas e indicando uma audiência pública na Comissão de Minas e Energia para tratarmos desse problema, que infelizmente se repete, causando constrangimento a milhões de brasileiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. EFRAIM FILHO – Pelo visto, virá o "Programa Mais Engenheiros Elétricos" agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a exemplo de muitos colegas hoje, quero registrar um pronunciamento lembrando os 50 anos da magistral marcha pelos direitos civis liderada pelo Pastor Martin Luther King Jr., nos Estados Unidos.

Quero também colocar aqui para debate uma reflexão sobre o Programa Mais Médicos, uma iniciativa em alguns aspectos realmente positiva, mas que não vai às causas estruturantes, ou desestruturastes, dos gravíssimos problemas da saúde pública no Brasil. Isso exige discussão, debate, reflexão e, evidentemente, recursos qualificados para a educação.

Fica o registro.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todas e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, *"Eu tenho um sonho: que um dia meus 4 filhos pequenos vivam numa nação onde serão julgados não pela cor da sua pele, mas pelo conteúdo de seu caráter"*, disse o Pastor Martin Luther King Jr. há exatos 50 anos, diante de 250 mil pessoas, em Washington, Estados Unidos da América, na marcha pelos direitos civis. O discurso "*I have a dream*", pronunciado naquele 28 de agosto de 1963, ficou para a História, a iluminar a humanidade no combate ao racismo.

Num momento em que a religião tem sido utilizada por alguns Parlamentares, nesta e em outras Casas Legislativas, como pretexto para discursos de ódio e preconceituosos, inclusive racistas, vale a pena relembrar o exemplo de Luther King, que combateu o bom combate em defesa da dignidade humana e da igualdade de direitos, entendendo-os como valores cristãos.

Embalados por essa inspiração, repudiamos, com veemência, as detestáveis expressões de desrespeito e preconceito racista e xenofóbico contra os médicos cubanos que chegaram ao Brasil. Além das cenas deploráveis como as que se passaram em Fortaleza, quando alguns médicos brasileiros hostilizaram os colegas de Cuba, inúmeros ataques rebaixados têm sido feitos nas redes sociais e outros ambientes. A jornalista Micheline Borges, do Rio Grande do Norte, chegou a afirmar: *"Me perdoem se for preconceito, mas essas médicas cubanas têm uma cara de empregada doméstica... Será que são médicas mesmo?"* Segundo ela, *"médico tem postura, tem cara de médico, se impõe a partir da aparência"*.

Essas manifestações escancaram o racismo latente da sociedade brasileira. Apenas em sociedades profundamente racistas e cindidas em classes desiguais as ocupações profissionais são distribuídas de acordo com padrões étnicos imbricados a posições de classe. A percepção naturalizada da estrutura social racista é que leva à compreensão distorcida de que para que alguém seja médico e mereça o *status* social de "doutor", que confere prestígio e poder, deve ser branco e portador de identidades simbólicas – inscritas no corpo e na cultura, no comportamento – claras e radicalmente distintas daquelas das classes empobrecidas.

Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todas e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, em 1930, João Guimarães Rosa, orador da turma de formandos da Faculdade de Medicina da UFMG, citava Michel de Montaigne para lembrar que *"ciência sem consciência é a ruína da alma"*. Nosso então futuro grande escritor complementava dizendo que a frase, *"de verdadeira se faria sublime, se se lhe intercalasse: '... e sem amor...'."* O Dr. Rosa partiu com amor, então, para a pequena Itaguara, onde trabalhou durante 2 anos como o único médico da cidade, no "grande sertão" das Minas Gerais.

Quase 1 século depois, os pequenos Municípios e as periferias do Brasil seguem carentes de atendimentos adequados de saúde. Nesse contexto, a contratação de mais médicos pelo Governo, em especial para as regiões onde há maior escassez de profissionais, é uma medida positiva. Porém, não deve ser tratada como panaceia, como a redenção dos problemas da saúde no Brasil. Trata-se, conforme sintetiza nota da Setorial Nacional de Saúde do PSOL, de um *"pequeno e insuficiente avanço, numa conjuntura de enormes ataques do governo Dilma ao SUS"*.

O Programa Mais Médicos padece de severas limitações e defeitos. Relaciono nossos pontos de crítica:

1) Não adianta providenciar médicos, mas não providenciar estrutura adequada para os hospitais e postos de saúde no interior e na periferia das cidades. Na cidade de São Paulo, por exemplo, registra o médico Adib Jatene:

> *"Vinte e cinco distritos concentram 1,8 milhão de pessoas e têm mais de 3 leitos por mil habitantes. Na contramão, outros 71 distritos da capital, com mais de 8 milhões de moradores, têm 0,6 leito por habitante. Para suprir a carência de 12 mil leitos, seria preciso construir 60 hospitais com 200 leitos. Foram construídos apenas dois na última década. E continuam faltando leitos na periferia."* (*Carta-Capital*, 28 de agosto de 2013).

Os poderes públicos têm a obrigação de cumprir a Constituição e fortalecer o SUS de forma igualitária nas cidades e regiões, em vez

de fomentar a manutenção das desigualdades promovidas pela privatização da saúde. Além disso, é necessário planejamento consistente e garantia de prioridade orçamentária para o setor. Os Governos petistas têm optado, ao invés disso, por destinar cerca de metade do Orçamento federal ao pagamento de juros da dívida pública, enquanto os gastos com a saúde não chegam a 10% do Orçamento. Desse jeito, não é possível superar a situação de subfinanciamento da saúde pública no Brasil, sucateamento da infraestrutura e falta de condições adequadas de trabalho para os profissionais da área.

2) O Programa não enfrenta o aprofundamento da privatização da área da saúde, que gera mercantilização e precarização desse direito, na contramão dos princípios do SUS de saúde pública universal, gratuita e de qualidade. Em especial, não confronta o modelo privatista da formação em saúde, continuada nos Governos petistas. Essa lógica privatista e mercantilizadora da saúde e da educação fica mais manifesta ainda pelo fato de o Programa estimular ainda mais a abertura de escolas privadas e residências médicas em instituições privadas (com bolsas financiadas pelo Estado). Não podemos aceitar que o lucro das grandes empresas privadas seja financiado com recursos públicos.

O médico Nelson Ferrão afirma, com razão, que não haverá saúde pública de qualidade no Brasil enquanto houver a *"medicina para os ricos, em hospitais privados sem planos de saúde; a medicina para a classe média remediada, através dos hospitais e clínicas conveniadas aos planos de saúde; e, finalmente, a medicina dos pobres, exercida pelo SUS"*. No dia em que os filhos de juízes, parlamentares, prefeitos, governadores tivermos como única opção a saúde e a educação públicas, prossegue Nelson, todos dependeríamos desses serviços públicos e garantiríamos que funcionassem com qualidade.

Após 25 anos, o SUS ainda existe como sistema único, igualitário, universal e de qualidade apenas no papel, infelizmente. Dados da Organização Mundial de Saúde revelam que, em 2011 (últimos dados disponíveis), 54% dos gastos com saúde no Brasil foram privados, enquanto o Governo investiu os 46% restantes. Segundo matéria de Luís Guilherme Barrucho, da BBC Brasil, *"a taxa é inversamente proporcional à de muitos países ricos e de alguns emergentes, em que a maior parte dos investimentos na saúde é feita pelos governos, como é o caso da Noruega (86%), Luxemburgo (84%), Grã-Bretanha (83%) e Japão (80%), além de Turquia (75%), Colômbia (74%) e Uruguai (68%)"*.

É necessário fortalecer o Sistema Único de Saúde, para que atenda igualmente, e com qualidade, os filhos das médicas e das empregadas domésticas, dos pobres e de Eike Batista. O Governo tem optado pelo caminho oposto e repassado recursos para instituições de saúde privada. Não bastando isso, omite-se em sua fiscalização. É urgente a instalação da CPI requerida pelo PSOL no início de junho, para investigar denúncias de irregularidades e práticas abusivas dos serviços de planos de saúde.

3) Embora o Programa proponha-se a humanizar a formação médica, não traz uma política séria de qualificação para o trabalho no SUS, e em particular na Atenção Primária. De acordo com nota do Setorial Nacional de Saúde do PSOL:

> *"Hoje mantemos o modelo de formação hospitalocêntrico, baseado no consumo de consultas, insumos, medicações e procedimentos, sem (quase) nenhuma visão comunitária, que não consideram os determinantes sociais do processo saúde-doença ou, quando o fazem, fazem de forma superficial, e que resulta em uma prática médica com resolutividade assustadoramente insuficiente. Essa formação resume o profissional de saúde e o médico em particular a um intermediário entre a grande indústria de produtos e serviços de saúde e a população, seu mercado consumidor."*

Adib Jatene e José da Silva Guedes, membros da comissão de especialistas do ensino médico do MEC, criticam a opção do Governo por criar o Programa sem o debate, a consistência e o planejamento adequados, por meio de uma medida provisória elaborada às pressas, sem dialogar adequadamente com as entidades médicas e as dos demais segmentos da saúde pública. Concluem que o resultado foi um Programa que não traz *"propostas realmente estruturantes e duradouras"*. (*O Estado de S. Paulo*, 20 de agosto de 2013).

4) Recorrer a médicos estrangeiros é um recurso legítimo, utilizado por muitos países. Porém, trata-se de uma medida paliativa, de efeitos limitados. O fundamental é investir no SUS e garantir uma formação e distribuição adequada dos médicos pelas regiões das cidades e do país, com condições adequadas de trabalho. Além disso, é fundamental que os médicos

formados em outros países sejam preparados para trabalhar nas condições específicas que enfrentarão no Brasil e avaliados adequadamente sobre suas capacidades para fazê-lo. Devemos todo o respeito às profissionais e aos profissionais formados em faculdades de Medicina de outros países, mas também devemos todo o respeito à saúde de todas as pessoas que serão atendidas por elas e eles. O Programa do Governo dispensa os médicos que se disponham a atuar em determinadas regiões de fazerem o REVALIDA, instrumento de revalidação de diploma criado pelo próprio Governo.

É cabível e necessário que se discuta mais a fundo quais processos de avaliação são mais adequados para aferir a capacidade de médicos estrangeiros, assim como a dos brasileiros. O problema é que o Governo atropelou esse debate, ao criar o Programa às pressas e optar por fazê-lo por meio de medida provisória, que não dá à sociedade e ao Congresso Nacional tempo para fazer a discussão com a profundidade e a pluralidade devidas.

5) É preciso que a contratação de médicos e médicas e dos demais profissionais da saúde seja feita com a garantia de todos os direitos trabalhistas. Os contratos temporários e precários do Mais Médicos suprimem os direitos do trabalhador e da trabalhadora a férias remuneradas, 13º salário, FGTS, adicional de insalubridade e estabilidade. Além disso, seu edital estimula a contratação via EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), a despeito de sua contestação pelo Conselho Nacional de Saúde e em todas as universidades públicas federais do País.

Nós, do PSOL, defendemos sempre que a contratação no serviço público se dê mediante concurso público, de modo a garantir os direitos dos profissionais e construir um sistema público sólido. O Setorial de Saúde do PSOL destaca que não haverá futuro para o SUS:

"(...) enquanto o setor privado existir nesses moldes atuais de parasita do SUS, enquanto não for enfrentado de forma estrutural, seja com o fim do subfinanciamento do nosso sistema de saúde público, seja na disputa do perfil de formação dos trabalhadores da saúde, seja na regulação das especialidades e residências de acordo com as necessidades de saúde da população e não do mercado, seja na criação de estratégias de absorção desses profissionais pelo SUS público e não pela rede privada ou pública terceirizada".

Lembra a nota que:

"(...) o movimento sanitário entendia que o modelo de assistência à saúde implementado no Brasil durante a ditadura militar – curativo, individual, assistencialista, médico-centrado, hospitalocêntrico, superespecializado, orientado para o lucro e favorecimento do complexo médico industrial – era altamente excludente, insustentável financeiramente e incapaz de dar resposta às necessidades de saúde da população. Como alternativa se propunha a reorientação desse modelo assistencial através da criação de um Sistema Único de Saúde estatal orientado pela atenção básica e guiado por princípios como a universalidade, integralidade e equidade. Era a partir desses pressupostos essenciais que se via a possibilidade de superar a má distribuição regional e local de profissionais da saúde, a concentração destes no setor privado."

Após 25 anos de SUS, as opções políticas feitas não levaram à superação do primeiro modelo.

Sr. Presidente, continuaremos lutando pelos cuidados de saúde pública, direito de nossa população, chegando aos mais remotos lugares deste País e a todos e a todas, sem exceção. Continuaremos combatendo a privatização do SUS e a precarização do trabalho, pelo fim do modelo centrado no hospital e pelo fortalecimento da atenção primária como reordenadora do sistema.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Ubiali.

O SR. EDSON SANTOS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Deputado Edson Santos, antes de V.Exa. estar aqui, eu elenquei os nomes dos Parlamentares que falariam pela ordem. Agora nós vamos abrir o debate, porque há requerimento sobre a mesa.

O SR. EDSON SANTOS (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito que o requerimento seja distribuído à bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Será distribuído.

Solicito, por favor, à assessoria da Mesa a distribuição do requerimento antes de qualquer debate aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi dito aqui que houve um comunicado da Federação Nacional das APAEs e que ele não procedia, que não era verdadeiro.

Eu sou Presidente da Federação das APAEs. Esse comunicado que houve é verdadeiro. Realmente, o Senador José Pimentel mudou a Meta 4 e, com essa mudança, extinguia as escolas especiais, as das APAEs e as outras. Nós fizemos aqui um movimento para que isso fosse modificado nas comissões seguintes.

A Câmara tinha aprovado a Meta 4 adequada, e o que nós queremos é que seja resgatado aquilo que nós votamos aqui na Câmara. Nós temos esse compromisso.

É bem verdade que a Federação Nacional das APAEs fez um comunicado dizendo que a Presidenta nos respeita. Ela disse que respeita o trabalho das APAEs. A Ministra Gleisi Hoffmann também disse que respeita o trabalho das APAEs, mas, na prática, o que aconteceu foi que o Senador José Pimentel realmente mudou a Meta 4, prejudicando, sim, as escolas especiais.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Sem querer entrar na polêmica, Deputado Dr. Ubiali, V.Exa. sabe de nosso compromisso em relação a esse tema. Como eu tenho dito, a polêmica está estabelecida. Foi o que fez o Parlamentar Pimentel, mas haverá outros Parlamentares com outras posições. Como somos 513 aqui e 81 lá, é importante esta garantia: a Câmara vai manter o texto da Câmara, independentemente do que fizer o Senado. Mas acredito que até no Senado essa polêmica vai ser vencida. Eu disse ao Senador Pimentel que era absolutamente estéril essa polêmica.

O SR. DR. UBIALI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – É que eu tinha esse compromisso, Deputado. E nós temos um requerimento.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Um minuto só, Sr. Presidente, até porque este é um assunto de grande importância: o apagão da Região Nordeste do Brasil. Oito Estados estão há mais de 2 horas sem energia, e nós não podemos conviver com essa instabilidade, com essa incompetência, com essa falta de planejamento e de ação do Governo.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que, diferentemente do que foi dito pelo Governo, o sistema elétrico nacional não é um dos sistemas mais seguros do mundo. Isso não é verdade. Esse não é o primeiro, não é o segundo, não é o terceiro, não é o décimo apagão. Houve cerca de 20 apagões durante o Governo do PT e da Presidente Dilma.

O que nós queremos é que a Presidente Dilma demita os incompetentes e não dê guarida a companheiros que estão substituindo técnicos qualificados do setor elétrico na direção de empresas importantes como a CHESF.

Sr. Presidente, os prejuízos são incalculáveis. Não adianta justificativa. O que nós queremos é que a Presidente demita os incompetentes que estão dirigindo o setor elétrico do Brasil.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Já foi distribuído o requerimento? Já está o requerimento à mão?

Vou abrir a discussão, e teremos o encaminhamento de bancada.

Está sendo distribuído o requerimento, Deputado Edson. Nós não vamos votar sem o requerimento à mão.

Esse requerimento chegou à Mesa, e nós chamamos aqui o Deputado Sibá Machado, que estava no momento exercendo a Liderança do PT, já que previsivelmente haveria uma polêmica em relação a ele. E nós fizemos... Não precisaríamos fazer, já que o Regimento prevê o entendimento de que vai falar um e um, e nós vamos encaminhar.

Porque nós temos sessão convocada para hoje às 19 horas para a votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça com relação ao caso do nosso companheiro Donadon.

Portanto, eu peço a compreensão dos Parlamentares em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Requerimento sobre a Mesa:

"REQUERIMENTO Nº 8.449, DE 2013

(Do Deputado Mendonça Filho)

Senhor Presidente,

Requeiro, com apoio do art. 4º, incisos II e X da Constituição Federal, e nos termos do art. 117, inciso XIX do Regimento Interno, ouvido o Plenário, seja encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores a presente MOÇÃO DE APOIO ao diplomata brasileiro Eduardo Saboia, em virtude de sua participação destacada na condução do senador boliviano e líder da oposição ao governo de Evo Morales, Roger Pinto, ao Brasil.

A necessidade do presente requerimento se deve à motivação essencialmente política para a manutenção do senador boliviano, confinado na Embaixada brasileira em La Paz e impedido de deixar o país em razão, principalmente, da total falta de empenho da diplomacia brasileira na solução do caso, contrariando princípio basilar que rege as relações internacionais do Brasil.

Nesse sentido, chama atenção para a desastrosa atuação da diplomacia brasileira nas gestões Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff nos mais diversos fóruns em que estejam em jogo a defesa e a preservação dos legítimos interesses nacionais.

São inúmeros os episódios em que o Itamaraty, por determinação do Palácio do Planalto, ignorou sua longa tradição diplomática de defesa dos direitos humanos com o objetivo de favorecer regimes ditatoriais, motivado por alinhamento ideológico e/ou político-partidário. Apenas como exemplos, podemos citar o caso

da deportação dos boxeadores cubanos Erislandy Lara e Guillermo Rigondeaux – que ficaram conhecidos ao abandonar a delegação cubana durante os Jogos Pan-Americanos no Brasil, em 2007 –, o alinhamento incondicional com o governo ditatorial do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, a atitude tíbia do governo federal no enfrentamento da questão da invasão militar de uma refinaria da Petrobras na Bolívia em 2006, dentre tantos outros episódios em que interesses ideológicos foram privilegiados em detrimento dos reais interesses nacionais.

Curiosamente, quando se trata de defender direitos de regimes e/ou indivíduos não alinhados ideologicamente, como no caso do líder oposicionista boliviano Roger Pinto, não se observa o mesmo empenho de Brasília. Figura central na oposição ao governo de Evo Morales, Roger Pinto permaneceu refugiado na embaixada brasileira na Bolívia durante 455 dias sem que o governo Dilma Rousseff conseguisse obter um simples salvo-conduto que permitisse ao parlamentar boliviano deixar seu país. De maneira contraditória, podemos destacar a atitude completamente diferente do governo brasileiro e seu empenho incondicional na concessão de asilo ao ex-ativista italiano Cesare Battisti, condenado por práticas terroristas na Itália.

Nesse contexto, cabe enaltecer a destacada atuação do diplomata brasileiro EDUARDO SABOIA que, ocupando interinamente a direção da Embaixada do Brasil na Bolívia e, ciente do caráter eminentemente político do refúgio do senador boliviano, da falta de determinação da diplomacia brasileira, das precárias condições de sua instalação na embaixada e das dúvidas que pairavam sobre suas condições de saúde, envidou todos os esforços para que o parlamentar deixasse o território boliviano, colocando em risco sua própria vida e seu futuro profissional.

Está claro que o diplomata Eduardo Saboia agiu numa situação limite, motivado pelo sua preocupação em preservar os direitos humanos. É de conhecimento de todos que o senador boliviano estava preso numa sala pequena de 20 metros quadrados, sem banheiro, proibido de tomar sol, tinha visitas controladas, apresentava sinais de depressão cogitando a possibilidade de suicídio. Isso sem que houvesse qualquer sinal de firmeza do Governo brasileiro nas negociações com o Governo da Bolívia.

Ao contrário, nesses 450 dias de prisão do senador boliviano, o que vimos foi a Bolívia desrespeitando as leis internacionais, fingindo negociar, protelando a emissão do salvo conduto após o asilo concedido pelo Governo brasileiro. Fato que veio a reforçar a desastrosa condução da diplomacia brasileira, nos últimos anos, fugindo ao histórico do Itamaraty, sempre pautado nas relações pacificas, respeitosas, porém se fazendo respeitar, assim como, a própria soberania nacional.

Do exposto, requeremos uma manifestação formal do Parlamento Brasileiro sobre o ocorrido, apoiando publicamente as ações do diplomata brasileiro à luz do que preconiza o artigo 4º, incisos II e X da Constituição Federal, em que a prevalência dos direitos humanos e a concessão de asilo político são princípios que regem as relações internacionais do Brasil, bem como a publicação do presente Requerimento nos Anais desta Casa e seu consequente envio ao Ministério das Relações Exteriores.

Sala das Sessões, de agosto de 2013. – **Mendonça Filho**, *1º Vice-Líder do PT"*

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Esse é o requerimento que será distribuído.

Para falar contrariamente, tem a palavra o Deputado Amauri Teixeira. Era o Deputado Sibá Machado o escolhido, mas o Deputado disse que houve uma substituição. É isso? O Deputado Amauri Teixeira vai falar contra a matéria?

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço um esclarecimento: esse requerimento é novo na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – É novo na pauta.

O SR. SARNEY FILHO – Eu, na qualidade de Líder do Partido Verde, acho que um requerimento destes tem implicações. Nós temos que ouvir a nossa bancada. Nós não vamos votar antes de ouvir a nossa bancada sobre este requerimento, Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL acompanha a posição do Líder do Partido Verde.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PT também acompanha a posição do PV, Sr. Presidente. O texto tem que ser distribuído.

O SR. IVAN VALENTE – Não é possível colocar a moção imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Vamos aguardar a distribuição. É um requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É matéria sobre a mesa, Sr. Presidente. V.Exa. a coloca em pauta a qualquer momento.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem querer entrar no mérito, eu tenho que discutir com a bancada. Nosso Bloco tem 46 Deputados. Não podemos chegar aqui e emitir uma opinião sobre um assunto que entrou em cima da hora na pauta. Não podemos votar um assunto dessa importância. Não estou entrando no mérito. Não estou dizendo que ele está certo, que está errado. Temos que discutir isso.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A matéria está sobre a mesa, Sr. Presidente. Temos que discuti-la, e cada um emite, através de seu voto, sua opinião. Fizemos isso recentemente, quando o PT apresentou um requerimento de repúdio aos Estados Unidos, quando das notícias sobre quebra de sigilo na Internet.

Então, eu acho que é legítimo o Parlamento parlar, debater. E esse é um tema que está na pauta da imprensa de todo o Brasil.

Eu peço a V.Exa. que encaminhe o processo de votação. Já está na tribuna o Deputado Amauri Teixeira, que certamente vai falar contra. Posteriormente eu falarei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Se estivesse pautado a matéria, V.Exa. estaria com toda a razão. A questão é que ela não está pautada, e não há acordo. Nós temos por tradição aqui – o Deputado Henrique Eduardo Alves e eu conduzimos dessa forma – que o que não está na pauta só entra em pauta por acordo.

Há um requerimento de bancadas expressivas da Casa que gostariam de discutir o assunto. Então, a Mesa retira de ofício, e nós vamos encerrar a Ordem do Dia.

O SR. RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Questão de ordem.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES – Sr. Presidente, eu quero falar pela Liderança do PT antes de encerrar a Ordem do Dia.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é matéria sobre a mesa. V.Exa. já iniciou a discussão. Só porque alguns Parlamentares se colocaram contrários…

Atitude como essa não foi dada a outras matérias que eram de interesse do Governo. Então, esse comportamento de V.Exa. é, no mínimo, estranho, porque já se havia iniciado a discussão. V.Exa. já havia decidido qual Parlamentar falaria contra e qual Parlamentar falaria a favor. Não tem sentido retroagir de uma decisão tomada. Matéria sobre a mesa V.Exa. pauta na hora que V.Exa. desejar. E V.Exa. já a havia pautado. Não há por que recuar só porque alguns Líderes disseram que não estão de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Pressuposto o acordo, Deputado Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO – É uma situação constrangedora, porque, então, a posição de V.Exa. sempre poderá ser contestada.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – O assunto é polêmico. Não tem problema nenhum. O Deputado Mendonça viu a disponibilidade, mas falei para ele das dificuldades que nós poderíamos ter – e da polêmica. Não havendo acordo… A Mesa se conduz pelo acordo. V.Exa., se sentado aqui estivesse – até porque qualquer Parlamentar pode estar –, provavelmente teria este mesmo comportamento. Por quê? Porque é extrapauta, não consta da pauta.

Então, vejam, com a compreensão, com o entendimento de todos os Parlamentares… Nós temos ainda até as 19 horas. Eu vou passar a palavra para o Deputado Guimarães, como Líder e vou encerrar a Ordem do Dia. O Democratas pode se inscrever. Não há problema.

O SR. MENDONÇA FILHO – Presidente, permita-me falar?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Enquanto o Deputado José Guimarães se dirige à tribuna, V.Exa. pode falar.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. que, de acordo com o Regimento da Casa, matéria sobre a mesa não precisa estar pré-pautada nem pré-articulada com os Líderes da Casa.

Eu tão somente levei o requerimento à Mesa, e V.Exa., como Presidente em exercício da Casa, tem o dever de submeter à apreciação deste Plenário da Câmara dos Deputados o requerimento que está sobre a mesa. Não tem que submeter aos Líderes se há consenso ou não, até porque eu tenho consciência de que este tema não terá consenso.

O PT avaliza o fato de termos mantido, por 455 dias, na Embaixada do Brasil na Bolívia o Senador boliviano. Eu acho que foi moleza da parte do Governo brasileiro, foi frouxidão, foi covardia.

Aliás, a Bolívia tem tripudiado deste País, como tripudiou quando ocupou a refinaria da PETROBRAS, como tripudiou quando, por exemplo, foi vistoriar o avião do Ministro de Estado Celso Amorim, como tripudiou em vários momentos, desrespeitando a soberania do Governo brasileiro...

(O microfone é desligado.)

O SR. AMAURI TEIXEIRA – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Não há questão de ordem.

Com a palavra o Deputado José Guimarães para falar como Líder. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. RONALDO CAIADO – Questão de ordem, com base no art. 83.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Tem a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, questão de ordem, com base no art. 83, de matéria sobre a mesa, requerimento de Deputado dependente de votação imediata.

A pergunta que faço à Mesa, e quero que fique bem esclarecida nas notas taquigráficas: a partir de hoje, matéria sobre a mesa, ao ser aqui obstruída por qualquer Líder ou Parlamentar, o Presidente, então, não terá mais a prerrogativa de mantê-la em discussão e apreciação?

Assim, Sr. Presidente, V.Exa. inaugura um novo momento do Regimento, que, como tal, passa a ser a rotina a que nós recorreremos, porque bastou o Deputado Sarney Filho vir aqui, e V.Exa. retirou aquilo que já havia determinado.

Então, V.Exa. muda a interpretação do Regimento Interno, que vale contra nós hoje, mas vai valer favoravelmente a nós em muitos momentos na Casa.

Portanto, já fica decidido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – O pressuposto da pauta, Deputado Caiado, é o que está no art. 83, a que V.Exa. se refere:

> *"Art. 83. Presente em Plenário a maioria absoluta dos Deputados, mediante verificação de quórum, dar-se-á início à apreciação da pauta"* – da pauta, a pauta é publicada –*, "na seguinte ordem:*
>
> I – redações finais;
>
> II – requerimentos de urgência;
>
> III – requerimentos de Comissão sujeitos a votação;
>
> IV – requerimentos de Deputados dependentes de votação imediata;
>
> V – matérias constantes da Ordem do Dia, de acordo com as regras (...)"

E assim por diante.

O SR. RONALDO CAIADO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Urgência urgentíssima, que também normalmente é colocada por acordo, é possível. Então, não se trata disso.

Portanto, compete agora à Mesa incluir este requerimento na pauta da próxima Ordem do Dia. É isso que diz o Regimento.

Acima do Regimento, está o entendimento de um acordo. Não foi só o PV, foram PSOL, PT e PR que se manifestaram contrariamente. Esses partidos – só esses partidos, talvez outros pudessem se manifestar, mesmo porque alguns Líderes não estão aqui – não se sentem confortáveis para votar a matéria.

Então, o acordo sempre supera o Regimento. Fora isso, é o Regimento, e é isso que nós estamos cumprindo.

O SR. RONALDO CAIADO – Perfeito, Presidente! Excelente! Concordo com V.Exa. e cobrarei da memória do nosso Secretário da Mesa, Sr. Mozart, para que nas próximas situações também se dê a mesma deliberação.

O SR. IVAN VALENTE – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Não, não.

Há um Líder que falará pelo Partido dos Trabalhadores. Quero informar aos Líderes que o tempo para Comunicação de Liderança está aberto, até para debater este assunto também.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Com a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu não vou tratar deste assunto porque V.Exa. já retirou a matéria de pauta. Não há, portanto, necessidade de discuti-la. A matéria já foi retirada de pauta, por sugestão dos Líderes do PV, do PT, do PSOL, do PR, enfim.

Quero registrar meu apoio a V.Exa. por ter retirado de pauta esta matéria. Aliás, como é praxe aqui, não pode a matéria, pelo simples fato de estar sobre a mesa, sem a concordância de, pelo menos, um terço dos Líderes, ser discutida e encaminhada à votação, até porque nós não podemos transformar a questão da diplomacia brasileira em disputa pública aqui dentro, como é o objetivo único e exclusivo do requerimento que o DEM apresentou neste momento.

Portanto, esta matéria, nós vamos discuti-la no momento em que o requerimento estiver em pauta.

Mas o meu pronunciamento de hoje, Sr. Presidente, em primeiro lugar, é para me manifestar – e esta é a manifestação da bancada do PT nesta Casa – sobre dois temas.

O primeiro deles diz respeito à nossa irrestrita solidariedade aos médicos estrangeiros que chegam

ao nosso País e, ao mesmo tempo, nosso repúdio à ação de alguns médicos brasileiros contra a chegada de médicos estrangeiros ao nosso País.

Na Capital do meu Estado, Fortaleza, os médicos já estavam iniciando o processo de preparação para atender pelo SUS, na Escola de Saúde Pública do Ceará, quando meia dúzia de médicos sindicalistas do Sindicato dos Médicos do Estado do Ceará agrediu fisicamente – não só com palavras, o que revela um preconceito sem tamanho – os médicos cubanos que estavam em Fortaleza, como tantos outros estrangeiros que vêm ao Brasil prestar assistência à saúde pública, à atenção básica, nas diversas regiões do País.

A eles, minha solidariedade não só como cearense, mas como Líder da nossa bancada.

Um médico cubano moreno, muito identificado com a luta de Martin *Luther King* nos Estados Unidos há 50 anos, no famoso pronunciamento em Washington, disse:

> "Nós, médicos cubanos, não somos escravos. Nós somos escravos do SUS, da saúde pública e dos doentes. Todas as experiências que nós tivemos em outros governos aqui no Brasil foram experiências vitoriosas de médicos estrangeiros que vieram ao Brasil atender as populações mais carentes".

Por que esse preconceito contra os cubanos? Por que não ressaltar tudo aquilo que Cuba é hoje do ponto de vista da Medicina? Só por razões ideológicas? Só por preconceito? Não há outra razão. Os médicos cubanos não estão interferindo, muito menos impedindo os médicos brasileiros de atenderem as populações carentes deste Brasil.

O resultado do Programa Mais Médicos nós já conhecemos grande parte dele. É um programa vitorioso, porque nós vamos – e esta é a decisão do Ministro Padilha –, dialogando com esta Casa, levar médicos para todas as regiões deste País, sejam cubanos, espanhóis, portugueses, ou não.

O profissional tem carteira de medicina? O que deve prevalecer não é disputa ideológica ou nenhum preconceito por causa do regime cubano; o que deve prevalecer é aquilo que a Presidenta Dilma disse muito bem: *"Nós precisamos de médicos que cuidem bem, médicos humanos, que cuidem bem dos pobres deste País, dos doentes deste País"*.

Na semana passada, eu estava, Deputada Jô Moraes, na cidade de Iracema, no meu Estado, quando uma senhora levantou o braço numa sessão na Câmara e disse:

"Deputado, diz lá àqueles que são contra o Mais Médicos que não importa para nós – Deputado Caiado – se o médico tem carteira de identidade da Espanha, de Cuba ou do Brasil. Nós queremos é ser atendidos, nós queremos é atenção".

Nós, portanto, estamos fazendo a maior revolução, eu diria. O SUS do Brasil teve dois momentos: primeiro, a sua criação, um avanço do ponto de vista do caráter público da saúde do nosso País; esta é a segunda revolução que nós vamos fazer no SUS.

Qual é a revolução que nós vamos fazer no SUS? Em primeiro lugar, vamos dar condições, ampliar a rede e a estrutura do Brasil para atender aqueles que podem atender as populações carentes deste imenso Brasil; universalizar a construção de Unidades Básicas de Saúde; dotar as Unidades Básicas de Saúde de condições para que o médico brasileiro, ou não, possa fazer um bom atendimento, e não um atendimento de 3 ou 5 minutos; fazer com que o médico brasileiro, ou não, vá àquelas cidades que, muitas vezes, não recebem sequer um médico para atender a população.

Portanto, o Ministro Alexandre Padilha está de parabéns por patrocinar uma verdadeira revolução na área da saúde pública, que é levar a atenção básica para todos os recantos deste Brasil. E, ao lado disso, levar médicos para atender nas periferias das grandes cidades e nas cidades aonde sequer chegam médicos.

Quem é ou já foi Prefeito sabe muito bem que muitas vezes não consegue contratar um médico para a sua cidade porque alguns não aceitam ir para o interior do Nordeste. Quem é do Nordeste, quem é do Norte sabe muito bem da importância que tem um médico para atender uma cidade pequena, com 5, 6, 10 mil habitantes.

Nós não podemos jamais ser contra este programa. Os médicos brasileiros – parte deles, não todos – estão apoiando o Mais Médicos. Nós não podemos jamais, sob qualquer divergência que possamos ter sobre o programa, destilar uma dose de rancor e ódio, sobretudo em relação aos cubanos que chegaram ao País, porque eles terão uma única missão: atender bem os doentes e atender à saúde pública do nosso País.

Este programa lançado pela Presidenta Dilma, sobre o qual estamos fazendo o maior debate da história do Brasil, é vitorioso porque nós vamos levar médicos para atender 700 cidades deste País que muitas vezes não conseguem contratar um médico para prestar atenção básica.

Nós estamos, portanto, fazendo a revolução em duas dimensões: ampliando a rede de atendimento, criando condições de infraestrutura em cada cidade, universalizando as Unidades Básicas de Saúde, universalizando e ampliando as Unidades de Pronto Atendimento, ajudando nos hospitais regionais, que têm um caráter importante, para não sobrecarregar as grandes

metrópoles; e, além disso, levando médico para todas as cidades – primeiro, levar médicos brasileiros; não sendo preenchidas as vagas, levar médicos cubanos, espanhóis e portugueses.

Por que não falar dos médicos que não são de Cuba? Essa carga de preconceito chega muitas vezes até a ser racismo contra esses médicos cubanos que não estão aqui. Quantos Prefeitos neste Brasil não já resolveram o problema da saúde contratando médicos cubanos? Não é porque um ou outro diverge do regime cubano que podemos tratar a saúde pública com uma carga de preconceito ideológico como esta.

Nós queremos sim receber médicos cubanos, espanhóis, portugueses e americanos. Talvez, se aqui chegassem médicos de olhos azuis, de cor diferenciada, todos estivessem aplaudindo. Não! O negro que vem de Cuba também pode ter o saber notável e estar qualificado sim para atender às populações das pequenas e médias cidades e deste interior do Nordeste.

No meu Estado, o Ceará, há 184 cidades, Deputado Simão Sessim. Em pelo menos 50 não há médico para ser contratado. Os Prefeitos nos procuram e dizem: *"Nós não conseguimos contratar porque o médico não topa ficar lá 1 ou 2 dias na semana".*

O que está fazendo o nosso Governo? O que está fazendo o Ministério da Saúde, Sr. Presidente? Está oferecendo uma ajuda de 4 mil reais para garantir a hospedagem desse médico, para garantir as condições reclamadas por alguns, para permitir que ele faça atendimento humanizado às populações carentes deste Brasil.

Façamos um debate de mérito se temos divergências sobre a medida provisória, sobre o programa, mas jamais – faço um apelo aqui – para nós destilarmos qualquer posição rancorosa, preconceituosa, xenófoba ou racista contra os médicos cubanos.

Eu conheço parte dos médicos que estão lá em Fortaleza, Deputado Simão Sessim. Eu sei do carinho. E, para mim, nada melhor do que a frase que um deles disse, Deputado Ronaldo Caiado, que é a seguinte: *"Nós somos escravos. Nós não viemos em navios negreiros para o Brasil. Nós, que somos cubanos, viemos ao Brasil para cuidar da saúde dessas famílias"*.

Eu concluo, nobre ex-Governador Hugo Napoleão, do querido Estado vizinho ao Ceará, o Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Agradeço a V.Exa.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES – Portanto, nada melhor do que a síntese que esse médico cubano fez ontem em Fortaleza.

Ontem, os médicos cubanos receberam flores. Isso sinalizou o espírito de solidariedade dos cearenses com aqueles que vão ajudar a nossa população do interior.

Por isso, eu quero aqui, neste momento, firmar a posição clara da bancada do PT e dizer: nós vamos debater! Essa é uma briga boa! Essa é uma disputa boa! Nós queremos, no Governo da Presidenta Dilma, levar médico para atender as populações carentes deste imenso Brasil.

Por último, Sr. Presidente – sei que o tempo está esgotado –, hoje, nós entregamos à Presidenta Dilma proposta de decreto legislativo, com mais de 180 assinaturas, que pede a realização de plebiscito como instância prioritária para a realização da reforma política.

Foi um gesto importante, Deputado Garotinho – V.Exa. a assinou –, e de um simbolismo grande, porque agora nós podemos debater a reforma política numa dimensão que precisa, em primeiríssimo lugar, ouvir o povo brasileiro. Esse é um desejo de toda a sociedade. Por isso, Sr. Presidente, foi um momento importante.

Recebemos aqui o Presidente Nacional do PT, o Presidente Nacional do PCdoB, o Vice-Presidente Nacional do PDT. A Presidenta nos recebeu e ficou absolutamente sensibilizada com o gesto desses partidos.

Queremos angariar e congregar apoios, para que façamos desse plebiscito o momento alto do debate sobre que reforma nós precisamos fazer para alterar a estrutura do sistema eleitoral e partidário político brasileiro.

Era só, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Guimarães, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Simão Sessim, 2º Secretário, e Hugo Napoleão, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Caiado, para uma Comunicação de Liderança, pelo Democratas.

S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, fiz questão de falar de imediato.

Peço desculpas ao Deputado Simão Sessim, porque gostaria de, ainda com a presença no plenário da Câmara dos Deputados do Líder do Partido dos Trabalhadores, partido da Presidente da República, fazer-lhe uma proposta.

Quando eu disse que a OPAS é o navio negreiro do século XXI, eu reafirmo: se há preconceito contra os cubanos, é exatamente dos petistas e do Governo do PT. Sabem por quê? Porque os médicos que vêm da Europa, de Portugal, da Espanha, têm direito a vir com passaporte, a receber visto, a trazer sua família, a

abrir conta bancária, a receber um salário na íntegra, a ter o direito de ir e vir e, ao mesmo tempo, a escolher a cidade onde vão trabalhar.

Contra o cubano, o preconceito é do Governo do PT, que está trazendo o pobre coitado do cubano como escravo. É trabalho forçado. Ele recebe de salário 27 dólares! O resto volta para Cuba. Ele não tem passaporte, ele não em visto, ele não direito de trazer seus familiares, ele não tem direito de escolher a cidade onde vai trabalhar. Isso é escravidão!

Líder do PT, José Guimarães, agora aceite o meu desafio como Líder do Democratas: vamos montar aqui no Congresso Nacional um comitê de anistia política aos médicos cubanos. É o meu desafio. Desafio V.Exa. e o Governo de V.Exa.: vamos alforriá-los. Aqueles que aqui vão chegar, os 6 mil médicos, que tenham independência política e possam aceitar o Brasil como sua nova pátria, independentemente de ter que voltar sob a guarda de toda uma militância do exército cubano, que acompanha os médicos por todos os países. Esse é o nosso desafio.

Se V.Exa. fala de direito do cidadão, de independência, de saúde, eu pergunto a esta Casa: é legítimo, é digno, é honesto falarem que vão dar saúde ao povo brasileiro usando a mão de obra escrava do médico cubano? Isso é marquetagem política. Isso é o que a Venezuela fez. V.Exa. e seu Governo não estão inovando em nada. Esse é o Programa Bairro Adentro, de Chávez.

Dos 35 mil médicos que foram para a Venezuela, 2 mil já estão refugiados nos Estados Unidos. Entraram na Corte Internacional e estão hoje condenando a PDVSA, porque é uma multinacional que tem ativos fora da Venezuela, para pagar pelo trabalho escravo dos cubanos.

Fica meu desafio, Líder do PT: vamos transformar esta Casa em um território livre, para que, aos médicos que queiram sair da tutela do ditador Fidel Castro, o Governo de V.Exa. conceda alforria e dê o passaporte e a condição de trabalho que deram ao assassino e terrorista Cesare Battisti.

Nós estamos aqui defendendo a integridade moral, nós estamos defendendo o cidadão que está sendo usado pelo Governo cubano como mercadoria de troca. É escambo o que o Governo petista está fazendo! Esses pobres coitados são lançados como moeda de troca: eles trabalham na Venezuela, que paga 100 mil barris de petróleo por dia a Cuba para pagar 35 mil médicos; e nós brasileiros vamos repassar 99,9% dos salários dos médicos para o ditador Fidel Castro continuar a sua ditadura usando a mão de obra escrava dos médicos que lá são formados.

Nós temos que defender sim os médicos cubanos. Estou à frente disso. Se houve uma má interpretação ou uma ação não correta dos médicos de Fortaleza, não é essa a posição nossa. Eu, como Deputado Federal e médico que sou, vou estender a mão a todos que forem para Goiás. Vou dizer-lhes que o meu gabinete está à disposição deles, vou lutar para que sejam alforriados, vou lutar para que possam continuar no Brasil, para que amanhã não sejam como aqueles boxeadores que, depois de um telefonema de Fidel Castro, o Brasil colocou a Polícia Federal para prendê-los, e foram deportados a bordo de um avião venezuelano, desrespeitando a soberania brasileira.

Eu quero que esta Casa tenha a altivez de, nesta hora, defender a independência dos cubanos e que eles possam ter a anistia política e ser reconhecidos como cidadãos cubanos, podendo exercer a sua profissão e trabalhar no Brasil. Não vamos cair nesta demagogia. O Governo do PT não gosta da saúde. Este é o menor orçamento para a saúde do País nos últimos 10 anos. O menor orçamento para a saúde!

Nós temos, Presidente, o menor orçamento! Nós temos o menor orçamento na América do Sul. O Brasil gasta menos com saúde do que Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. O País gasta 92 bilhões de reais apenas. Só com os cartéis da JBS, do Eike Batista e do trem-bala, gasta mil vezes mais do que deveria gastar com a saúde brasileira.

Então, não venha agora mascarar, maquiar essa tese de bonzinho que está dando saúde à população brasileira. Não! O Governo do PT não gosta de investir e nunca investiu na saúde da população brasileira: não existe carreira de médico de Estado, não existem os 10% da receita corrente bruta para financiar a saúde em nosso País. Este é o Governo da farsa, da maquiagem.

E os médicos cubanos que deram entrevista no aeroporto – V.Exa. não sabe, Presidente – foram todos treinados por João Santana. Receberam aula de *marketing.* Foram preparados para, ao descerem no aeroporto – foram escolhidos alguns médicos mais idosos –, darem entrevista ao Brasil.

Agora, quanto aos outros 6 mil médicos, eu desafio o PSOL, que fala pela liberdade do cidadão, para montarmos uma tenda aqui para recebermos todos que querem ser anistiados e não voltarem deportados ou presos para Cuba. Vamos dar condição de trabalho a todos esses médicos no Brasil.

Essa é a proposta do Democratas, é o desafio ao Governo do PT.

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Caiado, o Sr. Hugo Napoleão, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a ca-

deira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Simão Sessim, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Para um registro, pelo Partido Social Democrático, concedo a palavra ao nobre Deputado Hugo Napoleão. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero referir-me, de maneira rápida, ao requerimento que o Deputado Mendonça Filho pretende apresentar de moção de apoio ao diplomata Eduardo Saboia pelos recentes acontecimentos na Bolívia.

Quero dizer que fui Ministro das Comunicações deste País. Nessa condição, acompanhei o Presidente Itamar Franco para a assinatura, em Cochabamba, de tratado sobre telefonia. Na mesma ocasião, foi assinar tratado sobre o gás o então Ministro de Minas e Energia, Deputado Federal Paulino Cícero. Pois bem, a Bolívia resolveu unilateralmente aumentar o preço do gás, como se não devesse observar o *pacta sunt servanda*, e ainda nacionalizou a PETROBRAS, e o Brasil nada fez. Nesse episódio, agora, eu não me atreveria a aprovar ninguém. Eu direi mesmo que a própria Bolívia já teve ingerência no avião do Ministro Celso Amorim, fazendo cães farejarem um avião de Deputados Federais que lá tinham ido para examinar a situação de torcedores de um time de futebol presos naquele país, e nada aconteceu, rigorosamente.

Aliás, erros se repetiram também no Equador: invadiram uma empresa particular e prenderam os diretores brasileiros e, no caso, documento do pagamento pela energia de Itaipu ao Paraguai.

Ainda a questão do Presidente Zelaya, em Honduras. Foi um absurdo, motivo de reclamação de toda a comunidade internacional, nós acolhermos um presidente que havia ferido uma cláusula pétrea e estava condenado pelos magistrados da Corte Suprema daquele país, em Tegucigalpa. Os erros vêm se repetindo em matéria internacional.

Mas eu acho que o diplomata não deveria ter usado da palavra publicamente. Eu compreendo suas razões, entendo suas motivações, mas quem fala pelo Itamaraty é o Ministro das Relações Exteriores ou o seu porta-voz. Compreendo, também, a Presidente Dilma Rousseff, porque igualmente sofreu no passado. E eu posso dizer isso porque fui advogado de preso político. Então, eu tenho autossuficiência para dizer. Mas eu acho que todos erraram ao falar, ao se manifestar sobre esse caso que, na essência, é triste.

Eu sugeriria, realmente, não aprovar esse requerimento, mas o levarei ao seio do meu partido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Nós é que agradecemos a V.Exa., Deputado Hugo Napoleão, experiente e competente Parlamentar. Na diplomacia, por onde passou, brilhou.

Antes de convidar o Líder Rubens Bueno à tribuna, vou conceder a palavra por 1 minuto ao Deputado Raul Henry para um registro.

O SR. RAUL HENRY (PMDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero fazer aqui uma declaração, em nome do meu partido, o PMDB, de apoio e de solidariedade ao Prefeito Júlio Lóssio, de Petrolina, que ontem foi atingido de forma injusta por uma decisão do TRE de Pernambuco, que o cassou sob a alegação de abuso de poder político. O que o Prefeito Júlio Lóssio fez foi legalizar títulos de terra, em 2012, cujo processo burocrático havia começado em 2010. O Prefeito Júlio Lóssio é um exemplo de homem público. Tem um belíssimo trabalho na educação, sobretudo na educação infantil, e foi vitimado por uma decisão equivocada e injusta do TRE de Pernambuco.

Portanto, nós queremos deixar aqui o claro apoio da direção nacional do PMDB e da direção estadual do PMDB de Pernambuco ao Prefeito Júlio Lóssio.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria fazer minhas as palavras do Deputado Raul Henry. Eu conheço o trabalho maravilhoso do Prefeito Júlio Lóssio em Petrolina. Tive oportunidade de estar lá para debater as políticas de primeira infância. Certamente, é uma das cidades do Brasil mais avançadas em políticas públicas, em políticas voltadas para o início da vida. Há mais de cem pequenas creches que atendem à quase totalidade das crianças. É um Município que tem políticas sociais avançadas e que se desenvolve.

Realmente, eu fico muito triste com esse fato. Em função de questões que não desabonam sua conduta, corre sério risco um mandato modelo, que tem prestado relevantes serviços para o País.

Então, quero manifestar minha solidariedade ao Prefeito Júlio Lóssio e fazer minhas as palavras do Deputado Raul Henry.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS, ao Deputado Rubens Bueno. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vendo hoje a notícia do apagão do Nordeste brasileiro. As principais cidades, a começar pelas capitais, vivem um apagão de energia elétrica. Não é a primeira, a segunda, a décima ou a vigésima vez. Novamente há um apagão elétrico no Brasil.

E não é só o apagão elétrico do Nordeste, é o apagão da saúde, que levou, por várias vezes, o Governo a votar contra e a vetar as decisões tomadas pelo Congresso para destinar mais recursos para a saúde. Não foi diferente no Governo Dilma nem no Governo Lula. Como também não foi diferente no campo da educação. Daí o apagão da educação. O Congresso Nacional aprova recursos para saúde, a Presidente veta a proposta e a devolve ao Congresso para engavetá-lo sob o patrocínio da base do Governo, que não permite que aqui se deliberem os vetos presidenciais.

Assim tem sido de apagão em apagão. Vivemos o apagão da PETROBRAS. A empresa, num espetáculo de gestão, está sendo quebrada, destruída. É o aparelhamento puro e simples da PETROBRAS.

Nós temos a ELETROBRAS, que, no ano passado, deu um prejuízo de 6 bilhões e 800 milhões de reais. Esse é o apagão da gestão, do Governo do PT.

Quando estamos discutindo agora esse episódio do senador boliviano, estamos discutindo o apagão da diplomacia brasileira! É querer patrulhar, é querer aparelhar a diplomacia brasileira! É carreira de Estado, não é para um governo ou para o governo seguinte, é para o Estado brasileiro, que tem começo, meio e fim!

Nós estamos vendo, com esse aparelhamento, o País, na gestão petista, ficar devendo para a ética. No caso do mensalão, os recursos estão sendo julgados agora no Supremo Tribunal Federal.

Nós estamos vendo o apagão moral. Vivemos sob o império da corrupção. São denúncias todos os dias, a todo o momento, em vários setores do Governo – na área da saúde, da educação, e agora na área da agricultura. E assim sucessivamente!

E não é só isso: estamos vendo o apagão da infraestrutura. A cada dia, são dificuldades e gargalos, congestionamentos nas médias e grandes cidades. Há também o apagão do discurso petista. Diziam que não se poderia jamais, no Brasil, haver concessão ou terceirização nos diversos setores. Nós estamos vendo portos, aeroportos, estradas brasileiras, todos sendo entregues para a iniciativa privada por incompetência do Governo do PT!

Esse apagão de caráter geral é que enseja agora o episódio desse convênio previamente planejado para que médicos de Cuba e de outros países... Venham de onde vier, serão sempre bem-vindos no Brasil. Mas nós não podemos importar das ditaduras aquilo que elas têm de pior: a restrição ao direito de liberdade. Eles vêm para cá trabalhar, mas suas famílias são mantidas lá. E o Governo brasileiro não lhes dá o tratamento que a legislação brasileira garante aos estrangeiros de vir e, se for preciso, receber asilo político. Não é o caso desses médicos, que estão proibidos, pelo convênio feito com o governo cubano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, defendemos que os estrangeiros venham para cá trabalhar em qualquer área, seja na educação ou saúde, ajudar o País. Se porventura for este o seu caminho, o seu destino, que sejam novos brasileiros, como já ocorreu no passado. Mas não podemos importar os ditames de uma ditadura que não é exemplo para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Concedo a palavra, pelo tempo de 1 minuto, ao Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assistimos hoje a mais um apagão nos Estados nordestinos. Oito Estados estão em situação caótica, sem sinalização urbana, sem o metrô. Mais uma vez assistimos à incompetência do atual Governo.

A Presidenta Dilma, que já foi Ministra de Minas e Energia e Chefe da Casa Civil, durante todo esse período conseguiu destruir a PETROBRAS. Hoje a PETROBRAS, que antes era motivo de orgulho para todos nós, é um caso de polícia. O setor sucroalcooleiro encontra-se em crise completa. O setor energético foi todo desmontado e as empresas experimentam graves prejuízos, inclusive a ELETROBRAS.

É essa a herança do Governo do PT, a herança do desmantelamento também do setor energético no País, que já atravessou uma fase de grande desenvolvimento e que hoje se encontra sem saída, graças a essa gestão do PT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Washington Reis. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. WASHINGTON REIS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa vinda na tribuna nesta tarde de hoje é para agradecer ao Governador Sérgio Cabral.

Eu tive o privilégio, na segunda-feira, de um encontro no Palácio Guanabara. Nós ali acabamos por sacramentar um sonho tão importante da população da Baixada Fluminense, posso dizer da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas muito especial, Sr. Presidente, da população da nossa querida Duque de Caxias.

Só na cidade de Duque de Caxias, o Governador licitou mais de 100 quilômetros de obras, pavimentação, drenagem, calçadas, arborização, humanizando ali o pouco que falta, Sr. Presidente, nos bairros de Nova Campinas, Parque Paulista, Capivari, Chácaras

Rio-Petrópolis, Amapá, Xerém, Santa Cruz da Serra, Bairro Morabi.

Uma ocupação antigamente chamada de Sem Terra agora vai virar um bairro. O programa chama-se Bairro Novo. É uma transformação, Sr. Presidente.

Fico muito feliz em participar desta parceria política com o Governador Sérgio Cabral há 20 anos. Tive o privilégio de ser Deputado Estadual junto com S.Exa., que presidiu a Assembleia Legislativa, além de ter sido Senador, enquanto eu era Prefeito da cidade de Duque de Caxias.

Devo dizer que o Programa Bairro Novo não se resume só à cidade de Duque de Caxias: são quase mil quilômetros de obras de pavimentação e drenagem em toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, atendendo também a Niterói, São Gonçalo, Magé, Itaboraí, Tanguá, enfim, os diversos bairros do outro lado da baía.

Sr. Presidente, quero deixar registrado nos Anais desta Casa que sempre faço um desafio, no nosso Estado, indagando se alguém ou algum governo realizou um volume de obras maior e de qualidade igual ao realizado pelo nosso querido Governador Sérgio Cabral.

Assim, fica registrada nos Anais desta Casa, nesta quarta-feira, nesta tarde e noite de hoje, a vitória do povo da nossa querida Baixada Fluminense, a vitória do povo de Duque de Caxias!

O Sr. Simão Sessim, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Amauri Teixeira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra o Deputado Simão Sessim, pelo tempo regimental.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de aproveitar o discurso do Deputado Washington Reis e testemunhar tudo o que foi dito por ele. A Baixada realmente ganha um *show* de obras do Governo Sérgio Cabral. Eu posso falar das obras do Arco Rodoviário na Baixada Fluminense, eu posso falar do asfalto na porta, eu posso falar de várias obras Mas, Sr. Presidente, quero fazer também outro registro. Quero manifestar os meus sinceros agradecimentos ao povo de São João de Meriti, lá na minha querida Baixada Fluminense, pela manifestação de carinho a mim dispensada, por ocasião dos festejos do 66º aniversário de emancipação político-administrativa da cidade.

Emocionou-me sobremaneira, Sr. Presidente, a homenagem inesquecível que me prestou o grande amigo e Vereador Amilton Machado Domingos, o Miltinho, ao conceder-me o honroso título de Cidadão Honorário Marinheiro João Cândido, durante a bela e concorrida solenidade, a sessão solene presidida pelo Vereador Joel Rodrigues, na Câmara Municipal daquela cidade que tanto prezo.

Lá estavam autoridades das três esferas de Governo, lá estavam empresários, comerciantes, moradores da cidade, inclusive vários amigos, como nosso companheiro nesta Casa, o nobre Deputado Marcelo Matos; também o nosso ex-colega neste Parlamento, hoje Secretário Estadual de Transporte, Julio Lopes; os Deputados Estaduais Iranildo Campos e Jorge Moreira, o Dica; a Meritíssima Juíza Dra. Cláudia Maria Mota, além de inúmeros outros homenageados.

Confesso que fiquei honrado com a homenagem recebida, cujo título é dedicado a um homem do povo que viveu e morreu em São João de Meriti e lutou bravamente por este País, como militar e como cidadão, denunciando a opressão de qualquer natureza, a ponto de liderar a histórica Revolta da Chibata, numa manifestação de repúdio aos maus tratos praticados, até então, pela Marinha brasileira.

Sr. Presidente, falo do homem João Cândido, que entrou para a história do Brasil como o Almirante Negro.

Confesso que não teria palavras suficientes para agradecer ao Vereador Amilton Machado Domingos e ao povo de São João de Meriti pelas manifestações de carinho, mas tenho, sim, o sentimento de gratidão eterna, que poderei demonstrar por meio do meu compromisso de homem público de continuar lutando, com todas as minhas forças, por justiça social – não só em benefício dos meritienses, mas também em nome do bem-estar e da dignidade de toda a população da Baixada Fluminense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Tem a palavra o Deputado Newton Lima.

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, em primeiro lugar, como Deputado e educador, quero saudar a Presidenta Dilma, porque amanhã, em Campinas, participarei da formatura de 1.600 alunos do PRONATEC, programa espetacular de educação profissional do nosso Governo que está dando oportunidades para a nossa juventude e respondendo a um clamor da indústria nacional, que precisa de mão de obra qualificada.

Em segundo lugar, Sr. Presidente e demais colegas Parlamentares, neste momento, quero manifestar o meu orgulho, a minha satisfação e a minha alegria de ter participado da solenidade política que tivemos hoje pela manhã no Salão Verde, quando os quatro Líderes – o do Partido dos Trabalhadores, meu partido, o do PCdoB, o do PSB e o do PDT – conseguimos

dizer à Nação que, com mais de 180 assinaturas de colegas Parlamentares, a proposta do plebiscito vai tramitar nesta Casa.

Enganaram-se aqueles que, quando a Presidenta Dilma, absolutamente sintonizada com o clamor das manifestações de junho, com aquela energia, propôs ao Congresso Nacional o plebiscito, decretaram a sua derrota, como ouvimos de Parlamentares de oposição e a grande imprensa. Pois bem, com o ato de hoje, com a presença dos Presidentes dos partidos e com mais de 180 assinaturas, dentro do Regimento desta Casa, começará a tramitar o projeto de decreto legislativo que vai ao encontro de uma manifestação popular organizada pela CNBB, OAB, UNE, entre outras entidades que pedem modificações fundamentais na legislação já para as eleições de 2014, com o fim do financiamento empresarial das campanhas. Fico muito feliz em poder ver isso.

Tenho certeza de que 1 milhão e 600 mil assinaturas que estão sendo coletadas – e chamo atenção para que a sociedade venha aderir a esse projeto de iniciativa popular encabeçado pela OAB – servirão para que façamos uma reforma política eleitoral que valha para as eleições de 2014, como quer a maioria dos brasileiros. O IBOPE mostrou que cerca de 84% querem a reforma política já para as eleições do ano que vem, com o fim do financiamento empresarial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Amauri Teixeira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Simão Sessim, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino, que dispõe de 3 minutos.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, em conjunto com o Deputado Luiz Alberto, apresentei à Comissão de Minas e Energia requerimento que propõe convite à Presidenta da PETROBRAS, Graça Foster, para vir a esta Casa falar sobre a situação da empresa, a situação do caixa da empresa, a situação dos investimentos da empresa no Brasil inteiro, particularmente os investimentos na Bahia.

Eu, que tenho profunda ligação com o movimento sindical, Sr. Presidente, estou muito preocupado, porque o quadro que tenho visto no meu Estado é de diminuição dos investimentos da empresa. Sei que a prioridade hoje é a camada do pré-sal, mas os investimentos em terra são importantes. São blocos que a PETROBRAS tem. A empresa precisa levar adiante as atividades de estudos sísmicos e de prospecção. Tenho visto muitas empresas reduzirem suas atividades, com demissão de trabalhadores, e tenho visto muitas empresas quebrando na PETROBRAS também.

Por isso, é mais do que oportuno que S.Sa. venha a esta Casa para que possamos ter um diálogo franco, para que S.Sa. possa fazer um relato sobre a situação da empresa e principalmente sobre as prioridades de investimento, inclusive no meu Estado, a Bahia.

Tenho informações de que as contratações estão demorando 8 meses para serem efetivadas, que tem havido muitos problemas na administração dos contratos e que empresas importantes, tradicionais no mercado, estão em dificuldades de levar adiante esses contratos e estão quebrando, gerando demissão de centenas de milhares de trabalhadores, inclusive no Estado da Bahia. Espero que muito em breve a Presidenta Graça Foster venha a esta Casa, para que possamos dialogar sobre essa questão.

Quero deixar desta tribuna registrada também a minha posição contrária ao PL 4.330, o chamado PL da Terceirização.

É inadmissível, é inaceitável que se prejudique uma figura tão importante, uma figura da solidariedade. Quando uma empresa que intermedeia a mão de obra quebra e não tem condições de pagar aos trabalhadores, não só ela responde pelos créditos trabalhistas, como também a empresa que contrata esse serviço terceirizado, numa realização de solidariedade. O trabalhador pode e tem a prerrogativa de reclamar contra os dois entes, para garantir os seus direitos de terceirização em atividades fins, a terceirização de algumas áreas do serviço público.

Portanto, esse projeto tem a oposição das Centrais Sindicais do movimento sindical. Eu, que sou advogado de sindicato, há muitos anos, quero aqui manifestar a minha oposição. Vou defender com a bancada do PT que se posicione contra esse projeto e vou trabalhar para a sua rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Benedita da Silva. S.Exa. dispõe de 1 minuto. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Fernando Ferro. S.Exa. dispõe de 1 minuto. *(Pausa.)*

O SR. EDINHO BEZ – Então, sou eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Com a palavra o Deputado Amauri Teixeira. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está havendo uma discussão aqui em relação ao Embaixador da Bolívia. Nós fomos à Bolívia, o Deputado Ivan Valente,

outros Parlamentares e o Deputado Cláudio Puty, e não havia prisão para esse Senador. Ele fez da Embaixada brasileira seu escritório político.

O que se fez aí, a Presidenta Dilma está certa. Um funcionário do Itamaraty fez o papel de Chefe de Estado. Pela Constituição, quem concede asilo político é Chefe de Estado. Trazer o estrangeiro para território brasileiro, dizendo que deu asilo, é quebrar todas as regras da diplomacia.

Cabe apuração e cabe punição, porque isso é quebra de função e de hierarquia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ferro, por 1 minuto.

Antes, para orientar o Plenário, informo que o Líder Nilson Leitão já pediu para falar como Líder. Ele é Líder da Minoria e me permitiu que chamasse alguns Parlamentares por 1 minuto.

Com a palavra Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a euforia que alguns Deputados da Oposição aqui expressaram com o blecaute que ocorreu no Nordeste revela, primeiro, um desconhecimento, um ataque à política energética do Governo.

De fato, houve um incidente numa linha de transmissão de 500 quilowatts de uma empresa privada, na interligação com a ELETRONORTE, que afetou o suprimento de energia do Nordeste. Algumas cidades, como Recife, ficaram 40 minutos sem energia; outros locais, até 3 horas, mas o sistema já foi recomposto.

É claro que um blecaute nunca deve ser bem aceito, mas foi um incidente que vai ser explicado pelo ONS. Não há motivo para tanta euforia e para tanta comemoração. Isso é um episódio natural que acontece nos sistemas elétricos de qualquer país do mundo.

Portanto, menos euforia e mais atenção, porque são falhas técnicas possíveis de ocorrer em qualquer sistema do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Meus colegas Parlamentares, uso a palavra nesta oportunidade para prestar a minha homenagem aos 58 anos de trabalho pela educação da Escola Técnica de Comércio de Tubarão, Santa Catarina. Lembro aos meus pares que estudei e me formei nessa conceituada escola. Devo muito do meu aprendizado àquela escola, que me orientou e me ensinou, e à qual sou muito grato.

Com a finalidade de preencher uma lacuna existente de curso médio que viesse a atender estudantes de poucos recursos financeiros, foi fundada, em 22 de agosto de 1955, a Escola Técnica de Comércio de Tubarão.

Naquele período, a cidade de Tubarão se ressentia da falta de um estabelecimento de ensino que fosse além do curso ginasial. Existia apenas o Curso Normal do Colégio São José, que até hoje está lá funcionando, mas apenas para formação de moças para o Magistério.

A Escola Técnica de Comércio de Tubarão é uma história de plena evolução. Além da importante parceria com o Sistema Positivo de Ensino, que oferece as melhores ferramentas e tecnologias para a educação, desde o ensino infantil até o terceirão, a Escola Técnica de Comércio de Tubarão possui todas as suas salas climatizadas e disponibiliza a lousa interativa.

A ETCT tem como marca em sua trajetória o grande apoio às atividades esportivas, sendo destaque em várias modalidades e representando Tubarão em diversas competições por Santa Catarina. A Escola Técnica de Comércio de Tubarão também oferece diversas atividades extracurriculares aos seus alunos e disponibiliza atividades esportivas aos pais no ginásio da escola.

A Escola Técnica de Comércio de Tubarão tem sua história marcada pelo pioneirismo de seus fundadores, que, com visão de futuro, criaram uma escola modelo que é exemplo até hoje e continua sempre buscando sua evolução, oferecendo educação de qualidade.

A Escola Técnica de Comércio de Tubarão iniciou suas atividades no Grupo Escolar Hercílio Luz, onde estudei, com cursos de Técnico em Contabilidade (equivalente ao ensino médio) e Básico (equivalente ao fundamental). As aulas eram no período noturno.

A escola foi criada atendendo aos anseios da comunidade. Um grupo de pessoas lideradas pelo professor e contador José Virgolino dos Santos *(in memoriam)* constituiu a primeira congregação que fundaria a Escola Técnica de Comércio de Tubarão, no dia 22 de agosto de 1955, iniciando seu primeiro ano letivo em 1956. A congregação, formada por 10 pessoas, continua sendo a mantenedora da ETCT.

O pioneirismo da Escola Técnica de Comércio de Tubarão se irradiou por todo o sul catarinense. A semente do ensino superior em Tubarão também foi consequência da existência da ETCT. A Escola Técnica foi o embrião das primeiras faculdades em Tubarão, gerando o Instituto Municipal de Ensino Superior, que mais tarde se transformaria na FESSC e posteriormente na UNISUL, sendo uma das maiores universidades do Brasil.

Em 1976, a ETCT inaugurou sua sede própria à Rua Padre Bernardo Freuser, onde está até hoje. Em 1979, inaugurou a quadra esportiva, para a qual

liberei recursos através de emenda deste Deputado para reforma e ampliação no valor de 85 mil reais, em 2008, e em 1981 concluiu o terceiro prédio, destinado ao ensino fundamental e auditório.

Lembro que, através deste Deputado, foram liberados inúmeros computadores, para a criação de um centro tecnológico no valor de 50 mil reais, objetivando levar o conhecimento aos alunos da importância da era tecnológica.

Parabenizo o trabalho que vem sendo desenvolvido, em nome do Diretor Geral, Santos Inésio Magri, Lyrio Burigo Bez, extensivo aos demais diretores, professores, colaboradores, servidores, entre outros que tanto ajudaram na educação de milhares de alunos, como eu, norteando-os para a vida. Cumprimento ainda os que contribuem de forma direta e indireta para o crescimento dessa escola.

Tenho orgulho de dizer que estudei nessa instituição de ensino, que jamais deixou a desejar, pelo profissionalismo, dedicação de todos, em especial da administração, que, além da competência, faz com amor.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Deputado Francisco Chagas, V.Exa. tem a palavra.

O SR. FRANCISCO CHAGAS (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dar como lido pronunciamento de minha autoria que trata das comemorações de 30 anos da Central Única dos Trabalhadores, que estão sendo realizadas em todo o Brasil.

Peço que V.Exa. acolha o meu pronunciamento e lhe dê publicidade em todos os veículos de comunicação e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – V.Exa. será atendido, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito esta oportunidade para parabenizar e registrar nos Anais da Câmara do Deputados os 30 anos de fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores, que neste mês de agosto vêm sendo comemorados por todo o País com o *slogan*: *30 anos transformando o Brasil.*

A CUT esteve sempre presente nos mais importantes movimentos de transformação do Brasil, como: luta no enfrentamento à ditadura militar, campanha das Diretas Já, no processo constituinte que elaborou a Constituição Cidadã de 1988, no movimento pela anistia, no processo eleitoral que culminou com a eleição de um metalúrgico para Presidente da República.

Fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), a CUT nasce com o princípio de defender a liberdade e autonomia sindical e com o entendimento e compromisso de que os trabalhadores e trabalhadoras têm o direito de decidir livremente sobre sua forma de organização.

Fundada, ainda, no período em que o País vivia sobre a ditadura de um regime militar, caracterizado pela repressão, ausência de democracia, perseguição política, censura, tortura e morte de companheiros, como Virgílio Gomes da Silva, operário e dirigente sindical da minha categoria, morto sob tortura em 1969, a CUT se junta a outros movimentos políticos e culturais, protagonizando o chamado "novo sindicalismo", a partir da retomada do processo de mobilização da classe trabalhadora, fundamental na luta pela redemocratização do País, e contrapondo-se ao sindicalismo oficial corporativo, há muito estagnado.

Com representação em todos os Estados e no Distrito Federal, através das CUTs Estaduais, a Central Única dos Trabalhadores consolida-se nestes seus 30 anos de lutas como a maior central sindical do Brasil e da América Latina, e a 5ª maior do mundo, com mais de 3.400 entidades filiadas.

Quando comemoramos esses 30 anos de muitas lutas, perdas e conquistas, temos também que ressaltar o aprendizado adquirido neste período e olhar para o futuro sem perder o protagonismo por um País mais justo, democrático, com maior distribuição de renda, mais saúde, mais educação, com igualdade social como marca de um legado.

Iniciei minha trajetória política no movimento sindical, pertenço à categoria dos químicos de São Paulo, antes de representar o povo paulistano por três mandatos na Câmara Municipal, e hoje neste Parlamento. Sou militante sindical e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas, Farmacêuticas e Plásticas de São Paulo, o qual foi reunificado a partir de 1993, depois de décadas de intervenção.

Nós, Congressistas, temos o dever de debater e votar os projetos que tramitam nesta Casa e que são reivindicações antigas da classe trabalhadora, como, por exemplo, 40 horas semanais sem redução salarial, o fim do fator previdenciário, dentre outros.

Portanto, Sr. Presidente, não poderia nesta data, fundamental para a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, deixar de fazer desta tribuna minha homenagem à CUT, na pessoa do seu Presidente Nacional, Vagner Freitas, e do Adir Santos, Presidente da CUT no Estado de São Paulo, e a todos seus filiados pela luta que vem desempenhando nestas três décadas de sua existência, sempre voltada para melhoria da vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Era que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Deputada Benedita da Silva, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de ocupar esta tribuna, pois já fiz aqui um pronunciamento apoiando a vinda dos médicos e de outros profissionais de saúde estrangeiros e brasileiros que estudaram no exterior. No entanto, me deparo com o fato de que esses profissionais foram hostilizados em Fortaleza. Eles foram, sem dúvida nenhuma, recebidos com uma manifestação racista. E eu garanto isso, porque essa cena me lembrou da foto de uma estudante que, nos Estados Unidos, foi para uma escola destinada a todas as raças, mas foi necessário policiamento para que a aluna pudesse entrar na sala de aula. Foi isso o que nós vimos acontecer em Fortaleza.

No Brasil, não cabe mais isso. Nós temos uma jornalista que diz que elas não tinham boa aparência, as trabalhadoras cubanas, que elas não pareciam médicas. E boa aparência está ligada à raça! Eu sei muito bem o que é isso. Boa aparência está ligada a uma pessoa bem-sucedida, a uma pessoa branca, a uma pessoa rica neste País. E não me cabe ficar calada nesta Casa, porque aqui temos defendido a liberdade, o direito de ir e vir e de falar de todas as pessoas!

Que venham, com aparência ou sem aparência, para o Brasil, porque Mais Médicos é um grande programa, que vai proporcionar mais médicos, principalmente, às famílias negras, que são a maioria e que estão precisando.

Sr. Presidente, portanto, eu quero, na íntegra, que meu pronunciamento seja registrado e divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – V.Exa. será atendida, Deputada Benedita.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há algumas semanas fiz aqui um pronunciamento em apoio à vinda de médicos e de outros profissionais de saúde estrangeiros para o Brasil, como forma de suprir nossa necessidade nos hospitais e unidades de saúde do interior. Fiz questão de ressaltar que o programa Mais Médicos não vai prejudicar nenhum profissional brasileiro, porque vai oferecer posições e postos onde os profissionais brasileiros não aceitam ou não optaram por trabalhar. O Brasil tem um baixo número de médicos em relação a sua população, e todos os esforços dos governos em prover saúde pública de qualidade necessitam resolver essa questão das cidades e regiões onde temos carência, algumas delas com equipamentos com condições de atendimento, mas sem médicos. Em 700 Municípios, 11 milhões de brasileiros não têm nem um médico. A maioria, em cidades do Norte e Nordeste, com baixo índice de desenvolvimento humano, precisa da presença deles para salvar vidas.

A vinda de profissionais estrangeiros para suprir demanda interna é rotina na maioria dos países ricos. Milhares de brasileiros – médicos, dentistas, engenheiros – estão empregados em projetos em todo o mundo, onde são bem recebidos e tratados.

No entanto, esta semana nos surpreendeu a recepção aos médicos cubanos, em Fortaleza, que foram hostilizados e vaiados por jovens médicos brasileiros. Essa cena em muito me lembrou uma outra foto em preto e branco, de 1957, registrada em Little Rock, Estados Unidos, quando a estudante Elizabeth Eckford, chegou para o seu primeiro dia de aula numa escola sem separação racial. Precisou de reforço policial para conseguir entrar e também foi recebida por um cordão de estudantes que gritavam e protestavam contra sua presença. Achar que essa manifestação contra os médicos cubanos não carrega um forte componente racista é desconhecer a realidade das ruas e das redes sociais, onde a cada dia surgem novas piadas, ilustrações, fotos e até comentários. Ontem uma jornalista disse que as médicas cubanas pareciam empregadas domésticas e que *"médico, geralmente, tem postura, tem cara de médico, se impõe a partir da aparência"*. Anos e anos lutando contra o preconceito, e nos deparamos ainda com observações como essas.

A palavra "aparência" é companheira do racismo há décadas. Antes até como requisito em anúncio de jornal, hoje em comentários como esse, carregado de preconceito e ignorância. Enquanto milhares de brasileiros pobres – e negros – estão sofrendo nas filas por falta de médicos, esses defensores corporativos e que só pensam em uma carreira de lucro insistem em argumentos xenofóbicos e agressivos.

Queremos que o Brasil inclua, que as pessoas tenham atendimento médico – não importa se o médico é cubano, espanhol ou português. Profissionais estrangeiros, especialmente os que vieram para trabalhar em áreas remotas, onde os nossos não desejam trabalhar, merecem respeito. Não podemos agora repetir aqui no Brasil cenas que décadas atrás denunciávamos em outros países, onde o racismo e a xenofobia cegavam as pessoas. Essa não pode ser a nossa postura.

Os interesses de uma corporação, de um sindicato, de uma categoria não podem estar acima dos interesses de toda a sociedade e de um país. Tenho certeza de que os médicos e profissionais de saúde

que nos ajudaram a construir aquela Constituição Federal em 1988, que conseguiram incluir a saúde como um direito do cidadão, estão envergonhados com essa atitude hostil de alguns colegas. Os que estiveram na luta por um sistema único de qualidade, os que lutam por um SUS que atenda a todos os brasileiros não podem compactuar com essa campanha insana que tenta atacar profissionais de alguns países, que, embora pequenos e sem recursos, veem a medicina com um olhar social que muitos de nós ainda não alcançamos.

Essa reação corporativista não é somente contra os médicos cubanos, mas também contra a criação de novas faculdades de Medicina, tentando desqualificar as iniciativas do Governo para criar novos cursos, principalmente fora do eixo Sudeste-Sul, onde está a maioria.

Que venham os médicos cubanos, que o Brasil consiga levar a todo o País a assistência médica, seus programas de saúde e a atenção e o carinho que todos merecem!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Eu vou encerrar a sessão às 19 horas.

Concedo a palavra ao Deputado Armando Vergílio, que aguarda há muito tempo, e, em seguida, o Deputado Nilson Leitão, que falará por até 7 minutos.

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (PSD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de que meu pronunciamento ficasse consignado nos Anais desta Casa e que também fosse divulgado pelos meios de comunicação.

Quero aqui manifestar a minha concordância total com o despacho do Ministro Marco Aurélio de Mello, no Inquérito nº 3.721, que está em curso no âmbito do excelso Supremo Tribunal Federal.

Há uma questão que já vem se arrastando há muito tempo, e é extremamente importante que a sociedade brasileira tome conhecimento. Diz respeito ao setor de seguros e ao custo de apólice. É necessário – e eu concordo – que seja feita uma investigação profunda sobre esse tema pelo Ministério Público Federal. Gostaria que essa investigação fosse a fundo sobre o que está acontecendo, porque há milhares de brasileiros consumidores e segurados que estão sendo prejudicados.

Dou como lido na íntegra este pronunciamento.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 12 de agosto de 2013, o Ministro Marco Aurélio Mello, do excelso Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu o r. despacho no Inquérito nº 3.721, atendendo solicitação da douta Procuradoria Geral da República – Ministério Público Federal, nos autos do Procedimento Administrativo MPF/PGR nº 1.00.000.009857/2013-62, e autorizando a realização de diligências *"visando a formalização de inquérito em razão da existência de indícios da suposta prática de crime contra a administração pública".*

Esse fato, por sua natureza, já era aguardado e esperado, e não causou surpresa, até mesmo porque diz respeito a acontecimentos de 2012, resultado de uma tendenciosa e suspeita comissão de sindicância, cuja conclusão foi encaminhada ao douto Ministério Público por um Procurador da SUSEP.

Este encaminhamento foi feito de forma irresponsável e intempestiva, uma vez que, posteriormente, outra comissão constituída pela própria SUSEP**,** mas integrada por pessoas de fora do quadro da autarquia (portanto, isentas), de maneira clara e contundente, concluiu, agora em abril de 2013, que não houve qualquer irregularidade ou ilegalidade quanto a todos os atos praticados naquela ocasião.

No entanto, é sabido também que pessoas do quadro interno da SUSEP, para alcançarem seus objetivos nada éticos ou morais, tinham que criar um fato forte e midiático. Fizeram, então, propositadamente, vazar esses documentos produzidos, e remeteram, em formato de denúncia (caluniosa), a veículos e pessoas da imprensa do RJ e DF.

Infelizmente**,** por razões que não cabem serem abordadas aqui e agora, mas que são absolutamente "estranhas e tendenciosas", alguns poucos desses veículos acabaram encampando o assunto, sem obviamente, no mínimo, investigar ou averiguar detidamente e adequadamente, com a isenção necessária, optando pelo caminho mais fácil do "denuncismo".

Como matéria de fundo, o douto Ministério Público Federal, em síntese, visa a apurar se houve ou não qualquer benefício ilícito ao Deputado, assim como aos quase 73 mil corretores de seguros, na questão do aumento do valor da cobrança do custo de apólice, faturas e endossos, por sociedades seguradoras.

Em que pese a matéria encontrar-se plenamente resolvida administrativamente no âmbito da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), nas decisões proferidas nas comissões de sindicâncias, com consequentes comunicações posteriores e recentes ao douto Ministério Público Federal do RJ, ainda assim, o Parquet do DF está prosseguindo na apuração dos fatos, realizando, dessa forma, a sua função institucional e finalística.

Para total esclarecimento à sociedade em geral de todos os fatos que envolvem a questão da cobrança do custo de apólice, faturas e endossos, entendo, fran-

camente, ser altamente positivo que tudo seja devida e amplamente investigado e apurado, em sua extensão máxima, agora na esfera do Ministério Público Federal, via autorização judicial.

Essa matéria, já bastante sabida por todos, foi exaustivamente explorada e requentada por veículos de imprensa, e foi por mim esclarecida e divulgada, em várias ocasiões: a propalada atualização do custo de emissão de apólice, faturas e endossos, cujo valor de R$60,00 (sessenta reais) estava congelado há mais de 12 (doze) anos, tendo sido reajustado para R$100,00 (cem reais), valor que, diga-se de passagem, é bem inferior à inflação acumulada do período, por intermédio da Circular SUSEP nº 401, de 25 de fevereiro de 2010, mediante decisão unânime de votos do Conselho Diretor da SUSEP. Veja-se que o referido reajuste, embora legal, não foi autorizado por mim, mas sim por um colegiado; aliás, registre-se, eu sequer votei nesta decisão.

Restou pacificado, no ambiente regulatório fiscalizatório – CNSP e SUSEP –, que a cobrança de emissão de custo de apólice, faturas e endossos era e é legal**,** está perfeitamente documentada e já era realizada desde décadas passadas, tendo o Conselho Nacional de Seguros (CNSP), em 1974, avocado para si a regulamentação da matéria e a fixação de seu valor.

Mais tarde, o CNSP delegou à SUSEP a incumbência de fixar o valor a ser cobrado a título de emissão de custo de apólice, faturas e endossos, o que respalda, destarte, a medida do Conselho Diretor da SUSEP, que simplesmente autorizou a majoração do valor em fevereiro de 2010, repetindo, depois de 12 anos de congelamento desse valor.

Se isso não ocorreu efetivamente, nenhuma culpa poderia caber aos membros do Conselho Diretor da SUSEP, que, naquela oportunidade, diante das manifestações dos responsáveis técnicos competentes, proferidas nos autos do processo respectivo, deferiu a postulação da Federação Nacional das Seguradoras (FENSEG), até porque se buscava, naquela oportunidade, simplesmente a atualização de valor, congelado, como já foi dito, ao longo de 12 (doze) anos.

E se a FENSEG, por liberalidade e por reconhecer que boa parte do trabalho e dos custos que envolviam os serviços e as despesas iniciais de contração, em razão do custo de apólice, eram feitas, suportadas e realizadas pelos corretores de seguros, assim reconheceu a legitimidade de remunerar/reembolsar os corretores de seguros em 20% (vinte por cento) da cobrança da emissão de custo de apólice, faturas e endossos. Trata-se de matéria eminentemente negocial, inexistindo qualquer vinculação com a decisão proferida pelo Conselho Diretor da SUSEP.

Contudo, o que deve ser ressaltado é que as sociedades seguradoras, ao longo do tempo, transferiram parte de seus trabalhos e, por conseguinte, dos custos iniciais de contratação aos corretores de seguros, aqueles que antecedem a contratação do seguro, onerando-os adicionalmente nesse particular.

Mas, prosseguindo, a provocação desse assunto, invocando a suposta ilegalidade da cobrança de emissão de custo de apólice, faturas e endossos, feita de forma completamente extemporânea e de forma estranha (porque só foi feita quase 2 anos depois de entrar em vigor), se deu após a edição da Circular SUSEP nº 401, de 25 de fevereiro de 2010, por apenas um Procurador Federal lotado na autarquia, Guilherme Baldan Cabral dos Santos, que não teve o propósito de pretender discutir o tema no âmbito interno da SUSEP, mas, sim, o de simplesmente, sem qualquer motivo aparente, atacar, única e deliberadamente, somente a imagem e pessoa deste Deputado, destituído de quaisquer provas materiais. Registre-se, também, que o referido Procurador, quando fez o citado questionamento, havia acabado de ter seu nome rejeitado para assumir o comando da SUSEP, uma vez que o mesmo não foi aceito porque tinha seu nome envolvido em diversas irregularidades, inclusive algumas envolvendo grandes massas falidas em liquidação.

Aliás, por discordar da forma como fui tratado, tanto pelo dito Procurador Federal quanto pelos membros da Comissão de Sindicância, propus as ações cabíveis perante o nobre Poder Judiciário, as quais estão em curso.

Retomando, jamais, em tempo algum, eu poderia ser beneficiado nessa questão, porque, durante minha gestão no comando da SUSEP, estive com meu registro profissional suspenso e, devido às minhas atividades como Parlamentar, já há muito tempo, mesmo antes de ingressar na SUSEP, pois não mais realizei operações de seguros, na condição de corretor de seguros, pessoa natural...

Quanto às doações que recebi para a minha campanha eleitoral, todas, sem nenhuma exceção, foram rigorosamente dentro do que determina a legislação. Todas, sem exceção, foram feitas formalmente e devidamente registradas e declaradas à Justiça Eleitoral. Por óbvio, sendo eu uma pessoa que já militava há mais de 25 anos no setor de seguros, tendo ocupado vários cargos de representação institucional e de defesa do setor, natural que recebesse doações legais de empresas do setor securitário. Ora, se essas empresas fazem doação de forma adequada para as mais diversas campanhas, por que não haveriam de fazer para a minha campanha, em se tratando de um candidato que tem afinidade e que conhece e trabalha pelo setor

há tantos anos? Seria realmente de se estranhar se isso não tivesse ocorrido, isso sim.

Manifesto então que concordo, sim, completamente, com a efetivação dessas diligências, oportunas por sinal. Mas, faço questão absoluta de ser regularmente ouvido no procedimento aberto pelo douto Ministério Público Federal, para que tenha a chance de expor e falar sobre tudo que envolveu essa questão da legalidade e da cobrança da emissão de custo de apólice, faturas e endossos, principalmente do que ocorreu depois de 2012 e que ainda vem ocorrendo nos últimos meses.

Aliás, não é só isso. É necessário também que o Ministério Público Federal avance em muito nessas oportuníssimas investigações ou diligências ora determinadas e autorizadas pelo excelso STF, até mesmo para saber se, posteriormente, houve ou não alguma negociação entre pessoas da SUSEP e operadoras do setor, para que a rubrica anterior, que era segregada, cobrança de emissão de custo de apólice, faturas e endossos, tenha, mesmo assim, permanecido, ainda que esteja**,** agora**,** escondida e embutida no prêmio, mascarada com outro nome, qual seja: "parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais e contratação do seguro".

Lamento profundamente que, infelizmente, tudo que foi feito, de forma coordenada e planejada, tendo como objetivo final estabelecer um cenário favorável a uma negociação (nada republicana), movida por interesses econômicos de um pequeno grupo de pessoas, acabou por prejudicar muito (e ainda está prejudicando) os consumidores de uma forma em geral. Notadamente aqueles que estão arcando com o aumento da inflação e, principalmente, com o excessivo aumento no custo direto dos preços dos seguros ocorrido em função do anúncio do suposto fim do custo de apólice.

Mesmo em um momento em que a sinistralidade no mercado é decrescente e que, portanto, os preços dos seguros deveriam, então, ser reduzidos, houve, na verdade, um aumento médio de mais de 20% no seguro de automóvel, por exemplo. Isso tudo por conta da recomposição que as seguradoras tiveram que fazer em função desse imbróglio do custo de apólice, ou seja, quem está pagando e suportando toda essa irresponsabilidade são os segurados, os consumidores.

Registro e faço consignar que repudio todos os atos que foram assacados contra mim, por deliberados detratores, e tenho o maior interesse no contexto dessas investigações, não só em apoiar essa medida constituída na autorização de diligências autorizadas pelo excelso STF, e, desde já, de plano, me coloco à disposição do douto Ministério Público Federal para colaborar em tudo que for necessário para elucidar na apuração dos fatos e do episódio que envolve a cobrança do custo de emissão de apólices, faturas e endossos, pedindo que sejam feitas profundas investigações que não podem se circunscrever aos anos de 2010, mas, principalmente, ao que ocorreu e vem ocorrendo desde 2012.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, por 1 minuto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma importante comunicação sobre um trabalho que foi desenvolvido pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul e está sendo apresentado no dia de hoje na Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários – EXPOINTER, de Esteio, que diz respeito aos custos de produção.

O Brasil tem no agronegócio um dos seus mais importantes pilares de sustentação. Foi feita uma análise por uma consultoria internacional. Só para que fique registrado nos Anais desta Casa, o custo de produção por hectare nos Estados Unidos é inferior a 400 reais por mês. Os custos de produção na Argentina saem por menos de 500 reais por mês. O custo de produção por hectare no Brasil está em 750 reais, Sr. Presidente. Ou seja, isso retira a nossa competitividade e prejudica o agronegócio brasileiro.

Era esse o registro que queria fazer.

O SR. OSMAR TERRA – Sr. Presidente…

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Eu não tenho mais tempo, Deputado Osmar Terra. Eu dependo de S.Exa. Se ele reduzir o tempo…

O SR. NILSON LEITÃO – Vai sobrar 1 minuto, no final, para o Deputado falar.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Deputado Osmar, tem a palavra V.Exa., pela ordem, por 1 minuto.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só dizer que somos solidários aos médicos que vêm trabalhar no Brasil, aos médicos cubanos, espanhóis, desde que eles tenham um tratamento digno, em termos salariais.

O mínimo que se pede para os profissionais, para os juízes, para os militares, para a Polícia Federal, enfim, para todos é que eles tenham um salário, uma carteira de trabalho assinada, e não uma bolsa, como o Governo está fazendo, para economizar. Nós queremos que os cubanos tenham direito a uma carreira, como os brasileiros têm direito a uma carreira, para atender melhor a população no Brasil.

Então, a nossa crítica é ao Governo: por que não criar uma carreira já? Por que não dar um salário

digno já aos profissionais que vão trabalhar no interior do Brasil?

Essa é a nossa crítica, Sr. Presidente. É isso que nós queremos colocar.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Concedo a palavra ao Deputado Nilson Leitão, que pede a palavra para falar como Líder, pela Minoria.

V.Exa. dispõe de até 7 minutos. Se puder concluir antes... Porque eu tenho que encerrar a sessão antes das 19 horas.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna, mais uma vez, com tristeza, lamentar essa inércia do Governo Federal ante tantas promessas não cumpridas.

Hoje, mais uma vez, venho falar do setor elétrico. Aliás, o setor elétrico brasileiro não pode mais ser chamado de apagão; tem que ser chamado de vaga-lume, porque é um acende e apaga fora do normal.

Eu me lembro de a então Ministra Dilma Rousseff, durante a campanha eleitoral, prometer que com ela no poder não haveria apagões. Uma promessa enganosa – mais uma! – da Presidente, pois no seu Governo o País ficou no escuro algumas vezes. Para fugir da sua responsabilidade, a Presidente já culpou raios, incêndios, falhas humanas e imprevistos de todos os tipos.

Hoje o Nordeste voltou a sofrer apagões. Pessoas ficaram presas em elevadores, houve tumultos em hospitais e escolas e caos no trânsito, o comércio foi obrigado a fechar e as aulas tiveram que ser suspensas. Confusão, aborrecimento e prejuízo para todo lado.

Os apagões são consequência direta de um péssimo desempenho do Governo do PT no setor energético. Aliás, apagão não há só no setor energético; ele também existe em outros setores. Os dois foram incapazes de gerenciar os projetos de complementação de linhas de transmissão, tanto o Presidente Lula como a Presidente Dilma. Há falta de investimentos na manutenção das linhas de transmissão e de seus equipamentos e há uma fiscalização frouxa, pois a ANEEL, que é uma agência reguladora, foi aparelhada.

Eu fico impressionado: como o Brasil vem assistindo a essa inércia e a essa incompetência do Governo em vários setores?

Na saúde, a cada dia inventa-se mais um programa. Ontem já falamos do Programa Mais Médicos. Isso já foi dito aqui por outros Deputados. É claro que ninguém é contra a vinda de qualquer cidadão do mundo para o Brasil. Aliás, o Brasil é um país acolhedor. Mas é impressionante como se percebe um pano de fundo, no sentido de que é um programa apenas para promover uma peça publicitária, porque se trazem médicos de Cuba como se trazem de outros lugares.

Eu repito: alguns brasileiros que buscaram a faculdade de Medicina, por exemplo, na Bolívia não estão tendo o mesmo tratamento por parte do Governo brasileiro, porque não estão conseguindo fazer a residência no Brasil. Fizeram a faculdade lá e são impedidos de fazer a residência em hospitais brasileiros. O MEC não admite que esses alunos façam a residência no Brasil, mas admite que um médico de Cuba, com a mesma qualificação de um enfermeiro-padrão brasileiro, atue no País.

O tratamento desigual é o que nos incomoda. Mais do que isso: esses médicos vão para o interior e não terão a estrutura mínima para dar resolutividade ao atendimento de saúde, porque, junto com eles, não vai a estrutura; eles vão ser mais um repassador de problemas.

Quem é do interior e quem já trabalhou com saúde no interior sabe bem como é isso. Vai continuar o programa da "ambulância-terapia". Ou seja, é ambulância atendendo aquilo que o médico repassou para o próximo. Se o médico cubano pedir raios X em algumas regiões do Brasil, o paciente vai sair com o pedido de raios X na mão, olhando para o céu e pedindo a Deus que o atenda, porque não vai haver raios X em sua cidade. Ele vai ter que subir em uma ambulância e ser atendido em uma capital ou em um polo de saúde mais próximo – que, em alguns lugares, chega a estar a 1.700 quilômetros de distância.

É óbvio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo trabalha muito mais com peça publicitária do que, efetivamente, com resolutividade.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Obrigado, Deputado Nilson Leitão, sempre elegante com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Antes de encerrar a sessão, eu vou indagar ao Plenário, aos Srs. Líderes principalmente, se posso manter o painel. *(Pausa.)*

Deputado Izalci? *(Pausa.)* Nada contra.

Não havendo manifestação contrária, mantenho o painel.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a difícil situação que enfrenta o Nordeste, em consequência de 2 anos de seca implacável, tende agravar-se ainda mais em razão da reduzida capacidade hídrica de nossos açudes, hoje atingindo apenas 39% de sua capacidade total, o que

aponta para dificuldades bem maiores até o final do presente exercício, dando lugar, assim, à justificada inquietação dos nossos rurícolas.

Faltando 6 meses para a estação inversa, a expectativa dos sertanejos torna-se ainda mais preocupante, exigindo que as autoridades adotem medidas, sem delongas, para que sejam atenuados os efeitos da dramática e adversa conjuntura.

Apenas dois açudes estão com capacidade de 90%, enquanto 81 deles apontam para volume abaixo de 30%, aproximando-se, dessa forma, de um quadro crítico, conforme vem sendo apurado, permanentemente, pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos, dirigida por Cesar Pinheiro, que mantém o Governador Cid Ferreira Gomes, à frente do monitoramento desta conjuntura realmente adversa.

Destaque-se, por oportuno, que a adoção da sistemática de perfuração de poços profundos vem sendo posta em prática com a colaboração do Governo Federal, desdobrando-se essa alternativa com a colaboração do DNOCS, órgão criado ainda em 1909, com a finalidade de atenuar os efeitos danosos dessa estiagem, de caráter cíclico, hoje pertencendo ao rol de jurisdição do Ministério de Integração Nacional, confiado à clarividência de um nordestino, o Ministro Fernando Bezerra Coelho, que se há desdobrado para amenizar esse panorama angustiante.

Ressalte-se, por outro lado, que o cômputo de bacias hidrográficas do Estado indica apenas 7,4 bilhões de metros cúbicos, considerado algo muito aquém de nossos prognósticos, exigindo redobradas atenções dos poderes públicos.

Ao trazer o dramático relato ao conhecimento deste Plenário, qual objetivo é clamar por ação eficaz dos setores governamentais, em todos os níveis, a fim de que busquem alternativas capazes de assegurar melhores condições de sobrevivência aos nossos homens do campo, até que, no ano entrante, possamos vislumbrar outra e tranquilizadora conjuntura.

O SR. CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de registrar meu entusiasmo com a aprovação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 565/06, a chamada PEC do Orçamento Impositivo. A alteração determina a execução orçamentária e financeira da União de emendas parlamentares no valor total de até 1% da receita corrente líquida realizada no ano anterior.

A mudança vem para corrigir uma falha que há tempos se arrastava, comprometendo a autonomia do Poder Legislativo. Finalmente, será possível acabar com essa incongruência de que os Parlamentares só são contemplados com suas emendas se votarem a favor dos projetos e interesses do Executivo. É uma vitória, portanto, para o Brasil e para a democracia.

É importante lembrar que o debate da proposta vem causando grande movimentação nas Assembleias Legislativas em todo o País, que têm a tendência de acompanhar as decisões tomadas pelo Congresso Nacional. Essa alteração será ainda mais positiva se levada para todas as Assembleias do País, assim normatizando a execução dos orçamentos estaduais.

Caso seja necessário haver contingenciamento devido ao não cumprimento da meta de superávit primário, as emendas parlamentares serão cortadas em percentual igual ou inferior ao que incidir sobre as despesas chamadas discricionárias (aquelas que o Governo pode optar por não executar).

A transferência dos recursos da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, para execução de programações através de emendas, será considerada, portanto, obrigatória nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Era o que tinha a dizer.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM-SE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, 28 de agosto, comemora-se o Dia da Pastoral da Juventude. A Pastoral da Juventude do Brasil é uma ação organizada pelos jovens, com o intuito de evangelização. Ligada diretamente à Igreja Católica, a função da pastoral é, louvadamente, aprofundar a vivência da fé e evangelizar outros jovens, na busca da construção de um mundo com mais fraternidade, com justiça e com paz.

A Pastoral da Juventude defende a dignidade da pessoa humana e a construção de relações respeitosas, amorosas, igualitárias, dialógicas, promovendo espaços de diálogo e partilha sobre experiências afetivas entre os jovens. Além disso, possui projetos de âmbito social, com a intenção de socializar e conscientizar os jovens acerca de temas como violência de gênero, violência contra a mulher e violência sexual, de forma articulada com as ações da campanha contra a violência e o extermínio de jovens.

Esses projetos nacionais são uma resposta coletiva às necessidades e demandas atuais da juventude, desejando superar suas carências e fortalecendo suas potencialidades. Os projetos da Pastoral da Juventude também foram enaltecidos pelo Papa Francisco, durante a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), no Rio de Janeiro, em julho deste ano, cujo tema foi *Ide e fazei discípulos entre todas as nações*.

Durante a vinda do Pontífice ao Brasil, a Pastoral da Juventude teve papel fundamental na agremiação e no enaltecimento da religiosidade dos nossos jovens.

Uma multidão foi para as ruas receber o Pontífice, como manifestação do novo entusiasmo que o Papa trouxe aos jovens e à Igreja Católica.

O recado passado pelo Papa Francisco aos membros da Igreja é para que utilizem as estruturas paroquiais com o objetivo de se aproximarem das demandas populares e dos jovens. Com suas palavras sábias e de acolhimento aos jovens, o Papa Francisco mencionou que a Jornada Mundial da Juventude no Brasil transcendia as fronteiras. Era o encontro de jovens de todo o mundo, atraídos pelos braços abertos do Cristo Redentor, com o intuito de espalhar os princípios da evangelização.

O Pontífice falou que *"(...) que a Jornada Mundial da Juventude, que se realiza no Brasil, encoraje todos os jovens cristãos a tornarem-se discípulos e missionários do Evangelho"*. Importante destacar que pessoas de outros cultos religiosos também participaram da Jornada, mostrando que os princípios de amor ao próximo não tem religião.

Com o incentivo do Pontífice de se espalhar a evangelização por meio dos jovens, a Pastoral da Juventude ganha mais destaque, inserindo os jovens na sociedade, no campo de trabalho e nas lutas de reivindicações.

Encerradas a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) e a visita do Papa Francisco ao Brasil, ficam os desafios para a reflexão em torno dos desdobramentos que esses eventos religiosos trazem para a juventude brasileira.

E assim concluo.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO JORDÃO (PMDB-RJ. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, imprensa, servidores e população em geral, se existe um país democrático que pode se orgulhar de suas Forças Armadas pelo que elas fazem em defesa da soberania e da integração nacional, esse país é o Brasil.

Escola de cidadania, o serviço militar é, acima de tudo, o melhor meio de aperfeiçoamento do amor à Pátria e aos seus valores. O seu desempenho não se limita apenas a atividades da caserna. Vai mais longe, na realização de ações de caráter cívico-social, procurando integrar o cidadão dos mais distantes rincões da Pátria ao contexto social dos centros populacionais mais desenvolvidos.

Presença constante nos grandes eventos que projetaram a integração nacional, o Exército Brasileiro, através dos Batalhões de Engenharia, teve participação ativa na plotagem de rodovias de integração nacional como a Belém-Brasília, a Brasília-Acre, na divisa com o Peru, a Transamazônica, entre outras, enquanto a Aeronáutica, por meio do Correio Aéreo Nacional, tratou do balizamento de distâncias antes nunca alcançadas. Mais do que isso, mantém-se permanentemente empenhada na defesa do espaço aéreo e, agora, com ênfase especial, na defesa da Região Amazônica através do SIVAM.

Graças aos estudos de abnegados pesquisadores da nossa Força Aérea, temos hoje uma EMBRAER produzindo aeronaves executivas e de uso militar, classificadas entre as melhores do mundo.

De sua parte, a Marinha se faz presente não só no patrulhamento das nossas 200 milhas de costa marítima, como também nas ações de efetiva ocupação da Amazônia, através de suas vias fluviais, e onde mais a sua presença se faça necessária.

E, em tudo isso, Sr. Presidente, está o soldado, na verdadeira acepção da palavra, que comemora com justo orgulho a sua data maior, inspirado na figura ímpar de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, cujo exemplo muito tem contribuído para plasmar em cada um o sentimento do dever para com os valores da nacionalidade.

Homenagear o soldado no seu dia, 25 de agosto, é a melhor maneira de expressar a gratidão de cada um a esse irmão de farda que tanto faz e tão pouco exige. Gratidão essa de que me faço porta-voz junto aos integrantes dos Corpos de Bombeiros e das Polícias Militares do Brasil, que, como forças auxiliares, prestam igualmente relevantes serviços à sociedade, na manutenção da segurança interna. Elas complementam, por assim dizer, o trabalho das Forças Armadas, no contato direto com as populações, não apenas dos grandes centros urbanos, como também do interior do País. Não nos esqueçamos, Sr. Presidente, de que foi através do soldado de polícia que a ordem pública se fez presente junto às comunidades interioranas.

É importante ressaltar, Sr. Presidente, o processo de modernização por que passam as nossas Forças Armadas, preocupadas não apenas com o reequipamento bélico, como também com o recrutamento de profissionais liberais do meio civil, num perfeito entrosamento com o contexto cívico-militar.

Rendo, pois, minhas homenagens ao soldado brasileiro pelo transcurso do dia 25 de agosto passado, que tem como objetivo maior reavivar em todos nós o apreço e a admiração pelos valores pátrios.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN (DEM-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, protocolei recentemente o Projeto de Lei nº 6.198, de 2013, para incluir o artigo 40-A na Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, que

trata das Contravenções Penais, para proibir o uso de máscaras e outros materiais usados para esconder o rosto durante manifestações populares.

A proibição do uso de máscaras e outros materiais usados para esconder ou dificultar a identificação do rosto durante manifestações populares visa muito mais dar transparência aos movimentos democráticos do que cercear direitos.

Países como Canadá, Estados Unidos da América, França e Chile já possuem legislação que proíbe o uso de máscaras em manifestações públicas. No Canadá, mais especificamente, a Lei foi promulgada em junho deste ano, visando inibir manifestações violentas.

No Brasil, as recentes manifestações foram recheadas de vandalismos, violência, depredações, saques, confronto com a polícia, o que já justifica um amparo legal mais rígido e direcionado a punir tais atos. De forma alguma o projeto enseja violar os direitos à liberdade de expressão popular. O objetivo deste projeto de lei é tornar ilegal o uso de máscaras e outros materiais usados para esconder o rosto durante as manifestações definidas como a união de três ou mais pessoas que têm o intuito de perturbar a paz pública, além de ajudar a polícia a evitar que protestos pacíficos tornem-se violentos, com saques ao comércio, com depredações.

É preciso, nobres colegas, que criminosos não se aproveitem de tais manifestações para saquearem lojas, depredarem bens públicos, além de outras atrocidades, com iminente risco à integridade física de outras pessoas de bem e com propósitos bem consolidados, tudo presenciado e assistido através da mídia.

Temos o dever como Parlamentares de repudiar urgentemente tais atitudes e tratar como crimes esses atos de verdadeiro vandalismo. Por isso, o Projeto de Lei traz em seu bojo o dever do Estado de punir quem dessa forma se comportar.

Nos casos de prática de saques a prédios públicos ou privados, lojas e comercio em geral, é necessário que se aplique o crime de furto tipificado no artigo 155 do Código Penal e decorrentes parágrafos e incisos.

Na ocorrência de vandalismo ou depredações ao patrimônio público ou privado, os danos causados serão punidos pelo crime de dano tipificado no artigo 163 do Código Penal, parágrafo único e seus incisos.

Não obstante o que propõe este Projeto de Lei, é necessário preservar as pessoas que utilizam acessórios, seja por motivos religiosos, como a burca, ou medicinais. Nestas situações, não serão enquadrados na referida proibição, salvo se estiverem utilizando tais acessórios para cometimento dos crimes que ora o projeto contempla. Para a referida exceção, o projeto prevê amparo no caso do uso de acessórios por motivos religiosos ou medicinais, que pode ser permitido, se devidamente comprovado.

É preciso deixar bem claro, nobres colegas, que o projeto não vem com o intuito de ferir o direito à liberdade de expressão, tendo o propósito único de evitar que vândalos se insiram nos movimentos para depredar, para furtar e mesmo manchar o espírito democrático a que os manifestantes se propõem. O objetivo crucial é o de impedir atos de violência e de proteger os cidadãos.

Para a consolidação da democracia, as manifestações têm um papel importantíssimo, seja pelo clamor social, seja por repúdio a questões que incomodam a sociedade. Porém, lamentavelmente, alguns atos de vandalismo, depredações e até saques praticados por alguns vêm manchando as bandeiras de patriotismo que são levantadas pelos movimentos.

É perceptível que criminosos infiltrados em movimentos pacíficos e com bandeiras de luta social utilizem-se das manifestações para praticar crimes e, por consequência, prejudicam os objetivos traçados pelos que organizaram o manifesto. Estes, camuflados, dificultam a polícia nas suas identificações e punições.

O cientista político da Universidade de British Columbia que estudou o projeto da lei promulgada no Canadá entende que *"qualquer lei que infrinja liberdades civis deve ser ponderada até ser absolutamente necessária"*, o que já se justifica pela atual conjuntura das manifestações populares, onde alguns se utilizam do momento para praticarem crimes.

Em meio a uma série de confrontos entre manifestantes e a polícia, saques, depredações e vandalismos, aprovar um projeto de lei que proíba que o rosto seja coberto nos protestos é de primordial importância para a segurança e a integridade física e patrimonial, seja de entes públicos, seja de entes privados, protegendo assim os cidadãos. Os manifestantes que se apresentam envolvidos nestas contravenções em geral atuam com os rostos cobertos.

O projeto não fere a Constituição Federal, que garante o direito à liberdade de expressão a todo e qualquer indivíduo, de manifestar seu pensamento, sua opinião, sua atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que seja de forma ordeira e pacífica.

De fato, a Constituição Federal estabelece que é inviolável a liberdade de crença religiosa, bem como assegura que ninguém será privado de seus direitos em razão de sua crença. Todavia, a Constituição também prevê que a religião não pode ser invocada por um indivíduo para eximir-se de obrigações legais impostas a todos.

Liberdade de expressão é elemento básico de qualquer sociedade democrática, e é fundamental determinar a importância da mesma nas sociedades modernas, pois, quando esta é suprimida, a democracia deixa de existir, e a censura e a opressão tomam seu lugar.

Democracia é elemento característico de povos livres. Porém, atos de vandalismo, de saques e violência devem ser repudiados por toda sociedade de bem.

Obrigado.

A SRA. NILDA GONDIM (PMDB-PB. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para falar de um gesto dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas Estaduais da Paraíba, que, em dezembro de 2012, decidiram abrir mão das emendas individuais e aprovaram uma emenda coletiva no valor de cerca de R$ 109 milhões para o Governo do Estado aplicar em obras e ações de enfrentamento à estiagem.

Ocorre, nobres colegas, que a reportagem do jornalista Helder Moura, publicada no *Jornal da Paraíba*, traz a informação de que *"passados oito meses de 2013, e o Governo Ricardo Coutinho não aplicou 'um centavo' desses recursos nas obras e ações propostas pelos deputados. Segundo o deputado Trócolli, 'é lamentável que o Governo fique desdenhando dessa iniciativa da Assembleia para acudir as pessoas atingidas pela seca, e não sabemos se é incompetência ou má fé'."*

Sabemos que a Paraíba está atravessando uma das piores secas dos últimos 50 anos. Mais da metade do rebanho bovino foi dizimado e muitos produtores rurais tiveram de abandonar o campo por conta da falta d'água.

Essa iniciativa dos Deputados Estaduais foi fruto de um movimento que recebeu a denominação "Caravana da Seca", em que os Parlamentares percorreram dezenas de Municípios afetados pela seca onde tiveram a oportunidade de presenciar a situação aflitiva dos sertanejos.

Segundo o Presidente da Assembleia, Deputado Ricardo Marcelo, *"os Deputados fizeram sua parte, foram ao interior do Estado e presenciaram in loco a situação aflitiva dos sertanejos atingidos pela seca. Eles destinaram os recursos para pelo menos minimizar o problema, e caberia ao Governo do Estado fazer a sua parte, o que lastimavelmente não ocorreu".*

Muito obrigada.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no plenário desta Casa hoje, para votação, temos a Medida Provisória nº 616, de 2013, que libera recursos para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e abre crédito para as prefeituras.

A Medida Provisória 616 abre créditos extraordinários de R$2,9 bilhões para o FIES e de R$1,5 bilhão para auxílio financeiro aos Municípios. O objetivo é garantir o acesso de estudantes a universidades particulares por meio de novos financiamentos, aditamentos dos empréstimos já contratados e contratos de anos anteriores para os quais os repasses não foram suficientes.

Segundo o Executivo, o FIES é um dos principais instrumentos do Governo Federal para ampliar o acesso dos jovens à educação superior, por meio do financiamento da graduação para estudantes matriculados em instituições pagas.

Nos últimos três anos, houve um crescimento na demanda do FIES devido à redução da taxa de juros praticada no financiamento, à ampliação dos prazos de carência e de pagamento e à criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo, que dispensa a exigência de fiador para estudantes de baixa renda.

O reforço de dotação para o FIES era o objetivo original da MP. Mas o relator incluiu a ajuda aos Municípios para atender à promessa da Presidente da República, Dilma Rousseff, à demanda feita na Marcha dos Prefeitos, em julho.

O texto prevê apenas a abertura do crédito para repasse às prefeituras. A autorização para isso ocorrer foi incluída na MP 613, também em votação, hoje, nesta Casa.

A MP é importante para educação, pois garante por meio do FIES, o acesso cada vez mais de jovens de baixa renda ao ensino superior. Por isso não podemos deixar de votar esta matéria.

No início de agosto votamos o projeto sobre os *royalties*, em que os recursos serão repassados para a educação e saúde, e esta semana temos esta Medida Provisória. Portanto, solicito que os nobres pares venham ao plenário para debater e votar uma matéria que é importante para a educação do Brasil e, assim, garantir que cada vez mais os nossos jovens de baixa renda tenham acesso à educação do ensino superior.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTONIO BULHÕES (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quem olha o Parlamento e vê uma alta produtividade legislativa deve pensar que as manifestações das ruas em junho surtiram efeito. Os Parlamentares sacudiram os arquivos e tiraram projetos do mundo das ideias para a agenda política das deliberações.

Uma dessas foi a proposta do fim do voto secreto no Parlamento. Nas democracias ocidentais, penso que não devemos, em nome da total transparência,

achar que a extinção total das votações secretas no Parlamento trará mais benefício. Em algumas votações, acredito que se possa agir mais abertamente, após mudanças serem feitas no ordenamento jurídico.

A principal mudança seria a aprovação da emenda que institui o orçamento impositivo. Por que vincular o orçamento ao fim do voto secreto no Congresso? A questão tem a ver com a natureza humana.

No melhor dos sentidos, a população entende que os políticos que estão no Congresso devem fazer algo por ela. Esse algo poderia ser apenas a fiscalização financeira do Executivo. Mas a população quer o seu representante no Congresso também lutando por recursos no orçamento para obras nas cidades. Se o político não fizer isso, o povo vai pensar que ele não faz nada.

A nossa sociedade tem um senso prático muito maior do que ideológico. O Executivo sabe disso. Hoje, aquele recurso necessário para obra na cidade, reservado pelo político no Orçamento, somente será liberado se ele for fiel aos interesses da Presidência. A lei do Orçamento somente autoriza o Governo a gastar, mas não obriga. Quando for aprovado o orçamento impositivo, o Governo terá que liberar o recurso que o Parlamentar reservou para a cidade.

Usem o senso prático. Quando vocês acham que a Presidência libera os recursos orçamentários previstos pelos Parlamentares para serem usados na cidade? Justamente quando existem matérias polêmicas e importantes para o Governo a serem votadas no Legislativo. Nesse momento, ocorre o famoso "toma lá, dá cá". A Presidência libera o recurso desde que o Parlamentar vote com o Governo.

Imaginem se o Executivo sabe que um Parlamentar votou para derrubar o veto da Presidência a uma Lei aprovada no Congresso. Não se trata de reclamar do veto. O veto é um mecanismo legítimo, para evitar o populismo do Parlamento.

Quando o orçamento não é impositivo, e a apreciação do veto presidencial é aberta, o Parlamentar fica na mão do Executivo. Se votar contra, o Executivo não libera o recurso. Se não liberar o recurso, os eleitores vão dizer que o Parlamentar não ajuda a cidade. Do jeito que está, o que se tem é um jogo de perde-perde.

Quando se garantiu o voto secreto para determinadas votações no Congresso, o que se mirava era não permitir que o Legislativo virasse uma marionete do Executivo. O voto secreto seria um remédio preventivo. Como todo remédio, se nos viciarmos, ficaremos intoxicados.

É preciso entender que a política é a negação da violência, porque a arma da política é o debate de ideias, como já demonstrou Aristóteles. As ideias somente podem ser livremente debatidas se os interlocutores tiverem igualdade. Quando o Parlamentar depende da boa vontade do Executivo para que os seus projetos caminhem, então não temos igualdade entre os Poderes e, sim, subordinação. Por isso, o voto secreto funciona como um instrumento de defesa da democracia.

O momento de transparência que a população exige também é o momento que se tem para modificar a execução orçamentária. Primeiro, é importante conquistar o orçamento impositivo, para depois cuidarmos do voto secreto.

Esse tipo de negociação política não precisaria ser feita, se guardássemos princípios históricos da democracia moderna. Desde o século XVII, os Parlamentos democráticos dão a palavra final sobre o orçamento da nação. A desvinculação da execução do orçamento da vontade do Rei permitiu que o povo tivesse maior proeminência nas decisões do soberano, que foi deixando de ser absolutista.

Se o povo quer maior transparência nas ações dos Congressistas, então devemos aproveitar o momento e exigir que o Executivo trate o Legislativo com igualdade. Vamos vincular o fim do voto secreto ao orçamento impositivo.

Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE OLIVEIRA (Bloco/PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para fazer um convite aos telespectadores da *TV Câmara* e aos Parlamentares que tenham interesse em discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 506, de 2010, que trata da prorrogação da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos: a participarem do debate que será realizado na Assembleia Legislativa do Amazonas amanhã, a partir das 13 horas.

Em março, apresentei à Comissão Especial criada para discutir o assunto e elaborar um parecer o Requerimento nº 13, no qual solicitei a realização deste Seminário em Manaus, para discutir com autoridades e a população os benefícios que a prorrogação dos benefícios concedidos ao Polo Industrial levará para o Estado. A minha intenção é a de que a população, os industriais, os trabalhadores, as entidades de classe e os administradores do Estado onde o Polo está instalado participem, para a construção de um parecer condizente com a realidade de que precisam. O Amazonas e o Brasil precisam da aprovação de uma proposta sólida e que beneficie todos os que apostam no desenvolvimento do Polo Industrial de Manaus.

A proposta que discutimos aqui na Casa, da qual fui Relator na CCJC, foi encaminhada pela Presidenta Dilma Rousseff e foi acoplada a outra emenda aprova-

da pelo Senado Federal, de autoria do ex-Senador e atual Prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto.

Criada em 1967, a Zona Franca de Manaus é o principal motor da economia amazonense, tendo as 600 indústrias do Polo Industrial de Manaus alcançado um faturamento de R$ 73,4 bilhões de reais em 2012. Administrada pelo Governo Federal por meio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a autarquia é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Para viabilizar a ZFM, o Governo Federal concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e reduções do Imposto de Importação (II), do Imposto de Renda (IR) e na alíquota de PIS/COFINS. Como contrapartida a estes incentivos federais, o Governo do Amazonas oferece às empresas instaladas na ZFM, dependendo do projeto, a restituição parcial ou total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). E o que queremos é que esses incentivos sejam mantidos, para o bem da economia do Estado e de todos os que dependem dela para seu sustento.

Temos ali indústrias, principalmente nos setores de televisão, informática e motocicletas, apesar de abranger outros variados segmentos, como o de eletroeletrônicos, químico, alimentício, cosméticos, farmacêuticos, entre outros.

Nobres colegas, a Zona Franca levou o desenvolvimento para municípios que são fronteiras internacionais na Amazônia, a fim de integrá-los ao restante do País. Houve também a melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias e o fortalecimento do setor comercial, agroindustrial e extrativo. Ou seja, a criação da Zona Franca de Manaus promoveu a integração nacional, além da preservação das nossas fronteiras e florestas.

E a geração de emprego? Só em 2012 chegou a 123 mil e 570 as pessoas empregadas. E a promessa é de que pelos próximos 3 anos sejam gerados mais 5.332 empregos no Polo Industrial de Manaus.

Temos que fortalecer, promover mais incentivos e dar mais condições para que empresários sintam vontade de abrir seu negócio em nosso Estado e darmos todas as condições para isso. Estamos todos envolvidos nessa luta, tratando dos impactos e das vantagens da proposta que precisam ser cada vez mais consolidadas.

A aprovação desta PEC é o combustível para que as empresas que pretendem se instalar no distrito industrial de Manaus o façam com a expectativa de que têm pela frente mais 50 anos de incentivos fiscais; para garantir que o processo de incentivos fiscais não será modificado; e para dar esperança a todos os amazonenses em um futuro melhor e com maior desenvolvimento.

Por isso, é tão importante debatermos e ouvir a todos. Mais uma vez convido a todas as entidades envolvidas e à população a participarem do Seminário, nesta quinta-feira, às 13 horas, na Assembleia Legislativa do Amazonas.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. STEFANO AGUIAR (PSC-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa Constituição estabelece, em seu art. 6.º, a educação como um direito social. Complementarmente, no *caput* do art. 205, reforça que a educação é "*direito de todos e dever do Estado e da família*", devendo ser "*promovida e incentivada com a colaboração da sociedade*".

Encontramos, pois, na Lei Maior deste País disposições que atribuem à educação um valor que não tem sido replicado na vida cotidiana das pessoas, tampouco na gestão das políticas educacionais, em todos os âmbitos de governo. O Brasil ainda precisa dar passos importantes para alcançar uma situação de elevado desenvolvimento educacional.

Nenhuma nação é capaz de crescer e prosperar consistentemente sem investir em ensino de qualidade para todas as suas crianças e jovens. A educação é fator de transformação social, capaz de promover processos democráticos e de levar formação integral aos cidadãos. É, também, um inegável fator de desenvolvimento econômico, por propiciar ganhos de qualidade em produção e serviços e equalização do poder de compra e da qualidade de vida da população, por meio da qualificação, formação, desenvolvimento profissional e produtividade do trabalhador.

Durante 2 anos, esta Casa analisou e debateu o projeto de lei que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020. Em outubro do ano passado, a matéria foi encaminhada ao Senado, onde ainda se encontra pendente de apreciação em duas Comissões Temáticas. Ora, Sr. Presidente, já estamos no segundo semestre de 2013; mais um ano letivo se dirige para sua fase conclusiva, e continuamos sem uma lei que defina as metas e estratégias para progredir no processo de melhoria da educação brasileira.

Quando tramitava nesta Câmara dos Deputados, o PNE foi aperfeiçoado com a incorporação de numerosas sugestões, resultantes de amplos debates e do aprofundamento em questões pontuais, que robusteceram a proposição, tornando-a verdadeira contribuição para a maior organicidade das políticas e, consequentemente, para a superação da histórica visão fragmentada que tem marcado a organização e a gestão da educação nacional.

Aprovamos o aumento escalonado de repasses de recursos da União para políticas de educação até que se chegue a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), o que assegura investimentos consistentes no setor. Mas é preciso que se imponha um ritmo de tramitação mais célere, no Senado, para que esse grande avanço seja concretizado.

A conjuntura educacional do País, atualmente, é lastimável. Em todos os Estados, há escolas que funcionam em condições precárias. Quando o problema não é a estrutura física das unidades, é a falta de professores; quando não é a dificuldade de acesso dos alunos, é a falta de merenda, e assim por diante. Essa realidade adquire contornos ainda mais sérios quando nos deparamos com a degradação moral e civil das relações interpessoais entre educadores e alunos. Não há mais respeito à autoridade do professor.

A violência, as drogas, a promiscuidade rondam o ambiente escolar e golpeiam nossas crianças e jovens, bem como os professores, com ímpeto, comprometendo as funções das instituições de ensino, corroendo as relações entre educadores, alunos, famílias e sociedade.

A aprovação do Plano Nacional de Educação é fundamental para iniciarmos o processo de reversão desse triste quadro. Como estratégia para alcançar a meta de melhores indicadores de educação básica, o PNE prevê que sejam implantadas políticas de combate à violência na escola, de construção de cultura de paz e de dotação de segurança para o ambiente escolar e para a comunidade.

Sras. e Srs. Deputados, não podemos aceitar que o processo de degradação do sistema educacional brasileiro tenha prosseguimento. Famílias, Igrejas, organizações sociais e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude devem ser chamados a se envolver nessa demanda com profundidade. Somente com alto grau de comprometimento e abertura para articular a educação formal, de modo a que ela seja assumida como responsabilidade de todos, obteremos melhorias.

Essa a defesa que faço perante um dos temas mais sensíveis à sociedade brasileira.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o programa brasileiro desenvolvido pelo Governo Federal, o Bolsa Família, foi um dos destaques do Relatório Mundial da Saúde 2013, uma publicação da Organização Mundial de Saúde. O documento traz, em um capítulo, referência ao estudo brasileiro sobre o impacto do programa na redução da mortalidade de crianças até 5 anos de idade.

De acordo com o estudo, o programa Bolsa Família reduziu, para nossa grande alegria, em até 17% o índice de mortalidade infantil nas 2.853 cidades pesquisadas, entre 2004 e 2009. O estudo aponta também que programas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa Família, melhoram a saúde das crianças.

Este ano, o Relatório da OMS tem como foco a cobertura universal de saúde e defende que a realização de mais pesquisas nessa área pode ajudar os governos a avaliar como deve ser a estrutura do sistema e como medir o progresso de acordo com cada situação específica.

A instituição revisou pesquisas recentes realizadas por seis países, entre elas o estudo brasileiro publicado na edição de maio da renomada revista inglesa da área da medicina *The Lancet*, que revela o impacto do Bolsa Família na redução da mortalidade infantil no País.

O estudo apontou também que o Bolsa Família foi responsável direto pela diminuição de 65% das mortes causadas por desnutrição e por 53% dos óbitos causados por diarreia em crianças menores de 5 anos.

O texto do relatório da OMS reforça a ideia de que a transferência de renda condicionada serve como um incentivo financeiro que elimina barreiras econômicas para o acesso à saúde. Além disso, os estudos realizados em vários países mostram que esses programas podem aumentar a utilização dos serviços de saúde, o que leva a melhores resultados na área.

O programa brasileiro, ao condicionar a transferência de renda ao cumprimento de contrapartidas de saúde, contribui também para que os países invistam na ampliação da cobertura dos serviços de saúde, buscando a sua universalização.

A Estatística Mundial de Saúde é um relatório anual com base em mais de 100 indicadores de saúde relatados pelos 193 Estados-membros da OMS e outras fontes confiáveis. Esses dados fornecem um quadro instantâneo da situação da saúde global e suas tendências.

O documento oferece acesso à mais completa coletânea de dados de saúde do mundo, reunindo dados da OMS relativos a todos os programas de saúde e doença. Isso inclui o acesso a mais de 50 bancos de dados e 800 indicadores com análises da situação de saúde e tendências globais, abrangendo temas prioritários de saúde, como a saúde infantil, materna e reprodutiva, as doenças infecciosas, as doenças não transmissíveis e os fatores de risco, a saúde ambiental, a mortalidade e os custos das doenças, a segurança rodoviária, os sistemas de saúde e a igualdade.

Devido à abrangência do estudo da Organização Mundial de Saúde, de seu apuro técnico e do alcance de suas publicações, devemos nos regozijar dos resultados de um programa brasileiro que está servindo de parâmetro para mudar a forma de se enfrentar situações adversas na distribuição de renda e na possibilidade de ofertar um novo futuro às novas gerações no Brasil e no mundo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. WALTER FELDMAN (PSDB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o mundo passa por um momento turbulento em que a disputa pelo poder sobrepõe o amor ao próximo.

Guerras anunciadas ou não declaradas, ataques terroristas ou assassinatos por encomenda. Vivemos ou estamos apenas passando pela vida? Precisamos cultivar o sentimento e a prática da cultura da paz.

Falo isso devido aos últimos acontecimentos no Irã. Não podemos compactuar com os ataques por motivo de intolerância religiosa.

Desta vez, a vítima foi o Sr. Ataollah Rezvani – membro da comunidade bahá'í iraniana –, que foi morto no último sábado (24), na cidade portuária de Bandar Abbas, região sul do Irã. Rezvani havia sofrido ameaças por elementos fanáticos entre as autoridades da cidade.

A comunidade bahá'í no Brasil é composta por cerca de 65 mil indivíduos e trabalha para promover a unidade entre os povos, oportunidades para todas as pessoas e o desenvolvimento moral, espiritual e social das comunidades em que estamos inseridos. Ou seja, busca a igualdade.

No Irã, há ainda 7 líderes do Bahá'i que estão presos há mais de 5 anos, e o temor é que todos possam morrer.

Em maio, o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Irã, Ahmed Shaheed, em um comunicado à imprensa pediu à comunidade internacional, incluindo líderes de fé mundiais, que se juntassem ao apelo. Ele disse: *"O governo iraniano deve demonstrar seu compromisso com a liberdade de religião, através da liberação incondicional e imediata desses presos de consciência"*.

Temos que despertar a liberdade em toda a plenitude da palavra. Como judeu, quero registrar que não podemos aceitar as perseguições por intolerância religiosa no Irã e em qualquer lugar do mundo.

Harmonia, respeito e liberdade para todos.

Só assim, a humanidade conseguirá viver em paz.

Muito obrigado.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

Partido Bloco

RORAIMA

Chico das Verduras PRP PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Jhonatan de Jesus PRB
Luciano Castro PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Raul Lima PSD
Total de RORAIMA 4

AMAPÁ

Evandro Milhomen PCdoB
Luiz Carlos PSDB
Vinicius Gurgel PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de AMAPÁ 3

PARÁ

Cláudio Puty PT
Giovanni Queiroz PDT
Nilson Pinto PSDB
Wladimir Costa PMDB
Total de PARÁ 4

RONDÔNIA

Marcos Rogério PDT
Marinha Raupp PMDB
Moreira Mendes PSD
Nilton Capixaba PTB
Total de RONDôNIA 4

ACRE

Antônia Lúcia PSC
Flaviano Melo PMDB
Total de ACRE 2

TOCANTINS

Goiaciara Cruz PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de TOCANTINS 1

MARANHÃO

Cleber Verde PRB
Davi Alves Silva Júnior PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Nice Lobão PSD
Pedro Novais PMDB
Sarney Filho PV
Total de MARANHÃO 5

CEARÁ

Aníbal Gomes PMDB
Danilo Forte PMDB
Genecias Noronha PMDB
Gorete Pereira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb

José Guimarães PT
Total de CEARÁ 5

PIAUÍ

Iracema Portella PP
Paes Landim PTB
Total de PIAUÍ 2

RIO GRANDE DO NORTE

Henrique Eduardo Alves PMDB
Paulo Wagner PV
Total de RIO GRANDE DO NORTE 2

PARAÍBA

Leonardo Gadelha PSC
Nilda Gondim PMDB
Ruy Carneiro PSDB
Wellington Roberto PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Wilson Filho PMDB
Total de PARAÍBA 5

PERNAMBUCO

Silvio Costa PTB
Total de PERNAMBUCO 1

ALAGOAS

Alexandre Toledo PSDB
Givaldo Carimbão PSB
Total de ALAGOAS 2

BAHIA

Amauri Teixeira PT
Edson Pimenta PSD
Jânio Natal PRP PrPtdobPrpPhsPslPrtb
José Carlos Araújo PSD
Lucio Vieira Lima PMDB
Márcio Marinho PRB
Zezéu Ribeiro PT
Total de BAHIA 7

MINAS GERAIS

Antônio Roberto PV
Diego Andrade PSD
Dimas Fabiano PP
Humberto Souto PPS
Isaias Silvestre PSB
Jaime Martins PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Jô Moraes PCdoB
Leonardo Monteiro PT
Padre João PT
Stefano Aguiar PSC
Walter Tosta PSD
Total de MINAS GERAIS 11

ESPÍRITO SANTO

Camilo Cola PMDB
Cesar Colnago PSDB
Rose de Freitas PMDB
Total de ESPÍRITO SANTO 3

RIO DE JANEIRO

Adrian PMDB
Alessandro Molon PT
Andreia Zito PSDB
Arolde de Oliveira PSD
Aureo PRTB PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Eduardo Cunha PMDB
Felipe Bornier PSD
Jean Wyllys PSOL
Jorge Bittar PT
Leonardo Picciani PMDB
Liliam Sá PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luiz Sérgio PT
Marcelo Matos PDT
Otavio Leite PSDB
Simão Sessim PP
Vitor Paulo PRB
Total de RIO DE JANEIRO 16

SÃO PAULO

Alexandre Leite DEM
Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Arlindo Chinaglia PT
Arnaldo Jardim PPS
Carlos Zarattini PT
Duarte Nogueira PSDB
Eleuses Paiva PSD
João Dado PDT
João Paulo Cunha PT
Mara Gabrilli PSDB
Márcio França PSB
Milton Monti PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Paulo Pereira da Silva PDT
Paulo Teixeira PT
Roberto Freire PPS
Roberto Santiago PSD
Vaz de Lima PSDB
Vicente Candido PT
William Dib PSDB
Total de SÃO PAULO 19

MATO GROSSO

Wellington Fagundes PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de MATO GROSSO 1

DISTRITO FEDERAL

Augusto Carvalho PPS
Total de DISTRITO FEDERAL 1

GOIÁS

Armando Vergílio PSD
Íris de Araújo PMDB
Sandro Mabel PMDB
Total de GOIÁS 3

MATO GROSSO DO SUL

Akira Otsubo PMDB
Biffi PT
Reinaldo Azambuja PSDB
Vander Loubet PT
Total de MATO GROSSO DO SUL 4

PARANÁ

Alex Canziani PTB
Alfredo Kaefer PSDB
Angelo Vanhoni PT
Edmar Arruda PSC
Giacobo PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Osmar Serraglio PMDB
Total de PARANÁ 6

SANTA CATARINA

Celso Maldaner PMDB
Jorginho Mello PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luci Choinacki PT
Marco Tebaldi PSDB
Mauro Mariani PMDB
Pedro Uczai PT
Total de SANTA CATARINA 6

RIO GRANDE DO SUL

Eliseu Padilha PMDB
Luis Carlos Heinze PP
Marco Maia PT
Paulo Pimenta PT
Sérgio Moraes PTB
Vieira da Cunha PDT
Vilson Covatti PP
Total de RIO GRANDE DO SUL 7
DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:
Partido Bloco

PARÁ

Asdrubal Bentes PMDB
Elcione Barbalho PMDB
Total de PARÁ 2

AMAZONAS

Dr. Luiz Fernando PSD
Francisco Praciano PT
Sabino Castelo Branco PTB
Total de AMAZONAS 3

RONDÔNIA

Anselmo de Jesus PT
Carlos Magno PP
Natan Donadon PMDB
Total de RONDÔNIA 3

ACRE

Marcio Bittar PSDB
Total de ACRE 1

TOCANTINS

Júnior Coimbra PMDB
Total de TOCANTINS 1

MARANHÃO

Francisco Escórcio PMDB
Pinto Itamaraty PSDB
Waldir Maranhão PP
Zé Vieira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de MARANHÃO 4

CEARÁ

Antonio Balhmann PSB
Artur Bruno PT
Chico Lopes PCdoB
Manoel Salviano PSD
Mário Feitoza PMDB
Total de CEARÁ 5

PIAUÍ

Marcelo Castro PMDB
Total de PIAUÍ 1

RIO GRANDE DO NORTE

Betinho Rosado DEM
João Maia PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Sandra Rosado PSB
Total de RIO GRANDE DO NORTE 3

PERNAMBUCO

Inocêncio Oliveira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Pedro Eugênio PT
Sergio Guerra PSDB
Vilalba PRB
Total de PERNAMBUCO 4

ALAGOAS

Arthur Lira PP
João Lyra PSD
Maurício Quintella Lessa PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Renan Filho PMDB
Rosinha da Adefal PTdoB PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de ALAGOAS 5

SERGIPE

Almeida Lima PPS
Laercio Oliveira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Rogério Carvalho PT
Total de SERGIPE 3

BAHIA

Alice Portugal PCdoB
Arthur Oliveira Maia PMDB
Daniel Almeida PCdoB
Fernando Torres PSD
Josias Gomes PT
Luiz Alberto PT
Total de BAHIA 6

MINAS GERAIS

Bernardo Santana de Vasconcellos PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Gabriel Guimarães PT
Marcos Montes PSD
Marcus Pestana PSDB
Paulo Abi-Ackel PSDB
Weliton Prado PT
Total de MINAS GERAIS 6

RIO DE JANEIRO

Alexandre Santos PMDB
Manuel Rosa Neca PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Romário S.Part.
Zoinho PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de RIO DE JANEIRO 4

SÃO PAULO

Guilherme Mussi PP
Jefferson Campos PSD
José Genoíno PT
Marcelo Aguiar PSD
Ricardo Berzoini PT
Vanderlei Macris PSDB
Total de SÃO PAULO 6

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB
Homero Pereira PSD
Pedro Henry PP
Total de MATO GROSSO 3

GOIÁS

Heuler Cruvinel PSD
Jovair Arantes PTB
Total de GOIÁS 2

PARANÁ

Abelardo Lupion DEM
Total de PARANÁ 1

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
Alceu Moreira PMDB
Alexandre Roso PSB
Beto Albuquerque PSB
Bohn Gass PT
Darcísio Perondi PMDB
Marcon PT
Renato Molling PP
Ronaldo Zulke PT
Total de RIO GRANDE DO SUL 9

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 28 de agosto, às 19 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Discussão e Votação
(Art. 240, § 3º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados)

ITEM ÚNICO

REPRESENTAÇÃO Nº 20-A, DE 2013
(Da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados)

Discussão e votação da Representação nº 20-A, de 2013, que representa em face do Deputado Natan Donadon, em razão de condenação criminal transitada em julgado; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela procedência, no sentido da perda do mandato (Relator: Dep. Sérgio Zveiter).

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 57 minutos.)

Ata da 249ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, em 28 de agosto de 2013

Presidência dos Srs.: Henrique Eduardo Alves, Presidente. Simão Sessim, 2º Secretário. Ronaldo Caiado, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

ÀS 19 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Henrique Eduardo Alves
Andre Vargas
Fábio Faria
Marcio Bittar
Simão Sessim
Maurício Quintella Lessa
Biffi
Gonzaga Patriota
Wolney Queiroz
Vitor Penido
Takayama
Partido Bloco

RORAIMA

Chico das Verduras PRP PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Edio Lopes PMDB
Jhonatan de Jesus PRB
Luciano Castro PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Marcio Junqueira DEM
Paulo Cesar Quartiero DEM
Raul Lima PSD
Urzeni Rocha PSDB
Total de RORAIMA 8

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT
Davi Alcolumbre DEM
Evandro Milhomen PCdoB
Fátima Pelaes PMDB
Janete Capiberibe PSB
Luiz Carlos PSDB
Sebastião Bala Rocha PDT
Vinicius Gurgel PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de AMAPÁ 8

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS
Beto Faro PT
Cláudio Puty PT
Dudimar Paxiuba PSDB
Giovanni Queiroz PDT
José Priante PMDB
Josué Bengtson PTB
Lira Maia DEM
Lúcio Vale PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Miriquinho Batista PT
Nilson Pinto PSDB
Wandenkolk Gonçalves PSDB
Wladimir Costa PMDB
Zé Geraldo PT
Zequinha Marinho PSC
Total de PARÁ 15

AMAZONAS

Átila Lins PSD
Carlos Souza PSD
Francisco Praciano PT
Henrique Oliveira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Plínio Valério PSDB
Silas Câmara PSD
Total de AMAZONAS 6

RONDONIA

Marcos Rogério PDT
Marinha Raupp PMDB
Moreira Mendes PSD
Nilton Capixaba PTB
Padre Ton PT
Total de RONDONIA 5

ACRE

Antônia Lúcia PSC
Flaviano Melo PMDB
Gladson Cameli PP
Henrique Afonso PV
Perpétua Almeida PCdoB
Sibá Machado PT
Taumaturgo Lima PT
Total de ACRE 7

TOCANTINS

Ângelo Agnolin PDT

César Halum PSD
Goiaciara Cruz PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Júnior Coimbra PMDB
Lázaro Botelho PP
Nilmar Ruiz PEN
Osvaldo Reis PMDB
Professora Dorinha Seabra Rezende DEM
Total de TOCANTINS 8

MARANHÃO

Alberto Filho PMDB
Carlos Brandão PSDB
Cleber Verde PRB
Costa Ferreira PSC
Davi Alves Silva Júnior PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Domingos Dutra PT
Francisco Escórcio PMDB
Hélio Santos PSD
Lourival Mendes PTdoB PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Nice Lobão PSD
Pedro Novais PMDB
Professor Setimo PMDB
Sarney Filho PV
Simplício Araújo PPS
Weverton Rocha PDT
Total de MARANHÃO 15

CEARÁ

André Figueiredo PDT
Aníbal Gomes PMDB
Ariosto Holanda PSB
Arnon Bezerra PTB
Chico Lopes PCdoB
Danilo Forte PMDB
Edson Silva PSB
Eudes Xavier PT
Genecias Noronha PMDB
Gera Arruda PMDB
Gorete Pereira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
João Ananias PCdoB
José Airton PT
José Guimarães PT
José Linhares PP
Mário Feitoza PMDB
Mauro Benevides PMDB
Raimundo Gomes de Matos PSDB
Vicente Arruda PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de CEARÁ 19

PIAUÍ

Assis Carvalho PT
Hugo Napoleão PSD
Iracema Portella PP
Jesus Rodrigues PT
Júlio Cesar PSD
Marcelo Castro PMDB
Marllos Sampaio PMDB
Nazareno Fonteles PT
Osmar Júnior PCdoB
Paes Landim PTB
Total de PIAUÍ 10

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra PT
Felipe Maia DEM
Paulo Wagner PV
Total de RIO GRANDE DO NORTE 3

PARAÍBA

Benjamin Maranhão PMDB
Damião Feliciano PDT
Efraim Filho DEM
Hugo Motta PMDB
Leonardo Gadelha PSC
Luiz Couto PT
Major Fábio DEM
Manoel Junior PMDB
Nilda Gondim PMDB
Ruy Carneiro PSDB
Wellington Roberto PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Wilson Filho PMDB
Total de PARAÍBA 12

PERNAMBUCO

Anderson Ferreira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Augusto Coutinho DEM
Bruno Araújo PSDB
Carlos Eduardo Cadoca PSC
Eduardo da Fonte PP
Fernando Coelho Filho PSB
Fernando Ferro PT
João Paulo Lima PT
Jorge Corte Real PTB
José Augusto Maia PTB
José Chaves PTB
Luciana Santos PCdoB
Mendonça Filho DEM
Pastor Eurico PSB
Paulo Rubem Santiago PDT
Pedro Eugênio PT
Raul Henry PMDB
Roberto Teixeira PP
Sergio Guerra PSDB
Severino Ninho PSB
Silvio Costa PTB
Total de PERNAMBUCO 21

ALAGOAS

Alexandre Toledo PSDB
Arthur Lira PP
Francisco Tenório PMN
Givaldo Carimbão PSB
Paulão PT
Total de ALAGOAS 5

SERGIPE

Andre Moura PSC
Fabio Reis PMDB
Márcio Macêdo PT
Mendonça Prado DEM
Rogério Carvalho PT
Valadares Filho PSB
Total de SERGIPE 6

BAHIA

Acelino Popó PRB
Afonso Florence PT
Amauri Teixeira PT
Antonio Brito PTB
Antonio Imbassahy PSDB
Claudio Cajado DEM
Colbert Martins PMDB
Edson Pimenta PSD
Erivelton Santana PSC
Fábio Souto DEM
Félix Mendonça Júnior PDT
Geraldo Simões PT
Jânio Natal PRP PrPtdobPrpPhsPslPrtb
João Carlos Bacelar PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
João Leão PP
José Carlos Araújo PSD
José Nunes PSD
José Rocha PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Josias Gomes PT
Jutahy Junior PSDB
Lucio Vieira Lima PMDB
Luiz Alberto PT
Luiz Argôlo PP
Luiz de Deus DEM
Márcio Marinho PRB
Marcos Medrado PDT
Mário Negromonte PP
Nelson Pellegrino PT
Oziel Oliveira PDT
Paulo Magalhães PSD
Roberto Britto PP
Sérgio Brito PSD
Valmir Assunção PT
Waldenor Pereira PT
Zezéu Ribeiro PT
Total de BAHIA 35

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PSD
Aelton Freitas PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Antônio Roberto PV
Aracely de Paula PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Bonifácio de Andrada PSDB
Diego Andrade PSD
Dimas Fabiano PP
Domingos Sávio PSDB
Dr. Grilo PSL PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Eduardo Azeredo PSDB
Eduardo Barbosa PSDB
Fábio Ramalho PV
Gabriel Guimarães PT
George Hilton PRB
Geraldo Thadeu PSD
Humberto Souto PPS
Isaias Silvestre PSB
Jaime Martins PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Jairo Ataíde DEM
Jô Moraes PCdoB
João Bittar DEM
João Magalhães PMDB
José Humberto PHS PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Júlio Delgado PSB
Lael Varella DEM
Leonardo Monteiro PT
Leonardo Quintão PMDB
Lincoln Portela PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luis Tibé PTdoB PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luiz Fernando Faria PP
Margarida Salomão PT
Mário Heringer PDT
Mauro Lopes PMDB
Miguel Corrêa PT
Newton Cardoso PMDB
Nilmário Miranda PT
Odair Cunha PT
Padre João PT
Paulo Abi-Ackel PSDB
Reginaldo Lopes PT
Renato Andrade PP
Renzo Braz PP
Rodrigo de Castro PSDB
Saraiva Felipe PMDB
Silas Brasileiro PMDB
Stefano Aguiar PSC
Toninho Pinheiro PP
Walter Tosta PSD
Total de MINAS GERAIS 48

ESPÍRITO SANTO

Camilo Cola PMDB
Cesar Colnago PSDB

Dr. Jorge Silva PDT
Iriny Lopes PT
Lauriete PSC
Lelo Coimbra PMDB
Manato PDT
Paulo Foletto PSB
Rose de Freitas PMDB
Sueli Vidigal PDT
Total de ESPÍRITO SANTO 10

RIO DE JANEIRO

Adrian PMDB
Alessandro Molon PT
Alfredo Sirkis PV
Andreia Zito PSDB
Anthony Garotinho PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Arolde de Oliveira PSD
Aureo PRTB PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Benedita da Silva PT
Celso Jacob PMDB
Chico Alencar PSOL
Deley PSC
Dr. Adilson Soares PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Dr. Carlos Alberto PMN
Dr. Paulo César PSD
Edson Ezequiel PMDB
Edson Santos PT
Eduardo Cunha PMDB
Eurico Júnior PV
Felipe Bornier PSD
Fernando Jordão PMDB
Fernando Lopes PMDB
Francisco Floriano PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Glauber Braga PSB
Hugo Leal PSC
Jair Bolsonaro PP
Jandira Feghali PCdoB
Jean Wyllys PSOL
Jorge Bittar PT
Leonardo Picciani PMDB
Liliam Sá PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luiz Sérgio PT
Marcelo Matos PDT
Miro Teixeira PDT
Otavio Leite PSDB
Paulo Feijó PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Rodrigo Maia DEM
Sergio Zveiter PSD
Stepan Nercessian PPS
Vitor Paulo PRB
Walney Rocha PTB
Washington Reis PMDB
Zoinho PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de RIO DE JANEIRO 42

SÃO PAULO

Abelardo Camarinha PSB
Alexandre Leite DEM
Aline Corrêa PP
Antonio Bulhões PRB
Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Arlindo Chinaglia PT
Arnaldo Faria de Sá PTB
Arnaldo Jardim PPS
Beto Mansur PP
Bruna Furlan PSDB
Cândido Vaccarezza PT
Carlos Roberto PSDB
Carlos Sampaio PSDB
Carlos Zarattini PT
Delegado Protógenes PCdoB
Devanir Ribeiro PT
Dr. Ubiali PSB
Duarte Nogueira PSDB
Edinho Araújo PMDB
Eleuses Paiva PSD
Eli Correa Filho DEM
Emanuel Fernandes PSDB
Francisco Chagas PT
Gabriel Chalita PMDB
Guilherme Campos PSD
Iara Bernardi PT
Ivan Valente PSOL
Janete Rocha Pietá PT
João Dado PDT
João Paulo Cunha PT
Jorge Tadeu Mudalen DEM
José Mentor PT
Junji Abe PSD
Keiko Ota PSB
Luiz Fernando Machado PSDB
Luiza Erundina PSB
Mara Gabrilli PSDB
Márcio França PSB
Milton Monti PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Missionário José Olimpio PP
Nelson Marquezelli PTB
Newton Lima PT
Otoniel Lima PRB
Pastor Marco Feliciano PSC
Paulo Freire PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Paulo Maluf PP
Paulo Pereira da Silva PDT
Paulo Teixeira PT
Penna PV
Ricardo Berzoini PT
Ricardo Izar PSD
Ricardo Tripoli PSDB

Roberto de Lucena PV
Roberto Freire PPS
Roberto Santiago PSD
Salvador Zimbaldi PDT
Tiririca PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Valdemar Costa Neto PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Vanderlei Siraque PT
Vaz de Lima PSDB
Vicente Candido PT
Vicentinho PT
Walter Feldman PSDB
Walter Ihoshi PSD
William Dib PSDB
Total de SÃO PAULO 65

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB
Eliene Lima PSD
Júlio Campos DEM
Nilson Leitão PSDB
Pedro Henry PP
Valtenir Pereira PSB
Wellington Fagundes PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de MATO GROSSO 7

DISTRITO FEDERAL

Augusto Carvalho PPS
Erika Kokay PT
Izalci PSDB
Jaqueline Roriz PMN
Luiz Pitiman PMDB
Policarpo PT
Reguffe PDT
Ronaldo Fonseca PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de DISTRITO FEDERAL 8

GOIÁS

Armando Vergílio PSD
Carlos Alberto Leréia PSDB
Flávia Morais PDT
Heuler Cruvinel PSD
Íris de Araújo PMDB
João Campos PSDB
Jovair Arantes PTB
Leandro Vilela PMDB
Magda Mofatto PTB
Marina Santanna PT
Pedro Chaves PMDB
Roberto Balestra PP
Ronaldo Caiado DEM
Rubens Otoni PT
Sandes Júnior PP
Sandro Mabel PMDB
Valdivino de Oliveira PSDB
Total de GOIÁS 17

MATO GROSSO DO SUL

Akira Otsubo PMDB
Fabio Trad PMDB
Geraldo Resende PMDB
Mandetta DEM
Marçal Filho PMDB
Reinaldo Azambuja PSDB
Vander Loubet PT
Total de MATO GROSSO DO SUL 7

PARANÁ

Alex Canziani PTB
Alfredo Kaefer PSDB
André Zacharow PMDB
Angelo Vanhoni PT
Assis do Couto PT
Dilceu Sperafico PP
Dr. Rosinha PT
Edmar Arruda PSC
Eduardo Sciarra PSD
Fernando Francischini PEN
Giacobo PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Hermes Parcianello PMDB
João Arruda PMDB
Leopoldo Meyer PSB
Luiz Nishimori PSDB
Marcelo Almeida PMDB
Nelson Meurer PP
Nelson Padovani PSC
Odílio Balbinotti PMDB
Oliveira Filho PRB
Osmar Serraglio PMDB
Pedro Guerra PSD
Professor Sérgio de Oliveira PSC
Rosane Ferreira PV
Rubens Bueno PPS
Sandro Alex PPS
Zeca Dirceu PT
Total de PARANÁ 27

SANTA CATARINA

Carmen Zanotto PPS
Celso Maldaner PMDB
Décio Lima PT
Edinho Bez PMDB
Esperidião Amin PP
João Pizzolatti PP
Jorge Boeira S.Part.
Jorginho Mello PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luci Choinacki PT
Marco Tebaldi PSDB
Mauro Mariani PMDB
Onofre Santo Agostini PSD

Pedro Uczai PT
Rogério Peninha Mendonça PMDB
Ronaldo Benedet PMDB
Valdir Colatto PMDB
Total de SANTA CATARINA 16

RIO GRANDE DO SUL

Assis Melo PCdoB
Danrlei De Deus Hinterholz PSD
Eliseu Padilha PMDB
Enio Bacci PDT
Fernando Marroni PT
Giovani Cherini PDT
Henrique Fontana PT
Jerônimo Goergen PP
José Otávio Germano PP
Jose Stédile PSB
Luis Carlos Heinze PP
Manuela D`Ávila PCdoB
Marco Maia PT
Nelson Marchezan Junior PSDB
Onyx Lorenzoni DEM
Osmar Terra PMDB
Paulo Ferreira PT
Paulo Pimenta PT
Ronaldo Nogueira PTB
Sérgio Moraes PTB
Vieira da Cunha PDT
Vilson Covatti PP
Total de RIO GRANDE DO SUL 22

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 463 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. GONZAGA PATRIOTA, 1º Suplente de Secretário, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser publicado)

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Passa-se às

IV – BREVES COMUNICAÇÕES

Antes de dar início à Ordem do Dia, vou conceder a palavra a alguns Deputados que a haviam solicitado na sessão anterior e não puderam falar.

Concedo a palavra ao Deputado Akira Otsubo, por 1 minuto.

O SR. AKIRA OTSUBO (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvi vários Deputados falarem sobre apagão. Eu não poderia deixar de falar da ENERSUL, empresa concessionária que presta serviço no meu Estado de Mato Grosso do Sul. A empresa está sob intervenção em razão da sua complicada situação financeira, inclusive devendo aos nossos pecuaristas, aos nossos fazendeiros, aos nossos proprietários rurais, àqueles que fizeram investimentos no campo. A empresa teria que ressarci-los, mas não está conseguindo.

Também temos uma grande questão com o Programa Luz para Todos, porque há uma deficiência muito grave: a empresa não está conseguindo atender aos mais de 5 mil inscritos no programa em razão das dificuldades financeiras que atravessa.

Para finalizar, Sr. Presidente, nós requeremos, na Comissão de Fiscalização e Controle, a realização de uma audiência pública. O requerimento foi aprovado, e a reunião está marcada para o dia 11, com a presença já confirmada da ANEEL.

Aproveito a oportunidade para estender o convite a todos os Deputados, pois acredito que não é só o meu Estado de Mato Grosso do Sul que tem essa dificuldade, mas outros Estados também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Concedo a palavra ao Deputado Francisco Floriano. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, só um minutinho. Quero fazer uma proposta a V.Exa. Permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Eu vou fazer uma proposta a V.Exa., Sr. Presidente. Ontem, nós votamos a PEC do Orçamento Impositivo. Antes de votar a PEC, abriu-se a votação e prosseguiram-se os discursos.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Deputado Rubens Bueno, eu conheço a sua proposta, é a melhor.

O SR. RUBENS BUENO – Na semana anterior, não foi diferente. Então, vamos fazer a proposta: que abra a Ordem do Dia...

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – É a melhor. Foi assim ontem, mas nós estamos aguardando o Presidente Henrique Eduardo Alves, que gostaria de

presidir. Eu estou aguardando para saber se S.Exa. também quer que faça exatamente como a sua proposta.

Eu vou dar a palavra ao Deputado Francisco Floriano.

O SR. RUBENS BUENO – Peço à Mesa que faça um comunicado, Sr. Presidente. O Plenário não pode ficar desta forma.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Combinado. Obrigado, Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Concedo a palavra ao Deputado Francisco Floriano, por 3 minutos.

O SR. FRANCISCO FLORIANO (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Simão Sessim, Sras. e Srs. Deputados, como defensor público da saúde deste País, não posso deixar de expressar, da tribuna desta Casa, minha indignação com as denúncias veiculadas, nos jornais do *SBT* e em outros veículos de imprensa, sobre os médicos da rede estadual de saúde do meu Estado, o Rio de Janeiro.

Os médicos recebem por 100 horas, mas chegam a permanecer 10 minutos, ou até menos, só entram para bater o ponto e vão embora. Assinam a presença, e, mesmo observando todos doentes e necessitados que estão ali, batem o ponto e vão embora.

Segundo a reportagem, isso tudo tem acontecido no Hospital Estadual Roberto Chabo, que fica na Região dos Lagos, em Araruama, e é utilizado por moradores de 11 cidades, totalizando quase 1 milhão de pessoas.

Enquanto isso, os corredores do hospital estão superlotados e não há nenhuma previsão de atendimento. Na escala dos médicos, há profissionais trabalhando, mas a população não recebe o atendimento devido. A rotina vergonhosa se repete todos os dias e só muda o personagem. Muitos médicos param o carro na calçada, batem o ponto e vão embora em seguida. Além de não estarem trabalhando, ainda cometem infrações no trânsito, já que estacionar o carro sobre a calçada é infração de trânsito sujeita à multa.

O povo carioca, o povo do meu Estado, o povo da Região dos Lagos e a população brasileira clamam por explicações das autoridades de saúde. No país em que faltam médicos e que, inclusive, recebeu a primeira leva de 400 profissionais vindos do exterior, não podemos aceitar que isso ocorra. É o meu, o seu, o nosso dinheiro que vai pelo ralo. E aqui não se trata apenas do dinheiro, mas, sim, da saúde do povo brasileiro. Exijo que as autoridades competentes investiguem e punam todos os envolvidos no esquema.

Eu sei e reconheço que o Programa Mais Médicos é de suma importância, e quero, sim, que os médicos vindos do exterior encontrem os nossos hospitais com, no mínimo, uma estrutura para que possam atender o povo com dignidade.

Que Deus abençoe o nosso País e o povo brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WASHINGTON REIS (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na próxima sexta-feira, estaremos na Baixada Fluminense, junto com o Governador Sérgio Cabral e com alguns Prefeitos, para fazer a entrega de algumas ambulâncias, que vão atender a população da nossa Baixada.

É com muito orgulho que nós trabalhamos na Baixada Fluminense, onde eu nasci, onde eu moro. Sabemos que as necessidades são muitas, sabemos que a população cobra saúde, cobra mais médicos, mas é importante destacar o que já foi feito. Quando passo pela Rodovia Washington Luís e vejo a planta do Hospital Moacyr do Carmo, com 290 leitos, 30 leitos de UTI, que tive o privilégio de construir quando fui Prefeito da cidade de Duque de Caxias, eu me encho de orgulho. Mas nós sabemos que se precisa de muito mais.

Sabemos que as emergências dos hospitais estão sempre cheias, e nós acreditamos realmente nessa grande parceria com o Governo do Estado, no compromisso do Governador Sérgio Cabral, que já licitou a construção de um novo hospital para tratamento de queimaduras, para atendimento na área de traumatologia. Ao lado do Hospital de Saracuruna, o terreno já está desapropriado. Em breve, as obras terão início.

Lemos os jornais e vemos o registro de tantas falhas, tantas críticas, mas nós que estamos lá na ponta sabemos o muito que tem sido feito e o muito que nós temos que inaugurar, entregar ao povo, junto com os políticos, junto com os técnicos do Governo.

Eu quero agradecer ao Presidente a atenção, o carinho. Sempre nos dá a oportunidade de ocupar a tribuna desta Casa, por saber que realmente a Baixada Fluminense precisa muito. Nós estamos trabalhando e, em breve, vamos entregar, na área de saúde, muitos leitos à população não só da baixada, mas do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Deputado Washington Reis, faço minhas as palavras de V.Exa. Realmente a nossa Baixada vem ganhando grande impulso.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Concedo a palavra ao Deputado Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fizemos, no último fim de semana, uma viagem pela BR-429, no Estado de Rondônia. Visitamos os Muni-

cípios de São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e, finalmente, Costa Marques.

Foi uma viagem extremamente produtiva. Pudemos verificar a pujança daquela região, mas sempre há algo que nos entristece: a BR-429 está inacabada, com recursos públicos mal aplicados. Se não se conclui a construção de uma rodovia daquele porte, acaba se deteriorando o trabalho iniciado.

Nenhuma das obras de arte da rodovia foi ainda implantada. Pior, o trecho da BR que cruza a cidade de São Miguel do Guaporé não tem nada pronto. Dá a sensação de que São Miguel é uma cidade abandonada, o que não é verdade.

A viagem foi magnífica no que se refere ao contato com aquela população, mas vale registrar, mais uma vez, o repúdio do povo de Rondônia ao descaso do Governo Federal com as BRs do nosso Estado: a BR-364, em relação à qual tantas vezes fiz denúncias; a BR-429, em que serviço foi iniciado, e não concluído; a BR-425, que liga a BR-364 a Guajará-Mirim.

Fica registrado o apelo para que o DNIT e o Governo Federal olhem para Rondônia e para essas estradas com os mesmos olhos que olham para o restante do País. O tráfego pela BR-364 no trecho de Mato Grosso é uma coisa, e quando se chega a Rondônia a estrada se deteriora completamente. Quando se chega ao Acre, Sr. Presidente, novamente a estrada é de primeira. Por que essa discriminação contra Rondônia?

Fica o apelo ao DNIT para que cuide das estradas de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 24 de agosto de 1882 morreu Luís Gama. Poeta, advogado e escravo, morreu praticamente na miséria, mas na luta contra a escravidão e o racismo.

A história de Luís Gama se confunde com a maioria das histórias dos negros escravos. Sem trégua, lutava e denunciava todas as formas de opressões materializadas nas senzalas.

Lutou sem ficar suplicando para a dita boa vontade e compaixão dos senhores escravocratas. Defendia a ideia de que o direito de liberdade dos escravos diz respeito ao próprio direito da dignidade humana, que quando ultrajada cabe o direito do uso da legítima defesa.

Luís Gama foi um militante intrépido, destemido, que trazia no seu próprio sangue o radical senso de justiça herdado de sua mãe, Luíza Mahin. Foi escrava e mulher de fibra, e, sobrevivendo de vendas de doces, foi uma das influentes na célebre Revolta dos Malês, rebelião de escravos mulçumanos em Salvador.

Por conta de seu envolvimento com a rebelião, Luíza Mahin teve que fugir de Salvador, indo para o sul, e desapareceu sem nunca mais ter encontrado o filho.

Diante desse desencontro e dessa perda, Luís Gama foi vendido pelo próprio pai, para saldar dívida de jogo, salientando que tal prática era ilegal pelas próprias leis, que nem sempre estavam do lado dos escravos alforriados, mesmo diante de tal violação praticada por seu genitor.

De sabedoria jurídica aguçada, Luís Gama aproveitava as brechas jurídicas para defender o interesse de seus clientes, escravos que desejavam comprar a liberdade. Por sua conta e usando os seus parcos recursos, ajudou a libertar mais de 500 escravos através de processos legais.

Mesmo profundo conhecedor das leis, Luís Gama não se alimentava de nenhuma ilusão a respeito das instituições, sabendo que a genuína e verdadeira libertação só poderia ser dada com a luta e a militância dos próprios escravos.

Considerado um grande polêmico, deixou um legado de centenas de discursos e textos retratando as condições degradantes a que eram submetidos os seres humanos algemados e escravizados nos navios negreiros e nas senzalas.

Em face desse cenário de crueldade, Luís Gama concluiu ser legítimo o direito moral a revoltar, dizendo:

> "Milhões de homens livres, nascidos como feras ou como anjos, nas fúlgidas areias da África, roubados e escravizados, azorragados, mutilados, arrastados neste país clássico da sagrada liberdade, assinados impunemente, sem direitos, sem família, sem pátria, sem religião, vendidos como bestas, espoliados em seu trabalho, transformados em máquinas, condenados à luta de todas as horas e de todos os dias, de todos os momentos, em proveito de especuladores cínicos, de ladrões impudicos, de salteadores sem nome. Quando, porém, por uma força invencível, por ímpeto indomável, por um movimento soberano do instinto revoltado, levantam-se como a razão, e matam o senhor, como Lusbel mataria Deus, são metidos no cárcere; e aí a virtude exaspera-se, a piedade contrai-se, a liberdade confrange-se, a indignação referve, o patriotismo arma-se".

Em decorrência da sua radicalidade, recebia diversas ameaças de morte, vindas dos escravocratas que não aceitavam e tampouco suportavam tamanha ousadia de Luís Gama. Mesmo assim, esse grande líder abolicionista não se intimidava e não o impediam de continuar lutando contra o *status quo*.

Já no final da sua vida, ajudou a fundar o clube abolicionista considerado precursor do grupo caifazes, movimento partidário do método da ação direta e da desobediência civil, que, através de uma rede de contatos, se infiltrava nas fazendas e convencia os escravos a fugir.

Luís Gama mesmo na velhice continuava a ser fonte de inspiração a outros movimentos que surgiam. Não se assustava diante do uso de métodos radicais para combater a escravidão e toda forma de opressão contra os escravos pelas instituições.

Aos 58 anos Luís Gama faleceu sem deixar qualquer herança aos seus filhos, deixou uma história de lutas e sacrifícios que, sem dúvida, foi fonte de inspiração e mola propulsora a diversos movimentos que antecederam a inconclusa Lei Áurea, que libertou os escravos.

Luís Gama foi um dos maiores inspiradores da historia da diáspora e libertação afro-brasileira. Forjado num ambiente hostil e desumano da escravidão, é incontestavelmente a grande referência de todas as gerações de movimentos negros no País, que ainda militam por um Brasil etnicamente justo e igualitário.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo lembrar que a convocação da sessão foi feita para as 19 horas. Às 19 horas, nós temos que iniciar a Ordem do Dia. Isto aqui está virando... Sr. Presidente, desculpe-me. Eu já fiz este juramento: nunca mais voto em Presidente que não cumpre o Regimento Interno.

Vamos votar, Sr. Presidente, senão V.Exa. nos dispensa, e nós vamos embora. Não é justo ser convocado para um horário, e não começar a Ordem do Dia. Desculpe-me, mas a coisa está errada.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Deputado Onofre, se há alguém que aprecia V.Exa., é quem está presidindo esta sessão, porque V.Exa. é um regimentalista, V.Exa. cobra e faz. Eu sou testemunha dos seus relatórios rápidos. V.Exa. cobra que estejamos prontos para votar.

O Presidente já anunciou que, dentro de 5 minutos, no máximo, estará conosco

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo a esta tribuna, nesta noite, para uma reflexão sobre o que está acontecendo no Brasil com relação ao Programa Mais Médicos, mas não o programa em si, porque isso nós vamos discutir aqui como medida provisória, como política de saúde, como respostas às necessidades da população no campo da saúde.

Nós temos muitas críticas. Nós somos contra a privatização da saúde, nós estamos para acabar com a leniência governamental com os planos de saúde – e sobre já pedimos uma CPI aqui –, somos a favor da verba do SUS para a saúde, etc. Agora, o que está acontecendo no Brasil em relação à vinda de médicos estrangeiros, particularmente os cubanos, é uma demonstração de xenofobia, de ódio, de preconceito, que precisa ser repudiada.

O que fez uma jornalista? Disse que as médicas cubanas pareciam domésticas. Atingiu todas e quaisquer trabalhadoras brasileiras e também as médicas cubanas com racismo e preconceito.

A foto estampada no jornal *Folha de S.Paulo* mostra um médico negro saindo e de uma estudante loirinha nordestina, de Fortaleza, estimulada pelo Sindicato dos Médicos, do Ceará, dizendo: *"Escravo".*

O que é isso, gente? Que retrocesso é esse? Tem que ser repudiado em praça pública esse tipo de atitude, que é estimulado por Conselhos de Medicina, como o de Minas Gerais, que rasgou publicamente o juramento de Hipócrates, que é salvar vidas. Perdeu-se o controle. Há um membro do Conselho Regional do Rio Grande do Sul que tem dois filhos formados em Cuba e, ainda assim, é contra a vinda de médicos cubanos.

Isso é realmente espantoso! Eles estão tão preocupados com o trabalho escravo em Cuba, onde há onze médicos por habitante, enquanto aqui no Brasil há um ponto alguma coisa... Eles já demonstraram no mundo inteiro não somente que são formados, como também que são competentes, pós-graduados, solidários, e que aqui não vêm para ganhar dinheiro porque são contra a mercantilização da Medicina.

É por isso que a "reserva de mercado" está apavorada!

Mas essa é outra discussão. Como disse, não é o Mais Médicos; é o preconceito e a xenofobia. Eu espero que os médicos do Brasil, cidadãos médicos, tão importantes para o País, repudiem essa postura.

O Sr. Simão Sessim, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente.

V – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

Partido Bloco

RORAIMA

Chico das Verduras PRP PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Edio Lopes PMDB
Jhonatan de Jesus PRB

Luciano Castro PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Marcio Junqueira DEM
Paulo Cesar Quartiero DEM
Raul Lima PSD
Urzeni Rocha PSDB
Total de RORAIMA 8

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT
Davi Alcolumbre DEM
Evandro Milhomen PCdoB
Fátima Pelaes PMDB
Janete Capiberibe PSB
Luiz Carlos PSDB
Sebastião Bala Rocha PDT
Vinicius Gurgel PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de AMAPÁ 8

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS
Beto Faro PT
Cláudio Puty PT
Dudimar Paxiuba PSDB
Elcione Barbalho PMDB
Giovanni Queiroz PDT
José Priante PMDB
Josué Bengtson PTB
Lira Maia DEM
Lúcio Vale PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Miriquinho Batista PT
Nilson Pinto PSDB
Wandenkolk Gonçalves PSDB
Wladimir Costa PMDB
Zé Geraldo PT
Zequinha Marinho PSC
Total de PARÁ 16

AMAZONAS

Átila Lins PSD
Carlos Souza PSD
Francisco Praciano PT
Henrique Oliveira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Plínio Valério PSDB
Silas Câmara PSD
Total de AMAZONAS 6

RONDONIA

Marinha Raupp PMDB
Moreira Mendes PSD
Nilton Capixaba PTB
Padre Ton PT
Total de RONDONIA 4

ACRE

Antônia Lúcia PSC
Flaviano Melo PMDB
Gladson Cameli PP
Henrique Afonso PV
Perpétua Almeida PCdoB
Sibá Machado PT
Taumaturgo Lima PT
Total de ACRE 7

TOCANTINS

Ângelo Agnolin PDT
César Halum PSD
Goiaciara Cruz PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Lázaro Botelho PP
Nilmar Ruiz PEN
Osvaldo Reis PMDB
Professora Dorinha Seabra Rezende DEM
Total de TOCANTINS 7

MARANHÃO

Alberto Filho PMDB
Carlos Brandão PSDB
Cleber Verde PRB
Costa Ferreira PSC
Davi Alves Silva Júnior PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Domingos Dutra PT
Francisco Escórcio PMDB
Hélio Santos PSD
Lourival Mendes PTdoB PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Nice Lobão PSD
Pedro Novais PMDB
Professor Setimo PMDB
Sarney Filho PV
Simplício Araújo PPS
Weverton Rocha PDT
Total de MARANHÃO 15

CEARÁ

André Figueiredo PDT
Aníbal Gomes PMDB
Ariosto Holanda PSB
Arnon Bezerra PTB
Danilo Forte PMDB
Edson Silva PSB
Eudes Xavier PT
Genecias Noronha PMDB
Gera Arruda PMDB
Gorete Pereira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
João Ananias PCdoB
José Airton PT
José Guimarães PT
José Linhares PP
Mauro Benevides PMDB
Raimundo Gomes de Matos PSDB

Vicente Arruda PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de CEARÁ 17

PIAUÍ

Assis Carvalho PT
Hugo Napoleão PSD
Iracema Portella PP
Jesus Rodrigues PT
Júlio Cesar PSD
Marllos Sampaio PMDB
Nazareno Fonteles PT
Osmar Júnior PCdoB
Paes Landim PTB
Total de PIAUÍ 9

RIO GRANDE DO NORTE

Fábio Faria PSD
Fátima Bezerra PT
Felipe Maia DEM
Henrique Eduardo Alves PMDB
Paulo Wagner PV
Total de RIO GRANDE DO NORTE 5

PARAÍBA

Benjamin Maranhão PMDB
Damião Feliciano PDT
Efraim Filho DEM
Hugo Motta PMDB
Leonardo Gadelha PSC
Luiz Couto PT
Major Fábio DEM
Manoel Junior PMDB
Nilda Gondim PMDB
Ruy Carneiro PSDB
Wellington Roberto PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Wilson Filho PMDB
Total de PARAÍBA 12

PERNAMBUCO

Anderson Ferreira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Augusto Coutinho DEM
Bruno Araújo PSDB
Carlos Eduardo Cadoca PSC
Eduardo da Fonte PP
Fernando Coelho Filho PSB
Fernando Ferro PT
Gonzaga Patriota PSB
João Paulo Lima PT
Jorge Corte Real PTB
José Augusto Maia PTB
José Chaves PTB
Luciana Santos PCdoB
Mendonça Filho DEM
Pastor Eurico PSB
Paulo Rubem Santiago PDT
Raul Henry PMDB
Roberto Teixeira PP
Severino Ninho PSB
Silvio Costa PTB
Wolney Queiroz PDT
Total de PERNAMBUCO 21

ALAGOAS

Alexandre Toledo PSDB
Francisco Tenório PMN
Givaldo Carimbão PSB
Paulão PT
Total de ALAGOAS 4

SERGIPE

Andre Moura PSC
Fabio Reis PMDB
Márcio Macêdo PT
Mendonça Prado DEM
Valadares Filho PSB
Total de SERGIPE 5

BAHIA

Acelino Popó PRB
Afonso Florence PT
Amauri Teixeira PT
Antonio Brito PTB
Antonio Imbassahy PSDB
Claudio Cajado DEM
Colbert Martins PMDB
Daniel Almeida PCdoB
Edson Pimenta PSD
Erivelton Santana PSC
Fábio Souto DEM
Félix Mendonça Júnior PDT
Geraldo Simões PT
Jânio Natal PRP PrPtdobPrpPhsPslPrtb
João Carlos Bacelar PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
João Leão PP
José Carlos Araújo PSD
José Nunes PSD
José Rocha PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Jutahy Junior PSDB
Lucio Vieira Lima PMDB
Luiz Argôlo PP
Luiz de Deus DEM
Márcio Marinho PRB
Marcos Medrado PDT
Mário Negromonte PP
Nelson Pellegrino PT
Oziel Oliveira PDT
Paulo Magalhães PSD
Roberto Britto PP

Sérgio Brito PSD
Valmir Assunção PT
Waldenor Pereira PT
Zezéu Ribeiro PT
Total de BAHIA 34

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PSD
Aelton Freitas PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Antônio Roberto PV
Aracely de Paula PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Bonifácio de Andrada PSDB
Diego Andrade PSD
Dimas Fabiano PP
Domingos Sávio PSDB
Dr. Grilo PSL PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Eduardo Azeredo PSDB
Eduardo Barbosa PSDB
Fábio Ramalho PV
George Hilton PRB
Geraldo Thadeu PSD
Humberto Souto PPS
Isaias Silvestre PSB
Jaime Martins PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Jairo Ataíde DEM
Jô Moraes PCdoB
João Bittar DEM
João Magalhães PMDB
José Humberto PHS PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Júlio Delgado PSB
Lael Varella DEM
Leonardo Monteiro PT
Leonardo Quintão PMDB
Lincoln Portela PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luis Tibé PTdoB PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luiz Fernando Faria PP
Margarida Salomão PT
Mário Heringer PDT
Mauro Lopes PMDB
Miguel Corrêa PT
Newton Cardoso PMDB
Nilmário Miranda PT
Odair Cunha PT
Padre João PT
Reginaldo Lopes PT
Renato Andrade PP
Renzo Braz PP
Rodrigo de Castro PSDB
Saraiva Felipe PMDB
Silas Brasileiro PMDB
Stefano Aguiar PSC
Toninho Pinheiro PP
Vitor Penido DEM
Walter Tosta PSD
Total de MINAS GERAIS 47

ESPÍRITO SANTO

Camilo Cola PMDB
Cesar Colnago PSDB
Dr. Jorge Silva PDT
Iriny Lopes PT
Lauriete PSC
Lelo Coimbra PMDB
Manato PDT
Paulo Foletto PSB
Rose de Freitas PMDB
Sueli Vidigal PDT
Total de ESPÍRITO SANTO 10

RIO DE JANEIRO

Adrian PMDB
Alessandro Molon PT
Alfredo Sirkis PV
Andreia Zito PSDB
Anthony Garotinho PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Arolde de Oliveira PSD
Aureo PRTB PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Benedita da Silva PT
Celso Jacob PMDB
Chico Alencar PSOL
Deley PSC
Dr. Adilson Soares PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Dr. Carlos Alberto PMN
Dr. Paulo César PSD
Edson Ezequiel PMDB
Edson Santos PT
Eduardo Cunha PMDB
Eurico Júnior PV
Felipe Bornier PSD
Fernando Jordão PMDB
Fernando Lopes PMDB
Francisco Floriano PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Glauber Braga PSB
Hugo Leal PSC
Jair Bolsonaro PP
Jandira Feghali PCdoB
Jean Wyllys PSOL
Jorge Bittar PT
Leonardo Picciani PMDB
Liliam Sá PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luiz Sérgio PT
Marcelo Matos PDT
Miro Teixeira PDT
Otavio Leite PSDB
Paulo Feijó PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Rodrigo Maia DEM

Sergio Zveiter PSD
Simão Sessim PP
Stepan Nercessian PPS
Vitor Paulo PRB
Walney Rocha PTB
Washington Reis PMDB
Total de RIO DE JANEIRO 42

SÃO PAULO

Abelardo Camarinha PSB
Alexandre Leite DEM
Aline Corrêa PP
Antonio Bulhões PRB
Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Arlindo Chinaglia PT
Arnaldo Faria de Sá PTB
Arnaldo Jardim PPS
Beto Mansur PP
Bruna Furlan PSDB
Cândido Vaccarezza PT
Carlos Roberto PSDB
Carlos Sampaio PSDB
Carlos Zarattini PT
Delegado Protógenes PCdoB
Devanir Ribeiro PT
Dr. Ubiali PSB
Duarte Nogueira PSDB
Edinho Araújo PMDB
Eleuses Paiva PSD
Eli Correa Filho DEM
Emanuel Fernandes PSDB
Francisco Chagas PT
Gabriel Chalita PMDB
Guilherme Campos PSD
Iara Bernardi PT
Ivan Valente PSOL
Janete Rocha Pietá PT
Jefferson Campos PSD
João Dado PDT
João Paulo Cunha PT
Jorge Tadeu Mudalen DEM
José Mentor PT
Junji Abe PSD
Keiko Ota PSB
Luiz Fernando Machado PSDB
Luiza Erundina PSB
Mara Gabrilli PSDB
Márcio França PSB
Milton Monti PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Missionário José Olimpio PP
Nelson Marquezelli PTB
Newton Lima PT
Otoniel Lima PRB
Pastor Marco Feliciano PSC
Paulo Freire PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Paulo Maluf PP
Paulo Pereira da Silva PDT
Paulo Teixeira PT
Penna PV
Ricardo Izar PSD
Ricardo Tripoli PSDB
Roberto de Lucena PV
Roberto Freire PPS
Roberto Santiago PSD
Salvador Zimbaldi PDT
Tiririca PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Valdemar Costa Neto PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Vanderlei Siraque PT
Vaz de Lima PSDB
Vicente Candido PT
Vicentinho PT
Walter Feldman PSDB
Walter Ihoshi PSD
William Dib PSDB
Total de SÃO PAULO 65

MATO GROSSO

Eliene Lima PSD
Júlio Campos DEM
Nilson Leitão PSDB
Valtenir Pereira PSB
Wellington Fagundes PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de MATO GROSSO 5

DISTRITO FEDERAL

Augusto Carvalho PPS
Erika Kokay PT
Izalci PSDB
Jaqueline Roriz PMN
Luiz Pitiman PMDB
Policarpo PT
Reguffe PDT
Ronaldo Fonseca PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de DISTRITO FEDERAL 8

GOIÁS

Armando Vergílio PSD
Carlos Alberto Leréia PSDB
Flávia Morais PDT
Íris de Araújo PMDB
João Campos PSDB
Leandro Vilela PMDB
Magda Mofatto PTB
Marina Santanna PT
Pedro Chaves PMDB
Roberto Balestra PP
Ronaldo Caiado DEM

Rubens Otoni PT
Sandes Júnior PP
Sandro Mabel PMDB
Valdivino de Oliveira PSDB
Total de GOIÁS 15

MATO GROSSO DO SUL

Akira Otsubo PMDB
Biffi PT
Fabio Trad PMDB
Geraldo Resende PMDB
Mandetta DEM
Marçal Filho PMDB
Reinaldo Azambuja PSDB
Vander Loubet PT
Total de MATO GROSSO DO SUL 8

PARANÁ

Alex Canziani PTB
Alfredo Kaefer PSDB
Andre Vargas PT
André Zacharow PMDB
Angelo Vanhoni PT
Assis do Couto PT
Dilceu Sperafico PP
Dr. Rosinha PT
Edmar Arruda PSC
Eduardo Sciarra PSD
Fernando Francischini PEN
Giacobo PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Hermes Parcianello PMDB
João Arruda PMDB
Leopoldo Meyer PSB
Luiz Nishimori PSDB
Marcelo Almeida PMDB
Nelson Meurer PP
Nelson Padovani PSC
Odílio Balbinotti PMDB
Oliveira Filho PRB
Osmar Serraglio PMDB
Pedro Guerra PSD
Professor Sérgio de Oliveira PSC
Rosane Ferreira PV
Rubens Bueno PPS
Sandro Alex PPS
Takayama PSC
Zeca Dirceu PT
Total de PARANÁ 29

SANTA CATARINA

Carmen Zanotto PPS
Celso Maldaner PMDB
Décio Lima PT
Edinho Bez PMDB
Esperidião Amin PP
João Pizzolatti PP
Jorge Boeira S.Part.
Jorginho Mello PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luci Choinacki PT
Marco Tebaldi PSDB
Mauro Mariani PMDB
Onofre Santo Agostini PSD
Pedro Uczai PT
Rogério Peninha Mendonça PMDB
Ronaldo Benedet PMDB
Valdir Colatto PMDB
Total de SANTA CATARINA 16

RIO GRANDE DO SUL

Assis Melo PCdoB
Danrlei De Deus Hinterholz PSD
Eliseu Padilha PMDB
Enio Bacci PDT
Fernando Marroni PT
Giovani Cherini PDT
Henrique Fontana PT
Jerônimo Goergen PP
José Otávio Germano PP
Jose Stédile PSB
Luis Carlos Heinze PP
Manuela D`Ávila PCdoB
Marco Maia PT
Nelson Marchezan Junior PSDB
Onyx Lorenzoni DEM
Osmar Terra PMDB
Paulo Ferreira PT
Paulo Pimenta PT
Ronaldo Nogueira PTB
Sérgio Moraes PTB
Vieira da Cunha PDT
Vilson Covatti PP
Total de RIO GRANDE DO SUL 22

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – A lista de presença registra o comparecimento de 445 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Item único.

Não é das pautas mais agradáveis a esta Casa, nem a este Plenário, mas vamos cumprir constitucionalmente o nosso dever.

Antes de abrir e referir-me a essa pauta, tenho o dever de prestar um esclarecimento aos agentes de saúde, essa categoria tão dedicada deste País.

Nós temos o compromisso de, na próxima semana, pautar o PL que estabelece o piso salarial dos agentes de saúde. Como a pauta está trancada, não poderemos cumprir o que nós acertamos, mas quero

aqui reafirmar que, na hora em que houver o destrancamento da pauta, esse será o Item 1 da pauta a ser estabelecida para que esta Casa possa decidir democraticamente essa questão.

O SR. FABIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para informar: e a segunda sessão de discussão do Novo Código de Processo Civil?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – É hoje.

O SR. FABIO TRAD – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Hoje à noite.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

REPRESENTAÇÃO Nº 20-A, DE 2013

(Da Mesa Diretora da Câmara Dos Deputados)

Discussão e votação da Representação nº 20-A, de 2013, da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que representa em face do Deputado Natan Donadon, em razão de condenação criminal transitada em julgado, tendo parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela procedência, no sentido da perda do mandato (Relator: Dep. Sergio Zveiter).

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao Deputado Sergio Zveiter, Relator da matéria. S.Exa. tem o tempo de até 25 minutos.

O SR. SERGIO ZVEITER (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como V.Exa., Sr. Presidente, pôde destacar, esta sessão não é uma das mais agradáveis, mas, de qualquer maneira, temos que cumprir a nossa obrigação constitucional.

A presente sessão extraordinária destina-se a apreciar a Representação nº 20-A, de 2013, de autoria da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, em desfavor do Sr. Deputado Natan Donadon, decorrente da decisão criminal condenatória transitada em julgado, nos autos da Ação Penal nº 396, do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 55, inciso VI, § 2º da Constituição Federal, visando à decretação da perda de mandato parlamentar.

Observando o que prevê o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, garantida ampla defesa ao representado, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania proferiu parecer pela procedência da representação formulada pela Mesa Diretora, oferecendo projeto de resolução no sentido da perda do mandato do Parlamentar.

Incumbe-me neste momento deixar claro que estou aqui numa obrigação de ofício para trazer à apreciação do Plenário o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que, ao julgar a representação da Mesa Diretora da Câmara, pelo voto de ampla maioria, acolheu o parecer de minha autoria, sendo que, quanto à perda do mandato, não houve pronunciamento discordante, tendo a decisão sido proferida por unanimidade.

Eu destaco do parecer:

"I – Relatório

Por meio da Representação nº 20, de 2013, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, agindo nos termos do art. 55, inciso VI, § 2º da Constituição da República, combinado com o art. 240, inciso VI e §§ 1º e 3º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, declarou o procedimento para a perda do mandato do Deputado Federal **NATAN DONADON**, tendo em vista acórdão transitado em julgado proferido pelo Supremo Tribunal Federal, que o condenou à pena privativa de liberdade em virtude da prática dos crimes de peculato e formação de quadrilha.

Designado relator do caso pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o Deputado Federal Décio Lima, foi determinada a intimação do Representado, com cópia da Representação, para que este, querendo, apresentasse defesa escrita e indicasse as provas que pretendia produzir (...)

Como o Deputado não apresentou defesa, o Presidente nomeou defensor dativo (...)" e, após oferecida a defesa no prazo legal, o processo então de representação foi submetido à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em que pese, em sua defesa, alegar o representado inexistirem provas contra ele e que provas como a acareação deveriam ter sido feitas, o certo é que não nos cabe aqui questionar o procedimento processual penal adotado pelo Supremo Tribunal Federal.

"Não nos cabe aqui rejulgar a causa. O juízo é acerca da gravidade e reprovabilidade ou não da condenação para perda do mandato. (...)

A leitura do acórdão proferido pelo Colendo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Penal (...) revela que a conduta pela qual o Deputado Federal NATAN DONADON foi condenado é de natureza gravíssima, absolutamente incompatível com o exercício do mandato parlamentar.

Com efeito, o aludido Parlamentar foi condenado pela prática dos crimes de peculato e formação de quadrilha, capitulados nos arts. 288 e 312 do Código Penal,

tendo-lhe sido aplicada a pena privativa de liberdade de treze anos, quatro meses e dez dias de reclusão e a pena de multa de setenta (*sic*) e seis dias-multa.

Os fatos são verdadeiramente estarrecedores e não se coadunam com os requisitos de probidade e decoro exigidos para o exercício do mandato popular. Em apertada síntese, consoante o acórdão condenatório, o Deputado Federal NATAN DONADON e os demais denunciados associaram-se, de forma permanente, com o propósito de desviar recursos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia por meio da simulação de um contrato de publicidade que deveria ser executado pela empresa MPJ – Marketing Propaganda e Jornalismo.

O referido Parlamentar, então Diretor Financeiro da Assembleia Legislativa de Rondônia, agindo como executor do delito articulado pelo seu irmão, o então Deputado Estadual MARCOS DONADON, que era o Presidente daquela Casa Legislativa, assinou cheques e liberou os recursos em favor da MPJ Marketing Propaganda e Jornalismo Ltda. Tal empresa, embora tenha recebido os pagamentos, jamais prestou serviços ao Poder Legislativo do Estado de Rondônia, e nem sequer emitiu notas fiscais.

Assim, o caso vertente envolve a formação de um juízo de gravidade e reprovabilidade sobre um Deputado Federal que participou de uma organização criminosa que assaltou os cofres públicos do Poder Legislativo de Rondônia, do qual era Diretor Financeiro, mediante contrato simulado de prestação de serviços de publicidade, que jamais foram prestados. (...)

Assim a condenação criminal pela prática dos crimes de peculato e formação de quadrilha, em sentença transitada em julgado", com a suspensão dos direitos políticos, "pela mais alta Corte do País, afirma a reprovabilidade da conduta do Parlamentar em questão, ensejando a perda do seu mandato.

Por derradeiro, ressalto que o momento atual de mobilização da cidadania no Brasil exige respostas firmes e imediatas dos representantes do povo, eleitos pelo voto direto para o exercício da função (...). Não há República sem virtudes cívicas dos cidadãos. Por isso, o primeiro dever de cada homem público é não apenas ser honesto, mas também ser intransigente com a desonestidade. Essa é a nossa missão, Sras. e Srs. Deputados, nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – concluía eu o meu voto, que foi aprovado –, a ser exemplarmente cumprida neste caso."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de encerrar, quero fazer uma consideração sobre este momento histórico que todos acompanham agora. A sociedade tem o direito de receber uma resposta da Câmara dos Deputados. Devemos impedir que a atual sensação de impunidade, sem prazo de validade, se alastre ao ponto de sustentarmos o senso comum de que alguém, seja qual cargo que ocupe, pode estar acima da lei.

Como advogado, designado por V.Exa., Presidente Décio Lima, fiz a tentativa de contribuir com uma análise técnica e mais aprofundada do assunto. Em outro momento, também sinto o dever cívico de representar os que aqui me puseram. Este relatório cumpre a obrigação estabelecida pela Constituição Federal e pelo Regimento Interno da Casa. Por isso, recomendo a cassação do mandato de um Parlamentar já condenado pela Justiça, preso e com seus direitos políticos suspensos.

Podemos e devemos contribuir para uma realidade próxima de fazer com que esta Casa recupere sua imagem, agindo com ética e respeito social para com o cidadão. E é hoje, é agora que podemos dar um importante passo no sentido desse ideal.

Durante o discurso do Sergio Zveiter, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Simão Sessim, 2º Secretário, e Henrique Eduardo Alves, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Consulto o Dr. Gilson César, advogado se quer... *(Pausa.)*

Não vai usar da palavra? *(Pausa.)* Não vai usar da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Natan Donadon, que dispõe do tempo regimental de 25 minutos.

O SR. NATAN DONADON (PMDB-RO. Sem revisão do orador.) – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos Deputados e Deputadas, Sr. Presidente Henrique Alves, na pessoa de quem saúdo toda a Mesa Diretora, funcionários do Poder Legislativo, é difícil para mim estar aqui neste momento em que há acusações, um processo do Supremo Tribunal Federal transitado em julgado, a imprensa dizendo muita coisa, distorcendo muita coisa, omitindo a verdade.

Eu acabo de chegar do Presídio da Papuda. Hoje, dia 28, completam-se 2 meses que lá estou preso, sendo tratado como um preso qualquer, um preso comum.

É muito difícil para mim estar passando por esta situação, numa prisão, num isolamento, a Prisão de Segurança Máxima – PSM, numa ala em que os companheiros de prisão dizem *"P-0 – prisão zero"*, porque não tem nada.

Agora, na hora de vir para cá, ou pouco antes, fui tomar um banho, e faltou água na torneira. Lá não há chuveiro; há uma torneira de água fria. E justamente hoje faltou água. E eu tive – porque estava todo ensaboado quando acabou a água no presídio – de recorrer

a um preso ao lado da minha cela. Ele tinha algumas garrafinhas de água. Não era de água mineral, mas garrafinhas nas quais ele guardava água, porque ele dizia que às vezes faltava.

Eu sempre tinha um balde – porque nós temos um balde que usamos lá –, porque lá o vaso sanitário é igual aos dos banheiros públicos, enfim, postos de gasolina. Então, há um balde, e a gente sempre guarda um balde de água cheio, justamente para, quando acabar a água, você ter ali uma água reservada. E eu sempre fiz isso. Mas, hoje, um dia muito diferente, atípico, de todos os dias, eu não pude fazer isso. E, na hora em que eu fui tomar banho, acabou a água. Daí o colega tinha algumas garrafinhas de água guardadas, e eu as pedi a ele. Acabei de tomar banho com essas poucas garrafinhas de água que ele me emprestou.

Vim algemado de lá para cá. Nunca tinha entrado em um camburão na minha vida, nunca tinha pensado que isso fosse acontecer. Fui algemado atrás pelas mãos. Como tenho uma certa fobia, pedi aos agentes que me trouxessem com as mãos na frente. Eles disseram que não podiam. Mas Deus me acompanhou, me deu forças, me deu resignação, para que eu pudesse vir de lá para cá, guardado por Deus.

Nesses 60 dias em que estou preso lá, tenho sofrido muito. Tenho sofrido muito! É desumano o que um prisioneiro passa, e o que eu passei nesses dias. A minha família tem sofrido muito. Estão comigo aqui a minha esposa, a Rosângela, e a minha filha, Rebeca, que está findando o curso de Medicina aqui na Faculdade Católica. Meus assessores também estão aqui, e meu filho, Natan, também está presente aqui neste momento.

Foi difícil tomar a decisão de vir aqui. Até hoje, dia de visita, quarta-feira, a Rebeca, minha filha, me disse: *"Pai, eu não quero que o senhor vá. Eu não quero que o senhor vá porque eu não quero ver a situação de humilhação por, talvez, o senhor ser execrado pela imprensa*". Mas eu lhe falei: "*Filha, eu preciso ir, e por duas razões. Eu preciso ir, primeiramente, para esclarecer os nobres Deputados e Deputadas amigas da minha inocência. Eu preciso ir"*.

Só a verdade me trouxe aqui. Eu não viria aqui se eu não tivesse a verdade. Se não fosse para dizer só a verdade, eu não teria coragem. Não adiantaria nada eu vir aqui hoje para mentir ou para dizer o que eu vou dizer como verdade, sendo inverdade; ou se a minha consciência dissesse o contrário, a minha consciência me acusasse quanto àquilo que vou dizer. Eu não conseguiria falar uma coisa, se a minha consciência estivesse dizendo que aquilo não era verdade.

Então, vim aqui porque eu estou tendo, pela primeira vez – pela primeira vez, Sras. e Srs. Deputados! –, a oportunidade de me defender, a oportunidade de dizer a verdade sobre tudo isso para os Deputados e para as Deputadas, e para a imprensa, que distorceu todos os fatos.

Lamento muito a mídia nacional, ou grande parte dela, ser sensacionalista e irresponsável. A verdade nem sempre dá notícia. O que dão notícia são outras coisas. A verdade não interessa a muitos veículos de comunicação.

O outro motivo que me trouxe aqui, além de fazer a minha defesa, de falar ao povo brasileiro sobre a minha inocência, é poder dizer que eu sou inocente das acusações que estão impondo contra mim.

Vejo o relatório do nobre Deputado Relator dessa Representação nº 20 dizendo absurdos, dizendo asneiras, coisas que não conferem com o meu caráter, com a minha vida pública.

Eu convivi com vocês aqui. Estou no meu terceiro mandato como Deputado Federal – no meu terceiro mandato como Deputado Federal! Nunca tive uma conduta em desacordo, nunca fiz algo que desabonasse a minha conduta como Deputado Federal. Sempre trabalhei com dignidade, com respeito, respeitando o meu mandato, respeitando a minha família, respeitando esta Casa parlamentar, respeitando o povo brasileiro, respeitando o povo de Rondônia, respeitando o povo que me elegeu como Deputado Federal. Depois dessa acusação absurda que foi feita pelo Ministério Público de Rondônia, já fui eleito duas vezes Deputado Federal pela população do Estado de Rondônia.

E eu lamento o ponto em que o Relator diz que eu seria um risco para a sociedade como Deputado Federal. Que absurdo! Estou há 9 anos com vocês. Quem não conhece a minha conduta, a minha postura, a amizade que tenho com todos? Nunca fiz inimizade nesta Casa, aqui sempre trabalhando com muito carinho e com muito amor e respeitando todos os direitos e deveres.

Nos últimos dias, caros amigos e amigas Deputadas, tenho sofrido bastante. Inclusive financeiramente – tenho passado por dificuldades. Não sei por que razão, mas a Mesa Diretora ou o Presidente desta Casa suspendeu o meu mandato, suspendeu o meu gabinete. Há dois meses eu não recebo salário; há dois meses os meus servidores e os meus assessores estão desamparados. O trabalho que eu vinha fazendo tive que parar no meio do caminho, porque não pude dar sequência a ele.

Mas este *bottom* eu tenho aqui! *(Exibe o bottom)* Eu ainda sou Deputado Federal! Entendo eu e entendem os meus advogados que a Mesa e o Presidente não poderiam ter feito isso. Mas fizeram. O Presidente eu não culpo – nem tenho ressentimento contra ele.

Porque V.Exa. eu sempre honrei. Trabalhamos juntos, como líderes e como presidente de seu partido. Mas, enfim, foi essa a decisão tomada.

Eu tenho sofrido muito financeiramente! Minha filha faz faculdade. Até para alugarmos uma casa, hoje, estamos com dificuldade. A Câmara determinou que eu abandonasse, que eu saísse do apartamento. Minha esposa veio aqui e até pediu pelo amor de Deus à Câmara que não fizesse isso, até porque eu sou Deputado ainda. Eu sou Deputado! Não acho justo terem suspendido todos os meus direitos, meu salário, com o qual sobrevivo, sendo Deputado.

Meu filho, Natan, passou no vestibular recentemente, em Cuiabá, para Medicina. Entre mais de dois mil candidatos, ele passou em 33º lugar. E ele me disse: "*Pai, eu não vou para lá. A faculdade é particular, e eu sei que nós estamos numa situação financeira difícil. Eu vou prestar outro vestibular, porque eu sei que posso fazer e passar numa faculdade pública"*. E eu falei: "*Meu filho, vá! Deus proverá. Nós damos um jeito. Sempre esperamos esse momento em que você passasse"*. Há mais de 2 anos ele faz cursinho para Medicina – e passou. Mas ele não foi, porque preocupado com o pai dele na cadeia, preocupado com a mãe dele, com a família, com o momento difícil por que eu passo.

Mas agora eu quero entrar nesse fato dessa acusação absurda que me fizeram há 17 anos. Isso foi em 1997. No ano de 1997, meu irmão (Deputado Estadual com 21 anos), saindo da adolescência, aos 21 anos, um menino, foi eleito Deputado Estadual em Rondônia e eleito Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia. Com 21 anos de idade! Talvez, na época, o Presidente mais novo no Brasil. Eu morava em Colorado do Oeste e era Secretário de Fazenda naquele Município. Já mexia com recursos financeiros. Nunca houve uma acusação, nunca fiz nada ilícito. Muito pelo contrário, eu era sempre muito zeloso pela coisa pública. Sempre fui muito zeloso pelo Erário.

Eu me lembro de que, em Colorado ainda, quando eu era Secretário de Fazenda, às vezes, durante o dia, não tínhamos condições de examinar os processos para fazer pagamentos. Mas, como eu tinha que atender aos fornecedores, à noite eu ia à Prefeitura de Colorado do Oeste para examinar os processos, folha por folha, capa a capa, para que, no dia seguinte, eu pudesse fazer o pagamento, sabendo que estaria fazendo o pagamento certo, o pagamento correto, o pagamento dentro da lei.

Eu fui para Porto Velho a convite de meu irmão, Marco Antônio, para ajudá-lo em Porto Velho. Fui como chefe de gabinete; não fui, primeiramente, como diretor financeiro. Fiquei uns tempos como chefe de gabinete dele. No período em que ele assumiu, em 2005, ele montou a sua equipe de trabalho, nomeou os diretores, nomeou o diretor-geral da Assembleia, inclusive o diretor financeiro geral da Assembleia. E eu não fui o primeiro diretor da Assembleia a assumir o cargo; fui o segundo diretor. Então, houve um diretor financeiro que assumiu antes de mim, isso em 2005. Ali ele fez todos os procedimentos, como licitação, e não só dessa empresa de publicidade, para se prestar serviços institucionais à Assembleia Legislativa, como de todos os demais contratos e pagamentos que ali se fazia.

Chegou um dado momento em que eu fui convidado para assumir o departamento financeiro. E eu o assumi, para ajudar o meu irmão, Marco Antônio, mas com todos os procedimentos já feitos. Já haviam contratado as empresas, já haviam sido feitas as licitações. Inclusive, em relação a essa empresa de publicidade, já havia pagamentos feitos. O diretor antes de mim, inclusive – pasmem! –, não foi acusado pelo Ministério Público.

Eu dei sequência apenas aos pagamentos, cumprindo com o meu dever – e não só ao pagamento dessa empresa, como aos demais pagamentos. Nunca fiz nada de ilícito. Nunca desviei um centavo da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Aqui na Câmara dos Deputados deve ser o mesmo procedimento. Lá, na Assembleia, havia uma comissão para recebimento de serviços que atestava as notas fiscais. Vinham devidamente atestadas as notas fiscais. Um parecer geral do procurador da Assembleia Legislativa dizia que o processo estava apto para pagamento. Também havia um parecer da controladoria interna e do departamento de imprensa. Vinham fitas cassetes, jornais, toda uma documentação para pagamento. Como é que eu não iria pagar? Estava tudo legal, lícito, legalmente dentro da lei. E uma comissão por decreto nomeada para receber os serviços e os materiais, devidamente atestada, Sr. Presidente. Inclusive, quando faltava uma assinatura, eu fazia questão de pedir a um funcionário que colhesse a assinatura do último membro da comissão de recebimento de serviços, para que não faltasse nenhuma assinatura, para que o processo fosse devidamente pago, legalmente.

Eu não sei os senhores, mas, no meu lugar, qualquer um faria: estava legal. E eu nunca fiz nada ilegal, nunca fiz nada fora da lei, nunca desviei um centavo. Essa acusação é absurda, é injusta!

Mas eu fiquei nove meses – em 1997, eu assumi – na Assembleia Legislativa de Rondônia. Em 1997, ou no comecinho de 1998, eu pedi exoneração do cargo para concorrer à minha primeira eleição, em 1998, a Deputado Federal.

Depois que eu pedi exoneração, depois que eu já estava quase 1 ano fora da Assembleia Legislativa, fiquei sabendo que o Ministério Público de Rondônia tinha invadido a Assembleia Legislativa. Invadiram a Assembleia! Entraram, arrombaram e invadiram a Assembleia Legislativa. Levaram documentos, levaram caixas... Até hoje eu me lembro de jornais publicados com fotos de promotores com caixa nas costas. E levaram documentos embora.

Depois de certo tempo, uns meses depois ou anos depois, eu fiquei sabendo que o Ministério Público tinha entrado com uma acusação de formação de quadrilha, de peculato, contra algumas outras pessoas e também contra mim. Eu fiquei pasmado, absurdamente assustado com isso. Mas por quê? Tudo o que eu fiz foi legal.

O Ministério Público dizia que não tinha sido executado o serviço. Mas, e aqueles papéis que vieram até a minha mão? E as notas fiscais que vieram até a minha mão? E o Relator que fez aqui o relatório na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, dizendo que não havia nota fiscal? Claro que havia notas fiscais! Existiam volumes. Porque era muito papel. A *TV Amazônica*, que representa a *TV Globo* em Rondônia, o jornal *O Diário do Amazonas*, o jornal *Alto Madeira*, o jornal *Estadão* e outros jornais do interior... Essa empresa fez os pagamentos devidos. Mas por que o Ministério Público alega que não foi executado o serviço, que foram desviados 8 milhões, e me coloca como chefe de quadrilha? Que absurdo! Nunca pertenci a quadrilha nenhuma!

O Ministério Público diz que eu fui cooptado por uma suposta quadrilha, cooptado. Eu nunca fui chefe de quadrilha, nunca pertenci a quadrilha nenhuma! Mas o Ministério Público disse que o serviço não foi executado porque não tinha encontrado o processo na Assembleia – isso, anos depois. Eu fiquei sabendo, pela mídia, que eles tinham invadido e que, depois, na acusação, diziam eles que o serviço não tinha sido prestado porque não havia nota fiscal, não havia comprovante, não havia nada.

Mas o que eu tenho a ver com isso? Se o processo sumiu, se eles não encontraram documentos, Sr. Presidente... Eles é que deviam ter investigado. As provas que eram para me condenar eles as trouxeram para o Supremo. As provas que eram para me condenar vieram para o Supremo, mas as provas que me absolviam não vieram. Nenhuma!

Por que não quebraram o sigilo bancário das empresas? Nós dissemos: *"Quebrem o sigilo bancários das empresas, e vocês verão que eles receberam"*. Por que eles não investigaram? Se eles quisessem, eles descobririam quem tinha sumido com o processo, onde o processa estava, quem seria o responsável. Mas me culpar ou aos demais também?!

Como Deus está no céu, pelo que é mais sagrado, por Deus e pela minha família, eu não seria louco ou quase louco para assinar pagamentos sem documentos. Eu não era louco, não estava ficando, nem estou, porque não fiquei louco até hoje.

Sr. Presidente, eu fiz os pagamentos legais. Eu não desviei um centavo, Srs. Deputados. Pelo amor de Deus, façam justiça!

Eu nem culpo o Supremo, porque o Ministério Público não mandou as provas que me absolviam; eles colheram as provas. Não encontraram processos, não encontraram documentos. *"Então, vamos condenar todo mundo!"* É muito fácil...

O Ministério Público de Rondônia sabe que o serviço foi executado, Presidente – eles sabem. Se eles quisessem descobrir, seria muito simples. Nós pedimos: *"Quebrem o sigilo bancário"*. O meu foi quebrado, e não encontraram nada. E por que o meu foi quebrado, Presidente? E nós solicitamos: *"Quebrem o sigilo bancário das empresas, então, e vocês verão que o serviço foi executado. Se o processo sumiu, se vocês não o encontraram, é muito simples"*.

O que eles queriam eles conseguiram: condenar.

Mas, se eles quisessem investigar – eles têm condições, têm capacidade, têm preparo; e se eles não tivessem, que pedissem à Polícia Judiciária para que fizesse as investigações para descobrir a verdade, Presidente, mas não culpar um inocente.

Vejam a minha declaração de Imposto de Renda. Eu só tenho uma casa. No meu terceiro mandato, eu só tenho uma casa. Cadê o dinheiro, Presidente? A mídia fala em 8 milhões – que absurdo! Disseram que fui... O Ministério Público disse que eu fui cooptado. Quem cooptou foi o Ministério Público! Ninguém me cooptou. Cadê?

Os cheques que eu assinei estão lá, no Supremo Tribunal Federal, para quem quiser ver. Eu assinei cheques, em conjunto com o Presidente, de 1 milhão e 600. Eu deveria estar respondendo por 800 mil reais. Acusação falsa, porque nunca desviei nada. Mas eram 800 mil. Eu assinei em 9 meses, no ano de 1997...

(O microfone é desligado.)

O SR. NATAN DONADON – Sr. Presidente, por gentileza!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado, mais 2 minutos a V.Exa. para concluir.

O SR. NATAN DONADON – Para concluir.

(Manifestação do Plenário. Deixa ele falar! Deixa ele falar!)

O SR. NATAN DONADON – Obrigado.

Em 1997... Desculpem, eu me perdi um pouco, meus amigos.

Ah! Dos cheques!

Nos 9 meses em que eu fiquei na Assembleia Legislativa de Rondônia, meus amigos e companheiros – tenho respeito por todos vocês nesses três mandatos em que estive aqui –, eu paguei o valor de 1 milhão e 600 mil.

Por que a mídia não fala a verdade? Por que eles não disseram isso? É de 1 milhão e 600 mil reais. E eu seria corresponsável, então, por responder por 800 mil reais?! Não que eu tenha feito isso, mas é para dizer aos senhores o quanto que está distorcido esse negócio.

Com relação à minha renúncia, por exemplo. Eu renunciei em 2010, mesmo com todas as críticas em cima de mim. Em 2010, fui eleito Deputado Federal em Rondônia, talvez o único que... Está aqui Milton Capixaba, meu amigo, que é testemunha. Todos que estavam no Ficha Limpa, estavam com a candidatura indeferida por causa desse processo. Mas, naquela época, em 2010, eu fui candidato normalmente e eleito Deputado Federal. Mas a população, os adversários diziam: *"Não votem nele, porque, se votarem, não adianta ele ganhar que ele não vai ser Deputado Federal. Não adianta votar!"* Mesmo assim, Srs. Deputados, estou no meu terceiro mandato, e a minha votação sempre aumentou.

Neste último mandato, eu fiz 27 mil votos na primeira; não fui eleito por causa do coeficiente. Na segunda, 28; na terceira, 32; e, na quarta, agora, 43 mil votos, mesmo no Ficha Limpa. A população de Rondônia me conhece, a população da minha região me conhece. Pesquisa recente na minha região...

Enquanto o nobre Relator diz que eu sou um risco para a sociedade... Que absurdo! Como Deputado Federal, eu ofereci risco aos senhores? Eu ofereci risco ao povo de Rondônia? Muito pelo contrário! Uma pesquisa mostrou, Sr. Presidente, 82% de aprovação do meu mandato. Na minha cidade, Vilhena, com quase 100 mil habitantes, tive 82% de aprovação. E sempre com a Oposição batendo nessas questões todas. Mas a população conhece a minha conduta, conhece o meu coração.

Eu não vim aqui para dizer mentiras; se viesse para mentir, eu não viria. Eu não viria para mentir. A minha consciência não permite isso. A Bíblia diz: *"Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará"*. Nada pode contra a verdade, a não ser a favor da verdade. E eu estou dizendo a verdade aos senhores.

Condenaram-me em 2010, com a Ministra Cármen Lúcia relatora. Cassaram meu mandato e julgaram um ex-Deputado. Aí, a Ministra Cármen Lúcia me acusou de fraude processual, de subterfúgios, porque eu renunciei. Mas esse é um direito meu. Mas não foi por causa disso, não. Porque, se tivessem que acusar alguém de fraude processual, eu tinha que acusá-la, porque ela ficou 2 anos com o meu processo. Dois anos nas mãos da Ministra Cármen Lúcia! E por que ela foi julgá-lo às carreiras?

Eu não tive opção; eu renunciei. E por que eu renunciei? Não foi por subterfúgios, não foi por fraude, não foi isso.

Primeiro, o Supremo tinha um precedente: Ronaldo Cunha Lima – renunciou, e o processo desceu. Eu confiei no Supremo, eu confiei na jurisprudência, na conduta do Supremo Tribunal Federal. Achei que eles fossem me tratar com igualdade. Mas não me trataram. Julgaram um ex-deputado.

Se eu voltasse a Rondônia, talvez ou com quase certeza, eu teria sido absolvido, e não estaria preso. Por que os corréus, que são acusados, Srs. Deputados, com penas mais graves do que a minha, até como chefes de quadrilha, pegaram 6 anos? E eu, como cooptado, Presidente, como pego 13 anos, 4 meses e 10 dias? Que explicação tem isso? O meu advogado, conversando com a Relatora, ouviu que ela disse: *"Mas, e as vozes da rua?"* O meu advogado, pasmo, disse: *"Eu não estou acreditando! Estou assustado, Ministra, com o que a senhora está dizendo".*

Quando Celso de Mello disse que o Supremo está para fazer justiça e cumprir a lei... As vozes da rua, com todo o respeito, crucificaram Jesus. Há manifestações. Procedem. Tudo certo, tudo bem. Mas temos que ter muito cuidado. Mas o que assustou o meu advogado foi ela dizer *"E as vozes da rua?"* Meu Deus do céu!

Sr. Presidente, para encerrar.

Por que eu renunciei, Presidente? Por que renunciei? Primeiro, pelo precedente. Ou não é um direito meu renunciar? Não é um direito de todos nós, a qualquer momento em que nós quisermos? Não foi por fraude. A Ministra segurou por 2 anos.

Ministra Carmem Lúcia, eu não estou acusando a senhora de nada; eu só estou dizendo a verdade. Eu vim aqui para dizer a verdade. Eu nunca desviei um centavo de lugar nenhum! Se o Ministério Público não encontrou processo, se sumiu o processo, como eles falam, que não havia nota fiscal... Mas eu não sou culpado! Que procurem os responsáveis! Quebrem o sigilo bancário de quem for.

Mas o Ministério Público teve interesse, Presidente, porque o que ele queria tinha na mão, que era a acusação, que era me condenar! Mas era simples, se quisessem achar o culpado. Eu só não acho justo condenar um inocente.

Só para finalizar, Presidente. Por que eu renunciei? Primeiro, pelo precedente. Segundo, já estava

em vigência a Lei da Ficha Limpa, de 2010. Eu ganhei as eleições porque o povo de Rondônia me ama. Eles têm respeito pelo meu trabalho, como eu estava dizendo aqui.

A Lei da Ficha Limpa estava em vigor. Por que eu iria me submeter a uma única... Com todo o respeito ao Supremo, que é a nossa maior corte do País: mas eu já não era mais Deputado! Faltavam dois meses. Eu renunciei dia 20 de outubro de 2010. Faltavam 2 meses e pouquinho para terminar o mandato. Por que eu iria submeter-me a uma única instância, sendo que a probabilidade de eu assumir era quase zero? Por que a Lei da Ficha Limpa... Inclusive, havia sido julgada, àquela época, a candidatura do Joaquim Roriz; e ele foi impedido de ser candidato. Dificilmente eu poderia ser Deputado, Presidente. Por que eu iria, com todo respeito à Corte... Sendo que eu poderia ir para uma instância e começar a ser absolvido, como os corréus, com acusações mais graves do que a minha.

Houve menos da metade. Inclusive, o meu advogado vai entrar com revisão criminal. Creio em Deus e na Justiça. Eles farão justiça! Mas eu sei que esta Casa é independente, e aqui eu queria ter esta oportunidade para falar a vocês, ao Brasil, ao Supremo, ao Ministério Público.

Sr. Presidente, eu fui acusado de fraude. Mas – esperem aí – quem ficou 2 anos com o processo, sem julgar, não fui eu, não! O processo poderia ter sido julgado antes. Foi jogado em cima das minhas costas, ao se dizer que eu estava fraudando, usando subterfúgio para fugir da pena de um dos crimes que iria prescrever. Mas não fui eu que fiquei 2 anos com o processo parado lá. Não fui eu, não! As duas razões por que eu renunciei não foram nem por fraude nem por medo – nem por nada! Foi porque a probabilidade de eu assumir era quase zero, principalmente se julgado pelo Supremo, e quando a pressão da mídia nacional dizia que o Supremo em 30, 40, 50 anos nunca condenou um Deputado. Eu fiquei com medo. E também falei: *"Por que eu vou ser julgado por uma única instância, sendo que dificilmente eu vou assumir o mandato?"* Mas me condenaram, mesmo sem ser Deputado Federal. Eu, um cidadão comum, fui julgado e condenado a 13 anos. Injustiça!

Meus amigos Deputados Federais – amo todos vocês, amo a minha profissão, gosto de fazer política, de trabalhar –, com todo o respeito a vocês, acreditem em mim! Quantas pessoas inocentes estão presas por aí, que, depois de alguns anos, se descobre? É possível.

O Ministério Público não permitiu. Ele poderia ter permitido. Eu pedi, para quebrarem o sigilo bancário das empresas. Mas eles não me atenderam, não quebraram, porque senão eu iria encontrar provas que me ajudariam, que iriam me beneficiar, que iriam me absolver, que iriam me inocentar. Mas isso não era interessante para eles. Não era interessante!

Inclusive, essa foi a questão da PEC 37, não foi? E, se é a questão de que quem acusa é que deve fazer a investigação, aqui está um caso concreto. Se eles quisessem descobrir a verdade... E eu ainda sendo irmão do deputado presidente. Disseram que eu fui cooptado pela quadrilha. Mas eu nunca desviei um centavo!

Quero olhar aqui nos olhos de vocês. Pelo que é mais sagrado, pela minha família e por Deus, eu não desviei! Eu sou inocente! Acreditem na verdade!

Eu peço uma oportunidade a vocês, ao povo brasileiro que está me vendo neste momento, ao Supremo, a quem quer que seja. Eu sou inocente. Não tirem o meu mandato. Deus sabe que estou dizendo a verdade.

Se eles não encontraram documentos, e por isso disseram que não foi executado o serviço, problema de quem ficou no meu lugar, de quem foi para frente. Eu saí – e isso aconteceu bem depois. Enquanto eu estava lá, eu não era louco. Não sou louco! Quem é doido de pagar alguma coisa sem documentação? Havia fardos assim de volumes na minha sala, volumes de papéis.

Presidente, como Deus está no céu, eu não seria louco de pagar a ninguém sem nota fiscal. Eu não seria. Meu Deus do céu! A minha conduta não permite isso, a minha formação não permite isso. Eu não sou ladrão, eu nunca roubei nada!

É uma acusação injusta, e estamos provando junto à Justiça a minha inocência.

Povo brasileiro, Srs. Deputados, por favor, me absolvam! Esta Casa é independente.

Eu vim aqui para dizer a verdade, para esclarecer a verdade a vocês: eu nunca desviei um centavo de lugar nenhum. Sempre fui muito correto nas minhas coisas, graças a Deus! E vim aqui para ficar de consciência tranquila, porque, se eu não viesse, eu iria ficar com a consciência pesada, por ter o direito de me defender e de não ter me defendido.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Peço para concluir, Sr. Deputado.

O SR. NATAN DONADON – *"E a verdade vos libertará"*.

Obrigado, Presidente.

Presidente, V.Exa. disse mais alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Não. Só o tempo de V.Exa.

O SR. NATAN DONADON – Muito obrigado pelo tempo.

Eu poderia dizer outras coisas aqui, mas, nesta hora, saindo de onde eu saí... Eu vou encerrar. Saí algemado, no camburão. Vim, pedindo a Deus misericórdia, porque eu tenho fobia de andar algemado, ainda

mais no camburão. Se saí de lá para vir aqui é porque eu vim para dizer a verdade, senão eu não viria.

Meu advogado, César Stéfanes. Está ali meu advogado.

Eu vou encerrar em 10, 15 segundos.

Obrigado, César!

Creio que vai ser dispensada a palavra do advogado. Com as minhas palavras, está dita toda a verdade. Eu vim para...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Peço para concluir, Sr. Deputado!

O SR. NATAN DONADON – ...dizer a verdade; senão eu não viria aqui.

Srs. Deputados, em nome da justiça e da verdade, muito obrigado por me ouvirem!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Há inscrição de oradores.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar. S.Exa. tem 3 minutos.

(Manifestação no plenário. Vamos votar! Vamos votar! Vamos votar, Sr. Presidente!)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta é uma sessão atípica, tanto que, de maneira rara, todos prestam muita atenção. E isso, apesar de ser também uma sessão deprimente, engrandece o Legislativo e dá o contorno exato do que é esta Casa.

O fato de o Deputado Natan Donadon vir aqui defender seu mandato dá riqueza a esta sessão e mostra a singularidade deste Poder, que é o Poder Legislativo.

E é por isso que eu estou aqui, porque o voto será, infelizmente, ainda secreto, na apreciação da proposta, não apenas do Deputado Zveiter, mas, como S.Exa. lembrou bem, da unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, um projeto de resolução pela cassação do mandato do Deputado Natan. No entanto, esta apreciação, ainda que com voto secreto, não nos impõe o silêncio obsequioso, respeitoso.

Estou aqui em nome do pequenino PSOL para manifestar uma posição que já foi dita na longa sessão da CCJ, onde todos se manifestavam à exaustão. Será que a gente fala uma coisa quando o Deputado representado não está e aqui agora silencia?

Respeito a dor evidente que V.Exa., Deputado Natan Donadon, está sofrendo, porque a pena de privação de liberdade é terrível. Alô aqueles que defendem a pena de morte. Eles viram aqui como é dolorosa a pena de privação da liberdade. Além de afetar profundamente cada pessoa que está naquela condição, afeta as relações familiares. É uma desgraça, evidentemente. E as condições carcerárias deste País são também muito cruéis, agregam penas à pena de privação de liberdade. Por isso, é um momento evidentemente grave, incômodo.

Mas eu quero dizer que a nossa avaliação aqui é diferente da do Poder Judiciário. O Poder Judiciário, há bastante tempo, em diferentes instâncias – e o Deputado Natan foi julgado de maneira definitiva pelo Supremo, porque tem a prerrogativa de foro –, decidiu com provas técnicas, defesa, avaliações. Nós não vamos entrar aqui, nem temos condições, inclusive, na avaliação do que se subtraiu ou não dos cofres públicos de Rondônia. Se houve uma formação de quadrilha assim ou assado, isso não nos compete. Por isso, existem três poderes na república no mundo inteiro.

O que nós vamos decidir aqui é se um Parlamentar com sentença transitada em julgado que teve evidentemente amplo poder de defesa... Aí eu divirjo do Deputado Natan, que disse que pela primeira vez está podendo se defender. Não, não só no processo judicial, como aqui mesmo, nos 2 anos mais recentes do seu mandato, ele pode, claro, usar a tribuna e se defender. E o fez. Então, o direito de defesa está assegurado, assim como eu também não concordo quando ele diz que o relatório, que é da CCJ – e olha que nós votamos por outra solução final, menos constrangedora até e mais objetiva –, está repleto de asneiras. Ali a discussão foi séria.

Então, eu queria só concluir. Em primeiro lugar, a Constituição é clara no seu art. 15 e no seu art. 55. Ela preserva o mandato e coloca a perda de mandato como exceção – afinal, a ditadura acabou –, quando houver sentença criminal transitada em julgado. Isso combinado também com o Código Penal, art. 92, que fala – e a própria sentença do STF...

(Manifestação no plenário.)

O SR. CHICO ALENCAR – O pessoal não quer mais ouvir. É isso?

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Não, é o tempo de V.Exa.

O SR. CHICO ALENCAR – Estou falando asneiras, certamente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Não, é o tempo de V.Exa., Deputado, mas tudo bem. Pode concluir.

O SR. CHICO ALENCAR – Eu vou concluir.

Nós entendemos que a Constituição Federal já determina a perda do mandato. O próprio Supremo disse também, na sua decisão, que ficam suspensos os direitos políticos de quem é condenado criminalmente.

(Manifestação no plenário.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. CHICO ALENCAR – A impaciência da corporação é grande. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Para concluir, Deputado.

O SR. CHICO ALENCAR – Manifestem essa impaciência no seu voto. Ele é livre e secreto. Resolvam aí.

Para nós, então, encerrando, é importante para este Parlamento fazer o julgamento político dentro daquilo que é bom para a democracia brasileira, para não abrir um precedente que desmoralizaria esta Casa.

O nosso voto é "sim" ao relatório.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Jutahy Junior. *(Pausa.)*

Há apenas três oradores inscritos regimentalmente. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Jutahy Junior. *(Pausa.)*

Depois de os Deputados usarem da palavra vamos passar à votação imediatamente.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves, somos velhos companheiros de Parlamento. Fiz tudo que estava ao meu alcance, em termos intelectuais e de convencimento, para impedirmos esta sessão. Lutamos de todas as maneiras. Apresentamos um voto na Comissão de Justiça e tive o orgulho de ser acompanhado por quinze colegas. Cabia à Mesa da Câmara dos Deputados, simplesmente, declarar a perda do mandato do Deputado Natan Donadon.

Por que isso? Porque o Supremo Tribunal Federal já julgou, teve o ilustre Deputado a capacidade, a oportunidade de se defender no Supremo Tribunal Federal, levando as suas provas, os seus argumentos. Ali, no Judiciário, é que se faz a avaliação das questões que estão em discussão na defesa do Deputado Natan, não aqui. Nós não somos o um poder revisor da decisão do Supremo Tribunal Federal. Nós não estamos aqui julgando decoro parlamentar. Nós estamos aqui julgando em função de uma condenação transitada em julgado do Deputado, que não foi condenado por ser Deputado, porque os atos ocorreram antes, mas foi condenado por peculato e formação de quadrilha a 13 anos de reclusão. Não cabe a nós avaliarmos as provas. Nós não temos condições disso, nós não somos o Poder Judiciário. Nós somos pessoas que estão aqui constrangidas, porque não existe ambiente mais constrangedor do que este que nós estamos vivendo nesta sessão.

Nunca, neste Parlamento, tivemos uma sessão semelhante. É o primeiro caso na história do período democrático brasileiro que um Parlamentar está preso no exercício do mandato e vem a esta tribuna, como presidiário, ser julgado pelos seus pares.

Sr. Presidente, quero discordar da decisão de V.Exa. com todo respeito. Sei que existem correntes doutrinárias que defenderam a posição da Mesa e da maioria da Comissão de Justiça, mas quero dizer que procurei de todas as maneiras um posicionamento contrário a essa decisão, para não termos que sujeitar a Casa a este risco que nós estamos correndo. Quero dizer, com a tranquilidade de que quem conhece o Parlamento, que estamos correndo um risco gigantesco de conflito entre os poderes. Nós temos uma sentença transitada em julgado. Nós temos uma sentença definitiva, coisa julgada.

Imaginem a seguinte situação: o Supremo Tribunal Federal condena um Parlamentar a 13 anos de reclusão, e o Parlamento, através do voto secreto – e eu espero que nunca mais tenha julgamento por voto secreto –, imaginem que esta Casa não casse o mandato do Deputado Natan Donadon, que não haja os 257 votos condenatórios. Como ficaremos? Qual é a situação que vamos enfrentar? Nós vamos ter um condenado encarcerado? Eu tenho pena da pessoa física do Deputado Natan. Tenho!

Conheço-o há muitos anos e não imaginava estar numa situação dessas, de ter aqui que defender, como a Câmara dos Deputados fez, na Comissão de Justiça, por unanimidade. Cinquenta e cinco Deputados, no voto aberto, votaram pela cassação do Deputado Natan. Cinquenta e cinco. Trinta e nove defenderam o parecer do ilustre e digno Deputado Sergio Zveiter, na mesma direção da questão de ordem negada pelo Presidente Henrique Eduardo Alves. Dezesseis defenderam a posição do meu voto em separado, que nós não tivéssemos a situação que nós estamos passando hoje.

Sr. Presidente, se tiraram o apartamento, o salário, os funcionários, por que a Câmara, através da Mesa, também não tirou o mandato, como assim cabia? Não podemos ter um Deputado sem direitos políticos. O art. 15 da Constituição é claro.

Por isso, Sr. Presidente, com o maior constrangimento, eu voto pela cassação do Deputado.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para lembrar a V.Exa. que esse constrangimento poderia ser evitado, primeiro, pelo Supremo, que muitas vezes invade a seara legislativa, e não teve a coragem de dizer que era apenas a declaração da perda do mandato e nos remeteu esse constrangimento geral.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Não. O Supremo reformou, inclusive, decisão anterior, cumprindo a Constituição na sua melhor interpretação.

O SR. ROBERTO FREIRE – Não é cumprindo a Constituição, porque aqui o que nós estamos fazendo lembra...

(Manifestação no plenário.)

O SR. ROBERTO FREIRE – Eu quero apenas dizer...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Para concluir, para encerrar.

O SR. ROBERTO FREIRE – Claro, e eu não vou tomar muito tempo. Essa impaciência pode ser muito grande, mas não é maior do que o constrangimento que esta Casa passa de ter na tribuna um condenado pelo Supremo Tribunal Federal. E isso poderíamos ter evitado, e nós vamos ter ainda maiores constrangimentos.

Quero declarar o meu voto, tal como fiz na Comissão de Constituição e Justiça.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado, constrangimentos não podem impedir este Parlamento de cumprir o seu dever, sobretudo observando a Constituição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Vamos dar início à votação.

Peço a atenção do plenário para os seguintes esclarecimentos sobre o processo de votação. São três as opções de voto: sim, não e abstenção. Ao votar "sim", o Parlamentar estará votando pela aprovação do parecer, ou seja, pela cassação do mandato. Ao votar "não", rejeitando o parecer, portanto, pela absolvição. Quem, portanto, for pela cassação vota "sim", quem for pela absolvição vota "não".

A votação será realizada pelo sistema eletrônico. Vale ressaltar que, para a perda de mandato, em votação secreta, será necessário o voto da maioria absoluta dos membros da Casa, ou seja, no mínimo, 257 votos "sim" ao parecer.

O voto de abstenção conta para efeito do quórum de deliberação. Nos termos do art. 180 do Regimento Interno, alterado pela Resolução nº 2, de 2011, é vedado o acolhimento do voto de Deputado representado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Está iniciada a votação. *(Pausa.)*

REPRESENTAÇÃO Nº 20, DE 2013

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, nos termos do art. 55, inciso VI e §2º, da Constituição Federal, em combinação com o art. 240, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, considerando a decisão proferida nesta data pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Penal n. 396, que considerou protelatórios os embargos de declaração interpostos e reconheceu o imediato trânsito em julgado da decisão condenatória, formula a presente REPRESENTACÃO em face do Sr. NATAN DONADON, em razão de condenação criminal com trânsito em julgado pela prática dos delitos de peculato e formação de quadrilha, nos termos dos acórdãos anexados.

Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para os fins do art. 240, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Brasília, 26 de junho de 2013. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente; **André Vargas**, 1º Vice-Presidente; **Simão Sessim**, 2º Secretário; **Biffi**, 4º Secretário; **Gonzaga Patriota**, 1º Suplente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS quer fazer orientação. Por isso, nós encaminhamos o voto "sim" pela cassação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Não há orientação, não à orientação, Deputado. Nós vamos passar à votação.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, mas quero falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Está iniciado o processo de votação. *(Pausa.)*

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não vai haver orientação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Rubens Bueno, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é preciso dizer que nós estamos num momento em que alguém neste plenário, ainda com mandato de Deputado Federal, teve não só a condenação pelo Supremo Tribunal Federal, como também a suspensão dos direitos políticos pelo mesmo prazo, ou seja, por 13 anos. Se está com os seus direitos políticos suspensos, se está condenado, se o processo está transitado em julgado, não há por que tomar outra atitude que não seja a cassação – que não deveria ser efetuada pelos Parlamentares, membros deste Parlamento, mas sim pela Mesa, declarar que, a partir daquele momento, aquele mandato não existe mais. A Mesa seguiu o rito natural e normal, mas é preciso reformar isso, Sr. Presidente. Não podemos de forma alguma deixar que, num momento importante da vida nacional, haja momento como este, em que os Deputados estão a tomar esta decisão nesta Casa.

Por isso, a bancada do PPS, por unanimidade, votará "sim", pela cassação do Deputado, por entender que tudo aquilo a que S.Exa. tinha direito de provar e se defender foi realizado perante a Justiça brasileira, e o principal Tribunal do País o fez, julgando e condenando, e não será aqui que se fará a revisão dessa condenação. E, mesmo que aqui se mantenha o mandato, S.Exa. continuará preso na penitenciária, conforme decisão já tomada pelo Supremo Tribunal Federal.

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos encaminhando a votação pela cassação de mandato do Deputado Natan Donadon.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Esclareço que o art. 55 da Constituição, em seu § 2º, prevê que, nos casos dos incisos I, II e VI, decretada a condenação criminal, em sentença transitada em julgado, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados. Assim, estamos cumprindo o nosso dever.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Arnaldo Jordy queria declarar o voto "sim", pela cassação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – O voto é secreto, Deputado, o voto é secreto. É Regimento da Casa.

O SR. ARNALDO JORDY – Sr. Presidente, faço questão de declará-lo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, autorizado pelo Líder Ronaldo Caiado e em nome dos Democratas, nós queremos orientar a bancada dos Democratas a cumprir aquilo que está no Regimento. A bancada dos Democratas orienta cada Parlamentar a decidir livremente seu voto, mas a orientação da bancada dos Democratas é a favor do relatório, é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Na orientação de Líder nos processos de votação; V.Exa. falou como Líder.

O SR. GLAUBER BRAGA – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra V.Exa., como Líder.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero deixar claro que o PSB reuniu sua bancada e discutiu o tema no dia de ontem. Pela defesa que a gente faz já – inclusive ressaltada pela bancada – do voto aberto, neste exato momento o PSB tem uma posição de bancada pelo voto "sim".

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, questão de ordem. Peço aos colegas que não declarem o voto. O voto é secreto, a votação é secreta. Não existe orientação de bancada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Já foi dito, Deputado. Espero que cumpram.

Deputado, V.Exa., pela ordem.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fui votar lá no meio da tucanada. Quando cheguei lá, eu peguei a máquina, e a máquina não... Eu botei o voto, e não apareceu voto para mim. Para mim não pode ser secreto. Eu tenho que ver se a máquina bota para mim o que eu quero, porque muitas vezes nós erramos.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – O voto não aparece, Deputado, porque alguém poderia observar. O voto não consta. Para preservar o seu voto, o voto não aparece.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO – Pois é, mas acontece o seguinte: agora estou em dúvida se votei certo ou se votei errado. Eu não sei, estou em dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pode votar novamente, Deputado. A Mesa receberá o seu voto. Pode votar novamente. Repete o seu voto.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO – Declarar voto? Não é secreto?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pode votar de novo eletronicamente, Deputado. Não precisa ficar excitado, não.

O SR. CESAR COLNAGO – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não, Deputado Cesar Colnago.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que abri mão da minha manifestação, mas a CCJ fez um excelente trabalho no sentido do debate. Com 16 componentes daquele Plenário, nós votamos com o voto em separado do Deputado Jutahy Junior, porque há um conflito relativo ao comando da Emenda Constitucional nº 33, de 2001. Na verdade, até alguns membros daquela Comissão irão redigir melhor algumas questões que dizem respeito ao que estamos vivendo aqui. Além de constrangedor, há correntes de pensamentos diferentes, na visão do que tem que ser feito nesta Casa hoje. Mas quero dizer que a maioria da CCJ fez a opção pelo voto do Deputado Sergio Zveiter – admiramos e temos muita consideração por S.Exa., porque estudou a matéria –, mas o voto do Deputado Jutahy com certeza era o nosso pensamento: pela declaração da Mesa pela perda do mandato, porque já houve a perda dos direitos políticos, e o comando com certeza mudou em 2001.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Todo o Plenário sabia do constrangimento – era previsível – que esta sessão causaria, mas todos sabiam também do dever de cumprir o papel de votar conscientemente.

Com a palavra o Deputado Fabio Trad.

O SR. FABIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero pedir a V.Exa. que lembre os Parlamentares de que, logo depois desta sessão, haverá a segunda sessão para a discussão da principal lei ordinária do País, o Código de Processo Civil. Gestado no Senado, o Código despendeu 2 anos nesta Câmara dos Deputados para ser confeccionado. Eu gostaria que V.Exa. atendesse ao meu pedido, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Exatamente, e já é a segunda sessão de discussão. Teremos apenas mais três, para concluir e levarmos à votação neste plenário esta importante proposta em favor do Brasil.

Parabenizo V.Exa., Deputado Fabio Trad, pela dedicação, assim como parabenizo o Relator, nosso Deputado Paulo Teixeira.

O SR. SIBÁ MACHADO – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Sibá Machado, faz tempo que V.Exa. não fala no plenário. Estávamos com saudade de V.Exa.! *(Risos.)*

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou aqui com o Deputado Izalci e a Deputada Margarida Salomão, ainda tratando daquele assunto, porque hoje a Comissão de Constituição e Justiça aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 290, de 2013. Qual é o pedido que fazemos a V.Exa., já que se trata de um acerto da Comissão Especial do Projeto de Lei nº 2.177, de 2011? Que V.Exa. possa consultar os Líderes sobre transferir a Comissão Especial da PEC 290/2013 para a Comissão Especial do PL 2.177/2011. Por quê? Porque foi da discussão feita por esta Comissão Especial que nasceu essa PEC. Se formos criar outra, Sr. Presidente, a nossa preocupação é perdermos tempo e ainda termos de começar do zero a discussão. Então, se V.Exa. concordar, pedimos que nomeie a Comissão e que o Deputado Izalci seja o Relator da PEC 290.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Sempre convencido por V.Exa., estou acabando de criar a Comissão. Se os Srs. Líderes concordarem, aqui e agora, com a manutenção dos mesmos nomes, por coerência serão mantidos.

Os Líderes que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Concordaram.

Aprovados os mesmos nomes da Comissão.

O SR. SIBÁ MACHADO – Relator: Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Um coisa de cada vez, Deputado Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem a palavra o Deputado Isaias Silvestre.

O SR. ISAIAS SILVESTRE (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero a atenção de V.Exa., por gentileza.

Um brasileiro que mora em Janaúba, Minas Gerais, abordou-me e disse: "Sr. Deputado, hoje eu me senti envergonhado de ser brasileiro. Depois de trabalhar por 35 anos com carteira assinada, com contribuições autônomas, pedi a minha aposentadoria. Para a minha tristeza e indignação, 50% do meu salário foi reduzido. O que é isso, Deputado?" E eu lhe disse: "Isso é o fruto de se votar, para a Presidência da República, por vários anos, em pessoas que não têm compromisso com o trabalhador. O nome disso é o famigerado fator previdenciário, que rouba os trabalhadores, que enoja a Nação trabalhista".

Em nome de muitos brasileiros, eu repudio esse sistema que, ao longo de décadas, vem transformando em riquezas que constroem este País o suor de brasileiros – brasileiros que, na sua velhice, não têm condições de manter o mínimo de dignidade e qualidade de vida, que por direito e com esforço conquistaram.

Nós Parlamentares precisamos mostrar para o que fomos eleitos e fazer valer a vontade do povo, que quer apenas viver com um salário que atenda às suas necessidades básicas, e aprovarmos com honra as suas aposentadorias.

Não quero mais andar por meu Estado e ouvir relatos de tristeza e vergonha, como esse que conclamou o nobre colega. E olhamos essa causa de trabalhadores que merece respeito e reconhecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Fabio Trad.

O SR. FABIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu conclamo os Deputados Arnaldo Faria de Sá, Eliseu Padilha, Duarte Nogueira, Hugo Leal, Efraim Filho, Hugo Napoleão, Delegado Protógenes, Onyx Lorenzoni, Moreira Mendes, Severino Ninho, Jerônimo Goergen, Bonifácio de Andrada, Esperidião Amin a permanecerem no plenário, porque estão inscritos para debater a principal lei ordinária do Brasil, que é o Novo Código de Processo Civil, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Eu peço aos Parlamentares que acorram ao Plenário para que tenhamos um número elevado de votos para esta Casa deixar muito clara a sua posição nesta votação.

O SR. EDMAR ARRUDA (PSC-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero primeiro parabenizar todos os corretores de imóveis do Brasil, porque ontem, 27 de agosto, foi o Dia do Corretor de Imóveis. E os corretores fazem parte de uma categoria profissional que participa da cadeia produtiva da construção civil e do mercado imobiliário, respondendo por 18% do PIB.

Eu quero dizer que, em meu primeiro mandato, passar por esta sessão na qual temos um colega Deputado sendo cassado me traz muito pesar, mas temos que acompanhar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e também a Constituição Federal, que diz que um Parlamentar que tiver sido julgado em processo transitado em julgado perde o seu mandato.

Então, é com pesar que eu registro meu voto "sim" à cassação do mandato.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar a presença de V.Exa. na Mesa e pedir a sua atenção para um episódio que ocorreu hoje pela manhã e que pode acontecer com qualquer um de nós. Eu até relatei o ocorrido ao Deputado Andre Vargas.

O Deputado Zoinho foi o segundo colocado na eleição em Volta Redonda. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por 6 votos a zero, cassou o mandato do Prefeito Antônio Francisco Neto e mandou que a Câmara desse posse imediata ao Zoinho. Só que para tomar posse ele tem que renunciar ao mandato de Deputado Federal. Se amanhã o Tribunal Superior Eleitoral expede uma ação cautelar, uma liminar, mandando o Prefeito voltar, ele já renunciou como Deputado. É uma situação complicada.

Eu estou preparando uma proposta de emenda à Constituição, para a qual eu queria o apoio de V.Exa. e dos Líderes, para criar um tempo entre a decisão do Tribunal Estadual e a decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Corretíssima a intenção de V.Exa. Inclusive, aconteceu hoje, se eu não me engano, em Petrolina, em Pernambuco, o mesmo caso. O segundo colocado a Prefeito é um Deputado Federal, o mesmo procedimento de Volta Redonda. A solução é a PEC que V.Exa. indicou; é correta sua apreciação.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Eu conto com o apoio de V.Exa., Sr. Presidente, e de todos os Líderes, para aprovar rapidamente, porque senão fica um vazio, um vácuo legislativo que cria um problema seriíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Exatamente, tem razão V.Exa.

Com a palavra o Deputado José Augusto Maia.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento para falar da perda de um grande filho santa-cruzense, campeão de *motocross* de Pernambuco, campeão de *motocross* na Bahia, no Ceará e em todos os Estados do Nordeste. Trata-se de um filho de minha terra, Júlio César, que faleceu ontem num acidente em Santa Cruz do Capibaribe – e também foi vice-campeão nacional de *motocross* e levou o nome de minha terra, Santa Cruz do Capibaribe, do nosso Moda Center, para todo o Brasil.

Pernambuco hoje chora a sua dor, esse grande campeão, com 35 anos de idade, perdeu a vida, mas teve uma vida gloriosa. Filho de minha terra, Santa Cruz do Capibaribe, esse grande campeão de *motocross* de Pernambuco, do Nordeste e vice-campeão nacional.

À sua família, externo aqui os meus mais sinceros votos de pesar, porque minha terra, Santa Cruz do Capibaribe, ficou triste hoje com o seu falecimento.

Para finalizar, Santa Cruz do Capibaribe perdeu esse grande filho. À toda a sua família, os meus mais sinceros votos de pesar, pela perda de Júlio César, grande campeão pernambucano e brasileiro.

O SR. ÂNGELO AGNOLIN – Sr. Presidente, só para lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Quero esclarecer que vamos ter toda a paciência necessária para esperar um quórum amplamente qualificado nesta noite, porque é importante a manifestação de quase todos os Srs. Parlamentares nessa questão. É importante essa posição da Câmara dos Deputados.

O SR. ÂNGELO AGNOLIN (PDT-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falo apenas para lembrar que amanhã é o Dia Mundial de Combate ao Tabagismo.

É importante ter em mente e falar sobre esse assunto, tendo em vista que o tabagismo hoje mata muito mais do que a AIDS somada aos acidentes de trânsito. É um mal muito grande, que tem levado muitos jovens ao vício pelas mais diversas formas de comportamento e de indução.

Por isso, queria lembrar que é importante que o poder público esteja sempre a postos para combater a adesão, o ingresso de novos jovens, principalmente ao tabagismo, que tem feito muito mal à saúde e tem gerado um custo muito elevado para a saúde pública, em decorrência dos males que provoca.

Por isso, Sr. Presidente, queria deixar aqui registrada a importância desse Dia Mundial de Combate

ao Tabagismo. Eu, particularmente, passei por essa provação durante 30 anos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã, 29 de agosto, celebraremos o Dia Mundial de Combate ao Tabagismo, data importante para rediscutir os danos irreparáveis que o fumo causa à saúde das pessoas.

O cigarro – está mais que comprovado – encurta a vida. A OMS acredita inclusive que 5 milhões de pessoas morrem todos os anos por causa do tabaco.

Se hoje os números são alarmantes, uma vez que mata mais que a AIDS e os acidentes no trânsito, devemos atentar para a terrível previsão feita pela Organização Mundial de Saúde – OMS, segundo a qual, até 2030, serão mais de 10 milhões de mortos pelo cigarro ao ano no mundo. Concordemos, nobres pares, que isso é um verdadeiro genocídio.

Sr. Presidente, os jovens têm experimentado o cigarro cada vez mais cedo. Alguns seduzidos pelo *status* social, outros por influência dos amigos – e quase unanimemente pelo sabor que determinadas marcas oferecem.

Em março do ano passado, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA decidiu restringir o uso de aditivos e aromatizantes em produtos derivados do tabaco, uma medida, até então, extremamente positiva.

Ontem, no entanto, retrocedemos diante dessa conquista. O *Diário Oficial* da União trouxe uma instrução normativa em que a ANVISA devolve ao cigarro o gosto atraente que já causou a morte de muitos.

Essa instrução autoriza o uso de 121 substâncias no cigarro, inclusive o açúcar. Tudo para mascarar o gosto ruim do tabaco e torná-lo capaz de conquistar novos "clientes".

É a contradição das contradições: a ANVISA certificando um produto que ela própria não atesta a qualidade, ao contrário, sempre alerta que é legal, porém letal.

Grande parte dos vícios deriva da "influência social", e se essa "influência" surge com "gostinho de menta", o processo de dependência, sem dúvida, ocorre de forma mais rápida.

Não por acaso, atualmente, cerca de 60% dos adolescentes experimentam cigarros com sabor. E 99% dos futuros fumantes começam a fumar na adolescência, entre os 12 e 18 anos de idade, quando o sistema nervoso ainda está em desenvolvimento.

Com toda a experiência que adquiri ao longo da vida, até principalmente por ter vivido 30 anos refém do cigarro, sei que algo precisa ser feito urgentemente para livrar nossos jovens desse vicio.

Quem nunca foi dependente do cigarro não pode calcular a dor e o sofrimento que essa droga causa. Os 30 anos que passei sob a influência desse vício me trouxeram muitos prejuízos, sobretudo a falta de liberdade. O fumante acaba transferindo para o cigarro a obrigação de lhe fazer uma pessoa tranquila, socializada ou até mesmo satisfeita.

Gostaria muito de me colocar como exemplo aos nossos jovens e as pessoas que hoje buscam largar esse vício. Se um dia eu deixei essa droga, você também pode.

Precisamos criar uma política integrada, que envolva o Sistema Único de Saúde de um lado, por meio de sua infraestrutura e profissionais: psicólogos, médicos e especialistas, e a sociedade de outro, por meio da orientação e conscientização aos jovens sobre os males do cigarro.

Temos a obrigação de aconselhar nossos jovens a se manterem longe do cigarro, Sr. Presidente, pois, da forma como está, é inadmissível. Muitas de nossas crianças são apresentadas ao cigarro antes dos livros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SEVERINO NINHO – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra V.Exa.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, independentemente da causa do apagão ocorrido hoje no Nordeste, eu entendo que a Presidente Dilma precisa tomar uma providência enérgica em relação aos que estão à frente desse setor no País, porque isso vem se repetindo constantemente.

Nós da Comissão de Defesa do Consumidor já convocamos, algumas vezes, os responsáveis pelo setor elétrico. Eu até perguntei a eles se não estaria havendo sabotagem contra a Presidente, porque S.Exa. baixou o preço da conta de luz. Alguma coisa está havendo. Não pode continuar havendo esses apagões.

A Presidenta precisa agir, como agiu no caso do Ministro das Relações Exteriores: resolveu logo. A questão dos apagões e a do comando do setor elétrico têm que ser mudadas, porque o País não pode continuar sofrendo esses apagões. Pessoas ficaram prejudicadas em hospitais e presas em elevadores. O trânsito ficou engarrafado. Enfim, foi uma situação generalizada de caos em Recife. Recebi várias ligações de pernambucanos reclamando do apagão que houve hoje.

Então, Sr. Presidente, a Presidente da República precisa ter mão firme e enérgica e agir rapidamente em relação a esse caso dos apagões.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Quero registrar que nós temos 469 Parlamentares na Casa, mas apenas 389 votaram até o momento.

Esta Casa tem que expressar esta votação com um quórum amplamente qualificado. Faço um apelo para que os seus Parlamentares venham ao plenário a fim de que o quórum possa corresponder à quantidade de Deputados que estão nesta Casa registrados hoje.

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu iria usar a palavra para dizer isto: nós precisamos de todos aqui no plenário. Nós corremos o risco de desmoralizar esta Casa pela ausência. Nós precisamos de que todos estejam presentes. Este é um momento importantíssimo!

O PSDB, através de Jutahy, já manifestou seu entendimento de que já devia estar considerado cassado. Eu vim cá declarar de forma aberta meu voto. Agora, a omissão é gravíssima! É preciso que todos venham votar!

O SR. VIEIRA DA CUNHA – Sr. Presidente, Vieira da Cunha pede a palavra.

O SR. DOMINGOS DUTRA – Sr. Presidente, só para um registro. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só aproveitar a audiência para comunicar aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias que a votação que havia sido acordada para o dia 3 de setembro, para votarmos o piso dos agentes, não vai ser realizada, porque a pauta está trancada por urgência constitucional. Enquanto a Presidência da República não tirar essa urgência, não poderá haver deliberação de matéria dessa natureza.

V.Exa., Sr. Presidente, tem agido com a maior retidão, com o maior interesse desde antes e ainda mais agora, como Presidente da Casa. Como esses agentes estão mobilizados no Brasil inteiro para virem para cá dia 3, eu quero aproveitar este momento em que muitos estão nos ouvindo para dizer que não vai haver a votação. Não é culpa de V.Exa., não é culpa nossa, é culpa da Constituição, que assim estabelece quando há urgência constitucional.

Portanto, eu queria aproveitar este momento para fazer este registro e pedir a V.Exa. que, se puder, também dê esse aviso para haver a devida compreensão dessa matéria.

Nós esperamos ainda que o Governo da Presidenta Dilma, que está com o Programa Mais Médicos, concorde com o piso de 950 reais. São 300 mil médicos sem formatura que estão nas ruas deste País, no mato, no interior, ajudando a prevenir doenças. Acho incompreensível – os agentes já recuaram dos 2 salários mínimos e querem aceitar os 950 reais – a posição do Governo.

Era este o registro que eu queria fazer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Como prometi a V.Exa., ao abrir esta sessão, eu fiz o comunicado dizendo exatamente o que disse V.Exa. agora a respeito do trancamento da pauta e da impossibilidade de votarmos na terça-feira, mas que aguardassem confiantes, porque, destrancada a pauta, o primeiro item a ser apreciado será o Projeto de Lei dos Agentes de Saúde. Reforço isso, portanto, mais uma vez.

Concedo a palavra ao Deputado Major Fábio.

O SR. MAJOR FÁBIO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar aos policiais e bombeiros de todo o Brasil que hoje, na sala do Presidente Henrique Eduardo Alves, aconteceu uma reunião do grupo de trabalho que está tratando da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008.

O Presidente desta Casa chamou para si a responsabilidade de manter contato com os Governadores e buscar um consenso para a votação do piso nacional dos policiais.

Quero de antemão dizer às Sras. e aos Srs. Deputados que a PEC 300 trata apenas do piso nacional dos policiais e bombeiros. Está no programa de governo da Presidenta Dilma o piso nacional. A PEC é do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

Os policiais e bombeiros do Brasil querem apenas um piso nacional. Não é mais admissível que um policial do Rio de Janeiro ganhe 1.300 reais e que um brigadiano do Rio Grande do Sul ganhe 1.400 reais.

Os policiais e os bombeiros do Brasil, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, querem um piso nacional. É isso o que eles querem. A PEC 300 não trata mais de valores, mas, apensada à Proposta de Emenda à Constituição nº 446, de 2009, do Senador Renan Calheiros, estabelece a criação de um piso nacional para policiais e bombeiros de todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho aqui testemunhado alguns colegas cobrar, especialmente da Mesa Diretora, de V.Exa., que a cassação do mandato deveria ter sido feita por V.Exa., pela Mesa, de ofício.

Quero lembrar aos colegas que nós temos uma Constituição em vigor e que esse assunto foi debatido na Comissão de Constituição e Justiça. Está escrito com todas as letras, na Lei Maior do País, que a cassação, em caso de sentença criminal transitada em julgado, como é o que nós estamos apreciando hoje, é feita por voto secreto, por maioria absoluta. Isso está escrito na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Exatamente, Deputado, no art. 55, inciso VI.

O SR. VIEIRA DA CUNHA – Eu não concordo, mas eu sou um legislador. Se eu não concordo, apresento uma proposta de emenda à Constituição, para mudar o que diz a Lei Maior. Aliás, nós assumimos este compromisso na CCJ, de recolher dos colegas nos próximos dias assinaturas para uma PEC que estabeleça que, no caso de a sentença transitada em julgado impor regime fechado de cumprimento de pena, a cassação se dá automaticamente e é declarada de ofício a perda do mandato pela Mesa, porque evidentemente é incompatível o exercício do mandato com o cumprimento de pena em regime fechado. Como pode um colega que teve pena de regime fechado imposta por uma sentença que não poderá mudar, porque transitou em julgado, exercer o mandato?

Nós estamos hoje, Sr. Presidente, cumprindo aqui uma formalidade. Nós temos que cassar o mandato, porque – repito – um colega preso não pode exercer mandato. Não precisaríamos votar a cassação – têm razão os colegas –, mas para isso temos que alterar a Constituição.

A partir da semana que vem estarei recolhendo assinaturas para uma PEC que estabeleça que a perda do mandato será, nessas hipóteses, declarada de ofício pela Mesa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Está corretíssima a interpretação de V.Exa.

O SR. RONALDO CAIADO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este é um momento extremamente delicado. O que foi dito há poucos segundos pelo colega é o retrato fiel do que nós estamos vivendo neste momento. Nós temos que entender que esta Casa está hoje, numa votação secreta, decidindo sobre o mandato de um Parlamentar cujo processo já foi 100% transitado em julgado. Não sou advogado, não sou constitucionalista, não sou jurista, mas é o momento de nós refletirmos sobre a sobrevivência desta instituição.

Foi muito bem colocado pelo Deputado Vieira da Cunha que não há como nem por que pensarmos noutra hipótese que não seja a cassação. É totalmente incompatível. Esta Casa não é Casa revisora de matéria transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal.

Ora, Sr. Presidente, se amanhã se decidir pela não cassação, se não houver 257 votos favoráveis ao relatório da Comissão de Constituição e Justiça, esta Casa entrará num processo de desgaste ímpar.

Nós daremos o que a um cidadão que está retido, preso? A condição de ser Deputado Federal? Como, se ele teve, durante todo esse tempo, condições de recorrer à Justiça, em todas as instâncias, de apresentar todos os embargos, até ter a matéria transitada em julgado?

Este é um momento de muita reflexão e de responsabilidade. Não podemos colocar em xeque a sobrevivência da instituição Câmara dos Deputados. É o que está em jogo agora. Não será por questões pessoais, por amizade, por relacionamento, que teremos uma decisão que não a do bom senso, a do equilíbrio e, sem dúvida nenhuma, a do resgate da credibilidade da instituição Câmara dos Deputados.

Eu peço a todos que reflitam, que analisem bem. Uma votação que não seja pela cassação vai resolver o quê? Nada, porque ele continuará retido, continuará preso. Mas a Câmara dos Deputados estará amanhã achincalhada e inviabilizada como instituição neste País.

O momento é de muita responsabilidade. Peço a todos que reflitam, que revejam seu voto, que votem "sim".

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Há 469 Parlamentares na Casa, e votaram 397. Vamos aguardar, com toda a paciência, que aumente esse quórum, porque esta votação tem que ser qualificada e refletir a consciência deste Plenário, desta Casa.

O SR. RAUL HENRY (PMDB-PE. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base na Constituição da República.

De acordo com o art. 53, nossos mandatos são invioláveis por nossas opiniões, palavras e votos. Nosso mandato é soberano. Portanto, eu quero solicitar a V.Exa. que permita que nós exerçamos aqui a soberania do nosso mandato e possamos declarar o nosso voto nesta votação. Quero inclusive, na oportunidade em que faço esta questão de ordem, já deixar declarado meu voto "sim" nesta votação.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo texto constitucional, nós temos a garantia da liberdade de expressão e da livre manifestação do pensamento. Também peço a V.Exa. que me permita declarar o meu voto "sim", pela cassação. Que todos possam fazê-lo

neste plenário esta noite. Até peço a esta Casa que vote o fim do voto secreto, pelo bem da democracia e da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Zé Geraldo, tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero deixar registrada aqui a minha angústia e também a minha crítica à falta de capacidade do DNIT e da FUNAI no que diz respeito aos licenciamentos de rodovias, principalmente naquelas que atravessam terras indígenas.

Eu defendo uma bandeira, que é o asfaltamento da rodovia Transamazônica, que está no PAC e está em obras. Semana passada, o IBAMA licenciou 100% da Transamazônica no Pará, desde o Rio Araguaia até o Município de Rurópolis. O trecho de Marabá a Rurópolis, de aproximadamente 700 quilômetros, a FUNAI contingenciou. Com esse contingenciamento, o DNIT não pode dar a ordem de serviço, e para uma empresa que está há 4 anos com contrato, já terminando grande parte da obra. Além disso, outro trecho não pode ter a ordem de serviço. Nessa região, as condicionantes de Belo Monte estão sendo colocadas em prática.

Há uma negociação do DNIT com os povos indígenas, e 24 povos indígenas já foram ouvidos. Mas é preciso tempo para colocar em prática essas condicionantes. É impossível que nós atrasemos obras na Amazônia. A rodovia está aberta há 40 anos, colonizada dos dois lados, e as áreas técnicas da FUNAI e do DNIT não conseguiram dar o licenciamento completo, como fez o IBAMA.

Quero pedir encarecidamente à Presidência da FUNAI e ao DNIT, que estão construindo um acordo, que imediatamente licenciem a rodovia, porque na Amazônia só se trabalham 6 meses em estrada, de julho a dezembro, e de janeiro a julho não se trabalha.

Já está na hora de as nossas autoridades em Brasília levarem em consideração a realidade ambiental amazônica. Não falta dinheiro, nem falta vontade política. A obra está no PAC, tem empresa, tem contrato, tem licença ambiental. Falta capacidade de compreensão, inclusive da FUNAI, que poderia liberar 100% dos trechos, já que há licenciamento ambiental e há disposição do DNIT para negociar todas as condicionantes dos povos indígenas daquela região, muitas das quais já estão sendo cumpridas, colocadas em prática pela usina Belo Monte.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra a Líder Manuela d'Ávila.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, infelizmente, dada esta sessão, a bancada do PCdoB, que há bastante tempo tem se manifestado pelo fim do voto secreto nas sessões de cassação de mandato, torna público o seu posicionamento: todos os Deputados presentes votaram "sim", pela cassação do mandato do Deputado.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sei que este é um momento muito triste para esta Casa, um momento pelo qual nenhum de nós gostaria de passar, mas não estamos discutindo o mandato de um Deputado, estamos aqui julgando esta Casa com o nosso voto.

Eu compreendo o drama pessoal e a dificuldade expressa na fala do Deputado Donadon – e eu não gostaria de declarar isto aqui –, mas nesta hora nós não estamos julgando o Donadon, estamos julgando a Câmara dos Deputados, e o voto com o Relator é o que pode ajudar esta instituição. A derrota do Relator é a derrota desta instituição.

Faço esta reflexão para que nós possamos modificar este tipo de votação. Eu não terei nenhum constrangimento em assumir voto, qualquer que seja, mas quero neste momento compreender a dificuldade por que todos nós passamos.

V.Exa., tomou essa decisão, e não deixo de considerar como duro tomar uma decisão desse porte, mas eu acho que nós estamos aqui, independentemente da posição de cada um, discutindo a instituição, e me parece que, neste momento, o que representa a instituição é o voto do Relator.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO SOUTO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Dos Deputados presentes na Casa, ainda faltam 69 Deputados comparecerem ao plenário. Vamos aguardar pacientemente a chegada desses Parlamentares.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO SOUTO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Humberto Souto.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PPS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que a excrescência é o voto secreto. E para que a sociedade tenha o direito de saber como se votou aqui, nós temos o dever, embora esta seja uma posição antipática, de declarar o nosso voto.

Nós votamos "sim", Sr. Presidente, porque entendemos que, como disse o Deputado Fernando Ferro, o que está em julgamento neste momento é o Congresso Nacional, não é um Deputado que foi condenado

coisa nenhuma. E, em nome do Congresso Nacional, nós não podemos nos omitir e deixar que a sociedade fique sem saber qual foi o nosso voto.

Por essa razão, Sr. Presidente, quero declarar o meu voto: eu votei "sim", com a consciência de que nós não somos os responsáveis por isso, e sim o Deputado e o Supremo Tribunal Federal.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como membro da Comissão Especial que trata da Proposta de Emenda à Constituição nº 196, de 2012, de autoria do Senador Álvaro Dias, que estabelece a obrigatoriedade do voto aberto em cassação de mandato parlamentar, queremos que V.Exa., na sessão de hoje, como fez na sessão que tratou da Medida Provisória dos Portos, tenha serenidade e tranquilidade, como sempre teve, e deixe transcorrer o maior tempo possível, para que os 69 Deputados presentes nesta Casa possam comparecer ao plenário e revelar o voto "sim" ou "não". O que nós queremos é isso.

De outro lado, Sr. Presidente, também desejamos que a PEC 196 seja aprovada antes que tragam ao plenário desta Casa os novos julgamentos, avaliações e votações dos Deputados que estão sendo condenados pelo mensalão. Acho muito importante que as pessoas declarem o seu voto. Este é um momento muito importante não apenas para este Parlamento, mas para a nossa democracia.

Sr. Presidente, eu gostaria, mais uma vez, de solicitar a V.Exa. que deixe a madrugada avançar, para que todos possam votar. E revelo aqui o meu voto, com muita tranquilidade e com muita consciência: eu votei pela cassação do Deputado Donadon.

O SR. DR. CARLOS ALBERTO – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não, Deputado.

O SR. DR. CARLOS ALBERTO (PMN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um desagravo aqui ao Deputado Federal Sergio Zveiter. Conheço o Deputado Federal Sergio Zveiter como Secretário de Estado de Justiça do Rio de Janeiro e quero lhe fazer um desagravo, mesmo sem ter procuração de S.Exa., pelo que disse o Deputado Donadon.

O Deputado Sergio Zveiter foi Secretário de Estado de Justiça do Rio de Janeiro. É um jurista de família renomada no Estado e não se proporia o papel de fazer um julgamento faccioso se não tivesse convicção do exame dos autos que lhe foram dados. Então quero fazer este desagravo ao Deputado Sergio Zveiter.

Sou pela cassação do Deputado Natan Donadon.

A SRA. CARMEN ZANOTTO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, por mais constrangedor que seja, nós exercemos o nosso papel. E, por mais constrangedor e dolorido que seja para o Deputado e para a família, espero que consigamos ver melhorias no sistema prisional brasileiro. Nós temos presídios que não restabelecem o cidadão que cometeu o crime e para lá foi, mas, se lá ele está, é porque houve um processo transitado em julgado. Portanto, cabe a esta Casa, efetivamente, na tarde de hoje, por mais constrangedor que seja, exercer o seu papel e votar "sim" ou "não".

Por mais duro que seja, quero aqui declarar o meu voto "sim". No ano passado, o Ministro da Justiça disse: *"Prefiro morrer a ir para um presídio".* Espero que a gente consiga melhorar o sistema prisional brasileiro, para que os condenados que lá estão possam efetivamente, ao retornar para a sociedade, voltar melhores, e não piorados.

Sr. Presidente, eu quero parabenizá-lo por sua determinação com relação à votação da PEC do Orçamento Impositivo, compromisso assumido por V.Exa. como Presidente da nossa Casa. Não tive oportunidade no dia de ontem, mas quero aqui deixar registrado mais uma vez o meu posicionamento e pedir que os veículos de comunicação divulguem o segundo turno da votação do orçamento impositivo. Os recursos do orçamento impositivo são importantes, porque passarão a ser efetivamente uma realidade para o conjunto de Municípios brasileiros, para as obras de saúde, para as obras de infraestrutura, para as obras de educação, e não apenas um indicativo do Parlamentar e uma vontade, um desejo de atender uma área ou outra específica no seu Estado. Defendo inclusive que sejam definidos recursos para o setor de saúde – 40%, 50%, o que for. É importante ampliar os recursos da saúde, então que se faça isso também através do orçamento impositivo.

Obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje venho aqui com muita satisfação registrar a aprovação por esta Casa, em segundo turno, ontem, 27 de agosto, da proposta de emenda à Constituição que obriga o Poder Executivo Federal a liberar recursos para despesas inseridas no Orçamento da União por Deputados e Senadores, as chamadas emendas parlamentares individuais.

Também conhecida como PEC do Orçamento Impositivo, a proposta prevê que, a partir de 2014,

cada Parlamentar tenha garantido o empenho e o pagamento de R$ 10,4 milhões em emendas. Nos 2 primeiros anos, o Governo poderá pagar obras e serviços decorrentes de propostas de anos anteriores para atingir o montante.

O texto obriga a execução orçamentária e financeira de emendas no valor total de até 1% da receita corrente líquida realizada no ano anterior. A redação aprovada é a da Comissão Especial que analisou a proposta, elaborada pelo Deputado Edio Lopes (PMDB-RR).

De acordo com o texto, caso seja necessário haver contingenciamento devido ao não cumprimento da meta de superávit primário, as emendas parlamentares serão cortadas em percentual igual ou inferior ao que incidir sobre as despesas chamadas discricionárias (aquelas que o Governo pode optar por não executar).

A transferência de recursos da União a Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de programações objeto de emendas será considerada obrigatória, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Atualmente, o orçamento é "autorizativo" e não impositivo, assim, o Poder Executivo pode cumprir ou não a previsão aprovada pelo Legislativo para gastos que não são obrigatórios, como os investimentos.

Os recursos de emendas muitas vezes são a única forma que as entidades e os prefeitos encontram para investir em obras para saúde, educação e infraestrutura dos Municípios, daí a importância de se ter a segurança de que os recursos indicados realmente serão liberados.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Cesar Colnago.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizá-lo também, porque o orçamento impositivo foi uma conquista desta Casa e, com certeza, um compromisso de V.Exa. E tramitou relativamente rápido. O parecer da Comissão de Constituição e Justiça foi pelo relatório do Deputado Sergio Zveiter.

Eu gostaria de fazer dois apelos a V.Exa. O primeiro é para que realmente esperemos, porque o quórum, no caso desta matéria, precisa ser alto, para que nós tenhamos aqui um resultado que seja positivo para a Casa.

O segundo é para que a Comissão que analisa a Proposta de Emenda à Constituição nº 196, de 2012, tenha agilidade, para que processos desse gênero que aqui cheguem pelo menos sejam abertos, como é o caso do mensalão, em que esperamos que seja declarado o voto de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – O que eu posso fazer ainda é apelar aos Srs. Líderes para que identifiquem os Parlamentares dos seus partidos que não votaram ainda e os convoquem para comparecer a este plenário, porque eu terei toda a paciência para aguardar um quórum ainda mais qualificado, que é importante para esta Casa na noite de hoje.

O SR. OZIEL OLIVEIRA (PDT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um comunicado nesta Casa hoje. Nós realizamos uma reunião importante na Comissão de Agricultura, na qual nós estamos tratando a questão da importação dos defensivos agrícolas para a nossa agricultura brasileira, por meio de um requerimento nosso para a convocação dos Ministros, para que possamos resolvê-la definitivamente.

Hoje, através do Deputado Bohn Gass, que faz parte da Comissão da Agricultura, juntamente com a Casa Civil e com todos os Ministros envolvidos no processo de importação dos produtos que envolvem a agricultura brasileira – os insumos, principalmente contra a lagarta –, definimos a agenda para o dia 4 de setembro, às 16 horas, no Palácio Planalto. Lá, junto com os Ministros da Saúde, da Agricultura, da Justiça e também com a ANVISA e o IBAMA, iremos tratar de diversos assuntos que envolvem a agricultura brasileira, que estão na pauta da Comissão de Agricultura.

Faltam menos de 45 dias para a plantação da próxima safra. Com a aprovação desse nosso requerimento, podemos dizer hoje aos agricultores brasileiros, com certeza absoluta, que poderemos ter resolvido esse problema, principalmente no oeste da Bahia, onde os agricultores já perderam 1,5 bilhão, e a perda nacional da safra deste ano já chega a mais de 10 bilhões de reais.

Portanto, eu peço também aos Ministros que estão acompanhando esse processo para que, no dia 4, nós possamos dar uma resposta positiva ao setor agropecuário brasileiro, que tem sustentado a balança comercial deste País gerando milhares de empregos, às nossas associações ABRAPA, ABAPA, AIBA, na nossa região da Bahia, aos sindicatos e aos produtores de todo o Brasil – de Mato Grosso, da Bahia, de Goiás, do Maranhão e também de Minas Gerais, que estão sendo prejudicados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FABIO TRAD – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não.

O SR. FABIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como membro da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da qual já fui Vice-Presidente, quero reiterar publicamente

que estou seguindo o resultado da votação daquela Comissão em relação ao processo que envolve o Deputado Natan Donadon.

E com relação à discussão, como segunda sessão, do novo Código de Processo Civil, quero dizer que três ilustres juristas estão presentes para testemunharem este momento histórico. Vamos reformar um código que, em 1973, batizado com as negras tintas da ditadura, hoje resplandece à luz da democracia para prestigiar os princípios constitucionais e dar luz ao ordenamento jurídico brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALFREDO KAEFER – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra V.Exa.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A Câmara deve ratificar a cassação do Deputado Natan Donadon, continuando o que o Supremo determinou. Mas me chama atenção um fato a que assistimos aqui em 2007, quando o então Deputado Cunha Lima pediu a renúncia do mandato e trouxe o seu processo à primeira instância. Ele faleceu no ano passado e não teve a sua condenação homologada pelo Supremo.

Por que digo isso? Para tirar este conceito propalado de que os Deputados têm foro privilegiado. Esta situação do Deputado Natan Donadon mostra que os detentores de mandato, que têm o único tribunal final no Supremo, não têm, assim, um foro tão privilegiado como se propaga por aí. É um foro especial sim, mas não é um foro privilegiado. Eventualmente, se o Deputado tivesse voltado à condição da sua primeira instância, é provável que o destino seria diferente ou ainda não teria acontecido.

Faço este registro para que as pessoas clareiem o seu conceito: Deputado não tem foro privilegiado, tem apenas um foro diferenciado, especial, que é o Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Volto a fazer um apelo aos Srs. Deputados que ainda não votaram que corram ao plenário. Há 469 presenças registradas nesta Casa e apenas 400 Deputados votaram.

Vamos aguardar.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero reiterar a posição do meu partido, o PSB, que, em reunião da bancada, recomendou e fechou questão quanto ao voto pela cassação, conforme o relatório apresentado hoje.

Quero dizer, ainda, que, apesar da defesa feita pelo Deputado Donadon, o seu advogado Nabor Bulhões – quem quiser, pode pesquisar –, em diversas falas publicadas na Internet, em nenhum momento diz que o Deputado é inocente, apesar de dizer que a pena é injusta. Entre a pena ser injusta e haver a inocência, há uma diferença muito grande.

De modo que o nosso partido, o Partido Socialista Brasileiro – PSB, acompanhou o voto do Relator. Assim, eu votei pela cassação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, sem nenhuma pretensão de ensinar nada a ninguém – eu só fazia isso com os meus alunos e também aprendia muito com eles –, dizer que quem não está comparecendo a esta votação está revelando o seu voto. É uma votação secreta. Vem votar que fica mais tranquilo, além de ser uma obrigação nossa. Hoje é um dia nobre de votações.

Esta votação estava mais do que anunciada; revela que a decisão do Supremo não pede desta Casa o papel de câmara revisora, evidentemente; mostra que é sempre constrangedor votar a perda ou a manutenção do mandato nestas condições. De acordo com a Constituição, já se determina a suspensão de direitos políticos. É incompatível alguém sem direitos políticos exercer mandato público. Para nós, isso é óbvio.

Então, vamos insistir. Este número "403" está parado ali há muito tempo, mas há Parlamentares na Casa. Venham, manifestem-se. É natural. Há, inclusive, esta proteção do voto secreto, que esperamos ainda este ano que acabe, para este tipo de matéria.

Também quero destacar aqui o trabalho sério, cautelosíssimo e cuidado do Relator, Deputado Sergio Zveiter. Estou entre aqueles poucos, aquela minoria que divergia da tramitação desta matéria. Acho que, pela sentença condenatória criminal com essa dimensão de apenamento, de privação de liberdade, nesse tempo, teria que haver apenas uma declaração da Mesa da Casa pela extinção do mandato. Mas, tudo bem. Trinta e nove colegas da CCJ entenderam no sentido...

(O microfone é desligado.)

O SR. CHICO ALENCAR – Por isso estamos aqui agora, nesta espera muito desagradável, talvez apenas com o benefício de o Deputado Natan poder ficar longe daquele lugar, que é horroroso, onde está cumprindo pena. Vai ficando por aqui, pelo menos a dor que ele sofre – é inegável – fica mais amena.

Porém, para nós, este tempo também é muito preocupante.

Quero, por fim, Sr. Presidente, dizer que o PSOL tem uma posição muito nítida em relação ao rumoroso Programa Mais Médicos.

É claro que qualquer médico, de qualquer nacionalidade, com a devida habilitação, é importante em qualquer rincão do País, sobretudo nos 701 Municípios do Brasil privados desse tipo de serviço. Porém, não é a solução para a saúde pública brasileira. Ela continuará com problemas gravíssimos de infraestrutura, de equipe e de atendimento à população.

Então, vamos encontrar o ponto de equilíbrio para a superação dessa divergência. É evidente que há absoluto excesso quando começa a se criticar o Programa Mais Médicos, vaiando os médicos que aqui chegam. A maioria deles, sem dúvida nenhuma, movida por um sentimento de solidariedade admirável – não são só cubanos –, que o brasileiro devia aprender e elogiar, e não apupar. Eles são bem-vindos, mas a luta pela saúde pública plena tem que continuar, e nós vamos continuar nela.

Obrigado, Presidente.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Eu quero esclarecer antes ao Plenário o que diz o Regimento – alerta-me aqui o Dr. Mozart –, no art. 180, § 8º:

> "No caso de deliberação sobre aplicação de sanção disciplinar por conduta atentatória ou incompatível com o decoro parlamentar, é vedado o acolhimento do voto do Deputado representado".

Como eu vi que o Deputado Natan Donadon votou, o seu voto não poderá, portanto, ser acolhido na votação deste processo. Então, será diminuído um voto na votação nominal.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me apenas aqui lembrar que o Deputado Ivan Valente tem feito um trabalho corajoso com cerca de 300 Deputados para acabarmos definitivamente com o voto secreto nesta Casa.

E hoje nós viemos a este plenário e esperamos este momento para dizer o que nós estamos vivendo. Se porventura nós aqui – eu não acredito, evidentemente – tivermos um resultado pela não cassação do Deputado Donadon, o julgamento desta Casa seria algo fora de qualquer pensamento, e não poderia ser sustentado pela democracia. E como a sociedade vai pensar no que pode fazer?

O voto secreto é uma forma, claro, de você votar conscientemente. Mas por que não votar de forma transparente? Por que não dizer para a sociedade como é que você vota na escolha do Presidente, como vota o veto do Presidente? E isso em todas as votações, especialmente nas de cassação de mandato, porque quem está em julgamento hoje não é o Deputado Natan Donadon, é a Câmara dos Deputados, é o Parlamento brasileiro.

Eu quero lembrar a V.Exa. – até comuniquei em uma das reuniões de Líderes – que nós temos um projeto que estabelece a seguinte decisão, se transformado em lei: se o mandatário for preso, automaticamente o seu mandato fica suspenso. Não está cassado, não suspende direitos, mas o mandato fica suspenso automaticamente.

Essa proposta é para não vermos uma situação como esta, em que o Deputado chega a esta Casa algemado, de camburão, vai à tribuna, defende-se, e daqui a pouco volta para o camburão e vai para a prisão. Quer dizer, é algo inusitado, surreal.

É como se nós aqui estivéssemos fazendo qualquer revisão, e não estamos revendo nada. Nós estamos tomando uma decisão inócua e desmoralizante. Desmoralizante! Por isso, estamos aqui fazendo este encaminhamento.

Se a Mesa tomou a decisão de retirar do Deputado o gabinete, se a Mesa tomou a decisão de lhe retirar o salário, se a Mesa tomou a decisão de lhe retirar os seus funcionários, por que a Mesa não tomou a mesma providência para dizer que, a partir deste momento, ele não tinha mais mandato?

Eu sei que V.Exa. vai responder que não é isso o que impõe a lei. Eu sei e compreendo. Mas é que chega o momento, Sr. Presidente, numa crise como esta, em que o Brasil inteiro e outros países do mundo estão acompanhando esta decisão, em que nós temos que repensar.

Eu estou chamando V.Exa. para repensar neste momento a questão do voto secreto, para que definitivamente possamos dizer ao povo brasileiro que nós estamos aqui para votar de forma transparente.

Por isso é que a bancada do PPS votou, transparentemente, "sim", pela cassação, de acordo com o relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Em relação ao voto secreto neste caso, para tornar-se aberto, estamos aguardando a Comissão Especial cumprir os seus prazos e votar a proposta, para a trazermos ao plenário com urgência e mudar esse posicionamento. Tem razão V.Exa.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta noite tão constrangedora, em que temos que votar a cassação

de um Deputado – evidentemente, a nossa bancada do PSDB votou "sim", pela cassação –, nós tivemos oportunidade de ouvir pronunciamentos lúcidos, oportunos, percucientes de dois Deputados, coincidentemente ambos da Bahia.

O primeiro, do Deputado Jutahy Magalhães Junior, que disse claramente a sua posição de que, se houvesse um dispositivo para caso de condenação judicial pelo Supremo, nós não teríamos que fazer esta análise aqui, seria automática a cassação pela Mesa. Esta é uma colocação lúcida e que evitaria o risco imenso que nós estamos correndo, de amanhã passarmos por uma desmoralização desta Casa.

O segundo pronunciamento muito lúcido foi do também baiano Deputado Antonio Imbassahy, que colocou o fato de que possivelmente esta seja a última vez que aqui estamos reunidos numa votação secreta para decidir caso de falta de decoro. Essas questões serão contempladas numa legislação específica, e a votação, em caso de falta de decoro, será aberta. Trata-se de um projeto de emenda à Constituição que já está tramitando nesta Casa. Já foi aprovado no Senado, apresentado pelo Senador Álvaro Dias. Certamente, a votação aberta nesses casos, acompanhada por toda a população brasileira, será transparente e terá bom resultado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pelo sentimento que percebemos neste Plenário, esperamos que esta seja a última votação secreta para estes casos. Só dependemos de a Comissão Especial acelerar a votação do projeto para que ele possa ser trazido ao plenário. Sinto que esta Casa quer essa reformulação com urgência.

O SR. MANDETTA (DEM-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Tem o apoio do Democratas, Sr. Presidente.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Tem o apoio do PR, pelo fim do voto secreto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento em que estamos à espera da conclusão desta votação, eu quero, junto com as Deputadas e Deputados aqui presentes, fazer uma reflexão sobre há quanto tempo estamos lutando pelo fim do voto secreto.

O projeto original é de 2001. Nós estamos em 2013. Aprovamos o fim do voto secreto em primeiro turno aqui na Câmara em agosto de 2006, 2 meses antes das eleições, e por unanimidade. Depois nós seguramos essa votação por mais 7 anos. Há vários projetos tramitando.

Quando o Senador Demostenes Torres sofreu processo no Senado – um escândalo geral –, o Senado correu atrás do prejuízo e apresentou uma proposta de emenda à Constituição, através do Senador Alvaro Dias, só para responder a uma questão imediata, que era aquela demanda. Como iria fazer uma cassação como aquela, diante de fatos tão explícitos, por voto secreto? Então a emenda foi votada em dois turnos.

Agora a Proposta de Emenda à Constituição nº 196, de 2012, está na Comissão Especial – o Presidente é o Deputado Sibá Machado e o Relator é o Deputado Vanderlei Macris. Mesmo assim, vamos ter 10 dias, no máximo, para votar.

Quero fazer um apelo a V.Exa., Sr. Presidente. Na verdade, a Comissão está com baixa frequência, então, possivelmente, vai ser um empurrar com a barriga. Eu quero conclamar a todos para terminarmos o trabalho na Comissão Especial rapidamente, trazermos a matéria ao plenário e aqui darmos uma solução definitiva para essa questão, porque eu acho que essa lógica corporativa de que os Deputados não podem julgar os seus pares é pior do que o voto secreto.

Imaginem um resultado... Não vou entrar no mérito da questão pessoal do Deputado Donadon, mas o Supremo Tribunal Federal decidiu, a Justiça decidiu a vida dele, e está na nossa mão a seguinte situação: absolvê-lo ou não. Imaginem se dá uma situação contrária: a não cassação. Qual vai ser o reflexo disso na sociedade disso? É imensa a responsabilidade.

Sr. Presidente, eu vejo que o quórum não melhora. Nós estamos parados há muito tempo. Quem não veio votar até agora não vai vir votar, essa é a realidade, porque ainda é cedo, não é madrugada. Sr. Presidente, nós teríamos que estabelecer um prazo máximo, porque ficamos com 403 votos por mais de 20 minutos, e agora não sai disso aí.

Como eu dizia, a responsabilidade e a sorte estão lançadas. Quem assumir a responsabilidade... O voto do nosso partido, declarado pelo Deputado Chico Alencar, que nos representou na tribuna, o meu voto, o voto do Deputado Jean Wyllys são votos claros. Minha luta pelo fim do voto secreto é antiga, como Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Voto Aberto. Nós achamos que o jogo está jogado. Agora vamos ver qual é a vontade dos Parlamentares e até que ponto nós não estamos correndo sérios riscos neste momento.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Eu quero antecipar ao Plenário e aos Srs. Líderes

que ficarei aqui até as 23 horas, esperando o quórum qualificado para completar esta votação.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente...

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, é com relação...

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO – Sr. Presidente, eu estou me sentido desprestigiado: o PSOL já falou três vezes e os tucanos falaram um bocado de vezes.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Quem quiser ir jantar pode ir. Eu vou ficar aqui até as 23 horas, para que o quórum qualificado seja atingido.

Com a palavra V.Exa.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que faço parte da Comissão de Constituição e Justiça. Para que todo o Brasil conheça a história, lá nós estivemos 2 dias debatendo esse assunto. A matéria veio para cá porque foi essa a deliberação da maioria daquela Comissão.

Com todo o respeito que eu tenho pelo grande baiano e ex-Ministro, S.Exa. diz que esta Casa corre risco. Perguntei-lhe ainda agora, fora do microfone, qual é o risco que esta Casa corre. Ora, se nós temos deliberação por maioria, se nós temos direito a três opções de voto, nós não temos que exercê-lo? Por que ter medo? Medo de quê? Quem é que vai nos bater? Quem é que vai mandar nesta Casa?

Portanto, essa questão de ameaça a esta Casa, eu, pertencendo a esta Casa, não a aceito. Não aceito, Sr. Presidente, porque democracia é isso. Eu acho – vou logo colocar meu voto – que o Supremo já decidiu a parte dele, e o Congresso também tem o direito de deliberar sobre a situação. Agora, não sob pressão. A pressão não é boa para o Parlamento.

E faço um pergunta, até porque todos os colegas estão se perguntando: se a condenação já transitou em julgado, caso ele seja absolvido aqui, voltará para a prisão e perderá a condição de Deputado? São essas questões que estão aí.

Deputado Jutahy Junior, meu grande colega, nós precisamos disso esclarecido, porque estamos em dúvida, e enquanto nós tivermos dúvida nós temos que perguntar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre a vontade de V.Exa. de que seja esta a última vez que todos votamos perda de mandato parlamentar utilizando o expediente do voto secreto.

Secundando as palavras do Deputado Ivan Valente, que preside a Frente Parlamentar em Defesa do Voto Aberto, quero dizer que a Comissão Especial que está cuidando da Proposta de Emenda à Constituição nº 196, de 2012 – que é de autoria do Senador Alvaro Dias, do nosso partido, o PSDB, mas, sem sombra de dúvida, espelha a vontade da grande maioria desta Casa –, presidida pelo Deputado Sibá Machado, do PT, já realizou reuniões e está avançando.

Sr. Presidente, a última reunião que fizemos aconteceu ontem, às 14h30min. Nós deliberamos realizar uma audiência pública no dia 3 de setembro, com representantes da OAB, da ABI, de personalidades do Judiciário, do Supremo Tribunal Federal, do TSE, atendendo a requerimento de autoria do Deputado Vanderlei Macris, do PSDB, Relator da Comissão.

O programa de trabalho está montado e já foi aprovado. O que nós queremos é que esse programa seja rigorosamente cumprido, porque assim nós contemplaremos, Sr. Presidente, o pensamento de V.Exa., que é também o pensamento de toda a bancada do PSDB, a favor do voto aberto.

Então quero fazer um apelo a V.Exa., como fez o Deputado Ivan Valente, para que os membros da Comissão Especial que está tratando desta matéria permaneçam trabalhando com a mesma determinação e a gente cumpra com as nossas obrigações de apreciar a PEC 196, que acaba definitivamente com o voto secreto em caso de votação de perda de mandato.

É o que nós queremos, Sr. Presidente. Eu confio nos nossos pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Eu quero informar a esta Casa que 458 Deputados registraram a presença no painel. Há na Casa 469 Deputados, mas apenas 404 Deputados votaram. A esses que registraram a presença no painel eu quero dizer que vou esperar até às 11 horas da noite, sentado aqui. Eles podem vir cumprir com o seu dever – esta matéria exige quórum qualificado –, por consciência do Parlamento.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY – Até um pouquinho mais, se for o caso.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que estava anunciada a segunda sessão de discussão do Código de Processo Civil, na qual estou inscrito para falar. Mas, pelo andar dos trabalhos, vejo

que V.Exa. não vai mais realizar essa sessão hoje. Essa é a indagação que faço à Mesa neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Seria importante que, mesmo que por alguns minutos, tivéssemos a oportunidade de fazer essa sessão, para contá-la entre as cinco sessões obrigatórias para que a matéria chegue ao Plenário.

Peço a V.Exa. que tenha um pouquinho de paciência.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Se for assim, eu permaneço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – É importante para a contagem das sessões. A segunda seria hoje; na próxima semana, terça-feira e quarta-feira; e na outra quarta-feira poderíamos votar.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Então vai ser aberta.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Por mim, fico aqui e abro.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Obrigado a V.Exa.

O SR. FABIO TRAD – Por nós, Sr. Presidente, pelo Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por 1 minuto, para fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não. Antes, deixe-me elogiar a gravata de V.Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já a prometi ao Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Eu sei perder, Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Parece-me que ele vai fazer um leilão. *(Risos.)*

Sr. Presidente, nesta noite de constrangimento – imagino que V.Exa. tenha 42 anos, 7 meses e alguns dias nesta Casa –, eu gostaria de trazer uma palavra de alento, não de juiz.

Nós não votaríamos a PEC do Voto Aberto se não passássemos por isto. Como dizia Fernando Pessoa, *"para passar além do bojador, é preciso passar além da dor"*. Todos nós estamos sentindo dor: *"Deus ao mar o perigo e o abismo deu, mas foi nele que espelhou o céu"*.

Nós seremos melhores, como Casa que representa o povo brasileiro, depois desta noite, qualquer que seja o resultado da votação, porque este constrangimento, assim como outros constrangimentos que nos levaram a aprovar, foram constrangimentos.

Eu não tenho dúvida de que, depois desta noite, nós votaremos pelo voto aberto. O Brasil, a Câmara, a representação do brasileiro não merecem este constrangimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Parabéns pelo talento de V.Exa., Deputado Esperidião Amin. Parabéns por este enfoque novo, que dá alento a esta Casa. Parabéns pela inteligência sempre admirada de V.Exa.

O SR. ALFREDO KAEFER – Sr. Presidente, V.Exa. me permite falar por 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – As mulheres sempre à frente. Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto. *(Pausa.)*

O SR. ALFREDO KAEFER – Com certeza.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Baseada na fala do ex-Governador e colega Deputado Esperidião Amin, eu proponho que nós efetivamente pautemos, ainda antes do recesso, a PEC do Voto Aberto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Antes do recesso de dezembro?

A SRA. CARMEN ZANOTTO – Isso, este que virá nos próximos meses. Nós estamos terminando o mês de agosto. Que a Comissão faça um esforço para que a gente efetivamente vote a PEC do Voto Aberto.

Por que é importante, Sr. Presidente? A PEC é importante para casos como este que nós estamos vivendo na noite de hoje. É importante também para que se conheça como cada Parlamentar se comportou diante dos vetos.

Não adianta. Este é o momento que o País vive, e nós devemos esse direito a quem nos trouxe até a Casa. Espero que cada eleitor saiba como cada um de nós se comportou em cada votação, inclusive em votações como a da noite de hoje, de uma cassação que precisa acontecer, mas que, se não acontecer, não será por omissão de exercício daqueles que aqui ficaram e deram o seu voto, assim como eu fiz, e repito, dei o meu voto "sim".

O SR. ALFREDO KAEFER – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Eu quero registrar a presença do Deputado João Maia, que estava em sua residência e veio a esta Casa para cumprir o seu dever. Agradeço ao Deputado João Maia.

O SR. VAZ DE LIMA – Sr. Presidente.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mesmo não estando aberta a sessão de discussão do Código de Processo Civil, eu quero fazer um registro.

Fui membro dessa Comissão, e a minha grande batalha, a minha grande briga foi, é e continuará sendo pelo instituto da penhora *on-line*, Deputado Fabio Trad. Houve um pequeno avanço, no sentido de não se fazer penhora *on-line* quando há garantias constituídas.

Só para registro, hoje a legislação permite que de um sujeito que tenha o financiamento de um automóvel, por exemplo, quando ocorre a execução de um banco ou de um credor, sejam retirados recursos financeiros líquidos, e o credor deixa de lado a garantia constituída. Tivemos um avanço, para, pelos menos nesses casos, não haver penhora, quando há o registro da garantia.

Mas nós queremos avançar mais. A penhora *on-line* é um processo moderno, que se atingiu com o recurso eletrônico, através do Banco Central, da Internet. Quando hoje se desconstitui, por exemplo, a personalidade jurídica – há juízes que, em primeira instância, sem análise do processo, retiram recurso de empresas muitas vezes valioso, para honrar a folha de pagamento –, essas empresas se veem, do dia para a noite, sem recursos, à beira da falência. Há bilhões e bilhões de reais encalacrados em depósitos judiciais em bancos.

Por isso estou apresentando um destaque. Vamos discutir essa questão nas sessões antes de trazer ao plenário, oficialmente, o Código, para que se possa avançar nesse quesito e tirar da frente esse instituto nefasto da penhora *on-line*. Espero que se consiga dar conforto aos credores com outras garantias, com outras prerrogativas, mas não com a penhora *on-line* simplesmente, à revelia, como se faz hoje na Justiça.

Deixo este registro e conclamo a todos para aprovar o nosso destaque e assim possamos mudar esta lei, que é uma verdadeira espada em cima dos empresários e de muitos cidadãos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VAZ DE LIMA – Sr. Presidente, eu queria dar minha contribuição nessa questão aqui levantada pelo Deputado Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Aliás, o Deputado está usando uma belíssima de uma gravata! Belíssima! É um quadro de Pablo Picasso: *A Mulher e a Guitarra*. Belíssima!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deve ter ganhado de presente, porque comprar essa gravata ele não compra, não. Deve ter ganhado de presente.

O SR. VAZ DE LIMA – V.Exa. a quer de presente?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Não. Ele deve ter ganhado de presente, porque comprar essas gravatas ele não compra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, para ganhar esta gravata, que é a reprodução de um quadro de Pablo Picasso – *Femme a la Guitare* –, eu tive que aprender o nome de Picasso: Pablo Diego José Francisco de Paula Juan Nepomuceno Crispim Crispiniano de la Santísima Trinidad Ruiz y Picasso.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – *(Risos.)*

O SR. VAZ DE LIMA – Mas eu queria dar minha contribuição a esse debate do voto aberto.

A Assembleia de São Paulo, que eu tive a honra de presidir, já pratica o voto aberto, Excelência, há muitos anos, há quatro mandatos. Começou na Presidência, se não me engano, do Deputado Walter Feldman. O Deputado Vanderlei Macris estava lá, o Deputado Duarte Nogueira...

Então eu penso, Deputado Esperidião Amin, e por isso fiz essa brincadeira, essa provocação – se V.Exa. acredita que isso vá ocorrer de fato, ou acha que vai ficar para as calendas, por causa do constrangimento –, que essa é uma coisa que nós devemos levar a sério.

Quero dar esta minha contribuição. É possível. Há muitos Parlamentos que já adotam, e isso evita muito constrangimento, esta é a verdade.

E eu queria dizer outra coisa. Esta Casa poderia, quem sabe, se inspirar numa outra iniciativa da Assembleia Legislativa de São Paulo, Deputado Antonio Imbassahy. Nós votamos lá, na minha Presidência, a exigência de que os Secretários de Estado compareçam às Comissões correspondentes, Deputada Alice Portugal, duas vezes por ano. Claro! Esta Casa não tem o dever de fiscalizar o Executivo? O Executivo não tem que prestar conta? Lá em São Paulo, duas vezes por ano, uma vez em cada semestre, os Secretários vão às Comissões correspondentes apresentar o seu relatório.

Eu apresentei aqui uma PEC embasada nisso que São Paulo vive, para que os Ministros de Estado venham a esta Casa prestar contas duas vezes por ano. Talvez assim se evitasse tanto embaraço nas Comissões. E, se houver um fato específico, as Comissões podem, evidentemente, convocar os Ministros, sem nenhum problema. Mas eu acho que a gente tem que avançar um pouco mais no sentido da transparência. É isso o que nós queremos.

Era essa a contribuição que eu queria dar a esta discussão.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao Deputado Lelo Coimbra.

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma que o Deputado Esperidião Amin e outros que me antecederam, eu entendo que a necessidade de votarmos a PEC do Voto Aberto se impõe. A sessão de hoje nos impõe isso – e eu me associo quase que

integralmente à manifestação feita pelo Deputado João Magalhães quando proferiu seu voto –, porque nós ficamos expostos a fatos que se seguirão à semelhança do de hoje. Não está em discussão a culpa ou a inocência do Deputado Natan, e sim o procedimento que esta Casa adota neste momento.

Por isso, em defesa da instituição, o meu voto foi "sim", pela cassação. E eu acho que isso é importante, porque será um pressuposto que vai nos acompanhar na sequência, para os votos decorrentes do Processo 470, que se denomina "mensalão". Nós vamos ter a reprodução daquele processo futuro à luz das atitudes e decisões tomadas hoje, estabelecidas nesta Casa hoje.

Por isso, em defesa da posição da Presidência, em defesa deste Plenário e do Parlamento, eu acho que é importante que o voto aberto se imponha a partir deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra V.Exa.

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Farei um breve registro, Sr. Presidente.

Ontem se realizou mais uma audiência pública na Comissão que está discutindo o marco regulatório da mineração. Mais uma vez discutimos a importância de se retirar a urgência desse projeto.

A audiência pública de ontem, todas as que estão ocorrendo, Sr. Presidente, e também as mesas redondas nos Estados, têm tido importância muito grande para embasar o relatório que vamos apresentar, têm dado contribuições significativas, que certamente vão ajudar o nosso Relator, Deputado Leonardo Quintão, a apresentar um relatório à altura da mineração no Brasil.

Quero registrar, Sr. Presidente, que a Comissão vai estar dia 20 no Maranhão, porque o Estado tem uma situação que nós entendemos que precisa ser avaliada.

No projeto do marco regulatório da mineração está previsto um aumento na CFEM, que é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Certamente ela deve dobrar, porque a fórmula de cálculo da arrecadação da contribuição do...

(O microfone é desligado.)

O SR. CLEBER VERDE – ...importante, deve modificar e vai ter um aumento significativo. O Município produtor terá, certamente, dobrado o valor da sua contribuição, da mesma forma que o Estado e a União: 65% ficam para o Município produtor, 23% para o Estado e 12% para a União.

Vai haver um aumento considerável, mas este marco regulatório, este projeto que nós estamos discutindo, ele não trata, por exemplo, dos Municípios que são corredores do transporte desse minério. E, nas discussões que estão acontecendo nas audiências públicas e também nas mesas redondas, está chamando a atenção a situação dos Municípios impactados, das comunidades impactadas, que têm que sofrer uma alteração na CFEM, para que se permita uma contribuição a esses Municípios.

O Maranhão vai ter no dia 20 a oportunidade de expressar a sua posição no tocante à CFEM, para que nós possamos ter uma contribuição devida. Então eu quero fazer um convite aos prefeitos e às comunidades afetadas pela Estrada de Ferro Carajás, para que nós possamos instalar a Comissão desta Casa na Assembleia Legislativa, junto com a bancada do Maranhão e com os 23 prefeitos dos Municípios que são os corredores do transporte desse minério, das comunidades que são impactadas. O Relator, Deputado Leonardo Quintão, e um grupo de Parlamentares lá estarão para ouvir do Maranhão aquilo que é fundamental para os Estados. Ouviremos não só os Municípios, mas também o setor da mineração, que vai estar presente para dar a sua contribuição.

Que nós também possamos contribuir para o relatório que vai ser apresentado, que, eu tenho certeza, pelas discussões que estão ocorrendo nas audiências públicas e nas mesas redondas nos Estados, será um relatório à altura do que espera o nosso País, principalmente o setor da mineração.

Então quero mais uma vez fazer este convite, não só à bancada, mas também aos prefeitos e às comunidades impactadas pela mineração no nosso Estado, o Estado do Maranhão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dar sequência à fala do companheiro Deputado Vaz de Lima, que, quando Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, alcançou este grande avanço nas práticas democráticas daquela Casa, instalando ali o voto aberto.

Parabéns a S.Exa., ao Deputado Walter Feldman, que era o Presidente, e, sem dúvida nenhuma, também a tantos bons companheiros de vários partidos.

Registro também, Sr. Presidente, que recentemente, há cerca de 1 mês, a Câmara Municipal de Salvador, a Câmara de Vereadores, que é dirigida pelo Vereador Paulo Câmara, do PSDB, também obteve um grande avanço. Ali foi estabelecida, Deputado Vaz de Lima e Deputado Bruno Araújo, nosso sempre Líder do PSDB, a obrigatoriedade do voto aberto em caso de votação das contas dos prefeitos, no caso, do Pre-

feito de Salvador. Não se avançou mais por limitações de natureza constitucional, da Constituição brasileira, mas esse já foi um grande avanço.

E aproveito para informar novamente aos nossos companheiros aqui da Casa que, no dia 3 de setembro, próxima terça-feira, às 14h30min, teremos uma audiência com a participação de representantes da OAB, da ABI, do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, para tratar da questão do voto aberto, da Proposta de Emenda à Constituição nº 196, de 2012.

Mais uma vez conto com a diligência de V.Exa., Sr. Presidente, e o aplaudo pela serenidade, pela tranquilidade de esperar esta votação até as 23 horas, se for necessário até um pouquinho mais – esse juízo caberá sempre a V.Exa., Presidente Henrique Eduardo Alves.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem a palavra o Deputado Natan Donadon.

O SR. NATAN DONADON (PMDB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uso da palavra rapidamente. Eu esqueci, em meu discurso, de passar um recado dos presos da Papuda. Quando eles ficaram sabendo que eu viria a esta Casa dar o meu depoimento e fazer minha defesa, eles me falaram: *"Deputado, não se esqueça de falar da nossa alimentação. A alimentação do presídio é muito ruim".* Eu faço este pedido às autoridades competentes.

A empresa que fornece ao presídio a marmitex, que eles chamam de "xepa" – é essa a palavra que os presos usam –, não é de boa qualidade. Temos dificuldades com a alimentação. Eu posso dizer isso porque estou lá há 2 meses. Inclusive tenho a síndrome do intestino irritável, que, associada ao estresse, me faz passar muita dificuldade lá.

Enfim, está dado o recado. Eles pediram que eu falasse da alimentação no presídio para que as autoridades e a empresa responsável tomassem providências a fim de melhorar a qualidade da comida dos presidiários da Papuda.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa. pela larga paciência no exercício desta sessão. V.Exa. mostra ao Brasil o seu compromisso e a seriedade deste momento para o Parlamento brasileiro.

Mais do que assumir a posição de declarar o meu voto com o relatório, votando "sim", quero dizer que o ex-Governador e hoje Deputado Esperidião Amin revela com clareza a oportunidade deste momento. S.Exa. deu uma demonstração de que podemos fazer avançar a proposta de emenda à Constituição que consolida o fim do voto secreto em episódios como este, que, como muito bem lembra o Deputado Jutahy Junior, trata menos de uma questão de decoro e mais de uma homologação a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, faço este registro do nosso apoio ao avanço da proposta de emenda à Constituição. Acho que a preservação do voto secreto para a eleição da Mesa Diretora é absolutamente factível, continua fortalecendo o Parlamento, bem como para os vetos presidenciais. Mas nestes episódios específicos... Sessão como a de hoje eu acho que é um grande impulso para caminharmos em direção ao voto aberto para procedimentos como este.

Sr. Presidente, parabenizo V.Exa. pela clareza, pela paciência, pela compreensão com que sinaliza para o Brasil a importância deste momento e o zelo do Parlamento, da Câmara dos Deputados.

Era este o meu registro.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Muito obrigado, Deputado Bruno Araújo.

Tem a palavra o Deputado Izalci.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero reforçar essas exposições com relação ao voto aberto.

Tive o privilégio de ser o Relator, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, do voto aberto, do fim do voto secreto. Mas mesmo com a aprovação da matéria, ainda em 2004, no último episódio de cassação de mandato de Parlamentar conseguiram na Justiça que o voto fosse secreto.

Agora a Câmara do Distrito Federal passa novamente por essa situação, e, segundo as informações que eu tenho, o Parlamentar também está entrando na Justiça e está conseguindo manter o voto secreto.

Portanto, é muito importante que esta Casa aprove o mais rápido possível o voto aberto.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Quero aproveitar esta oportunidade para esclarecer que eu fui hoje, em companhia dos Líderes partidários, ao Senador Renan Calheiros, entregar a PEC do Orçamento Impositivo.

Formalizamos a entrega do texto da PEC e fizemos a S.Exa. um apelo pela celeridade do processo de votação. Dissemos a ele da priorização dos 40% para a saúde, como proposta da Câmara, e ele foi muito receptivo. Disse que daria tratamento célere à PEC das emendas obrigatórias.

O SR. EDINHO ARAÚJO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem a palavra o Deputado Edinho.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar que o voto secreto deve ser uma prerrogativa do eleitor comum, do povo. Ele é que precisa ter a proteção do voto secreto. Agora nós, representantes do povo, temos que prestar contas das nossas ações, dos nossos votos.

No primeiro instante em que foi formada a Frente Parlamentar em Defesa do Voto Aberto, eu a subscrevi, na expectativa de que nós pudéssemos apreciar a matéria muito em breve.

Quero dizer, com relação à votação desta matéria, um constrangimento para todos nós, que acho que esta Casa se engrandece neste momento importante da democracia brasileira.

Sr. Presidente, eu quero reafirmar que o meu voto foi no sentido daquela votação que houve na Comissão de Constituição e Justiça, que se debruçou sobre a matéria e a apreciou com a consciência de todos os Parlamentares que a integram.

Portanto, o nosso voto foi favorável ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FABIO TRAD – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não.

O SR. FABIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar os juristas Fredie Didier, Leonardo Carneiro e Luiz Henrique Volpe Camargo, que estão aqui na Câmara dos Deputados aguardando o início da segunda sessão de discussão do novo Código de Processo Civil.

Aproveito a oportunidade para noticiar que amanhã o nosso Relator, Deputado Paulo Teixeira, irá ao Superior Tribunal de Justiça dar conhecimento aos Ministros daquela Corte dos avanços e das principais conquistas incorporadas no seu relatório, que, tenho certeza, será aprovado por este Plenário.

O SR. PAULO TEIXEIRA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Relator Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Henrique Eduardo Alves, inicialmente quero parabenizá-lo e agradecer por ter agendado a votação do novo Código de Processo Civil.

Ontem, falei algo que gostaria de repetir na presença de V.Exa.: nós tivemos dois Códigos de Processo Civil no Brasil, um em 1939, num regime de exceção, e o outro em 1973, igualmente num regime de exceção. Este será o primeiro Código de Processo Civil num regime democrático. E nós conseguimos consultar a sociedade brasileira, todos os interessados, todos os operadores do Direito para entregar um Código de Processo Civil bem amadurecido.

Sr. Presidente Henrique Eduardo Alves, os debates que teremos aqui serão muito pontuais, porque no conjunto dos temas há um consenso para votação do Código de Processo Civil. Todos os juristas que nos procuraram foram ouvidos, inicialmente pelo então Relator Deputado Sérgio Barradas Carneiro, depois por todos os membros da Comissão.

Essa Comissão foi presidida de maneira brilhante pelo ilustre Deputado Fabio Trad, um Deputado que chegou a esta Casa e demonstrou um enorme equilíbrio, uma capacidade de construir consensos, de ouvir as partes. Então, quero parabenizá-lo. Ela foi também dirigida pelo Deputado Miro Teixeira, que deu enormes contribuições.

Nós tivemos como Sub-Relatores os Deputados Jerônimo Goergen, Efraim Filho, Hugo Leal, Bonifácio de Andrada, Arnaldo Faria de Sá. Creio eu que, se esqueci um dos Sub-Relatores, vou depois lembrar todos aqui, Sr. Presidente.

O SR. PAULO ABI-ACKEL – Gostaria de fazer um aparte a V.Exa., Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA – Sem dúvida, ilustre Deputado Paulo Abi-Ackel.

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Paulo Teixeira. V.Exa. sabe bem, como Parlamentar do Partido dos Trabalhadores, que eu, na condição de membro da bancada oposicionista do PSDB, raras vezes tenho o prazer de concordar com as teses defendidas por V.Exa., apenas as teses políticas, mas quero aqui dar o meu depoimento, como suplente que fui da Comissão Especial de Reforma do Código de Processo Civil, sobre o espetacular trabalho desenvolvido por V.Exa. e pelo Relator Deputado Fabio Trad.

Portanto, quero dizer a V.Exa., como advogado que sou, que estou certo de que nós teremos, a partir de agora, uma Justiça mais célere e que, de fato, haveremos de ter registro na história do País em função do trabalho da Comissão Especial de Reforma do Código de Processo Civil.

V.Exa. está de parabéns, assim como os Deputados Fabio Trad e Bonifácio de Andrada, que é decano da bancada mineira. Tenho certeza de que, em muitos momentos em que o Parlamento é objeto de crítica,

quando aqui se votar a reforma do Código de Processo Civil, nós haveremos de merecer os aplausos de toda a sociedade brasileira pelo belíssimo trabalho, repito, desenvolvido pela Comissão que é presidida por V.Exa. e cujo Relator é o Deputado Fabio Trad.

Muito obrigado.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Paulo Abi-Ackel. São sempre gentis as suas palavras. Nós conduzimos juntos uma comissão de documentos sigilosos desta Casa, e conduzimos com muita harmonia. Quero também transmitir o enorme respeito que tenho por V.Exa. e pela contribuição que dá ao nosso País.

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão a V.Exa. Falei com o Deputado Fabio Trad e os juristas que nos assessoram. Na terça-feira, nos dispusemos a fazer uma reunião com o PSOL. Nós acordamos com o Deputado Ivan Valente uma reunião com a bancada do PSOL e todos os especialistas do PSOL.

Na quarta-feira, faríamos uma reunião com todos os partidos da base de Governo, coordenados pelo Líder do Governo, Arlindo Chinaglia. Sugiro a V.Exa. que faça uma reunião de todos os partidos da Casa com as assessorias que ajudam na construção desse código, para a discussão de todas as questões.

Dessa maneira, o Deputado Ivan Valente me disse que não necessitaria mais daquela sessão especial que havia proposto. O Deputado Miro Teixeira também conversou com o Líder, e eu conversei com o Líder do PT.

Então, nós faríamos três reuniões durante a semana que vem: uma com a bancada do PSOL, outra com a bancada da base de Governo e uma terceira convocada por V.Exa. com todos os partidos da Casa. Assim, nós fecharíamos o processo para votação na semana seguinte.

Usaríamos a semana que vem para mais duas sessões e votaríamos na terça-feira, se V.Exa. concordar, porque entendemos que muitos que hoje, digamos, pretendem debater é porque querem conhecer melhor o processo. Se V.Exa. estabelecer uma meta de votar na outra terça-feira, tenho certeza de que todos se debruçarão sobre o relatório, e nós esclareceremos todas as dúvidas.

V.Exa., na Presidência desta Casa, entregará ao nosso País uma legislação contemporânea, que vai dar grandes contribuições para a melhoria do Judiciário brasileiro e vai levá-lo – evidentemente que se requerem outras mudanças de gestão –, do ponto de vista legal, ao patamar de outros países que têm uma Justiça de muitíssima qualidade. Nós temos, mas precisamos dar um salto. Esse código promoverá mudanças muito importantes no processo civil brasileiro.

Portanto, Presidente, aqui quero repetir: nós estamos aqui hoje à noite com o Dr. Fredie Didier, Dr. Luiz Henrique Volpe Camargo, Dr. Leonardo Carneiro da Cunha, Dr. José Marcos Lunardelli, que é um Desembargador da AJUFE do Brasil, Dr. Carlos Bentivegna, enfim, com pessoas que contribuíram para esse debate. Na semana seguinte, traremos mais especialistas. Estamos dispostos a discutir com quem quiser e a demonstrar o aperfeiçoamento. Eventualmente, se houver alguma questão ainda remanescente, estaremos abertos a fazer modificações.

Portanto, quero fazer essa sugestão a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concordo inteiramente com V.Exa. Por isso é importante que hoje, a hora que for, tenhamos mais essa sessão de discussão, porque teríamos a de ontem e a de hoje. Faltariam duas, a próxima terça e a próxima quarta, nesse desenho formulado por V.Exa., e na outra terça uma grande noite nesta Casa para aprovarmos o novo Código de Processo Civil.

Estou de pleno acordo com V.Exa.

O SR. BRUNO ARAÚJO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não, Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Queria cumprimentar a Comissão pelo trabalho feito e dizer a V.Exa., de modo muito especial – trabalho esse presidido pelo Deputado Fabio Trad –, que todos nós tivemos a honra de usufruir de toda a convivência, pode ter certeza, e também do orgulho que o nosso Deputado Nelson Trad teria do trabalho que o filho e hoje Parlamentar executou, dando sequência a uma tradição de um Parlamentar que teve tanta importância no País, mas sobretudo na dedicação a esse novo Código de Processo Civil.

É importante fazer o registro do primeiro Relator, Deputado Sérgio Barradas Carneiro, que teve uma contribuição importante no processo, e o relatório que se conclui com a participação do Deputado Paulo Teixeira.

Sr. Presidente, sobretudo quero falar para a Câmara dos Deputados que muitas vezes temos ouvido Deputados preocupados com comentários em relação à discordância de determinado artigo ou dispositivo, o que é absolutamente normal dentro das centenas de artigos que regulamentam o Código de Processo Civil.

Qual é a tranquilidade e a importância que temos que ter na visão em relação a isso? Que esse novo Código de Processo Civil é muito melhor do que o que aí está. Ele dá mais agilidade e mais resultado

para que a justiça se faça com mais celeridade, com mais agilidade.

Esse é o propósito que norteou a Comissão. Nós estamos próximos disso. Nós vimos, há alguns anos, a elaboração do novo Código Civil, cujo Relator era o Deputado conterrâneo Ricardo Fiuza. Hoje estamos próximos de poder devolver ao Senado Federal, já que a Câmara dos Deputados foi a Casa Revisora, para que possa ser concluído esse processo. Pelo que nos diz o Presidente da Comissão, Deputado Fabio Trad, já há tratativas de haver, da melhor forma possível, o maior respeito às elaborações que aqui...

(O microfone é desligado.)

O SR. BRUNO ARAÚJO – Portanto, sob sua Presidência, Deputado Henrique Eduardo Alves, V.Exa. vai poder comandar no plenário um código que é mais ágil, melhor, mais contemporâneo e mais moderno do que o hoje vigente. É um passo importante. Quando nós falamos em celeridade da Justiça, não adianta só falar em realidade salarial, em estrutura, em equipamentos, se a cartilha que dirige os procedimentos do julgamento está defasada. Ela vai ser corrigida com esse novo Código de Processo Civil ou pelo menos bastante melhorada.

Era esse registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tenho observado que nós estamos esperando há 40 minutos e não pinga um voto sequer, o que é preocupante. Mas vamos aguardar.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não, Deputado.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de comunicar a V.Exa. que a Relatora do processo do nosso companheiro Zoinho, Ministra Laurita Vaz, não concedeu a liminar na ação cautelar impetrada pelo Prefeito cassado da cidade. Então, ele está apresentando a sua carta de renúncia como Deputado Federal para assumir o mandato de Prefeito da cidade de Volta Redonda. Independentemente disso, já preparei aqui o texto da PEC e darei entrada na próxima terça-feira. Peço, portanto, o apoio de todos os colegas para acabar com essa indefinição.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Não há a menor dúvida. Tem toda razão V.Exa. em relação ao procedimento constitucional.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Bruno Araújo as palavras gentis.

Lembrei também que tivemos a honra de ter como Sub-Relator o Deputado Vicente Arruda, do Ceará. Portanto, quero registrar também aquela contribuição inestimável do Deputado Vicente Arruda.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estava assistindo à TV enquanto fazia um lanche, e V.Exa. falou do orçamento impositivo. Nós estivemos hoje no Senado, com os Líderes das bancadas e com V.Exa., levando o resultado da PEC do Orçamento Impositivo já em segundo turno, votada nesta Casa. É importante não só levar o resultado da Câmara pelo orçamento impositivo – em que se torna efetivamente prioritária a liberação dos recursos para essas emendas parlamentares e o compromisso com parte desse recurso para a saúde pública brasileira –, mas é importante destacar que agora cabe ao Senado responder ao País, como respondeu a Câmara dos Deputados, ao votar lá em dois turnos essa PEC de fundamental importância para que a Casa, o Parlamento brasileiro, o Governo, a sociedade brasileira comecem a ver com outros olhos essa representação, que é da maior importância para sustentar a democracia em qualquer lugar do mundo, especialmente neste País.

Portanto, é de se louvar, mais uma vez, esse momento importante que nós vivemos hoje à tarde, ao levar ao Presidente do Senado Federal a nossa PEC do Orçamento Impositivo, comandada por V.Exa., a quem tive oportunidade de elogiar da tribuna, por mais um compromisso assumido e respondido de pronto, pela ação, pela determinação, pelo compromisso de V.Exa. com a Casa. Quero dar este meu testemunho: na Comissão Mista de Orçamento, quando se estava discutindo inclusive a votação, V.Exa. deixou a Presidência e foi até a Comissão para pedir mais um tempo, marcando dia e hora para a Comissão votar; e V.Exa. reiterava o compromisso de que se votaria ainda neste mês de agosto. E foi o que aconteceu.

Assim, acho que é algo muito importante o orçamento impositivo, que a Casa está agora apresentando para a sociedade a fim de que esta acompanhe de forma transparente a aplicação dos recursos públicos aqui decidida, pelo Orçamento da União.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, V.Exa. me permite o uso da palavra? Estou inscrito para falar sobre o Código de Processo Civil, e V.Exa. tem aceitado algumas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – É lógico, pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu também integrei – e in-

tegro – a Comissão Especial que tratou do assunto e gostaria de fazer dois registros, além de concordar com todas as observações feitas pelo Deputado Paulo Teixeira, as observações feitas ontem de maneira muito lúcida pelo Deputado Miro Teixeira, as observações feitas pelo Deputado Fabio Trad e por todos aqueles que se aprofundaram na abordagem da grande construção desta obra de arte, de artesanato. Mais do que de arte, pura e simplesmente, é uma obra de ourivesaria, elaborada pelo talento de todos aqueles que estiveram aqui.

Não posso deixar de destacar a presença do Desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins, do meu Estado de Santa Catarina, que esteve aqui em uma sessão, que ensinou a muitos as questões relacionadas ao Código de Processo Civil, ele que é um estudioso da matéria; e a de todos aqueles que nesta Casa estiveram, doutrinadores, especialistas, advogados, doutores. Também, o trabalho político dos Relatores e, até poderia dizer, o da assessoria da Casa, sem a qual fica difícil juntar essa peça de ourivesaria; porque é uma joia, o Código de Processo Civil tem que ser uma joia do Direito, da modernidade, da atualidade, e por muitos anos, se possível.

Assim, gostaria de dizer que, mesmo tendo dado uma contribuição mais modesta, sinto-me muito gratificado por poder celebrar esta véspera de aprovação do Código de Processo Civil. Tive o privilégio de participar, como Senador, sob a grande liderança do Josaphat Marinho, da aprovação do Código Civil, tarefa que já mobilizou grandes talentos do Brasil, haja vista as inesquecíveis obras de literatura jurídica que Rui Barbosa liderou, com a réplica, com a tréplica, com as críticas ao nosso Código Civil de 1916. A aprovação do Código de Processo Civil é uma consequência inevitável para o Direito brasileiro.

Quero congratular-me com a Câmara dos Deputados por oferecer esse trabalho ao Brasil. E congratulo-me com o Deputado Fabio Trad, que foi um Presidente realmente equilibrado, um Presidente que somou e ajudou a nos dar a todos um norte, sem muita fiscalização: o norte é chegarmos ao destino, mas a navegação não precisa ser em linha reta; a navegação pode e deve conter as contradições, acolher o contraditório, que é próprio de uma discussão dessa natureza, especialmente em uma Casa Legislativa, onde não pode haver dogmas. A falta de dogmas, a busca e a curiosidade por buscar inspiração, sugestões, correntes de opinião, esse conjunto diversificado permitiu que produzíssemos essa peça, para a qual me orgulho muito de ter dado uma contribuição modesta, mas uma contribuição de muito boa vontade, que espero resulte no bem para o País.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de aproveitar esta oportunidade de debate no plenário – porque não é sempre que nós a temos, como estamos tendo neste momento – para fazer um pedido a V.Exa. Ainda restam algumas resistências, não são muitas, para que seja pautado o projeto de autoria do Deputado Paulo Teixeira que acaba com o auto de resistência. O Brasil não pode conviver mais com isso.

Para aquelas pessoas que nos assistem e que não sabem o que é auto de resistência, vou explicar. Há um confronto entre um policial e um bandido; o bandido resiste; o policial, então, atinge o bandido, que vem a falecer. Isso é lançado como auto de resistência: porque o bandido resistiu ao policial, este teve que agir e matou o bandido.

Mas, em verdade, o que ocorre na prática? Muitos inocentes são mortos, pessoas que não têm nenhuma passagem pela polícia. E uma minoria de maus policiais transformam essas mortes de pessoas inocentes em autos de resistência, para poder se defender perante a Corregedoria da Polícia, perante seus colegas de corporação, enfim.

Com toda a sinceridade, acho que esta Casa precisa dar uma demonstração ao Brasil de que não pode compactuar com maquiagem. Vou explicar por que falo em maquiagem. Além desse fato gravíssimo – pessoas inocentes morrerem e autos de resistência são forjados –, Estados que querem diminuir o índice de homicídio, classificam o homicídio, na tabela, como auto de resistência.

Há Estados em que, se o senhor somar auto de resistência com homicídios, o número de mortos aumentou, mas a tabela de homicídios caiu. Essa é uma reclamação especialmente dos jovens pobres das periferias, que são as maiores vítimas dessa ação deletéria dos maus policiais.

O Deputado Paulo Teixeira foi muito feliz ao apresentar esse projeto, entendeu? O Deputado Pastor Eurico, que é o Relator, também apoiou, incentivou e está de acordo. Acho que a maioria da Casa está de acordo. Parece-me que só um ou dois Líderes têm resistência ao auto de resistência. Está na hora de darmos um avanço à instituição policial também.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão.) – Sr. Presidente, quero também cumprimentar os Deputados Paulo Teixeira e Fabio Trad pelo trabalho e a contribuição ao Brasil que deram através do nosso Código de Processo Civil.

Aliás, o Deputado Fabio Trad foi o Relator de um projeto, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de minha autoria, que estende a Lei da Ficha Limpa para todos os cargos do Executivo. Essa matéria, que foi aprovada na CCJ, estende a Lei da Ficha Limpa. Ela foi iniciativa da Câmara dos Deputados, ela foi apresentada no início desta Legislatura, e V.Exa. abriu a Comissão Especial para essa importante alteração constitucional, estendendo, portanto, a Lei da Ficha Limpa a todos.

Então, quero reiterar aqui o pedido ao Sr. Presidente para que nós possamos nomear os integrantes dessa Comissão Especial, apreciar essa importante PEC, que começou pela Câmara dos Deputados; e que possamos trazê-la ao plenário. Até porque, Sr. Presidente, é de conhecimento no País que nós temos ainda assistido a funcionários comissionados que enfrentam problemas com a Justiça, com condenações e ocupam cargos, inclusive, em Ministérios. Nós temos que evitar. Se uma pessoa não pode ser eleita para estar neste Parlamento, também não pode ocupar um cargo de Ministro ou também um cargo comissionado, seja qual for a função.

Essa contribuição a Casa vai dar ao País, estendendo, portanto, os poderes do Ficha Limpa.

Todos nós aqui passamos pelo crivo. Os funcionários, Ministros, autarquias, fundações, administração direta ou indireta, bancos, tanto o Banco do Brasil quanto a Caixa Econômica, e até mesmo os funcionários comissionados não podem ocupar um cargo público se não estiverem com sua ficha limpa.

O SR. ALEX CANZIANI – Sr. Presidente, Alex Canziani, por gentileza, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra, Deputado.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Só para dizer, Sr. Presidente, que há poucos dias o Relator da LDO, Deputado Danilo Forte, apresentou o seu relatório na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Quero agradecer ao Deputado Danilo Forte, porque ele acatou uma emenda nossa que dá às universidades estaduais e municipais um avanço importante.

Há alguns anos, conseguimos também colocar na LDO que a contrapartida que as universidades estaduais e municipais têm que dar para emendas e qualquer recurso por parte da União fosse reduzida a 1%. Chegava até a 25%.

Um reitor, certa feita, disse-me que quando chegava uma emenda de um Deputado havia duas reações: uma de alegria e uma de tristeza. Alegria porque estava chegando um recurso à universidade, um recurso federal, e tristeza por não saber como arrumar o dinheiro para dar a contrapartida.

Nós conseguimos, então, naquele momento, aprovar aquela emenda à LDO. A Presidenta Dilma sancionou com aquela emenda. Mas lamentavelmente na LDO deste ano já não consta mais isso, podendo chegar a mais de 20% a contrapartida das universidades estaduais e municipais.

Por isso, apresentamos uma emenda, que foi acatada pelo Deputado Danilo. E vai ficar com 0,1 até 1%, no máximo, a contrapartida das universidades estaduais e municipais.

Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa., por ter intermediado uma conversa com o próprio Deputado Danilo, com as universidades estaduais e municipais e com a ABRUEM – Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, a fim de que nós pudéssemos ter esse avanço.

E agradeço também, porque, numa reunião que nós tivemos com o Ministro Mercadante, S.Exa. disse estar formando um grupo de trabalho para que nós possamos discutir e efetivamente ter no País um apoio para as universidades estaduais e municipais que prestam relevantes serviços.

A Constituição diz que cabe ao Governo Federal, cabe à União prover o ensino superior. Os Estados despendem quantias significativas, Deputada Rosane, inclusive o Estado do Paraná, para manter as nossas universidades que são de fundamental importância.

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar aqui consignado o nosso agradecimento a V.Exa., ao Deputado Danilo, e a expectativa de que o Ministro Mercadante, juntamente com a sua equipe, proponha um avanço importante para as universidades, e que o Governo ajude no custeio das universidades estaduais e municipais.

E, para encerrar, quero deixar aqui registrado que o Presidente da ABRUEM, que esteve com V.Exa., foi convidado pelo Governador Beto Richa e é hoje o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná. Com certeza, vai fazer um grande trabalho em prol da educação superior do Estado do Paraná como Secretário, o Reitor João Carlos, que saiu da Universidade Estadual de Ponta Grossa para assumir, então, a Secretaria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria apenas utilizar a palavra, mais uma vez, para registrar a contribuição inestimável de outros membros da Comissão Especial do novo Código de Processo Civil.

Um deles é o ex-Governador e ex-Senador Esperidião Amin, que deu contribuições inestimáveis. Inclusive, num momento em que havia ali um debate muito equilibrado, S.Exa. ajudou muito na solução de questões fundamentais no novo Código de Processo Civil. Quero agradecer-lhe e registrar essa contribuição de S.Exa.

Há também o Deputado Marchezan. Gostaria de registrar a inestimável contribuição desse jovem Deputado que chegou brilhando a esta Casa.

O Deputado Valtenir Pereira também deu uma enorme contribuição. S.Exa. é da área da advocacia pública, levou inúmeras contribuições e nos ajudou muito no amadurecimento daquele debate.

Apresento, em nome desses três Parlamentares, o leque político que conseguiu construir uma obra, creio eu, muito avançada para o nosso País.

Quero também aqui elogiar a fala do Deputado Garotinho, que pediu a votação do projeto que disciplina os autos de resistência, porque muitas pessoas morrem. Há registro de autos de resistência sem ter havido resistência. O que nós estamos pedindo é a investigação das circunstâncias em que se deram aquelas mortes, com perícia independente, para desestimular a morte sem resistência.

Evidentemente, todo policial deve agir para evitar a morte, mas, na hipótese de existirem mortes, tem que haver a resistência. Por isso, nós estamos aqui pedindo a investigação.

O Deputado Pastor Eurico foi Relator dessa matéria na Comissão de Segurança Pública e ajudou no aperfeiçoamento desse projeto. É uma resposta importante que S.Exa. dá à sociedade brasileira.

No Estado de São Paulo, o novo Secretário de Segurança Pública disse que, a cada morte, não se pode mexer nos corpos. Deputado João, sabe em quanto diminuiu o número de mortes praticadas por policiais? Em 40%, em apenas 6 meses.

Essa é uma medida fundamental para a proteção da juventude pobre, da juventude negra do Brasil. Pedimos o apoio de V.Exa. para que votemos essa medida.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem a palavra o Deputado João Campos.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero me congratular com todos os psicólogos, porque ontem foi celebrado o Dia do Psicólogo.

Na sequência, quero subscrever a compreensão daqueles que entendem, em relação ao procedimento que hoje está em votação – perda de mandato de Parlamentar em função de sentença penal condenatória definitiva –, pela alteração do texto constitucional. As razões já foram todas esposadas aqui. Quero apenas subscrevê-las e dizer que estou pronto para assinar essa proposta de emenda à Constituição.

De fato, não há por que nós fazermos este processo de votação obedecendo ao que dispõe hoje a Constituição e o Regimento, até porque, Sr. Presidente, no procedimento de hoje, para perda do mandato, para votarmos "sim", temos uma facilidade e uma razoabilidade. É só levar em conta a decisão do Judiciário brasileiro e considerar que certamente o Poder Judiciário, ao prolatar a sua sentença, examinou, considerou que os principais princípios que devem nortear o processo foram observados: o princípio da ampla defesa, do devido processo legal, do contraditório. Daí o Parlamentar votar "sim" termina sendo razoável.

O Parlamentar votar "não" tem um argumento também razoável. Ele diz: *"Eu não tenho elementos para formar a minha convicção e votar 'sim' ou votar 'não'. Eu só tenho a manifestação do Relator e a fala do representado. Eu não conheço os autos, eu não conheço as provas, portanto vou me abster"*. Mas votar "não" significa, embora não seja de fato, que o Parlamentar, sem conhecer provas, sem conhecer os autos, está revendo a decisão do Poder Judiciário. Isso, portanto, cria uma situação difícil.

À medida que a Constituição estabelecer que a perda é em função de uma sentença penal condenatória definitiva, então que efetivamente se dê apenas em função de uma declaração da Mesa da Casa. Acho que o encaminhamento de uma proposta de emenda constitucional nessa direção deve ter o acolhimento desta Casa.

Porém, Sr. Presidente, o Deputado Natan Donadon terminou levantando uma tese interessante, que o Senado está apreciando e que certamente vem a esta Casa, que é a questão relacionada ao foro privilegiado. Tenho observado a imprensa do Brasil e setores do Parlamento dizerem: *"Temos que acabar com o foro privilegiado"*. Que privilégio? Qual é o privilégio? O Deputado Natan Donadon disse aqui: *"Eu fui julgado, diferentemente do cidadão comum, por uma instância só, portanto, sem direito a outras instâncias da Justiça; apenas uma instância, o Supremo Tribunal Federal"*.

Isso é o que ocorre, o que a Constituição estabelece hoje para Deputados, Senadores, Ministros de Estado, Presidente da República. Isso é privilégio? Ser julgado com direito a apenas uma instância? Não ter direito a recurso em lugar nenhum? Evidentemente, se for estabelecido que a regra é igual à do cidadão comum, também não se estabelece privilégio; ao contrário, estabelece-se uma regra de isonomia.

O legislador, quando suprimiu determinadas instâncias em relação a determinadas autoridades, o fez porque, de fato, elas são diferentes do cidadão comum. Daí foram suprimidas determinadas instâncias do Poder Judiciário e encurtou-se, quem sabe, o princípio da ampla defesa. Mas dizer que isso é privilégio... É exatamente o contrário. Era privilégio, quem sabe, quando a Constituição estabelecia que um Parlamentar ou um Ministro de Estado, para ser processado, dependia da autorização do Parlamento. Como o Parlamento não autorizava, então, era um privilégio.

Em 2001, o Parlamento alterou a Constituição, através da Emenda Constitucional nº 35, e inverteu a ordem. O Judiciário não precisa mais de autorização do Parlamento. O Judiciário começa a ação penal, e, se o Parlamento quiser, ele susta o andamento da ação penal. Com a mudança da regra, isso nunca mais aconteceu, e não há nenhum privilégio.

Imaginem os senhores, no caso do mensalão, se nós tivéssemos acabado com aquilo que se chama impropriamente de foro privilegiado? O pessoal do mensalão seria julgado inicialmente pelo juiz de primeiro grau, depois pelo de segundo grau, depois STJ e Supremo. Quando nós iríamos ter uma sentença condenatória definitiva?

Apenas para reflexão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VALTENIR PEREIRA (PSB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui parabenizar o Deputado Fabio Trad e também o Relator do Código de Processo Civil, Deputado Paulo Teixeira.

Esses dois Deputados, juntamente com diversos outros Parlamentares desta Casa, andaram por todo o Brasil coletando informações, coletando sugestões para o novo Código de Processo Civil.

O meu Estado, Mato Grosso, teve o privilégio de receber essa comitiva, que debateu com desembargador, com defensor público, com promotor de justiça, com advogado, enfim, com os vários segmentos da Justiça, o aperfeiçoamento dessa proposta.

Vinte e três meses depois, chega este novo Código com a maioria de seus artigos definidos de forma consensual, de forma debatida, discutida.

Eu tive a satisfação, na última sessão de fechamento de votação do relatório geral, de participar e ajudar a conduzir uma negociação que avançou, e hoje nós temos a perspectiva de, nas próximas sessões desta Casa, votarmos o novo Código de Processo Civil, que vai atualizar a legislação e atender os reclames da sociedade brasileira.

Vejam: nós tínhamos um Código de 1940, remendado em 1973. Naquela ocasião, não havia videoconferência, não havia tecnologia da informação, como hoje. Naquela época, você elaborava a sentença através da caneta, através da escrita. Hoje, não. Com os recursos tecnológicos, nós podemos avançar, e avançar muito.

Então, este novo Código de Processo Civil vai atender exatamente à necessidade de atualizar a legislação de procedimentos na área cível e, com isso, facilitar a entrega da prestação jurisdicional tão desejada e necessária para que possa haver na sociedade um convívio tranquilo e harmônico.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer este registro, porque este Código busca exatamente a paz social.

Muito obrigado.

O SR. PASTOR EURICO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não, Deputado.

O SR. PASTOR EURICO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para parabenizar o nobre companheiro Deputado Paulo Teixeira e o companheiro Fabio Trad. Eu gostaria também de aproveitar para parabenizar os nossos amigos, companheiros e cidadãos de Mato Grosso do Sul, que fizeram o nobre companheiro Fabio Trad aqui chegar. S.Exa. tem prestado um relevante serviço ao nosso Brasil.

Tratando do projeto relativo aos autos de resistência, na condição de Relator, quero aproveitar para parabenizar o nobre Deputado Paulo Teixeira – o projeto é muito importante – e dizer para alguns que parecem não estar entendendo esse projeto que, em nenhum momento, ele está indo de encontro aos policiais, aos serviços prestados pelos policiais ou às ações dos policiais.

O projeto dos autos de resistência pretende exatamente esclarecer mortes que acontecem e muitas vezes apenas se alega legítima defesa. Muitos familiares ficam sem ter uma resposta, porque o processo não prossegue. O projeto dos autos de resistência vai dar uma liberdade para que os delegados possam atuar em todo esse processo, possam investigar e possam esclarecer os fatos, até porque existem policiais e po-

liciais. E não é justo que os policiais que buscam fazer um trabalho correto sejam muitas vezes culpados ou qualificados, igualados a alguns que agem como verdadeiros participantes de grupos de extermínio.

Então, essa luta vai nos encontrar nesta Casa. Esperamos que esse projeto venha ao Plenário desta Casa e aqui possa ser votado, para que tenhamos esclarecimentos desses casos que têm deixado muitas interrogações em muitas famílias em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pois não, Deputado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero fazer o registro de uma situação grave no Estado do Rio de Janeiro, de algo que está acontecendo na Universidade Gama Filho. Milhares de alunos estão sem a oportunidade de ter suas aulas.

Hoje, realizamos uma reunião com o Secretário-Executivo do Ministério da Educação, Sr. Paim. Lá estiveram a representação dos estudantes da Gama Filho, a Presidenta da UNE e vários Parlamentares da Comissão de Educação. O que se busca é exatamente uma solução para esta situação de natureza gravíssima, em que milhares de alunos estão sendo prejudicados pelo chamado grupo Galileo, que não tem mais qualquer credibilidade para ter a oportunidade de dar manutenção aos trabalhos que devem ser desenvolvidos pela universidade.

O Deputado Celso Jacob, que está aqui presente, foi o coordenador de um conjunto de Parlamentares que realizou uma reunião com os representantes da mantenedora. Eles assumiram uma série de compromissos, compromissos esses que não foram cumpridos com a Comissão de Educação. Depois ficaram de vir à Comissão de Educação, para dar explicações sobre o que poderiam fazer para efetivamente solucionar as mazelas existentes e para que pudesse haver um desdobramento positivo. Simplesmente não vieram à Comissão de Educação. E não é por outro motivo que os estudantes da Gama Filho têm feito uma solicitação bastante objetiva, que é exatamente: *"Fora, grupo Galileo"*.

Foi combinada uma nova reunião para a próxima semana, com a presença dos estudantes, que tiveram uma postura de muita seriedade e firmeza, tanto na reunião no Ministério da Educação como em todos os debates e encontros realizados sobre o assunto. Essa reunião ficou combinada com o Ministério da Educação, na próxima semana, para o assunto ser levado e tratado com o Ministro Aloizio Mercadante. Mais uma vez, a representação dos alunos vai se deslocar a Brasília por mais uma semana. Os Deputados Federais da Comissão de Educação se colocaram à disposição no sentido de também comparecer e acompanhar essa reunião.

Esperamos por parte do Ministério da Educação um indicativo de solução, do que pode e do que deve ser feito neste caso específico da Gama Filho. Temos certeza de que não podem mais os estudantes, os professores, os funcionários da Gama Filho, o Estado do Rio como um todo ser prejudicados por essa ação criminosa deste grupo Galileo. Nós precisamos, definitivamente, de uma solução. Esperamos um desdobramento que seja positivo na reunião da próxima semana.

Obrigado, Presidente.

O Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Caiado, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Deputado Celso Jacob.

O SR. CELSO JACOB (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu só quero colaborar com o Deputado Glauber Braga. Realmente, nós estamos vivendo um momento difícil, diante dessa situação do Grupo Galileo, na Comissão de Educação como um todo. E chamo a atenção desta Casa, porque muitas universidades particulares no Brasil estão deficitárias.

O caso lá é muito grave. É uma universidade tradicional, mas que está definhando. Eu espero que o MEC, na próxima semana, apresente uma solução que atenda os interesses dos alunos, mantendo as aulas, mantendo a qualidade do ensino, porque isso é muito importante para o nosso País.

Faço um chamamento a esta Casa no sentido de que dê atenção especial a esse caso do grupo Galileo. É um caso que merece um estudo, merece um acompanhamento por parte do MEC e merece uma solução. Estamos confiantes de que o MEC vai dar uma solução positiva para os anseios dos nossos alunos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Deputado Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me associar a todas as manifestações que foram feitas e falar um pouquinho do Deputado Fabio Trad, esse jovem advogado, esse jurista que, acompanhado do sempre Governador de Santa Catarina Esperidião Amin, capitaneou a Comissão Especial que analisou a modernização do nosso

Código de Processo Civil. A agilidade e a modernidade do Deputado, nós precisamos destacar.

Quero dizer a S.Exa. que, para ir ao encontro do trabalho ágil, competente e moderno que capitaneou, tive o privilégio de ver aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, esta semana, a alteração do art. 1.788, sobre herança digital, algo que a nossa legislação não previa, o nosso Código não previa. Para fazer jus ao trabalho grandioso e qualificado que S.Exa. capitaneou, a Comissão aprovou essa alteração que fará parte do Código moderno, ágil, para fazer justiça, porque, muitas vezes, justiça tardia não é justiça, é injustiça.

Então, eu quero cumprimentar S.Exa. pelo belo trabalho que fez para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado) – Com a palavra o Deputado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assomo a tribuna para registrar que sou integrante da Comissão de Constituição e Justiça e participei ativamente do processo e julgamento do Deputado Natan Donadon.

Participei ativamente, juntamente com o Relator Sergio Zveiter, que, a princípio, deixo registrado aqui, é um Deputado, advogado, ex-Presidente da Ordem dos Advogados Seccional do Rio de Janeiro, com trabalhos registrados de forma indelével no Direito brasileiro e no Judiciário brasileiro. Vou aqui dispensar a sua estirpe familiar de jurista, vou aqui dispensar o seu dom e a sua humildade de examinar detalhadamente cada folha e cada documento contido no processo do Deputado Natan Donadon.

Se porventura faltaram alguns documentos, aos quais o próprio Deputado se referiu, oportunizou-se juntar esses documentos, oportunizou-se até contraditar os documentos ali contidos. E isso não foi feito. Isso não foi feito.

Agora, hoje, nós estamos aqui, sim, a votar a cassação do Deputado Natan Donadon, a cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal, gostando ou não gostando dessa decisão, aceitando ou não aceitando essa decisão.

Mas quero registrar também que esta Casa é soberana e que o resultado tem que ser respeitado; apesar de vários Deputados aqui já terem se manifestado, inclusive da minha bancada do PCdoB, pela cassação do Deputado Natan Donadon, expressado e externado. Apesar de o voto ser secreto, vários Deputados aqui seguidamente externaram o seu voto desta tribuna.

Particularmente, eu me alinho à decisão que houve na Comissão de Constituição e Justiça, com todos os Deputados que, de forma unânime, optaram pela cassação do colega Deputado Federal Natan Donadon. Não houve um Deputado que não registrasse seu voto pela cassação.

Agora, a votação a ser estabelecida no plenário desta Câmara é secreta. E nós aqui, objetivamente, como alertou o Presidente Henrique Eduardo Alves, não teríamos a opção de manifestar publicamente o nosso voto. Cada Deputado se reserva o direito de, na sua consciência e na sua convicção, colocar a sua opinião em três opções de votação. Não nos é permitido divulgar o voto, o que, inclusive, é uma disposição do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, enquanto não houver a aprovação do projeto de lei que tramita nesta Casa nos permitindo o voto aberto. Enquanto não for permitido isso, vamos cumprir regimentalmente o que determinam as normas constitucionais e as regimentais da Câmara dos Deputados.

Registro que a decisão do Supremo é soberana. Registro que, assim como o Supremo decidiu, também a decisão da Câmara dos Deputados será soberana.

O Sr. Ronaldo Caiado, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Nilton Capixaba, tem V.Exa. a palavra.

O SR. NILTON CAPIXABA (PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que a bancada de Rondônia esteve, em várias audiências, com o Diretor-Geral do DNIT, o General **Fraxe**, falando da situação em que se encontra Rondônia. Falamos da BR-364, das rodovias 429, 421 e 425, dos viadutos em Porto Velho, das pontes da 429, da passagem em *São Miguel do Guaporé. Portanto, fizemos um relato da situação em que se encontram as rodovias em Rondônia.*

A BR-364 é a única rodovia que liga o Norte do País ao Sul. É uma rodovia com trânsito muito intenso, em condições precárias, e por onde passa a soja do Mato Grosso, pelo porto, em Porto Velho. Todos os anos enfrentamos as maiores dificuldades naquela BR. O General assumiu o compromisso conosco de recuperar toda a BR-364. Essa recuperação foi dividida em quatro trechos: de Vilhena a Pimenta Bueno; de Pimenta Bueno a Ouro Preto; de Ouro Preto a Ponte do Rio Preto; e de Ponte do Rio Preto até Candeias. O

único trecho que está sendo executado é o de Pimenta Bueno a Ouro Preto, e é um serviço de qualidade.

Peço ao Diretor-Geral do DNIT que dê ordem de serviço dos outros lotes, porque já está perto de começar a chover novamente no Estado de Rondônia, e até agora as obras não foram iniciadas. Então, peço ao Diretor-Geral do DNIT que dê ordem de serviço para concluir aquele serviço tão importante para o nosso Estado, que é a BR-364.

Em relação à BR-429, as pontes também já foram licitadas, e é preciso ter a ordem de serviço, assim como a passagem de São Miguel do Guaporé, tão necessária. De igual forma, os viadutos de Porto Velho. É uma vergonha o que está acontecendo. E o DNIT ficou de concluir isso, o que é muito importante para Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Informo ao Plenário que amanhã teremos duas sessões solenes.

Sessão solene em homenagem aos 80 anos da Fundação da Escola Paulista de Medicina. Autor do requerimento: Deputados Newton Lima e Walter Feldman. Requerimento do dia 28 de maio, agendado desde o dia 16 de julho.

Sessão solene em homenagem ao Dia Nacional do Profissional de Educação Física. Autores do requerimento: Deputados Afonso Hamm, João Arruda, André Figueiredo, Otavio Leite, Cleber Verde, Flávia Morais, Renan Filho, Luci Choinacki e Hugo Motta. Requerimento do dia 15 de maio, portanto, agendado no mês de agosto.

Portanto, duas sessões solenes amanhã, quinta-feira, para as quais convoco os Srs. Parlamentares.

O SR. STEPAN NERCESSIAN (PPS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem prorrogação, porque é um perigo prorrogação. Sou botafoguense, tenho perdido tudo na prorrogação.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Sr. Presidente, quero falar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Rapidamente mesmo.

O SR. VALTENIR PEREIRA (PSB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar sobre o piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Quero, na verdade, dar um testemunho aqui de quanto V.Exa. tem lutado para pautar esse projeto. E eu tenho certeza de que, no mês de setembro, vamos conseguir votar esse importante projeto que valoriza essa importante categoria, que são os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, pois trabalham na prevenção de doenças e na promoção de saúde.

Então, Sr. Presidente, quero deixar esse registro nesta Casa.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem a palavra o Deputado Anthony Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – O prazo regimental desta sessão encerrou-se às 23 horas.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – É isso.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Então, se V.Exa. não prorrogar a sessão, amanhã pode haver questionamento de nulidade.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – É porque ainda estamos no processo de votação, Deputado Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Bem, todos são testemunhas de que nós estamos aqui há exatamente 1 hora e 30 minutos esperando que aumente esse quórum, porque entendemos que esta matéria deveria ter quórum qualificado desta Casa.

No dia de hoje, havia 470 Deputados na Casa, um dos maiores quóruns desta Casa nas últimas semanas. No painel, registraram presença 459 Srs. Parlamentares, um dos maiores quóruns no painel desta Casa. Estamos com 405 Srs. Deputados votando. Há 1 hora e 30 minutos não se acrescenta um voto sequer, mas, como prometi esperar até as 23 horas, aqui estou pacientemente esperando.

Agora, é nosso dever encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

O SR. CHICO ALENCAR – A Câmara não cometerá haraquiri político. Eu tenho certeza.

O SR. SERGIO ZVEITER – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CHICO ALENCAR – Que vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Vou proclamar o resultado da votação:

SIM: 233
NÃO: 131
ABSTENÇÕES: 41
TOTAL: 405.

LISTAGEM DE VOTAÇÃO

Proposição: REP Nº 20/2013 – REPRESENTAÇÃO COM PARECER DA CCJC – Secreta Eletrônica
Início da votação: 28/08/2013 20:29
Encerramento da votação: 28/08/2013 23:04
Presidiram a Votação:
Henrique Eduardo Alves
Ronaldo Caiado

Resultado da votação

Sim:	233
Não:	131
Abstenção:	41
Total da Votação:	405
Total Quorum:	405
Obstrução:	4

Presidente da Casa: Henrique Eduardo Alves - PMDB /RN

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Roraima (RR)			
Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrpPhsPslPrtb	
Edio Lopes	PMDB		
Jhonatan de Jesus	PRB		
Luciano Castro	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb	
Marcio Junqueira	DEM		
Paulo Cesar Quartiero	DEM		
Raul Lima	PSD		
Urzeni Rocha	PSDB		
Total Roraima: 8			
Amapá (AP)			
Dalva Figueiredo	PT		
Davi Alcolumbre	DEM		
Evandro Milhomen	PCdoB		
Fátima Pelaes	PMDB		
Janete Capiberibe	PSB		
Luiz Carlos	PSDB		
Sebastião Bala Rocha	PDT		
Vinicius Gurgel	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb	
Total Amapá: 8			
Pará (PA)			
Arnaldo Jordy	PPS		
Cláudio Puty	PT		
Dudimar Paxiuba	PSDB		
Elcione Barbalho	PMDB		
Josué Bengtson	PTB		
Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb	
Miriquinho Batista	PT		
Nilson Pinto	PSDB		
Wandenkolk Gonçalves	PSDB		
Wladimir Costa	PMDB		
Zé Geraldo	PT		
Zequinha Marinho	PSC		
Total Pará: 12			
Amazonas (AM)			
Átila Lins	PSD		
Carlos Souza	PSD		
Francisco Praciano	PT		
Henrique Oliveira	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb	

Plínio Valério	PSDB	
Silas Câmara	PSD	
Total Amazonas: 6		
Rondonia (RO)		
Marcos Rogério	PDT	
Marinha Raupp	PMDB	
Moreira Mendes	PSD	
Natan Donadon	PMDB	
Nilton Capixaba	PTB	
Padre Ton	PT	
Total Rondonia: 6		
Acre (AC)		
Antônia Lúcia	PSC	
Flaviano Melo	PMDB	
Gladson Cameli	PP	
Henrique Afonso	PV	
Marcio Bittar	PSDB	
Perpétua Almeida	PCdoB	
Sibá Machado	PT	
Taumaturgo Lima	PT	
Total Acre: 8		
Tocantins (TO)		
Ângelo Agnolin	PDT	
César Halum	PSD	
Goiaciara Cruz	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Lázaro Botelho	PP	
Nilmar Ruiz	PEN	
Osvaldo Reis	PMDB	
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Total Tocantins: 7		
Maranhão (MA)		
Alberto Filho	PMDB	
Carlos Brandão	PSDB	
Cleber Verde	PRB	
Costa Ferreira	PSC	
Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Domingos Dutra	PT	
Francisco Escórcio	PMDB	
Hélio Santos	PSD	
Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Nice Lobão	PSD	
Pedro Novais	PMDB	
Professor Setimo	PMDB	
Sarney Filho	PV	
Simplício Araújo	PPS	
Weverton Rocha	PDT	
Total Maranhão: 15		
Ceará (CE)		

André Figueiredo	PDT	
Aníbal Gomes	PMDB	
Ariosto Holanda	PSB	
Arnon Bezerra	PTB	
Chico Lopes	PCdoB	
Danilo Forte	PMDB	
Edson Silva	PSB	
Eudes Xavier	PT	
Gera Arruda	PMDB	
Gorete Pereira	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
João Ananias	PCdoB	
José Airton	PT	
José Guimarães	PT	
Mauro Benevides	PMDB	
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
Total Ceará: 15		
Piauí (PI)		
Assis Carvalho	PT	
Hugo Napoleão	PSD	
Iracema Portella	PP	
Jesus Rodrigues	PT	
Júlio Cesar	PSD	
Marcelo Castro	PMDB	
Marllos Sampaio	PMDB	
Nazareno Fonteles	PT	
Osmar Júnior	PCdoB	
Paes Landim	PTB	
Total Piauí: 10		
Rio Grande do Norte (RN)		
Fábio Faria	PSD	
Fátima Bezerra	PT	
Felipe Maia	DEM	
Henrique Eduardo Alves	PMDB	
João Maia	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Paulo Wagner	PV	
Total Rio Grande do Norte: 6		
Paraíba (PB)		
Benjamin Maranhão	PMDB	
Damião Feliciano	PDT	
Efraim Filho	DEM	
Hugo Motta	PMDB	
Leonardo Gadelha	PSC	
Luiz Couto	PT	
Major Fábio	DEM	
Manoel Junior	PMDB	
Nilda Gondim	PMDB	
Ruy Carneiro	PSDB	
Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb

Wilson Filho	PMDB	
Total Paraíba: 12		
Pernambuco (PE)		
Anderson Ferreira	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Augusto Coutinho	DEM	
Bruno Araújo	PSDB	
Carlos Eduardo Cadoca	PSC	
Eduardo da Fonte	PP	
Fernando Coelho Filho	PSB	
Fernando Ferro	PT	
Gonzaga Patriota	PSB	
João Paulo Lima	PT	
Jorge Corte Real	PTB	
José Augusto Maia	PTB	
José Chaves	PTB	
Luciana Santos	PCdoB	
Mendonça Filho	DEM	
Pastor Eurico	PSB	
Paulo Rubem Santiago	PDT	
Raul Henry	PMDB	
Roberto Teixeira	PP	
Severino Ninho	PSB	
Silvio Costa	PTB	
Wolney Queiroz	PDT	
Total Pernambuco: 21		
Alagoas (AL)		
Alexandre Toledo	PSDB	
Arthur Lira	PP	
Francisco Tenório	PMN	
Givaldo Carimbão	PSB	
Maurício Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Paulão	PT	
Total Alagoas: 6		
Sergipe (SE)		
Andre Moura	PSC	
Fabio Reis	PMDB	
Márcio Macêdo	PT	
Mendonça Prado	DEM	
Valadares Filho	PSB	
Total Sergipe: 5		
Bahia (BA)		
Acelino Popó	PRB	
Afonso Florence	PT	
Amauri Teixeira	PT	
Antonio Brito	PTB	
Antonio Imbassahy	PSDB	
Colbert Martins	PMDB	
Daniel Almeida	PCdoB	

Erivelton Santana	PSC	
Fábio Souto	DEM	
Félix Mendonça Júnior	PDT	
Geraldo Simões	PT	
Jânio Natal	PRP	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
João Carlos Bacelar	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
João Leão	PP	
José Nunes	PSD	
José Rocha	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Jutahy Junior	PSDB	
Lucio Vieira Lima	PMDB	
Luiz Argôlo	PP	
Luiz de Deus	DEM	
Márcio Marinho	PRB	
Marcos Medrado	PDT	
Mário Negromonte	PP	
Nelson Pellegrino	PT	
Oziel Oliveira	PDT	
Paulo Magalhães	PSD	
Roberto Britto	PP	
Valmir Assunção	PT	
Waldenor Pereira	PT	
Zezéu Ribeiro	PT	
Total Bahia: 30		
Minas Gerais (MG)		
Ademir Camilo	PSD	
Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Antônio Roberto	PV	
Aracely de Paula	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Bonifácio de Andrada	PSDB	
Diego Andrade	PSD	
Dimas Fabiano	PP	
Domingos Sávio	PSDB	
Dr. Grilo	PSL	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Eduardo Azeredo	PSDB	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Fábio Ramalho	PV	
Gabriel Guimarães	PT	
George Hilton	PRB	
Geraldo Thadeu	PSD	
Humberto Souto	PPS	
Isaias Silvestre	PSB	
Jaime Martins	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Jairo Ataíde	DEM	
Jô Moraes	PCdoB	
João Bittar	DEM	
João Magalhães	PMDB	
José Humberto	PHS	PrPtdobPrpPhsPslPrtb

Júlio Delgado	PSB	
Lael Varella	DEM	
Leonardo Monteiro	PT	
Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luis Tibé	PTdoB	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Margarida Salomão	PT	
Mário Heringer	PDT	
Mauro Lopes	PMDB	
Nilmário Miranda	PT	
Padre João	PT	
Paulo Abi-Ackel	PSDB	
Reginaldo Lopes	PT	
Renato Andrade	PP	
Rodrigo de Castro	PSDB	
Saraiva Felipe	PMDB	
Silas Brasileiro	PMDB	
Stefano Aguiar	PSC	
Vitor Penido	DEM	
Walter Tosta	PSD	
Total Minas Gerais: 42		
Espírito Santo (ES)		
Camilo Cola	PMDB	
Cesar Colnago	PSDB	
Dr. Jorge Silva	PDT	
Lauriete	PSC	
Lelo Coimbra	PMDB	
Manato	PDT	
Rose de Freitas	PMDB	
Sueli Vidigal	PDT	
Total Espírito Santo: 8		
Rio de Janeiro (RJ)		
Adrian	PMDB	
Alessandro Molon	PT	
Alexandre Santos	PMDB	
Alfredo Sirkis	PV	
Andreia Zito	PSDB	
Anthony Garotinho	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Arolde de Oliveira	PSD	
Aureo	PRTB	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Benedita da Silva	PT	
Celso Jacob	PMDB	
Chico Alencar	PSOL	
Deley	PSC	
Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Dr. Carlos Alberto	PMN	
Dr. Paulo César	PSD	
Edson Ezequiel	PMDB	
Edson Santos	PT	

Eduardo Cunha	PMDB	
Felipe Bornier	PSD	
Fernando Jordão	PMDB	
Fernando Lopes	PMDB	
Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Glauber Braga	PSB	
Hugo Leal	PSC	
Jair Bolsonaro	PP	
Jean Wyllys	PSOL	
Jorge Bittar	PT	
Leonardo Picciani	PMDB	
Liliam Sá	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luiz Sérgio	PT	
Marcelo Matos	PDT	
Miro Teixeira	PDT	
Otavio Leite	PSDB	
Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Rodrigo Maia	DEM	
Sergio Zveiter	PSD	
Simão Sessim	PP	
Stepan Nercessian	PPS	
Vitor Paulo	PRB	
Walney Rocha	PTB	
Washington Reis	PMDB	
Total Rio de Janeiro: 41		
São Paulo (SP)		
Alexandre Leite	DEM	
Aline Corrêa	PP	
Antonio Bulhões	PRB	
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	
Bruna Furlan	PSDB	
Cândido Vaccarezza	PT	
Carlos Sampaio	PSDB	
Carlos Zarattini	PT	
Delegado Protógenes	PCdoB	
Devanir Ribeiro	PT	
Dr. Ubiali	PSB	
Duarte Nogueira	PSDB	
Edinho Araújo	PMDB	
Eleuses Paiva	PSD	
Emanuel Fernandes	PSDB	
Francisco Chagas	PT	
Guilherme Campos	PSD	
Iara Bernardi	PT	
Ivan Valente	PSOL	
Janete Rocha Pietá	PT	

Jefferson Campos	PSD	
João Dado	PDT	
José Mentor	PT	
Junji Abe	PSD	
Keiko Ota	PSB	
Luiz Fernando Machado	PSDB	
Luiza Erundina	PSB	
Mara Gabrilli	PSDB	
Marcelo Aguiar	PSD	
Márcio França	PSB	
Milton Monti	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Missionário José Olimpio	PP	
Nelson Marquezelli	PTB	
Newton Lima	PT	
Otoniel Lima	PRB	
Paulo Freire	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Paulo Pereira da Silva	PDT	
Paulo Teixeira	PT	
Penna	PV	
Ricardo Berzoini	PT	
Ricardo Izar	PSD	
Ricardo Tripoli	PSDB	
Roberto de Lucena	PV	
Roberto Freire	PPS	
Roberto Santiago	PSD	
Salvador Zimbaldi	PDT	
Tiririca	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Vanderlei Siraque	PT	
Vaz de Lima	PSDB	
Vicente Candido	PT	
Walter Feldman	PSDB	
Walter Ihoshi	PSD	
William Dib	PSDB	
Total São Paulo: 55		
Mato Grosso (MT)		
Júlio Campos	DEM	
Nilson Leitão	PSDB	
Valtenir Pereira	PSB	
Wellington Fagundes	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total Mato Grosso: 4		
Distrito Federal (DF)		
Augusto Carvalho	PPS	
Erika Kokay	PT	
Izalci	PSDB	
Luiz Pitiman	PMDB	
Policarpo	PT	
Reguffe	PDT	
Ronaldo Fonseca	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb

Total Distrito Federal: 7		
Goiás (GO)		
Armando Vergílio	PSD	
Carlos Alberto Leréia	PSDB	
Flávia Morais	PDT	
Íris de Araújo	PMDB	
João Campos	PSDB	
Leandro Vilela	PMDB	
Magda Mofatto	PTB	
Pedro Chaves	PMDB	
Roberto Balestra	PP	
Ronaldo Caiado	DEM	
Rubens Otoni	PT	
Sandes Júnior	PP	
Sandro Mabel	PMDB	
Valdivino de Oliveira	PSDB	
Total Goiás: 14		
Mato Grosso do Sul (MS)		
Akira Otsubo	PMDB	
Fabio Trad	PMDB	
Geraldo Resende	PMDB	
Mandetta	DEM	
Marçal Filho	PMDB	
Reinaldo Azambuja	PSDB	
Vander Loubet	PT	
Total Mato Grosso do Sul: 7		
Paraná (PR)		
Alex Canziani	PTB	
Alfredo Kaefer	PSDB	
Andre Vargas	PT	
Assis do Couto	PT	
Dilceu Sperafico	PP	
Dr. Rosinha	PT	
Edmar Arruda	PSC	
Fernando Francischini	PEN	
Giacobo	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Hermes Parcianello	PMDB	
João Arruda	PMDB	
Leopoldo Meyer	PSB	
Luiz Nishimori	PSDB	
Marcelo Almeida	PMDB	
Nelson Meurer	PP	
Odílio Balbinotti	PMDB	
Oliveira Filho	PRB	
Osmar Serraglio	PMDB	
Pedro Guerra	PSD	
Professor Sérgio de Oliveira	PSC	
Rosane Ferreira	PV	

Rubens Bueno	PPS	
Sandro Alex	PPS	
Takayama	PSC	
Zeca Dirceu	PT	
Total Paraná: 25		
Santa Catarina (SC)		
Carmen Zanotto	PPS	
Celso Maldaner	PMDB	
Décio Lima	PT	
Edinho Bez	PMDB	
Esperidião Amin	PP	
João Pizzolatti	PP	
Jorge Boeira	S.Part.	
Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Luci Choinacki	PT	
Mauro Mariani	PMDB	
Onofre Santo Agostini	PSD	
Rogério Peninha Mendonça	PMDB	
Ronaldo Benedet	PMDB	
Valdir Colatto	PMDB	
Total Santa Catarina: 14		
Rio Grande do Sul (RS)		
Assis Melo	PCdoB	
Danrlei De Deus Hinterholz	PSD	
Fernando Marroni	PT	
Henrique Fontana	PT	
Jerônimo Goergen	PP	
Jose Stédile	PSB	
Luis Carlos Heinze	PP	
Manuela D'Ávila	PCdoB	
Marco Maia	PT	
Nelson Marchezan Junior	PSDB	
Onyx Lorenzoni	DEM	
Osmar Terra	PMDB	
Paulo Ferreira	PT	
Paulo Pimenta	PT	
Ronaldo Nogueira	PTB	
Sérgio Moraes	PTB	
Vieira da Cunha	PDT	
Total Rio Grande do Sul: 17		

CENIN - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

O SR. SERGIO ZVEITER – Sr. Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Cabe a mim, nesta hora, com plena consciência do dever de Presidente desta Casa, com a experiência de um Parlamentar de 42 anos, tendo vivido nesta Casa muitos episódios, muitos momentos constrangedores, difíceis e outros alegres e emocionantes, o dever – e assumo essa responsabilidade de plena consciência – de fazer, portanto, este comunicado ao Plenário e ao País.

Tendo em vista a rejeição do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que opinava pela procedência da Representação, esta Presidência dará consequência à decisão do Plenário.

Todavia, uma vez que, em razão do cumprimento de pena em regime fechado, o Deputado Natan Donadon encontra-se impossibilitado de desempenhar suas funções, considero-o afastado do exercício do mandato e determino a convocação do suplente imediatamente, em caráter de substituição, pelo tempo que durar o impedimento do titular.

Acrescente-se que a representação da Câmara dos Deputados não pode permanecer desfalcada indefinidamente, assim como a sociedade e o Estado de Rondônia não podem ficar privados de um dos seus representantes.

Portanto, é esta a decisão que o Presidente da Casa tem o dever de assumir.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. SERGIO ZVEITER – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Ivan Valente.

O SR. SERGIO ZVEITER – Sr. Presidente, Relator desta matéria, peço a preferência como Líder.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, como Líder.

O SR. SERGIO ZVEITER – Sr. Presidente, peço preferência como Líder. Fui indicado como Líder pelo Deputado Eduardo Sciarra e como Relator. Por gentileza.

O SR. IVAN VALENTE – Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente Henrique Eduardo Alves, como Líder, eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Pela ordem, Deputado Ivan Valente.

O SR. SERGIO ZVEITER – Sr. Presidente, eu pedi primeiro. Eu pedi a palavra primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Relator.

O SR. SERGIO ZVEITER (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) – Gostaria de lamentar o resultado. Entretanto, o constrangimento que vamos viver a partir deste momento vai impor que a Mesa – já tomou a decisão – reponha a integralidade da representação do Estado de Rondônia e deste Parlamento convocando seu suplente. Parabenizo V.Exa. pela decisão.

Esse constrangimento, entretanto, deve apressar a nossa decisão de submeter à decisão do Plenário, em casos como esse, o voto aberto. E gostaria de deixar claro que a articulação que foi feita, infelizmente, nesse procedimento não vai salvar futuros procedimentos como esse. Agora o voto aberto em plenário é obrigatório e se impõe.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – O.k.

Eu vou ler, mais uma vez, para deixar bastante clara, para todo o País que está nos ouvindo e vendo pela *TV Câmara*, a decisão que, com absoluta responsabilidade e consciência, eu estou tomando, como meu dever, na condição de Presidente desta Casa.

Tendo em vista a rejeição do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que opinava pela procedência da representação, esta Presidência dará consequência à decisão do Plenário. Todavia, uma vez que, em razão do cumprimento de pena em regime fechado, o Deputado Natan Donadon encontra-se impossibilitado de desempenhar suas funções, considero-o afastado do exercício do mandato e determino a convocação imediata do suplente, em caráter de substituição, pelo tempo que durar o impedimento do titular.

Acrescente-se que a representação da Câmara dos Deputados não pode permanecer desfalcada indefinidamente, assim como a sociedade e o Estado de Rondônia não podem ficar privados de um dos seus representantes.

É essa, portanto, a decisão que comunico ao Plenário, a esta Casa e ao Brasil.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA Sr. Presidente, como Líder...

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, quero falar neste momento como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Voto Aberto. Há anos nós estamos coordenando essa Frente; há vários mandatos.

Poderíamos ter votado, em segundo turno, em 2006, essa emenda parlamentar e não estaríamos submetidos a esse constrangimento, a essa desmoralização da Câmara dos Deputados. Tenho certeza

de que, se o voto fosse aberto aqui hoje, o resultado seria hoje diferente do que nós estamos vendo no painel, certamente. E a Casa não pagaria esse preço alto que vai pagar junto à população. Nós precisamos fazer uma profunda reflexão sobre as responsabilidades que assumimos aqui como Parlamentares, como representantes do povo e, particularmente, como Líderes de bancada.

Não foi uma, não foram duas; foram centenas de vezes que nós pedimos para acelerar essa votação...

(O microfone é desligado.)

O SR. IVAN VALENTE – Sr. Presidente, parece que não há outro encaminhamento possível além do que o que V.Exa. deu, mas quero deixar registrado, como Presidente da Frente Parlamentar, que talvez a próxima cassação que tiver que ser votada será pelo voto aberto. No entanto, a Câmara vai pagar esse preço e precisa tirar lições disso.

É um fato lamentável, sob todos os aspectos, e o povo brasileiro deve estar observando esta cena neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Passarei a palavra ao Deputado Rubens e, depois, à Deputada Manuela.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados está de luto. É de uma tristeza histórica o que está acontecendo nesta noite, e o voto secreto leva a isso.

Foi chamada a atenção, na Comissão de Constituição e Justiça, pelo Deputado Roberto Freire e pelo Deputado Sandro Alex que isso poderia acontecer: que nenhum ato do Supremo Tribunal Federal seria derrogado, que ele não seria retirado da prisão e que seus direitos políticos não seriam retomados. E este ato mostra agora para a sociedade brasileira que é uma irresponsabilidade o que esta Casa acaba de fazer. Irresponsabilidade que a história vai mostrar claramente a cada um que contribuiu para que isso acontecesse, inclusive àqueles que aqui estão querendo justiça, que ela seja feita, para defender aquilo que é o maior de todos: o orgulho do povo brasileiro.

É um desrespeito ao povo brasileiro o que acaba de acontecer, desrespeito total. Esta Casa teria que ter votado por unanimidade, para que isso não pudesse acontecer. Aliás, não teria que ter votado em nenhum momento. Ele, condenado em regime fechado, ali já perderia o seu mandato, porque já perdeu os seus direitos políticos.

Por isso, Sr. Presidente, é urgente – urgentíssimo! – que se vote a PEC do voto secreto e a PEC do foro privilegiado, do fim do foro privilegiado. É urgentíssimo! O Brasil não suporta mais isso.

Quero dizer finalmente, em nome da bancada do PPS, que aqui esteve votando pela cassação do mandato do Deputado Natan Donadon, que aqui veio à tribuna falar da sua família, que todos nós respeitamos, mas também queremos que respeitem a nossa família, que está submetida agora a este julgamento que coloca de luto a Câmara...

Quero finalizar falando sobre o ato de V.Exa., o ato que o Presidente desta Casa acaba de anunciar. É um ato daqueles que fazem valer a força da Casa e o sentimento da sociedade brasileira. Sempre disse a todos que eu conheço: do que eu conheço da história de Henrique Eduardo Alves, não tem partido e não tem amigo, ele é um Parlamentar da Casa do povo brasileiro. Sempre que estiver em jogo a Câmara dos Deputados, ele estará do lado dela.

Por isso, Sr. Presidente, no ato que acaba de tomar conte com o nosso decisivo apoio. Nesta Casa não pode vir Deputado de camburão, algemado, subir à tribuna como se fosse qualquer Deputado no exercício pleno de seu mandato. Isso é inaceitável!

Por isso, Sr. Presidente, nós estaremos do lado daquilo que V.Exa. acaba de anunciar, que seu mandato está suspenso, tem que ter 513 Deputados, e sobretudo, que Rondônia não pode ter um Deputado a menos.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Muito obrigado a V.Exa.

Deputada Manuela d'Ávila.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje de fato é um dia bastante constrangedor, bastante ruim para todos nós que, com todas as diferenças políticas que temos, nos orgulhamos dos mandatos que exercemos representando os nossos Estados.

Entretanto, não basta dizer que a Câmara dos Deputados está em luto; precisamos transformar esse luto numa manifestação concreta de que alteraremos o futuro da Câmara. E esse futuro deve ser alterado fazendo valer a votação da PEC que acaba com o voto secreto.

Nós não podemos conceber que essa história se repita infinitamente. Ou seja, é preciso submeter neste plenário a votação da PEC do Voto Aberto, para que a sociedade não veja essa história se repetir.

Essa é a resposta que nós daremos à sociedade, que, de maneira razoável, Sr. Presidente, se sentirá indignada pelo fato que ocorreu esta noite na Casa.

Mas eu gostaria, como Líder do meu partido, de parabenizar V.Exa. pela justeza da decisão que tomou, na solidão do exercício da Presidência. Essa atribuição cabe a V.Exa., não cabe ao Colégio de Líderes,

não cabe aos outros Deputados. Ser Presidente tem bônus e tem ônus, esta decisão é sua.

V.Exa., na condução desse processo, infelizmente cheio de novidades, novidades não boas para esta Casa, agiu de maneira absolutamente adequada. Não é possível ter um Parlamentar, que embora tenha o seu mandato mantido por este Plenário, exercendo o seu mandato de dentro da cadeia.

Parabéns a V.Exa. pela bela decisão. Conte com a nossa bancada. Apesar da decisão do Plenário, V.Exa. foi sábio na decisão que tomou esta noite.

O SR. GLAUBER BRAGA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Eu quero comunicar a este Plenário que, enquanto eu estiver na Presidência desta Casa, nenhum processo de cassação mais será por votação secreta. *(Palmas.)*

Não colocarei mais, enquanto Presidente desta Casa...

O SR. BRUNO ARAÚJO – Tem o nosso apoio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Não colocarei mais, enquanto Presidente desta Casa, nenhum processo de cassação sob o voto secreto. Peço à Comissão Especial que trate de aprovar, porque isso foi acordado com todos os Líderes. Esta matéria foi acordada por unanimidade com todos os Líderes no sentido de transformar este processo em voto aberto. Portanto, como Presidente, assumo este compromisso: não colocarei nenhum processo mais de cassação sob o voto secreto no plenário desta Casa.

O SR. BRUNO ARAÚJO – Pelo PSDB, Sr. Presidente, por favor.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Sr. Presidente.

O SR. FABIO TRAD – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra ao Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V.Exa. tem total apoio do PSDB. O PSDB encaminhou a votação no sentido de homologar a decisão do Supremo Tribunal Federal. O PSDB foi representado pela fala do Deputado Jutahy Magalhães. V.Exa. agiu com a paciência devida para tentar alcançar um quórum mais qualificado, no sentido de podermos fazer o que seria um rito absolutamente formal. E mesmo havendo uma maioria e o quórum qualificado não tendo sido encontrado, V.Exa. faz o que determina o bom senso. V.Exa. não inventa, não inova. V.Exa. segue o bom senso e o respeito à sociedade brasileira. V.Exa. tem do PSDB todo o respeito e apoio em relação à decisão tomada.

Seguindo essa mesma posição, o PSDB não participa, em plenário, de processo de votação de cassação de Deputados até que uma emenda à Constituição seja efetivamente concretizada e o voto para cassação de Parlamentares passe a ser voto aberto, dando a devida publicidade e, sobretudo, a proteção à sociedade brasileira de decisões como essa de hoje.

V.Exa. tem o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Muito obrigado.

O SR. FABIO TRAD – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputado Fabio Trad.

O SR. FABIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao tempo em que parabenizo V.Exa. pela condução dessa votação, devo dizer que hoje essa Legislatura desceu ao seu nível mais baixo, atentou contra tudo que há de sensato e razoável na ordem política.

Devo dizer que quem está de luto não é o Parlamento brasileiro. Quem está de luto é o povo. É uma demonstração sórdida e bisonha de um resultado que demonstrou muito menos solidariedade e mais cumplicidade daqueles que endossaram o erro de alguém que, condenado irrecorrivelmente, pelo resultado, deve estar entre nós.

Por isso, Sr. Presidente, essa Legislatura hoje, com esse resultado, entrou em coma. Se nós não aprovarmos o voto aberto, ela morrerá antes de chegar ao seu fim.

Eu lamento e, de certa forma, sinto-me envergonhado de ser Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, eu não vou repetir o que eu disse antes de saber o resultado. Com esse resultado, eu quero apenas me solidarizar, em primeiro lugar, com o Relator, o Deputado Zveiter, cujo trabalho foi acolhido por unanimidade na CCJ. Apenas com uma variante: é assunto que depende da Mesa, é assunto que depende do Plenário. Ninguém hoje tem dúvida de que tem que ser pelo Plenário. Só que tem que ser com voto aberto. Essa é a evolução que está posta diante de nós. Se ela era importante até há pouco, a partir de hoje é vital.

O Deputado Fabio Trad disse muito bem: *"A Casa entrou em coma"*. Para sair desse estado, a Casa tem que tomar uma decisão crucial, tem que ter a coragem de dizer o que pensa sobre assuntos desse tipo, dessa gravidade.

Aqui eu quero impessoalizar o que eu digo. Nada a respeito da pessoa do Deputado Donadon. Não me cabe ser seu juiz. O juiz dele é o Judiciário. E ele falou.

A partir de hoje, assim como V.Exa. fez uma cruzada vitoriosa, que nos orgulha, na questão das emendas impositivas, nós temos duas cruzadas pela frente. A primeira, o voto aberto para casos tais. A segunda, aproveitando a apensação das duas PECs que versam sobre a extinção do foro privilegiado não só para Parlamentares, mas para todos aqueles que hoje têm foro privilegiado, porque as PECs estão apensadas na Comissão de Justiça...

(O microfone é desligado.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A saída do estado de coma e a possibilidade de nos reaproximarmos do que pensa a sociedade brasileira passa pelo voto aberto, para dizermos o que pensamos claramente. E, segundo, foro privilegiado para ninguém.

Permita-me invocar a última estrofe do Hino do meu Estado: que esta sessão permita que se quebre a algema do escravo e nesta grande Nação seja cada homem um bravo e nada mais do que um cidadão, sem foro privilegiado também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esta votação de hoje apequenou ainda mais a credibilidade desta Casa perante a sociedade. Aqueles que votaram "não" à cassação precisavam refletir exatamente o momento político que nós estamos vivendo. Quiseram criar uma situação inédita, inaceitável, impossível de ser absolvida pela sociedade brasileira.

Todos nós sabemos muito bem, qualquer cidadão sabe – não precisa ser advogado nem Deputado –, que para matéria transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal não há mais nenhuma instância a recorrer. É o ponto final. Quer dizer, as pessoas que votaram aqui contra a cassação do mandato votaram para desgastar o Congresso Nacional, para desmoralizar a Casa em que nós vivemos, trabalhamos e representamos o povo brasileiro. Isso foi uma traição enorme não só ao Parlamento, como também à população. É uma decisão que, sem dúvida alguma – eu sou um homem que sempre me curvei à decisão da maioria –, revolta todos nós neste momento.

A indignação, a perplexidade está estampada no rosto de cada um que aqui se encontra e da grande população brasileira.

Neste momento estamos ressurgindo, resgatando esta Casa, após V.Exa. ter feito a votação do orçamento impositivo, resgatado o voto do veto, ter dito agora sobre a necessidade de nós votarmos a PEC...

(O microfone é desligado.)

O SR. RONALDO CAIADO – Para encerrar, Presidente. Diante de tudo isso, o que sobra, sem dúvida alguma – e o que tem que ser enaltecido por todos nós –, é a postura de V.Exa. Neste momento aqui, quando a maioria do Plenário, sem dúvida nenhuma, se agacha, se apequena, V.Exa. cresce ao deliberar, com a prerrogativa da Presidência, sobre a vacância do cargo e convocar imediatamente o suplente, recompondo a bancada de Rondônia e dando ritmo a esta Casa.

Amanhã poderemos votar uma PEC sobre o voto aberto, poderemos fazer com que as coisas sejam feitas às claras. Que cada um assuma sua responsabilidade e não fique travestido e muito menos acobertado pelo painel, que muitas vezes deixa que as pessoas façam isso com o Parlamento brasileiro.

Parabéns pela atitude de V.Exa., pela decisão corajosa e que, sem dúvida nenhuma, fará história no Congresso brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Já estou convocando o suplente, Deputado Amir Lando, para amanhã mesmo. Portanto, amanhã, o Deputado Amir Lando assumirá seu lugar de Deputado Federal.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Sr. Presidente...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES – Sr. Presidente...

O SR. GLAUBER BRAGA – Sr. Presidente, pelo PSB, por favor.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem a palavra o Deputado Anthony Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, V.Exa. falou mais de uma vez sobre o número de presentes na Casa e sobre aqueles que registraram presença no painel e não apareceram para votar. Então, fica claro para o povo brasileiro que pelo menos uma parte daquelas pessoas não agiram segundo o seu pensamento, segundo o pensamento da maioria do povo brasileiro.

Em segundo lugar, eu entendo que há situações que acabam provocando outras. Eu sempre tive muitas dúvidas se o voto aberto iria prosperar, embora tenha manifestado várias vezes, nas reuniões do Colégio de Líderes, com V.Exa. e com outros Líderes, o meu desejo de que o eleitor saiba como votou o seu Deputado. É uma necessidade.

Mas agora, diante dos acontecimentos desta noite, não há mais dúvida. Então, mesmo nesta noite que pode parecer – e é – uma noite trágica, acho que se consolidou um conceito: não há mais como resistir ao voto secreto. Não há mais.

Então, que todos os partidos, que todos os Líderes acelerem o processo, para que nós possamos saber...

Eu tinha uma pequena restrição em relação aos vetos. Eu sempre fui a favor de voto aberto para tudo, mas, na questão dos vetos, até por causa do poder do Governo, eu sempre tive restrições. Hoje eu acho, Sr. Presidente, que não deve haver voto secreto para mais nada. Eu acho que agora tem que se abrir o voto para tudo, para que não ocorram episódios como este que ocorreu aqui nesta noite.

O SR. GLAUBER BRAGA – Sr. Presidente, há a possibilidade de que o voto...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Henrique Eduardo Alves, na data de hoje V.Exa. faz história neste Parlamento, reafirmando a autoridade da Câmara dos Deputados perante o povo brasileiro e o Brasil. E mais: respeitando a decisão do Supremo Tribunal Federal.

V.Exa. tem o apoio não só deste Deputado, mas também dos 233 Deputados que colocaram ali o "sim", pela cassação do Deputado Natan Donadon.

É claro, é clarividente que nós temos que esclarecer ao povo brasileiro que, aqui dentro da Câmara dos Deputados, há 233 Deputados que votaram a favor da cassação; contra, 131. Não foi alcançado o quórum necessário, mas 233 Deputados cumpriram o seu papel constitucional.

Sr. Presidente: eu quero aqui afirmar, mais uma vez, o meu apoio e solidariedade ao Relator Sergio Zveiter. Como eu disse anteriormente, S.Exa., além de humilde e competente, foi responsável com o Parlamento brasileiro e com esses 233 Deputados que se aliaram ao seu relatório.

Sr. Deputado Sergio Zveiter, nesta Casa há 233 Deputados que respeitam o seu relatório e respeitam a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, que é o respeito ao povo brasileiro, que é o respeito à representação parlamentar dos interesses nacionais e dos interesses do povo brasileiro.

Essa é uma contradição democrática – porque é uma contradição democrática, senhores –, porque V.Exa. respeitou o resultado, aqui decidido, do Plenário da Câmara, mas V.Exa., com altivez, encontrou uma saída democrática, uma saída legal, a saída que o povo brasileiro espera de um Presidente da Câmara dos Deputados nesta data de hoje.

Sr. Presidente Henrique Eduardo Alves, sinto-me representado na Mesa da Câmara dos Deputados pela posição de V.Exa. E digo mais, Sr. Presidente: a partir de hoje, a responsabilidade aumentou para cada Deputado Federal dentro deste plenário. Respeitamos os 131 Deputados que foram contrários à cassação do Deputado Natan Donadon, mas respeitamos, acima de tudo, os interesses nacionais e os interesses do povo brasileiro.

É por isso, Sr. Presidente, colegas Deputadas e colegas Deputados, que a data de hoje é histórica no Parlamento brasileiro. E V.Exa., Sr. Presidente, tem o apoio dos 233 Deputados que hoje compareceram e se aliaram à posição de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o voto aberto impôs-se. Essa é uma realidade que, a partir do dia de hoje, não há mais como adiar. É responsabilidade desta Casa estabelecer o voto aberto para todas as deliberações.

Mas eu tenho a preocupação, já que essa é uma questão que se impôs pelos fatos, de que possamos estar, no dia de amanhã, à altura dos novos desafios que vão se apresentar. E não posso deixar aqui de dizer que estar à altura desses novos desafios é necessidade para reafirmarmos que o Parlamento possa se refundar. E essa refundação do Parlamento necessariamente passa pelo voto aberto em todas as instâncias, em todas as votações que teremos a oportunidade de realizar. Mas ela passa também necessariamente pela abertura da Casa à voz das ruas. Quando eu digo a voz das ruas, falo de uma maneira a mais ampla possível, falo sobre a necessidade de que a Casa esteja aberta aos instrumentos de participação direta da sociedade. Não podemos discutir os instrumentos de participação direta quando também essa agenda se impor à Casa. Ou seja, a votação do dia de hoje nada mais é do que uma demonstração de que a Casa se fecha em si através do seu espírito de corpo. E o espírito de corpo só é oxigenado se houver a participação direta do povo nas decisões da Casa.

A representação precisa ser discutida através de uma reforma política? Claro, aqueles que estarão sendo eleitos para os seus mandatos parlamentares. Mas não podemos deixar de discutir. E este é um momento ímpar para fazermos isso. E que, além de discutir a representação, o voto dos Parlamentares que aqui estão, possamos discutir a relação da sociedade com o Parlamento brasileiro.

Não podemos considerar que o Parlamento tenha única e exclusivamente que reagir aos fatos que se impõem, mas sim se adiantar, para que a construção daquilo que se vota dentro da Casa possa ser

coletiva. Coletiva entre os Parlamentares, mas, muito mais do que só entre os Parlamentares que na Casa estão, ela tem que ser coletiva com a sociedade civil organizada e – falando de uma forma bastante objetiva – fortalecer os instrumentos de participação direta do povo no Parlamento, para que o espírito de corpo não prevaleça sobre os interesses da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje à tarde muitos Deputados relembraram Martin Luther King e seu famoso discurso ao final da marcha pelos direitos civis, meio século atrás: *"I have a dream" – "Eu tenho um sonho".* Nós, aqui, agora, estamos tendo um pesadelo.

Eu juro que eu não acreditava neste resultado. Eu estou chocado e envergonhado. Não entendia que pudéssemos cometer, nesta Legislatura, um haraquiri político e, independentemente de qualquer consideração, garantir o mandato público de alguém que está com seus direitos políticos suspensos em razão de condenação transitada em julgado por subtração ao Erário e formação de quadrilha.

Seja qual for o número que o painel estampe, a responsabilidade central é dos 131 que disseram "não" à perda do mandato, sob o manto espúrio do voto secreto, dos 41 que se abstiveram e dos 108 que não vieram a uma votação importante como esta – esses são os únicos conhecidos, mas a cumplicidade com essa atrocidade contra o Parlamento é de todos eles.

Isso é lamentável. O painel está ali para todos olharem e verificarem. É claro que vai ficar sempre a dúvida, que recairá sobre a credibilidade de todos nós, mesmo os que, como eu, se pronunciaram aqui ou na CCJ.

V.Exa., Sr. Presidente, numa situação extrema, produziu uma afirmação e uma decisão importantes, mas elas se inscrevem agora na redução de danos. V.Exa. susta o mandato do Deputado, que pode alegar que não virá por razões de força maior, supostamente justas, ou da Justiça, mas pode reivindicar também que a Vara de Execuções Penais autorize sua vinda. Mas a sua decisão, Sr. Presidente, não é monocrática, e certamente terá o apoio da maioria deste Plenário – e já tem o nosso apoio integral, evidentemente –, para que o ódio da população contra a política degenerada não se concentre neste Congresso, nesta Casa do Congresso. Isso pode acontecer, e nós seremos alvo de chacotas e de crítica, e ninguém se salvará, porque o voto secreto não dá a ninguém da população confiança quanto a como cada um se portou.

Esta será a última votação secreta. É um alento, mas não resolve o que se perpetrou aqui hoje. Esta Legislatura vai ficar com essa marca suja, pobre, triste, vergonhosa. Eu hoje, pela primeira vez em quase 12 anos de mandato, tenho vergonha de estar exercendo um mandato parlamentar numa Casa que não consegue fazer o óbvio elementar: a justiça.

O Supremo vai continuar crescendo, um colegiado pequeno que nem é eleito pela população. E nós aqui, representando a população brasileira, vamos ficar apequenados com esta decisão, por mais que ela não tenha efeito prático.

O Deputado Natan, aliás, já se revelou aqui representante dos seus colegas presidiários. Já trouxe até uma reivindicação. Tudo bem, ele continua com essa cidadania básica. Agora, a Câmara permitir que ele venha aqui, com escolta, se pronunciar? É vergonhoso.

Martin Luther King teve um sonho. Nós estamos produzindo um pesadelo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Tem a palavra o Deputado Pastor Eurico.

O SR. PASTOR EURICO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela forma como tem conduzido os trabalhos desta Casa, dando provas de eficiência e de responsabilidade.

É bem verdade, Sr. Presidente, que estão sendo muito citados os 233 votos "sim" e os 131 votos "não". Eu quero falar sobre os 41 votos de abstenção. Não se falou sobre isso.

Essas pessoas estiveram presentes aqui e também marcaram sua abstenção. Isso significa que estavam exatamente em cima do muro. Essa é a grande verdade. É bom que o Brasil também possa ver isso.

Aqueles que votaram "sim" tiveram a coragem de dizer "sim"; os que votaram "não" tiveram coragem de dizer "não". Mas eu acho que os que se abstiveram aqui deixam a desejar. É uma situação que vemos e que também preocupa este Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Deputada Rosane Ferreira, com a palavra V.Exa.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero, primeiramente, parabenizar o Deputado Sergio Zveiter pelo relatório e dizer que ele realmente foi o único que votou de forma aberta aqui, porque se posicionou claramente.

Quero falar do meu constrangimento pelo resultado nesta Casa e dizer que os 131 Deputados, além de se esconderem atrás do voto secreto, não permaneceram aqui, porque talvez fossem traídos pela expressão de satisfação em seus rostos, satisfação inversamente proporcional à insatisfação que tomará conta do nosso País pelo resultado desta votação.

V.Exa., num esforço, tenta salvar o pouco que resta de dignidade, convocando o suplente e anunciando o compromisso de trazer à votação desta Casa a PEC do Voto Aberto. É o mínimo que podemos fazer.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Muito obrigado, Deputada Rosane Ferreira.

Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra.

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a data de hoje tem duas referências importantes. Em primeiro lugar, o discurso de Luther King, como bem lembrou o Deputado Alencar, e, em segundo, os 34 anos da anistia no Brasil. Essas duas datas são simbólicas, e a elas se somam uma data que nos deprime muito, que é o fato que aqui hoje ocorreu.

Eu acho que esta Casa abriu um precedente pelo qual nós vamos ter que responder ali na frente, em outra votação semelhante.

Por isso, a redução de perdas, a redução de danos, que V.Exa. apresenta de maneira muito digna e muito altura do cargo que exerce e da história que representa, merece ser saudada. Não nos tira o dano de hoje, mas nos recompõe para uma perspectiva que sugiro a V.Exa. lidere, no Colégio de Líderes, o mais rapidamente possível: a votação da PEC do Voto Aberto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Obrigado, Deputado Lelo Coimbra.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Marroni.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, penso que este resultado é uma surpresa para todos. Evidentemente, não posso falar aqui em nome do meu partido, porque não sou Líder, mas o meu partido votou unanimemente na Comissão de Constituição e Justiça e militou para que este processo tivesse o desenlace de acordo com aquilo que se previa, dada a decisão judicial e a impossibilidade de se cumprir o mandato. Portanto, nós também estamos estarrecidos com esta decisão.

Porém, há sempre, na democracia, nas instituições e nos mandatários dessas instituições, como V.Exa., Presidente desta Casa, a alternativa e a acertada decisão de, no impedimento do Deputado Natan Donadon, imediatamente convocar um novo Parlamentar do Estado de Rondônia e dar curso à decisão judicial, porque ao fim, ao cabo o que aconteceu hoje é que o cidadão Donadon, que está preso, não cumprirá mais o seu mandato parlamentar. Isso é que, de fato, vai acontecer na história brasileira.

Portanto, nós devemos, sim, fazer o debate, trazer à luz o debate do voto secreto. Agora, nós não podemos negar o grande clássico da democracia de que o voto secreto é o voto íntimo da liberdade e é uma conquista da democracia, ao contrário do que muitos têm afirmado: que o voto secreto é uma distorção da democracia.

O voto secreto protege o eleitor. Na origem dos nossos mandatos, está preservada a democracia. Ninguém é mais cabresteado neste País, porque, na urna, é só ele e a sua decisão íntima, a sua vontade política.

E o povo deste País não é bobo, não! O povo deste País fez grandes transformações através dos trabalhadores, através daqueles que lutaram pela Esquerda, pela democracia e chegaram até aqui. Eles elegem, sim, seus Parlamentares e sabem quem está sendo eleito.

Sr. Presidente, penso que a sua afirmação de que não vai colocar mais nenhum processo de cassação em votação sem o voto secreto, não, sem antes discutirmos o voto secreto... Poderíamos ter aproveitado esse momento e ter feito isso antes, porque havia um constrangimento na Casa, havia o constrangimento dos Parlamentares, divergências sobre quem – a Mesa ou a Presidência – deveria ter tomado a iniciativa, e estamos nesta situação.

Portanto, eu penso que é urgente que se debata este assunto, sem o maniqueísmo de que o voto secreto é uma distorção da democracia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Permita-me esclarecer que o voto secreto de que se trata aqui é em relação à cassação de mandatos, não é o voto secreto de vetos, porque, aí, pode-se ter outra configuração. Mas, em relação ao voto aberto para este processo de cassação de mandatos, enquanto eu estiver nesta Presidência, nenhum processo mais vai se repetir.

Esta é a posição que adoto como Presidente desta Casa.

Deputado Felipe Maia, tem a palavra V.Exa.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a noite de hoje, dia 28 de agosto, deveria ser esquecida nesta Casa, que é a Casa do Povo. É uma noite vergonhosa para o Congresso Nacional, vergonhosa para os meus pares.

Quando nós saímos dos nossos Estados e das nossas casas, quando nós fomos à praça pública, nós prometemos que seríamos interlocutores, intermediários, porta-vozes da população. O Supremo Tribunal Federal, em decisão transitada em julgado, cassou o mandato do Deputado Natan Donadon. A Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, da mesma forma, condenou o mandato do Deputado Natan Donadon.

Esta matéria veio ao Plenário, representando e respeitando a Constituição Federal. E aqui quero reconhecer que, por mais que eu não concordasse com o fato de esta matéria vir a plenário, V.Exa. seguiu à risca o que dizia o Congresso Nacional: cassação de

mandato tem que ser através de maioria absoluta, em voto secreto. Mas, infelizmente, esta Casa envergonhou o povo brasileiro. Envergonhou.

Eu estou dentro dos 233, mas me sinto envergonhado como todos os outros que me antecederam e, tenho certeza, também como os 131 e mais os 41, os 172 Deputados que optaram pela absolvição do Deputado Natan Donadon. Não, talvez, pelo fato de não dormir hoje à noite, deitar a cabeça no seu travesseiro e levar para casa a culpa de cassar um Deputado. Talvez não imaginasse que outros 170 Deputados iriam acompanhar esta postura covarde, covarde e fora de sintonia com o povo brasileiro e com aqueles que vão às ruas pedir providências, probidade, respeito ao dinheiro público, mais saúde, mais educação, mais segurança. E não tenham dúvida de que uma das grandes cobranças é o respeito ao dinheiro público. E o que se discutia neste processo de cassação era o respeito ao dinheiro público.

Esta Casa enterrou a esperança do povo brasileiro de encontrar na Câmara dos Deputados uma fortaleza de resistência ao mau gasto ou desvio do dinheiro público, meu Líder Ronaldo Caiado.

Nós saímos daqui nesta noite envergonhados. Envergonhados e tristes porque este *bottom* que nós usamos eu não sei se poderemos usar a partir de amanhã nos aviões que iremos tomar para voltar para nossas cidades. Nós não somos todos iguais. Nós não somos todos iguais! Duzentos e trinta e três votamos pela cassação. Existem Deputados sérios que respeitam a opinião das vozes das ruas.

Eu não tenho dúvida de que a maioria, tenho certeza, gostaria de auscultar e interpretar as vozes das ruas. Mas alguns preferiram deitar a cabeça no seu travesseiro, sem a culpa de ter cassado um Deputado.

Por isso, infelizmente, por essa covardia, ele não foi cassado. Nós temos agora um companheiro suplente afastado, mas preso na penitenciária da Papuda.

Isso é uma vergonha para o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Com a palavra o Deputado Sandro Alex, do PPS.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É essa dúvida que leva o Parlamento à falta de credibilidade de que a população tanto fala nas ruas. Aquele painel nos envergonha, com 131 votos "não", 41 abstenções, que ajudaram, na verdade, a dar esse resultado, e os Parlamentares que aqui não estão.

E a covardia, Sr. Presidente, é com toda a população brasileira, com os eleitores que deram seu voto aos representantes, sem saber como os representantes aqui exercem esse voto, porque é secreto. E é uma covardia para com todos os Parlamentares. É uma covardia para com aqueles 233 que não podem comprovar aos seus eleitores que queriam a cassação de alguém condenado pelo Tribunal máximo do País. É uma covardia para com todos aqueles. E eu estou entre aqueles 233 "sim". Aqui, o nosso partido colocou a posição desde o início. Aliás, colocamos desde a semana passada, na CCJ, que aqui haveria, através do voto secreto, a criação de um Deputado preso.

Infelizmente, fica essa mensagem, que nos envergonha. Eu me sinto, nesta noite, envergonhado. Tenho a consciência tranquila, porque o meu voto está entre aqueles 233. Mas, infelizmente, para a população, todo este Plenário, através de um voto secreto, hoje foi também condenado através da opinião de toda a população.

Espero que nas próximas votações nós possamos, como disse V.Exa., ter aqui o voto aberto, para que, aí sim, possamos cumprir, para com os nossos eleitores e para com os cidadãos, a nossa opinião demonstrada a todos.

Aqui fica o nosso pedido de que realmente isso se cumpra, porque o PPS não voltará a este plenário para uma cassação sem que o voto seja aberto.

O Parlamento hoje tem uma noite triste, e as matérias de amanhã envergonharão a todos nós, que aqui estamos prestando um trabalho, infelizmente, devido a esse voto secreto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto, para encerrar a nossa noite.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para encerrar os trabalhos, quero lamentar. Quero dizer que, apesar de o meu "sim" estar nos 233, este Parlamento e o Brasil, eu acho, passaram a fazer parte da história como o primeiro Parlamento que mantém um Deputado no presídio, mas com *status* de Deputado.

Processo transitado e julgado, cumprindo pena de prisão de 13 anos, sai desta Casa sem ser cassado. As ruas vão nos cobrar. Não pelos 233, mas não vão conseguir saber quem eram os 233 que votaram pelo "sim" na noite de hoje.

Presidente, eu, no começo, não entendia por que V.Exa. deu tanto tempo, até às 23 horas, mas aceitei. Lamento que aqueles que deram presença não vieram aqui registrar o seu voto, porque V.Exa. deu o tempo necessário, inclusive para aqueles que, por ventura, foram para suas casas aqui em Brasília, mas eu acho que foram para suas casas um pouco mais distantes.

Reafirmo o respeito que tenho por V.Exa. na Presidência e pela sua postura. A tomada de decisão tem todo o apoio, meu, como Parlamentar, e da bancada do meu partido. Não dá para conceber que ele, até por

ventura, pudesse buscar o direito de passar algumas horas no presídio e tentar vir aqui usar da tribuna e votar, porque ele não foi cassado; e não tendo sido cassado, ele poderia buscar uma prerrogativa.

V.Exa. acertou em chamar o seu Primeiro Suplente e tem todo o nosso apoio. Nós não podemos jamais permitir dividir este mesmo espaço com alguém que já teve o seu processo, repito, transitado em julgado, e está cumprindo pena de 13 anos.

Parabéns, Presidente! É uma vergonha para todos nós. Lamento que não vão ter nome aqueles votos "não", os votos pela abstenção e os rostos que votaram pela obstrução. E quatro ainda tentaram obstruir a sessão de votação do processo de cassação.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Obrigada, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Silvio Costa, último Parlamentar a falar nesta noite.

O SR. SILVIO COSTA (PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade eu queria aproveitar o momento deste equívoco histórico desta Casa, deste erro histórico desta Casa, para inaugurar aqui um debate. É o debate da função social da *TV Justiça*.

A meu ver, o Poder Judiciário tem que dar respostas à Constituição da República, e não à opinião pública. O que houve aqui hoje foi um festival de erros. Aliás, até esta sessão está errada, porque, V.Exa., nervoso – e tinha motivo para estar nervoso – nem deveria pedir a sua prorrogação. Mas eu vou elogiar V.Exa. ao final; tenha calma.

Vamos lá: o Brasil vive, Sr. Presidente, há muito tempo, um processo de judicialização, e esta Casa, o tempo todo, calada. Está falando aqui um Deputado que votou – todo o mundo divulgou o voto – pela cassação. Veja bem, Sr. Presidente: está aqui na Constituição da República, que o Supremo rasgou: art. 53, § 2º: *"Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos".* Isso está escrito na Constituição. O Supremo rasgou, a sociedade aplaudiu, a Casa ficou calada; é politicamente incorreto dizer isso, mas está aqui.

Esta Casa errou hoje. V.Exa. errou. Agora, o seu erro terminou ficando bom. V.Exa. não poderia atropelar a decisão do Plenário, mas, com certeza, os advogados do preso vão recorrer. Aí, V.Exa. foi craque, devolveu a bola para o Supremo. A bola voltou para o Supremo. O Supremo vai estar na roda também.

Foi o Supremo que colocou esta Casa para cometer esse erro histórico. Mas quando V.Exa. dá posse e atropela a decisão soberana do Plenário, pois os advogados do preso vão recorrer, é o Supremo quem vai dizer se o Plenário é soberano, ou se é soberano o Presidente. Então, V.Exa. jogou na política, jogou na emoção e botou o Supremo na roda. É importante dizer isso ao País.

O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem *TV Justiça*. Nos Estados Unidos as pessoas julgam. A Suprema Corte reúne-se, e as pessoas não sabem nem como é que eles votaram. Aqui, o Poder Judiciário vive um permanente processo de parlamentarização do Judiciário. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal comportam-se como se fossem Senadores, como se fossem Deputados Federais.

Foram 41 abstenções e 4 obstruções. Mais grave do que quem votou "não". Isso é um sinal. Isso foi uma resposta. Nós chegamos ao fundo do poço, mas vamos sair. Este Parlamento, que é a Casa do Povo, vai sair disso. Agora, para sair, precisa voltar a ter altivez, ter coragem de enfrentar o que está errado. É preciso ficar com medo de Ministério Público? Quando um Procurador dá um grito, todo mundo, aqui, afina. É preciso parar de ter medo do Judiciário, porque todo mundo aqui afina.

Este Parlamento hoje chegou ao fundo do poço, mas ele já estava, porque ele tem cometido uma série de equívocos.

Sr. Presidente, para concluir, eu quero ver agora o que é que o Supremo vai fazer. O cara está preso, o advogado dele vai recorrer. Isso é uma coisa inédita no mundo. Eu quero ver se o Supremo vai jogar para a opinião pública mais uma vez ou vai analisar a Constituição.

É isso.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO:

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores da Casa e dos gabinetes parlamentares, ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, nesta quarta, dia 28 de agosto, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) completa 30 anos de fundação, pensada e fundada por milhares de trabalhadores e de trabalhadoras do campo e da cidade dispostos a arriscar até suas liberdades individuais para defender os direitos de toda a classe trabalhadora.

É com muita satisfação que eu venho saudar a CUT nesta Casa, Sr. Presidente, uma vez que minha trajetória de militante político teve início no movimento sindical, quando eu era operário da Cenibra, em Minas Gerais. Participei da fundação da CUT Vale do Aço, da CUT Rio Doce, bem como da instituição de vários sindicatos de trabalhadores na região.

A CUT, hoje a maior central sindical da América Latina e quinta maior do mundo, foi fundada em 1983, ainda sob a vigência da ditadura militar, portanto, época em que eram enormes os riscos de militantes, trabalhadores ou dirigentes serem demitidos e incluídos na lista que os impedia de conseguir empregos, em um contexto em que os trabalhadores e as trabalhadoras eram alvos da polícia política, dos empresários conservadores e de todos os que compactuavam com o regime de exceção e lucravam com a falta de direitos da classe trabalhadora.

Ao longo destes 30 anos, a CUT tem lutado incansavelmente por liberdade e autonomia sindicais, sempre combatendo os entraves à defesa dos direitos dos trabalhadores, no enfrentamento com o setor patronal.

Quero, Sr. Presidente, parabenizar os Deputados Ricardo Berzoini, do PT de São Pauto, e Vicentinho, também do PT de São Paulo, pela iniciativa de propor uma sessão solene em homenagem à CUT. Também Berzoini e Vicentinho passaram pelo movimento sindical, essa importante escola política, e chegaram a ser dirigentes da CUT.

Registro também minhas congratulações ao atual presidente da CUT, Vagner Freitas, com quem estive na segunda-feira, em Belo Horizonte, durante o lançamento da candidatura da minha companheira Gleide Andrade para a presidência do PT de Minas Gerais.

Vagner é conhecedor dos desafios atuais do sindicalismo, Sr. Presidente, e sabe que dialogar com a sociedade é uma forma de legitimar propostas e compartilhar conquistas da classe trabalhadora.

Muito já foi conquistado nestas três décadas, e a CUT deve permanecer alerta em suas campanhas salariais por aumento real e ampliação de benefícios e continuar empenhada para ser, cada vez mais, uma central sindical importante para a construção da sociedade que a classe trabalhadora quer, com desenvolvimento sustentável e inclusão social, com um Estado indutor da economia.

Nas palavras do próprio Vagner Freitas: *"O mercado não pode mais ser a referência de nossas vidas e ocupar os espaços a que temos direito".*

Parabéns também ao presidente da CUT, Vagner Freitas, pelo posicionamento contrário ao projeto de terceirização, o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que atualmente tramita nesta Casa; pelo fim do fator previdenciário; pela redução da jornada de trabalho para 40 semanais; e pelas demais reivindicações da Central, que incluem ainda melhorias no transporte público e reforma agrária.

Muito obrigado.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministério da Educação estabeleceu uma nova avaliação para estudantes da educação básica. A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) será realizada já em novembro deste ano, primeiramente para os alunos do 3º ano do ensino fundamental, e, em 2014, a previsão é aplicá-la também para as crianças do 2º ano. A prova vai analisar o grau de alfabetização das crianças de até 8 anos de idade. Essa medida do Governo vai ajudar a identificar em quais temas do ensino básico as crianças têm mais dificuldade e tentar sanar problemas que possam ocorrer no processo de alfabetização.

Assim como acontece na Prova Brasil, qualquer medidor de ensino é válido para avaliar a educação no País. Os dados coletados vão auxiliar o poder público a encontrar os locais de maior defasagem.

Estudos apontam que os alunos têm mais dificuldade justamente nas matérias básicas, como Português e Matemática. Por isso estou certo de que o MEC deve acompanhar o aprendizado nos primeiros anos, para sanar a defasagem logo no começo. Porque, se o aluno não receber o acompanhamento adequado, essa dificuldade pode se prolongar até o ensino médio, chegando às vezes ao ensino superior.

O objetivo da avaliação também é dar subsídio aos professores, para que criem alternativas para a abordagem dos assuntos que são menos compreendidos em sala de aula. Outro ponto importante da avaliação é que ela ajudará os Municípios a cumprir a meta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O Pacto determina que todas as crianças até os 8 anos de idade sejam alfabetizadas em Língua Portuguesa e tenham conhecimentos básicos em Matemática, já como requisitos de um ensino de qualidade.

Com o resultado do teste, os Governos Municipais, Estaduais e Federal poderão estabelecer novas políticas pedagógicas.

Sr. Presidente, precisamos de uma solução – urgente – para sanar o déficit, em Português e Matemática, dos nossos alunos. O sistema educacional não pode mais tolerar estudantes que chegam à universidade sem conseguir interpretar informações básicas num texto ou fazer uma conta básica de Matemática.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a quase totalidade dos Municípios brasileiros, pelos seus órgãos oficiais, não tem a preocupação de produzir e guardar registros de fatos cotidianos que ajudarão a constituir a história daquelas localidades. O dia a dia de uma cidade e de seus principais personagens é noticiado pelos jornais, por rádios e televisão, que acabam sendo, também, os responsáveis pelos arquivos que farão

parte das respectivas memórias, segundo o grau de responsabilidade e visão histórica de seus operadores. Parte desse conteúdo se perde, muitos registros importantes não são efetuados, em especial os que não despertam o interesse da grande mídia.

Fatos e pessoas, como artistas, mestres, historiadores e outras personalidades de pequenas, médias e até grandes cidades acabam no esquecimento. Quando muito, serão recordados pela memória popular e através de pesquisas feitas por historiadores, de forma interpretativa, nem sempre correta.

Com o advento do cinema, no fim do século XIX, os jornais da tela passaram a constituir importantes registros do século passado, porém, grande parte desse acervo se perdeu por desinteresse pela sua manutenção, restauração, digitalização, salvo raríssimas exceções. Com a popularização da televisão, esta passou a ser o grande registro visual da história. Mas, ainda assim, no registro dos grandes acontecimentos nacionais e internacionais prevalece o interesse da mídia televisiva, cuja missão é produzir o que, pelas pesquisas de audiência, mais atrai os espectadores.

Obviamente, a televisão, através das grandes redes, não tem a obrigação de dar cobertura aos fatos e às personalidades que valorizam as médias e as pequenas cidades, o que nos leva a produtores independentes que registram os fatos, disponibilizando-os para os interessados. Essas pessoas mantêm um arquivo de grande valor para suas comunidades. Já nas cidades médias, que dispõem de retransmissora de TV ou de TV a cabo com canal comunitário, não é raro produtores independentes comprarem horário para apresentar suas produções.

Em Piracicaba, cidade que conta com emissora-retransmissora de TV e TV a cabo, um produtor e apresentador, Cesar Costa, recebeu o título de Cidadão Praeclarus, em reconhecimento pelo seu legado ao Município e região.

E o que constitui esse legado? Um acervo de mais de 15 mil entrevistas catalogadas e arquivadas digitalmente, não só de personagens e de fatos relacionados com a região. Seu programa é levado ao ar duas vezes por semana e é direcionado a 10 Municípios. Futuramente, daqui a 50 ou 100 anos, esse acervo, bastante ampliado, certamente será importante peça de um arquivo de som e imagem. Esta seção deverá fazer parte das bibliotecas públicas, como também farão os livros digitais e a reprodução digitalizada da arte e da história, preciosidades cujos originais são hoje restritos a acervos e grandes museus.

A importância dessa produção independente, em filmes, vídeo e da produção digital, pode ser comparada à da fotografia, que surgiu em 1822 e, a partir de 1840, passou a ilustrar a história da sociedade brasileira, em todos seus segmentos, antes registradas apenas por desenhos e pinturas, sob a visão de seus autores e não raro ao gosto do freguês.

Na época e durante muito tempo, a fotografia foi utilizada para retratos familiares, daí os fotógrafos serem chamados de retratistas. Poucos foram os fotógrafos que se dedicaram a registrar a evolução das cidades e fatos históricos, até porque os equipamentos fotográficos eram pesados e incômodos de transportar, exigindo experiência e cuidados na produção dos negativos, feitos em vidro. Os que fizeram esses registros são tidos como pioneiros e suas fotos são procuradas e recuperadas digitalmente, constituindo livros e álbuns fotográficos que mostram a vida do povo e das cidades. Prova disso são os recentes lançamentos, pelos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo,* de livros com fotografias que mostram com exatidão os costumes e o desenvolvimento das principais cidades do País, ao longo de décadas.

No interior, em qualquer região do País, o trabalho dos produtores independentes que registram a evolução das cidades e de seu povo somente será avaliado no futuro. Muitas vezes, sua dedicação a essa arte não é financeiramente recompensada. Manter a produção e um programa de TV, no interior, não é fácil.

Cesar Lázaro Ferreira da Costa, a quem prestamos nossa homenagem pelos serviços prestados há cerca de 20 anos na preservação da história de Piracicaba e região, é um dos poucos independentes que conseguiram manter um programa semanal no ar há tanto tempo, entrevistando, editando e mantendo um registro confiável de um período da história regional. É jornalista, formado em 1987 pela Universidade Metodista de Piracicaba, entidade que auxilia a manter viva a memória da cidade, preservando-a em seu Centro Cultural.

Piracicaba é uma cidade preocupada com a preservação de sua história, para o que contou e conta com excelentes historiadores e com um Instituto Histórico e Geográfico que merece maior atenção. A esses que registraram a evolução do povoamento, desde sua fundação até dos dias atuais, acrescente-se a participação de Cesar Costa na perpetuação de fatos e pessoas relacionadas com a história de um povo.

Nossos parabéns ao Cesar pelo título de Cidadão Praeclarus, mais do que merecido, com os desejos de que sua atuação de preservar valores de sua época sirvam de incentivo para as gerações futuras.

Muito obrigado

VI – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

Lembro que haverá Sessão Não Deliberativa Solene amanhã, quinta-feira, dia 29 de agosto, às 9 horas, em homenagem aos 80 anos da fundação da Escola Paulista de Medicina. Lembro ainda que haverá outra Sessão Não Deliberativa Solene quinta-feira, dia 29 de agosto, às 11 horas, em homenagem ao Dia Nacional do Profissional de Educação Física.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

Partido Bloco

RONDÔNIA

Marcos Rogério PDT
Natan Donadon PMDB
Total de RONDÔNIA 2

ACRE

Marcio Bittar PSDB
Total de ACRE 1

CEARÁ

Chico Lopes PCdoB
Total de CEARÁ 1

PIAUÍ

Marcelo Castro PMDB
Total de PIAUÍ 1

RIO GRANDE DO NORTE

João Maia PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de RIO GRANDE DO NORTE 1

PERNAMBUCO

Pedro Eugênio PT
Total de PERNAMBUCO 1

ALAGOAS

Arthur Lira PP
Maurício Quintella Lessa PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de ALAGOAS 2

MINAS GERAIS

Gabriel Guimarães PT
Paulo Abi-Ackel PSDB
Total de MINAS GERAIS 2

RIO DE JANEIRO

Alexandre Santos PMDB
Total de RIO DE JANEIRO 1

SÃO PAULO

Marcelo Aguiar PSD
Ricardo Berzoini PT
Total de SÃO PAULO 2

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

Partido Bloco

PARÁ

Asdrubal Bentes PMDB
Total de PARÁ 1

AMAZONAS

Dr. Luiz Fernando PSD
Sabino Castelo Branco PTB
Total de AMAZONAS 2

RONDONIA

Anselmo de Jesus PT
Carlos Magno PP
Total de RONDONIA 2

TOCANTINS

Júnior Coimbra PMDB
Total de TOCANTINS 1

MARANHÃO

Pinto Itamaraty PSDB
Waldir Maranhão PP
Zé Vieira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de MARANHÃO 3

CEARÁ

Antonio Balhmann PSB
Artur Bruno PT
Manoel Salviano PSD
Mário Feitoza PMDB
Total de CEARÁ 4

RIO GRANDE DO NORTE

Betinho Rosado DEM
Sandra Rosado PSB
Total de RIO GRANDE DO NORTE 2

PERNAMBUCO

Inocêncio Oliveira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Sergio Guerra PSDB
Vilalba PRB
Total de PERNAMBUCO 3

ALAGOAS

João Lyra PSD
Renan Filho PMDB
Rosinha da Adefal PTdoB PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de ALAGOAS 3

SERGIPE

Almeida Lima PPS
Laercio Oliveira PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Rogério Carvalho PT
Total de SERGIPE 3

BAHIA

Alice Portugal PCdoB
Arthur Oliveira Maia PMDB
Fernando Torres PSD
Josias Gomes PT
Luiz Alberto PT
Total de BAHIA 5

MINAS GERAIS

Bernardo Santana de Vasconcellos PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Marcos Montes PSD
Marcus Pestana PSDB
Weliton Prado PT
Total de MINAS GERAIS 4

RIO DE JANEIRO

Manuel Rosa Neca PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Romário S.Part.
Zoinho PR PrPtdobPrpPhsPslPrtb
Total de RIO DE JANEIRO 3

SÃO PAULO

Guilherme Mussi PP
José Genoíno PT
Vanderlei Macris PSDB
Total de SÃO PAULO 3

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB
Homero Pereira PSD
Pedro Henry PP
Total de MATO GROSSO 3

GOIÁS

Heuler Cruvinel PSD
Jovair Arantes PTB
Total de GOIÁS 2

PARANÁ

Abelardo Lupion DEM
Total de PARANÁ 1

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
Alceu Moreira PMDB
Alexandre Roso PSB
Beto Albuquerque PSB
Bohn Gass PT
Darcísio Perondi PMDB
Marcon PT
Renato Molling PP
Ronaldo Zulke PT
Total de RIO GRANDE DO SUL 9

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) – Encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para quinta-feira, dia 29 de agosto, às 14 horas.

GRANDE EXPEDIENTE

Oradores:
15h – Nilton Capixaba (PTB – RO)
15h25min – Rose de Freitas (PMDB – ES)

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I – EMENDAS

II– RECURSOS

1. CONTRA APRECIAÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS),

ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1° do RICD).

1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 2.010/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a União Comunitária Ativa Única a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paulista, Estado da Paraíba.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 2.948/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Xaxinense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 396/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Luzense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Luz, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 662/2012 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Município de Cascavel a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cascavel, Estado do Paraná.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-2013

Nº 664/2012 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural da Integração e Desenvolvimento de Quatro Barras (ACIDQB) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quatro Barras, Estado do Paraná.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-2013

Nº 739/2012 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Record de Franca S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Franca, Estado de São Paulo.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-2013

Nº 762/2012 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Esportiva de Doutor Ulysses – Paraná a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Doutor Ulysses, Estado do Paraná.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-2013

Nº 827/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação dos(as) Costureiros(as) do Município de Itabaianinha/SE – ASCOMITA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabaianinha, Estado de Sergipe.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-2013

Nº 867/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Radiodifusora Verdes Campos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ernestina, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 880/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Colonial FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 890/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão Nova Geração a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Feliz, Estado de São Paulo.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 894/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Xavantina a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 898/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Alternativa de Rubim a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rubim, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 907/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Vicentina Lucena para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 923/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga

permissão à Deo Volente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 925/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação Correio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Marizópolis, Estado da Paraíba.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 927/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Organização Capelense de Amparo a Infância a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capela do Alto, Estado de São Paulo.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 928/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Bairro "Zé Gomes" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brejo, Estado do Maranhão.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 929/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Vila São Jorge – ASJOR a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 930/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária do Jardim Novo Mundo e Adjacências a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goiânia, Estado de Goiás.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 933/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Cultura e Comunicação de São Domingos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 940/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Canaã FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarujá, Estado de São Paulo.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 942/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Cultura de Palotina a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palotina, Estado do Paraná.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 948/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Tabajara de Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Londrina, Estado do Paraná.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 950/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Conjunto Planalto a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capistrano, Estado do Ceará.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 951/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Distrito do Barrento a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapipoca, Estado do Ceará.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 954/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e de Comunicação Social Nossa Senhora de Fátima a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço

de radiodifusão comunitária no Município de Salitre, Estado do Ceará.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 956/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Pastos Bons – AMPB a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Crateús, Estado do Ceará.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 959/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à M. N. Carvalho & CIA Ltda. ME. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Salvaterra, Estado do Pará.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 968/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Bela Vista do Piauí – PI a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bela Vista do Piauí, Estado do Piauí.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 973/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Abreulândia FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abreulândia, Estado do Tocantins.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 975/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educacional de Desenvolvimento Radiofônico de Teresópolis – ACEDERT a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 976/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Presidente Prudente/SP a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 978/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Tropical Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 981/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Moraes Serviços de Comunicação Ltda.– ME. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santa Clara d'Oeste, Estado de São Paulo.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 982/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Fundação João XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Rio Negro, Estado do Paraná.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 988/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasil de Radiodifusão Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 994/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Um Amanhecer em Ponta Negra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 998/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Calçoene, Estado do Amapá.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 1.002/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Vida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Andirá, Estado do Paraná.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 1.011/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a ACBESJ – Associação Comunitária do Bem Estar Social de Juvenília a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juvenília, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 1.021/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga concessão à Portal Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 1.023/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-2013

Nº 1.030/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Japuranã de Rádio FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 1.033/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores de Tijucas do Sul (ASMOTISUL) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 1.034/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Sociedade Leopoldense de Cultura a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Leopoldo de Bulhões, Estado de Goiás.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 1.037/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária do Tapajós a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aveiro, Estado do Pará.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 1.043/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Escola de Rádio Galeão FM (ACERG) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 1.044/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente de Radiodifusão Comunitária do Assentamento das Mulheres Organizadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piripiri, Estado do Piauí.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 1.046/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Educativa Maktub a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Perdões, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 1.048/2013 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Rhema Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Nova Granada, Estado de São Paulo.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

PROJETO DE LEI

EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PL Nº 791/2007 (Walter Ihoshi) – Acrescenta parágrafos ao art. 18 do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 6.558/2009 (Ciro Nogueira) – Dispõe sobre o exercício das profissões de maitre e garçom.

Apensados: PL 564/2011 (Lindomar Garçon) PL Nº 6.646/2009 (Paulo Teixeira)
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 7.410/2010 (Daniel Almeida) – Altera o § 9º do art. 8º-E, da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para incluir os agentes de trânsito entre os beneficiários do programa Bolsa-Formação.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 7.416/2010 (Senado Federal – Valdir Raupp) – Inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 659/2011 (Nilda Gondim) – Acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 1990, para estabelecer prioridade em processo de adoção nos casos que especifica
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 1.654/2011 (Newton Lima) – Confere o título de "Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração" ao Município de Porto Ferreira, no Estado de São Paulo.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 3.013/2011 (Félix Mendonça Júnior) – Institui o Selo Pró-Ar e a certificação dos níveis de emissão de dióxido de carbono (CO2) por veículos automotores.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 3.443/2012 (Pedro Uczai) – Dispõe sobre a expedição de carteiras de registro profissional.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 30-8-2013

Nº 3.838/2012 (Ronaldo Benedet) – Concede ao Município de Braço do Norte o título de Capital Nacional do Gado Jersey.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 4.099/2012 (Jorginho Mello) – Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "institui o Código Civil".

Apensados: PL 4847/2012 (Marçal Filho)
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 4.218/2012 (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO) – Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 30-8-2013

Nº 4.219/2012 (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO) – Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 30-8-2013

Nº 4.221/2012 (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO) – Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 4.225/2012 (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO) – Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

Nº 5.171/2013 (Ângelo Agnolin) – Altera a redação do § 1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "Dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências".
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 30-8-2013

1.2 COM PARECERES CONTRÁRIOS

PROJETO DE LEI

Nº 1574/2003 (Gonzaga Patriota) – Altera a Lei nº 10.473, de 27 de Junho de 2002, que institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 30-8-2013

Nº 6.089/2005 (Alex Canziani) – Inclui novo inciso ao art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

Apensados: PL 1109/2007 (Silvinho Peccioli) PL 1123/2007 (Walter Ihoshi) PL 4031/2012 (Audifax)
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-2013

Nº 6.332/2009 (Wladimir Costa) – Dispõe sobre metas de redução de gases de efeito estufa.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 30-8-2013

1.3 PROPOSIÇÕES COM TRAMITAÇÃO CONJUNTA QUE RECEBERAM PARECERES FAVORÁVEIS A UMAS E/OU CONTRÁRIOS A OUTRAS, NÃO DIVERGENTES; E/OU PELA INCONSTITUCIONALIDADE; E/OU INJURIDICIDADE

PROJETO DE LEI

Nº 441/2007 (Sandra Rosado) – Acrescenta dispositivo ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, estabelecendo como equipamento obrigatório dos veículos que menciona, as barras laterais de proteção.

Apensados: PL 3695/2008 (Hermes Parcianello)

COM PARECER FAVORÁVEL: PL 441/2007, principal.

COM PARECER CONTRÁRIO: PL 3.695/2008, apensado
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 2-9-2013

2. CONTRA PARECER TERMINATIVO DE COMISSÃO – ART. 54 DO RICD C/C ART. 132, § 2º DO RICD

(MATÉRIAS SUJEITAS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO EM APRECIAÇÃO PRELIMINAR, NOS TERMOS DO ART.144 DO RICD)

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – Art. 58, § 3º, c/c o art. 132, §2º, do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1° do RICD).

2.1 PELA INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTÁRIA

PROJETO DE LEI

Nº 4.406/2008 (Ribamar Alves) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Pindaré – UFEVAPI, com sede no Município de Santa Inês, Estado do Maranhão.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-2013

Nº 5.619/2009 (Senado Federal – Patrícia Saboya) – Dispõe sobre incentivos às Políticas Públicas de Juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos.
Apensados: PL nº 2.119/2003 (Luiz Bittencourt) PL nº 2.337/2000 (Freire Júnior) PL nº 1.220/2003 (Comissão de Legislação Participativa) PL nº 1.441/1999 (Freire Júnior) PL nº 1.559/1999 (Dr. Hélio) PL nº 2.097/2003 (Carlos Nader) PL nº 2.125/1999 (Paulo Paim) PL nº 2.660/2011 (Antonio Brito) PL nº 2.864/2008 (João Bittar) PL nº 3.073/2008 (Barbosa Neto) PL nº 3.200/1997 (Serafim Venzon) PL nº 3.235/2012 (Toninho Pinheiro) PL nº 3.248/1997 (DERCIO KNOP) PL nº 3.375/2000 (Flávio Arns) PL nº 3.425/1997 (PAULO BORNHAUSEN) PL nº 3.426/1997 (Hugo Biehl) PL nº 3.733/2000 (José Carlos Coutinho) PL nº 3.798/2012 (Amauri Teixeira) PL nº 4.251/2004 (Amauri Gasques) PL nº 4.697/1998 (Paulo Paim) PL nº 5.272/2001 (Neuton Lima) PL nº 5.579/2005 (Ivo José) PL nº 6.274/2005 (Reinaldo Betão) PL nº 6.725/2006 (Nelson Marquezelli) PL nº 7.144/2006 (André Zacharow) PL nº 9.38/2003 (Luiz Bittencourt) PL nº 1.339/2011 (Gilmar Machado) PL nº 1.504/2011 (Comissão de Legislação Participativa) PL nº 3.368/1997 (LUIZ DURAO) PL nº 3.389/1997 (DERCIO KNOP) PL nº 4.002/1997 (JAIR SOARES) PL nº 8.75/2011 (Anderson Ferreira) PL nº 3.205/2008 (Miguel Martini) PL nº 3.206/2008 (Miguel Martini) PL nº 4.868/2009 (Nelson Goetten) PL nº 1.388/2003 (Fábio Souto) PL nº 2.966/2011 (Gabriel Chalita) PL nº 3.550/2004 (Daniel Almeida) PL nº 4.034/2004 (Vicentinho) PL nº 2.702/2003 (Corauci Sobrinho) PL nº 5.341/2009 (José Fernando Aparecido de Oliveira) PL nº 2.122/2007 (Dr. Nechar) PL nº 7.356/2010 (Júlio Delgado) PL nº 3.998/2008 (Nelson Goetten) PL nº 6.049/2009 (Eleuses Paiva) PL nº 2.890/2011 (Nelson Marchezan Junior) PL nº 3.174/2012 (Edson Pimenta) PL nº 3.177/2012 (Edson Pimenta) PL nº 2.033/2011 (Roberto de Lucena) PL nº 2.311/2011 (Alfredo Kaefer) PL nº 3.101/2012 (Antonio Carlos Mendes Thame) PL nº 4.779/2012 (Antonio Carlos Mendes Thame) PL nº 5.776/2009 (Guilherme Campos) PL nº 6.965/2010 (Fernando Chucre) PL nº 7.24/2011 (Edmar Arruda) PL nº 2.426/1996 (Cunha Bueno) PL nº 4.11/2011 (Diego Andrade) PL nº 1.958/2011 (Dr. Ubiali) PL nº 2.244/2011 (Zeca Dirceu) PL nº 5.379/2013 (Beto Albuquerque).
ÚLTIMA SESSÃO: 29-8-2013

Nº 7.418/2010 (Senado Federal – Marcelo Crivella) – Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Reutilização de Água (Funreágua).
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-2013

Nº 7.881/2010 (Beto Faro) – Altera o art. 1º, da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-2013

Nº 2.780/2011 (Senado Federal– Serys Slhessarenko) – Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sorriso, no Estado de Mato Grosso.
DECURSO: 2a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-2013

ARQUIVE-SE, nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD, a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI

Nº 3.071/2011 (Senado Federal – Jayme Campos) – Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso.

ARQUIVE-SE, nos termos do § 4º do artigo 164 do RICD, a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI

Nº 5.844/2013 (Arthur Lira) – Destina recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o financiamento de subvenção econômica nos financiamentos a pessoas físicas beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Relação dos Deputados para o Grande Expediente
AGOSTO DE 2013

30 6ª-feira	10:00	Hugo Motta (PMDB - PB)
	10:25	Costa Ferreira (PSC - MA)
	10:50	Zé Vieira (PR - MA)
	11:40	Aníbal Gomes (PMDB - CE)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 04-09-13

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.463/13 – do Sr. Osmar Serraglio – que "altera dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e do Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, de forma a ampliar o prazo do penhor agrícola".
RELATOR: Deputado DAVI ALVES SILVA JÚNIOR.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 30-08-13

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.906/13 – da Sra. Luci Choinacki – que "institui o dia Nacional da Agroecologia".
RELATOR: Deputado JESUS RODRIGUES.

PROJETO DE LEI Nº 5.980/13 – da Sra. Sandra Rosado – que "cria o Fundo de Aval do Produtor de Matérias-Primas para Biocombustíveis – FUNA-BIO".
RELATOR: Deputado REINALDO AZAMBUJA.

PROJETO DE LEI Nº 5.983/13 – da Sra. Sandra Rosado – que "altera a redação do art. 3º da Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001, que "acresce e altera dispositivo da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências"".
RELATOR: Deputado VITOR PENIDO.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-09-13

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.726/10 – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "dispõe sobre o acesso de autoridades às informações relativas à localização de aparelhos de telefonia celular".
RELATORA: Deputada MARGARIDA SALOMÃO.

PROJETO DE LEI Nº 1.884/11 – do Sr. Benjamin Maranhão – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações, pelas emissoras de rádio e de televisão, sobre os direitos e deveres dos consumidores e fornecedores nas relações de consumo".
RELATOR: Deputado SANDRO ALEX.

PROJETO DE LEI Nº 5.937/13 – do Sr. Major Fábio – que "acrescenta o inciso XI ao art. 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao mesmo art. 29, para estabelecer como direito do autor o de tornar indisponível conteúdo de sua propriedade que tenha sido publicado na internet sem sua autorização prévia e expressa".
RELATORA: Deputada IARA BERNARDI.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 01

HORÁRIO: 10h

A pauta será disponibilizada, oportunamente, com as proposições remanescentes da pauta da Reunião anterior, ressalvadas as Propostas de Emenda à Constituição e os Projetos de Lei Complementar.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 30/08/2013)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 1.846/99 – do Senado Federal – Ernandes Amorim – (PLS 493/1999) – que "autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais".
RELATOR: Deputado GERALDO SIMÕES.

PROJETO DE LEI Nº 178/11 – do Sr. Eli Correa Filho – que "altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a fim de disciplinar o prazo de entrega de imóveis ofertados no mercado de consumo". (Apensados: PL 1390/2011 e PL 2606/2011)
RELATOR: Deputado EDUARDO SCIARRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.947/13 – do Sr. Onofre Santo Agostini – que "altera o art. 28 da Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto das Cidades), para vedar o direito de Outorga Onerosa do Direito de Construir às casas noturnas, boates, de espetáculos ou afins".
RELATOR: Deputado MARCOS ROGÉRIO.

PROJETO DE LEI Nº 5.313/13 – do Sr. Major Fábio – que "dispõe sobre a preservação do sigilo dos colaboradores de serviços telefônicos de denúncias".
RELATOR: Deputado ALESSANDRO MOLON.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 04-09-13

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 5.731/09 – do Senado Federal – Paulo Octávio – (PLS 136/2003) – que "altera as Leis nºs 8.218, de 29 de agosto de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para permitir a produção e a guarda da escrituração em meio eletrônico".
RELATOR: Deputado BRUNO ARAÚJO.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-09-13

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 627/99 – do Sr. Enio Bacci – que "fixa em 3 (três) anos prazo para usucapião especial em área rural de até 50 (cinqüenta) hectares e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.186/08 – dos Srs. Adão Pretto e Beto Faro – que "dispõe sobre a proibição do pagamento, pela União, de verba compensatória nos processos de desapropriação para fins de reforma agrária e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001".
RELATOR: Deputado NAZARENO FONTELES.

PROJETO DE LEI Nº 6.505/09 – do Sr. Dr. Ubiali – que "altera o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a prescrição de ação para haver prestação vencida ou restituição ou diferença devida pela Previdência Social".
RELATOR: Deputado RICARDO BERZOINI.

PROJETO DE LEI Nº 2.158/11 – do Sr. Carlos Bezerra – que "define a falta grave do sócio que justifica exclusão da sociedade".
RELATOR: Deputado JOÃO LYRA.

PROJETO DE LEI Nº 2.291/11 – do Sr. Gean Loureiro – que "regula a investigação criminal conduzida por Oficiais de Polícia Militar e dá outras providências".
RELATOR: Deputado MENDONÇA PRADO.

PROJETO DE LEI Nº 3.391/12 – do Sr. Carlos Bezerra – que "estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984".
RELATOR: Deputado BETO ALBUQUERQUE.

PROJETO DE LEI Nº 3.825/12 – do Sr. Nilson Leitão – que "dispõe sobre a inscrição, por fiador ou avalista, de pessoa afiançada ou avalizada em bancos de dados e cadastros de proteção ao crédito".
RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PROJETO DE LEI Nº 3.872/12 – do Sr. Valmir Assunção – que "altera o art. 15-A, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado TAUMATURGO LIMA.

PROJETO DE LEI Nº 5.012/13 – da Sra. Aline Corrêa – que "dá nova redação ao art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil".
RELATOR: Deputado JOSÉ MENTOR.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 2.269/99 – do Sr. Walter Pinheiro – que "dispõe sobre a utilização de programas abertos pelos entes de direito público e de direito privado sob controle acionário da administração pública". (Apensados: PL 3051/2000, PL 4275/2001, PL 7120/2002, PL 2152/2003, PL 3280/2004 e PL 3070/2008)
RELATOR: Deputado ALESSANDRO MOLON.

PROJETO DE LEI Nº 1.962/07 – do Sr. Antonio Bulhões – que "altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza".
RELATOR: Deputado RICARDO TRIPOLI.

PROJETO DE LEI Nº 2.349/07 – do Senado Federal – Mão Santa – (PLS 509/2003) – que "determina a estadualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais".
RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES.

PROJETO DE LEI Nº 3.231/08 – do Senado Federal – Francisco Dornelles – (PLS 10/2007) – que "altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979, para estabelecer prazos para formalização de acórdãos, intimações e interposição de recursos no âmbito do processo administrativo fiscal federal".
RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PROJETO DE LEI Nº 6.531/09 – do Sr. Deley – que "cria o Vale-Esporte e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.

PROJETO DE LEI Nº 6.582/09 – do Senado Federal – Marconi Perillo – (PLS 122/2008) – que "altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estabelecer o direito à nomeação nos concursos públicos". (Apensados: PL 4973/2005 (Apensados: PL 5157/2013 e PL 5288/2013), PL 4109/2008 (Apensados: PL 4352/2008, PL 749/2011 e PL 1242/2011), PL 6778/2010, PL 6991/2010, PL 277/2011, PL 4100/2012 e PL 4322/2012)
RELATOR: Deputado ARMANDO VERGÍLIO.

PROJETO DE LEI Nº 6.603/09 – do Sr. Alex Canziani – que "dá a denominação de "Centro Histórico Cultural Estação Ferroviária Nadir Glade" à estação ferroviária do Município de Apucarana, no Estado do Paraná".
RELATOR: Deputado ASSIS DO COUTO.

PROJETO DE LEI Nº 7.097/10 – do Sr. Beto Albuquerque – que "confere ao município de Venâncio Aires o título de "Capital Nacional do Chimarrão"".
RELATOR: Deputado JOSE STÉDILE.

PROJETO DE LEI Nº 7.203/10 – do Sr. Ricardo Berzoini e outros – que "altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a inclusão da habilitação profissional como prestação de serviço ao segurado e dependente do Regime Geral de Previdência Social".
RELATOR: Deputado ESPERIDIÃO AMIN.

PROJETO DE LEI Nº 7.538/10 – do Sr. Hugo Leal – que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que ''institui o Código de Trânsito Brasileiro", estabelecendo que o proprietário do veículo poderá receber as notificações de penalidades também por via de correio eletrônico (e-mail)". (Apensado: PL 3669/2012 (Apensado: PL 3810/2012))
RELATOR: Deputado EDSON SILVA.

PROJETO DE LEI Nº 7.678/10 – do Sr. Pepe Vargas – que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o limite de velocidade das caminhonetes em vias não sinalizadas".
RELATOR: Deputado BRUNO ARAÚJO.

PROJETO DE LEI Nº 173/11 – do Sr. Weliton Prado – que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para vedar a operação de embarcação por quem esteja sob a influência do álcool ou de qualquer substância psicoativa que determine dependência".
RELATOR: Deputado BENJAMIN MARANHÃO.

PROJETO DE LEI Nº 754/11 – do Sr. Hugo Leal – que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, de forma a obrigar as montadoras e importadoras de veículos automotores a fornecerem garantia adicional

aos consumidores de veículos automotores novos, nos termos que especifica".
RELATOR: Deputado ESPERIDIÃO AMIN.

PROJETO DE LEI Nº 937/11 – do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto – que "altera a Lei nº 8.894, de 1994, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários"
RELATOR: Deputado RICARDO BERZOINI.

PROJETO DE LEI Nº 1.562/11 – do Sr. Félix Mendonça Júnior – que "altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer diretriz quanto à adoção de tecnologias construtivas ambientalmente adequadas".
RELATOR: Deputado FÁBIO RAMALHO.

PROJETO DE LEI Nº 2.014/11 – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "altera o art. 110 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que "Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional – RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante – FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira – RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV; altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nºs 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nºs 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nºs 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ARTHUR OLIVEIRA MAIA.

PROJETO DE LEI Nº 2.145/11 – do Sr. Laercio Oliveira – que "altera artigo da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o "Código de Trânsito Brasileiro", permitindo a doação de veículos e a venda de sucata abandonados". (Apensado: PL 2979/2011)
RELATOR: Deputado FABIO TRAD.

PROJETO DE LEI Nº 2.191/11 – do Sr. Miriquinho Batista – que "legaliza os Acordos Comunitários de Pesca em todo o território nacional".
RELATOR: Deputado JORGINHO MELLO.

PROJETO DE LEI Nº 2.404/11 – da Sra. Teresa Surita – que "prevê medidas de proteção ambiental no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida".
RELATOR: Deputado RICARDO TRIPOLI.

PROJETO DE LEI Nº 2.911/11 – do Sr. Luciano Castro – que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a reciclagem obrigatória dos profissionais que trabalham com a formação de condutores".
RELATOR: Deputado LUIZ PITIMAN.

PROJETO DE LEI Nº 2.949/11 – dos Srs. Antonio Brito e Benedita da Silva – que "altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS".
RELATOR: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.

PROJETO DE LEI Nº 3.408/12 – da Sra. Erika Kokay – que "aumenta para trinta por cento o percentual de policiais militares femininos na Polícia Militar do Distrito Federal".
RELATOR: Deputado ESPERIDIÃO AMIN.

PROJETO DE LEI Nº 3.642/12 – do Sr. Fernando Marroni – que "denomina-se "Aeroporto Internacional de Pelotas/RS – João Simões Lopes Neto" o aeroporto da cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul".
RELATOR: Deputado VIEIRA DA CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 3.983/12 – do Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos – que "denomina "Viaduto Francisco Bilac Moreira Pinto" o viaduto localizado na altura do Km 102 da BR-459 cruzamento com a Avenida Tuany Toledo, no Município de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais".
RELATOR: Deputado RENATO ANDRADE.

PROJETO DE LEI Nº 4.204/12 – do Sr. Márcio Macêdo – que "dispõe sobre a criação de programa de atividade-

des desportivas no âmbito dos estabelecimentos de ensino, no período de férias escolares".
RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.277/12 – do Sr. Walter Feldman – que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre medidas de proteção ao pedestre". (Apensado: PL 4617/2012)
RELATOR: Deputado MARCOS MEDRADO.

PROJETO DE LEI Nº 4.503/12 – do Sr. Pastor Marco Feliciano – que "dispõe sobre a inclusão do número da identidade civil no Certificado de Reservista, no Certificado de Isenção do Serviço Militar e no Certificado de Dispensa de Incorporação".
RELATOR: Deputado OZIEL OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.937/13 – do Sr. Junji Abe – que "altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares".
RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES.

PROJETO DE LEI Nº 5.070/13 – do Sr. Rubens Bueno – que "torna obrigatório o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia e dá outras providências".
RELATOR: Deputado WOLNEY QUEIROZ.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 1.430/07 – do Sr. Beto Faro – que "altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências"
RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 4.047/12 – do Sr. Antonio Bulhões – que "altera a Lei nº 9.765, de 17 de dezembro de 1998, tornando obrigatória utilização de mecanismo de rastreamento durante o transporte de materiais nucleares e radioativos".
RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA.
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 29-08-13

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 1.598/07 – do Sr. Lincoln Portela – que "altera a redação do art. 72, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, determinando a incineração de drogas apreendidas, observados os procedimentos que estabelece".
RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 1.058/11 – do Sr. Dr. Ubiali – que "dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado MÁRCIO FRANÇA.

COMISSÃO DE CULTURA

REUNIÃO ORDINÁRIA

SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA À IDENTIFICAÇÃO DE FONTES DE FINANCIAMENTO PARA A CULTURA.

LOCAL: Anexo II, Plenário 16
HORÁRIO: 10h

A – Reunião:

Reunião de trabalho.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-09-13

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.821/03 – do Sr. Vicentinho – que "dispõe sobre a veiculação obrigatória, nas emissoras de televisão, de desenhos animados produzidos nacionalmente e dá outras providências".
RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS.

PROJETO DE LEI Nº 7.011/10 – do Sr. Otavio Leite – que "reduz a zero as alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e dá outras providências".
RELATOR: Deputado PINTO ITAMARATY.

PROJETO DE LEI Nº 2.223/11 – do Senado Federal – Walter Pinheiro – (PLS 201/2011) – que "denomina "Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto" o trecho ferroviário compreendido entre os Municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia – BA, e Figueirópolis, no Estado do Tocantins – TO". (Apensado: PL 1266/2011)
RELATOR: Deputado ZEZÉU RIBEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 3.388/12 – do Sr. Chico Alencar e outros – que "dá o nome de "Ponte Herbert de Souza – Betinho" à atual Ponte Presidente Costa e Silva, localizada do Km 321 ao 334, na BR 101/SE".
RELATOR: Deputado PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.473/12 – do Sr. Júlio Campos – que "estabelece a obrigatoriedade de contratação de cantores, instrumentistas, bandas ou conjuntos musicais locais na abertura dos shows ou eventos musicais financiados por recursos públicos".
RELATOR: Deputado JOSE STÉDILE.

PROJETO DE LEI Nº 4.618/12 – do Sr. Wellington Fagundes – que "denomina "Rodovia Coronel José Meirelles" o trecho da rodovia BR-163 entre as cidades de Cuiabá e Santarém, no Estado de Mato Grosso".
RELATOR: Deputado PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.655/12 – do Sr. Lincoln Portela – que "denomina "Viaduto Flávio Gutierrez" o viaduto construído no Km 618 da BR 040, no Município de Congonhas, MG".
RELATOR: Deputado DR. PAULO CÉSAR.

PROJETO DE LEI Nº 4.659/12 – do Sr. Osmar Júnior – que "denomina "Rodovia Mandu Ladino" a rodovia BR-343 em toda sua extensão".
RELATOR: Deputado PINTO ITAMARATY.

PROJETO DE LEI Nº 5.312/13 – do Sr. Vieira da Cunha – que "inscreve o nome de Leonel de Moura Brizola no Livro dos Heróis da Pátria e dá outras providências".
RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

PROJETO DE LEI Nº 5.688/13 – do Sr. Walter Feldman – que "inscreve o nome de Luiz Martins de Souza Dantas no Livro dos Heróis da Pátria".
RELATOR: Deputado DOMINGOS SÁVIO.

PROJETO DE LEI Nº 5.808/13 – do Sr. Valadares Filho – que "altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para dispor sobre recursos para atualização de acervos das bibliotecas públicas municipais, estaduais, do Distrito Federal, federais, universitárias, escolares e as pertencentes a organizações não governamentais que coloquem suas instalações e acervos abertos à visitação, consulta pública e empréstimo de livros".
RELATOR: Deputado JOSE STÉDILE.

PROJETO DE LEI Nº 5.857/13 – do Senado Federal – Lídice da Mata – (PLS 102/2011) – que "inscreve o nome da Sóror Joana Angélica de Jesus no Livro dos Heróis da Pátria".
RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

PROJETO DE LEI Nº 5.861/13 – do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS 383/2012) – que "inscreve o nome de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo no Livro dos Heróis da Pátria".
RELATORA: Deputada MARINA SANTANNA.

PROJETO DE LEI Nº 5.941/13 – do Sr. Anderson Ferreira – que "altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet, para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual".
RELATOR: Deputado RAUL HENRY.

PROJETO DE LEI Nº 5.978/13 – da Sra. Sandra Rosado – que "altera o inciso V do art. 1º da Lei n º 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria".
RELATOR: Deputado STEPAN NERCESSIAN.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 30/08/2013)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.214/09 – do Sr. Marçal Filho – que "estabelece a responsabilidade objetiva das instituições financeiras por danos sofridos pelos usuários de seus serviços". (Apensados: PL 2574/2011 e PL 4076/2012)
RELATOR: Deputado RICARDO IZAR.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 29-08-13

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.888/10 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PROJETO DE LEI Nº 5.841/13 – do Sr. Eli Correa Filho – que "dispõe sobre a inscrição, por fiador ou avalista, de pessoa afiançada ou avalizada em bancos de dados e cadastros de proteção ao crédito".
RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PROJETO DE LEI Nº 5.881/13 – do Sr. Major Fábio – que "autoriza a inscrição de litisconsorte passivo, em ação de cobrança ou execução judicial de título, em banco de dados de devedores ou cadastro de proteção ao crédito, nas condições que especifica".
RELATOR: Deputado PAULO WAGNER.

PROJETO DE LEI Nº 5.892/13 – do Sr. Márcio Marinho – que "regulamenta a cobrança das tarifas dos serviços de guarda de veículo".
RELATOR: Deputado SÉRGIO BRITO.

PROJETO DE LEI Nº 5.938/13 – do Sr. Major Fábio – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de permissão de acesso de clientes às cozinhas de estabelecimentos comerciais".
RELATORA: Deputada NILDA GONDIM.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.942/10 – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "princípio da Continuidade do Seguro de Vida, alterando os arts. 774,769 e 801 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ISAIAS SILVESTRE.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-09-13

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.193/11 – da Sra. Iracema Portella – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de se expressar as dimensões de produto no Sistema Internacional de Unidades e dá outras providências".
RELATOR: Deputado FERNANDO TORRES.

PROJETO DE LEI Nº 5.081/13 – do Sr. Onofre Santo Agostini – que "dispõe sobre normas de comercialização de pão integral".
RELATOR: Deputado EDSON PIMENTA.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-09-13

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.969/13 – do Sr. Anselmo de Jesus – que "estabelece limite quanto ao tamanho de propriedades rurais que se encontrem em áreas limítrofes de municípios com mais de cem mil habitantes e dá outras providências".
RELATOR: Deputado JUNJI ABE.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 04-09-13

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.954/13 – do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS 186/2008) – que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), para dispor sobre a avaliação na educação indígena".
RELATOR: Deputado ROBERTO DE LUCENA.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 10

HORÁRIO: 09h30min
A – Audiência Pública:
Tema: Os problemas relacionados à adesão de alunos da UNIESP ao Programa FIES.

(REQ 302/13, do Dep. Áureo)
Convidados:
JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Secretário Executivo do Ministério da Educação – MEC
JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS
Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC
JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – confirmado
Diretor Presidente da UNIESP
MELISSA GARCIA BLAGITZ DE ABREU E SILVA
Responsável pelo Termo de Ajustamento de Conduta da Procuradoria da República no Estado de São Paulo – MPF
LETÍCIA MARA ALMEIDA DOS SANTOS – confirmada
Representante dos Alunos Contratados
FELIPE ALMEIDA SANTOS – confirmado
Representante dos Alunos Beneficiados pelo PROUNI

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 30-08-13

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.350/13 – do Sr. João Ananias – que "autoriza o transporte intermunicipal e interestadual de estudantes de cursos técnicos, superiores e tecnológicos e de graduação por veículos mantidos e adquiridos pelos entes federados por meio dos programas instituídos pela União para transporte escolar, como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e o Programa Caminho da Escola".
RELATOR: Deputado CELSO JACOB.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-09-13

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 2.710/11 – do Senado Federal – Gim Argello – (PLS 185/2010) – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás".
RELATORA: Deputada ERIKA KOKAY.

PROJETO DE LEI Nº 2.830/11 – do Sr. Alceu Moreira – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul".
RELATOR: Deputado AMAURI TEIXEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.368/08 – da Sra. Elcione Barbalho – que "veda a cobrança na conta telefônica, em acréscimo ao valor da tarifa definida pela Agência Nacional de Telecomunicações, de tributos devidos pela concessionária de telefonia". (Apensado: PL 4481/2008)
RELATOR: Deputado GENECIAS NORONHA.

PROJETO DE LEI Nº 993/11 – do Sr. Giovani Cherini – que "acrescenta dispositivos à Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002, com o objetivo de estabelecer autorização à Caixa Econômica Federal, ouvido o Conselho Curador do FGTS, a efetuar crédito de valores de que dispõe a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, nas contas vinculadas de que trata o § 3º do art. 14 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990". (Apensado: PL 3038/2011)
RELATOR: Deputado JERÔNIMO GOERGEN.

PROJETO DE LEI Nº 3.182/12 – do Sr. Carlos Bezerra – que "altera o § 1º do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, introduzido pela Lei nº 10.303, 31 de outubro de 2001, que "Dispõe sobre as Sociedades por Ações"".
RELATOR: Deputado MÁRIO FEITOZA.

PROJETO DE LEI Nº 3.687/12 – do Sr. Irajá Abreu – que "altera o inciso I do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", e acrescenta novo inciso III ao art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de agilizar a abertura e o encerramento de empresas no País".
RELATOR: Deputado GUILHERME CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 3.852/12 – do Sr. Lucio Vieira Lima – que "dispõe sobre a exigência de pedágio pela utilização dos diversos equipamentos viários públicos e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ALFREDO KAEFER.

PROJETO DE LEI Nº 4.515/12 – do Sr. Professor Victório Galli – que "altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola".
RELATOR: Deputado AKIRA OTSUBO.

PROJETO DE LEI Nº 5.948/13 – do Sr. Antônio Roberto – que "dispõe sobre alíquotas máximas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro,

ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF nas operações que especifica".
RELATOR: Deputado AMAURI TEIXEIRA.

B – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária (art. 54):

PROJETO DE LEI Nº 370/11 – do Sr. Alessandro Molon – que "estabelece princípios e diretrizes para promoção e instalação de programas, projetos e ações de pacificação social, policiamento comunitário e Unidades de Polícia Pacificadora ou órgãos assemelhados em todo território nacional e dá outras providências".
RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

PROJETO DE LEI Nº 2.750/11 – do Sr. Andre Moura – que "fixa piso salarial nacional dos médicos".
RELATOR: Deputado MANOEL JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 2.834/11 – do Sr. Manoel Junior – que "estabelece prioridade para atendimento, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, de projetos de prevenção à criminalidade que articulem as comunidades com os órgãos de segurança pública".
RELATOR: Deputado JOSÉ PRIANTE.

PROJETO DE LEI Nº 4.438/12 – do Sr. André Figueiredo – que "concede anistia aos servidores públicos federais integrantes do quadro de pessoal do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE que participaram de greve de sua categoria pelo período de 06 de abril a 24 de setembro de 2010, em decorrência de movimentos reivindicatórios".
RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

PROJETO DE LEI Nº 4.821/12 – do Sr. Fernando Francischini – que "dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas e tributos para renovação de porte de armas de fogo por policiais federais inativos e aposentados".
RELATORA: Deputada ERIKA KOKAY.

PROJETO DE LEI Nº 5.885/13 – do Sr. Félix Mendonça Júnior – que "acrescenta § 3º ao art. 3º da Lei nº 10.559 de 13 de novembro de 2002".
RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 1.227/11 – do Sr. Arnaldo Jardim – que "altera a alínea "c", do art. 36, do Decreto-Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguro e resseguros e dá outras providências".
RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 30-08-13

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 5.859/13 – do Senado Federal – Randolfe Rodrigues – (PLS 549/2011) – que "acrescenta alínea ao inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), das despesas com a aquisição de livros técnicos diretamente afeitos à profissão do contribuinte e com a aquisição de livros didáticos diretamente afeitos à sua instrução e à dos seus dependentes". (Apensado: PL 6552/2006 (Apensados: PL 7341/2006, PL 1029/2007, PL 7153/2006 (Apensados: PL 1079/2007 e PL 4063/2008 (Apensado: PL 5142/2009)), PL 131/2007 (Apensados: PL 7475/2010, PL 3930/2012, PL 4055/2012, PL 4257/2012, PL 5083/2013, PL 5407/2013, PL 5506/2013, PL 5598/2013 e PL 5600/2013), PL 2106/2007, PL 2402/2007, PL 3400/2008, PL 3591/2008 (Apensados: PL 5062/2009, PL 7074/2010 e PL 2988/2011), PL 6973/2010 (Apensados: PL 1020/2011 e PL 1472/2011), PL 1364/2011, PL 2226/2011, PL 5137/2013, PL 5300/2013, PL 5607/2013 e PL 5873/2013))
RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 08
HORÁRIO: 10h

A – Audiência Pública:

IMPACTOS AMBIENTAIS DA ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO DE TERRAS-RARAS

Requerimento n.º 246/2013, do Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF)

EXPOSITORES:

(CONFIRMADO) EUGÊNIO PIO COSTA, Coordenador Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, representando o Ministério do Meio Ambiente

(CONFIRMADO) ADRIANO MACIEL TAVARES, Superintendente de Produção Mineral da INB – Indústrias Nucleares do Brasil

(CONFIRMADO) FERNANDO ANTÔNIO FREITAS LINS, Diretor do CETEM/MCTI – Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

(CONFIRMADO) OSVALDO ANTÔNIO SERRA, Professor Titular do Departamento de Química da FFCLRP/USP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 30/08/2013)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.311/09 – do Sr. Ricardo Tripoli – que "proíbe a construção de usinas hidrelétricas em estâncias hidrominerais, climáticas e turísticas".
RELATOR: Deputado MARCO TEBALDI.

PROJETO DE LEI Nº 5.760/13 – do Senado Federal – Vanessa Grazziotin – (PLS 185/2011) – que "cria o "Selo Verde Preservação da Amazônia" para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus e de Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal".
RELATORA: Deputada MARINA SANTANNA.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.543/11 – do Sr. Mandetta – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para controlar a pesca, no ambiente natural, de espécies ameaçadas de extinção, sobre-explotadas ou ameaçadas de sobre-explotação".
RELATOR: Deputado ARNALDO JORDY.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 30-08-13

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.016/11 – do Sr. Edivaldo Holanda Junior – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de o material didático adquirido para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e para o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) ser confeccionado com matéria prima reciclada".
RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 04-09-13

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 798/11 – do Sr. Paulo Abi-Ackel – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de serem subterrâneas as instalações de distribuição de energia elétrica, quando realizadas em ruas das cidades que tenham setores de valor histórico, reconhecidos por órgãos estatais, especialmente os tombados pelo Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional – IPHAN". (Apensado: PL 1462/2011)
RELATOR: Deputado ARNALDO JARDIM.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 07

HORÁRIO: 09h30min

A – Audiência Pública:

REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

(Requerimento nº 369 dos Deputados Padre João, Amauri Teixeira e Rogério Carvalho)

Tema:

"Debater sobre a intoxicação de profissionais e estudantes da Escola Municipal de São José do Pontal, localizada em Rio Verde-GO"

Convidados:

Leonardo Vieira do Carmo

Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura de Rio Verde-GO

Mauro Rubem

Deputado Estadual Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa

Valcler Rangel Fernandes

Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

Rui Alberto Textor
Diretor da Aviação Agrícola Ltda – Aerotex

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 30/08/2013)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.759/11 – do Sr. Edson Pimenta – que "altera o Estatuto do Idoso em relação à prioridade na tramitação dos processos judiciais". (Apensado: PL 5206/2013)
RELATOR: Deputado WILLIAM DIB.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 04-09-13

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.037/11 – do Sr. Aguinaldo Ribeiro – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, sobre a concessão de desconto de cinquenta por cento nas tarifas de passagens aéreas para atletas portadores de deficiência nos deslocamentos destinados à participação em competições nacionais e internacionais".
RELATOR: Deputado CHICO DAS VERDURAS.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-09-13

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.030/04 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "acrescenta parágrafos ao art. 7º da Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995, a fim de limitar em trinta horas semanais e seis horas diárias a duração do trabalho nas atividades e operações com asbesto/amianto".
RELATOR: Deputado DR. ROSINHA.

PROJETO DE LEI Nº 3.769/12 – do Sr. Paulo Magalhães – que "dispõe sobre a legitimação dos imóveis urbanos que não possuem escrituras públicas e dá outras providências".
RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 3.893/12 – do Sr. Geraldo Thadeu – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de advertência sobre os riscos do consumo excessivo de cloreto de sódio nas embalagens e recipientes que especifica". (Apensado: PL 4452/2012)
RELATOR: Deputado CHICO DAS VERDURAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.914/12 – do Sr. Eleuses Paiva – que "obriga as faculdades de Medicina a viabilizarem a oferta de, no mínimo, o equivalente a 50% das suas vagas do curso de graduação em vagas e bolsas para a residência médica".
RELATOR: Deputado DR. PAULO CÉSAR.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.087/09 – do Sr. Nelson Bornier – que "obriga as indústrias farmacêuticas e as empresas de distribuição de medicamentos, a dar destinação adequada a medicamentos com prazos de validade vencidos e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ELEUSES PAIVA.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 12

HORÁRIO: 10h

TEMA:

"Projeto de Lei nº 6954/10, que estabelece o Piso Salarial do Administrador e dá outras providências, de autoria do Dep. Sandro Mabel – PMDB//GO".

(Requerimento n 226/13 de autoria da Deputada Flávia Morais – PDT/GO)

(Relator do Projeto Lei nº 6.954/2010, Deputada Flávia Morais – PDT/GO)

CCONVIDADOS:

SEBASTIÃO LUIZ DE MELLO – Presidente do Conselho Federal de Administração – CFA;*

SAMUEL ALBERNAZ – Presidente do Sindicato dos Administradores de Goiânia – Sinago;*

CLÓVIS VILELA LIMA – Presidente da Federação Brasileira dos Administradores – Febrad;* e

MAURO RODRIGUES DE SOUZA – Coordenador-Geral de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.*

*Presença confirmada.

**Declinou do convite.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 30/08/2013)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.000/13 – do Sr. Washington Reis – que "institui a Política Nacional de Transporte Rodoviário de Combustíveis, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado NEWTON CARDOSO.

PROJETO DE LEI Nº 5.109/13 – da Sra. Sandra Rosado – que "altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, com o objetivo de estimular a utilização de biocombustíveis e reduzir os custos da aviação brasileira".
RELATOR: Deputado JOSE STÉDILE.

PROJETO DE LEI Nº 5.959/13 – do Sr. Jerônimo Goergen – que "altera o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 1997, incluindo disposições específicas para veículos destinados a atividade agrícola".
RELATOR: Deputado MAURO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 5.961/13 – do Sr. Valtenir Pereira – que "inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica".
RELATOR: Deputado JAIME MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 5.971/13 – do Sr. Edinho Bez – que "denomina "Prefeito Luiz Carlos Luiz" o viaduto simples de acesso à cidade de Garopaba, Estado de Santa Catarina, localizado no Km 273.98, na BR-101".
RELATOR: Deputado MAURO MARIANI.

PROJETO DE LEI Nº 6.073/13 – do Sr. Jorge Corte Real – que "inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, os trechos rodoviários que especifica"
RELATOR: Deputado JAIME MARTINS.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 30-08-13

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.775/13 – do Sr. Onofre Santo Agostini – que "altera a Lei nº 10.292, de 27 de setembro de 2001, que denomina Rodovia Governador Mário Covas a BR-101, para atribuir nova denominação ao trecho da rodovia situado no Estado de Santa Catarina".
RELATOR: Deputado CÉSAR HALUM.

II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 506-A, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS (ADCT), PARA DISPOR SOBRE A PRORROGAÇÃO DOS BENEFICIOS PARA A ZONA FRANCA DE MANAUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (PRORROGA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2029)

SEMINÁRIO

SEMINÁRIO – Prorrogação dos Benefícios para a Zona Franca de Manaus – MANAUS – AM

LOCAL: Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

HORÁRIO: das 13 às 18h

Convidados:

– Omar José Abdel Aziz, Governador do Estado do Amazonas;

– Afonso Lobo Moraes, Secretário de Estado da Fazenda do Amazonas;

– Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, Prefeito de Manaus;

– Júlio José Araújo Júnior, Procurador-Chefe da República no Amazonas;

– Josué Neto, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, e demais Deputados Estaduais Amazonenses;

– Bosco Saraiva, Presidente da Câmara Municipal de Manaus, e demais Vereadores do Município de Manaus;
– Antonio Iran de Souza Lima, Presidente da Associação Amazonense de Municípios – AAM;
– Djalma Bezerra Mello, Superintendente de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM;
– Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, Superintendente da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA;
– Antonio Carlos da Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas;
– José Roberto Tadros, Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas;
– Muni Lourenço Silva Júnior, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas;
– Ismael Bicharra Filho, Presidente da Associação Comercial do Amazonas;
– Ezra Azury Benzion Manoa, Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado do Amazonas – FCDL;
– Ralph Baraúna Assayag, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus/AM;
– Valmir Pedro Rossi, Presidente do Banco da Amazônia;
– Cristóvão Marques Pinto, Presidente da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Pólo Industrial do Amazonas – AFICAM;
– Wilson Luis Buzato Périco, Presidente Executivo do Centro da Indústria do Estado do Amazonas – CIEAM;
– Valdemir de Souza Santana, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-AM;
– Ricardo Alvarez Miranda, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Amazonas;
– Vicente de Lima Filizzola, Presidente da Força Sindical do Estado do Amazonas.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70-A, DE 2011, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O PROCEDIMENTO DE APRECIAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS PELO CONGRESSO NACIONAL"

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 06-09-13

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70/11 – do Senado Federal – (PEC 11/2011) – que "altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional".
RELATOR: Deputado ODAIR CUNHA.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5332, DE 2009, DA SRA. ELCIONE BARBALHO, QUE "CRIA O 'PÃO BRASILEIRO', A SER PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO ADICIONADA DE FARINHA DE MANDIOCA REFINADA, DE FARINHA DE RASPA DE MANDIOCA OU DE FÉCULA DE MANDIOCA, ADQUIRIDOS PELO PODER PÚBLICO, E ESTABELECE REGIME TRIBUTÁRIO ESPECIAL PARA A FARINHA DE TRIGO MISTURADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 30/08/2013)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.332/09 – da Sra. Elcione Barbalho – que "cria o "pão brasileiro", a ser produzido com farinha de trigo adicionada de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca, adquiridos pelo poder público, e estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências".
RELATORA: Deputada NILDA GONDIM.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 147-A, DE 2012, DO SR. AMAURI TEIXEIRA, QUE "FIXA PARÂMETROS PARA A REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO E DO GRAU OU NÍVEL MÁXIMO DA CARREIRA DOS SERVIDORES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL"

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 11-09-13

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 147/12 – do Sr. Amauri Teixeira – que "fixa parâmetros para a remuneração dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, dos Auditores Fiscais do Trabalho e do grau ou nível máximo da carreira dos servidores do Banco Central do Brasil".
RELATOR: Deputado MAURO BENEVIDES.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 196-A, DE 2012, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O § 2° DO ART. 55 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ESTABELECER QUE A PERDA DE MANDATO SERÁ DECIDIDA POR VOTO ABERTO NOS CASOS QUE ESPECIFICA"

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 06-09-13

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 196/12 – do Senado Federal – Alvaro Dias – (PEC 86/2007) – que "altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal, para estabelecer que a perda de mandato será decidida por voto aberto nos casos que especifica".
RELATOR: Deputado VANDERLEI MACRIS.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 197-A, DE 2012, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O § 2º DO ART. 155 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA MODIFICAR A SISTEMÁTICA DE COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO INCIDENTE SOBRE AS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES REALIZADAS DE FORMA NÃO PRESENCIAL E QUE DESTINEM BENS E SERVIÇOS A CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM OUTRO ESTADO"

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 10-09-13

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 197/12 – do Senado Federal – Delcídio do Amaral – (PEC 103/2011) – que "altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado". (Apensado: PEC 71/2011)
RELATOR: Deputado MÁRCIO MACÊDO.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2.177, DE 2011, DO SR. BRUNO ARAÚJO, QUE "INSTITUI O CÓDIGO NACIONAL DE CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO"

SEMINÁRIO

LOCAL: Auditório da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília

HORÁRIO: 09h

A – Seminário:

Seminário sobre o PL 2177/2011, que institui o "Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação"

Objetivo: debater e receber sugestões para o aprimoramento do texto do Projeto de Lei em análise na Câmara dos Deputados.

Data: 29 de agosto de 2013, quinta-feira

Horário: 9h às 12h

Local: Auditório da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília

Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília/DF

Participação:

Deputado Gabriel Chalita (PMDB/SP), Presidente da Comissão;

Deputado Sibá Machado (PT/AC), Relator do Projeto;

Deputado Izalci (PSDB/DF), 1º Vice-Presidente da Comissão e Presidente da Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Inovação;

Em parceria com a Universidade de Brasília e com a Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação.

Requerimento que deu origem ao evento: Req. 17/2013, de autoria do Deputado Izalci.

Informações: cnct.decom@camara.leg.br ou ceri@unb.br.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2011, DO SR. WELINTON PRADO, QUE "DISPÕE SOBRE O REGIME DE APROVEITAMENTO DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS, COM EXCEÇÃO DOS MINÉRIOS NUCLEARES, PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS E DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS SUBMETIDAS AO REGIME DE LICENCIAMENTO DE QUE TRATA O INCISO III DO ART. 2º DO DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967"

ENCONTRO REGIONAL

LOCAL: Plenário da **Assembleia Legislativa do Estado do Pará**

HORÁRIO: De 14h as 18h

ENCONTRO REGIONAL – PARÁ

Participantes:

Deputado Márcio Desidério Teixeira Miranda, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará;

Simão Robison Oliveira Jatene, Governador do Estado do Pará;

Deputada Josefina Carmo, Presidente da Comissão de Ecologia, Meio Ambiente, Geologia, Mineração e Energia da Assembleia Legislativa do Pará;

Deputado Gabriel Guimarães (PT/MG), Presidente da CE PL 37/11 – Mineração; (confirmado)

Deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG), Relator da CE PL 37/11 – Mineração; (confirmado)

Deputado Beto Faro (PT/PA), Autor do Requerimento; (confirmado)

Deputado José Priante (PMDB/PA), membro da CE PL 37/11 – Mineração; (confirmado)

Deputado Wandnkolk Gonçalves (PSDB/PA), membro da CE PL 37/11 – Mineração;

Deputado Lira Maia (DEM/PA), membro da CE PL 37/11 – Mineração; (confirmado)

Deputado Colbert Martins (PMDB/BA), membro da CE PL 37/11 – Mineração; (confirmado)

Deputada Fátima Pelaes (PMDB/AP), membro da CE PL 37/11 – Mineração; (confirmado)

Telton Elber Correa, Secretário-Adjunto da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, representando o Ministério de Minas e Energia; (confirmado)

João Bosco Pereira Braga, Superintendente do DNPM – PA;

José Conrado Azevedo Santos, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará; (confirmado)

Helder Zahluth Barbalho, Presidente da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará – FAMEP;

Raimundo Gomes, Assessor do Movimento dos Atingidos pela Mineração;

Professor universitário Dr. Evaldo Pinto;

Professora Maria Amélia Enriquez, Secretária-Adjunta da Indústria, Comércio e Mineração – SEICOM;

Deputado Estadual Gabriel Guerreiro;

Geólogo Ilóe Azevedo, Presidente da Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia – APGAM; (confirmado)

Antonio Carlos Albério, Presidente do CREA/PA;

Geólogo Moacir Macambira, Presidente da Sociedade Brasileira de Geologia;

Paulo Pereira, Presidente da Brasil Resources; (confirmado)

Sergio Aquino, Presidente do Sindicato dos Mineradores de Ouro Oeste do Pará – SIMIOESPA;

Luiz Mauricio Azevedo, Conselheiro da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral – ABPM;

Dion Monteiro, Assessor do Comitê Xingu Vivo.

Requerimento nº 2/13, dos Deputados Beto Faro (PT/PA) e Padre João (PT/MG)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME DIVERSAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA.

REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Plenarinho Paulo Stuart Wright – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

HORÁRIO: 14h30min

A – Audiência pública com a presença dos senhores:

1) **Sr. RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado de Santa Catarina

2) **Sr. CESAR SOUZA JUNIOR**

Prefeito de Florianópolis

3) **Deputado SERAFIM VENZON**

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

4) **Juíza ANA CRISTINA BORBA ALVES**

Membro da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do TJ de Santa Catarina, representante do Desembargador SÉRGIO IZIDORO HEIL

5) **Dr. MARCELO WEGNER**

Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude – CIJ do Ministério Público de Santa Catarina, que também representa:

– Dr. LIO MARCOS MARIN, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina (Ministério Público)

– Promotora CRISTIANE ROSALIA MAESTRI BÖEL, da 9ª Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público de Santa Catarina

6) **Sr. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA**

Secretário de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina

7) **Sra. ADA LILI FARACO DE LUCA**

Secretária de Estado da Justiça e Cidadania de Santa Catarina

8) **Delegado CLYTON EUSTAQUIO XAVIER**

Superintendente da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina

9) **Defensor Público-Geral IVAN CESAR RANZOLIN**

Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina

10) **Sra. IZA MARIA DO ROZÁRIO DE ANDRADE**

Coordenadora-Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente –

11) **Sr. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA**

Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado de Santa Catarina

12) **Delegada JULIANA RENDA GOMES**

Titular da 6ª Delegacia de Polícia Civil da Capital de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente

13) **Sr. RENATO EUGÊNIO TEODORO**

Coordenador do Conselho Tutelar da Região Continental de Florianópolis/SC

14) **Sra. ANA PAULA JORGE CIRINO**

Coordenadora do Conselho Tutelar da Região Insular de Florianópolis/SC

15) **Sr. SERGIO COSTA BANDEIRA**

Coordenador do Conselho Tutelar da Região Norte de Florianópolis/SC

16) **Sr. TULLO CAVALLAZZI FILHO**

Presidente da OAB de Santa Catarina

17) **Sra. RETI JANE POPELIER**

Presidente da Comissão da Criança e Adolescentes da OAB de Santa Catarina

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS NO PERÍODO DE 2003 A 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO.

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado do Pará

HORÁRIO: 09 horas

A – Audiência Pública com a presença dos Senhores:

Deputado Estadual **MARCIO MIRANDA**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará;

Deputado Estadual **CARLOS BORDALO**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da AL/PA;

LUIZ FERNANDES ROCHA, Secretário de Estado de Segurança Pública;

JOSÉ ACREANO BRASIL JÚNIOR, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos;

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará;

DESEMB. **LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

DPF **VALDSON JOSÉ RABELO**, Superintendente Regional da Polícia Federal;

RILMAR FIRMINO DE SOUSA, Delegado-Geral da Polícia Civil do Pará;

Delegada **CHRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, Diretora da Divisão de Atendimento ao Adolescente da Polícia Civil do Pará;

Delegada **SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO**, Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis;

JARBAS VASCONCELOS, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pará;

IRMÃ **MARIE HENRIQUETA CAVALCANTE**, Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz, do Regional Norte 2 da CNBB;

Dom **JESUS MARIA CIZAURRE BERDONCES**, Presidente da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Norte 2;

LEILA MARIA DOS SANTOS SILVA, Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Pará;

MARIA DE NAZARÉ SÁ DE OLIVEIRA, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA;

FÁBIO PAIXÃO, Coordenador Geral dos Conselhos Tutelares de Belém;

ANDREZA SMITH, Diretora da ONG Só Direitos;

MARCEL HAZEU, Pesquisador e membro da ONG Só Direitos;

ANA CELINA BENTES HAMOY, Coordenadora Geral do CEDECA – EMAUS (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente);

ALESSANDRA CORDOVIL DA LUZ, Coordenadora de Projetos do CEDECA-EMAUS;

MARCO APOLO SANTANA LEÃO, Presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH);

DOMINGAS DE PAULA MARTINS CALDAS, Responsável pelo GMB – Grupo de Mulheres Brasileiras;

EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA, Gerente do PRO PAZ Integrado;

RAIMUNDO SANDERSON BRITO BEZERRA, Presidente da Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares dos Municípios Paraenses – ACONEXTEL;

MARIA LUCIA RODRIGUES SOUZA, Secretária de Assistência Social da Prefeitura de Serra do Navio;

MARIA NEUSA SILVA SÁ, Conselheira Tutelar de Marabá; e

IRAPUÃ FÁBIO LIMA PEREIRA , Conselheiro Tutelar de Marabá.

GRUPO DE TRABALHO QUE "GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ESTUDAR E ELABORAR PROPOSTAS REFERENTES À REFORMA POLÍTICA E À CONSULTA POPULAR SOBRE O TEMA"

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 13

HORÁRIO: 09h30min

A – Reunião Deliberativa:

Decisão sobre o(s) tema(s) a ser(em) deliberado(s) pelo Grupo de Trabalho. A primeira proposta contempla uma lista de temas a serem deliberados em sequencia. As demais apresentam o primeiro tema a ser deliberado.

1) Proposta do Deputado Marcelo Castro (reeleição, coincidência de eleições, mandato de cinco anos, desempenho partidário, fidelidade partidária, coligações proporcionais, campanhas na TV, candidatura avulsa, cláusula de desempenho do candidato);

2) Proposta do Deputado Ricardo Berzoini (tema: financiamento de campanha);

3) Proposta do Deputado Sandro Alex (tema: voto obrigatório);

4) Proposta do Deputado Esperidião Amin (tema: sistema eleitoral);

III – COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 02

HORÁRIO: 10h

CANCELADA

A – Reunião Deliberativa:

PAUTA 18 – MATÉRIAS REMANESCENTES

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (8 DIAS)

DECURSO: 5º Dia
ÚLTIMO DIA: 1º-9-2013

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI (CN) Nº 6/13 – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 269.472.439,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica".

PROJETO DE LEI (CN) Nº 7/13 – da Presidente da República – que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 942.240.394,00 (novecentos e quarenta e dois

milhões, duzentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

PROJETO DE LEI (CN) Nº 8/13 – da Presidente da República – que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R$ 34.958.072,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setenta e dois reais), para os fins que especifica"

IV – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

EM 28/08/2013:

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

PROJETO DE LEI Nº 5.998/2013
PROJETO DE LEI Nº 6.042/2013
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 288/2013

RECURSO Nº 227/2013

Comissão de Educação:

PROJETO DE LEI Nº 5.998/2013

Comissão de Finanças e Tributação:

PROJETO DE LEI Nº 5.963/2013
PROJETO DE LEI Nº 5.998/2013

Comissão de Seguridade Social e Família:

PROJETO DE LEI Nº 5.998/2013
PROJETO DE LEI Nº 6.022/2013

Comissão de Viação e Transportes:

PROJETO DE LEI Nº 5.986/2013

Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 147-A, de 2012, do Sr. Amauri Teixeira, que "fixa parâmetros para a remuneração dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, dos Auditores Fiscais do Trabalho e do grau ou nível máximo da carreira dos servidores do Banco Central do Brasil":

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 147/2012

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7420, de 2006, da Sra. Professora Raquel Teixeira, que "dispõe sobre a qualidade da educação básica e a responsabilidade dos gestores públicos na sua promoção":

PROJETO DE LEI Nº 5.907/2013

(Encerra-se a sessão à 0 hora.)

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 301/2013 – do Sr. Francisco Chagas – Acrescenta a alínea "e" e o § 8º, ao inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios sobre os medicamentos de uso humano e os insumos utilizados em sua produção e comercialização.

Nº 302/2013 – do Sr. Jorginho Mello – Dá nova redação ao art. 228 da Constituição Federal.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 318/2013 – do Sr. Izalci – Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "institui o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, para incluir os condomínios residenciais".

Nº 319/2013 – do Sr. Paulo Magalhães – Altera o inciso III, do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Nº 320/2013 – do Sr. Dr. Carlos Alberto – Altera as leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para incluir, no rol de abarcados pela aposentadoria especial, o taxista, dispondo igualmente do percentual de sua contribuição previdenciária.

PROJETO DE LEI

Nº 6.198/2013 – do Sr. Jorge Tadeu Mudalen – Inclui o art. 40-A ao Decreto-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941, que trata das Contravenções Penais para proibir o uso de máscaras e outros materiais usados para esconder o rosto durante manifestações populares definidas como a união de três ou mais pessoas que têm o intuito de perturbar a paz pública.

Nº 6.199/2013 – do Sr. Silas Câmara – Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para permitir que as entidades autorizadas a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão – RTV – possam realizar inserções locais de programação e publicidade, na forma que especifica.

Nº 6.200/2013 – do Sr. Josias Gomes – Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, para dispor sobre o sistema de segurança de acesso às agências dos Correios.

Nº 6.201/2013 – do Sr. Josias Gomes – Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, atribuindo à prefeitura municipal a definição dos locais aptos a re-

ceberem empreendimentos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

Nº 6.202/2013 – do Sr. Onyx Lorenzoni – Dispõe sobre a divulgação dos custos de veiculação de propaganda realizados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Nº 6.203/2013 – do Sr. Arnaldo Jordy – Aumenta a pena para o desmatamento ilegal e outras condutas lesivas à flora e à fauna.

Nº 6.204/2013 – da Srª. Flávia Morais – Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui as normas gerais do desporto, com o objetivo de garantir a presença de profissionais idôneos durante vinte e quatro horas por dia nos alojamentos dos centros de treinamento das categorias de base.

Nº 6.205/2013 – do Sr. Giovani Cherini – Suprime o art. 84 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que "regula o exercício profissional das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências".

Nº 6.206/2013 – do Sr. Giovani Cherini – Acrescenta parágrafo, que será o 2º, ao art. 2º da Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, que altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

Nº 6.207/2013 – do Sr. Walter Feldman – Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a circulação de pedestres e ciclistas.

Nº 6.208/2013 – do Sr. Sandro Alex – Confere ao Município de Prudentópolis, no Estado do Paraná, o título de "Capital Nacional do Feijão".

Nº 6.209/2013 – do Sr. Major Fábio – Acrescenta os art. 199-A, 199-B, art. 4Nº 6.2-A e Art. 466-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para impor a observância de critérios no uso da política de produtividade.

Nº 6.210/2013 – do Sr. Major Fábio – Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre o valor pago na contratação com inexigibilidade de licitação de profissional do setor artístico.

Nº 6.211/2013 – do Sr. Major Fábio – Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de sessões próprias para a exibição de filmes com conteúdo acessível nas salas de cinema.

Nº 6.212/2013 – do Sr. Major Fábio – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da promoção de acessibilidade, para dispor sobre transporte escolar de crianças com deficiência ou mobilidade reduzida.

Nº 6.213/2013 – do Sr. Mendonça Prado – Dispõe sobre a concessão de anistia a policiais e bombeiros militares dos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná e Rio Grande do Sul que participaram de movimentos reivindicatórios.

Nº 6.214/2013 – do Sr. Mendonça Prado – Insere o § 5º no art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a aplicação de teste vocacional no ensino médio.

Nº 6.215/2013 – do Sr. Roberto de Lucena – Institui o dia 8 de maio como o "Dia Nacional da luta contra a Endometriose".

Nº 6.216/2013 – do Sr. Jose Stédile – Dispõe sobre a obrigatoriedade de o poder público fornecer fraldas descartáveis para idosos, portadores de necessidades especiais, e todos com comprovada indicação de uso contínuo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1.257/2013 – do Sr. Izalci – Susta dispositivos do Decreto nº 8.081, de 23 de agosto de 2013, que "Altera o Decreto nº 8.040, de 8 de julho de 2013, que institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo do Programa Mais Médicos, para dispor sobre o pedido de inscrição do registro provisório de médico intercambista, e dá outras providências.

Nº 1.258/2013 – do Sr. José Guimarães – Dispõe sobre a convocação de plebiscito para decidir sobre temas da Reforma Política.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 213/2013 – da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Institui a Medalha Ulysses Guimarães, a ser conferida pela Câmara dos Deputados por ocasião do transcurso dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988.

INDICAÇÃO

Nº 5.117/2013 – do Sr. Sibá Machado – Sugere à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a nomeação de 150 (cento e cinquenta) candidatos aprovados em concurso público para a Advocacia Geral da União.

Nº 5.118/2013 – da Comissão de Educação – Sugere ao Ministro da Educação a instituição do campus

universitário de São Miguel do Oeste da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Nº 5.119/2013 – da Comissão de Educação – Sugere ao Ministro da Educação a criação da Universidade Federal do Noroeste da Bahia, com sede no Município de Irecê.

Nº 5.120/2013 – do Sr. Rubens Bueno – Sugere o envio de Indicação ao Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, propondo estimular a repactuação dos contratos de financiamento imobiliário no âmbito do Sistema de Financiamento Imobiliário.

Nº 5.121/2013 – da Srª. Professora Dorinha Seabra Rezende – Sugere ao Ministro da Educação a implantação de Unidade de Ensino Descentralizada de Lagoa da Confusão do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas.

Nº 5.122/2013 – da Srª. Professora Dorinha Seabra Rezende – Sugere ao Ministro da Educação a implantação de Unidade de Ensino Descentralizada de Pedro Afonso do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas.

Nº 5.123/2013 – da Srª. Professora Dorinha Seabra Rezende – Sugere o envio de Indicação ao Ministério da Educação, sugerindo a implantação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no município de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins.

RECURSO

Nº 227/2013 – do Sr. Carlos Sampaio – Recorre com base no art. 95, § 8º do RIDC, da decisão do Presidente na Questão Ordem 346/2013.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 3.655/2013 – da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 37, de 2011, do Sr. Welinton Prado, que "dispõe sobre o regime de aproveitamento das substâncias minerais, com exceção dos minérios nucleares, petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e das substâncias minerais submetidas ao regime de licenciamento de que trata o inciso III do art. 2º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967" – Requer ao Senhor Ministro Minas e Energia informação sobre a previsão orçamentária do Departamento Nacional de Produção Mineral para o ano de 2014, tendo em vista sua transformação em uma agência reguladora.

Nº 3.656/2013 – do Sr. Giovanni Queiroz – Solicita ao Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, a cópia do Acordo de Cooperação Técnica assinado entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde – OPAS/OMS.

Nº 3.657/2013 – do Sr. João Bittar – Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito de procedimentos realizados pela Anatel com relação à concessionária Companhia de Telecomunicações do Brasil Central – CTBC.

REQUERIMENTO

Nº 8.439/2013 – do Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos – Requer a convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados em homenagem ao Serviço Social do Comércio.

Nº 8.440/2013 – do Sr. Reinaldo Azambuja – Requer a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 300 de 2008, que "Altera a redação do § 9º do artigo 144 da Constituição Federal".

Nº 8.441/2013 – do Sr. Ângelo Agnolin – Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda Constitucional nº 405, de 2009, que altera a redação do § 8º do art. 195 da Constituição Federal, para assegurar ao garimpeiro e ao pequeno minerador o direito à aposentadoria.

Nº 8.442/2013 – do Sr. Antônio Roberto – Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 2295 de 2000, que "Dispõe sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem".

Nº 8.443/2013 – do Sr. Otoniel Lima – Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Proposta de Emenda à Constituição nº 325/2009, que, "Acrescenta Seção ao Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal, dispondo sobre a perícia oficial de natureza criminal".

Nº 8.444/2013 – do Sr. Otoniel Lima – Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Proposta de Emenda à Constituição nº 300/2008, que "Altera a redação do parágrafo 9º do artigo 144 da Constituição Federal".

Nº 8.445/2013 – do Sr. Alexandre Toledo – Solicita a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 190/2007 que "Acrescenta o artigo 93-A à Constituição Federal de 1988".

Nº 8.446/2013 – do Sr. Celso Maldaner – Requer a criação de Comissão Especial destinada a proferir parecer a PEC 170/2012.

Nº 8.447/2013 – da Srª. Erika Kokay – Solicita o registro da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos perante a Mesa da Câmara dos Deputados.

Nº 8.448/2013 – do Sr. Paulo Teixeira – Requer o envio do Projeto de Lei n.º 3.605, de 2004, à Presidência da Casa, a fim de que seja apensado a outras proposições que tratam de idêntica matéria

Nº 8.449/2013 – do Sr. Mendonça Filho – Requer a apreciação de MOÇÃO DE APOIO ao diplomata

brasileiro, EDUARDO SABOIA, pela atitude corajosa, diante da ausência absoluta de solução por parte do Itamaraty, de resolver a situação do senador boliviano e líder da oposição ao governo de Evo Morales, Roger Pinto, preso por 450 dias na Embaixada do Brasil em La Paz, em razão da Bolívia não reconhecer o asilo político concedido pelo nosso País.

Nº 8.450/2013 – do Sr. Walter Ihoshi – Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei Complementar nºs 244 e 313, ambos de 2013.

Nº 8.451/2013 – da Srª. Andreia Zito – Requer a agilização da Proposta de Emenda a Constituição nº 377/2009, que dá nova redação ao art. 40, § 1º, da Constituição, para incluir as letras "a" e "b" no inciso II, que tratará da excepcionalidade na aposentadoria compulsória no serviço público.

Nº 8.452/2013 – da Srª. Andreia Zito – Requer a agilização da Proposta de Emenda a Constituição nº 335/2009, que dá nova redação ao § 21 do art. 40 da Constituição Federal.

Nº 8.453/2013 – dos Líderes – Requer urgência para o Projeto de Resolução n. 213/2013.

Nº 8.454/2013 – do Sr. Roberto de Lucena – Requer a criação da Frente Parlamentar da luta contra a endometriose.

Nº 8.455/2013 – do Sr. Osmar Terra – Requer a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados em homenagem à Primeira Infância, preferencialmente às 10 horas do dia 17 de outubro de 2013.

Nº 8.456/2013 – do Sr. Osmar Terra – Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 117 do Regimento Interno, ouvido o plenário, seja enviada Moção de Preocupação e Contrariedade ao Exmo. Sr. Presidente da República Oriental do Uruguai a respeito da adoção de legislação divergente e não totalmente compatível com direito internacional que limita o uso de narcóticos, o que inclui a maconha.

Nº 8.457/2013 – do Sr. Lourival Mendes – Requer nos termos do art. 117, inciso XIX do Regimento Interno, Voto de Louvor ao Excelentíssimo desembargador LOURIVAL SEREJO pelo lançamento de sua obra poética intitulada "Pescador de Memórias".

Nº 8.458/2013 – do Sr. Lourival Mendes – Registro da FRENTE PARLAMENTAR MISTA PRO-OPTOMETRIA, que reúne Deputados Federais e Senadores com o objetivo de discutir a regulamentação da profissão de optometria;

Nº 8.459/2013 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – Requer a revisão do despacho do Projeto de Lei n.º 175, de 2011, que determina a adoção de número único para emergências e segurança pública.

Nº 8.460/2013 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – Requer o envio do Projeto de Lei n º 4.961, de 2005, para a próxima Comissão constante do despacho, em virtude da perda de prazo por parte da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) para manifestar-se sobre a matéria.

Nº 8.461/2013 – do Sr. Padre Ton – Solicita retirada de apoio à Criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar denúncias de fraude no pagamento de precatórios pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região na Década de 1990.

RECLAMAÇÃO

Nº 3/2013 – do Sr. Walter Ihoshi – Solicita que seja revisada a tramitação do Projeto de Lei nº 4.571 de 2008 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidad

PROPOSIÇÕES DESPACHADAS

PROJETO DE LEI N.º 5.870, DE 2013

(Do Sr. Fabio Trad)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro

DESPACHO: DEVOLVA-SE A PRESENTE PROPOSIÇÃO, TENDO EM VISTA JÁ SE ENCONTRAR EM TRAMITAÇÃO NA CASA PROPOSIÇÃO DE IDÊNTICO TEOR DE AUTORIA DO MESMO PARLAMENTAR (PL-5756/2013). OFICIE-SE E, APÓS, PUBLIQUE-SE.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o art. 278-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para determinar que o condutor de veículo automotor que for preso em flagrante praticando o crime de contrabando ou descaminho terá o documento de habilitação recolhido e o direito de dirigir suspenso.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 278-A:

> "Art. 278-A. O condutor preso em flagrante pela prática da conduta descrita no caput do art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, terá o documento de habilitação recolhido e o direito de dirigir suspenso nos termos do art. 256 desta Lei."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição busca acrescentar o art. 278-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, determinando que o condutor que for preso em flagrante praticando o crime descrito no *caput* do art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – terá seu documento de habilitação recolhido e seu direito de dirigir suspenso.

Sua elaboração atende a um pleito oriundo da Polícia Federal, mais precisamente da Coordenadoria de Polícia Fazendária, que possui atribuição para a atividade repressiva dos crimes de contrabando ou descaminho e a normatização do assunto.

Atualmente, tais atividades criminosas atingiram um alto grau de organização e sofisticação, envolvendo "transportadores", "olheiros" e "batedores", sendo necessário o incremento de medidas visando desestimular essas práticas.

Então, o recolhimento administrativo prévio do documento de habilitação do criminoso e a suspensão de seu direito de dirigir afiguram-se como mecanismos capazes de desestimular a reincidência na prática dos crimes de contrabando ou descaminho.

Dessa forma, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares no Congresso Nacional para a aprovação dessa importante inovação em nossa legislação.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2013. – Deputado **Fabio Trad.**

PROJETO DE LEI Nº 5.907, DE 2013

(Da Sra. Iara Bernardi)

Altera a redação do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e do art. 10 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

DESPACHO: APENSE-SE AO PL-1680/2007.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37 A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria e abrangerá a oferta de classes de alfabetização, de ensino fundamental e de ensino médio.

.....

§ 4º Os sistemas de ensino promoverão chamadas públicas regulares para a educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.

§ 5º Identificada a demanda ativa de jovens e adultos por ações de alfabetização, de ensino fundamental e médio, o poder público deverá assegurar a correspondente oferta nas redes de ensino." (NR)

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 .....

.....

.....

§ 5º A educação de jovens e adultos com avaliação no processo de que trata o inciso XVI do *caput* deste artigo 10 abrangerá etapas de alfabetização, de ensino fundamental e de ensino médio." (AC)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos últimos anos, houve importantes avanços na área educacional. Foram criados o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), foram ampliadas as vagas no ensino superior e na educação profissional, estendeu-se o ensino gratuito obrigatório dos quatro aos dezessete anos de idade, entre outras conquistas.

Não obstante, o desafio de erradicar o analfabetismo persiste. O comando constitucional (art. 214) e a meta do Plano Nacional de Educação 2001-2010 que dispõem sobre esse desafio não foram suficientes para mover as políticas públicas no ritmo necessário para concretizar o que manda a legislação.

Em 2001, a taxa de analfabetismo da população de quinze anos ou mais era de 13,6% (16,3 milhões de pessoas). Em 2009, essa taxa foi reduzida a 9,7%, mas o desafio em termos absolutos ainda era imenso, cerca de 14 milhões de pessoas.

O novo Plano Nacional de Educação, que tramita neste Parlamento, traz novamente a meta de elevar

a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar o analfabetismo absoluto até o final da década. Conforme nota técnica do Ministério da Educação, "considerando como erradicação do analfabetismo a queda abaixo das taxas verificadas nos países classificados como de alta renda da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que está em torno de 3%, de 2015 a 2020 a taxa de analfabetismo terá que cair em média 0,7 pontos percentuais anualmente. Em suma, a meta 9 encerra um desafio de acelerar a queda do analfabetismo".

Para romper com o atraso e a lentidão nessa área da educação, precisaremos de novas estratégias, e para traçar novos caminhos é fundamental compreender quais são os equívocos ou as fragilidades das ações atuais.

Em 2009, o estudo "Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil – Período 2004-2009", realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), concluiu que a redução lenta deve-se, em grande medida, à "incipiente inserção nos programas de alfabetização de jovens e adultos, assim como à sua baixa efetividade".

Pesquisa realizada nos programas de alfabetização no Estado de São Paulo, no âmbito de um projeto de cooperação técnica REMEC/SP/UNESCO, permitiu a identificação de alguns pontos fracos dessas iniciativas que, possivelmente, também se aplicam aos demais estados da federação. Entre os temas identificados, destacamos a improvisação. A oferta de alfabetização é feita quase sempre de forma alternativa, quando deveria ser inserida como programa permanente na modalidade de educação de jovens e adultos.

De acordo com a pesquisa, boa parte do planejamento das ações de alfabetização enfatizava questões logísticas, como transporte e alimentação, em detrimento da aprendizagem e da mobilização dos analfabetos. Outros problemas são a falta de clareza sobre o processo de alfabetização e a mistura de modelos pedagógicos, incongruentes entre si, pontos que seguramente estão correlacionados com a utilização de professores não titulados, mal pagos, pouco experientes, ou estudantes, ainda, em formação.

A ação educacional também deve considerar o público a que se dirige e para isso é preciso políticas públicas mais eficazes, que não agrupem de forma indistinta os analfabetos e as pessoas já alfabetizadas na mesma turma. A organização das turmas deve apoiar – se em um núcleo comum de conhecimento, que estabelece uma base para o aluno melhor lidar com os colegas, professor e com os conteúdos, enquanto campo de conhecimento.

O núcleo comum concentra-se no domínio ou não dos conhecimentos básicos e estruturantes da alfabetização: conceito e classificação de letra e de outras unidades linguísticas ou não; diferenciação entre palavra e desenho; estabelecer relação letra e som; ler e escrever ou não um texto simples, interpretando-o ou não. Os perfis desses alunos concentram-se na diferenciação e domínio de conhecimentos estruturantes da alfabetização e na capacitação para utilizá-los em diferentes contextos de atuação.

A alfabetização, que é o domínio do código alfabético, é uma etapa da escolaridade, que apresenta exigências muito específicas como: uma interlocução intensa e eficaz entre os aprendizes, isto é, trocas com reciprocidades; uma relação professor aluno face a face; é também uma etapa na qual qualquer atropelo nas etapas psicogenéticas podem resultar em não aprendizagens e novas frustrações, principalmente para jovens e adultos que já fracassaram na alfabetização na escola, não atendendo à expectativa social de aprendizagem.

Já é bastante disseminado o diagnóstico de que o analfabetismo absoluto está cada vez mais restrito às gerações mais antigas, que cresceram e se tornaram adultos em outro ambiente escolar. Entre os analfabetos com mais de quinze anos, cerca de 43% têm 60 anos ou mais e 18% têm entre 50 e 59 anos. Nas faixas de 40-49 anos e 30-39 anos, as taxas são de 17% e 13%, respectivamente. (PNAD, 2009)

Reconhecendo a complexidade do desafio de erradicar o analfabetismo, este projeto de lei propõe inserir a alfabetização como etapa integrante da modalidade de educação de jovens e adultos. Também trouxemos do novo Plano Nacional de Educação a proposta de realizar "chamadas públicas regulares" e a organização da oferta com base na "demanda ativa" a ser identificada.

Trata-se, por um lado, de reconhecer que as características e a estrutura etária do analfabetismo brasileiro, como visto acima, exigem o "chamamento" por parte do Poder Público. Sem esse, por assim dizer, convite estimulante, o avanço continuará lento. De outro, é preciso reconhecer que há custos significativos envolvidos na ação, deixando ao gestor público a oportunidade de planejar a oferta de ensino público em função da demanda daqueles que, convidados a retornar ao ambiente escolar, aceitarem o desafio.

A mudança legal favorecerá também a promoção e o planejamento das ações de educação de jovens e adultos nas etapas do fundamental e do médio com

a ideia de chamadas públicas, sobretudo se considerarmos a recente queda nas matrículas que estamos enfrentando nos últimos anos. Em 2010, havia 2,8 milhões de matrículas na EJA-Fundamental e 1,4 milhão na EJA-Médio. O Censo Escolar de 2012 registrou 2,3 milhões no fundamental e menos de um milhão de matrículas no médio.

Por fim, parece-nos justa e necessária a inclusão das classes de alfabetização como parte integrante da educação de jovens e adultos também para que seja considerada na distribuição proporcional de recursos dos fundos estaduais que compõem o Fundeb, a exemplo de outras etapas e modalidades da educação básica. A medida tem pertinência se desejamos dar fim à improvisação, se todos os diagnósticos apontam para a necessidade de institucionalizar as ações de alfabetização, oferecendo professores qualificados, metodologias e práticas de ensino adequadas, de modo a valorizar as especificidades e saberes dos alunos, de várias faixas etárias e diferentes trajetórias escolares.

Convidamos os nobres pares a contribuírem para a educação de jovens e adultos com o indispensável apoio para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2013. – Deputada **Iara Bernardi.**

PROJETO DE LEI Nº 5.963, DE 2013

(Do Sr. Rogério Peninha Mendonça)

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde".

DESPACHO: APENSE-SE AO PL-4076/2001.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-A:

"12-A. Inclui-se a cobertura dos custos de exames de saúde necessários para a habilitação ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH no plano-referência a que alude o art. 10, assim como na segmentação prevista no inciso I, do art. 13.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Quando contrata um plano de saúde o consumidor tem a sensação de que todas as suas necessidades de saúde estarão cobertas. Ele opta por pagar e ter como contrapartida atendimento às demandas, quer apresente um quadro patológico ou não.

Assim, se necessitar de um exame preventivo, como por exemplo, um atestado para uma prática desportiva qualquer, ou ainda, que ateste boas condições para assumir um emprego, pode procurar um profissional adequado, credenciado pelo plano de saúde e obter o aludido atestado.

Se sua necessidade, contudo, for para os exames que os DETRANs exigem para a habilitação ou renovação da carteira de motorista, não será atendido, ainda que esses exames estejam consignados na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10. Assim, conforme alude o art. 10 da Lei dos Planos de Saúde, esses atendimentos devem ser cobertos pelas operadoras.

Desse modo, apresentamos proposição no sentido de incluir a cobertura para os exames de saúde necessários à habilitação ou renovação da carteira de motorista.

Dessa forma, esperamos o apoiamento de nossos Pares no Congresso Nacional para sua aprovação, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento da legislação e aumento da garantia dos direitos dos cidadãos.

Sala das Sessões, 16 de julho de 2013. – Deputado **Rogério Peninha Mendonça.**

PROJETO DE LEI Nº 5.986, DE 2013

(Do Sr. Dr. Grilo)

Modifica o parágrafo 2º do art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-7671/2006. =ESCLAREÇO, POR OPORTUNO, QUE, COM O DEFERIMENTO DO REQ Nº 3654/2011, QUE DESAPENSOU O PL 2789/2008 E SEUS APENSADOS, ENTRE OS QUAIS, O PL 4862/2008, DE AUTORIA DA CLP, DO PL Nº 7671/2006, ESTE PROJETO PASSOU A TRAMITAR EM REGIME ORDINÁRIO E SUJEITO À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA DAS COMISSÕES, CONFORME ART. 24, II, DO RICD, CABENDO À CCJC APRECIAR A MATÉRIA SOMENTE QUANTO AOS ASPECTOS DE CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE, NOS TERMOS DO ART. 54, I, DO REGIMENTO.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º. O parágrafo 2º do artigo 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.280 .....

§ 2. º § 2º A infração deverá ser comprovada por declaração da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito, por aparelho eletrônico, devidamente indicado por sinal luminoso, ou por equipamento audiovisual, reações químicas ou qualquer outro meio tecnologicamente disponível, previamente regulamentado pelo CONTRAN.. (NR)."

Art. 2.º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O aparelho eletrônico, também conhecido popularmente como "pardais", cuja existência está prevista no Código de Trânsito Brasileiro, tem contribuído para reduzir o número de atropelamentos e acidentes no trânsito. Assim, ele tem cumprido não só o papel de salvar vidas, mas também o de reduzir os gastos públicos na área da saúde.

Apesar disso, durante a noite, ocorrem ainda muitos atropelamentos e acidentes em ruas mal iluminadas. Naturalmente alguns fatores contribuem para que o tráfego nessas ruas se tornem mais perigosos, como a redução da capacidade das pessoas de enxergar em até 30% em condições de pouca luminosidade, e a perda de noção de distância e profundidade para os que têm miopia, astigmatismo, hipermetropia, catarata e glaucoma.

Segundo o especialista do Centro de Experimentação e Segurança Viária (Cesvi) e coordenador da pesquisa "Ver e ser visto", José Antônio Oca, um carro a 60km/h precisa deslocar-se 43m antes de parar completamente ou reduzir sua velocidade. Se a velocidade for de 80km/h, a distância sobe para 65m. Isso levando-se em conta um motorista descansado, com boa visão, pneus e freios em excelente estado, pista plana e seca. Logo, de noite, quando se tem naturalmente uma redução na capacidade da visão, uma sinalização luminosa indicando a existência de um "pardal" e uma iluminação adequada nesses locais tornam-se essenciais para que os condutores de veículos enxerguem os pedestres e outros veículos a uma distância suficiente para diminuir a velocidade do carro de forma a evitar um acidente.

Vale mencionar um levantamento do Detran divulgado no início do ano passado pelo Correio Braziliense, apontando que 45% dos acidentes com morte entre janeiro e setembro de 2006 ocorreram das 18h às 23h, sendo que os ciclistas e os pedestres foram as principais vítimas. Apesar de esses dados serem de Brasília, pode-se imaginar que, em outras cidades, a tendência também seja a mesma em locais de pouca iluminação.

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 17 de julho de 2013. – Deputado **Dr. Grilo,** PSL / MG.

PROJETO DE LEI Nº 5.998, DE 2013

(Do Sr. Valdir Colatto)

Dispõe sobre a prestação obrigatória de serviços em comunidades no interior por parte de ex-alunos das Entidades de Ensino Superior Públicas.

DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-3265/2008.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O ex-aluno de entidades de Ensino Superior Públicas, imediatamente após a conclusão de curso de graduação, prestará serviços em pequenos Municípios do interior do País.

Art. 2º A duração da prestação de serviços de que trata o art. 1º desta lei será de dois anos.

Art. 3º Os serviços obrigatórios de que trata esta lei serão remunerados de acordo com os padrões vigentes no mercado.

Parágrafo único. No caso de profissões regulamentadas, a remuneração não poderá ser inferior à prevista na respectiva lei reguladora.

Art. 4º Caberá ao Ministério da Educação auxiliado pelos Conselhos Federais de Classe a criação e manutenção de cadastro nacional das vagas oferecidas pelos municípios.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Resgato e reapresento neste Projeto de Lei, que teve sua origem no PL 1383 de 14 de dezembro de 1995, cuja tramitação se deu nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, na de Educação Cultura e Desporto e de Constituição e Justiça e Redação, (art.54 do RI), não tendo recebido emendas no prazo regulamentar, no ano de 1996.

Em 02 de fevereiro de 1999 a mesa Diretora, nos termos do art.105 do regimento interno, que ao findar a legislatura, arquiva as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e que ainda se encontravam em tramitação.

Com meu retorno ao parlamento em 02 de março de 1999, apresentei o Requerimento nº 637/2011, solicitando o desarquivamento da proposição, tendo sido indeferido o pedido de desarquivamento, com a alegação de que a proposição teria sido arquivada definitivamente.

Hoje, como passado, a realidade é a mesma, o governo investe em educação superior e o que se percebe é a concentração de profissionais graduados com recursos públicos permanecendo nos grandes centros, gerando assim desemprego, enquanto isso, nos pequenos municípios a necessidade é emergencial e inquestionável, gerando dificuldades para as instituições públicas e privadas, as quais necessitam de profissionais nas diversas áreas, mesmo com oferta de salários compatíveis ao dos grandes centros.

A interiorização de profissionais torna-se imperativo, na solução desse grave problema socioeconômico.

Não pretendo com o PL desvincular ou promover discriminação, ou mesmo descumprir preceitos constitucionais de liberdade, mas de prestar um serviço a sociedade, com soluções técnicas, operacionais, sociais e econômicas.

Acredito que ao verem aprovado o PL, muitos sentirão segurança jurídica para se lançarem com liberdade em suas carreiras sem vulnerabilidade, longe de suas origens. É provável que passados os dois anos, a grande maioria que se permanecerão nesses locais por já terem adquirido experiência e foram integrados pelas comunidades.

Tenho como certa a eficácia da minha proposta, perseguida desde 1995, e hoje com o clamor da população que paga os seus impostos, merecem ter serviços oferecidos com qualidade.

Por isso, solicito o apoio dos meus nobres pares para aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 17 de julho de 2013. – **Valdir Colatto,** Deputado Federal – PMDB/SC.

PROJETO DE LEI Nº 6.022, DE 2013
(Do Poder Executivo)
MENSAGEM Nº 316/13
AVISO Nº 559/13 – C. Civil

Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º Considera-se violência sexual todas as formas de estupro, sem prejuízo de outras condutas previstas em legislação específica." (NR)

"Art. 3º .....

.....

IV – medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro;

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

EMI nº 00038 MS/SPM/MJ

Brasília, 1º de agosto de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei que Altera a Lei nº 12.845, de 1o de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, a qual foi sancionada integralmente em respeito à posição assumida pelo Congresso Nacional, que aprovou seu texto de forma unânime, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. As razões que produziram o consenso no Congresso Nacional ficam evidentes na nova Lei, em virtude da importância de se assegurar, na legislação brasileira, o atendimento adequado para as pessoas vítimas de violência sexual no sistema de saúde.

2. Não obstante, o texto aprovado pelo Congresso Nacional contém algumas imprecisões técnicas que podem levar a uma interpretação equivocada de seu conteúdo e causar insegurança sobre a aplicação das medidas previstas na Lei nº 12.845, de 2013. Assim, simultaneamente à sanção do texto, propomos o encaminhamento imediato de um novo projeto de lei ao Congresso Nacional, com o intuito de sanar essas deficiências e garantir que a nova Lei atenda aos objetivos para os quais foi elaborada.

3. Dessa forma, primeiramente dá-se uma nova redação para o art. 2º da referida Lei, que traz a definição de violência sexual. O texto inicialmente aprovado é vago e deixa dúvidas quanto à extensão dos casos que seriam abrangidos pela Lei. Além disso, entra em conflito com dispositivos já consagrados na legislação brasileira acerca do tema.

4. Nesse sentido, a redação proposta incorpora as formas de violência sexual previstas no Código Penal brasileiro e ressalva expressamente outras disposições existentes na legislação.

5. A segunda alteração se refere ao texto do inciso IV do **caput** do art. 3º da Lei nº 12.845, de 2013. A expressão "profilaxia da gravidez" não é a mais adequada tecnicamente e não expressa com clareza que se trata de uma diretriz para a administração de medicamentos para as vítimas de estupro. Assim, propomos que seja retomada a formulação original do projeto de lei, quando este foi proposto pela Deputada Iara Bernardi em 1999, com a seguinte redação ao dispositivo: "medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro".

6. Essa redação esclarece que se trata, nesse caso, de assegurar o acesso das vítimas de estupro à contracepção de emergência, evitando que venham a engravidar em consequência da violência sexual que sofreram. Dessa forma, a nova Lei estaria alinhada com a política pública já adotada no Sistema Único de Saúde – SUS e com as recomendações da Organização Mundial de Saúde em matéria de violência contra a mulher.

7. Os dados do Ministério da Saúde atestam o sucesso dessa política na proteção da saúde da mulher. Desde 2008, quando passou a haver uma expansão expressiva no número de serviços do SUS voltados para atenção à saúde das vítimas de violência sexual, o número de abortos realizados no país, em conformidade com o disposto no art. 128 do Código Penal, caiu mais de 50%. Ou seja, a implementação efetiva no SUS da política de administração de medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro, como a que está sendo proposta neste projeto de lei, reduziu o número de abortos legais no Brasil de 3.285, em 2008, para 1.626, em 2012.

São essas, Senhora Presidenta, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição do anteprojeto de lei em questão.

Respeitosamente, – **Alexandre Rocha Santos Padilha, Eleonora Menicucci de Oliveira, José Eduardo Martins Cardozo**

PROJETO DE LEI Nº 6.033, DE 2013

(Do Sr. Eduardo Cunha)

Revoga a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013.

DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-6022/2013.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Revoga-se a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A sanção da Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, provocou uma polêmica na sociedade acerca de estímulo a prática de aborto.

É sabido que não houve o debate apropriado do tema e a Câmara dos Deputados votou a matéria desconhecendo o seu conteúdo e a profundidade do seu alcance, sendo assim é preciso à imediata revogação desta Lei.

Sala das Sessões, – Deputado **Eduardo Cunha.**

PROJETO DE LEI Nº 6.055, DE 2013

(Do Sr. Pastor Eurico e outros)

Revoga-se a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que "dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral, às pessoas vítimas de violência sexual".

DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-6033/2013.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Revoga-se a Lei n. 12.845, de 1º de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei n. 12.845, de 1º de agosto de 2013, tem manifestamente como principal objetivo preparar o cenário político e jurídico para a completa legalização do aborto no Brasil. Sua eficácia se estende também aos hospitais mantidos por entidades religiosas ou que sejam contrárias ao aborto cirúrgico ou químico, este último inclusive na forma da vulgarmente chamada de pílula do dia seguinte. Assim, a Lei foi realmente promulgada tendo como principal objetivo introduzir o aborto no Brasil.

Sob a gestão do ministro da Saúde Alexandre Padilha, desde o início do governo de Dilma Rousseff, tem funcionando um grupo de estudos cujo objetivo é determinar de que maneira poderia ser realizada a legalização do aborto no Brasil. No termo de cooperação estabelecido entre o governo federal e o grupo de estudos, consta que o objetivo do acordo é "o estudo e a pesquisa para despenalizar o aborto no Brasil, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)". Não se sabe como a legalização do aborto pode cooperar para fortalecer o SUS, nem isso está claro nos mencionados termos de cooperação, mas é assim que eles foram publicados no Diário Oficial da União.

Desde que Dilma foi eleita presidente da República, o referido termo de cooperação foi publicado no Diário Oficial pela primeira vez em 23 de dezembro de 2010, sob o título de Termo de Cooperação n. 217/2010. Conforme a publicação, mediante o termo o governo federal pagaria R$ 121.990,00 à Fundação Oswaldo Cruz para custear um grupo de "estudos e pesquisas sobre o aborto no Brasil, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)".[1]

Já empossada, a presidente Dilma, mediante termos aditivos, renovou mais duas vezes o mencionado termo de cooperação. A primeira vez foi no dia 22 de dezembro de 2011[2]; a segunda vez foi no dia 27 de dezembro de 2011[3].

Esses documentos são a prova do compromisso do atual governo federal com a legalização do aborto, sendo que a Lei n. 12.845, de 1º de agosto de 2013, forma parte integrante desse processo espúrio.

Conforme confessado, em declarações à imprensa, pela autora do projeto que deu origem à Lei promulgada, deputada Iara Bernardi, essa Lei foi idealizada impor a adoção da Norma Técnica do Aborto, divulgada pelo Ministério da Saúde[4].

Portanto, a Lei n. 12.845, de 1º de agosto de 2013, deve ser revogada, por atacar a vontade majoritária do povo brasileiro, que é contra a legalização do aborto.

Sala de sessões, 7 de agosto de 2013. – Deputado **Pastor Eurico, Costa Ferreira, Pastor Marco Feliciano, João Dado, Leonardo Quintão, Dr. Grilo, Zequinha Marinho, Alfredo Kaefer, Henrique Afonso, William Dib, Jair Bolsonaro, Otoniel Lima, Eurico Júnior.**

1 Imprensa Nacional, Diário Oficial da União, n. 245, p. 158, 23 de dezembro de 2010, disponível in http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=158&data=23/12/2010 [3-8-2013];

2 Imprensa Nacional, Diário Oficial da União, n. 245, p. 125, 22 de dezembro de 2011, disponível in http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=125&data=22/12/2011 [3-8-2013];

3 Imprensa Nacional, Diário Oficial da União, n. 6, p. 121, 9 de janeiro de 2012, disponível in http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=121&data=09/01/2012 [3-8-2013].

4 disponível in http://veja.abril.com.br/noticia/saude/dilma-deve-sancionar-projeto-sobre-violencia-contra-mulher-que-enfurece-religiosos [3-8-2013].

PROJETO DE LEI Nº 6.061, DE 2013

(Do Sr. Hugo Leal e outros)

Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que "Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual" e dá outras providências.

DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL-6022/2013.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Os hospitais devem oferecer às vítimas de violência sexual atendimento emergencial e multidisciplinar, visando o tratamento das lesões físicas e transtornos psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social."

"Art. 2º Para os efeitos desta Lei, violência sexual é todo ato sexual na forma de estupro em que resultam danos físicos e psicológicos."

"Art.3º .....

.....

III – encaminhamento da vítima para o registro de ocorrência na delegacia especializada e, não havendo, a Delegacia de Polícia que, por sua vez, encaminhará para o Instituto Médico-Legal, órgão público subordinado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando informações e provas que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual;

IV – Suprima-se;

.....

VII – Suprima-se;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei 12.845, de 1º de Agosto de 2013, conforme está determinado na sua ementa, objetiva o atendimento obrigatório de pessoas em situação de violência sexual. Não obstante a relevância da matéria há

pontos que, em razão de redação abstrata e genérica, ensejam interpretações divergentes que fogem ao escopo da Lei.

Para escoimar o texto das ambiguidades redacionais, oferecemos a presente proposição contemplando as alterações dos seguintes dispositivos da Lei:

I – art. 1º – deixamos claro que a oferta de atendimento emergencial e multidisciplinar às vítimas da violência sexual visam, exclusivamente, o tratamento das lesões físicas e transtornos psíquicos decorrentes da violência sexual sofrida pela vítima e não de "tratamento dos agravos físicos", expressão demasiadamente ampla, dando margem a interpretações múltiplas e divergentes, que se afastam da real pretensão do legislador para a Lei;

II – art. 2º – aqui a alteração proposta visa corrigir uma formulação inadequada e ampla demais quando define violência sexual como "qualquer forma de atividade sexual não consentida" ensejando interpretações para além do que determina o art. 128, II, do Código Penal Brasileiro;

III – art. 3º, III – tornamos mais clara a exigência da ocorrência policial e do laudo médico legal para a comprovação da violência sexual e corrigimos, também, a imprecisão com relação a competência, visto que o hospital não pode encaminhar pacientes para o IML;

IV – art. 3º, IV – sugerimos seja suprimida a expressão "profilaxia da gravidez", visto que o dispositivo cabeça e seus demais incisos contemplam o caráter obrigatório dos procedimentos em todos os hospitais da rede do SUS, ferindo o princípio constitucional da "objeção de consciência" inscrito na Carta Magna (art. 5º, VIII), vez que o referido inciso, em outras palavras, determina a prescrição médica da "pílula do dia seguinte" a mulheres vítimas de violência sexual. É de conhecimento público, laico e médico, que este medicamento, quando ingerido após a fecundação, evento que pode ocorrer poucas horas depois do ato sexual e impossível de ser determinado nesse momento, atua pela alteração da parede do útero, impedindo a implantação ou nidação do embrião, sendo, portanto, abortivo. Esta obrigatoriedade fere a Constituição Federal ao impor, a quem quer que seja, mas, em especial, aos agentes de saúde, a prescrição deste medicamento, como medida profilática de gravidez, ou seja, antes mesmo de constatar a sua existência, uma vez que para ser eficaz deverá ser ingerido pela vítima no período máximo de até setenta e duas horas. Portanto, a referida "profilaxia da gravidez" tem como objetivo a interrupção da mesma, caso tenha havido a fecundação. A priori tal procedimento levará à prescrição generalizada deste medicamento antes mesmo da vítima ter tempo de decidir se quer ou não levar adiante a possível gestação.

V – art. 3º, VII – sugerimos, também, a supressão do inciso, visto que não cabe aos hospitais fazer orientação jurídica, ainda que a título de "informações", sobre "direitos legais" ou "serviços sanitários disponíveis". Ora, no que se refere a esta última expressão, os procedimentos já estão delineados nos incisos anteriores. Infere-se, por conseguinte, uma clara indução ao aborto, como "excludente de punibilidade" para a realização de aborto no caso de estupro, já contemplado no Código Penal, e que, na redação dada pela Lei nº 12.845/2013, faculta à vítima poder dispor do ABORTO sem a necessidade de que o próprio agente de saúde apresente tal alternativa. Ao fazê-lo, a Lei fere de morte um dos mais sagrados princípios da nossa Carta Política de 1988, insculpido no *caput* do art. 5º, isto é, "a inviolabilidade do direito à vida", onde se inscreve o direito à vida aquele que há de nascer (nascituro).

Por todas as razões, minudentemente tratadas na presente proposição, pedimos o apoiamento dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2013. – Deputado **Hugo Leal,** PSC – RJ, Deputado **Salvador Zimbaldi,** PDT/SP, Deputado **Eduardo Cunha, PMDB – RJ.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 213, DE 2013

(Da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados)

Institui a Medalha Ulysses Guimarães, a ser conferida pela Câmara dos Deputados por ocasião do transcurso dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO.

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 213, DE 2013.
(Da MESA DIRETORA)

Institui a Medalha Ulysses Guimarães, a ser conferida pela Câmara dos Deputados por ocasião do transcurso dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º É instituída, no âmbito da Câmara dos Deputados, a Medalha Ulysses Guimarães, destinada a agraciar pessoas naturais ou jurídicas que, no País, se tenham destacado no campo da promoção da cidadania e do fortalecimento das instituições democráticas.

Art. 2º A medalha será concedida pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e será acompanhada da concessão de diploma de menção honrosa aos agraciados.

Art. 3º A cerimônia de entrega da medalha será realizada em Sessão da Câmara dos Deputados especialmente convocada para esse fim.

Art. 4º As despesas com a confecção das medalhas correrão por conta da dotação orçamentária da Câmara dos Deputados.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2013.

JUSTIFICAÇÃO

"Srs. Constituintes, esta Assembleia reúne-se sob um mandato imperativo: o de promover a grande mudança exigida pelo nosso povo. Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas". Com essas palavras, o Presidente eleito da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, deu início aos trabalhos que resultariam na promulgação, em 5 de outubro de 1998, da Constituição Cidadã, marco na história brasileira.

Ponto máximo do processo de redemocratização, que se opôs ao árduo período de ditadura militar vivido pelo País, a Constituição Federal de 1988 consubstanciou-se em uma das legislações mais avançadas do mundo na seara dos direitos

e garantias individuais, representando o início de um período de resgate de princípios democráticos e afirmação de novos direitos.

Desde então, 25 anos se passaram, tendo a Carta Maior incorporado ao seu texto original seis emendas revisionais e 74 emendas constitucionais. Embora o futuro ainda reserve desafios, as conquistas já alcançadas pelo povo brasileiro dão-nos a certeza e a confiança de que estamos no caminho certo para superá-los.

Nesse sentido, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a exemplo do que fez o Senado Federal, sugere a criação da Medalha Ulysses Guimarães, com o objetivo de homenagear aquelas pessoas ou instituições que contribuíram para a promoção da cidadania e do fortalecimento das instituições democráticas.

A opção por enaltecer Ulysses Guimarães, atribuindo-lhe o nome da honraria que se propõe, deve-se ao incansável trabalho desse parlamentar na luta pela cidadania e pela defesa do regime democrático, fundamental para que a Constituição Cidadã deixasse de ser um sonho outrora inalcançável, para se tornar realidade. Nas palavras de Ulysses Guimarães: "Mudar para vencer! Muda, Brasil!".

Assim, contamos com o apoio dos nobres Deputados desta Casa, para a aprovação deste projeto de resolução.

Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

Deputado ANDRÉ VARGAS
Primeiro-Vice-Presidente

Deputado FÁBIO FARIA
Segundo-Vice-Presidente

Deputado MÁRCIO BITTAR
Primeiro-Secretário

Deputado SIMÃO SESSIM
Segundo-Secretário

Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Terceiro-Secretário

Deputado BIFFI
Quarto-Secretário

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2013.

INDICAÇÃO Nº 5.064, DE 2013

(Do Sr. Padre João)

Sugere a alteração da Instrução Normativa INSS/PRES, de 6 de agosto de 2010, no tocante ao enquadramento do pescador artesanal como segurado especial do Regime Geral de Previdência Social.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social:

A Instrução Normativa INSS/PRES, de 06 de agosto de 2010, que "*dispõe sobre a administração de informações dos segurados, o reconhecimento, a manutenção e a revisão de direitos dos beneficiários da Previdência Social e disciplina o processo administrativo previdenciário no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS",* estabelece em seu art. 7º, § 1º, inciso IX, que se enquadra como segurado especial o pescador artesanal que, individualmente ou em regime de economia familiar, faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, desde que não utilize embarcação; ou utilize embarcação de arqueação bruta igual ou menor que seis, ainda que com auxílio de parceiro; ou, na condição exclusiva de parceiro outorgado, utilize embarcação de arqueação bruta igual ou menor que dez, observado que:

a) entende-se por arqueação bruta a expressão da capacidade total da embarcação constante da respectiva certificação fornecida pelo órgão competente; e

b) os órgãos competentes para certificar a capacidade total da embarcação são: a capitania dos portos, a delegacia ou a agência fluvial ou marítima, sendo que, na impossibilidade de obtenção da informação por parte desses órgãos, será solicitada ao segurado a apresentação da documentação da embarcação fornecida pelo estaleiro naval ou construtor da respectiva embarcação.

Ocorre que estamos recebendo inúmeras reclamações de pescadores, em especial daqueles que exercem suas atividades no Estado de Minas Gerais, com relação à dificuldade em obter a certificação da capacidade da embarcação, o que os impede de serem enquadrados como segurado especial do Regime Geral de Previdência Social – RGPS e, por conseguinte, de ter acesso aos benefícios previdenciários específicos desta categoria de segurados.

O indeferimento de pedidos de benefícios dos pescadores tem sido efetivado, por parte do INSS, sob alegação de não apresentação de documento referente ao tamanho da embarcação, incorrendo em inobservância do disposto no art. 7º, parágrafo 1º, inciso IX, alínea b, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 45, de 2010, acima mencionada.

Vale dizer que, para o pescador registrar sua embarcação ou informar a arqueação bruta da mesma, é necessário comparecer à capitania dos portos ou à delegacia ou agência fluvial ou marítima que atende sua região. Em Minas Gerais, por exemplo, só existe a Capitania Fluvial do São Francisco situada em Pirapora/MG, que tem sua área de jurisdição somente no norte do estado. Os municípios que não estão na jurisdição desta capitania são atendidos por Capitanias de outros Estados, ocasião em que se torna muito difícil o deslocamento do pescador para registrar ou conseguir uma declaração relativa à arqueação bruta de sua embarcação. Estamos convictos de que essa situação específica também ocorre em outros Estados da Federação.

Diante desse quadro, sugerimos que seja alterada a Instrução Normativa nº 45, de 2010, em especial a alínea b do inciso IX do § 1º do art. 7º, para autorizar a dispensa de comprovação da arqueação bruta da embarcação aos pescadores artesanais que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, regularmente emitida e cadastrada pelos órgãos federais competentes.

Ressalte-se que as entidades autorizadas pelos órgãos federais competentes para emissão da DAP, também são entidades que já dispõem de autoridade para emitir Declaração para comprovação de tempo de atividade rural, conferida pela própria Lei nº 8.213, de 1991.

Por outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o Ministério da Pesca, já emitem documento registrado em suas bases de dados (Portaria – MDA nº 17, de 23 de março de 2010) denominado Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, que constitui instrumento hábil de identificação do pescador artesanal.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2013. – Deputado Federal **Padre João.**

INDICAÇÃO Nº 5.080, DE 2013

(Do Sr. Roberto Britto)

Solicita ao Ministro de Estado da Justiça – MJ a instalação de uma DPF – Delegacia de Policia Federal no município de Jequié – Bahia.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Exmº. Senhor Ministros de Estado da Justiça

Tem a presente INDICAÇÃO o objetivo de propor a Vossa Excelência, que seja avaliada a possibilidade

de instalação de uma DPF – Delegacia de Policia Federal no município de Jequié – Bahia. , Visto a intensa movimentação de criminosos na região sudoeste da Bahia, tais como traficantes de drogas e armas. Além disso, tem a interligação da BR 116 a BR 101 pela BR 330, que tem se tornado um corredor de produtos ilícitos de todos os tipos, evidenciando a necessidade urgente da DPF – até porque já existem sedes da Justiça Federal e Ministério Público Federal .

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2013. – Deputado **Roberto Britto.**

INDICAÇÃO Nº 5.081, DE 2013

(Do Sr. Roberto Britto)

Sugere a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão A NOMEAÇÃO DOS DEMAIS 150 (CENTO E CINQUENTA) APROVADOS NO CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO, nos termos do artigo 113, I e §1º, do RICD.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssima Senhora Ministra,

1. O concurso público destinado ao provimento de cargos de Advogado da União teve seu resultado final e homologação publicados no Diário Oficial da União no dia 02/05/2013, com a aprovação de 285 (duzentos e oitenta e cinco) candidatos, frisando-se que o Edital 10/AGU, de 7 de maio de 2012, o qual rege o concurso em tela, dispõe, no seu item 4.1, que "serão oferecidos 68 (sessenta e oito) cargos vagos, acrescidos dos que vierem a ser criados durante o prazo de validade do concurso" (destaque nosso).

2. Nesse sentido, em 19 de junho de 2012, editou-se a Lei 12.671, a qual criou 560 (quinhentos e sessenta) cargos de Advogados da União, tendo havido, ademais, 180 (cento e oitenta) vacâncias, ainda não repostas, entre dezembro de 2010 a abril de 2013, de modo que existiam 740 (setecentos e quarenta) cargos vagos para 285 (duzentos e oitenta e cinco) aprovados antes da primeira nomeação.

3. Apesar disso, até o momento, apenas 135 (cento e trinta e cinco) aprovados, conforme Portaria nº. 142/AGU, publicada no Diário Oficial da União no dia 07/05/2013 e Portaria nº. 167/AGU, publicada no Diário Oficial da União no dia 21/05/2013, entre foram nomeados, de modo que ainda restam em torno de 150 (cento e cinquenta) candidatos aprovados para 640 (seiscentos e quarenta) cargos vagos.

4. Frise-se **que tal quantidade de nomeação sequer repôs as 180 (cento e oitenta) vacâncias ocorridas entre dezembro de 2010 a abril de 2013,** de modo que há ainda aproximadamente 80 vacâncias não repostas, além dos 560 (quinhentos e sessenta) cargos criados pela Lei 12.671/2012, o que provoca uma significativa sobrecarga de trabalho dos atuais Advogados da União e, consequentemente, possíveis danos irreversíveis à União, dada as essenciais funções exercidas pelos Advogados da União.

5. Tamanha a necessidade urgente de novas nomeações, que a Advocacia-Geral da União encaminhou, em 24 de janeiro de 2013, 'Nota Técnica em aditamento ao Aviso 302/2012/AGU' ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), ocasião em que **solicitou, nos autos do processo administrativo nº. 00400.000626/2013-6, suplementação orçamentária para o provimento de 308 (trezentos e oito) Advogados da União ainda em 2013**, quantitativo que, inclusive, supera o número de aprovados no certame.

6. Ressalte-se, ainda, que, quanto ao contingenciamento de despesas, anunciado pelo Governo Federal, **em 30/7/2013**, a Min. Mirian Belchior afirmou que o mesmo deveria ocorrer em relação a concursos futuros e de cargos de nível médio e que não alcançaria concursos em andamento e de nível superior, como o concurso de advogado da união.

7. Ademais, vale ressaltar que a nomeação dos aprovados no Concurso para o provimento de cargos de Advogado da União representa verdadeira economia aos cofres públicos, tendo em vista que uma melhor defesa da União impede/reduz o valor de execuções milionárias em face do erário federal, sendo certo que o excessivo número de processos hoje existente na Advocacia-Geral da União, e o fato de não haver a reposição das vacâncias na instituição neste ano de 2013 – como foi mostrado, das quase 200 vacâncias originadas desde dezembro de 2010, apenas metade foi reposta – o que acaba por prejudicar o orçamento federal, que arca com perdas milionárias ou até mesmo bilionárias, tendo em vista o excesso de demanda por Advogado.

8. Por fim, a nomeação dos aprovados no concurso de advogado da união prestigia os princípios expressos na constituição da república, como a moralidade e a isonomia, tendo em vista a realização de concurso público de provas e títulos, exigindo dos aprovados a realização de prova oral, demonstrando o preparo Dos mesmos.

9. Ante o exposto, observa-se que, com a nomeação dos aprovados, o Governo Federal mostrará, uma vez mais, seu compromisso com os interesses da União e, consequentemente, da sociedade, de modo que se espera o acolhimento dessa Indicação a fim de que se aprove suplementação orçamentária suficiente

a para a nomeação, em 2013, de todos os 150 (cento e cinquenta) aprovados, ainda não nomeados, no concurso para provimento do cargo de Advogado da União.

Sala das Sessões, 14 de Agosto de 2013. – Deputado **Roberto Roberto Britto,** (PP/BA).

INDICAÇÃO Nº 5.082, DE 2013

(Do Sr. Nelson Pellegrino)

Sugere que o Programa LUZ PARA TODOS tenha continuidade após o prazo de encerramento previsto para 2014.

DESPACHO: RECEBO COMO INDICAÇÃO. PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

MOÇÃO SOLICITANDO PRORROGAÇÃO DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Apresento a seguinte moção solicitando que, o Programa LUZ PARA TODOS tenha continuidade após o prazo de encerramento previsto para 2014.

É notório o benefício que o programa trouxe a toda população brasileira, destaco principalmente o Estado da Bahia, que possui executados 515 mil pontos, 80 mil em andamento e 360 mil pontos previstos. Ressalto que mesmo com todo este avanço, haverá ainda um déficit de 170 mil pontos para serem concluídos, que exigem a execução célere observada no programa LUZ PARA TODOS.

Com a previsão do encerramento do programa, o restante das ligações elétricas não executadas até dezembro de 2014 será de responsabilidade das distribuidoras, dentro do plano de universalização de cada uma delas, causando preocupação devido à desaceleração das instalações, à ordem de prioridades erigidas por cada concessionária e a disponibilidade de orçamento das empresas, para a continuidade do alcance da energia elétrica para todos os cidadãos baianos.

Ressalto ainda que o Governo Federal reavalie a dimensão do programa e os benefícios que o mesmo produz permanecendo vigente a atuação impactante do programa e a equiparação das unidades residenciais que este trouxe.

Solicito a mesa diretora desta sessão que a presente moção seja encaminhada para a Presidente da República Dilma Vana Rousseff, a Ministra da Secretaria de Relações Institucionais Ideli Salvatti, aos órgãos de comunicação da casa e também sua divulgação no programa 'A voz do Brasil'.

Muito obrigado.

Nelson Pellegrino

Deputado Federal PT/BA

INDICAÇÃO Nº 5.084, DE 2013

(Do Sr. Simplício Araújo)

Sugere o envio de Indicação ao Ministro de Estado da Integração Nacional solicitando a perfuração de poços artesianos no Povoado Centro do Antonio Ponte, no Município de Lagoa Grande, no Estado do Maranhão.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional,

O município de Lagoa Grande, no Estado do Maranhão faz parte de uma região onde é de notório conhecimento os problemas existentes naquelas localidades relacionados ao abastecimento de água, o que nos faz encaminhar a presente indicação para perfuração de poços artesianos, Requer o envio de Indicação ao Ministro de Estado da Integração Nacional solicitando a perfuração de poços artesianos no Povoado Centro do Antonio Ponte, no Município de Lagoa Grande, no Estado do Maranhão.

Recebemos a solicitação de lideranças locais dando conta de que ano após ano, a escassez de água provoca grandes transtornos na vida da população.

Essa intervenção contribuirá muito para o fortalecimento da cadeia produtiva da região e garantirá melhor qualidade de vida da população local. Por isso, esperamos o acolhimento dessa Indicação, que em muito contribuirá para o desenvolvimento dos municípios acima elencados.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 2013. – Deputado **Simplício Araújo,** PPS/MA.

INDICAÇÃO Nº 5.085, DE 2013

(Do Sr. Félix Mendonça Júnior)

Sugere a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão a nomeação dos demais 150 (Cento e Cinquenta) aprovados no concurso para advogado da União, nos termos do artigo 113, I e §1º, do RICD.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssima Senhora Ministra,

1. O concurso público destinado ao provimento de cargos de Advogado da União teve seu resultado final e homologação publicados no Diário Oficial da União no dia 02/05/2013, com a aprovação de 285 (duzentos e oitenta e cinco) candidatos, frisando-se que o Edital 10/AGU, de 7 de maio de 2012, o qual rege o concurso em tela, dispõe, no seu item 4.1, que "serão oferecidos

68 (sessenta e oito) cargos vagos, acrescidos dos que vierem a ser criados durante o prazo de validade do concurso" (destaque nosso).

2. Nesse sentido, em 19 de junho de 2012, editou-se a Lei 12.671, a qual criou 560 (quinhentos e sessenta) cargos de Advogados da União, tendo havido, ademais, 180 (cento e oitenta) vacâncias, ainda não repostas, entre dezembro de 2010 a abril de 2013, de modo que existiam 740 (setecentos e quarenta) cargos vagos para 285 (duzentos e oitenta e cinco) aprovados antes da primeira nomeação.

3. Apesar disso, até o momento, apenas 135 (cento e trinta e cinco) aprovados, conforme Portaria nº. 142/AGU, publicada no Diário Oficial da União no dia 07/05/2013 e Portaria nº. 167/AGU, publicada no Diário Oficial da União no dia 21/05/2013, entre foram nomeados, de modo que ainda restam em torno de 150 (cento e cinquenta) candidatos aprovados para 640 (seiscentos e quarenta) cargos vagos.

4. Frise-se **que tal quantidade de nomeação sequer repôs as 180 (cento e oitenta) vacâncias ocorridas entre dezembro de 2010 a abril de 2013,** de modo que há ainda aproximadamente 80 vacâncias não repostas, além dos 560 (quinhentos e sessenta) cargos criados pela Lei 12.671/2012, o que provoca uma significativa sobrecarga de trabalho dos atuais Advogados da União e, consequentemente, possíveis danos irreversíveis à União, dada as essenciais funções exercidas pelos Advogados da União.

5. Tamanha a necessidade urgente de novas nomeações, que a Advocacia-Geral da União encaminhou, em 24 de janeiro de 2013, 'Nota Técnica em aditamento ao Aviso 302/2012/AGU' ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), ocasião em que **solicitou, nos autos do processo administrativo nº. 00400.000626/2013-6, suplementação orçamentária para o provimento de 308 (trezentos e oito) Advogados da União ainda em 2013**, quantitativo que, inclusive, supera o número de aprovados no certame.

6. Ressalte-se, ainda, que, quanto ao contingenciamento de despesas, anunciado pelo Governo Federal, **em 30/7/2013**, a Min. Mirian Belchior afirmou que o mesmo deveria ocorrer em relação a concursos futuros e de cargos de nível médio e que não alcançaria concursos em andamento e de nível superior, como o concurso de advogado da união.

7. Ademais, vale ressaltar que a nomeação dos aprovados no Concurso para o provimento de cargos de Advogado da União representa verdadeira economia aos cofres públicos, tendo em vista que uma melhor defesa da União impede/reduz o valor de execuções milionárias em face do erário federal, sendo certo que o excessivo número de processos hoje existente na Advocacia-Geral da União, e o fato de não haver a reposição das vacâncias na instituição neste ano de 2013 – como foi mostrado, das quase 200 vacâncias originadas desde dezembro de 2010, apenas metade foi reposta – o que acaba por prejudicar o orçamento federal, que arca com perdas milionárias ou até mesmo bilionárias, tendo em vista o excesso de demanda por Advogado.

8. Por fim, a nomeação dos aprovados no concurso de advogado da união prestigia os princípios expressos na constituição da república, como a moralidade e a isonomia, tendo em vista a realização de concurso público de provas e títulos, exigindo dos aprovados a realização de prova oral, demonstrando o preparo Dos mesmos.

9. Ante o exposto, observa-se que, com a nomeação dos aprovados, o Governo Federal mostrará, uma vez mais, seu compromisso com os interesses da União e, consequentemente, da sociedade, de modo que se espera o acolhimento dessa Indicação a fim de que se aprove suplementação orçamentária suficiente a para a nomeação, em 2013, de todos os 150 (cento e cinquenta) aprovados, ainda não nomeados, no concurso para provimento do cargo de Advogado da União.

Sala das Sessões, 14 de Agosto de 2013. – **Félix Mendonça Júnior**, Deputado Federal, PDT/BA.

INDICAÇÃO Nº 5.087, DE 2013

(Do Sr. Major Fábio)

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação, a inclusão obrigatória de temas sobre turismo local nos conteúdos curriculares da educação básica.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação:

Considerando que a definição de disciplinas no currículo escolar da educação básica é da competência exclusiva do Ministério da Educação (MEC), ouvido o Conselho Nacional de Educação (CNE), como órgão consultivo dessa instância ministerial;

Considerando que a Lei n.º 9.131, de 1995, que "altera dispositivos da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências", criando o CNE, determina que uma das atribuições desse órgão é deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo MEC (art. 9º, § 1º, alínea "c");

Considerando, portanto, que não é competência do Poder Legislativo a apresentação de projetos de

lei cujo intuito seja criar disciplinas ou estabelecer conteúdos mínimos obrigatórios no currículo escolar;

Vimos propor a esse Ministério a inclusão obrigatória de temas sobre turismo local nos conteúdos curriculares da educação básica, com o objetivo de levar aos alunos conhecimentos sobre a infraestrutura local de turismo, com especial atenção aos meios de transporte disponíveis, hotelaria, alimentação, cultura e lazer, preservação do patrimônio histórico, artístico, religioso, natural e paisagístico, e comércio. Dessa forma, entendemos que, mesmo não trabalhando diretamente na área, os estudantes e futuros profissionais em outras áreas contribuirão para uma recepção mais atenciosa e consciente dos turistas que estiverem visitando a localidade.

Com os argumentos apresentados, buscamos o amplo apoio desse Ministério no sentido de que seja acolhida esta Indicação e promovida com a maior brevidade a mudança curricular que ora sugerimos.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2013. – Deputado **MAJOR FÁBIO,** DEM-PB.

INDICAÇÃO Nº 5.088, DE 2013

(Do Sr. Major Fábio)

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Presidência da República, a ampliação do escopo do programa Saúde na Escola, com a previsão de atendimento a todos os membros da comunidade escolar (alunos, funcionários e professores), além da inclusão no Decreto nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007, como ação do Programa Saúde na Escola, de uma avaliação da saúde da voz dos professores pelos órgãos responsáveis pela emissão da voz, por otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República:

Dirigimo-nos a V.Exª para expor e reivindicar o seguinte:

– O Decreto nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007, editado pelo presidente Lula e assinado também pelos ministros da Saúde e da Educação, instituiu o Programa Saúde na Escola – PSE;

– as ações de saúde previstas neste diploma (art.4º) consistem em várias **avaliações** (clínica, nutricional, oftalmológica, da saúde e higiene bucal, auditiva, psicossocial), além da **promoção** de alimentação saudável, saúde sexual e reprodutiva e cultura da prevenção no âmbito escolar, e **prevenção** e redução do consumo de álcool, drogas e morbimortalidade por acidentes e violências, controle do tabagismo e outros fatores de risco de câncer e atividade física e saúde;

– entretanto, no art. 1º do referido diploma não são previstas ações dirigidas à saúde do pessoal de magistério. É indicado como escopo do programa "*contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde*";

– este parlamentar considera que é uma lacuna grave um programa denominado 'Saúde na Escola' não ter como beneficiários, também, os professores.

– Entretanto, esta parece ser a intenção, ainda não concretizada, do Ministério da Educação – MEC, ao inserir em seu *site* oficial, o seguinte, entre as informações sobre o programa 'Saúde na escola':

> *"O* ***público beneficiário*** *do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e* ***profissionais de educação*** *e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA)".*

– *R*ecorde-se que a Constituição Federal abriga como valor a proteção do meio ambiente, "nele compreendido **o do trabalho**" (art. 200, VIII, CF).

Posto isto, sugerimos ao Poder Executivo, por meio da presente Indicação, sejam adotadas as providências cabíveis visando:

1) alterar o art. 1º do Decreto nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007, de forma a expressamente incluir o magistério como beneficiário do programa, de modo este a que atenda a todos os membros da comunidade escolar (alunos, funcionários e professores);

2) incluir, entre as ações do programa, uma avaliação, por otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos, da saúde dos órgãos responsáveis pela emissão da voz de professores,

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 2013. – Deputado **Major Fábio**, DEM-PB.

INDICAÇÃO Nº 5.089, DE 2013

(Do Sr. Major Fábio)

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde, que a saúde dos professores seja objeto da próxima Semana Nacional de Mobilização ''Saúde na Escola'' (2014); e sejam promovidas ações de conscientização e prevenção dos transtornos da voz.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Dirigimo-nos a V.Exª para expor e reivindicar o seguinte:

– a **Semana de mobilização Saúde na Escola** (semana saúde na escola), de periodicidade anual, foi originalmente instituída pela **Portaria MS nº 357/12** e, recentemente redefinida pela **Portaria MS nº 364/13;**

– esta importante ação de conscientização e prevenção, que consiste em parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação e acontece em torno de temas de mobilização nacional, com o intuito de sensibilizar a comunidade, até o momento não explorou temas que se referem à saúde do professor;

– em seu *site* oficial na internet, o Ministério da Educação – MEC assim informa sobre o programa 'Saúde na escola':

> *"O **público beneficiário do PSE** são os estudantes da Educação Básica, gestores e **profissionais de educação e saúde**, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA)";*

– em 2013 foram escolhidos dois temas para a mobilização: obesidade e saúde ocular. Desta forma, o evento comporta mais de um tema, o que abre a possibilidade de que um esteja mais voltado para o conjunto dos alunos e outro, para os professores.

Assim sendo, sugerimos que em **2014**:

– um dos temas da semana nacional de mobilização **Saúde na Escola** seja tema referente à saúde dos professores, mais especificamente referente à saúde dos órgãos responsáveis pela emissão da voz, com a participação nas atividades da semana, de otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos;

– por ocasião da celebração **em 16 de abril, do Dia Nacional da Voz**, instituído pela Lei nº 11.704/08, sejam promovidas pelo Ministério da Saúde ações de conscientização e prevenção dos transtornos da voz, especificamente visando o professorado como público.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2013. – Deputado **Major Fábio,** DEM-PB.

INDICAÇÃO Nº 5.090, DE 2013

(Do Sr. Major Fábio)

Sugere o envio de Indicação ao Poder Executivo, para sugerir que a saúde dos professores seja objeto da próxima Semana Nacional de Mobilização ''Saúde na Escola'' (2014); sejam promovidas ações de conscientização e prevenção dos transtornos da voz; e que na elaboração do diagnóstico de cada ente federado, no âmbito do Plano de Ações Articuladas-PAR, na Dimensão 2, seja inserido, Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação:

Dirigimo-nos a V. Exª para expor e reivindicar o seguinte:

– a **Semana de Mobilização 'Saúde na Escola'** (semana saúde na escola), importante ação de conscientização e prevenção, promovida mediante parceria dos Ministérios da Saúde e da Educação, que acontece em torno de temas de mobilização nacional com o intuito de sensibilizar a comunidade, até o momento não explorou temas que se referem à **saúde do professor**;

– em **seu *site*** oficial na internet, o Ministério da Educação –**MEC**– assim informa sobre o programa 'Saúde na escola':

> *"O **público beneficiário do PSE** são os estudantes da Educação Básica, gestores e **profissionais de educação e saúde**, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA)";*

– em 2013 foram escolhidos dois temas para a mobilização: obesidade e saúde ocular. Desta forma, o evento comporta mais de um tema, o que abre a possibilidade de que um esteja mais voltado para o conjunto dos alunos e outro, para os professores;

– entre os programas importantes sob responsabilidade deste Ministério, para o aprimoramento do regime de colaboração entre os entes federados em ações educacionais, figura o Plano de ações articuladas-PAR;

– conforme destaca recente publicação da CNTE, o PAR não dispõe de nenhuma ação referente às condições de saúde do profissional da educação no ambiente de trabalho. Trata-se de grave lacuna, a juízo deste parlamentar.

Desta forma, sugerimos que:

– um dos temas da próxima Semana Nacional de Mobilização '**Saúde na Escola' (2014)**, seja tema referente à saúde dos professores, mais especificamente direcionado à saúde dos órgãos responsáveis pela emissão da voz, com a participação, nas atividades da semana, de otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos;

– **por ocasião da celebração em 16 de abril, do Dia Nacional da Voz**, instituído pela Lei nº 11.704/08, sejam promovidas pelo Ministério da Educação ações de conscientização e prevenção dos transtornos da voz, especificamente visando o professorado como público;

– seja inserida na elaboração do diagnóstico de cada ente federado, no âmbito do **Plano de Ações Articuladas-PAR,** na **Dimensão 2 – Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar,** área referente às condições de trabalho dos Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, sendo formulados os respectivos indicadores pertinentes.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2013. – Deputado **Major Fábio,** DEM-PB.

INDICAÇÃO Nº 5.091, DE 2013

(Do Sr. Alexandre Leite)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Cidades, a destinação de recursos financeiros para execução de obras de infraestrutura urbana no Município de Guarujá, localizado no Estado de São Paulo.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssimo Senhor Ministro das Cidades:

Porto Feliz possui aproximadamente 300 mil habitantes e atualmente vem sofrendo com a falta de recursos para investir em sua infraestrutura urbana e turística.

Atualmente, a cidade de Guarujá é conhecida como a "Pérola do Atlântico", devido às suas belas praias e belezas naturais. Muito procurada pelos turistas na alta temporada, a cidade conta com praias urbanizadas e algumas selvagens, acessíveis apenas por trilhas. Além do litoral, Guarujá oferece construções históricas e trilhas de ecoturismo.

Portanto, buscando manter seu desenvolvimento, a Administração tem procurado junto a diversos órgãos e autoridades solicitando a destinação de recursos financeiros que possibilitem a realização de obras que visam melhorar sua infraestrutura urbana.

Pelas razões ora expostas, como representante do município nesta Casa, rogo apoio e uma resposta do Exmo. Senhor Ministro das Cidades para que sejam destinados recursos financeiros para o Município de Guarujá.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2013. – Deputado **Alexandre Leite,** DEMOCRATAS-SP.

INDICAÇÃO Nº 5.092, DE 2013

(Do Sr. Fernando Francischini)

Sugere ao Poder Executivo seja concedida isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos a doadores voluntários de medula óssea.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

O transplante de medula óssea é indicado para pacientes com leucemia, linfomas, anemias graves, imunodeficiências e outras 70 doenças relacionadas ao sistema sanguíneo e imunológico.

Quando um paciente necessita de transplante e não possui um doador na família, é feita consulta aos Registros de Doadores Voluntários de Medula Óssea. Se for encontrado um doador compatível, ele então será convidado a fazer procedimentos complementares visando concretizar a doação.

Infelizmente é muito difícil encontrar um doador compatível com o receptor. A chance é, em média, de UMA EM CEM MIL!

Por isso, são feitas campanhas para que as pessoas dispostas a doar se cadastrem nos hemocentros. Quanto mais doadores houver, mais chances os pacientes em tratamento têm de conseguirem a cura.

A intenção da Indicação ora apresentada é incentivar que pessoas que tem condições de serem doadores voluntários se habilitem para tal, aumentando assim as chances de cura daqueles enfermos que estão com suas vidas em perigo.

O exemplo disso, já existe diversos estados que concedem determinado benefício àqueles que doarem sangue em hospitais públicos e locais conveniados com o estado. Vejamos alguns: o Distrito Federal, que isenta do pagamento de taxa em concursos públicos aqueles que doarem sangue três vezes no ano ao hemocentro; o estado de Mato Grosso, onde a gratuidade é concedida a doadores regulares de sangue; o estado da Paraíba, que concede o benefício àquele que doar sangue na rede hospitalar pública ou conveniada com o SUS três vezes nos 12 meses anteriores da publicação do edital do certame.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 2013. – Deputado **Fernando Francischini.**

INDICAÇÃO Nº 5.093, DE 2013

(Da Sra. Sandra Rosado)

Sugere ao Poder Executivo a construção de novo aeroporto na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República:

Desde meados de 2011, Mossoró, a segunda cidade mais importante do Estado do Rio Grande do Norte, com trezentos mil habitantes, não conta com voos regulares. Empresas aéreas alegam que não

retomam as operações no município em razão de haver deficiências no Aeroporto Dix-Sept Rosado, cuja estrutura e cujos equipamentos não corresponderiam às atuais necessidades da aviação comercial, o que é confirmado pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Não bastasse isso, no já citado ano de 2011, o Ministério da Defesa editou portaria que estabelece restrições quanto a obras no entorno de aeroportos, afetando diretamente construções e projetos imobiliários em desenvolvimento na cidade potiguar. Isto é: tornar o aeroporto Dix-Sept Rosado plenamente adequado às operações aéreas exigiria não apenas a realização de obras e a aquisição de equipamentos, mas também a paralização de diversas iniciativas locais no campo da construção civil, as quais não estariam se coadunando com as regras presentes na Portaria nº 256/GM5, há pouco citada.

A situação é grave, como percebe V.Exa. De um lado, a população e as empresas da região se ressentem da ausência de serviços de transporte aéreo, que os priva de conforto, segurança e eficiência, em situações diversas. De outro, não querem que a retomada das atividades do aeroporto se dê à custa de vários investimentos de enorme interesse para o desenvolvimento da cidade.

Creio que uma alternativa que essa Secretaria de Aviação, o governo do Estado do Rio Grande do Norte e a prefeitura de Mossoró devem considerar, com o intuito de dar conta do problema, é a construção de um novo aeroporto para a região, e a consequente desativação do Aeroporto Dix-Sept Rosado.

Ora, em vista de o aeroporto existente precisar de várias melhorias, é inevitável mesmo que se invistam recursos para capacitar a região a receber serviços de transporte aéreo regular. Por que não, então, aplicar esses recursos na construção de um novo aeroporto, sobre o qual não pesem as limitações que hoje afetam o Aeroporto Dix-Sept Rosado e seu entorno? Julgo que é uma opção razoável, tanto mais porque essa Secretaria agora dispõe de meios institucionalmente assegurados – o Fundo Nacional de Aviação Civil – para promover o desenvolvimento do setor aeroportuário em localidades de grande interesse regional.

Era a sugestão que gostaríamos de apresentar.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2013. – Deputada **Sandra Rosado.**

INDICAÇÃO Nº 5.094, DE 2013

(Da Sra. Sandra Rosado)

Sugere ao Ministro da Integração Nacional a criação da Região Integrada do Grande Natal e do Agreste e a instituição do Programa Especial de Desenvolvimento da Região Integrada do Grande Natal e do Agreste.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

O art. 43 da Constituição Federal preconiza que a União poderá, para efeitos administrativos, articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, com o objetivo de promover seu desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais. Esta é a gênese das propostas de criação de Regiões Integradas de Desenvolvimento, dotadas do objetivo de articular e harmonizar as atividades e ações administrativas da União e dos Estados envolvidos, conforme previsto nos arts. 21, IX; 43; e 48, IV, da Constituição Federal.

Busca-se, deste modo, seguir o exemplo de bem-sucedidas experiências de planejamento regional levadas a efeito em outros países. É o caso da Itália, que assistiu à significativa elevação do padrão de vida de regiões menos aquinhoadas com o progresso, contribuindo para incluir o país no seleto rol dos mais desenvolvidos do mundo. Nesse processo de ascensão da economia italiana, considerou-se de vital importância o conhecimento da realidade local, que só os seus moradores e representantes detêm, com a profundidade e a exatidão necessárias ao adequado dimensionamento dos problemas da comunidade e a adoção das soluções e iniciativas necessárias ao seu desenvolvimento.

Na condição de representante do povo do Rio Grande do Norte, portanto, acreditamos que a criação da Região Integrada do Grande Natal e do Agreste – a ser constituída pelos Municípios de Natal, Paranamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Extremoz, Monte Alegre, São José de Mipibu, Senador Georgino Avelino, Arez, Goianinha, Canguaretama, Espírito Santo, Baía Formosa, Montanhas, Serrinha, Várzea, Jundiá, Passa e Fica, Pedro Velho, Vera Cruz, Brejinho, Nova Cruz, Santo Antônio, Vila Flor, Tibau do Sul, Passagem e Nízia Floresta, no Estado do Rio Grande do Norte; e Campo de Santana, Araruna, Jacaraú e Riachão, no Estado da Paraíba – refletiria os anseios da população local. Uma tal iniciativa permitiria a adequação dos correspondentes municípios à letra da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, quanto à ordenação dos investimentos públicos comuns em agrupamentos de Municípios, de forma a possibilitar a otimização do uso de sistemas viários e equipamentos relacionados à educação, segurança pública e, sobretudo, à saúde pública, tornando-os mais úteis à população e melhorando sua qualidade de vida. Seria, assim, medida que concorreria para

racionalizar os investimentos públicos em áreas estratégicas para a economia e a população dos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, evitando desperdícios e duplicidades de ações em um mesmo complexo geoeconômico e social.

Se concretizado o pleito, as atividades a ser desenvolvidas na Região Integrada em apreço deverão ser coordenadas por um Conselho Administrativo, cujas atribuições e composição serão definidas em regulamento próprio, elaborado em conjunto por representantes dos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba e dos Municípios que dela farão parte. Seriam de interesse comum da Região Integrada os serviços públicos relativos aos dois Estados e aos Municípios que a integram, programas e projetos relacionados às áreas de infraestrutura, prestação de serviços e geração de empregos.

Consideramos também imperativo que o Poder Executivo institua o Programa Especial de Desenvolvimento do Grande Natal e do Agreste. Esta iniciativa permitiria estabelecer, mediante convênio, normas e critérios para unificação de procedimentos relativos a tarifas, fretes e seguros, linhas de crédito especiais para as atividades prioritárias, isenções, incentivos fiscais em caráter temporário e de fomento a atividades produtivas em programas de geração de empregos e fixação de mão-de-obra.

Por se tratar de iniciativa que não pode prescindir da contribuição financeira e técnica do Poder Executivo federal, já que grande parte dos recursos para financiamento dos programas e projetos considerados prioritários para a Região seria de natureza orçamentária, oriundos da União, tomamos a liberdade de sugerir que a Pasta administrada por Vossa Excelência conduza os estudos para a criação da Região Integrada do Grande Natal e do Agreste e a instituição do Programa Especial de Desenvolvimento da Região Integrada do Grande Natal e do Agreste. Cremos que tal medida deva ser concretizada o mais rapidamente possível, para que o povo das cidades abrangidas pelas duas iniciativas e, por extensão, dos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba possam usufruir dos frutos do progresso trazidos pela medida.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2013. – *Deputada* **Sandra Rosado.**

INDICAÇÃO Nº 5.095, DE 2013

(Do Sr. Paulão)

Sugere a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a regulamentação do exercício da profissão de Agente Social.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssima Senhora Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

Há muito os profissionais que exercem a atividade de Agente Social estão a merecer o reconhecimento público de sua abnegada atuação junto à população mais necessitada de nosso País.

Esses profissionais, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, atuam *no sentido de garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal, social e a adolescentes em conflito com a lei. Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamento.*

Os Agentes Sociais hoje já fazem parte das equipes dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Esses profissionais ainda atuam na execução dos projetos sociais municipais em todo o País.

Entendemos também que, no momento, a atuação dos Agentes Sociais ou Agentes de Ação Social se faz de suma importância para a sociedade brasileira em vista da grande incidência de usuários de drogas em praticamente todos os municípios brasileiros, notadamente o vício em crack. Para alguns especialistas em saúde pública, como o renomado médico Drauzio Varella, o rápido crescimento do consumo de crack no Brasil pode ser considerado uma epidemia. Para ele:

O crack é uma epidemia. Os especialistas acham que não caracteriza uma epidemia, mas a definição que eu aprendi de epidemia na faculdade de medicina encaixa perfeitamente. Primeiro que ela se espalhou pelo país inteiro. Acabou se espalhando e em todas as capitais brasileiras há cracolândias. O que é isso? Epidemia não é só epidemia de doenças infectocontagiosas[1]*.*

Portanto, a atuação desses profissionais mostra-se fundamental para a composição das equipes multidisciplinares dos programas sociais públicos de combate ao vício, ajudando a recuperar milhares de jovens brasileiros enredados nessa situação perversa de degradação humana.

Nesse sentido, sugerimos que a profissão de Agente de Ação Social seja regulamentada no âmbito da administração pública, propiciando a esses profissionais as condições necessárias ao adequado exercício de suas atividades. Para tanto, sugerimos as seguintes especificações para o exercício da profissão:

Atribuições: Planejar, executar e monitorar atividades relacionadas aos processos e procedimentos de atendimento à população objeto das políticas sociais, em equipamentos sociais;

1

Jornada de trabalho: 36 (trinta e seis) horas semanais;

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2013. – **Paulão-**PT/AL, Deputado federal.

INDICAÇÃO Nº 5.096, DE 2013

(Do Sr. Policarpo)

Sugere a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão A NOMEAÇÃO DOS DEMAIS 170 (CENTO E SETENTA) APROVADOS NO CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO, nos termos do artigo 113, I e §1°, do RICD.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssima Senhora Ministra,

1. O concurso público destinado ao provimento de cargos de Advogado da União teve seu resultado final e homologação publicados no Diário Oficial da União no dia 02/05/2013, com a aprovação de 285 (duzentos e oitenta e cinco) candidatos, frisando-se que o Edital 10/AGU, de 7 de maio de 2012, o qual rege o concurso em tela, dispõe, no seu item 4.1, que "serão oferecidos 68 (sessenta e oito) cargos vagos, acrescidos dos que vierem a ser criados durante o prazo de validade do concurso" (destaque nosso).

2. Nesse sentido, em 19 de junho de 2012, editou-se a Lei 12.671, a qual criou 560 (quinhentos e sessenta) cargos de Advogados da União, tendo havido, ademais, 180 (cento e oitenta) vacâncias, ainda não repostas, entre dezembro de 2010 a abril de 2013, de modo que existiam 740 (setecentos e quarenta) cargos vagos para 285 (duzentos e oitenta e cinco) aprovados antes da primeira nomeação.

3. Apesar disso, foram nomeados, em primeiro Anexo, apenas 115 (cento e quinze) aprovados, conforme Portaria nº. 142/AGU, publicada no Diário Oficial da União no dia 07/05/2013 e Portaria nº. 167/AGU, publicada no Diário Oficial da União no dia 21/05/2013, tendo havido quinze desistências, de modo que resta a nomeação de 170 candidatos aprovados para 640 (seiscentos e quarenta) cargos vagos.

4. Frise-se **que tal quantidade de nomeação sequer repôs as 180 (cento e oitenta) vacâncias ocorridas entre dezembro de 2010 a abril de 2013,** de modo que há ainda 80 vacâncias não repostas, além dos 560 (quinhentos e sessenta) cargos criados pela Lei 12.671/2012, o que provoca uma significativa sobrecarga de trabalho dos atuais Advogados da União e, consequentemente, possíveis danos irreversíveis à União, dada as essenciais funções exercidas pelos Advogados da União.

5. Tamanha a necessidade urgente de novas nomeações, que a Advocacia-Geral da União encaminhou, em 24 de janeiro de 2013, 'Nota Técnica em aditamento ao Aviso 302/2012/AGU' ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), ocasião em que **solicitou, nos autos do processo administrativo nº. 00400.000626/2013-6, suplementação orçamentária para o provimento de 308 (trezentos e oito) Advogados da União ainda em 2013**, quantitativo que, inclusive, supera o número de aprovados no certame.

6. Em termos financeiros, a estimativa é que a proposta de adição de mais 170 (cento e setenta) cargos de Advogado da União na Lei Orçamentária Anual acresceria cerca de R$ 30 milhões por ano às despesas da União, ressaltando-se o retorno financeiro advindo da atuação da Advocacia-Geral da União, que, conforme 'Relatório de Atuação' publicado pela AGU em 2012, gerou, de 2010 a 2012, **uma economia e arrecadação de R$ 2 trilhões e 133 bilhões aos cofres públicos federais**.

7. Ressalte-se a importante atuação dos Advogados da União, tanto no âmbito consultivo (no qual são evitados prejuízos aos cofres públicos de montantes volumosos), quanto na esfera do contencioso (em que se realiza o ressarcimento ao erário da União de valores exorbitantes), de modo que se observa a necessidade de aprovação de suplementação orçamentária suficiente para a nomeação, em 2013, dos demais 170 (cento e setenta) aprovados no concurso para Advogado da União, sob pena de grave prejuízo à carreira, aos interesses da União e da sociedade.

8. Ante o exposto, observa-se que, com a nomeação dos aprovados, o Governo Federal mostrará, uma vez mais, seu compromisso com os interesses da União e, consequentemente, da sociedade, de modo que se espera o acolhimento dessa Indicação a fim de que se aprove suplementação orçamentária suficiente a para a nomeação, em 2013, de todos os 170 (cento e setenta) aprovados, ainda não nomeados, no concurso para provimento do cargo de Advogado da União.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2013. – Deputado **Policarpo,** (PT/DF).

INDICAÇÃO Nº 5.097, DE 2013

(Do Sr. Miriquinho Batista)

Sugere à Casa Civil a concessão de prioridade de atendimento às famílias com pessoas com mais de 60 anos no Programa Minha Casa, Minha Vida.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssima Senhora Ministra Chefe da Casa Civil:

A condução do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV cabe ao Ministério das Cidades, mas também ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por fazer parte das ações incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Assim, encaminhamos essa Indicação a esta Casa Civil, de forma que a ação conjunta dos dois Ministérios possa ser melhor coordenada.

Atualmente, o Programa Minha Casa, Minha Vida, que tem como meta a redução do déficit habitacional brasileiro, constitui o programa governamental mais importante com esse objetivo. A construção de moradias populares acessíveis a famílias com renda mensal de até R$4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) possibilita à população mais carente a aquisição da casa própria.

A Lei nº 11.977, de 2009, que dispõe sobre o Programa, determina, em seu art. 3º, que devem ser observados alguns requisitos para a indicação dos seus beneficiários, além da comprovação da renda mensal de até R$4.650,00. De acordo com o dispositivo, será dada prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e às famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Sugerimos a esta Casa Civil que estude a possibilidade de se conceder prioridade de atendimento às famílias com pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, no mesmo nível das prioridades já citadas. Entendemos que o Programa deve garantir esse direito aos idosos, tornando mais rápido o seu acesso à casa própria. Trata-se de população que, em um momento extremamente vulnerável da vida, assiste à diminuição dos seus vencimentos, ao tempo em que suas despesas com a saúde aumentam. Muitos idosos são o arrimo da família e, além de sua própria manutenção, são responsáveis pela sobrevivência de filhos e netos.

Conhecedores dos méritos do Programa Minha Casa, Minha Vida e da competência com que os Ministérios envolvidos têm conduzido sua administração e operação, solicitamos que sejam estendidas aos idosos as mesmas vantagens dadas às mulheres chefes de família e aos deficientes. Trata-se de medida que busca atender pessoas carentes em uma fase da vida na qual não encontram acolhida em muitos setores do ambiente urbano. A sua inclusão entre as prioridades do PMCMV é, portanto, medida de grande alcance social.

Solicitamos, assim, que esta Casa Civil, em parceira com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério das Cidades, estude a inclusão desse grupo populacional entre aqueles que podem ter um acesso mais rápido aos benefícios do Programa Minha Casa, Minha Vida. Com isso, o Governo Federal contribuirá positivamente para o atendimento dessa população, muitas vezes marginalizada e esquecida pelo Poder Público.

Contamos, assim, com a sensibilidade e a competência do corpo técnico desta Casa Civil e dos dois Ministérios envolvidos para colocar em prática as medidas necessárias à inclusão dos idosos entre as prioridades de atendimento no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2013. – Deputado **Miriquinho Batista.**

INDICAÇÃO Nº 5.098, DE 2013

(Do Sr. Cândido Vaccarezza)

Sugere ao Ministério da Educação a criação da Universidade Federal do Oeste Paulista – UFOESP, no Estado de São Paulo.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação,

Como parlamentar, representando o Estado de São Paulo na Câmara dos Deputados, dirijo-me a V. Exª – para expor e reivindicar o seguinte:

A determinação do Governo Federal de fazer uma revolução através da educação, significa que o Brasil vai investir recursos financeiros e empenhar esforços humanos para fazer, nessa área, um marco sem precedente na sociedade brasileira.

Nos últimos dez anos o orçamento da educação cresceu na ordem de dez vezes. Tanto na educação básica através do Fundef quanto na educação superior através do Reuni, que promoveu a expansão e reestruturação do ensino superior, criou 15 novas Universidades Federais em mais de 100 campus e através do PROUNI, que distribuiu mais de 800 mil bolsas para alunos de baixa renda em faculdades particulares.

Outro exemplo é o Programa Ciência Sem Fronteiras, que já concedeu mais de 80 mil bolsas para estudantes brasileiros graduados para cursos e especializações em Universidades de diversos países.

Dentro dessa nova perspectiva para a educação no Brasil, o Centro – Oeste do Estado de São Paulo com uma população de mais de 4 milhões de habitantes, com um PIB de mais de R$ 45 bilhões, se credencia e se prepara para propor ao Governo Federal uma Universidade Federal.

Essa região está inserida entre a margem esquerda do Rio Tietê e a margem direita do Rio Paranapanema, e a Oeste limitando-se com o Rio Paraná. Num corte Norte – Sul vai de Araçatuba a Ourinhos na fronteira com o Norte do Paraná. As principais cidades são: Marilia, Araçatuba, Presidente Prudente, Ourinhos, Assis, Lins, Tupã, Penápolis, Andradina, Santa Cruz do Rio Pardo, num total de 251 municípios, incluindo o Pontal do Paranapanema.

Com uma economia bastante diversificada atualmente, a região agrega desde a indústria da cana-de-açúcar e pecuária bovina junto com a indústria de máquinas, a indústria de processamento de alimentos, móveis, calçados e turismo.

Uma Universidade Federal no Centro – Oeste do Estado de São Paulo deve agregar conhecimento humano e científico, através de formação de mão de obra e pesquisa científica. Faculdades de engenharia, medicina, agronomia, direito, psicologia, pedagogia, física e química e as demais áreas distribuídas em diversos campus.

As cidades estão preparando os estudos socioeconômicos para propor ao Ministério da Educação a faculdade mais adequada ao seu perfil. O objetivo é colocar a disciplina correta no local preciso dentro da região como um todo. Lembrando que o vasto território do Centro – Oeste Paulista faz fronteira com Norte do Paraná e Mato Grosso do Sul, portanto, cria uma perspectiva de atender a população estudantil além dos limites paulistas.

A sociedade brasileira e a juventude estão preparados e ansiosos pelos benefícios da educação nesse momento em que o Brasil tem condições de proporcionar a todos. Será a juventude brasileira a protagonista desse novo tempo, dessa nova ordem.

O Congresso Nacional, cumprindo seu dever de propor Leis que beneficiem nosso povo, propõe ao Governo Federal e ao Ministério da Educação, feitas as considerações acima, a criação da Fundação Universidade Federal do Centro – Oeste Paulista.

Sala das Sessões, 20 de agosto 2013. – Deputado **Candido Vaccarezza,** PT/SP.

ANEXO

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE PAULISTA ENCAMINHADA PARA DO DEPUTADO FEDERAL CÂNDIDO VACCAREZZA

Art. 1º Fica instituída a Universidade Federal do Oeste Paulista– UFOESP, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro em uma das cidades da região, indicada posteriormente pelo Plano de Desenvolvimento Institucional, no Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A inscrição do ato constitutivo da UFOESP, do qual será parte integrante o seu Estatuto, no cartório do registro civil competente lhe conferirá personalidade jurídica.

Art. 2º A UFOESP terá por objetivo ministrar educação superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi na região Oeste do Estado de São Paulo.

Art. 3 – O patrimônio da UFOESP será constituído pelos bens e direitos que ela venha a adquirir, incluindo aqueles que lhe venham a ser doados pela União, Estados, Municípios e por outras entidades públicas e particulares.

Parágrafo único. Só será admitida a doação à UFOESP de bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a UFOESP bens móveis e imóveis necessários ao seu funcionamento integrantes do patrimônio da União.

Art. 5º Os recursos financeiros da UFOESP serão provenientes de:

I – dotação consignada no orçamento da União;

II – auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;

III – remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;

IV – convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais;

V – outras receitas eventuais.

Parágrafo único. A implantação da UFOESP fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União.

Art. 6º A administração superior da UFOESP será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFOESP.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas faltas ou impedimentos legais e/ou temporários.

§ 3º O Estatuto da UFOESP disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 7º Para compor a estrutura regimental da UFOESP, ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, os cargos constantes dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 8º Ficam criados os cargos de Reitor e Vice-Reitor da Fundação Universidade Federal da Região Oeste do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos pro tempore, por ato do Ministro de Estado da Educação, até que a UFOESP seja implantada na forma de seu Estatuto.

Art. 9º Até sua implantação definitiva, a UFOESP poderá contar com a colaboração de pessoal docente e técnico-administrativo, mediante cessão dos governos federal, municipais e estaduais, independentemente da limitação contida no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 dezembro de 1990.

Art. 10. A UFOESP encaminhará ao Ministério da Educação a proposta de Estatuto para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data de provimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor pro tempore.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

INDICAÇÃO Nº 5.099, DE 2013

(Do Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos)

Sugere a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão A NOMEAÇÃO DOS DEMAIS 150 (CENTO E CINQUENTA) APROVADOS NO CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO, nos termos do artigo 113, I e §1º, do RICD.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssima Senhora Ministra.

1. O concurso público destinado ao provimento de cargos de Advogado da União teve seu resultado final e homologação publicados no Diário Oficial da União no dia 02/05/2013, com a aprovação de 285 (duzentos e oitenta e cinco) candidatos, frisando-se que o Edital 10/AGU, de 7 de maio de 2012, o qual rege o concurso em tela, dispõe, no seu item 4.1, que "serão oferecidos 68 (sessenta e oito) cargos vagos, acrescidos dos que vierem a ser criados durante o prazo de validade do concurso" (destaque nosso).

2. Nesse sentido, em 19 de junho de 2012, editou-se a Lei 12.671, a qual criou 560 (quinhentos e sessenta) cargos de Advogados da União, tendo havido, ademais, 180 (cento e oitenta) vacâncias, ainda não repostas, entre dezembro de 2010 a abril de 2013, de modo que existiam 740 (setecentos e quarenta) cargos vagos para 285 (duzentos e oitenta e cinco) aprovados antes da primeira nomeação.

3. Apesar disso, até o momento, apenas 135 (cento e trinta e cinco) aprovados, conforme Portaria nº. 142/AGU, publicada no Diário Oficial da União no dia 07/05/2013 e Portaria nº. 167/AGU, publicada no Diário Oficial da União no dia 21/05/2013, entre foram nomeados, de modo que ainda restam em torno de 150 (cento e cinquenta) candidatos aprovados para 640 (seiscentos e quarenta) cargos vagos.

4. Frise-se **que tal quantidade de nomeação sequer repôs as 180 (cento e oitenta) vacâncias ocorridas entre dezembro de 2010 a abril de 2013,** de modo que há ainda aproximadamente 80 vacâncias não repostas, além dos 560 (quinhentos e sessenta) cargos criados pela Lei 12.671/2012, o que provoca uma significativa sobrecarga de trabalho dos atuais Advogados da União e, consequentemente, possíveis danos irreversíveis à União, dada as essenciais funções exercidas pelos Advogados da União.

5. Tamanha a necessidade urgente de novas nomeações, que a Advocacia-Geral da União encaminhou, em 24 de janeiro de 2013, 'Nota Técnica em aditamento ao Aviso 302/2012/AGU' ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), ocasião em que **solicitou, nos autos do processo administrativo nº. 00400.000626/2013-6, suplementação orçamentária para o provimento de 308 (trezentos e oito) Advogados da União ainda em 2013**, quantitativo que, inclusive, supera o número de aprovados no certame.

6. Ressalte-se, ainda, que, quanto ao contingenciamento de despesas, anunciado pelo Governo Federal, **em 30/7/2013**, a Min. Mirian Belchior afirmou que o mesmo deveria ocorrer em relação a concursos futuros e de cargos de nível médio e que não alcançaria concursos em andamento e de nível superior, como o concurso de advogado da união.

7. Ademais, vale ressaltar que a nomeação dos aprovados no Concurso para o provimento de cargos de Advogado da União representa verdadeira economia aos cofres públicos, tendo em vista que uma melhor defesa da União impede/reduz o valor de execuções milionárias em face do erário federal, sendo certo que o excessivo número de processos hoje existente na Advocacia-Geral da União, e o fato de não haver a reposição das vacâncias na instituição neste ano de 2013 – como foi mostrado, das quase 200 vacâncias originadas desde dezembro de 2010, apenas metade

foi reposta – o que acaba por prejudicar o orçamento federal, que arca com perdas milionárias ou até mesmo bilionárias, tendo em vista o excesso de demanda por Advogado.

8. Por fim, a nomeação dos aprovados no concurso de advogado da união prestigia os princípios expressos na constituição da república, como a moralidade e a isonomia, tendo em vista a realização de concurso público de provas e títulos, exigindo dos aprovados a realização de prova oral, demonstrando o preparo Dos mesmos.

9. Ante o exposto, observa-se que, com a nomeação dos aprovados, o Governo Federal mostrará, uma vez mais, seu compromisso com os interesses da União e, consequentemente, da sociedade, de modo que se espera o acolhimento dessa Indicação a fim de que se aprove suplementação orçamentária suficiente a para a nomeação, em 2013, de todos os 150 (cento e cinquenta) aprovados, ainda não nomeados, no concurso para provimento do cargo de Advogado da União.

Sala das Sessões, 20 de Agosto de 2013. – Deputado **Bernardo Santana de Vasconcellos,** PR-MG

INDICAÇÃO Nº 5.100, DE 2013

(Do Sr. Carlos Souza)

Sugere ao Ministro dos Transportes o investimento de recursos federais para o melhoramento do transporte aquaviário na região amazônica.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes:

A região amazônica concentra cerca de 80% das vias navegáveis do País. No ano de 2012, foram transportados pelo rios dessa região cerca de 9 milhões de passageiros e 4,5 milhões de toneladas de carga. Com a previsão de aumento da demanda para os próximos anos, estima-se que, no ano de 2022, 10 milhões de passageiros e 5 milhões de toneladas de carga se utilizem dos rios amazônicos.

Não obstante a importância do modal hidroviário para o desenvolvimento daquela região, levantamento realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviário – Antaq – mostra que a grande maioria dos terminais de passageiros do transporte fluvial apresenta baixo padrão de atendimento aos usuários. De acordo com o relatório, 81% das instalações apresentam nível baixo de atendimento, enquanto 15% têm um padrão médio e apenas 4% dos terminais conseguem atender os passageiros em padrão elevado de serviços. Para esse enquadramento, foram verificados a adequação de infraestrutura dos terminais e seus acessos, a quantidade de mão de obra disponível nos locais e os serviços disponibilizados aos passageiros.

Constatou-se que a pior situação ocorre no Estado do Amapá, onde todos os 11 terminais avaliados pela Antaq registram baixo padrão de atendimento. No Estado do Pará, dos 35 terminais avaliados, apenas 4 conseguiram obter uma nota média na avaliação, enquanto 31 foram considerados com baixo padrão de serviços prestados. No Estado do Amazonas a situação é semelhante, pois, dos 30 terminais avaliados, apenas um foi classificado como de alto padrão, enquanto três registraram padrão médio e 26 receberam baixa avaliação.

O relatório da Antaq mostra de forma inequívoca a necessidade urgente de investimentos na melhoria dos terminais fluviais da região amazônica, para que se possa dar um atendimento digno aos usuários que se utilizam rotineiramente do transporte hidroviário.

Diante desse quadro, que mostra a carência logística do transporte fluvial e a necessidade de incremento da infraestrutura de transporte da Amazônia, sugerimos a Vossa Excelência que sejam direcionados recursos do Orçamento Geral da União gerenciados por este Ministério para obras de melhoramento das instalações portuárias públicas de pequeno porte na região amazônica.

Pelo exposto, e confiante na sensibilidade política e social de Vossa Excelência, temos a confiança de que nossa sugestão será bem acolhida.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2013. – Deputado **Carlos Souza.**

INDICAÇÃO Nº 5.101, DE 2013

(Do Sr. Simplício Araújo)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, providências relativas à ausência de profissionais especializados em perícia médica – Agência do INSS, na cidade de Lago da Pedra, no Estado do Maranhão.

DESPACHO: PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social,

Por meio desta Indicação, solicito providências relativas à ausência de profissionais especializados em perícia médica – Agência do INSS, na cidade de Lago da Pedra, no Estado do Maranhão.

De acordo com moradores de Lago da Pedra/MA há mais de 03 (três) anos, a cidade está sem profissional médico para realizar as perícias dos segurados, a situação além de constrangedora ainda, causa prejuízos financeiros aos trabalhadores que ao necessitarem de tal procedimento deslocam-se a municípios onde o serviço possui regularidade.

O problema é a distância entre os municípios – em média, o mais próximo está a 100 km de distância de Lago da Pedra/MA.

Por tais motivos faz-se necessária e urgente as providências. Certo de que V. Exª dispensará a devida atenção, submeto a presente indicação à sua elevada consideração.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2013. – Deputado **Simplício Araújo,** PS/MA.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº 45, DE 2013

(Do Sr. Giovanni Queiroz)

Solicita Informações ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU sobre os pagamentos efetuados pelo DNIT referentes ao Edital Nº 043/2012.

DESPACHO: SUBMETA-SE À MESA DIRETORA. PUBLIQUE-SE.

Com fundamento no disposto no art. 71 inciso VII da Constituição Federal e no inciso I do art. 115, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a V. Exa. seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, pedido de informações sobre o montante dos pagamentos, e sua regularidade, efetuados pelo DNIT, referentes a "Concorrência Pública para Execução de Serviços de Manutenção (Conservação e Recuperação) na Rodovia BR-155/PA", (Edital Nº 43/2012), nos exercícios de 2012 e 2013.

Justificação

A BR-155/PA, não obstante a contratação de empresas, e o pagamento de vultosos valores pelo DNIT, encontra-se em precário estado de conservação para circulação de veículos e mercadorias.

O presente requerimento tem fundamento no papel Constitucional do Congresso Nacional, de fiscal do Poder Executivo, razão pela qual espero, na forma regimental, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, pedido de informações visando certificar as reais razões da prestação inadequada dos serviços constantes do Edital 043/2012..

Sala de Sessões, 22 de agosto de 2013. – **Giovanni Queiroz,** Deputado Federal.

REQUERIMENTO Nº 6.713, DE 2013

(Do Sr. Izalci)

Requer a realização de Sessão Solene da Câmara dos Deputados para celebrar o Dia do Dentista

DESPACHO: Defiro. Publique-se.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 68 do Regimento Interno, realização da Sessão Solene no dia 25 de outubro de 2013, às 10h, para comemorar o dia do Dentista.

Justificação

Comemora-se o Dia do Dentista em 25 de outubro porque nesta data, em 1884, foi assinado o decreto 9.311, que criou os primeiros cursos de graduação de odontologia do Brasil, no Rio de Janeiro e na Bahia. Uma portaria do Conselho Federal de Odontologia tornou a data oficial para a comemoração do Dia do Dentista Brasileiro.

O dentista é o profissional que cuida dos dentes, gengivas e de alguns ossos faciais, como o maxilar. Até bem pouco tempo atrás, o dentista era temido pelo barulhinho amedrontador de seus instrumentos. Hoje, com instrumentos mais modernos, tratar de uma cárie já não assusta tanto. O tratamento pode ser feito até mesmo com laser.

No entanto, muitas pessoas ainda preferem ficar longe de um consultório odontológico. Além de tratar de cáries, o dentista é responsável por realizar a prevenção de doenças da boca e ensinar a correta higiene bucal. Quando especializado em ortodontia, o profissional realiza os procedimentos necessários para corrigir a posição dos dentes por meio do uso de aparelhos ortodônticos e, quando necessários, por meio da extração de alguns deles.

Antigamente os dentistas eram chamados de dentistas práticos, sem formação ou com pouco conhecimento, que não tratavam os dentes, mas faziam apenas a extração daqueles que estavam muito estragados.

Hoje em dia a consciência sobre os tratamentos dentários mudou muito. Sabe-se da importância dos trabalhos preventivos, motivo pelo qual a saúde bucal deve começar ainda no recém-nascido, com o uso de cotonetes molhados em água limpa.

O dentista é responsável ainda por certos tipos de cirurgias faciais.

Por isso, julgamos importante a realização da Sessão Solene em epígrafe visando homenagear o dentista brasileiro que muito têm contribuído para a proteção da higiene bucal do nosso povo.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2013. – **Izalci,** Deputado Federal – PSDB/DF, Apoiamentos:

REQUERIMENTO Nº 6.753, DE 2013

(Do Sr. Policarpo)

Requer a realização de Sessão Solene em homenagem ao Dia do Servidor Público.

DESPACHO: Defiro. Publique-se.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 65, inciso IV, combinado com o artigo 68, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que seja realizada Sessão Solene no dia 28 de outubro de 2013, às 10h, em homenagem ao Dia do Servidor Público, comemorado na data supracitada.

Não havendo a possibilidade de realização do evento na data supracitada, solicito sua transferência para a data disponível mais próxima.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2013. – **Policarpo,** Deputado Federal, PT/DF, Apoiamento: José Guimarães, Deputado Federal, Líder do PT na Câmara dos Deputados.

REQUERIMENTO Nº 7.477, DE 2013

(Do Sr. Henrique Afonso)

Requeremos a realização de Sessão Solene no Plenário da Câmara dos Deputados em comemoração ao Dia Nacional da Valorização da Família.

DESPACHO: Defiro. Publique-se.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com fundamento no artigo 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Sessão Solene, na data de 21 de outubro de 2013, em comemoração ao *Dia Nacional da Valorização da Família.*

Justificação

Com a promulgação da Lei 12.647/ 2012 foi instituído o *Dia Nacional da Valorização da Família* a ser comemorado anualmente, no dia 21 de outubro, em todo território nacional. A referida lei foi recebida com alegria e entusiasmo por toda a sociedade.

A proposta de instituir no calendário brasileiro um dia dedicado a valorização da família é uma iniciativa do Congresso Nacional e tem como objetivo criar no Brasil momentos de reflexão para chamar a atenção da sociedade, de governos e responsáveis por políticas públicas para a importância da família como instituição fundamental para o desenvolvimento humano e núcleo vital da sociedade.

Com a aprovação da lei, espera-se que eventos e atividades sejam realizados na data de 21 de outubro, promovidos pelos diversos segmentos da sociedade, destacando os valores da família e reconhecendo a instituição como célula indispensável na formação de verdadeiros cidadãos e para a construção de um país justo e solidário.

No primeiro ano de vigor da Lei, já obervamos que inúmeras iniciativas, visando a comemoração do Dia Nacional de Valorização da Família, aconteceram em todo o país, a exemplo de uma Sessão Solene realizada nesta Câmara dos Deputados.

O Dia Nacional de Valorização da Família é também uma data para despertar e alertar a sociedade e os poderes constituídos para todos para os problemas que afligem a família brasileira como a violência doméstica, o trabalho infantil, consumo de drogas, o desemprego, a falta de condições dignas de moradias, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação com qualidade entre outro.

Deste modo, entendemos que esta Câmara dos Deputados, berço da proposta do Dia Nacional da Valorização da família, deva realizar promover e incentivar grandes e significativos eventos promovendo assim um amplo debate sobre a necessidade e A importância da valorização e fortalecimento da família brasileira.

Sala das Sessões, de de 2013. – **Deputado Henrique Afonso** Deputado **Arolde de Oliveira,** PV/ AC PSD/RJ.

REQUERIMENTO Nº 8.129, DE 2013

(Do Sr. Vitor Paulo)

Requer a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados em homenagem aos 122 anos da Primeira Igreja Batista em solo brasileiro.

DESPACHO: Defiro. Publique-se.

Senhor Presidente,

Representando mais de um décimo da composição da Câmara dos Deputados, requeremos a V. Exª, com base no art. 68 do Regimento Interno, a convocação de sessão solene desta Casa a realizar-se dia **13 de setembro de 2013**, em homenagem aos 122 anos da Primeira Igreja Batista em solo brasileiro**.**

Sala de Sessões, 25 de junho de 2013. – **Vitor Paulo,** Deputado Federal – PRB-RJ, Deputado **Anthony**

Garotinho, Líder do BLOCO: PR, PTdoB, PRP, PHS, PSL, PRTB, Deputado **George Hilton,** Líder do PRB.

REQUERIMENTO Nº 8.403, DE 2013

(Do Sr. Artur Bruno)

Votos de congratulações ao ex-deputado estadual Osmar Maia Diógenes pela posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará.

DESPACHO: Publique-se. Oficie-se ao Autor. Arquive-se.

Senhor Presidente,

Requeiro, de acordo com o Art. 117, inciso XIX, Parágrafo 3º do Regimento Interno, Vossa Excelência se digne a registrar nos anais desta Casa **votos de congratulações ao ex-deputado estadual Osmar Maia Diógenes pela posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), instituição de imensurável valor para o nosso Estado.**

Solicito também a gentileza de que os votos de congratulações sejam enviados ao agraciado no endereço Rua Thomaz Pompeu, 565, apartamento 800 – Bairro Meireles – CEP.: 60.160-080, Fortaleza/CE.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2013. – **Artur Bruno,** Deputado Federal, PT/CE

PROPOSIÇÕES PENDENTES DE DESPACHO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 301, DE 2013

(Do Sr. Francisco Chagas e outros)

Acrescenta a alínea "e", e o § 8º, ao inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios sobre os medicamentos de uso humano e os insumos utilizados em sua produção e comercialização.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea "e" e do § 8º:

"Art. 150. .....

.....

VI – .....

e) sobre medicamentos de uso humano, bem como sobre os insumos e serviços utilizados na produção, exportação e comercialização desses bens, desde que produzidos no Brasil ou sem similar nacional.

§ 8º – A vedação do inciso VI, "e", não se aplica ao imposto previsto no art. 153, III.

....." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Justificação

O constituinte de 1988, quando escreveu e aprovou a Carta Magna vigente, deixou claro em sua intenção que a saúde – bem extraordinariamente relevante à vida humana – foi elevada à condição de direito fundamental do cidadão Brasileiro.

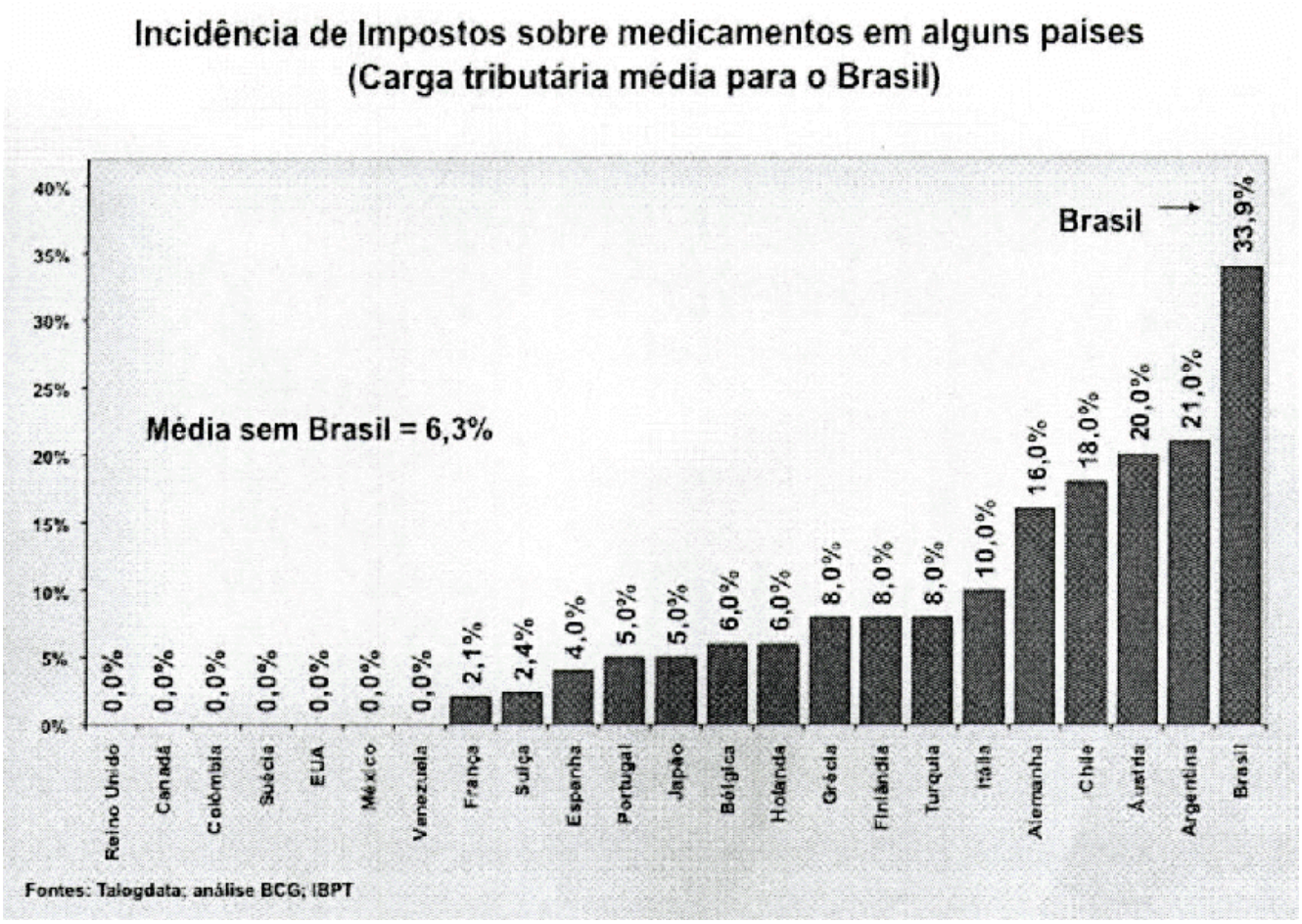
No Título da Ordem Social, a Constituição Cidadã, em seus arts. 196 a 200, estabeleceu de forma transparente os princípios fundamentais para viabilizar a saúde do povo brasileiro. Sendo a saúde um "**direito de todos e dever do Estado**", e ficando assegurado o "acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Temos verificado, entretanto, que para o atendimento integral da população, o Estado brasileiro necessita utilizar-se do suporte da iniciativa privada e dos serviços assistenciais, para complementar as ações e serviços públicos de saúde que integram o sistema único, visando atender o mister constitucional.

Todos os entes da Federação, União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem de forma coordenada agirem para que serviços de atendimento à saúde da população cumpram os preceitos constitucionais.

Conforme tem sido constantemente noticiado, o sistema tributário vigente no Brasil onera de forma descomunal os medicamentos de uso humano, essenciais para o cumprimento do preceito constitucional de "promoção, proteção e recuperação" e, consequentemente, prejudica toda a população, sobretudo a de baixa renda, que tem que arcar com uma carga tributária de mais de 33%, a mais alta do mundo, conforme estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT. Mas os medicamentos para uso animal a carga tributária é de apenas 13%.

Em função dessa altíssima carga tributária, o usuário de medicamentos no Brasil além de não ter, em muitos casos, acesso ao medicamento, gasta mais que o usuário de medicamentos de outros países conforme quadro abaixo:



Vale lembrar que hoje o governo é o maior comprador de medicamentos. Compra em média R$ 8 bilhões por ano dos medicamentos fabricados no Brasil.

O governo brasileiro, vem promovendo uma desoneração tributária, pois reconhece a necessidade de reduzir impostos de vários setores estratéticos, como: automóveis; produtos da linha branca; materiais para construção; alimentos da cesta básica; "tablets"; energia elétrica. Chegou a hora de desonerar os medicamentos, que são fundamentais para a economia e geração de empregos, e essenciais para a saúde humana. As vozes das ruas e todas as pesquisas de opinião indicam que a saúde é a principal preocupação dos brasileiros.

O setor farmacêutico movimenta mais de 50 bilhões de reais, emprega direta ou indiretamente mais de 600 mil trabalhadores. Essa proposta de Emenda Constitucional, fortalecerá a produção e comercialização no Brasil, atraindo investimentos, ampliando vigorosamente os empregos neste setor e em toda a sua cadeia produtiva.

Medicamento de uso humano é um bem essencial, quanto a isso não resta a menor dúvida. Como bem essencial deve ter tratamento especial quando se fala em tributação como, alias, preconiza a própria Constituição Federal (inciso I, do Parágrafo 3º, do Art. 153).

Graças aos medicamentos de uso humano, a qualidade e a expectativa de vida da população aumentou. É necessário garantir amplo acesso aos medicamentos disponíveis e isso será possível com a vedação de impostos sobre esse produto.

Cabe ao Congresso Nacional assumir suas funções e vedar tributos sobre medicamento de uso humano e toda a cadeia produtiva nacional, desse bem essencial à vida, pois todos sabem que doença tratada rápida e eficazmente reduz as despesas hospitalares e absenteísmos.

Por essas razões, propomos ao Congresso Nacional que a Constituição Cidadã abrigue a desoneração tributária dos medicamentos de uso humano.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2013. – Deputado **Francisco Chagas,** (PT-SP).

Proposição: PEC 0301/2013
Autor da Proposição: FRANCISCO CHAGAS E OUTROS
Ementa: Acrescenta a alínea "e", e o § 8º, ao inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a

instituição de impostos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios sobre os medicamentos de uso humano e os insumos utilizados em sua produção e comercialização.

Data de Apresentação: 28/08/2013

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas 191
Não Conferem 009
Fora do Exercício 000
Repetidas 038
Ilegíveis 002
Retiradas 000
Total 240

Confirmadas

1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP
2 ACELINO POPÓ PRB BA
3 ADEMIR CAMILO PSD MG
4 AELTON FREITAS PR MG
5 AKIRA OTSUBO PMDB MS
6 ALEX CANZIANI PTB PR
7 ALEXANDRE LEITE DEM SP
8 ALFREDO KAEFER PSDB PR
9 AMAURI TEIXEIRA PT BA
10 ANDERSON FERREIRA PR PE
11 ANDRE MOURA PSC SE
12 ANDREIA ZITO PSDB RJ
13 ANSELMO DE JESUS PT RO
14 ANTONIO BULHÕES PRB SP
15 ANTÔNIO ROBERTO PV MG
16 ARIOSTO HOLANDA PSB CE
17 ARNALDO FARIA DE SÁ PTB SP
18 ARNALDO JARDIM PPS SP
19 ASDRUBAL BENTES PMDB PA
20 ASSIS CARVALHO PT PI
21 AUGUSTO COUTINHO DEM PE
22 AUREO PRTB RJ
23 BENJAMIN MARANHÃO PMDB PB
24 BERNARDO SANTANA DE VASCONCELL PR MG
25 BETINHO ROSADO DEM RN
26 CÂNDIDO VACCAREZZA PT SP
27 CARLOS EDUARDO CADOCA PSC PE
28 CARLOS ROBERTO PSDB SP
29 CARLOS SOUZA PSD AM
30 CARLOS ZARATTINI PT SP
31 CELSO JACOB PMDB RJ
32 CELSO MALDANER PMDB SC
33 CÉSAR HALUM PSD TO
34 CHICO ALENCAR PSOL RJ
35 CHICO DAS VERDURAS PRP RR
36 CHICO LOPES PCdoB CE
37 COSTA FERREIRA PSC MA
38 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
39 DELEY PSC RJ
40 DEVANIR RIBEIRO PT SP
41 DOMINGOS DUTRA PT MA
42 DOMINGOS SÁVIO PSDB MG
43 DR. CARLOS ALBERTO PMN RJ
44 DR. JORGE SILVA PDT ES
45 DR. PAULO CÉSAR PSD RJ
46 DR. UBIALI PSB SP
47 DUDIMAR PAXIUBA PSDB PA
48 EDSON SILVA PSB CE
49 EFRAIM FILHO DEM PB
50 ELIENE LIMA PSD MT
51 ELISEU PADILHA PMDB RS
52 ENIO BACCI PDT RS
53 ERIVELTON SANTANA PSC BA
54 ESPERIDIÃO AMIN PP SC
55 EVANDRO MILHOMEN PCdoB AP
56 FABIO TRAD PMDB MS
57 FELIPE BORNIER PSD RJ
58 FERNANDO FRANCISCHINI PEN PR
59 FERNANDO MARRONI PT RS
60 FRANCISCO CHAGAS PT SP
61 FRANCISCO ESCÓRCIO PMDB MA
62 FRANCISCO TENÓRIO PMN AL
63 GENECIAS NORONHA PMDB CE
64 GERALDO RESENDE PMDB MS
65 GERALDO SIMÕES PT BA
66 GLADSON CAMELI PP AC
67 GOIACIARA CRUZ PR TO
68 GONZAGA PATRIOTA PSB PE
69 GORETE PEREIRA PR CE
70 HÉLIO SANTOS PSD MA
71 HENRIQUE OLIVEIRA PR AM
72 HUMBERTO SOUTO PPS MG
73 IRACEMA PORTELLA PP PI
74 ISAIAS SILVESTRE PSB MG
75 IZALCI PSDB DF
76 JAIME MARTINS PR MG
77 JAQUELINE RORIZ PMN DF
78 JEFFERSON CAMPOS PSD SP
79 JESUS RODRIGUES PT PI
80 JOÃO LEÃO PP BA
81 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG
82 JOÃO PAULO CUNHA PT SP
83 JOÃO PAULO LIMA PT PE
84 JORGINHO MELLO PR SC
85 JOSÉ AIRTON PT CE
86 JOSÉ AUGUSTO MAIA PTB PE
87 JOSÉ CARLOS ARAÚJO PSD BA
88 JOSÉ HUMBERTO PHS MG
89 JOSUÉ BENGTSON PTB PA
90 JOVAIR ARANTES PTB GO

91 LAURIETE PSC ES
92 LÁZARO BOTELHO PP TO
93 LELO COIMBRA PMDB ES
94 LEONARDO GADELHA PSC PB
95 LEONARDO MONTEIRO PT MG
96 LEONARDO PICCIANI PMDB RJ
97 LEOPOLDO MEYER PSB PR
98 LIRA MAIA DEM PA
99 LUCIO VIEIRA LIMA PMDB BA
100 LUIZ COUTO PT PB
101 LUIZ DE DEUS DEM BA
102 LUIZ FERNANDO FARIA PP MG
103 LUIZ NISHIMORI PSDB PR
104 LUIZ SÉRGIO PT RJ
105 MAGDA MOFATTO PTB GO
106 MAJOR FÁBIO DEM PB
107 MANOEL JUNIOR PMDB PB
108 MANOEL SALVIANO PSD CE
109 MARCELO CASTRO PMDB PI
110 MÁRCIO FRANÇA PSB SP
111 MÁRCIO MARINHO PRB BA
112 MARCOS MEDRADO PDT BA
113 MARGARIDA SALOMÃO PT MG
114 MÁRIO FEITOZA PMDB CE
115 MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL
116 MAURO LOPES PMDB MG
117 MAURO MARIANI PMDB SC
118 MENDONÇA FILHO DEM PE
119 MILTON MONTI PR SP
120 MIRIQUINHO BATISTA PT PA
121 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
122 NELSON MEURER PP PR
123 NELSON PADOVANI PSC PR
124 NELSON PELLEGRINO PT BA
125 NEWTON CARDOSO PMDB MG
126 NEWTON LIMA PT SP
127 NILSON LEITÃO PSDB MT
128 NILSON PINTO PSDB PA
129 NILTON CAPIXABA PTB RO
130 ODAIR CUNHA PT MG
131 OLIVEIRA FILHO PRB PR
132 ONOFRE SANTO AGOSTINI PSD SC
133 ONYX LORENZONI DEM RS
134 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI
135 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
136 OSVALDO REIS PMDB TO
137 OZIEL OLIVEIRA PDT BA
138 PADRE TON PT RO
139 PASTOR EURICO PSB PE
140 PAULO ABI-ACKEL PSDB MG
141 PAULO CESAR QUARTIERO DEM RR
142 PAULO FEIJÓ PR RJ
143 PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP
144 PAULO PIMENTA PT RS
145 PAULO TEIXEIRA PT SP
146 PAULO WAGNER PV RN
147 PEDRO CHAVES PMDB GO
148 POLICARPO PT DF
149 PROFESSOR SETIMO PMDB MA
150 RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB CE
151 REGUFFE PDT DF
152 RENATO ANDRADE PP MG
153 RENATO MOLLING PP RS
154 RICARDO BERZOINI PT SP
155 RICARDO IZAR PSD SP
156 ROBERTO SANTIAGO PSD SP
157 RONALDO FONSECA PR DF
158 RONALDO NOGUEIRA PTB RS
159 ROSANE FERREIRA PV PR
160 ROSE DE FREITAS PMDB ES
161 RUBENS BUENO PPS PR
162 RUBENS OTONI PT GO
163 RUY CARNEIRO PSDB PB
164 SANDES JÚNIOR PP GO
165 SARAIVA FELIPE PMDB MG
166 SEBASTIÃO BALA ROCHA PDT AP
167 SÉRGIO BRITO PSD BA
168 SEVERINO NINHO PSB PE
169 SIBÁ MACHADO PT AC
170 SILAS BRASILEIRO PMDB MG
171 SIMPLÍCIO ARAÚJO PPS MA
172 TAKAYAMA PSC PR
173 VALDIR COLATTO PMDB SC
174 VALDIVINO DE OLIVEIRA PSDB GO
175 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA
176 VANDER LOUBET PT MS
177 VANDERLEI SIRAQUE PT SP
178 VICENTE ARRUDA PR CE
179 VICENTE CANDIDO PT SP
180 VICENTINHO PT SP
181 VIEIRA DA CUNHA PDT RS
182 VILALBA PRB PE
183 VITOR PENIDO DEM MG
184 WALTER IHOSHI PSD SP
185 WELLINGTON ROBERTO PR PB
186 WILLIAM DIB PSDB SP
187 WILSON FILHO PMDB PB
188 WOLNEY QUEIROZ PDT PE
189 ZÉ GERALDO PT PA
190 ZEQUINHA MARINHO PSC PA
191 ZOINHO PR RJ

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 302, DE 2013

(Do Sr. Jorginho Mello e outros)

Dá nova redação ao art. 228 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 228 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de doze anos, sujeitos às normas da legislação especial.
>
> Parágrafo único. Os maiores de doze anos e menores de dezoito anos somente serão penalmente imputáveis pela prática de crime considerado hediondo na forma da lei." (NR).

Justificação

A população brasileira vem acompanhando estarrecida um enorme recrudescimento da violência praticada por menores de idade, que se aproveitam da inimputabilidade criminal definida pelo art. 228 da Constituição Federal para a prática de toda a sorte de crimes hediondos.

Aliás, muitos desses crimes atrozes são instigados por adultos, que se utilizam dos menores como fantoches para a efetivação de sua atividade criminosa.

Assim, na forma do disposto no texto constitucional, os menores de dezoito anos de idade não cometem crimes, apenas respondem pela prática de ato infracional e ficam sujeitos às medidas sócio educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Inexiste, porém, qualquer razão biológica para a definição dessa idade. Diversos países adotam idades inferiores às nossas, como Inglaterra, Alemanha, Suécia e Estados Unidos, apenas para citar alguns.

No Brasil, essa definição ocorreu há muito tempo atrás. Hoje, a realidade mudou radicalmente, visto que os jovens, através da *internet* e da difusão dos meios de comunicação de massa, possuem um acesso amplo a toda sorte de informações, o que contribui para o seu amadurecimento mais precoce.

Tal amadurecimento já foi, inclusive, reconhecido pelo legislador, que permitiu ao jovem de dezesseis anos exercer a sua cidadania através do voto.

Então, pelo teor da proposição que ora apresentamos, apenas os menores de doze anos gozariam de uma inimputabilidade penal absoluta.

Já os maiores de doze anos e menores de dezoito anos seriam imputáveis pela prática de crime considerado como hediondo na forma da lei, no que poderíamos chamar de uma "imputabilidade relativa".

Finalmente, os maiores de dezoito anos continuariam a ser responsabilizados por seus atos na forma atual.

Entendemos, então, que essa nova sistemática constitucional inibiria sobremaneira a prática de crimes hediondos por menores de idade.

Contamos, pois, com o apoio de nossos ilustres Pares no Congresso Nacional para a aprovação dessa importante e urgente inovação no nosso texto constitucional.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2013. – Deputado **Jorginho Mello,** PR/SC.

Proposição: PEC 0302/2013
Autor da Proposição: JORGINHO MELLO E OUTROS
Ementa: Dá nova redação ao art. 228 da Constituição Federal.
Data de Apresentação: 28/08/2013
Possui Assinaturas Suficientes: SIM
Totais de Assinaturas:
Confirmadas 178
Não Conferem 012
Fora do Exercício 000
Repetidas 022
Ilegíveis 000
Retiradas 000
Total 212

Confirmadas

1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP
2 ACELINO POPÓ PRB BA
3 ADEMIR CAMILO PSD MG
4 ADRIAN PMDB RJ
5 AELTON FREITAS PR MG
6 ALBERTO FILHO PMDB MA
7 ALEX CANZIANI PTB PR
8 ALEXANDRE LEITE DEM SP
9 ALEXANDRE ROSO PSB RS
10 AMAURI TEIXEIRA PT BA
11 ANDERSON FERREIRA PR PE
12 ANTHONY GAROTINHO PR RJ
13 ANTONIO BALHMANN PSB CE
14 ANTONIO BULHÕES PRB SP
15 ARACELY DE PAULA PR MG
16 ARIOSTO HOLANDA PSB CE
17 ARMANDO VERGÍLIO PSD GO
18 ARNALDO FARIA DE SÁ PTB SP
19 ASSIS MELO PCdoB RS
20 AUREO PRTB RJ
21 BENJAMIN MARANHÃO PMDB PB
22 BERNARDO SANTANA DE VASCONCELL PR MG
23 CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB GO
24 CARLOS SOUZA PSD AM
25 CARMEN ZANOTTO PPS SC
26 CELSO JACOB PMDB RJ

27 CELSO MALDANER PMDB SC
28 CHICO DAS VERDURAS PRP RR
29 CHICO LOPES PCdoB CE
30 CLEBER VERDE PRB MA
31 COSTA FERREIRA PSC MA
32 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
33 DARCÍSIO PERONDI PMDB RS
34 DAVI ALCOLUMBRE DEM AP
35 DAVI ALVES SILVA JÚNIOR PR MA
36 DÉCIO LIMA PT SC
37 DIEGO ANDRADE PSD MG
38 DOMINGOS SÁVIO PSDB MG
39 DR. CARLOS ALBERTO PMN RJ
40 DR. JORGE SILVA PDT ES
41 DR. PAULO CÉSAR PSD RJ
42 EDSON SILVA PSB CE
43 EDUARDO CUNHA PMDB RJ
44 EDUARDO SCIARRA PSD PR
45 EFRAIM FILHO DEM PB
46 ELIENE LIMA PSD MT
47 ELISEU PADILHA PMDB RS
48 ERIVELTON SANTANA PSC BA
49 EURICO JÚNIOR PV RJ
50 FÁBIO RAMALHO PV MG
51 FELIPE MAIA DEM RN
52 FERNANDO FRANCISCHINI PEN PR
53 FERNANDO JORDÃO PMDB RJ
54 FRANCISCO ESCÓRCIO PMDB MA
55 FRANCISCO FLORIANO PR RJ
56 FRANCISCO TENÓRIO PMN AL
57 GEORGE HILTON PRB MG
58 GERALDO RESENDE PMDB MS
59 GERALDO THADEU PSD MG
60 GIACOBO PR PR
61 GLADSON CAMELI PP AC
62 GUILHERME CAMPOS PSD SP
63 HÉLIO SANTOS PSD MA
64 HENRIQUE OLIVEIRA PR AM
65 HEULER CRUVINEL PSD GO
66 IZALCI PSDB DF
67 JAIR BOLSONARO PP RJ
68 JAQUELINE RORIZ PMN DF
69 JEFFERSON CAMPOS PSD SP
70 JOÃO CAMPOS PSDB GO
71 JOÃO CARLOS BACELAR PR BA
72 JOÃO DADO PDT SP
73 JOÃO LEÃO PP BA
74 JOÃO MAIA PR RN
75 JOÃO PAULO LIMA PT PE
76 JORGE BOEIRA S.PART. SC
77 JORGE TADEU MUDALEN DEM SP
78 JORGINHO MELLO PR SC
79 JOSÉ OTÁVIO GERMANO PP RS
80 JOSÉ ROCHA PR BA
81 JÚLIO CAMPOS DEM MT
82 JÚLIO DELGADO PSB MG
83 JÚNIOR COIMBRA PMDB TO
84 JUNJI ABE PSD SP
85 KEIKO OTA PSB SP
86 LAEL VARELLA DEM MG
87 LÁZARO BOTELHO PP TO
88 LEANDRO VILELA PMDB GO
89 LEONARDO MONTEIRO PT MG
90 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
91 LEOPOLDO MEYER PSB PR
92 LOURIVAL MENDES PTdoB MA
93 LUCIANO CASTRO PR RR
94 LÚCIO VALE PR PA
95 LUCIO VIEIRA LIMA PMDB BA
96 LUIZ CARLOS PSDB AP
97 LUIZ FERNANDO FARIA PP MG
98 LUIZ NISHIMORI PSDB PR
99 LUIZ SÉRGIO PT RJ
100 MAGDA MOFATTO PTB GO
101 MAJOR FÁBIO DEM PB
102 MANATO PDT ES
103 MANUEL ROSA NECA PR RJ
104 MARCELO AGUIAR PSD SP
105 MARCIO BITTAR PSDB AC
106 MÁRCIO FRANÇA PSB SP
107 MARCIO JUNQUEIRA PP RR
108 MÁRCIO MARINHO PRB BA
109 MARCON PT RS
110 MARCOS MEDRADO PDT BA
111 MARCOS ROGÉRIO PDT RO
112 MARCUS PESTANA PSDB MG
113 MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL
114 MAURO BENEVIDES PMDB CE
115 MAURO MARIANI PMDB SC
116 MENDONÇA FILHO DEM PE
117 MILTON MONTI PR SP
118 MIRIQUINHO BATISTA PT PA
119 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
120 NELSON MEURER PP PR
121 NILSON LEITÃO PSDB MT
122 NILTON CAPIXABA PTB RO
123 OLIVEIRA FILHO PRB PR
124 ONOFRE SANTO AGOSTINI PSD SC
125 ONYX LORENZONI DEM RS
126 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
127 OSMAR TERRA PMDB RS
128 OSVALDO REIS PMDB TO
129 OTAVIO LEITE PSDB RJ
130 OZIEL OLIVEIRA PDT BA
131 PAES LANDIM PTB PI
132 PAULO CESAR QUARTIERO DEM RR
133 PAULO FEIJÓ PR RJ
134 PAULO FOLETTO PSB ES

135 PAULO FREIRE PR SP
136 PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP
137 PAULO WAGNER PV RN
138 PEDRO CHAVES PMDB GO
139 PEDRO EUGÊNIO PT PE
140 PEDRO NOVAIS PMDB MA
141 PLÍNIO VALÉRIO PSDB AM
142 PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA PSC PR
143 PROFESSOR SETIMO PMDB MA
144 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE DEM TO
145 REINALDO AZAMBUJA PSDB MS
146 RENATO ANDRADE PP MG
147 RENATO MOLLING PP RS
148 RICARDO IZAR PSD SP
149 RICARDO TRIPOLI PSDB SP
150 ROBERTO BRITTO PP BA
151 ROBERTO DE LUCENA PV SP
152 ROBERTO SANTIAGO PSD SP
153 RODRIGO DE CASTRO PSDB MG
154 RONALDO FONSECA PR DF
155 RONALDO NOGUEIRA PTB RS
156 ROSE DE FREITAS PMDB ES
157 RUBENS BUENO PPS PR
158 RUY CARNEIRO PSDB PB
159 SANDRO MABEL PMDB GO
160 SÉRGIO BRITO PSD BA
161 SERGIO GUERRA PSDB PE
162 SÉRGIO MORAES PTB RS
163 SILAS BRASILEIRO PMDB MG
164 SIMÃO SESSIM PP RJ
165 STEFANO AGUIAR PSC MG
166 TONINHO PINHEIRO PP MG
167 VALDIR COLATTO PMDB SC
168 VALDIVINO DE OLIVEIRA PSDB GO
169 VICENTE CANDIDO PT SP
170 VILSON COVATTI PP RS
171 VINICIUS GURGEL PR AP
172 WALNEY ROCHA PTB RJ
173 WASHINGTON REIS PMDB RJ
174 WILLIAM DIB PSDB SP
175 WOLNEY QUEIROZ PDT PE
176 ZÉ VIEIRA PR MA
177 ZECA DIRCEU PT PR
178 ZOINHO PR RJ

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.258, DE 2013

(Do Sr. José Guimarães)

Dispõe sobre a convocação de plebiscito para decidir sobre temas da Reforma Política

Art. 1º. Nos termos do que estatui o art. 49, XV, da Constituição Federal, a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998 e, no que couber, o que prescreve a Lei nº 8.624, de 4 de fevereiro de 1993, fica convocado plebiscito nacional, a ser realizado em data que será definida pelo Congresso Nacional e comunicada ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, para consultar o eleitorado brasileiro acerca de temas relativos à Reforma Política, as seguintes perguntas:

1 – Financiamento das campanhas eleitorais:

Você concorda com que empresas façam doações para campanhas eleitorais?

Você concorda com que as pessoas físicas façam doações para campanhas eleitorais?

Você concorda com que o financiamento das campanhas eleitorais deve ser exclusivamente público?

2 – Você concorda com que a população participe, opinando e propondo pela *internet*, quanto à apresentação de proposta de emenda constitucional, projeto de lei complementar e projeto de lei ordinária?

3 – Você concorda que as eleições para Presidente, Governadores, Prefeitos, Deputados, Senadores e Vereadores devam ser realizadas no mesmo ano?

Art. 2º. A manifestação do eleitorado, em cada ponto consultado, após homologação pelo Tribunal Superior Eleitoral, será encaminhada ao Congresso Nacional e terá efeito vinculante em relação aos itens decididos, sobre os quais deverão os Parlamentares proceder à votação das mudanças legislativas respectivas.

Art. 3º. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá as normas regulamentadoras necessárias à realização do plesbicito de que trata este Decreto Legislativo.

Art. 4º. O Tribunal Superior Eleitoral, a partir de sugestões dos Partidos Políticos ali registrados, organizará campanhas de orientação do eleitorado nacional, de modo que sejam contemplados todos os esclarecimentos e consequências das opções formuladas.

Art. 5º. Serão alocados ao orçamento do Tribunal Superior Eleitoral, a partir da solicitação deste, pela União, os recursos necessários para fazer face às despesas com a realização do plebiscito.

Art. 6º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Reforma Política há muito reclamada pela sociedade brasileira apresenta-se como uma necessidade inadiável na atual fase da democracia nacional.

Os vícios, deformidades e as próprias virtudes do modelo político eleitoral vigente precisam ser aperfeiçoados, tendo como norte o aperfeiçoamento da democracia nacional e a efetiva participação do cidadão na condução dos destinos da Nação.

Nessa perspectiva, a consulta ao eleitorado nacional por intermédio do Plebiscito, para que o povo se manifeste diretamente sobre quais caminhos deseja

ver trilhado pela nossa democracia é um dos instrumentos mais eficazes e legitimadores das mudanças reclamadas pela sociedade.

Nesse sentido, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2013. – Deputado **José Guimarães,** PT/CE, Deputado **Beto Albuquerque,** PSB/RS**, André Figueiredo,** PDT/CE, **Manuela D'Ávila,** PCdoB/RS

Proposição: PDC 1258/13
Autor da Proposição: JOSÉ GUIMARÃES E OUTROS
Ementa: Projeto de Decreto Legislativo que "Dispõe sobre a convocação do
plebiscito para decidir sobre temas da Reforma Política".
Data de Apresentação: 27/08/2013
Possui Assinaturas Suficientes: SIM
Totais de Assinaturas:
Confirmadas 183
Não Conferem 007
Fora do Exercício 001
Repetidas 044
Ilegíveis 001
Retiradas 000
Total 236

Confirmadas

1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP
2 AFONSO FLORENCE PT BA
3 ALBERTO FILHO PMDB MA
4 ALESSANDRO MOLON PT RJ
5 ALEXANDRE ROSO PSB RS
6 AMAURI TEIXEIRA PT BA
7 ANDRÉ FIGUEIREDO PDT CE
8 ANDRE VARGAS PT PR
9 ÂNGELO AGNOLIN PDT TO
10 ANSELMO DE JESUS PT RO
11 ANTHONY GAROTINHO PR RJ
12 ANTONIO BRITO PTB BA
13 ARIOSTO HOLANDA PSB CE
14 ARLINDO CHINAGLIA PT SP
15 ARTUR BRUNO PT CE
16 ASSIS CARVALHO PT PI
17 ASSIS DO COUTO PT PR
18 ASSIS MELO PCdoB RS
19 BENEDITA DA SILVA PT RJ
20 BETO ALBUQUERQUE PSB RS
21 BETO FARO PT PA
22 BIFFI PT MS
23 BOHN GASS PT RS
24 CÂNDIDO VACCAREZZA PT SP
25 CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB GO
26 CARLOS ZARATTINI PT SP
27 CELSO MALDANER PMDB SC
28 CÉSAR HALUM PSD TO
29 CHICO ALENCAR PSOL RJ
30 CHICO LOPES PCdoB CE
31 CLÁUDIO PUTY PT PA
32 CLEBER VERDE PRB MA
33 DALVA FIGUEIREDO PT AP
34 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
35 DÉCIO LIMA PT SC
36 DELEGADO PROTÓGENES PCdoB SP
37 DEVANIR RIBEIRO PT SP
38 DOMINGOS DUTRA PT MA
39 DR. JORGE SILVA PDT ES
40 DR. ROSINHA PT PR
41 DR. UBIALI PSB SP
42 EDSON PIMENTA PSD BA
43 EDSON SANTOS PT RJ
44 EDSON SILVA PSB CE
45 EDUARDO DA FONTE PP PE
46 ERIKA KOKAY PT DF
47 EUDES XAVIER PT CE
48 EURICO JÚNIOR PV RJ
49 EVANDRO MILHOMEN PCdoB AP
50 FABIO TRAD PMDB MS
51 FÁTIMA BEZERRA PT RN
52 FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR PDT BA
53 FERNANDO COELHO FILHO PSB PE
54 FERNANDO FERRO PT PE
55 FERNANDO MARRONI PT RS
56 FLÁVIA MORAIS PDT GO
57 FRANCISCO CHAGAS PT SP
58 FRANCISCO FLORIANO PR RJ
59 FRANCISCO PRACIANO PT AM
60 GABRIEL GUIMARÃES PT MG
61 GERA ARRUDA PMDB CE
62 GERALDO SIMÕES PT BA
63 GIOVANI CHERINI PDT RS
64 GIOVANNI QUEIROZ PDT PA
65 GLADSON CAMELI PP AC
66 GLAUBER BRAGA PSB RJ
67 HENRIQUE FONTANA PT RS
68 HUGO LEAL PSC RJ
69 IARA BERNARDI PT SP
70 IRINY LOPES PT ES
71 ISAIAS SILVESTRE PSB MG
72 JANDIRA FEGHALI PCdoB RJ
73 JANETE ROCHA PIETÁ PT SP
74 JAQUELINE RORIZ PMN DF
75 JEAN WYLLYS PSOL RJ
76 JESUS RODRIGUES PT PI
77 JHONATAN DE JESUS PRB RR
78 JÔ MORAES PCdoB MG

79 JOÃO ANANIAS PCdoB CE
80 JOÃO DADO PDT SP
81 JOÃO PAULO CUNHA PT SP
82 JOÃO PAULO LIMA PT PE
83 JORGE BITTAR PT RJ
84 JORGE BOEIRA S.PART. SC
85 JOSÉ AIRTON PT CE
86 JOSÉ GUIMARÃES PT CE
87 JOSÉ HUMBERTO PHS MG
88 JOSÉ MENTOR PT SP
89 JOSÉ OTÁVIO GERMANO PP RS
90 JOSE STÉDILE PSB RS
91 JOSIAS GOMES PT BA
92 JÚLIO DELGADO PSB MG
93 LAURIETE PSC ES
94 LEANDRO VILELA PMDB GO
95 LELO COIMBRA PMDB ES
96 LEONARDO MONTEIRO PT MG
97 LEOPOLDO MEYER PSB PR
98 LINCOLN PORTELA PR MG
99 LUCI CHOINACKI PT SC
100 LUCIANA SANTOS PCdoB PE
101 LUIZ ALBERTO PT BA
102 LUIZ COUTO PT PB
103 LUIZ SÉRGIO PT RJ
104 LUIZA ERUNDINA PSB SP
105 MANATO PDT ES
106 MANOEL JUNIOR PMDB PB
107 MANUELA D'ÁVILA PCdoB RS
108 MARCELO CASTRO PMDB PI
109 MARCELO MATOS PDT RJ
110 MÁRCIO FRANÇA PSB SP
111 MÁRCIO MACÊDO PT SE
112 MARCO MAIA PT RS
113 MARCON PT RS
114 MARCOS MEDRADO PDT BA
115 MARCOS ROGÉRIO PDT RO
116 MARGARIDA SALOMÃO PT MG
117 MARINA SANTANNA PT GO
118 MÁRIO FEITOZA PMDB CE
119 MÁRIO HERINGER PDT MG
120 MIGUEL CORRÊA PT MG
121 MILTON MONTI PR SP
122 MIRIQUINHO BATISTA PT PA
123 MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO PP SP
124 NAZARENO FONTELES PT PI
125 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
126 NELSON PELLEGRINO PT BA
127 NEWTON LIMA PT SP
128 NILMÁRIO MIRANDA PT MG
129 ODAIR CUNHA PT MG
130 OLIVEIRA FILHO PRB PR
131 ONOFRE SANTO AGOSTINI PSD SC
132 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI
133 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
134 OTONIEL LIMA PRB SP
135 OZIEL OLIVEIRA PDT BA
136 PADRE JOÃO PT MG
137 PADRE TON PT RO
138 PASTOR EURICO PSB PE
139 PAULÃO PT AL
140 PAULO FEIJÓ PR RJ
141 PAULO FERREIRA PT RS
142 PAULO FOLETTO PSB ES
143 PAULO FREIRE PR SP
144 PAULO MALUF PP SP
145 PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP
146 PAULO RUBEM SANTIAGO PDT PE
147 PAULO TEIXEIRA PT SP
148 PEDRO CHAVES PMDB GO
149 PEDRO EUGÊNIO PT PE
150 PEDRO UCZAI PT SC
151 PERPÉTUA ALMEIDA PCdoB AC
152 POLICARPO PT DF
153 PROFESSOR SETIMO PMDB MA
154 RICARDO BERZOINI PT SP
155 ROGÉRIO CARVALHO PT SE
156 RONALDO ZULKE PT RS
157 RUBENS OTONI PT GO
158 SALVADOR ZIMBALDI PDT SP
159 SANDRA ROSADO PSB RN
160 SARAIVA FELIPE PMDB MG
161 SEBASTIÃO BALA ROCHA PDT AP
162 SEVERINO NINHO PSB PE
163 SIBÁ MACHADO PT AC
164 SILAS CÂMARA PSD AM
165 SUELI VIDIGAL PDT ES
166 TAUMATURGO LIMA PT AC
167 VALADARES FILHO PSB SE
168 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA
169 VALTENIR PEREIRA PSB MT
170 VANDER LOUBET PT MS
171 VANDERLEI SIRAQUE PT SP
172 VICENTE CANDIDO PT SP
173 VIEIRA DA CUNHA PDT RS
174 WALDENOR PEREIRA PT BA
175 WALNEY ROCHA PTB RJ
176 WALTER FELDMAN PSDB SP
177 WELLINGTON ROBERTO PR PB
178 WEVERTON ROCHA PDT MA
179 WOLNEY QUEIROZ PDT PE
180 ZÉ GERALDO PT PA
181 ZECA DIRCEU PT PR
182 ZEZÉU RIBEIRO PT BA
183 ZOINHO PR RJ

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Expediente

Ofício-OFSECM nº 0018 Brasília, 21 de agosto de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunicamos que no dia 24 de abril do presente ano foi eleita para Coordenadora-Geral da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados a **Deputada JÔ MORAES** – PCdoB/MG, juntamente com as **Deputadas ROSANE FERREIRA** – PV/PR, **FLÁVIA MORAIS** – PDT/GO, e **ERIKA KOKAY** – PT/DF, como primeira, segunda e terceira Coordenadoras-Adjuntas, respectivamente.

Assim, tendo em vista a criação da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, através da Resolução nº 31 de 2013, informamos que nos termos do Art. 20-C do Regimento Interno a **Deputada JÔ MORAES** – PCdoB/MG ocupará o cargo de Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher e as **Deputadas ROSANE FERREIRA** – PV/PR, **FLÁVIA MORAIS** – PDT/GO, e **ERIKA KOKAY** – PT/DF, ocuparão os cargos de primeira, segunda e terceira Coordenadoras-Adjuntas, respectivamente.

Certas de contar com a colaboração de Vossa Excelência, agradecemos e renovamos expressões de estima e consideração.

Respeitosamente,

Deputada **ELCIONE BARBALHO**
Procuradora da Mulher

Deputada **JÔ MORAES**
Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher

Em 28/08/2013.

Registre-se. Publique-se. Ao Senhor Diretor-Geral.

HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

Ref. Ofício n. 703/2013 (CN) – Senador Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional. Comunica a publicação dos pareceres ns. 42 a 44, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que concluem pelo arquivamento de matérias que encaminham Relatórios de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao segundo semestre de 2011, primeiro semestre de 2012 e segundo semestre de 2012.

Publique-se. Arquive-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Ref. Ofício n. 698/2013 (CN) – Senador Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional. Comunica a publicação do parecer n. 34, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo arquivamento de matérias (MCN 137/2008 e MCN 19/2009) que encaminham Relatórios de Avaliação de Cumprimento da Meta de Superávit Primário.

Publique-se. Arquive-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Ref. Ofício n. 699/2013 (CN) – Senador Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional. Comunica a publicação do parecer n. 35, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo arquivamento de matérias que encaminham Relatórios de Avaliação de Cumprimento da Meta de Superávit Primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2012, segundo quadrimestre de 2012 e ao exercício de 2012.

Publique-se. Arquive-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Ref. Ofício n. 700/2013 (CN) – Senador Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional. Comunica a publicação do parecer n. 36, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo arquivamento de matérias (OFN 33/2010 e OFN 1/2011) que encaminham Relatórios sobre Operações contratadas da Linha de Crédito para Capital de Giro da MP 445/2008.

Publique-se. Arquive-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Ref. Ofício n. 701/2013 (CN) – Senador Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional. Comunica a publicação do parecer n. 37, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo arquivamento de matérias (OFN 31/2009 e OFN 32/2010) que encaminham Relatórios sobre Operações Contratadas da Linha de Crédito para Capital de Giro da MP 445/2008.

Publique-se. Arquive-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Ofício nº 207/2013, da Liderança do PPS – desliga o Deputado Humberto Souto (PPS/MG) e indica o Deputado Stepan Nercessian (PPS/RJ) para suplente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Publique-se. Arquive-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Ofício nº 825/2013, da Liderança do PSDB – desliga a Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP) como titular da Comissão de Seguridade Social e Família.

Defiro. Publique-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Ofício nº 822/2013, da Liderança do PSDB – indica o Deputado Laercio Oliveira (PR/SE) para suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5627, de 2013, do Poder Executivo, que "altera o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União, e dá outras providências".

Defiro. Publique-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Ofício nº 826/2013, da Liderança do PSDB – desliga o Deputado William Dib (PSDB/SP) e indica a Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP) para suplente da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Defiro. Publique-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Ofício nº 829/2013, da Liderança do PSDB – indica o Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) para suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2011, do Sr. Hugo Motta, que "dá nova redação ao § 8º do art. 144, da Constituição Federal, para disciplinar a carreira dos agentes públicos responsáveis pelo policiamento de trânsito, em âmbito municipal".

Defiro. Publique-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Ofício nº 835/2013, da Liderança do PSDB – indica o Deputado Otavio Leite (PSDB/RJ) para suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 147-A, de 2012, do Sr. Amauri Teixeira, que "fixa parâmetros para a remuneração dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, dos Auditores Fiscais do Trabalho e do grau ou nível máximo da carreira dos servidores do Banco Central do Brasil".

Defiro, desligando o Deputado Otavio Leite da qualidade de titular. Publique-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Of. nº 171/2013, da Liderança do PSB – Indica o Dep. Glauber Braga para exercer as prerrogativas de Líder no dia 28 de agosto de 2013.

Publique-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Of. nº 1035/2013, da Liderança do PSD – Indica o Dep. Sérgio Zveiter para exercer as prerrogativas de Líder no período de 28 a 30 de agosto de 2013.

Publique-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

PROPOSIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 288, DE 2013

(Do Sr. Amauri Teixeira)

Dá nova redação ao § 3º do art. 39 da Constituição Federal para garantir adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas aos Servidores Públicos

(APENSE-SE À PEC-281/2013.PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIOREGIME DE TRAMITAÇÃO: ESPECIAL)

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA **ARQUIVE-SE**, nos termos do § 4º do artigo 164 do RICD, a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI

Nº 5.844/2013 (Arthur Lira) – Destina recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o financiamento de subvenção econômica nos financiamentos a pessoas físicas beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Brasília, 28 de agosto de 2013. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

ARQUIVE-SE, nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD, a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI

Nº 3.071/2011 (Senado Federal – Jayme Campos) – Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso.

Brasília, 28 de agosto de 2013. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

ATO DO PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Autoriza o uso da chancela eletrônica nos atos que especifica.

O Primeiro-Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Fica autorizado, no âmbito da Primeira-Vice-Presidência, o uso da chancela eletrônica estritamente nos atos relativos a:

I – pareceres em Requerimento de Informação, somente quando o voto for pelo encaminhamento;

II – despachos de mero expediente;

III – correspondências e ofícios em geral;

IV – autorização para prestação de serviço externo (Resolução nº 1/07, art. 3º);

V – comunicação de freqüência (Resolução nº 1/07, art. 2º, parágrafo único).

Parágrafo único. A chancela eletrônica, de acesso restrito, somente será válida após autorização do Chefe de Gabinete da Primeira-Vice-Presidência, ou seu substituto, e autenticada mediante código de segurança.

Art. 2º O presente Ato terá vigência durante o respectivo mandato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 28 de agosto de 2013. – Deputado **André Vargas**, Primeiro-Vice-Presidente.

COMISSÕES

ATAS

AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Quinta Reunião Ordinária (Audiência Pública) realizada em vinte de agosto de 2013.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia vinte de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e

Desenvolvimento Rural, no Anexo II, Plenário 6 da Câmara dos Deputados. Presentes os deputados: Moreira Mendes – Vice-Presidente; Celso Maldaner, Dilceu Sperafico, Duarte Nogueira, Jairo Ataíde, Josué Bengtson, Junji Abe, Luiz Nishimori, Marcelo Castro, Nelson Meurer, Odílio Balbinotti, Onyx Lorenzoni, Pedro Chaves e Raimundo Gomes de Matos – Titulares; André Zacharow, Chico das Verduras, Edinho Araújo, Eduardo Sciarra, Eleuses Paiva, Félix Mendonça Júnior, Luiz Carlos, Nelson Marquezelli, Oziel Oliveira, Valdir Colatto e Wandenkolk Gonçalves – Suplentes. Compareceram também os deputados Dr. Paulo César e Ricardo Izar, como não-membros. Deixaram de comparecer os deputados: Abelardo Lupion, Alexandre Toledo, Anselmo de Jesus, Assis do Couto, Beto Faro, Bohn Gass, Carlos Magno, Davi Alves Silva Júnior, Domingos Sávio, Francisco Tenório, Giacobo, Giovanni Queiroz, Hélio Santos, Homero Pereira, Humberto Souto, Júnior Coimbra, Leandro Vilela, Lira Maia, Luci Choinacki, Luis Carlos Heinze, Marcon, Natan Donadon, Nelson Padovani, Nilson Leitão, Reinaldo Azambuja, Roberto Balestra, Valmir Assunção e Vitor Penido. Justificaram a ausência os deputados Carlos Magno e Homero Pereira. ABERTURA – Nos termos regimentais, o deputado Moreira Mendes, Presidente em exercício, declarou aberta a reunião, cumprimentou a todos, agradeceu a presença dos parlamentares e convidados, e esclareceu que a reunião destinava-se a debater "a isenção tributária definitiva aos hortícolas minimamente processados", objeto do Requerimento n.º 399/13 de autoria do deputado Junji Abe – PSD/SP. O presidente também esclareceu as regras para o procedimento da Reunião, informou a lista de convidados, ressaltando que os expositores falariam por vinte minutos cada um, e convocou-os para compor a Mesa. Assumiu a direção dos trabalhos o deputado Junji Abe, autor do Requerimento, que ressaltou a importância de se buscar a desoneração, no que tange à tributação de ICMS, dos produtos agrícolas minimamente processados, assim considerados os produtos *in natura* que passam por procedimentos básicos de higienização e armazenamento. Após, concedeu a palavra aos expositores, na seguinte ordem: MAURÍCIO SHIGUENORI TACHIBANA – coordenador da Mesa Diretora de Assuntos Técnicos de Hortiflores, Raízes, Tubérculos e Plantas Ornamentais da Faesp; LUCIANO VILELA – representante da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças do Mapa; ROSEANE CRISTINA BOB – consultora da Associação dos Produtores e Distribuidores de Hortifruti do Estado de São Paulo – Aporthesp; CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO – secretário de fazenda do Estado do Maranhão e coordenador nacional dos secretários de fazenda dos Estados; ANITA DIAS GUTIERREZ – representante da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – Ceagesp; CARLOS AUGUSTO SCHMIDT – diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Horticultura – Ibrahort e gerente executivo da Associação dos Produtores e Distribuidores de Hortifruti do Estado de São Paulo – Aporthesp; JOSÉ ROBSON CORINGA BEZERRA – diretor-presidente do Sindicato dos Permissionários em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo – Sincaesp. O Presidente agradeceu a presença em plenário dos senhores: José Pinheiro de Souza, presidente do Sindicato dos Carregadores Autônomos – UGT; Newton Araújo S. Júnior, gerente da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab; Marco Bertaiolli, prefeito de Mogi das Cruzes/SP; Rafael Cursino, presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho – Anapa; e Miriam Mós Blois, coordenadora da Ceagesp. Em seguida, o Presidente passou a palavra aos deputados inscritos, pela ordem de inscrição: Celso Maldaner e Dr. Paulo César. O Presidente, então, concedeu a palavra para as considerações finais.do expositor Cláudio José Trinchão, o qual enfatizou sua concordância com a demanda proposta. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às dezesseis horas e dez minutos, antes, porém, convocando reunião ordinária para o dia vinte e um de agosto de dois mil e treze às dez horas. O inteiro teor foi gravado, passando as notas taquigráficas a integrarem o acervo documental desta reunião. E, para constar, eu, Moizes Lobo da Cunha, _____, secretário, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado Moreira Mendes, _____, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

54ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Trigésima Sexta Reunião Ordinária (Deliberativa) realizada em vinte e um de agosto de 2013.

Às onze horas e cinco minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Anexo II, Plenário 6 da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente da Comissão, na forma regimental, para a realização de reunião ordinária destinada à discussão e votação das matérias constantes da Pauta nº 17/13. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos deputados: Giacobo – Presidente; Moreira Mendes, Luci Choinacki e Abelardo Lupion – Vice-Presidentes; Alexandre Toledo,

Anselmo de Jesus, Assis do Couto, Bohn Gass, Celso Maldaner, Davi Alves Silva Júnior, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Duarte Nogueira, Francisco Tenório, Giovanni Queiroz, Hélio Santos, Humberto Souto, Jairo Ataíde, Josué Bengtson, Júnior Coimbra, Junji Abe, Leandro Vilela, Lira Maia, Luis Carlos Heinze, Luiz Nishimori, Marcelo Castro, Marcon, Nelson Meurer, Nelson Padovani, Nilson Leitão, Odílio Balbinotti, Onyx Lorenzoni, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Reinaldo Azambuja, Valmir Assunção e Vitor Penido – Titulares; Afonso Hamm, André Zacharow, Bernardo Santana de Vasconcellos, Betinho Rosado, Chico das Verduras, Edinho Araújo, Edson Pimenta, Eleuses Paiva, Félix Mendonça Júnior, Heuler Cruvinel, Jesus Rodrigues, Josias Gomes, Lázaro Botelho, Márcio Marinho, Marcos Montes, Mário Heringer, Nelson Marquezelli, Oziel Oliveira, Padre João, Paulo Cesar Quartiero, Silas Brasileiro, Valdir Colatto, Wandenkolk Gonçalves e Wellington Roberto – Suplentes. Compareceu também o Deputado Arnaldo Jardim, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Beto Faro, Carlos Magno, Homero Pereira, Natan Donadon e Roberto Balestra. Justificaram a ausência os Deputados Carlos Magno e Homero Pereira. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da Trigésima Segunda reunião (Ordinária, Deliberativa), realizada no dia 7 de agosto de 2013, da Trigésima Terceira reunião (Ordinária, Audiência Pública), realizada em 13 de agosto de 2013 e da Trigésima Quarta reunião (Ordinária, Deliberativa), realizada em 14 de agosto de 2013, tendo solicitado ao secretário que procedesse à leitura das Atas. O deputado Celso Maldaner requereu a dispensa da leitura das Atas, em razão de estas haverem sido distribuídas previamente aos membros da Comissão. Aprovado o requerimento, em votação **as Atas foram aprovadas**. **EXPEDIENTE:** O presidente anunciou o recebimento do Of.GHS_1408, de 21/8/13, do deputado Humberto Souto, por meio do qual justificou sua ausência na reunião do dia 14/8/13. **ORDEM DO DIA: A – Matéria Sobre a Mesa: 1 – REQUERIMENTO Nº 422/13 –** do Sr. Alceu Moreira e outros – que "solicita inclusão do Requerimento nº 423/13 na pauta para votação imediata". O presidente consultou o Plenário da Comissão se poderia fazer votação simbólica para o requerimento extra pauta, no que teve a concordância do Plenário. Em discussão e votação, **foi aprovado por unanimidade o requerimento. 2 – REQUERIMENTO Nº 423/13** – do Sr. Celso Maldaner e outros – que "requer a indicação de representantes desta Comissão para missão técnica internacional do Agronegócio". **Em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. 3 – REQUERIMENTO Nº 424/13 –** do Sr. Onyx Lorenzoni e outros – que "requer a inclusão de matéria extra-pauta". O presidente consultou o Plenário da Comissão se poderia fazer votação simbólica para o Requerimento nº 425/13 extra pauta, no que teve a concordância do Plenário. Em discussão e votação, **foi aprovado por unanimidade o requerimento. 4 – REQUERIMENTO Nº 425/13** – do Sr. Onyx Lorenzoni – que "solicita realização de Audiência Pública, com o convite ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Antônio Eustáquio Andrade Ferreira, bem como a técnicos e gestores públicos, para esclarecimentos e discussão de medidas para debelar o surto de febre catarral, também conhecida como "blue tongue" ou doença da língua azul, afecção que atinge rebanhos de ruminantes, detectada no interior do Estado do Rio de Janeiro". Em discussão e votação, **foi aprovado por unanimidade o requerimento.** Em seguida os Deputados Bohn Gass e Oziel Oliveira chegaram a um acordo sobre a não votação do REQUERIMERNTO N° 421/13 que "requer a Convocação dos Ministros de Estado da Casa Civil Gleisi Hofmann; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio de Andrade; Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira e da Saúde, Alexandre Padilha para prestar esclarecimentos sobre as ações que estão sendo implementadas pelos ministérios para a garantia da defesa fitossanitária do país" porque o Deputado Bohn Gass agendará reunião com a Ministra Gleisi Hofmann até a próxima semana. **B – Requerimentos: 4 – REQUERIMENTO Nº 408/13** – do Sr. Abelardo Lupion – que "requer seja convidado a comparecer perante esta Subcomissão Permanente de Combate à Cartelização do Agronegócio no Brasil, o Sr. Antônio Jorge Camardelli, Presidente da ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne), com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre questões relevantes referentes à cadeia produtiva da carne no Brasil e no mercado internacional". Discutiram o requerimento os Deputados Bernardo Santana de Vasconcellos e Bohn Gass. Em votação, o requerimento **foi aprovado por unanimidade.** 5 **– REQUERIMENTO Nº 409/13** – do Sr. Abelardo Lupion – que "requer seja convidado a comparecer perante esta Subcomissão Permanente de Combate à Cartelização do Agronegócio no Brasil, o Sr. Marcos Molina, Presidente da MARFRIG, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre questões relevantes referentes à cadeia produtiva da carne no Brasil e no mercado internacional". Discutiram o requerimento os Deputados Bernardo Santana de Vasconcellos e Bohn Gass. Em votação, o requerimento **foi aprovado por unanimidade. 5 – REQUERIMENTO Nº 410/13** – do Sr.

Abelardo Lupion – que "requer seja convidado a comparecer perante esta Subcomissão Permanente de Combate à Cartelização do Agronegócio no Brasil, o representante do JBS, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre questões relevantes referentes à cadeia produtiva da carne no Brasil e no mercado internacional". Discutiram o requerimento os Deputados Bernardo Santana de Vasconcellos e Bohn Gass. Em votação, o requerimento **foi aprovado por unanimidade. 6 – REQUERIMENTO Nº 411/13** – do Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos – que "requerimento de Moção de Repúdio da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural à liberação, pelo Governo Brasileiro, de importação de bananas do Equador". Discutiram o requerimento os Deputados Valdir Colatto, que sugeriu transformar o tema em audiência pública, Abelardo Lupion, que concordou em transformar o tema em uma audiência pública, Luci Choinacki, que se posicionou contra a moção de repúdio, mas a favor da realização de audiência pública, Moreira Mendes, Luis Carlos Heinze, que propôs que a CAPADR solicite a suspensão da importação das bananas aos Ministérios competentes, Domingos Sávio, Bohn Gass, que propôs transformar a moção de repúdio em convite para audiência pública, Arnaldo Jardim, que se posicionou favorável ao requerimento, Celso Maldaner, que propôs a transformação de moção de repúdio em audiência pública, Afonso Hamm, Márcio Marinho, que também se posicionou em favor da transformação de moção de repúdio em audiência pública, Humberto Souto, que solicitou a subscrição do requerimento. O Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos concordou em substituir a palavra repúdio por recomendação, e em realizar audiência pública sobre o tema com a participação do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério das Relações Exteriores, o Sr. Marco Aurélio Garcia – Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais -, e representantes dos produtores brasileiros de banana. Em votação, **foi aprovado por unanimidade com alteração da expressão "moção de repúdio" para "recomendação" da CAPADR e com a realização de audiência pública sobre o tema**. **7 – REQUERIMENTO Nº 412/13 –** do Sr. Abelardo Lupion – que "requer seja convidado a comparecer perante esta Subcomissão Permanente de Combate à Cartelização do Agronegócio no Brasil, o Presidente da empresa Ouro Fino Agronegócio, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre questões relevantes referentes à cadeia produtiva da carne no Brasil e no mercado internacional". Discutiram o requerimento os Deputados Bernardo Santana de Vasconcellos e Bohn Gass. Em votação, o requerimento **foi aprovado por unanimidade. 8 – REQUERIMENTO Nº 413/13 –** do Sr. Onyx Lorenzoni – que "requer seja convidado a comparecer perante esta Subcomissão Permanente de Combate à Cartelização do Agronegócio no Brasil, o Presidente do Grupo Merck Brasil, Sr. Celso Braga, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre questões relevantes referentes à cadeia produtiva da carne no Brasil e no mercado internacional". Discutiram os requerimentos os Deputados Bernardo Santana de Vasconcellos e Bohn Gass. Em votação, o requerimento **foi aprovado por unanimidade. 9 – REQUERIMENTO Nº 414/13** – do Sr. Onyx Lorenzoni – que "requer seja convidado a comparecer perante esta Subcomissão Permanente de Combate à Cartelização do Agronegócio no Brasil, o Presidente do Conselho Administrativo do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos Para Saúde Animal – SINDAN, Sr. Ricardo Pinto, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre questões relevantes referentes à cadeia produtiva da carne no Brasil e no mercado internacional". Discutiram o requerimento os Deputados Bernardo Santana de Vasconcellos e Bohn Gass. Em votação, o requerimento **foi aprovado por unanimidade. 10 – REQUERIMENTO Nº 415/13** – do Sr. Abelardo Lupion – que "requer a Convocação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Excelentíssimo Senhor Antônio de Andrade para prestar esclarecimentos sobre os parâmetros utilizados na nomeação do Sr. Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo para exercer o cargo de Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura". **Retirado de pauta pelo autor**. **11 – REQUERIMENTO Nº 416/13** – do Sr. Moreira Mendes – que "solicita que a Comissão oficie o Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano – Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e a Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra Chefe da Casa Civil solicitando audiência para tratar da Consulta Pública nº 02 – ANVISA de 25/01/2011". **Não deliberado**. **C – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:** TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA. **11 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 913/13** – do Sr. Ronaldo Caiado – que "susta o § 5º do art. 9º e o inciso III do § 2º do art. 10, ambos do Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, com redação dada pelo Decreto nº 5.570, de 2005". RELATOR: Deputado LIRA MAIA. PARECER: pela aprovação. **Vista ao Deputado Bohn Gass**. **C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:** TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA. **12 – PROJETO DE LEI Nº 4.042/12 –** do Sr. Zé Geraldo – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 4.504, de 30 de no-

vembro de 1964 – Estatuto da Terra". EXPLICACAO DA EMENTA: Estabelece que a execução dos mandados de reintegração de posse e desocupação de imóvel rural será feita de segunda a sexta das oito às dezoito horas. RELATOR: Deputado ASSIS DO COUTO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Moreira Mendes, em 05/06/2013. O Deputado Moreira Mendes apresentou voto em separado em 12/06/2013. **Não deliberado. 13 – PROJETO DE LEI Nº 5.399/13** – do Sr. Lira Maia – que "exclui área da Reserva Extrativista Renascer, localizada no Município de Prainha, Estado do Pará". RELATOR: Deputado FRANCISCO TENÓRIO. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Anselmo de Jesus, em 07/08/2013**. Não deliberado. 14 – PROJETO DE LEI Nº 3.487/12 –** do Sr. Jerônimo Goergen – que "dispõe sobre a comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz, trigo, feijão, cebola, cevada e aveia e seus derivados importados de outros países, para consumo e comercialização interno, e dá outras providências". RELATOR: Deputado VITOR PENIDO. PARECER: pela aprovação. **Não deliberado. 15 – PROJETO DE LEI Nº 1.274/11** – do Sr. Onofre Santo Agostini – que "institui o Programa Nacional de Compensação por Serviços Ambientais e o Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, e dá outras providências". (Apensado: PL 1326/2011). EXPLICACAO DA EMENTA: Altera a Lei nº 8.001, de 1990. RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES. PARECER: pela aprovação deste e pela rejeição do PL 1326/2011, apensado. **Não deliberado. 16 – PROJETO DE LEI Nº 4.677/12 –** do Sr. Marco Tebaldi – que "dispõe sobre a criação dos procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira sem fins comerciais dos Pescadores Eventuais, e dá outras providências". RELATOR: Deputado LUIS CARLOS HEINZE. PARECER: pela rejeição. **Não deliberado. 17 – PROJETO DE LEI Nº 4.740/12 –** do Sr. Nelson Padovani – que "trata da implantação de projeto de parceria agrícola e pecuária entre a FUNAI – Fundação Nacional dos Índios, e terceiros". RELATOR: Deputado PAULO CESAR QUARTIERO. PARECER: pela rejeição. **Não deliberado. 18 – PROJETO DE LEI Nº 1.142/03 –** do Sr. Darcísio Perondi – que "altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, alterada pela Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que "Dispõe sobre inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal", e dá outras providências". EXPLICACAO DA EMENTA: Atribui às Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Municípios, competência para realizarem a fiscalização nos estabelecimentos industriais e congêneres que façam comércio municipal e/ou intermunicipal de produtos de origem animal. RELATOR: Deputado ANDRÉ ZACHAROW. PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados Abelardo Lupion, José Humberto e Valdir Colatto, em 27/03/2013**. Não deliberado.** Encerrada a Ordem do Dia, o Presidente encerrou os trabalhos às doze horas e cinquenta e quatro minutos, antes, porém, convidou os membros a participarem de Reunião Ordinária para Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Especial para Tratar dos Custos de Produção, Tributos e Preços das Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas, Praticados no Brasil – SUBMAQUINA, dia vinte e um de agosto, às quinze horas, na sala da Presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na sala T-38 do Anexo II desta Casa. E, para constar, eu _____, Moizes Lobo da Cunha, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Giacobo _____, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

54ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Ata da Quadragésima Oitava Reunião Ordinária realizada em 27 de agosto de 2013

Às catorze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), no Anexo II, Plenário 01 da Câmara dos Deputados, com a **PRESENÇA** dos Senhores Décio Lima –Presidente; Mauro Benevides – Vice-Presidente; Alessandro Molon, Andre Moura, Antonio Bulhões, Cândido Vaccarezza, Cesar Colnago, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Edson Silva, Eduardo Cunha, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Esperidião Amin, Fabio Trad, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, João Campos, João Paulo Cunha, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Jutahy Junior, Leonardo Gadelha, Leonardo Picciani, Lourival Mendes, Luiz Couto, Luiz de Deus, Luiz Pitiman, Marcos Rogério, Onofre Santo Agostini, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Renato Andrade, Ricardo Berzoini, Ronaldo Fonseca, Sandra Rosado, Sergio Zveiter, Taumaturgo Lima, Valtenir Pereira, Vicente Candido, Vieira da Cunha e William Dib – Titulares; Alberto Filho, Alexandre Leite, Daniel Almeida, Dudimar Paxiuba, Eduardo Azeredo, Efraim Filho, Geraldo Simões, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hugo Leal, Jaime Martins, João Dado, Jose Stédile, Lincoln Portela, Luciano Castro, Luiza Erundina, Marçal Filho, Marcelo Almeida, Márcio Macêdo, Mau-

ro Lopes, Mendonça Filho, Nelson Marchezan Junior, Oziel Oliveira, Paulo Teixeira, Ricardo Tripoli, Sandro Alex, Sandro Mabel, Silas Câmara e Zezéu Ribeiro – Suplentes. Compareceram também os Deputados Eliseu Padilha, Jandira Feghali e Marcelo Almeida, como não membros. Deixaram de comparecer os Deputados Alceu Moreira, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Benjamin Maranhão, Beto Albuquerque, Bonifácio de Andrada, Carlos Bezerra, Dr. Grilo, Fábio Ramalho, Heuler Cruvinel, Iriny Lopes, José Genoíno, José Mentor, Luiz Carlos, Márcio França, Marcos Medrado, Mendonça Prado, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Roberto Freire, Vicente Arruda e Vilson Covatti. **ABERTURA**: O Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação as Atas da quadragésima quinta reunião ordinária deliberativa, da quadragésima sexta reunião extraordinária e da quadragésima sétima reunião ordinária de audiência pública, realizadas as duas primeiras em vinte e dois de agosto e a última em vinte e três de agosto. Os Deputados Paulo Magalhães e Onofre Santo Agostini requereram dispensa da leitura das Atas. Em votação, foram aprovadas. **EXPEDIENTE:** 1 – Ofício nº 126/2013, do Deputado Danilo Forte, justificando sua ausência à reunião ordinária do dia 21 de agosto de 2013; 2 – Memorando nº 16/2013, do Deputado Odair Cunha, justificando sua ausência à reunião do dia 14 de agosto de 2013; 3 – Ofício nº 73/2013, do Deputado Hugo Leal, justificando sua ausência à reunião do dia 22 de agosto de 2013; 4 – Ofício nº 123/2013, do gabinete do Deputado Marcelo Almeida, justificando sua ausência às reuniões dos dias 20, 21 e 22 de agosto de 2013; 5 – Ofício nº 1.001/2013, da Liderança do PMDB, que desliga o Deputado Wladimir Costa (PMDB/PA) e indica o Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) como membro suplente; 6 – Ofício nº 015/2013, da Comissão de Direitos Humanos "Irmãos Naves", solicitando a alteração da Lei nº 8.625/93; 7 – Memorando nº 19/2013, da Diretoria Legislativa, autorizando a transmissão, por meio da internet, da posse da nova direção da Bancada Feminina da Câmara, realizada em 19 de junho de 2013; 8 – Ofício nº 686/2013, do Deputado Onofre Santo Agostini, encaminhando o Ofício nº 261/2013, do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina, que solicita apoio ao PL nº 4.796/2012, que trata de anistia a servidores de diversos órgãos públicos extintos.**ORDEM DO DIA:** O Presidente retirou de ofício o item seis da pauta, Redação Final do Projeto de Lei nº 4.571/08, para inclusão na próxima terça-feira, dia três de setembro, em razão de Reclamação sobre o tema apresentada à Mesa Diretora. Também retirou de ofício o item sessenta e cinco, Projeto de Lei nº 1.770/11, por solicitação do Relator, Deputado João Paulo Lima. Manifestou-se em concordância o Deputado Esperidião Amin. **I – Votações em bloco.** Mantendo o acordo firmado com os membros da Comissão, a apreciação de alguns itens da pauta foi realizada em blocos. Primeiro bloco: Redações finais de proposições, itens um a nove da pauta (exceto o item seis, retirado de ofício). Segundo bloco: PDC's de concessão ou renovação de serviços de radiodifusão, itens vinte e quatro a quarenta e quatro da pauta. Terceiro bloco: PDC de acordo internacional, item dez da pauta. **Bloco I. 1 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 731/12** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 73/2012) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Parque dos Pinhos – ASSCOMPP a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cidreira, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado LUIZ COUTO. **2 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 847/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 212/2012) – que "aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Cultural e Ambiental de Heitorai a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Heitorai, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado LUIZ COUTO. **3 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 868/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 354/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Seara a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Seara, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado LUIZ COUTO. **4 – REDAÇÃO FINAL DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 190/07** – do Sr. Flávio Dino – que "acrescenta o art. 93-A à Constituição Federal de 1988". EXPLICACAO DA EMENTA: Determina que Lei Complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), disporá sobre o Estatuto dos Servidores do Judiciário. Altera a Constituição Federal de 1988. RELATOR: Deputado LUIZ COUTO. **5 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.266/07** – da Sra. Sueli Vidigal – que "altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e dá outras providências". RELATOR: Deputado LUIZ COUTO. **6 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.433/11** – do Sr. Edinho Araújo – que "altera a diretriz da rodovia BR-436, prevista no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973,

que institui o Plano Nacional de Viação, para incluir em seu traçado a Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná". RELATOR: Deputado LUIZ COUTO. **7 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.785/11** – do Poder Executivo – que "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade". RELATOR: Deputado LUIZ COUTO. **8 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.312/12** – do Sr. Alceu Moreira – que "altera a Lei nº 9.503, de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual". RELATOR: Deputado LUIZ COUTO. O Presidente anunciou a votação em bloco das Redações Finais. Em votação, foram aprovadas. **Bloco II. 9 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 846/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 206/2012) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Poço Cerrado a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado MAURO BENEVIDES. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **10 -PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 941/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 390/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Civil Floripa é 10 a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado ASSIS MELO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **11– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 987/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 697/2013) – que "aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tigre FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Novo Oriente, Estado do Ceará". RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **12 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 999/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 362/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunidade FM – Radiocom a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado ASSIS MELO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **13 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.000/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 380/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Crescer e Florescer a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Fortaleza, Estado do Ceará". RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **14 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.006/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 513/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Amigos da Cultura e Esporte de Aiuaba – AMICEA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aiuaba, Estado do Ceará". RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **15 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.010/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 537/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Lagoa de Montanhas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montanhas, Estado do Rio Grande do Norte". RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **16 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.015/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 563/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Umburana, Gangorra e Vertentes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jericó, Estado da Paraíba". RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **17 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.039/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 514/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Assunção a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapipoca, Estado do Ceará". RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **18 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.042/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 527/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Cultural Rádio Comunitária Nova Santa Helena a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Nova Santa Helena, Estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado ARMANDO VERGÍLIO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **19 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.051/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 698/2013) – que "aprova o ato que outorga permissão à Star FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Senador Pompeu, Estado do Ceará". RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **20 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.052/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 702/2013) – que "aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte". RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **21 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.060/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 248/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Rural de Rádio Comunitária do Assentamento do Bom Jesus a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tartarugalzinho, Estado do Amapá". RELATOR: Deputado DUDIMAR PAXIUBA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **22 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.069/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 367/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Trescoroense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Coroas, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado ASSIS MELO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **23 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.080/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 500/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Paraná de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arapongas, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ONOFRE SANTO AGOSTINI. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **24 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.085/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 524/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores de Radiodifusão de Lucena a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lucena, Estado da Paraíba". RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **25 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.086/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 534/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Jequiá da Praia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jequiá da Praia, Estado de Alagoas". RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **26 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.090/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 572/2013) – que "aprova o ato que autoriza a Associação dos Produtores Rurais da Quadra 10 de Setembro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Médice, Estado do Maranhão". RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **27 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.104/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 663/2013) – que "aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Bela Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campo Verde, Estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **28 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.111/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 741/2013) – que "aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado BETO MANSUR. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. **29 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.116/13** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 755/2013) – que "aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Caioba Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curitiba, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado ASSIS MELO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. O Presidente

anunciou a discussão e a votação dos Projetos de Decreto Legislativo de Radiodifusão. Não houve oradores inscritos para a discussão. Em votação, foram aprovados os Pareceres. **Bloco III. 30 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 825/13** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 55/2013) – que "aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá, celebrado em Brasília, em 8 de agosto de 2011". RELATOR: Deputado RICARDO BERZOINI. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. O Presidente anunciou a discussão e a votação do Projeto de Decreto Legislativo de Acordo Internacional. Não houve oradores inscritos para a discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. **II – Deliberações com inversões aprovadas.** Os Deputados Onofre Santo Agostini, Valtenir Pereira, Eliseu Padilha, Delegado Protógenes, Paulo Magalhães, Esperidião Amin, Vieira da Cunha, Ricardo Berzoini, Antônio Bulhões, Cesar Colnago, Daniel Almeida, Félix Mendonça Júnior, Gonzaga Patriota, Eduardo Azeredo, Mauro Benevides, Hugo Leal, Luiz Couto e Paes Landim requereram, em lista de presença e conforme acordo firmado na Comissão, inversão de pauta para apreciação dos itens sessenta e sete, sessenta e seis, vinte e um, sessenta e quatro, dezesseis, cinquenta, quarenta e oito, cinquenta (repetido), doze, setenta, cinquenta e um, cinquenta e dois, quarenta e seis, cinquenta e quatro, setenta e um, doze (repetido), quinze, cinquenta e três, respectivamente. Foram os requerimentos aprovados pelo plenário da Comissão. **31 – PROJETO DE LEI Nº 2.593/11** – do Sr. Onofre Santo Agostini – que "altera a delimitação da Reserva Particular do Patrimônio Natural Emílio Einsfeld Filho em Santa Catarina e dá outras providências". RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Proferido o Parecer por Relator Substituto, Deputado Esperidião Amin. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Alessandro Molon, Vieira da Cunha e Félix Mendonça Júnior. **32 – PROJETO DE LEI Nº 2.578/11** – do Sr. Valtenir Pereira – que "inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica". RELATOR: Deputado JÚNIOR COIMBRA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Proferido Parecer por Relator Substituto, Deputado Eliseu Padilha. Não houve oradores inscritos para discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. **33 – PROJETO DE LEI Nº 3.402/12** – do Sr. Arthur Oliveira Maia – que "dispõe sobre a nulidade de normas legais e regulamentares, decisões judiciais e atos administrativos estrangeiros que afrontem garantias constitucionais ou se fundamentem em legislação discriminatória, e dá outras providências". RELATOR: Deputado MARCELO ALMEIDA.PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo. Proferido parecer pelo Relator Substituto, Deputado Eliseu Padilha. Foi concedida vista ao Deputado Edson Silva. **34 – PROJETO DE LEI Nº 757/11** – da Sra. Jandira Feghali – que "institui o Cultura Viva – Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, estabelece normas para seu funcionamento, e dá outras providências". (Apensado: PL 1378/2011) RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, das Emendas apresentadas na Comissão de Educação e Cultura, do Substitutivo da mesma Comissão, com Subemenda, das Subemendas da Comissão de Finanças e Tributação e do PL 1378/2011, apensado. Proferido parecer pelo Relator Substituto, Deputado Delegado Protógenes. Não houve oradores inscritos para discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer, com complementação do Relator Substituto para retificação da Emenda de Adequação nº 02/2012 da Comissão de Finanças e Tributação. Manifestou-se, em agradecimento, a autora, Deputada Jandira Feghali, bem como os Deputados Esperidião Amin, Ricardo Berzoini e Delegado Protógenes. **35 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 812/13** – do Sr. Jovair Arantes – que "susta os efeitos do Ato Administrativo INFRAERO nº 3139/PR/2012, de 18 de setembro de 2012, que institui procedimento normativo para a concessão de áreas operacionais destinadas às atividades próprias das empresas prestadoras de serviço aéreos públicos nos aeroportos da rede Infraero". RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. Proferido Parecer pelo Relator. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Taumaturgo Lima, Vieira da Cunha e Félix Mendonça Júnior. **36 – PROJETO DE LEI Nº 3.998/12** – do Senado Federal – Ana Amélia – (PLS 352/2011) – que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias". RELATOR: Deputado RICARDO BERZOINI. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, com Subemendas, e da Subemenda da Comissão de Seguridade Social e Família; e pela antirregimentalidade da Emenda apresentada nesta Comissão. Proferido o Parecer. Vista ao Deputado Edson Silva, em 20/08/2013. Não houve oradores inscritos para discus-

são. Em votação, foi aprovado o Parecer. Manifestaram-se os Deputados Esperidião Amin, Fabio Trad e João Paulo Cunha. O Presidente registrou a presença em plenário de integrantes da ONG Oncoguia e ressaltou que foram computadas duzentas e cinquenta manifestações de apoio a esse projeto na página da Comissão no Facebook. **37 – PROJETO DE LEI Nº 4.217/12** – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que "dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho". RELATOR: Deputado EDUARDO AZEREDO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação. Proferido o Parecer. Vista ao Deputado Edson Silva, em 20/08/2013. Não houve oradores inscritos para discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. 38 – **PROJETO DE LEI Nº 4.222/12** – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que "dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região". RELATOR: Deputado FABIO TRAD. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Proferido parecer pelo Relator. Não houve oradores inscritos para discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. **39 – PROJETO DE LEI Nº 4.213/12** – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que "dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e dá outras providências". EXPLICACAO DA EMENTA: Cria 255 (duzentas e cinquenta e cinco) funções comissionadas, nível FC-2. RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Proferido parecer pelo Relator. Não houve oradores inscritos para discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. Os itens cinquenta e três e cinquenta e quatro da pauta foram invertidos, a pedido do Deputado Onofre Santo Agostini e em razão da semelhança das matérias, registrada concordância do plenário. **40 – PROJETO DE LEI Nº 4.226/12** – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que "dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região". RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Proferido parecer pelo Relator Substituto, Deputado João Paulo Cunha. Não houve oradores inscritos para discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. **41– PROJETO DE LEI Nº 4.227/12** – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que "dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região". RELATOR: Deputado LEONARDO PICCIANI. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Proferido parecer pelo Relator Substituto, Deputado João Paulo Cunha. Discutiram a matéria os Deputados Eduardo Azeredo, Ricardo Berzoini, Esperidião Amin, João Paulo Cunha e Sandro Mabel. Em votação, foi aprovado o Parecer. O Deputado Sandro Mabel solicitou celeridade na tramitação do Projeto de Lei nº 4.330/2004, requerendo sua inclusão na pauta do dia quatro de setembro, a despeito da falta de acordo quanto à matéria. Sobre o tema manifestaram-se os Deputados. Ricardo Berzoini e Vieira da Cunha. **42 – PROJETO DE LEI Nº 4.653/12** – do Sr. João Arruda – que "dispõe sobre a anistia de multas eleitorais aplicadas pela Justiça Eleitoral nos pleitos de 2008 a 2012". RELATOR: Deputado ARTHUR OLIVEIRA MAIA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda. Proferido parecer pelo Relator Substituto, Deputado Mauro Benevides. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Vieira da Cunha, Luiz Couto, Fabio Trad, Ricardo Berzoini e Eliseu Padilha. **43 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 273/13** – do Sr. Nelson Marquezelli – que "altera a alínea l, do inciso I, do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para explicitar que a inelegibilidade decorrente de ato doloso de improbidade administrativa exige, cumulativamente, a lesão ao patrimônio público e o enriquecimento ilícito do agente". RELATOR: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas. Vista conjunta aos Deputados Esperidião Amin, Marcos Rogério, Roberto Freire e Vieira da Cunha, em 20/08/2013. A matéria foi retirada de ofício pelo Presidente, que se comprometeu a pautá-la para a próxima terça-feira, dia três de agosto. **44 – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 504/10** – do Senado Federal – Demóstenes Torres – (PEC 51/2003) – que "altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional". RELATOR: Deputado RICARDO TRIPOLI. PARECER: pela admissibilidade. Proferido parecer pelo Relator Substituto, Deputado Luiz Couto. Não houve oradores inscritos para discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. **45 – PROJETO DE LEI Nº 481/99** – do Sr. Enio Bacci – que "isenta do pagamento de taxas para obtenção de 2ª via de documentos públicos pessoais (carteira de identidade, certidão de nascimento, título de eleitor, atestado de óbito e outros), as pessoas que comprovadamente estiverem desempregadas ou percebam até 02 (dois) salários mínimos e dá outras providências". (Apensados: PL

3483/2000 (Apensado: PL 2430/2011), PL 3718/2000, PL 1538/2003 (Apensados: PL 3511/2004, PL 5042/2009 e PL 1026/2007), PL 713/2007, PL 875/2007 (Apensado: PL 1105/2011), PL 290/2007, PL 2845/2008, PL 4778/2009, PL 4779/2009, PL 115/2011 (Apensado: PL 2613/2011) e PL 3440/2012 (Apensado: PL 3622/2012)) RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Sandra Rosado (PSB-RN), pela constitucionalidade, juridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, do PL 3483/2000, do PL 2845/2008 e do PL 1026/2007, apensados: e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 3718/2000, do PL 1538/2003, do PL 290/2007, do PL 713/2007, do PL 875/2007, do PL 4778/2009, do PL 4779/2009, do PL 115/2011, do PL 3440/2012, do PL 2430/2011, do PL 3511/2004, do PL 5042/2009, do PL 1105/2011, do PL 2613/2011 e do PL 3622/2012, apensados, com substitutivo. Proferido o Parecer. Vista conjunta aos Deputados Arthur Oliveira Maia e Luiz Couto, em 27/03/2013. O Deputado Marcos Rogério apresentou voto em separado em 25/04/2013. A matéria foi retirada de pauta de ofício, atendido pedido da Relatora, Deputado Sandra Rosado, para retornar na próxima terça-feira, dia três de setembro. **ENCERRAMENTO**: O Senhor Presidente encerrou a reunião às dezesseis horas e nove minutos, antes convocando reunião ordinária para a próxima quarta-feira, vinte e oito de agosto, às dez horas, para apreciar proposições remanescentes da pauta, além da Proposta de Emenda à Constituição nº 290/2013. Também convocou reunião extraordinária de instalação e eleição da Subcomissão "Memória, Verdade e Justiça" para mesma data, às quinze horas. E, para constar, eu _____, Alexandra Zaban Bittencourt, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Décio Lima, _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE CULTURA

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 23ª Reunião Ordinária realizada em 21 de agosto de 2013.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Cultura, no Anexo II, Plenário 10 da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os senhores Deputados Jandira Feghali – Presidente; Evandro Milhomen e Jose Stédile – Vice-Presidentes; Acelino Popó, Dr. Paulo César, Jean Wyllys, Paulo Ferreira, Paulo Rubem Santiago, Pinto Itamaraty, Professor Sérgio de Oliveira e Raul Henry – Titulares; Carmen Zanotto, Edinho Araújo, Eduardo Barbosa, Fátima Bezerra, Luciana Santos, Marina Santanna, Penna e Waldenor Pereira – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Angelo Vanhoni, Domingos Sávio, Gabriel Chalita, Nilmário Miranda, Onyx Lorenzoni e Pedro Guerra. Justificaram a ausência os Deputados Marcelo Almeida e Stepan Nercessian. **ABERTURA:** Havendo número regimental, a senhora Presidenta, Deputada Jandira Feghali, declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 22ª Reunião Ordinária de Audiência Pública, realizada no dia 20 de outubro de 2013. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** A Presidenta comunicou aos senhores membros a confirmação de audiência com o Senhor Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, às 17 horas, no Ministério das Comunicações, para tratar sobre a regionalização da programação cultural, artística e jornalística no rádio e televisão; convidou a todos os membros interessados no tema para comporem uma representação da Comissão de Cultura para comparecer a audiência com o Ministro das Comunicações. Reiterou convites para o encontro com o Ministro da Cultura e Mídia da Alemanha, Senhor Bernd Neumann, na quinta-feira, 22 de agosto, às 10h, no Gabinete da Presidência da Comissão de Cultura, e para o lançamento nacional da Campanha pelo Marco Regulatório da Mídia Democrática, na quinta-feira, ás 9 horas, no Auditório Nereu Ramos. A Presidenta informou o recebimento de convites para os seguintes eventos: Festival de Cinema em Homenagem ao Centenário do Cinema Indiano, promovido pela Embaixada da Índia e a Secretaria de Cultura do Distrito Federal, de 19 a 23 de agosto, no Museu Nacional, em Brasília; IV Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos, realizado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, no dia 27 de agosto, a partir das 9h, no Auditório Nereu Ramos; e, II Seminário Internacional de Arte Contemporânea, realização do Instituto Tomie Ohtake, no dia 10 de setembro, das 9 às 17h, no Auditório Ibirapuera, em São Paulo/SP. Comunicou foi efetuada designação de relatoria no dia 15/08/13. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos:** O Deputado José Stédile assumiu a Presidência, e propôs ao Plenário a apreciação em bloco dos Requerimentos constantes da pauta, itens 1 a 3, de autoria da Deputada Jandira Feghali. Acatada a proposta, o Presidente concedeu a palavra à Deputada Jandira Feghali, que fez o encaminhamento de suas proposições. O Presidente procedeu à votação em bloco dos Requerimentos: 1 – **REQUERIMENTO Nº 42/13** – da Sra. Jandira Feghali – que "requer seja realizada Audiência Pública para apresentação e discussão sobre as prioridades da FUNARTE". **APROVADO UNANIMEMENTE.** 2 – **REQUERIMENTO Nº 43/13** – da Sra. Jandira Feghali – (PL

1176/2011) – que "requer seja realizada Mesa de Debate, no Rio de Janeiro/RJ, a fim de discutir a matéria contida no PL nº 1176/2011 e PL nº 1786/2011". **APROVADO UNANIMEMENTE.** 3 – **REQUERIMENTO Nº 44/13** – da Sra. Jandira Feghali – (PL 5992/2013) – que "requerem a tramitação do PL nº 5992/2013 na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), na Comissão de Cultura (CCULT) e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)". **APROVADO UNANIMEMENTE, COM A SEGUINTE ALTERAÇÃO: "REQUER A TRAMITAÇÃO DO PL Nº 5.992/2013 NA COMISSÃO DE CULTURA – CCULT".** A Deputada Jandira Feghali reassumiu a Presidência. O Deputado Paulo Rubem Santiago solicitou a palavra e fez registro sobre matéria publicada no Jornal do Comércio, em 18/08/2013, acerca das questões decorrentes da não adesão do Estado de Pernambuco ao Sistema Nacional de Cultura – SNC; ressaltou a necessidade de implementação do Sistema Nacional de Cultura pelos Estados e propôs o encaminhamento de documento aos Governadores e aos Secretários Estaduais de Cultura argumentando sobre a importância da adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Manifestou-se sobre o tema a Deputada Luciana Santos. A Presidenta propôs o envio de documento aos Governadores, Secretários Estaduais e Municipais, e ao Fórum de Secretários de Cultura expondo a preocupação da Comissão de Cultura e alertando sobre a necessidade de ações de implementação do Sistema Nacional de Cultura. A Presidenta anunciou a apreciação das demais proposições constantes da Ordem do Dia: **B – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA:** 4 – **PROJETO DE LEI Nº 6.060/09** – do Sr. Vicentinho – que "estabelece mecanismos de incentivo para a produção, publicação e distribuição de revista em quadrinhos nacionais". RELATOR: Deputado JOSE STÉDILE. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO RELATOR.** 5 – **PROJETO DE LEI Nº 7.834/10** – do Sr. Eduardo Barbosa – que "altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para acrescentar §§ 9° e 10 ao art. 4°". EXPLICACAO DA EMENTA: Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para aprovação ou rejeição de projetos culturais, que serão aprovados automaticamente caso não haja manifestação da autoridade após esse período. RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO RELATOR.** 6 – **PROJETO DE LEI Nº 477/11** – do Sr. Hugo Leal – que "dispõe sobre o cumprimento do horário de início anunciado para apresentações ofertadas ao público em geral". RELATOR: Deputado PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **NÃO DELIBERADO.** 7 – **PROJETO DE LEI Nº 4.160/12** – do Sr. Paulo Rubem Santiago – que "declara Celso Furtado Patrono da Economia Brasileira". RELATORA: Deputada LUCIANA SANTOS. PARECER: pela aprovação. A Deputada Luciana Santos proferiu seu parecer. O Deputado Paulo Rubem Santiago fez o encaminhamento de sua proposição. Aberta a discussão, manifestaram-se os Deputados Jean Wyllys, Waldenor Pereira, Paulo Ferreira, Luciana Santos e a Deputada Jandira Feghali, Presidenta. Submetido à votação, **O PARECER FOI APROVADO UNANIMEMENTE.** A Presidenta fez breve pronunciamento sobre a matéria aprovada e cumprimentou o Autor e a Relatora da proposição. 8 – **PROJETO DE LEI Nº 4.397/12** – do Sr. Walter Feldman – que "acrescenta a alínea f ao inciso II do art. 3º, acrescenta a alínea i ao § 3º do art. 18 e altera o inciso V do art. 25, todos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que reestabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências, para incluir os projetos para produção de esculturas e estátuas destinados a logradouros públicos no Brasil entre os que podem ser beneficiados pelos incentivos previstos na Lei". RELATOR: Deputado RAUL HENRY. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** A Presidenta comunicou ao Plenário a realização de reunião de trabalho com representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, terça-feira, 27/08/13, às 14h, no gabinete da Presidência da Comissão de Cultura, para tratar sobre os Projetos de Lei que dispõem sobre o reconhecimento de bem de natureza imaterial como manifestação cultural ou como parte do patrimônio cultural brasileiro. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta encerrou a reunião, às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. E, para constar, eu _____, Nádia Lúcia das Neves Raposo, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pela Presidenta, Deputada Jandira Feghali _____, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 26ª Reunião Ordinária de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) realizada em 20 de agosto de 2013.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia vinte de agosto de dois mil e treze, reuniram-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC e a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP no Anexo II, Plenário 05 da Câmara dos Deputados. Estiveram

presentes, da CDEIC, os Deputados – Ângelo Agnolin – Presidente; Guilherme Campos, Mandetta e Odair Cunha – Suplentes, e da CTASP, os Deputados – Roberto Santigo – Presidente; Policarpo, Walter Ihoshi, Isaias Silvestre – Titulares e Chico Lopes; Dr. Grilo e Fátima Pelaes – Suplentes. A Deputada Sueli Vidigal apresentou justificativa de ausência ao Ciclo de Palestras e à reunião deliberativa ocorridas no dia quatorze de agosto de dois mil e treze. **ABERTURA:** o senhor Presidente, Deputado Ângelo Agnolin, declarou abertos os trabalhos, agradeceu a presença de todos e informou que a presente Reunião de Audiência Pública estava sendo realizada em razão da aprovação dos Requerimentos nº 116/2013 (CDEIC) e nº 259/2013 (CTASP), com o objetivo de discutir "A atuação do segmento de cartões de benefícios no país", de autoria dos Deputados Guilherme Campos e Walter Ihoshi, respectivamente. Em seguida, o senhor Presidente convidou para assentar-se à Mesa, na condição de expositores, os senhores: **FRANCISCO GOMES**, Coordenador de Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; **ALESSANDRA CAMARGOS OLIVEIRA**, Coordenadora de Análise Técnica e Orientação Normativa do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça – SENACON/MJ; **MARDILSON FERNANDES QUEIROZ**, Chefe Adjunto do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil – DENOR/BACEN; **JOÃO CARLOS COUTINHO DEVENS**, Diretor da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS e Presidente da Associação Capixaba de Supermercados – ACAPS; e **ARTUR RENATO BRITO DE ALMEIDA**, Presidente da Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalhador – ASSERT. A seguir, o Presidente explicou as regras de condução dos trabalhos da Audiência Pública e passou a palavra, por quinze minutos, ao expositor Artur Renato Brito de Almeida. Após a exposição do convidado, o Deputado Roberto Santiago solicitou a palavra pela ordem e teceu algumas considerações sobre o tema. Em seguida, o Presidente passou a palavra, nesta ordem, aos senhores João Carlos Coutinho Devens, Mardilson Fernandes Queiroz, Alessandra Camargos Oliveira e Francisco Gomes. Terminadas as exposições, o Deputado Ângelo Agnolin deu início aos debates. Fizeram uso da palavra os Deputados Guilherme Campos, Walter Ihoshi e o participante Roberto Moreno, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS. Após os debates, o coordenador dos trabalhos passou a palavra novamente aos palestrantes para que pudessem responder às indagações dos Parlamentares e participantes e tecer suas considerações finais sobre o assunto. **ENCERRAMENTO**: Após os debates, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos, antes convocando os senhores membros para a Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e a Comissão de Defesa do Consumidor, para discutir o tema "Ações das Empresas de Marketing Multinível no Brasil" a ser realizado na próxima quarta-feira, dia vinte e um de agosto, às nove horas, no Plenário 5. E, para constar, eu _____, Anamélia Lima Rocha Fernandes, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Angelo Agnolin _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor encontra-se gravado e passa a integrar seu arquivo documental.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 27ª Reunião Ordinária de Audiência Pública com a Participação da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e da Comissão de Defesa do Consumidor realizada em 21 de agosto de 2013.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os senhores Deputados Ângelo Agnolin – Presidente; Sueli Vidigal – Vice-Presidente; Antonio Balhmann, Carlos Roberto, João Maia, Renan Filho, Renato Molling, Ronaldo Zulke, Rosinha da Adefal e Valdivino de Oliveira – Titulares; Dr. Ubiali, Fernando Torres, Júlio Delgado e Marco Tebaldi – Suplentes. Compareceram também os Deputados Antônia Lúcia, Celso Maldaner, Francisco Chagas, Gladson Cameli, Henrique Oliveira, Isaias Silvestre, Jesus Rodrigues, João Arruda, José Carlos Araújo, Luciana Santos, Nilson Leitão, Osmar Serraglio, Oziel Oliveira, Paulo Pereira da Silva, Paulo Wagner, Reguffe, Ricardo Izar, Sandro Alex, Silas Câmara, Silvio Costa, Walter Ihoshi e Weliton Prado, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Edson Pimenta, José Augusto Maia, Luis Tibé, Marcelo Matos, Miguel Corrêa, Renzo Braz, Vinicius Gurgel e Walter Tosta. **ABERTURA:** o senhor Presidente, Deputado Ângelo Agnolin, declarou abertos os trabalhos, agradeceu a presença de todos e informou que a presente Reunião de Audiência Pública estava sendo realizada em razão da aprovação dos Requerimentos nº118/2013 da CDEIC e nº189/2013

da CDC, com o objetivo de discutir as "Ações das Empresas de Marketing Multinível no Brasil", de autoria dos Deputados Perpétua Almeida, Rosinha da Adefal, Renan Filho e Ângelo Agnolin (CDEIC), e Deputado Silvio Costa (CDC). Em seguida, o senhor Presidente explicou as regras de condução dos trabalhos da Audiência Pública e passou a palavra ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado José Carlos Araújo, aos Deputados Silvio Costa, Sandro Alex, Perpétua Almeida, Renan Filho, Jesus Rodrigues e Lourival Mendes, autores dos requerimentos, e ao Deputado Acelino Popó, Presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Criação da Regulamentação do Marketing Multinível no Brasil, para considerações iniciais. A seguir, o Presidente passou a palavra, por dez minutos, nesta ordem, aos expositores: **CARLOS COSTA,** Diretor Presidente da Telexfree; **ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGOS COSTA E SILVA**, Coordenadora de Análise Técnica e Orientação da Secretária Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – SENACON/MJ; **RICARDO FARIA**, Coordenador-Geral de Relações Institucionais da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; **CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA**, Procurador da República do Ministério Público Federal – MPF; **JOÃO FRANCISCO DE PAULO**, Presidente da BBOM; e **LUCILENE SILVA PRADO**, Diretora Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas – ABEVD. Terminadas as exposições, o Deputado Ângelo Agnolin deu início aos debates. Fizeram uso da palavra a Deputada Perpétua Almeida, o Deputado Estadual do Acre, Moisés Diniz, os Deputados Silvio Costa, Lourival Mendes, Renan Filho, Silas Câmara, Renato Molling. Em seguida, o coordenador dos trabalhos passou a palavra aos expositores João Francisco de Paulo, Presidente da BBOM e Carlos Costa, Diretor Presidente da Telexfree para responderem às indagações dos parlamentares. A seguir, dando continuidade aos debates, o Presidente, Deputado Ângelo Agnolin, passou a palavra aos seguintes parlamentares: Deputadas Antônia Lúcia e Rosinha da Adefal, Senador Sérgio Petecão, Deputados Pastor Eurico, Henrique Afonso e Oziel Oliveira. Neste momento, foi franqueada a palavra aos participantes da Audiência Pública. Participaram dos debates, nesta condição, o Presidente da Associação Acreana de Marketing Multinível, José Ildson Barbosa e o Presidente da Associação Nacional de Marketing Multinível, Geraldo Jaques Geraldin. **ENCERRAMENTO**: Encerrados os debates, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião às quatorze horas e quarenta e um minutos, antes convocando os senhores parlamentares para o ciclo de palestras "A Hora do Debate na CDEIC", seguido de Reunião Deliberativa Ordinária, dia 28/08, quarta-feira, às 9 e 10 horas, respectivamente, no Plenário 5 do Departamento de Comissões. E, para constar, eu _____, Anamélia Lima Rocha Fernandes, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Ângelo Agnolin _____, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.** O inteiro teor encontra-se gravado e passa a integrar seu arquivo documental.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima Oitava Reunião, Ordinária Deliberativa, realizada em 21 de agosto de 2013

Às dez horas e vinte e um minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Educação, no Anexo II, Plenário 10 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Gabriel Chalita – Presidente; Artur Bruno, Lelo Coimbra e Alex Canziani – Vice-Presidentes; Angelo Vanhoni, Celso Jacob, Chico Alencar, Costa Ferreira, Fátima Bezerra, Francisco Praciano, George Hilton, Glauber Braga, Izalci, Jorge Boeira, Leopoldo Meyer, Major Fábio, Nilson Pinto, Paulo Rubem Santiago, Pedro Uczai, Pinto Itamaraty, Professor Sérgio de Oliveira, Professor Setimo, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raul Henry, Reginaldo Lopes e Waldenor Pereira – Titulares; Damião Feliciano, Eduardo Barbosa, Esperidião Amin, Eurico Júnior, Iara Bernardi, Jean Wyllys, Jorginho Mello, Keiko Ota, Leonardo Monteiro, Mara Gabrilli, Mauro Benevides, Newton Lima, Nilson Leitão, Osmar Serraglio, Rogério Peninha Mendonça, Severino Ninho e Valadares Filho – Suplentes. Compareceram também os Deputados Dr. Ubiali, Gonzaga Patriota e Moreira Mendes, não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Alice Portugal, Aline Corrêa, João Bittar, Manoel Salviano, Stepan Nercessian e Waldir Maranhão. Justificaram a ausência os Deputados Alice Portugal e Waldir Maranhão. Nos termos do artigo 44 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, justificaram suas ausências: o Deputado Celso Jacob, no período de dois a sete de julho, para participar do Torneio Internacional de Formação Profissional realizado na cidade de Leipzig – Alemanha, na forma do Ofício 056/2013; o Deputado Waldir Maranhão, no período de cinco a dezenove de agosto, e de vinte de agosto a três de setembro, para tratamento de saúde, na forma dos Ofícios 081/2013 e 082/2013; o Deputado Stepan Nercessian, no período de treze a quinze de agosto, para tratamento de saúde. Nos termos do Ato da Mesa nº 66/2010, a Deputada

Alice Portugal justificou sua ausência nas reuniões dos dias vinte a trinta de agosto de 2013, para participar do Colóquio Multilateral de Partidos Políticos Latino-americnos, em Pequim – China; na forma do Ofício 1880/13. O Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação as Atas da vigésima sexta e da vigésima sétima reuniões, de audiência pública e ordinária deliberativa, respectivamente, realizadas em treze e quatorze de agosto. Foi dispensada a leitura atendendo ao pedido do Deputado Celso Jacob. Em votação, as Atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou que estavam disponíveis na Secretaria da Comissão os expedientes recebidos no período de quatorze a vinte de agosto do corrente: correspondência do Sinmed – Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, solicitando informações sobre a regularidade do adiamento do reinício do segundo semestre de 2013 pela Galileo Administração de Recursos Educacionais S/A; Ofício circular nº 011/13 do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte – SINTE/RN sobre conflitos com governo estadual e provável greve; Ofício 1ª Sec/RI/I/ nº 876/2013 – cópia do Aviso nº 614 da Casa Civil da Presidência da República, que remete expedientes em resposta às Indicações nº 4655/13, nº 4669/13 e nº 4735/13, de autoria da Comissão. O Presidente informou ainda sobre a audiência pública da Comissão Especial de Reformulação do Ensino Médio às 15h do mesmo dia, com a presença do Ministro Aloizio Mercadante; sobre a realização do Seminário Regional do Observatório da Educação, dia vinte e dois, em Brasília, sob coordenação do Deputado Izalci; e, na sexta-feira, dia vinte e três de agosto, o Seminário do Observatório em Belém do Pará. **ORDEM DO DIA: 1 – REQUERIMENTO Nº 305/13** – do Sr. Celso Jacob – que "em aditamento ao Requerimento nº 252/2013 CE, que trata da realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, destinada a debater a fusão entre as empresas Kroton Educacional, do Grupo Pitágoras, e Anhanguera Educacional, e seu impacto na qualidade do ensino brasileiro, requeiro seja convidado o Fórum das Entidades Representativas de Ensino Superior Particular". O autor encaminhou o Requerimento. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado o Requerimento. O Deputado Newton Lima solicitou inversão de pauta para apreciação do PL 6.514/09 e do PL 846/11. Em votação, a proposta foi aprovada. **2 – PROJETO DE LEI Nº 6.514/09** – do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS 322/2008) – que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado". Relator: Deputado Newton Lima. Parecer: Pela aprovação. **Vista ao Deputado Waldenor Pereira, em 09/05/2012.** Lido o Parecer, não houve discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. **3 – PROJETO DE LEI Nº 846/11** – do Sr. Hugo Leal – que "dispõe sobre a natureza das bolsas de estudo de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão e dá outras providências". (Apensado: PL 1620/2011) Relator: Deputado Newton Lima. Parecer: Pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 1.620/2011, apensado. Vista ao Deputado Jean Wyllys, em 27/06/2012. O Deputado Pedro Guerra apresentou voto em separado em 09/07/2013. Lido o Parecer, discutiu a matéria o Deputado Moreira Mendes que, na condição de Vice-Líder do PSD, solicitou ao relator um prazo para fazer sugestões ao parecer. Diante do pedido, o relator solicitou a retirada de pauta do projeto. O Presidente passou a anunciar os itens da pauta cujos relatores estavam presentes em plenário. **4 – PROJETO DE LEI Nº 4.306/12** – da Comissão de Legislação Participativa – (SUG 200/2010) – que "altera o texto da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, de forma a adequá-lo às disposições da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009". Relatora: Deputada Fátima Bezerra. Parecer: Pela aprovação, com substitutivo. Lido o Parecer, não houve discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. **5 – PROJETO DE LEI Nº 2.080/03** – do Sr. Paes Landim – que "dispõe sobre criação de universidades, autorização de funcionamento de instituições de ensino superior, formação de professores e dá outras providências". (Apensado: PL 2085/2003) Relator: Deputado Lelo Coimbra. Parecer: Pela rejeição deste, e do PL 2085/2003, apensado. Lido o Parecer, não houve discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. **6 – PROJETO DE LEI Nº 6.113/05** – do Sr. Lincoln Portela – que "altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, para dispor sobre a remuneração do estágio do estudante de medicina". Relator: Deputado Lelo Coimbra. Parecer: Pela aprovação, com emendas. Lido o Parecer, foi concedida vista conjunta aos Deputados Pedro Uczai e George Hilton. **7 – PROJETO DE LEI Nº 7.602/10** – do Sr. Antonio Bulhões – que "altera o art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para que a formação inicial de professores seja feita de forma presencial ou a distância". Relator: Deputado Lelo Coimbra. Parecer: Pela rejeição. Foi concedida vista ao Deputado George Hilton. **8 – PROJETO DE LEI Nº 232/11** – do Sr. Sandes Júnior – que "altera os arts. 120 e 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente". Relator: Deputado Lelo Coimbra. Parecer: Pela aprovação, com emenda. Vista conjunta aos De-

putados Fátima Bezerra e Waldenor Pereira, em 20/03/2013. Lido o Parecer, não houve discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. **9 – PROJETO DE LEI Nº 3.866/12** – do Sr. Felipe Bornier – que "dispõe sobre a proibição de cobrança, pelas instituições educacionais, de taxas de emissão e registro de diplomas e outros documentos comprobatórios acadêmicos e escolares". (Apensados: PL 4068/2012 e PL 5480/2013) Relator: Deputado Waldenor Pereira. Parecer: Pela aprovação deste, do PL 4068/2012, e do PL 5480/2013, apensados, na forma do substitutivo. Lido o Parecer, não houve discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende absteve-se de votar. Pela ordem, a Deputada Fátima Bezerra discorreu sobre a situação dos professores no Rio Grande do Norte quanto à implementação da carga horária. Informou que, em Assembleia dos professores, foi-lhe solicitado que trouxesse à Comissão de Educação a possibilidade da aprovação de uma moção em apoio às reivindicações. O Presidente consultou o plenário. Em votação, foi a provado o requerimento de moção em apoio à greve dos trabalhadores em educação no estado do Rio Grande do Norte, que seria enviado ao Sindicato dos Professores, ao Governo e à Secretaria de Educação do Estado. Pela ordem, a Professora Dorinha Seabra Rezende discorreu sobre a reunião do Grupo de Trabalho da Comissão de Educação para tratar da Súmula nº 1/2001 – CEC, e comunicou que a próxima reunião se realizaria na terça-feira seguinte. **10 – PROJETO DE LEI Nº 4.195/12** – do Sr. Afonso Hamm – que "acrescenta parágrafo ao art. 6º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para tornar a carne suína obrigatória nos cardápios das refeições fornecidas pelo programa de alimentação escolar nas escolas". Relator: Deputado Celso Jacob. Parecer: Pela rejeição deste, e do substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Lido o Parecer, não houve discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. **11 – PROJETO DE LEI Nº 4.601/12** – do Sr. Major Fábio – que "altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que "Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país", para tornar obrigatória a disponibilização de exemplares da Constituição Federal nas bibliotecas escolares". Relator: Deputado Costa Ferreira. Parecer: Pela aprovação. Lido o Parecer, não houve discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. **12 – PROJETO DE LEI Nº 6.834/10** – do Sr. Sebastião Bala Rocha – que "acrescenta novo parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com o objetivo de permitir aos jovens aprovados em processos seletivos a cursos de graduação, ao término do segundo ano do ensino médio, cursarem o primeiro ano do curso superior". (Apensados: PL 2157/2011 e PL 4870/2012) Relator: Deputado Artur Bruno. Parecer: Pela rejeição deste, do PL 2157/2011, e do PL 4870/2012, apensados. Vista ao Deputado Paulo Rubem Santiago, em 01/06/2011. Retirado de pauta a requerimento do Dep. Gastão Vieira, em 03/08/2011. O Deputado Paulo Rubem Santiago apresentou voto em separado em 18/08/2011. Lido o Parecer, discutiram a matéria os Deputados Gonzaga Patriota, Professor Sétimo, Paulo Rubem Santiago, Pinto Itamaraty, Chico Alencar, Artur Bruno, Pedro Uczai, Professora Dorinha Seabra Rezende, Professor Sérgio de Oliveira. Em votação, foi aprovado o Parecer, contra o voto do Deputado Paulo Rubem Santiago. **13 – PROJETO DE LEI Nº 1.648/11** – do Sr. Washington Reis – que "altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares, para determinar a publicação desse valor em diário oficial". Relator: Deputado Eduardo Barbosa. Parecer: Pela aprovação. Foi concedida vista ao Deputado Izalci.**14 – PROJETO DE LEI Nº 71/11** – do Sr. Otavio Leite – que "altera o art. 318 do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT)". Relator: Deputado Professor Setimo. Parecer: Pela aprovação. O Deputado Izalci apresentou voto em separado em 28/05/2012. Lido o Parecer, foi concedido vista Deputado Pedro Uczai. **15 – PROJETO DE LEI Nº 1.169/11** – do Sr. Rogério Carvalho – que "altera a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que "Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e nº 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências", para dispor sobre o certificado de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde e sua exigência nas provas de títulos dos concursos públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS". RELATOR: Deputado Eduardo Barbosa. Parecer: Pela aprovação, na forma do substitutivo. Lido o Parecer, discutiu a matéria o Deputado Artur Bruno. Em votação, foi aprovado o Parecer. **16 – PROJETO DE LEI Nº 2.993/11** – do Sr. Aguinaldo Ribeiro – que "dá nova redação aos arts. 84 e 85 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "Institui normas gerais sobre desportos"". Relator: Deputado Rogério Peninha Mendonça. Parecer: Pela aprovação deste, na forma do substitutivo da Comissão de Turismo e Desporto. Lido o Parecer, não houve discussão. Em votação, foi aprovado o Parecer. **17 – PROJETO DE LEI Nº 4.197/12** – do Sr. Ronaldo Nogueira – que "reconhece as ativi-

dades do Clube dos Desbravadores como método complementar de educação no País". Relator: Deputado Severino Ninho. Parecer: Pela rejeição. Foi concedida vista ao Deputado Celso Jacob. Pela ordem, o Deputado Celso Jacob informou sobre a situação da Universidade Gama Filho. Comunicou que, em reunião no Ministério da Educação, as mantenedoras entregaram documentos de garantias financeiras que estão sendo analisados e que esta semana receberia uma resposta do MEC. Também usaram da palavra os Deputados Artur Bruno e o presidente Gabriel Chalita. Foram retirados de pauta a pedido dos relatores os Projetos de Lei Nºs 3.114/12 e 5.797/09. Não foram apreciados pela ausência dos relatores no momento da apreciação da matéria, os seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo Nº 534/11 e Projetos de Lei Nºs 7.953/10, 723/03, 7.867/10, 74/11, 1.715/11, 1.764/11, 2.381/11 e 3.531/12. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos. Para constar, eu _____, Regina Pereira Games, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Gabriel Chalita, _____, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados. .**

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

54ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

TERMO DE REUNIÃO

Em vinte e sete de agosto de dois mil e treze, nos termos do Art. 56, § 2º, do RICD, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão de Finanças e Tributação por falta de quórum. Assinaram o livro de presença os Senhores Deputados João Magalhães – Presidente; Assis Carvalho – Vice-Presidente; Afonso Florence, Akira Otsubo, Amauri Teixeira, Eduardo Cunha, Erika Kokay, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Lucio Vieira Lima, Osmar Júnior, Pedro Eugênio, Pedro Uczai, Rodrigo Maia e Vaz de Lima. E, para constar, eu _____, Aparecida de Moura Andrade, Secretária, lavrei o presente Termo.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

54ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

TERMO DE REUNIÃO

Em vinte e sete de agosto de dois mil e treze, nos termos do Art. 56, § 2º, do RICD, deixou de se reunir, extraordinariamente, a Comissão de Finanças e Tributação por falta de quórum. Assinaram o livro de presença os Senhores Deputados João Magalhães – Presidente; Assis Carvalho – Vice-Presidente; Afonso Florence, Akira Otsubo, Amauri Teixeira, Eduardo Cunha, Erika Kokay, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Lucio Vieira Lima, Osmar Júnior, Pedro Eugênio, Pedro Uczai, Rodrigo Maia e Vaz de Lima. E, para constar, eu _____, Aparecida de Moura Andrade, Secretária, lavrei o presente Termo..

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima-quarta reunião, Ordinaria Deliberativa, realizada em 14 de agosto de 2013

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia catorze de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle no Plenário 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado Edinho Bez. Compareceram os deputados Edinho Bez (presidente), Edson Santos (vice-presidente), Ademir Camilo, Carlos Brandão, Edio Lopes, Fernando Francischini, Hugo Motta, Paulo Feijó, Vanderlei Siraque – titulares; Akira Otsubo, Manoel Salviano, Marçal Filho, Marcelo Matos, Mendonça Filho, Valtenir Pereira, Vanderlei Macris, Vaz de Lima e Washington Reis – suplentes. Deixaram de comparecer os titulares Alexandre Santos, Ilário Marques, João Pizzolatti, Luiz Sérgio, Manuela D'Ávila, Manuel Rosa Neca, Nilton Capixaba, Wellington Roberto, Wolney Queiroz e Wladimir Costa. **ABERTURA**: Havendo número regimental, o presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a ata da vigésima-terceira reunião, realizada em sete de agosto passado, cuja leitura foi dispensada a pedido do deputado Vanderlei Macris. Não houve discussão. Em votação, a ata foi aprovada. **EXPEDIENTE**: Nos termos do art. 50, inciso II, do Regimento Interno, o presidente informou que foram distribuídas cópias da lista dos expedientes recebidos pela Comissão no período de sete a treze de agosto, que passa a integrar esta ata, dispensando a leitura dos citados expedientes. **ORDEM DO DIA**: Antes de iniciar-se a apreciação da pauta, o deputado Vanderlei Macris pediu a palavra e solicitou o adiamento da reunião deliberativa, uma vez que se encontrava andamento uma audiência pública com a presença do ministro das Comunicações, da qual a CFFC também estava participando. O presidente concordou com a argumentação e propôs o encerramento da reunião ordinária para que os membros da Comissão pudessem participar da audiência pública. Em votação, a proposta de encerramento da reunião foi

aprovada por unanimidade. **ENCERRAMENTO:** Conforme a deliberação do plenário, o presidente encerrou os trabalhos às dez horas e trinta e sete minutos. Para constar, eu _____, Luiz Paulo Pieri, secretário, lavrei a presente ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo presidente, deputado Edinho Bez _____, e publicada no *Diário da Câmara dos Deputados*.

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS RECEBIDOS NA CFFC:

NO PERÍODO DE 7-8-2013 a 13-8-2013

Lista a ser distribuída na reunião de 14-8-2013

RECEBIDO COMISSÃO

AUTOR DO DOCUMENTO

ASSUNTO

2-8-2013
Tribunal de Contas da União
Min. Aroldo Cedraz
Presidente, em exercício

Aviso n. 1288-GP-TCU, que encaminha cópia do Acórdão n. 1774/2013– TCU-Plenário, acompanhado do respectivo Relatório e Voto, proferido no âmbito do processo n. TC 002.814/2013-7, que trata de processo classificado como Solicitação do Congresso Nacional (SCN), voltado ao monitoramento da determinação inserta no subitem 9.2 do Acórdão 3267/2012-TCU-Plenário, dirigida à Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), no sentido de que esta estatal encaminhasse ao TCU informações acerca do Contrato 0802.0054567.09.2", conforme solicitado no Requerimento n. 344/2012.

7-8-2013
Primeira-Secretaria da CD
Dep. Marcio Bittar
Primeiro-Secretário

Ofício 1ªSec/RI/I/nº 733/13, da Primeira Secretaria desta Casa, encaminhando cópia do Ofício nº 67/2013/GM/MTur, do Ministério do Turismo, em resposta ao Requerimento de Informação nº 3307/2013, relacionado com o REQ nº 438/2013, o qual solicita esclarecimentos sobre a participação do Ministro do Turismo na 33ª Feira Internacional de Turismo de Cuba.

8-8-2013
Liderança do PPS
Dep. Rubens Bueno
Líder

OF/LID/Nº 190/2013, que indica o nome do Dep. Humberto Souto – PPS/MG, em substituição ao Dep. Rubens Bueno, como membro suplente desta Comissão.

9-8-2013
Tribunal de Contas da União
Min. Aroldo Cedraz
Presidente em exercício

Aviso n. 906-Seses-TCU-Plenário, que encaminha cópia do Acórdão n. 1835/2013-TCU-Plenário, acompanhado do respectivo Relatório e Voto, proferido no âmbito do processo n. TC 046.422/2012-9, que trata de Solicitação do Congresso Nacional apresentada por esta Comissão, por meio do Ofício 565/2012/CFFC-P, de 12/2/2012, para que o TCU realize auditoria com intuito de "apurar as possíveis irregularidades constantes de Convênios/SIAFI nº 711749/2009 e 738880/2010 firmados entre a União, por meio do Ministério das Cidades, e o Município de Vargem Grande do Sul – SP", conforme solicitado no Requerimento 386/2012.

9-8-2013
Tribunal de Contas da União
Min. Aroldo Cedraz
Presidente em exercício

Aviso n. 936-Seses-TCU-Plenário, que encaminha cópia do Acórdão n. 1978/2013-TCU-Plenário, acompanhado do respectivo Relatório e Voto, proferido no âmbito do processo n. TC 007.109/2013-0, que trata de relatório de levantamento de auditoria realizado pela SecobEdificação nas obras de adequação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto do Galeão. Obra inscrita na Matriz de Responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014.

9-8-2013
Tribunal de Contas da União
Min. Aroldo Cedraz
Presidente em exercício

Aviso n. 948-Seses-TCU-Plenário, que encaminha cópia do Acórdão n. 1980/2013-TCU-Plenário, acompanhado do respectivo Relatório e Voto, proferido no âmbito do processo n. TC 012.119/2012-1, que trata de relatório de acompanhamento realizado em face da determinação contida no Acórdão nº 2.298/2010-TCU-Plenário, com o objetivo de acompanhar a operação de crédito relativa ao projeto de reforma e adequação do Estádio Mário Filho, o Maracanã, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro. Obra inscrita na Matriz de Responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014.

9-8-2013
Tribunal de Contas da União
Min. Aroldo Cedraz
Presidente em exercício

Aviso n. 941-Seses-TCU-Plenário, que encaminha cópia do Acórdão n. 1979/2013-TCU-Plenário, acompanhado do respectivo Relatório e Voto, proferido no âmbito do processo n. TC 007.432/2013-5, que trata de relatório de levantamento de auditoria realizada pelo SecobEdificações nas obras de reforma e ampliação do Terminal de Passageiros TPS-1 do Aeroporto de Manaus-AM. Obra inscrita na Matriz de Responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014.

9-8-2013
Tribunal de Contas da União
Min. Aroldo Cedraz
Presidente em exercício

Aviso n. 956-Seses-TCU-Plenário, que encaminha cópia do Acórdão n. 1982/2013-TCU-Plenário, acompanhado do respectivo Relatório e Voto, proferido no âmbito do processo n. TC 015.237/2011-7, que trata de relatório de acompanhamento realizado em face de determinações contidas nos Acórdãos 678/2010 e 2.298/2010, ambos do Plenário do TCU, com objetivo de acompanhar a operação de crédito relativa ao projeto da Arena das Dunas, em Natal/RN, celebrada entre o BNDES e a Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. Obra inscrita na Matriz de Responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014.

9-8-2013
Tribunal de Contas da União
Min. Aroldo Cedraz
na Presidência

Aviso n. 932-Seses-TCU-Plenário, que encaminha cópia do Acórdão n. 2018/2013-TCU-Plenário, proferido no âmbito do processo TC 037.600/2011-7, sobre fiscalização nos contratos de prestação de assistência à saúde suplementar dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, referente ao REQ 232/2011.

13-8-2013
Primeira-Secretaria da CD
Dep. Marcio Bittar
Primeiro-Secretário

Ofício 1ªSec/RI/I/nº 826/13, da Primeira Secretaria desta Casa, encaminhando cópia do Ofício nº 422/2013-GAB/MPA, do Ministério da Pesca e Agricultura, em resposta ao Requerimento de Informação nº 3310/2013, relacionado com o REQ nº 446/2013, que solicita esclarecimentos sobre a denúncia de utilização de estrutura do Ministério da Pesca e Agricultura para desenvolver projeto de criação de peixes na Organização Não-Governamental – Fazenda Nova Canaã, ligada ao Ministro.

13-8-2013
Tribunal de Contas da União
Min. Augusto Nardes
Presidente

Aviso n. 896-Seses-TCU-Plenário, que encaminha cópia do Acórdão n. 1912/2013-TCU-Plenário, acompanhado do respectivo Relatório e Voto, proferido no âmbito do processo n. TC 017.060/2013-3, que trata dos cálculos dos coeficientes de participação dos Estados e do Distrito Federal no montante dos recursos provenientes da parcela de 10% (dez por cento) incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente às exportações, a que alude o inciso II do art. 159, da CF, para o exercício de 2014.

13/08/2013
Tribunal de Contas da União
Min. Augusto Nardes
Presidente

Aviso n. 1307-GP-TCU, que registra o recebimento do Ofício nº 307/2013/CFFC-P, de 08/08/2013, por meio do qual foi encaminhada cópia do Requerimento nº 476/2013, de autoria do Dep. Rubens Bueno, solicitando auditoria com vistas a apurar irregularidades no uso do FUNDEB, constantes do relatório de fiscalização da CGU. Informa ainda, que o referido expediente foi autuado no TCU como Processo nº TC-021.958/2013-0, e que foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) do Tribunal de Contas da União, para adoção das providências pertinentes.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima-Quinta Reunião, Extraordinária de Audiência Pública, realizada em 21 de agosto de 2013

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), no Plenário 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado Edinho Bez. Registraram presença os deputados Edinho Bez (presidente), Luiz Sérgio e Edson Santos (vice-presidentes), Ademir Camilo, Carlos Brandão, Hugo Motta, Ilário Marques, Nilton Capixaba, Paulo Feijó, Vanderlei Siraque, Wellington Roberto, Wladimir Costa e Wolney Queiroz – titulares; Akira Otsubo, Marçal Filho, Mendonça Filho, Sérgio Brito, Sibá Machado, Valtenir Pereira, Vanderlei Macris, Vaz de Lima, Washington Reis e Zoinho – suplentes; Eliene Lima, Júlio Campos e Nilson Leitão – não-membros. Deixaram de comparecer os titulares Alexandre Santos, Edio Lopes, Fernando Francischini, João Pizzolatti, Manuel Rosa Neca e Manuela D'ávila. ABERTURA: O presidente

declarou abertos os trabalhos da reunião de audiência pública extraordinária destinada a prestar esclarecimentos acerca das consequências da desintrusão dos agricultores da gleba Suiá Missú, bem como sobre a adoção das providências necessárias para reduzir o sofrimento das famílias de trabalhadores, objeto do Requerimento nº 462/2013, do deputado Valtenir Pereira, aprovado na Comissão em dez de julho passado. Em, seguida o presidente convidou para tomar assento à mesa da audiência os Srs. Érika Galvani Borges, presidente substituta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Incra/MDA; Claudia Regina Baddini Curralero; diretora do Cadastro Único da Secretaria de Nacional de Renda e Cidadania – Senarc/MDS; Bruno Renato Nascimento Teixeira, ouvidor Nacional dos Direitos Humanos – SDH; e comunicou que já haviam tomado assento na primeira fileira do plenário os prefeitos José Antonio de Almeida (prefeito de São Felix do Araguaia; Emival Gomes de Freitas, prefeito de Porto Alegre do Norte; Leuzipe Domingues Gonçalves, prefeito de Alto Boa Vista; Edson Yukio Ogatha, prefeito de Serra Nova Dourada. Formada a mesa, o presidente agradeceu a presença dos convidados, discorreu sobre as regras a serem obedecidas na condução da audiência e passou a palavra ao autor do requerimento, deputado Valtenir Pereira, que lamentou a ausência dos ministros convidados e exibiu vídeo sobre a situação trágica dos moradores desalojados da gleba Suiá Missú. Em seguida, o presidente passou a palavra, nesta ordem, aos Srs. Érika Galvani Borges, Bruno Renato Nascimento Teixeira e Claudia Regina Baddini Curralero, os quais informaram as providências que vêm sendo tomadas no âmbito de cada órgão. Com a palavra, manifestou-se o líder do PSDB, deputado Nilson Leitão, defendendo tratamento específico para o caso dos desalojados da gleba Suiá Missú, não apenas sua inclusão nos programas assistenciais de praxe. Em seguida, manifestaram-se os prefeitos José Antonio de Almeida Emival Gomes de Freitas Leuzipe Domingues Gonçalves, também exigindo uma solução específica para o caso. Na mesma linha, manifestaram-se os deputados Júlio Campos e Edinho Bez. Com a palavra, os representantes do governo federal fizeram suas considerações finais. O deputado Valtenir Pereira informou que entrará com uma representação junto ao Ministério público e que apresentará à Comissão requerimento de convocação da ministra do Planejamento para prestar esclarecimentos sobre o caso. ENCERRAMENTO: Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos. A reunião foi gravada e, após a degravação do arquivo de áudio, o texto com seu inteiro teor será anexado a este documento. E, para constar, eu, _____ Luiz Paulo Pieri, secretário, lavrei a presente ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo presidente, deputado Edinho Bez_____, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA – CINDRA

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Primeira Reunião Extraordinária De Audiência Pública, realizada em 14 de agosto de 2013

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia 14 de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Deputados Jerônimo Goergen, Presidente; Alexandre Toledo, não-membro. **ABERTURA**: Havendo número regimental, o Deputado Jerônimo Goergen declarou abertos os trabalhos da audiência pública**,** destinada a debater sobre o Relatório da Embrapa que apontou falhas nos estudos realizados pela Funai nos processos de demarcações de terras indígenas no País, em atendimento ao Requerimento nº 326/2013, de autoria do Deputado Jerônimo Goergen, subscrito pelo Deputado Nilson Leitão. Inicialmente o Presidente cumprimentou os presentes e informou os nomes dos convidados para a audiência pública: Exmo. Senhor José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça; Exma. Senhora Gleisi Hoffmann, Ministra da Casa Civil; Exmo. Senhor Antônio Andrade, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Exmo. Senhor Pepe Vargas, Ministro do Desenvolvimento Agrário; a Senhora Marta Augusta Boulitreau Assirati, Presidenta da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Senhor Maurício Antonio Lopes, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa). O Presidente lamentou que os convidados não houvessem comparecido e informou que o expositor Senhor Maurício Antonio Lopes, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), não havia comparecido por solicitação da Casa Civil da Presidência da República. O Deputado Alexandre Toledo solicitou o uso da palavra, que foi concedida pelo Presidente. Em seguida o Presidente agradeceu a presença de todos. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às quatorze horas e trinta e quatro minutos. E, para constar, eu _____, Edna Maria Glória Dias Teixeira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, De-

putado Jerônimo Goergen _____, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA – CINDRA

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Segunda Reunião Ordinária De Audiência Pública, realizada em 20 de agosto de 2013

Às quinze horas e oito minutos do dia 20 de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Deputados Jerônimo Goergen – Presidente, Asdrubal Bentes, Marcio Junqueira, Miriquinho Batista, Paulo Cesar Quartiero e Simplício Araújo – Titulares; Ademir Camilo, Giovanni Queiroz e Weverton Rocha – Suplentes. Alberto Filho, Carlos Brandão, Davi Alves Silva Júnior, Francisco Escórcio, Hélio Santos, Edison Lobão Filho – Senador – Não membros. **ABERTURA**: Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos da audiência pública**,** destinada a debater sobre demarcação de terras indígenas no estado do Maranhão, com ênfase nas áreas de Governador e Awa-Guajá, e em atendimento ao Requerimento nº 346/13, de autoria do Deputado Weverton Rocha (PDT/MA), subscrito pelo Deputado Asdrubal Bentes (PMDB/PA). Inicialmente o Presidente cumprimentou os presentes e convidou os expositores para composição da mesa: Exmo. Senhor Edison Lobão Filho, Senador da República pelo estado do Maranhão; Senhor Carlos Travassos, Coordenador-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Funai/Ministério da Justiça; Exma. Senhora Adriana Luriko Kamada Ribeiro, Prefeita do Município de Amarante no Estado do Maranhão; Exmo. Senhor Adailton Ferreira Cavalcante, Prefeito do Município de Fernando Falcão no Estado do Maranhão; Senhor Arnaldo Lacerda Souza, Presidente da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de São João do Caru no Maranhão; Senhor Mauro Sérgio Lima Marinho, Presidente da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de Amarante no Maranhão; e Senhor Ridson Arruda Martins, Presidente da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de Fernando Falcão no Maranhão. O Presidente, pela ordem, concedeu a palavra aos palestrantes e passou a presidência dos trabalhos para o Deputado Weverton Rocha. Após explanação dos expositores, foi concedida a palavra aos parlamentares inscritos. Finalizado o debate, o Deputado Jerônimo Goergen, fazendo uso da palavra, sugeriu ao Presidente em exercício que fossem, em comitiva, ao gabinete do Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, para requerer a celeridade da tramitação do PLP nº 227/2012, referente à matéria em discussão na audiência. Atendendo a essa sugestão, o Deputado Weverton Rocha suspendeu a reunião às dezenove horas e trinta e cinco minutos. Reiniciando os trabalhos às vinte horas e dezesseis minutos, informou aos presentes que o Presidente da Casa havia agendado para o dia seguinte reunião com membros da CINDRA, com a presença do Ministro da Justiça, para tratar do tema. Na sequência, agradeceu a presença de todos. No decorrer da audiência, foram registradas as seguintes presenças em plenário: Senhor Rigo Teles, Deputado Estadual pelo Maranhão; Senhor Márcio Meira, Ex-presidente da Funai; Senhor José Hilton Coelho de Souza, Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Maranhão; Senhor Lourenço Borges Milhomen, da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas; Senhor João Carlos Almeida Santiago, da Comissão Permanente dos Produtores Rurais do Município de Fernando Falcão/MA; Senhores Dárcio do Chico Crente, Alex do Demar, Afrânio Paes de Melo, Geraldo do Santarem e Naiane Coelho Borges – Vereadores do Município de São João do Caru; Junho Solteiro, Edimar Simplício e Raimunda do Bernaldo Caixão – Vereadores do Município de Zé Doca/MA; representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores e dos Pescadores do Município de São João do Caru/MA; e representante da Comissão de Proteção ao Povo do Município de Zé Doca/MA. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às vinte horas e vinte e um minutos. No intervalo das 20h16 às 20h21, o serviço de áudio da Casa deixou de efetuar a gravação dos trabalhos da reunião em áudio e vídeo. E, para constar, eu _____, Edna Maria Glória Dias Teixeira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Jerônimo Goergen _____, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA-CINDRA

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Terceira Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 21 de agosto de 2013

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Deputados Jerônimo Goergen, Presi-

dente; Janete Capiberibe, Vice-Presidente; Anselmo de Jesus, Asdrubal Bentes, Marcio Junqueira, Miriquinho Batista, Nilson Leitão, Paulo Cesar Quartiero, Plínio Valério, Raul Lima, Sebastião Bala Rocha, Simplício Araújo, Wilson Filho e Zé Geraldo, Titulares; Arnaldo Jordy, Francisco Praciano, Giovanni Queiroz, Gladson Cameli, Marcelo Castro, Silas Câmara e Weverton Rocha, Suplentes; Oziel Oliveira, não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Carlos Magno, Dr. Luiz Fernando, Lúcio Vale e Zequinha Marinho, Titulares. O Deputado Simplício Araújo justificou as ausências ocorridas nos dias 18 de junho e 14 de agosto do corrente ano. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos. **EXPEDIENTE:** O Presidente lembrou aos membros que às doze horas haveria reunião no Ministério da Justiça, com o Ministro José Eduardo Cardozo, com a presença do Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados. Em seguida, o Presidente informou que, no último dia 14 de agosto, foram feitas as seguintes designações de relatoria: a ele, o PL nº 3.571/2008 e, ao Deputado Gladson Cameli, o PL nº 5.957/2013. Prosseguindo, o Presidente comunicou o recebimento de respostas a Requerimentos de Informação enviadas pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, atendendo a solicitações do Deputado Nilson Leitão. Ele comunicou, ainda, o recebimento do Parecer Conjunto nº 16 de 2013, da Sudene, bem como da Resolução do Conselho Deliberativo nº 69 de 2013, que aprovou o Relatório de Resultados e Impactos do Exercício de 2012, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), tendo informado que os membros interessados poderiam solicitar à Secretaria da Comissão cópia dos documentos anunciados. Antes de iniciar a Ordem do Dia, o Presidente fez adendos aos Requerimentos a seguir, aprovados em reuniões anteriores: de sua autoria, os Requerimentos 360/2013, incluindo no rol de convidados para a audiência pública solicitada os Senhores Roberto Queiroga, Diretor de Relações Institucionais da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (ACEBRA) e Assessor da Assessoria Técnica Rural Brasil (ATR); Renato Voltaire Barbosa Araujo, Diretor Técnico da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (ANUT), e 370/2013, para mudar a mesa-redonda do município de Dom Pedrito para a cidade de Porto Alegre. **ORDEM DO DIA: A – MATÉRIA SOBRE A MESA: 1 – REQUERIMENTO Nº 382/2013** – do Sr. Zé Geraldo – que "requer a inclusão de matéria extrapauta na Ordem do Dia da Comissão". **APROVADO**. **2 –REQUERIMENTO Nº 381/2013** – do Sr. Zé Geraldo – que "requer a realização de audiência pública para se fazer balanço das atividades da Universidade do Oeste do Pará". **APROVADO**. **B – REQUERIMENTOS: 3 – REQUERIMENTO Nº 363/2013** – do Sr. Zé Geraldo – que "solicita audiência pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para debater a tabela de preços das terras na Amazônia legalizadas pelo Terra Legal e proposta de isenção de pagamento da terra aos assentados dos assentamentos de reforma agrária na Amazônia nos moldes do Terra Legal". **APROVADO**. **4 – REQUERIMENTO Nº 364/2013** – do Sr. Zé Geraldo – que "solicita audiência pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para debater a inclusão no PAC de infraestrutura de estradas nos assentamentos de reforma agrária". **APROVADO**. **5 – REQUERIMENTO Nº 377/2013** – do Sr. Arnaldo Jordy – que "requer a realização de audiência pública para tratar do novo Código de Mineração". **APROVADO, SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS SIMPLÍCIO ARAÚJO E ZÉ GERALDO, COM A INCLUSÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA MINERAL (ABPM) COMO CONVIDADO**. **6 – REQUERIMENTO Nº 378/2013** – do Sr. Arnaldo Jordy – que "requer a realização de mesa-redonda para debater o baixo Índice de Desenvolvimento Humano detectado no Arquipélago do Marajó, no estado do Pará, principalmente no município de Melgaço". **APROVADO. SUBSCREVERAM O REQUERIMENTO OS DEPUTADOS: FRANCISCO PRACIANO, ZÉ GERALDO, MIRIQUINHO BATISTA E SIMPLÍCIO ARAÚJO. COM ADENDO PARA QUE SE ESTENDA A DISCUSSÃO A TODA REGIÃO NORTE E O ESTADO DO MARANHÃO, COM A PRESENÇA DOS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO, PRODUÇÃO E SAÚDE, DE CADA ESTADO. E TAMBÉM O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO**. **7 – REQUERIMENTO Nº 379/2013** – do Sr. Anselmo de Jesus – "solicita que seja realizada mesa-redonda nos estados do Paraná, Minas Gerais, Maranhão e Distrito Federal com as organizações governamentais e não governamentais para debater a atuação das instituições financeiras oficiais em relação a execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)". **APROVADO**. **8 – REQUERIMENTO Nº 380/2013** – do Sr. Jerônimo Goergen – "requer que a CINDRA apoie e participe, com o oferecimento de um café da manhã para 30 convidados, do lançamento do livro "Quem manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil: um olhar nos porões do Conselho Mundial de Igrejas", do jornalista e sociólogo Lorenzo Carrasco, previsto para as 9h do dia 4 de setembro, nesta Comissão". **APROVADO, SUBSCRITO PELO DEPUTADO WILSON FILHO**. **C – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 9 – PROJE-**

TO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 355/2011 – do Sr. Oziel Oliveira – que "dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Rio São Francisco, nos termos do inciso XV do artigo 49 da Constituição Federal". RELATOR: Deputado MARCELO CASTRO. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Zé Geraldo, em 19/6/2013. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER**. **D – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 10 – PROJETO DE LEI Nº 6.652/2009** – do Sr. Jairo Ataide – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO CESAR QUARTIERO. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO**. **11 – PROJETO DE LEI Nº 1.282/2011** – do Sr. Roberto Teixeira – que "dispõe sobre a criação de Zona Franca de Paulista, na região metropolitana de Recife, no Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado CARLOS MAGNO. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO**. **12 – PROJETO DE LEI Nº 4.038/2012** – do Sr. Amauri Teixeira – que "estabelece a obrigatoriedade de repasses automáticos de recursos da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações locais para recuperação das áreas atingidas por desastre natural". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 12.340, de 2010. RELATOR: Deputado WILSON FILHO. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO**. **13 – PROJETO DE LEI Nº 4.232/2012** – do Sr. Alessandro Molon – que "altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que 'Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC); autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências'". RELATOR: Deputado WILSON FILHO. PARECER: pela aprovação, com Substitutivo. **NÃO DELIBERADO**.

14 – PROJETO DE LEI Nº 4.434/2012 – da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende – que "trata da aplicação dos recursos do BNDES no Fundo Amazônia, nas condições que especifica". RELATOR: Deputado SEBASTIÃO BALA ROCHA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER**. **15 – PROJETO DE LEI Nº 4.961/2013** – do Sr. Zé Silva – que "altera o art. 10 da Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998, que define as diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Inclui na área de atuação da Sudene todos os municípios da região norte de Minas Gerais. RELATOR: Deputado ADEMIR CAMILO. PARECER: pela aprovação, com Emenda. Vista ao Deputado Padre Ton, em 19/6/2013. **NÃO DELIBERADO**. **16 –PROJETO DE LEI Nº 5.378/2013** – do Sr. Gabriel Guimarães – que "estende os benefícios, incentivos legais e fiscais, ações e programas da União às regiões metropolitanas que não são de capital de Estado". RELATOR: Deputado SIMPLÍCIO ARAÚJO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER**. Alternaram-se na presidência dos trabalhos os Deputados Jerônimo Goergen, Plínio Valério, Simplício Araújo e Francisco Praciano. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião às doze horas e vinte e um minutos. E, para constar, eu _____, Edna Maria Glória Dias Teixeira, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Jerônimo Goergen _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 27ª Reunião, realizada em 21 de agosto de 2013.

Às quinze horas e um minuto do dia vinte e um de agosto de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, no Anexo II, Plenário 6 da Câmara dos Deputados, sob a presidência sucessiva dos Deputados Otavio Leite e Pinto Itamaraty. A lista de presença registrou o comparecimento dos Deputados Otavio Leite – Presidente; Alessandro Molon e Otoniel Lima – Vice-Presidentes; Dalva Figueiredo, Enio Bacci, Guilherme Campos, Hugo Leal, Junji Abe, Keiko Ota, Paulo Freire e Pinto Itamaraty – Titulares; Alexandre Leite, Amauri Teixeira, Arnaldo Faria de Sá, Gonzaga Patriota, Jair Bolsonaro, Onyx Lorenzoni, Pastor Eurico, Ricardo Berzoini e William Dib – Suplentes. Compareceu também o Deputado Edson Pimenta, como não membro. Deixaram de registrar presença os Deputados Assis do Couto, Cândido Vaccarezza, Delegado Protógenes, Efraim Filho, Fernando Francischini, João Campos, José Augusto Maia, Lourival Mendes e Major Fábio. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Deputado Otavio Leite declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação do Plenário as atas da 25ª e 26ª reuniões, cujas leituras foram dispensadas por solicitação do Deputado Amauri Teixeira. Em

votação, as atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou aos Parlamentares que a visita técnica à Base Aérea da Polícia Federal em São Miguel do Iguaçu, Paraná, anteriormente prevista para acontecer no dia 29 de agosto de 2013, fora adiada para o dia 12 de setembro de 2013. Dessa forma, solicitou àqueles que poderiam integrar a comitiva na nova data que manifestassem o interesse à Secretaria da Comissão o mais breve possível, a fim de que pudessem ser tomadas as providências relativas ao traslado. **ORDEM DO DIA**: O Deputado Otavio Leite informou haver requerimentos de preferência para os itens de nº 10 (PL nº 4.608/12), do Deputado Otoniel Lima; e de nº 9 (PL nº 4.450/12), do Deputado Guilherme Campos. Colocados em votação, em bloco, os requerimentos de preferência foram aprovados. Dando início à apreciação das matérias, o Presidente anunciou o **REQUERIMENTO Nº 247/13** – do Sr. João Campos – que "Requer a inclusão do convidado com base no Requerimento n.º 243/2013 de autoria do deputado Otavio Leite". Ausente o autor, o requerimento foi subscrito pelo Deputado Jair Bolsonaro, que declinou de seu encaminhamento. Em votação, o requerimento foi aprovado. **REQUERIMENTO Nº 251/13** – do Sr. Lourival Mendes – (PL 5776/2013) – que "Requer a inclusão dos juristas: Luiz Flávio D"Urso, José Afonso da Silva, Ives Gandra da Silva Martins, José Roberto Batochio, na Audiência Pública que discutirá o Projeto de Lei 5776/2013". Estando ausente o autor, subscreveram o requerimento os Deputados Arnaldo Faria de Sá e Guilherme Campos, que encaminhou favoravelmente à aprovação. Colocado em votação, o requerimento foi aprovado. **REQUERIMENTO Nº 252/13** – do Sr. Alessandro Molon – (PL 5776/2013) – que "requer a inclusão do convidado com base no Requerimento n.º 243/2013 de autoria do deputado Otavio Leite". Ausente momentaneamente o autor, o requerimento foi subscrito e encaminhado pelo Deputado Amauri Teixeira, imediatamente colocado em votação e aprovado. Em seguida, dando início às matérias alvo de preferências, o Presidente anunciou o **PROJETO DE LEI Nº 4.608/12** – do Sr. Edson Pimenta – que "dispõe sobre procedimentos para abordagem policial". RELATOR: Deputado OTONIEL LIMA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. O Deputado Otavio Leite anunciou a presença do autor da proposição, Deputado Edson Pimenta, e imediatamente passou a palavra ao relator, que leu seu parecer. Em discussão a matéria, o Deputado Enio Bacci parabenizou autor e relator, mas ressaltou que, além da necessária regulamentação da atividade policial, fazia-se urgente que os salários desses agentes públicos fossem elevados, pois só dessa maneira haveria uma elevação do nível das polícias no País. O Deputado Otavio Leite chamou a atenção para o fato de que um dos procedimentos policiais que mais mereciam a atenção naquele momento era o que dizia respeito à não violação do local do crime, um aspecto, em sua opinião, de suma importância, mas inexplicavelmente ignorado pelas autoridades policiais. Sobre o assunto, o Deputado Otoniel Lima esclareceu que isso devia-se à não inclusão da polícia técnica no artigo constitucional que elencava as forças policiais brasileiras. Dessa forma, continuou ele, havia um vácuo na lei quanto à competência para o isolamento dos locais de crime. Ainda sobre esse tópico, o Deputado Enio Bacci acrescentou que, pela legislação vigente, qualquer policial poderia isolar o local, mas que isso não era um dever, como, em sua opinião, deveria ser. Por fim solicitaram vistas da matéria, e lhe foram concedidas, os Deputados Guilherme Campos e Enio Bacci. **PROJETO DE LEI Nº 4.450/12** – do Sr. Jair Bolsonaro – que "Acrescenta parágrafo ao art. 72, da Lei nº 11.343, de 26 de agosto de 2006, para viabilizar o uso de drogas apreendidas para fins específicos de adestramento de cães, na forma que menciona". RELATOR: Deputado GUILHERME CAMPOS. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Relembrando que o parecer já havia sido lido em reunião anterior, o relator limitou-se a parabenizar o autor pela iniciativa e a solicitar apoio dos Deputados para a aprovação da matéria. Colocado em votação, o parecer foi aprovado. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 919/13** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 63/2013) – que "aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia no Campo da Luta contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas, celebrado em Brasília, em 9 de outubro de 2006". RELATOR: Deputado AMAURI TEIXEIRA. PARECER: pela aprovação. Após a leitura do parecer, realizada pelo relator, os Deputados Enio Bacci e Pastor Eurico o cumprimentaram pelo trabalho, acrescentando, o primeiro, que se fazia urgente a realização de audiência pública para discutir a maioridade penal e outros dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Deputado Pastor Eurico manifestou a opinião de que até mesmo a Comissão de Direitos Humanos e de Minorias estava disposta a debater a matéria, tamanha sua importância para a população brasileira. Em seguida, o parecer do relator foi votado e aprovado. Assumiu a Presidência o Deputado Pinto Itamaraty e imediatamente anunciou o **PROJETO DE LEI Nº 604/11** – do Sr. Manoel Junior – que "dispõe sobre a Política de Prevenção à Violência contra os Profissionais do Magistério Público e Privado e dá outras providências".

(Apensados: PLs 732/2011 (Apensado: PL 3.189/2012), 1.225/2011 e 3.273/2012). RELATOR: Deputado OTAVIO LEITE. PARECER: pela aprovação deste e dos PLs nºs 732/2011, 1.225/2011, 3.273/2012 e 3.189/2012, apensados, com substitutivo. Vista à Deputada Keiko Ota, em 15/6/2011. Os Deputados Keiko Ota e Junji Abe apresentaram votos em separado. Em seguida, deu conhecimento da existência, sobre a mesa, de requerimento para retirada de pauta da proposição, de autoria do Deputado Guilherme Campos, que esclareceu que o havia apresentado a pedido do Deputado Junji Abe, autor de um dos apensados. O Deputado Otavio Leite ponderou, como relator, que considerava a matéria completamente pronta, mas que não se oporia à retirada da matéria por uma sessão. O Deputado Pinto Itamaraty colocou em votação o requerimento de retirada de pauta, que foi aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 1.903/11** – do Sr. João Campos – que "acrescenta incisos e altera a redação do caput do art. 322, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, possibilitando à autoridade policial conceder fiança aos autores de crimes punidos com detenção, independente do máximo da pena cominada à infração". RELATOR: Deputado PASTOR EURICO. PARECER: pela aprovação. O Deputado Pinto Itamaraty informou ao relator e aos demais membros que gostaria de se aprofundar no estudo da proposição, e que portanto estava solicitando vistas regimentais da matéria. **PROJETO DE LEI Nº 5.251/09** – da Sra. Aline Corrêa – que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, proibindo que motociclistas e outras pessoas, apeados de motocicleta, circulem com o capacete na cabeça". (Apensado: PL 2359/2011) RELATOR: Deputado HUGO LEAL. PARECER: pela rejeição deste e do PL 2.359/2011, apensado. A proposição foi retirada de pauta, em face da ausência momentânea do relator. Pela mesma razão, foi retirado de pauta o **PROJETO DE LEI Nº 4.314/12** – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "revoga o inciso XIV, do art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998". RELATOR: Deputado RICARDO BERZOINI. PARECER: pela rejeição. Por fim, foi retirado de pauta, a pedido do relator, o **PROJETO DE LEI Nº 5.390/13** – da Sra. Andreia Zito – que "acrescenta o inciso XII ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências". RELATOR: Deputado PINTO ITAMARATY. PARECER: pela aprovação. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Deputado Pinto Itamaraty encerrou os trabalhos às quinze horas e quarenta e um minutos. Antes, porém, convocou reunião de audiência pública para o dia 27 de agosto, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário 6, para debate sobre o "Projeto de Lei nº 5.776/2013, que 'Dispõe sobre a investigação criminal e dá outras providências", e seus apensados'". E, para constar, eu, Ricardo Menezes Perpétuo _____, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão, Deputado Otavio Leite _____, e pelo Deputado Pinto Itamaraty _____ e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 28ª Reunião, realizada em 27 de agosto de 2013.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, no Plenário 11, Anexo II, da Câmara dos Deputados, sob a presidência sucessiva dos Deputados João Campos e Otavio Leite. A lista de presença registrou o comparecimento dos Deputados Otavio Leite – Presidente; João Campos – Vice-Presidente; Enio Bacci, Guilherme Campos, Hugo Leal, José Augusto Maia, Junji Abe, Major Fábio e Paulo Freire – Titulares; Amauri Teixeira, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lincoln Portela, Ricardo Berzoini e William Dib – Suplentes. Compareceram também os Deputados Gabriel Guimarães, Jorge Boeira e Marina Santanna, como não-membros. Deixaram de registrar presença os Deputados Alessandro Molon, Assis do Couto, Cândido Vaccarezza, Dalva Figueiredo, Delegado Protógenes, Efraim Filho, Fernando Francischini, Keiko Ota, Lourival Mendes e Pinto Itamaraty. Justificou a ausência o Deputado Otoniel Lima. **ABERTURA:** O Deputado João Campos declarou abertos os trabalhos e anunciou a **ORDEM DO DIA**: audiência pública convocada para debater o Projeto de Lei nº 5.776/2013, que "Dispõe sobre a investigação criminal e dá outras providências", atendendo ao Requerimento nº 243/13, de autoria do Deputado Otavio Leite. Na sequência, o Deputado João Campos convidou para compor a mesa os Senhores Alexandre Camanho de Assis, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Alexandre Magno Benites de Lacerda, Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público, representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Rodrigo de Melo Teixeira, representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF;

João Nazareno Moraes, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Pará, representante da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL do Brasil; Evandro Luís Castello Branco Pertence, Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e Cristina Maria Zackseski, representando o Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Ato contínuo, concedeu a palavra aos expositores, que se manifestaram nessa ordem. Ao término da exposição do Senhor Rodrigo de Melo Teixeira, o Deputado Otavio Leite assumiu a presidência dos trabalhos e logo em seguida informou que o Senhor Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, também expositor, por ter outro compromisso, teria de se ausentar. Antes da apresentação da Senhora Cristina Maria Zackseski, o Presidente concedeu a palavra ao Deputado Gabriel Guimarães, que se manifestou acerca do PL nº 5.776/13. Após as exposições, manifestaram-se o Deputado Otavio Leite, autor do requerimento, e a Deputada Marina Santanna, autora do Projeto de Lei. Nessa fase dos trabalhos, o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República foi substituído na mesa pelo Senhor José Robalinho Cavalcanti, Vice-Presidente da ANPR. Em seguida, o Presidente passou a palavra aos convidados, que teceram considerações sobre o projeto e sobre as exposições apresentadas pelos participantes da mesa. Por fim, o Presidente concedeu a palavra aos expositores para as considerações finais. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e quarenta e oito minutos. E, para constar, eu, Ricardo Menezes Perpétuo _____, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Otavio Leite _____, e pelo Primeiro Vice-Presidente, Deputado João Campos _____, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**. O inteiro teor foi gravado, podendo ser reproduzido mediante solicitação.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME DIVERSAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA.

Ata da 32ª Reunião realizada em 20 de agosto de 2013.

Às quinze horas e seis minutos do dia vinte de agosto de dois mil e treze, no Plenário 11 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa. Compareceram os Deputados: Erika Kokay (Presidenta), Liliam Sá (Relatora), Jean Wyllys (2º Vice-Presidente), Arnaldo Jordy, João Ananias, João Campos, José Linhares, Keiko Ota, Luiz Couto e Professora Dorinha Seabra Rezende – TITULARES; Carmen Zanotto, Mauro Benevides, Padre Ton, Roberto Britto e Vanderlei Macris – SUPLENTES; Silas Câmara – NÃO MEMBRO. Deixaram de comparecer os Deputados Antônia Lúcia, Dalva Figueiredo, Fátima Bezerra, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Iracema Portella, Mandetta, Marco Tebaldi, Marllos Sampaio, Nelson Marchezan Junior, Paulo Rubem Santiago, Ronaldo Benedet, Ronaldo Nogueira, Rosinha da Adefal e Sandra Rosado. **ATA**: Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da Trigésima Primeira Reunião a todos os membros presentes, foi dispensada sua leitura por solicitação da Deputada Liliam Sá. Em votação, a ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA: ITEM A) Tomada de depoimento dos seguintes depoentes em caráter reservado:** Sr. MARCONDES DA COSTA, Delegado de Polícia Civil de Três Corações/MG; Sra. ANA PAULA KICH GONTIJO, Delegada de Polícia Civil de Três Corações/MG; Sr. JOSIAS MOREIRA GIFFONI, Delegado de Polícia Civil de Varginha/MG; Sr. CASSIO ARANTES, ex-Vereador de Três Corações/MG. Participaram dos debates os deputados Erika Kokay, Liliam Sá e Jean Wyllys. Os depoimentos foram tomados em caráter reservado devido à existência de processo na justiça estadual de Minas Gerais, que tramita em segredo de justiça, cujo objeto está relacionado aos fatos investigados pela CPI. **ITEM B) Apreciação de Requerimentos:** 1) **REQUERIMENTO Nº 136/13** – do Sr. Luiz Couto – que "requer seja convidada a Sra. Alexandra Fachone, Delegada adjunta da Delegacia Especializada dos Direitos da Criança e do Adolescente (Deddica), responsável pela investigação de um suposto esquema de exploração sexual de adolescentes na região de Cuiabá em conexão com o Rio de Janeiro, para em audiência pública desta comissão para esclarecer as graves denúncias e prisões realizadas no Rio de Janeiro, onde foi presa a esteticista Sílvia Flávia Moreno, acusada de participar de uma rede de exploração sexual de adolescentes nos estados de Cuiabá e Rio de Janeiro". **APROVADO**; 2) **REQUERIMENTO Nº 137/13** – da Sra. Liliam Sá – que "requer sejam intimados para prestarem esclarecimentos os seguintes depoentes: Maria Lândia Rodrigues dos Santos, ex-Secretária de Ação Social de Coari/AM; Haroldo Portela de Azevedo, ex-assessor do Prefeito de Coari/AM; José Maria de Aguiar, ex-segurança particular do Prefeito Manoel Adail Amaral Pinheiro e Jaime Levi

Paiva, ex-fotógrafo do Prefeito Manoel Adail Pinheiro". **APROVADO**. Houve um debate sobre os depoimentos e diligências relativos ao município de Coari/AM do qual participaram os deputados: Silas Câmara, Erika Kokay, Liliam Sá e Jean Wyllys. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezesseis horas e vinte e um minutos. A reunião foi gravada e as notas taquigráficas dos depoimentos reservados, após decodificadas, serão encaminhadas ao Arquivo da Câmara dos Deputados como documentos sigilosos. E, para constar, eu _____, Francisco de Assis Diniz, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidenta, Deputada Erika Kokay _____, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME DIVERSAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA.

Ata da 33ª Reunião realizada em 26 de agosto de 2013.

Às quinze horas e dezenove minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e treze, no Plenário 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa. Compareceram as Deputadas Erika Kokay (Presidenta) e Liliam Sá (Relatora). Deixaram de comparecer os Deputados Antônia Lúcia, Arnaldo Jordy, Dalva Figueiredo, Fátima Bezerra, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Iracema Portella, Jean Wyllys, João Ananias, João Campos, José Linhares, Keiko Ota, Luiz Couto, Mandetta, Marco Tebaldi, Marllos Sampaio, Nelson Marchezan Junior, Paulo Rubem Santiago, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ronaldo Benedet, Ronaldo Nogueira, Rosinha da Adefal e Sandra Rosado. **ATA**: Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da Trigésima Segunda Reunião a todos os membros presentes, foi dispensada sua leitura por solicitação da Deputada Liliam Sá. Em votação, a ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA: Tomada de depoimento dos seguintes depoentes em caráter reservado:** Sra. **MARIA LÂNDIA RODRIGUES DOS SANTOS**, ex-Secretária de Ação Social de Coari/AM; Sr. **ADRIANO TEIXEIRA SALAN**, ex-Secretário de Administração do Município de Coari/AM; Sr. **HAROLDO PORTELA DE AZEVEDO**, ex-Assessor do Prefeito de Coari/AM; Sr. **ANSELMO DO NASCIMENTO DOS SANTOS**, Servidor da Prefeitura de Coari/AM; e Sr. **ELIAS NASCIMENTO DOS SANTOS**, Servidor da Prefeitura de Coari/AM. Participaram dos debates as deputadas Erika Kokay e Liliam Sá. Os depoimentos foram tomados em caráter reservado devido à existência de processo na justiça estadual do Amazonas, que tramita em segredo de justiça, cujo objeto está relacionado aos fatos investigados pela CPI. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às vinte e três horas e quarenta e seis minutos. A reunião foi gravada e as notas taquigráficas dos depoimentos reservados, após decodificadas, serão encaminhadas ao Arquivo da Câmara dos Deputados como documentos sigilosos. E, para constar, eu _____, Francisco de Assis Diniz, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidenta, Deputada Erika Kokay _____, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME DIVERSAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA.

Ata da 34ª Reunião realizada em 27 de agosto de 2013.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e treze, no Plenário 5 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa. Compareceram os Deputados: Erika Kokay (Presidenta), Liliam Sá (Relatora), Arnaldo Jordy, Dalva Figueiredo, Luiz Couto, Professora Dorinha Seabra Rezende e Ronaldo Benedet – TITULARES; Carmen Zanotto – SUPLENTE; Silas Câmara e Oliveira Filho – NÃO MEMBROS. Deixaram de comparecer os Deputados Antônia Lúcia, Fátima Bezerra, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Iracema Portella, Jean Wyllys, João Ananias, João Campos, José Linhares, Keiko Ota, Mandetta, Marco Tebaldi, Marllos Sampaio, Nelson Marchezan Junior, Paulo Rubem Santiago, Ronaldo Nogueira, Rosinha da Adefal e Sandra Rosado. **ORDEM DO DIA: Tomada de depoimento do seguinte depoente em caráter reservado:** Sr. **MANOEL ADAIL AMARAL PINHEIRO**, Prefeito de Coari/AM. Participaram dos debates as deputadas Erika Kokay, Liliam Sá e Oliveira Filho. Os depoimen-

tos foram tomados em caráter reservado devido à existência de processo contra o depoente na justiça estadual do Amazonas, que tramita em segredo de justiça, cujo objeto está relacionado aos fatos investigados pela CPI. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às catorze horas e doze minutos. A reunião foi gravada e as notas taquigráficas dos depoimentos reservados, após decodificadas, serão encaminhadas ao Arquivo da Câmara dos Deputados como documentos sigilosos. E, para constar, eu _____, Francisco de Assis Diniz, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidenta, Deputada Erika Kokay _____, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

PARECERES

DESPACHO DO PRESIDENTE

PUBLICAÇÃO DE PARECER DE COMISSÃO

PL 178-B/2007 – CREDN
PL 4319-B/2008 – CCJC
PL 4544-B/2008 – CE, CFT
PL 4704-C/2009 – CFT
PL 5369-D/2009 – CCJC – Republicação
PL 578-A/2011 – CDC
PL 866-D/2011 – CCJC
PL 2944-A/2011 – CAPADR
PL 3341-B/2012 – CCJC
PL 4387-A/2012 – CDC
PL 5110-A/2013 – CCJC
PL 5130-A/2013 – CDC
PDC 828-A/2013 – CCJC
PDC 875-A/2013 – CCJC
PDC 876-A/2013 – CCJC

Publique-se.

Em 28-8-13. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente

PROJETO DE LEI Nº 178-B, DE 2007

(Do Sr. Otavio Leite)

Acrescenta Parágrafo Único ao art. 9º da Lei nº 6.815, de 1980, que "Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração"; tendo pareceres: da Comissão de Turismo e Desporto pela rejeição deste e dos de nºs 4.010/08 e 4.652/09, apensados, e pela aprovação do de nº 3.059/08, com substitutivo (relator: DEP. MARCELO TEIXEIRA); e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional pela aprovação do nº 3.059/08, apensado, com substitutivo, e pela rejeição deste e dos de nºs 4.010/08 e 4.652/09, apensados (relator: DEP. ARNON BEZERRA)

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: TURISMO E DESPORTO; RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL; E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 178, de 2007, de autoria do Deputado Otávio Leite, visa a acrescentar ao art. 9º, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, um parágrafo único, no qual se estabelece a possibilidade de o visto de turista ser concedido aos estrangeiros interessados através das representações diplomáticas brasileiras no exterior ou, então, por ocasião da entrada no Brasil de visitante estrangeiro que seja natural do Canadá, México, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos da América, podendo o Executivo, por ato próprio, estender essa faculdade para naturais de outros países que não façam parte desse elenco inicial.

Foram apensados a esse primeiro projeto de lei três outros projetos de lei congêneres, que são:

– 1º apenso: Projeto de Lei nº 3.059, de 2008, de autoria do Deputado Carlos Eduardo Cadoca, em que se prevê, adicionalmente ao procedimento de obtenção de visto de turista junto às nossas repartições consulares para que o estrangeiro interessado possa ingressar no Brasil, outro procedimento, alternativo e eletrônico, para a obtenção da chancela para a entrada do estrangeiro no país na condição de turista.

Nessa iniciativa, fixam-se procedimentos e prazos para a solicitação e obtenção do visto eletrônico previsto, assim como procedimentos de controle nos embarques dos turistas que se destinem ao Brasil. Também são previstas penalidades nos casos especificados, tanto para o turista interessado no visto, quanto para os servidores, agentes públicos e administrativos encarregados da sua análise e concessão.

Com esse intuito, o proponente sugere alterações na redação dos artigos 9º (ao qual acrescenta parágrafo único) e 11 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e adiciona, ainda, dois novos artigos à Lei 6.815, de 1980, sugerindo sejam enumerados como artigos 9º-A e 9º-B desse texto legal.

Esses dois dispositivos adicionados contêm as penalidades previstas tanto para o estrangeiro que fornecer informações falsas ou descumprir as normas estipuladas na Lei nº 6.815, de 1980, quanto para os servidores e agentes públicos e administrativos que descumprirem os prazos previstos para a análise e concessão dos vistos solicitados. A proposição não contempla quaisquer hipóteses para dilação dos prazos delineados para a análise dos pedidos de vistos e sua respectiva concessão (ou denegação).

– 2º apenso: Projeto de Lei nº 4.010, de 2008, do Deputado Cândido Vacarezza, que altera integralmente o caput do art. 9º da Lei nº 6.815, de 1980, ainda acrescentando-lhe três parágrafos adicionais.

No caput do art. 9º proposto, prevê-se que a concessão de visto brasileiro ao turista estrangeiro poderá ser feita tanto no exterior, através das representações diplomáticas brasileiras, quanto por ocasião da entrada no estrangeiro em nosso país.

No § 1º, acrescentado ao art. 9º da Lei nº 6.815, de 1980, define-se o que seja caráter recreativo ou de visita.

No § 2º, determina-se que o visitante comprove, perante o agente de imigração, o prazo no qual pretende permanecer no Brasil, assim como as acomodações de que disporá em sua estada em nosso país e as suas respectivas condições financeiras.

O § 3º aborda as hipóteses de aplicação do princípio de reciprocidade, quando houver acordo internacional entre o Brasil e o país do visitante, com previsão de dispensa de visto, hipótese em que as regras previstas nos respectivos acordos prevalecerão e deverão ser obedecidas.

– 3º apenso: Projeto de Lei nº 4.652, de 2009, também do Deputado Carlos Eduardo Cadoca, autor do primeiro projeto de lei apensado.

Essa proposição é composta por quatro artigos:

no art. 1º, prevê-se isenção total de vistos para que estrangeiros entrem no Brasil;

no art. 2º, delimita-se em três anos o prazo para essa isenção, a iniciar da data da promulgação da lei proposta;

no art. 3º, determina-se que essa liberação ampla cessará em três anos, transcorridos os quais voltará a viger o disposto no art. 10, da Lei nº 6.815, de 1980, conforme hoje em vigor.

Na Comissão de Turismo e Desporto, quando da apreciação da matéria ora em pauta, decidiu-se rejeitar os Projetos de lei nº 178, de 2007, do Dep. Otávio Leite; 4.010, de 2008, do Dep. Cândido Vaccarezza; 4.052, de 2009, do Dep. Carlos Eduardo Cadoca, oportunidade em que se optou pela aprovação do Projeto de lei nº 3.059, de 2009, do Dep. Carlos Eduardo Cadoca, na forma do substitutivo então apresentado.

O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.059, de 2008, de autoria da Comissão de Turismo e Desporto, compõe-se de quatro artigos. Não contém qualquer ementa. Talvez, por essa razão, o art. 1º desse substitutivo seja, na verdade, mais uma ementa à iniciativa legislativa apresentada, do que um artigo de lei propriamente dito, uma vez que, nesse dispositivo, resume-se o objetivo da proposta legislativa contida no substitutivo (no qual não se colocou ementa). Mais adequado seria transformá-lo na ementa que, de fato, é.

No art. 2º, inserem-se cinco parágrafos ao art. 9º da Lei 6.815, de 1980, quais sejam:

§ 1º, em que se prevê a hipótese de concessão de visto ao estrangeiro, para a entrada no Brasil, ainda em seu país de origem, através das representações diplomáticas brasileiras, ou por meio eletrônico, o que visa a modernizar e informatizar o procedimento;

§2º, no qual é disciplinado o procedimento a ser adotado para a concessão de visto ao estrangeiro, por meio eletrônico, o que se detalha em três incisos;

§ 3º, em que se estipula um prazo de oito dias corridos, a contar da data do recebimento do pedido, para que seja feita a análise administrativa da solicitação eletrônica, "bem como a investigação necessária a ser feita pelas autoridades brasileiras e, nos casos urgentes, o estrangeiro poderá optar por rito sumaríssimo, a ser definido em regulamento à lei";

§ 4º, no qual é conferido ao estrangeiro o direito subjetivo de receber comunicação do resultado da análise de que trata o art. 3º, até, pelo menos, sete dias antes do seu embarque para o Brasil;

§ 5º, onde se prevê que a solicitação eletrônica não poderá ser objeto de custas administrativas mais altas do que aquelas pertinentes ao procedimento usual de obtenção de vistos junto às representações diplomáticas brasileiras.

O art. 3º da proposição acrescenta dois artigos novos à Lei nº 6.815, de 1980, que são enumerados como artigos 9-A e 9-B:

Art. 9º–A, em que é prevista a aplicação das penalidades hoje já constantes da Lei nº 6.815, de 1980, para a hipótese de prestação de informações falsas por estrangeiro requerente de visto para o Brasil;

Art. 9º–B, no qual é determinada a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.112, de 1990, assim como da Lei nº 9.784, de 1999, aos agentes públicos e administrativos que extrapolem os prazos previstos (deve-se ressaltar que o dispositivo não prevê quaisquer hipóteses de dilação de prazos, haja ou não acúmulo de serviço ou estrutura administrativa insuficiente);

O **art. 4º** do substitutivo contém a cláusula de vigência de praxe.

Esse substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.059, de 2008, foi acolhido na Comissão de Turismo e Desporto, na reunião ordinária de 12 de agosto de 2009, oportunidade em que foram rejeitados os demais projetos de lei (Projeto de Lei nº 178, de 2007, do Dep. Otávio Leite; Projeto de Lei nº 4.010, de 2008, do Dep. Cândido Vaccarezza; Projeto de Lei nº 4.652, de 2009, do Dep. Carlos Eduardo Cadoca).

Em 5 de outubro de 2011, apresentei, na condição de relator às proposições objeto deste relatório, um primeiro parecer à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no qual posicionei-me pela rejeição dos Projetos de Lei nº 178-A, de 2007, do Dep. Otávio Leite; nº 4.010, do Dep. Cândido Vaccarezza; nº 4.652, do Dep. Carlos Eduardo Cadoca. Optei, ainda, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.059, de 2008, também de autoria do Dep. Carlos Eduardo Cadoca, na forma do substitutivo então apresentado. A esse primeiro substitutivo, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Houve pedido de vistas a esse conjunto de proposições, cujo prazo encerrou-se em 16 de novembro de 2011. A partir de então, a matéria, objeto de sucessivas negociações políticas, entrou e foi retirada de pauta sucessivas vezes.

As reflexões suscitadas possibilitaram a elaboração de um segundo substitutivo, mais simples e consentâneo com a realidade atual, que, neste momento, incumbe-me encaminhar à apreciação dos nobres pares.

De resto, ao elaborar a terceira versão deste parecer, optei por manter a análise jurídica e técnica que já havia feito anteriormente e que em tudo se coaduna com o substitutivo hoje apresentado.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Os autores das quatro proposições apresentadas, Deputados Otávio Leite, Carlos Eduardo Cadoca e Cândido Vaccarezza, preocuparam-se com os entraves burocráticos que recaem sobre os turistas estrangeiros desejosos de obter visto para ingressar em nosso país. Essa é a razão que os mobiliza a apresentar alternativas legais para simplificar o procedimento e desburocratizar o processo de concessão, pela República Federativa do Brasil, de vistos de turista a estrangeiros.

Os três proponentes apresentam alentadas justificativas às suas iniciativas legislativas.

O Dep. Otávio Leite propôs que os vistos fossem concedidos, já em território nacional, quando da chegada de turistas procedentes dos Estados Unidos, Canadá, México, Japão, Austrália e Nova Zelândia, bem como a turistas provenientes de outros países aos quais o Poder Executivo, adicionalmente, queira conceder essa liberalidade: *"... se o Brasil passar a facultar ao estrangeiro natural daqueles países a obtenção do visto, quando da entrada em território nacional, a consequência para a nossa economia será formidável, incrementando em milhares de novos visitantes os estrangeiros que para aqui virão, seja para o lazer, para eventos e convenções, e até para* ***business****, gerando emprego e renda para milhares de brasileiros*."

Adiciona, ainda:

No caso, em especial dos Estados Unidos da América, o fato é que a demanda reprimida naquele país esbarra nas poucas repartições diplomáticas que lá dispomos (5 consulados). O que afasta, por conta da burocracia e do pouco acesso, a procura dos profissionais de turismo, bem como dos cidadãos turistas que gostariam de viajar para o Brasil.

Não se trata de alterar os procedimentos já instituídos pelo Ministério das Relações Exteriores. Tão somente o que se propõe é que as exigências passariam a ser requeridas, quando do desembarque, para o visitante, naquela condição, que assim o desejar. A estrutura administrativa para tal, já existe.

Muitos são os países que já adotam esta regra, como por exemplo Albânia, Cuba, Egito, El Salvador, Emirados Árabes, Turquia e Zâmbia. (fl. 2 dos autos)

Em suas justificativas às duas proposições apresentadas, o Deputado Carlos Eduardo Cadoca ressalta ser necessário "...reduzir a burocracia e as dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros que desejam visitar nosso país"[1]. No seu entendimento, o turismo "é um segmento de grande peso, gerador de renda e de empregos e que está em franca expansão". Adiciona, ademais:

Para se ter uma ideia do volume de negócios realizados, durante o ano de 2006, em todo o mundo, ocorreram 842 milhões de desembarques. No Brasil, houve 53 milhões (6% do total). Estima-se as divisas geradas pelo setor alcancem a marca de US$ 4,3 bilhões (representando um aumento de 12% em comparação com 2005.

O constante surgimento de novos destinos tem elevado a concorrência. Para atrairmos um consumidor cada vez mais exigente e não perdermos espaço nesse mercado, não bastam apenas belas paisagens, pujança cultural, um rica história ou uma boa receptividade. É preciso investir em capacitação, informação ao visitante, em infraestrutura, bem como descomplicar as viagens. Nesse aspecto, além de uma malha aeroviária bem planejada, integrada com outros modais de transporte e operada por mais companhias, deve-se reduzir a burocracia para a obtenção de vistos. (fl. 6 dos autos; destaques do original).

Nessa mesma linha, são as considerações tecidas pelo Dep. Cândido Vaccarezza:

Atualmente a exigência de visto de turista para entrada no território nacional tem sido uma barreira para o desenvolvimento do turismo no país. Uma legislação atual e desburocratizada possibilitará mais investimentos internos e maior número de estrangeiros, promovendo um turismo com fator de atividade econômica sustentável e com papel relevante na inclusão social e na geração de emprego e renda.

Em relação ao universo dos estrangeiros abrangidos por seu projeto, manifesta-se dizendo que os Estados "... estão em pé de igualdade perante o Direito Internacional, qualquer que seja a sua importância demográfica, econômica ou militar", pois "... todos os Estados têm, em tese, os mesmos direitos e deveres na comunidade das nações". Além disso, o princípio da igualdade entre os Estados "é uma decisão política fundamental concretizada em normas do sistema constitucional positivo e não pode ser desconsiderado".

1 Acrescentei destaque.

Na condição de relator dessas quatro iniciativas legislativas, cabe-me informar também, por dever de ofício, que tramita, na Casa, o Projeto de Lei nº 5.655, de autoria do Poder Executivo, apresentado à Câmara dos Deputados, em 20 de julho de 2009, que "dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências", conhecido como o Novo Estatuto do Estrangeiro, já que, inclusive, prevê a revogação expressa da Lei º 6.815, de 1980, instrumento normativo que as quatro iniciativas em pauta buscam aprimorar.

À semelhança dos projetos de lei que analisamos neste momento, o chamado Novo Estatuto do Estrangeiro tem, também, o objetivo de buscar a modernização da Lei nº 6.815, de 1980, nos seus vários aspectos. Essa matéria deu entrada neste colegiado em 5 de dezembro de 2012.

Em relação à sistemática de concessão de vistos, oportunas são as palavras de Maria Cláudia Canto Amaral, comentando essa proposta do Executivo, em seminário intitulado Migração Internacional: os atores institucionais, ao qual compareceu em nome do Ministério da Justiça. Em seu pronunciamento em relação às propostas feitas pelo Executivo para a concessão de vistos, manifesta-se a expositora da seguinte forma:

Criamos um visto de turismo e negócios, que pretende facilitar a vinda de investidores que, na atual legislação, muitas e muitas vezes buscam atalhos ilegais. Eles entram no país com visto de turista e têm problemas no aeroporto, exatamente porque não sabem da irregularidade. Isso gera uma série de confusões. Buscamos, então, estimular a vinda de negociantes para reuniões, investimentos, prospecção de mercado. Modificamos um pouco as características do visto original de turista. Com a validade de cinco anos, a contar da primeira entrada e com cento e oitenta dias para utilização, há o prazo de noventa dias de estada, prorrogáveis por mais noventa dias, a cada doze meses e em múltiplas entradas. Deixando, realmente, que o turista de negócios, que venha para um seminário, uma reunião ou prospecção, tenha tempo para cumprir efetivamente as suas funções no Brasil. (In: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/poppolpublicas/poppolpublicas_sessao3_p93a130.pdf Acesso em: 16 Jul. 2011)

São convergentes as observações constantes do documento intitulado Contribuições da Cadeia Produtiva

do Turismo para a Organização da Copa do Mundo no Brasil em 2014, que traz sugestões sobre o que deve ser feito, para o segmento turístico, dentro da área de atuação de cada entidade, a fim de se contribuir para o sucesso da Copa de 2014. Esse texto, de autoria do empresariado, manifesta posicionamento firme:

Nós, empresários e representantes do setor turístico brasileiro, acreditamos que o sucesso do evento está amplamente relacionado à implantação de políticas públicas de incentivo ao setor, com reflexos sobre a modernização e ampliação da infra-estrutura, desburocratização de processos de retiradas de visto que permitam a entrada de um maior número de turistas no Brasil, além, é claro, da qualificação e capacitação dos profissionais do turismo" (resumo apresentado pelo Cooordenador da Câmara de Turismo da CNC, Norton Lenhart, incluídas contribuições, sugestões e atribuições de entidades como ABAV, ABEOC, ABETAR, ABIH, ABLA, ABOTTC, ABRASEL, ABREMAR, ADIBRA, ANTTUR, BITO, BRAZTOA, Conselho de Turismo da CNC, FAVECC, FBC&VB, FNHRBS, FOHB, SINDRIO, SNEA E UBRAFE, além de considerações de Guilherme Paulus, presidente do Conselho de Administração da CVC).

Na condição de relator, cabe-me traçar a linha de avaliação legislativa para as proposições em discussão.

Dois caminhos despontam, do ponto de vista de estratégia legislativa, para a análise do Projeto de Lei nº 178, de 2007, e de seus respectivos apensos.

Um **primeiro** caminho seria sugerir a apensação dos projetos de lei em debate neste momento ao Projeto de Lei nº 5.655, de 2007, para que a matéria fosse discutida globalmente, uma vez que o novo Estatuto do Estrangeiro prevê, de forma expressa, a revogação do atual.

Todavia, há um **segundo percurso possível**, certamente mais célere, que é darmos prosseguimento nesta Comissão à análise dos quatro projetos de lei apensados, já apreciados pela Comissão de Turismo e Desporto, com o objetivo de facilitar e desburocratizar a concessão de vistos brasileiros para estrangeiros que desejem visitar nosso país. Estaremos, assim, contribuindo para equacionar a problemática hoje existente de obtenção de vistos de turista para ingresso no Brasil, sem que precisemos nos deter sobre todos os demais aspectos que são abordados no novo Estatuto do Estrangeiro.

Escolho a segunda alternativa. Trata-se de uma opção político-técnica, ainda mais se considerarmos que nos aproximamos, velozmente, da Copa de 2014: caso **não** nos debrucemos, com o objetivo de buscar soluções rápidas, sobre o problema da burocracia hoje existente para a concessão de vistos, talvez não tenhamos os visitantes desejados e esperados no certame esportivo internacional que se avizinha. Ao esbarrar em entraves burocráticos, muitos deles poderão desistir de sua vinda ao Brasil, acarretando vultosos prejuízos à indústria turística nacional, que se somarão aos que já se contabilizam na diferença hoje existente entre o turismo efetivo e aquele potencial.

Ao adotar essa segunda alternativa, opto por aprovar o Projeto de Lei nº 3.059, de 2008, na esteira da decisão tomada pela Comissão de Turismo e Desporto, mas através de substitutivo que, neste momento, apresento ao texto aprovado naquele colegiado, de forma a simplificar o procedimento e acrescentar algumas contribuições que entendo relevantes. Ademais, na mesma linha adotada pela Comissão de Turismo e Desporto, rejeito os Projetos de Lei nº 178, de 2007; nº 4.010, de 2008 e nº 4.652, de 2009.

De forma a facilitar a análise legislativa da matéria, anexo a este parecer quadro comparativo em que relaciono as quatro iniciativas apresentadas, em colunas relativas ao conteúdo de cada dispositivo, comparando-as com o conteúdo do substitutivo da Comissão de Turismo e Desporto e com aquele que decidi apresentar ao substitutivo anterior.

Comparo, ainda, essas seis propostas normativas aos dispositivos da Lei nº 6.815, de 1980, em vigor, e ao Projeto de Lei nº 5.655, de 2009, que visa a revogá-la integralmente e substituí-la. Creio, assim, possibilitar uma melhor visualização do conteúdo do que estamos a apreciar.

Cabe-me, apenas, adicionar que facilitar a concessão de vistos a turistas que desejem conhecer nosso país é matéria que se alicerça nos preceitos do art. 4º da Constituição Federal, relativo aos **princípios norteadores do relacionamento entre a República Federativa do Brasil e os demais Estados,** notadamente aqueles dos incisos II, prevalência dos direitos humanos; V, igualdade entre os Estados; IX, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Afinal, a defesa da paz, prevista também no art. 4º, inciso VI, implica o intercâmbio entre os povos e um melhor conhecimento recíproco entre as diferentes nações, como alicerces de uma maior solidariedade planetária.

Parabenizando as iniciativas apresentadas pelos autores das propostas, ressalto que, ao apresentar um segundo substitutivo, com o intuito de contribuir para a maior clareza jurídica do texto, desejo somar-me aos

proponentes das iniciativas legislativas em análise na convergência de esforços necessária para sanarmos os entraves constatados.

Posiciono-me, dessa forma, pela rejeição dos Projetos de Lei nº 178-A, de 2007, do Dep. Otávio Leite; nº 4.010, de 2008, do Dep. Cândido Vaccarezza; nº 4.652, do Dep. Carlos Eduardo Cadoca.

VOTO, ainda, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.059, de 2008, na forma do substitutivo que apresento, neste momento, ao texto aprovado na Comissão de Turismo e Desporto.

Sala da Comissão, 18 de abril de 2013. – Deputado **Arnon Bezerra,** Relator.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.059, DE 2008

Estabelece procedimento alternativo para a concessão de visto de turismo a estrangeiro, altera os artigos 9º e 10 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei acrescenta parágrafos ao Art. 9º da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, visando a estabelecer procedimento alternativo para a concessão de visto de turista a estrangeiro para ingresso na República Federativa do Brasil, e modifica a redação do Art. 10º da mesma Lei, visando a permitir a dispensa da exigência, ao nacional de país que confira a brasileiro idêntico tratamento, do visto de turista e dos vistos temporários para estrangeiros em viagens de negócios ou na condição de artista ou desportista.

Art. 2º. O art. 9º da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art.9º .....

§ 1º O visto de turista poderá, alternativamente, ser solicitado e emitido por meio eletrônico, conforme regulamento.

§ 2º As solicitações do visto de que trata o § 1º serão processadas pelo Sistema Consular Integrado do Ministério das Relações Exteriores, na forma disciplinada pelo Poder Executivo.

§ 3º Para a obtenção de visto por meio eletrônico, o estrangeiro deverá:

I – preencher e enviar formulário eletrônico disponível no Portal Consular do Ministério das Relações Exteriores;

II – apresentar por meio eletrônico os documentos solicitados para comprovar o que tiver sido declarado no requerimento;

III – pagar os emolumentos e taxas cobrados para processamento do pedido de visto;

IV – seguir o rito procedimental previsto nas normas do Manual do Serviço Consular e Jurídico.

§ 4º A autoridade consular brasileira poderá solicitar a apresentação dos originais dos documentos para dirimir dúvidas, bem como solicitar documentos adicionais para a instrução do pedido.

§ 5º O Ministério das Relações Exteriores poderá editar normas visando a:

I – simplificação de procedimentos, por reciprocidade ou por outros motivos que julgar pertinentes;

II – sem prejuízo da segurança do sistema e de outras cominações legais cabíveis, incluir regras para a obtenção de vistos fisicamente separados da caderneta de passaporte do requerente.

§ 6º O estrangeiro que fornecer informações falsas, ou descumprir as regras previstas nos §§ 3º e 4º e nas normas legais pertinentes estará sujeito às penalidades previstas no art. 125, incisos I, III, IV, XIII, XV, XVI, e art. 126 desta lei".

Art. 3º. O art. 10 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. Poderá ser estabelecida a dispensa recíproca do visto de turista e dos vistos temporários a que se referem os incisos II e III do artigo 13, observados prazos de estada definidos nesta Lei.

Parágrafo único. A dispensa de vistos a que se refere o caput desse artigo será concedida mediante acordo internacional, salvo, a juízo do Ministério das Relações Exteriores, aos nacionais de país que assegure a reciprocidade de tratamento aos nacionais brasileiros, situação em que a dispensa poderá ser concedida, enquanto durar essa reciprocidade, mediante comunicação diplomática, sem a necessidade de acordo internacional."

Art. 4º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo e entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de abril de 2013. – Deputado **Arnon Bezerra,** Relator.

LEI 6.815, DE 1980	PL 178-A, DE 2007, DO DEP. OTÁVIO LEITE	PL 3.059, DE 2008, DO DEP. CARLOS EDUARDO CADOCA	PL 4.010, DE 2008, DO DEP. CÂNDIDO VACCAREZZA	PL 4.652, DE 2009, DO DEP. CARLOS EDUARDO CADOCA	SUBSTITUTIVO AO PL 3.059, DE 2009, DA COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO	PL 5.655, DE 2009, DO PODER EXECUTIVO	SUBSTITUTIVO AO PL 3.059, DE 2008, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL
Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.	Acrescenta Parágrafo Único ao art. 9º da Lei nº 6.815, de 1980, que 'Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.	Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, Estatuto do Estrangeiro, visando à criação de procedimento alternativo para a obtenção de visto de turista.	Altera o art. 9º da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.	Isenta temporariamente os turistas estrangeiros da exigência de visto prevista no art. 10 da Lei nº 6.815, de 1980.	Observação: O substitutivo apresentado **não** contém ementa.	Dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências	Estabelece procedimento alternativo para a concessão de visto de turista a estrangeiro, altera o artigo 9º da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e dá outras providências.

LEI 6.815, DE 1980	PL 178-A, DE 2007, DO DEP. OTÁVIO LEITE	PL 3.059, DE 2008, DO DEP. CARLOS EDUARDO CADOCA	PL 4.010, DE 2008, DO DEP. CÂNDIDO VACCAREZZA	PL 4.652, DE 2009, DO DEP. CARLOS EDUARDO CADOCA	SUBSTITUTIVO AO PL 3.059, DE 2009, DA COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO	PL 5.655, DE 2009, DO PODER EXECUTIVO	SUBSTITUTIVO AO PL 3.059, DE 2008, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL
Art. 1º Em tempo de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais.	**Art. 1º** O art. 9º da Lei nº 6.815, de 19 de agosto e 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:	**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, Estatuto do Estrangeiro, dá nova redação aos artigos 9º e 11 e acrescenta os artigos 9º-A e 9º-B, visando à criação de procedimento alternativo para obtenção de visto de turista.	**Art. 1º** O art. 9º da Lei nº 6815, de 19 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:	Observação: Não há um artigo fazendo menção à legislação em vigor que o projeto de lei busca alterar.	**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, Estatuto do Estrangeiro, dá nova redação ao artigo 9º e acrescenta os artigos 9º - A e 9º-B, visando à criação de procedimento alternativo para a obtenção de visto de turista.	**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre o ingresso e permanência de estrangeiros no território nacional, a aquisição e efeitos da nacionalidade brasileira por naturalização, a repatriação, deportação, expulsão e extradição passiva e ativa, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, e	**Art. 1º** Esta Lei acrescenta parágrafos ao art. 9º da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, visando a estabelecer procedimento alternativo para a concessão de visto de turista a estrangeiro para ingresso na República Federativa do Brasil.

LEI 6.815, DE 1980	PL 178-A, DE 2007, DO DEP. OTÁVIO LEITE	PL 3.059, DE 2008, DO DEP. CARLOS EDUARDO CADOCA	PL 4.010, DE 2008, DO DEP. CÂNDIDO VACCAREZZA	PL 4.652, DE 2009, DO DEP. CARLOS EDUARDO CADOCA	SUBSTITUTIVO AO PL 3.059, DE 2009, DA COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO	PL 5.655, DE 2009, DO PODER EXECUTIVO	SUBSTITUTIVO AO PL 3.059, DE 2008, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL
						define infrações e suas sanções. **Parágrafo único**. Considera-se estrangeiro todo aquele que não possua a nacionalidade brasileira originária ou adquirida.	
		Art. 2º Os artigos 9º e 11 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980,passam a vigorar com a seguinte redação:			Art. 2º O artigo 9º da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:		Art. 2º Art. 2º O artigo 9º da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:
Art. 9º O visto de turista poderá ser concedido ao	**Art. 9º...**	Art. 9º...	"**Art. 9º** O estrangeiro que venha ao Brasil	**Art. 1º** Os turistas estrangeiros	Art. 9º...	**Art. 18** O visto de turismo e negócios poderá	Art. 9º-...

LEI 6.815, DE 1980	PL 178-A, DE 2007, DO DEP. OTÁVIO LEITE	PL 3.059, DE 2008, DO DEP. CARLOS EDUARDO CADOCA	PL 4.010, DE 2008, DO DEP. CÂNDIDO VACCAREZZA	PL 4.652, DE 2009, DO DEP. CARLOS EDUARDO CADOCA	SUBSTITUTIVO AO PL 3.059, DE 2009, DA COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO	PL 5.655, DE 2009, DO PODER EXECUTIVO	SUBSTITUTIVO AO PL 3.059, DE 2008, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL
estrangeiro que venha ao Brasil em caráter recreativo ou de visita, assim considerado aquele que não tenha finalidade imigratória, nem intuito de exercício de atividade remunerada.			em caráter recreativo ou de visita poderá solicitar a concessão de visto de turista através das representações diplomáticas brasileiras no exterior ou na ocasião da entrada no território nacional."	ficam isentos da exigência de visto para entrada no Brasil prevista no art. 10 da Lei 6.815, de 1980.		ser concedido ao estrangeiro que venha ao Brasil em caráter recreativo, de visita ou a negócios.	
	Parágrafo único: O visto de turista ainda, poderá ser concedido através das representações diplomáticas brasileiras no exterior, bem	**§ 1º** O visto poderá ser obtido no país de origem do estrangeiro ou em solo brasileiro quando requerido por	**§ 1º** Considera-se estrangeiro em caráter recreativo ou de visita aquele que não tenha finalidade imigratória, nem intuito de		§ 1º O visto poderá ser obtido no país de origem do estrangeiro através das representações diplomáticas brasileiras ou	**§ 1º** Poderá ser estabelecida, mediante acordo internacional, a dispensa recíproca do visto de turismo e negócios, que observará o	**§ 1º** O visto de turista poderá, alternativamente, ser emitido por meio eletrônico, conforme regulamento.

LEI 6.815, DE 1980	PL 178-A, DE 2007, DO DEP. OTÁVIO LEITE	PL 3.059, DE 2008, DO DEP. CARLOS EDUARDO CADOCA	PL 4.010, DE 2008, DO DEP. CÂNDIDO VACCAREZZA	PL 4.652, DE 2009, DO DEP. CARLOS EDUARDO CADOCA	SUBSTITUTIVO AO PL 3.059, DE 2009, DA COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO	PL 5.655, DE 2009, DO PODER EXECUTIVO	SUBSTITUTIVO AO PL 3.059, DE 2008, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL
	como, por ocasião da entrada no território nacional, ao estrangeiro natural dos Estados Unidos da América, do Canadá, do México, do Japão, da Austrália, da Nova Zelândia, podendo o Poder Executivo, por ato próprio, estender essa faculdade para naturais de outros países, a fim de fortalecer o turismo receptivo.	meio eletrônico, respeitadas as exigências contidas neste artigo e em regulamentação específica.	atividade remunerada ou estudantil no país.		por meio eletrônico.	prazo de estada fixado nesta Lei.	
							§ 2º As solicitações do

LEI 6.815, DE 1980	PL 178-A, DE 2007, DO DEP. OTÁVIO LEITE	PL 3.059, DE 2008, DO DEP. CARLOS EDUARDO CADOCA	PL 4.010, DE 2008, DO DEP. CÂNDIDO VACCAREZZA	PL 4.652, DE 2009, DO DEP. CARLOS EDUARDO CADOCA	SUBSTITUTIVO AO PL 3.059, DE 2009, DA COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO	PL 5.655, DE 2009, DO PODER EXECUTIVO	SUBSTITUTIVO AO PL 3.059, DE 2008, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL
							visto de que trata o § 1º serão processadas pelo Sistema Consular Integrado do Ministério das Relações Exteriores, na forma disciplinada pelo Poder Executivo.

		§ 2º O visto será concedido em solo brasileiro somente mediante:	**§ 2º** Deve ser comprovado ao agente de imigração, na ocasião do desembarque, ou perante as representações diplomáticas no exterior o prazo de permanência, acomodações e condições financeiras para a sua manutenção no país.” .	**Art. 2º.** A isenção estender-se-á por um período de três anos, a contar da data da publicação desta lei.	**§ 2º** A concessão por meio eletrônico de que trata o § 1º dependerá dos seguintes procedimentos a serem regulamentados:		**§ 3º** Para a obtenção de visto por meio eletrônico, o estrangeiro deverá:
			§ 3º O estrangeiro de país que dispense aos brasileiros idêntico tratamento pode cumprir o estabelecido em acordo internacional no que tange a reciprocidade				

		I – o preenchimento em até 15 dias antes da data do embarque, de formulário eletrônico disponível no endereço do órgão competente;			I – o preenchimento em até 15 dias antes da data do embarque, de formulário eletrônico disponível em sítio eletrônico do órgão competente;		I – preencher e enviar formulário eletrônico disponível no Portal Consular do Ministério das Relações Exteriores;
		II – a entrega da autorização de visto; IV – a apresentação dos documentos que comprovem integralmente o que foi declarado pelo estrangeiro no formulário eletrônico de autorização prévia de visto.			II – a apresentação por meio eletrônico dos documentos que comprovem o que foi declarado no requerimento.		II – apresentar, por meio eletrônico, os documentos solicitados para comprovar o que tiver sido declarado no requerimento;

		III – o pagamento dos emolumentos e taxas respectivos;			**III –** o pagamento dos emolumentos e taxas respectivos.		**III –** pagar os emolumentos e taxas cobrados para processamento do pedido de visto;
							IV – seguir o rito procedimental previsto nas normas do Manual do Serviço Consular e Jurídico.
		§ 3º A análise da solicitação de autorização de visto, bem como a investigação necessária a ser feita pelas autoridades brasileiras deverão ocorrer no máximo em oito dias corridos, a contar do recebimento do pedido,			**§ 3º** A análise da solicitação de autorização de visto, bem como a investigação necessária a ser feita pelas autoridades brasileiras deverão ocorrer no máximo em oito dias corridos, a contar do recebimento do pedido, obedecido o horário oficial		**§ 4º** A autoridade consular brasileira poderá solicitar a apresentação dos originais dos documentos encaminhados por meio eletrônico, para dirimir dúvidas, bem como solicitar documentos adicionais para a instrução do pedido.

		obedecido o horário oficial brasileiro e, em caso de viagem com extrema urgência, o estrangeiro poderá solicitar o rito sumaríssimo conforme definido em regulamentaçã o			brasileiro e, em caso de viagem com extrema urgência, o estrangeiro poderá solicitar o rito sumaríssimo conforme definido em regulamentação.		
		§ 4º O estrangeiro deverá ser comunicado do resultado da análise de que trata o § 3º, em como receber a autorização de visto, pelo menos sete dias antes do dia do embarque			§ 4º O estrangeiro deverá ser comunicado do resultado da análise de que trata o § 3º, bem como receber a autorização de visto, pelo menos sete dias antes do dia do embarque		
		§ 5º O valor do visto solicitado por meio eletrônico não			§ 5º O valor do visto solicitado por meio eletrônico não		

		poderá ser superior ao cobrado pela autoridade diplomática no exterior.			poderá ser superior ao cobrado pela autoridade diplomática no exterior.		
		Art. 3º A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:			**Art. 3º** A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:		
		"Art. 9-A. Ao estrangeiro que fornecer informações falsas, bem como que não cumprir as normas previstas nesta lei, aplicam-se as penalidades previstas nos artigos 125, incisos I, III,*IV,IV*, XIII,XV,XVI; e 126." (sic, fl.			**Art. 9-A.** Ao estrangeiro que fornecer informações falsas, bem como que não cumprir as normas previstas nesta lei, aplicam-se as penalidades previstas nos artigos 125, incisos I, III,IV, V, XIII,XV,XVI, e 126."		**§ 6º** O estrangeiro que fornecer informações falsas, ou descumprir as regras previstas nos §§ 3º e 4º deste artigo e nas demais normas legais pertinentes estará sujeito às penalidades previstas no art. 125, incisos I, III, IV, XIII, XV, XVI, e art. 126

		5 dos autos) Destaque acrescentado.					desta lei.
		"Art 9-B O não cumprimento do que dispõem os §§ 3º e 4º, ensejará aos servidores, as penalidades previstas nas Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e 9.784, de 29 de janeiro de 1999."			**Art 9-B.** Pelo não cumprimento do que dispõem os §§ 3º e 4º, caberão aos servidores, as penalidades previstas nas Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e 9.784, de 29 de janeiro de 1999." (sic)		
Art. 10. Poderá ser dispensada a exigência de visto, prevista no artigo anterior, ao turista nacional de país que dispense ao brasileiro idêntico tratamento.			**Art. 2º** Fica revogado o art. 10 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de1980.	**Art. 3º** Decorrido o prazo de que trata o art. 2º, passa a vigorar o disposto no art. 10, da Lei nº 6.815, de 1980.		(Art. 18.....) **§ 1º** .... **§ 2º** Poderá ser dispensada, por ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores, a exigência do visto de turismo e negócios ao nacional de país	

Parágrafo único. A reciprocidade prevista neste artigo será, em todos os casos, estabelecida mediante acordo internacional, que observará o prazo de estada do turista fixado nesta Lei.						que confira a brasileiro idêntico tratamento. **§ 3º** Os Ministérios das Relações Exteriores e da Justiça poderão, em ato conjunto, dispensar unilateralmente a exigência do visto de turismo e negócios quando o interesse nacional assim o recomendar.	
Art. 11. A empresa transportadora deverá verificar, por ocasião do embarque, no Exterior, a documentação exigida, sendo responsável, no caso de irregularidade apurada no		(**Art. 2º** Os artigos 9º e 11 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:) "**Art. 11.** A empresa transportadora deverá					

momento da entrada, pela saída do estrangeiro, sem prejuízo do disposto no art. 125, item VI.		verificar, por ocasião do embarque, no exterior, o visto concedido em solo estrangeiro ou a autorização de visto de que trata o art. 9º, sendo responsável, no caso de irregularidade apurada no momento da entrada, pela saída do estrangeiro, sem prejuízo do disposto no art. 125, item VI."					
Art. 12 O prazo de validade do visto de turista será de até cinco anos, fixado pelo Ministério das Relações Exteriores,							

dentro de critérios de reciprocidade, e proporcionará múltiplas entradas no país, com estadas não excedentes a noventa dias, prorrogáveis por igual período, totalizando o máximo de cento e oitenta dias por ano. **Parágrafo único.** O prazo poderá ser reduzido, em cada caso, a critério do Ministério da Justiça.							
							§ 5º O Ministério das Relações Exteriores poderá:editar normas visando: I –à simplificação de procedimentos,

							por reciprocidade ou por outros motivos que julgar pertinentes; II- sem prejuízo da segurança do sistema e de outras cominações legais cabíveis, incluir regras para a obtenção de vistos fisicamente separados da caderneta de passaporte do requerente.
Art. 140. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente... (segue-se o rol completo de normas objeto de revogação expressa).		**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.	**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.	**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.	**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.	**Art. 159.** Esta lei entrará em vigor trinta dias após a sua publicação. **Art. 160.** Ficam revogadas a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981, o art. ...	**Art. 3º** Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo e entrará em vigor na data de sua publicação.
						(segue-se o rol dos demais dispositivos a revogar).	

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO E SUBEMENDA OFERECIDA PELO RELATOR

Em Reunião Deliberativa Extraordinária desta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, realizada em 14 de agosto de 2013, durante a discussão do parecer ao Projeto de Lei 178, de 2007, que tem por apensos os de nºs 3.059, de 2008; 4.010, de 2008; e 4.652, de 2009, houve sugestões no sentido de incorporar mais um artigo ao texto do Substitutivo que apresentei, de sorte a alterar a redação do parágrafo único do artigo 56 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, tornando-o mais consentâneo à política externa brasileira hodierna.

Por se tratar de modificação que visa aperfeiçoar a lei acima citada, entendi por bem acatá-la, pelo que, acresço mais um artigo ao Substitutivo que apresentei, nos seguintes termos:

At. 4º. O artigo 56 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56 ...

Parágrafo único. O visto concedido pela autoridade consular poderá ser aposto a qualquer documento de viagem reconhecido pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), não implicando a aposição do visto o reconhecimento de Estado ou Governo pelo Governo brasileiro."

Em face do exposto, reitero o meu Parecer, e VOTO pela **rejeição** dos Projetos de Lei nº 178-A, de 2007, do Dep. Otávio Leite; nº 4.010, de 2008, do Dep. Cândido Vaccarezza; nº 4.652, de 2009, do Dep. Carlos Eduardo Cadoca, e pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.059, de 2008, na forma do Substitutivo apresentado, com a alteração constante desta **Complementação de Voto.**

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2013. – Deputado **Arnon Bezerra,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião extraordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 3.059, de 2008, apensado, com Substitutivo, e rejeitou o Projeto de Lei nº 178-A, de 2007, e de nºs 4.010, de 2008 e 4.652, de 2009 , apensados, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Arnon Bezerra, que apresentou complementação de voto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Pellegrino – Presidente; Perpétua Almeida e Íris de Araújo – Vice-Presidentes; Alfredo Sirkis, Carlos Alberto Leréia, Carlos Zarattini, Eduardo Azeredo, Emanuel Fernandes, Hugo Napoleão, Jair Bolsonaro, Janete Rocha Pietá, Nelson Marquezelli, Vitor Paulo, Arnon Bezerra, Devanir Ribeiro, Iara Bernardi, Lelo Coimbra, Luiz Nishimori e Osvaldo Reis.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 3.059, DE 2008

Estabelece procedimento alternativo para a concessão de visto de turismo a estrangeiro, altera os artigos 9º, 10 e 56 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei acrescenta parágrafos ao Art. 9º da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, visando a estabelecer procedimento alternativo para a concessão de visto de turista a estrangeiro para ingresso na República Federativa do Brasil, e modifica a redação do Art. 10º da mesma Lei, visando a permitir a dispensa da exigência, ao nacional de país que confira a brasileiro idêntico tratamento, do visto de turista e dos vistos temporários para estrangeiros em viagens de negócios ou na condição de artista ou desportista.

Art. 2º. O art. 9º da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art.9º .....

§ 1º O visto de turista poderá, alternativamente, ser solicitado e emitido por meio eletrônico, conforme regulamento.

§ 2º As solicitações do visto de que trata o § 1º serão processadas pelo Sistema Consular Integrado do Ministério das Relações Exteriores, na forma disciplinada pelo Poder Executivo.

§ 3º Para a obtenção de visto por meio eletrônico, o estrangeiro deverá:

I – preencher e enviar formulário eletrônico disponível no Portal Consular do Ministério das Relações Exteriores;

II – apresentar por meio eletrônico os documentos solicitados para comprovar o que tiver sido declarado no requerimento;

III – pagar os emolumentos e taxas cobrados para processamento do pedido de visto;

IV – seguir o rito procedimental previsto nas normas do Manual do Serviço Consular e Jurídico.

§ 4º A autoridade consular brasileira poderá solicitar a apresentação dos originais dos

documentos para dirimir dúvidas, bem como solicitar documentos adicionais para a instrução do pedido.

§ 5º O Ministério das Relações Exteriores poderá editar normas visando a:

I – simplificação de procedimentos, por reciprocidade ou por outros motivos que julgar pertinentes;

II – sem prejuízo da segurança do sistema e de outras cominações legais cabíveis, incluir regras para a obtenção de vistos fisicamente separados da caderneta de passaporte do requerente.

§ 6º O estrangeiro que fornecer informações falsas, ou descumprir as regras previstas nos §§ 3º e 4º e nas normas legais pertinentes estará sujeito às penalidades previstas no art. 125, incisos I, III, IV, XIII, XV, XVI, e art. 126 desta lei".

Art. 3º. O art. 10 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. Poderá ser estabelecida a dispensa recíproca do visto de turista e dos vistos temporários a que se referem os incisos II e III do artigo 13, observados prazos de estada definidos nesta Lei.

Parágrafo único. A dispensa de vistos a que se refere o caput desse artigo será concedida mediante acordo internacional, salvo, a juízo do Ministério das Relações Exteriores, aos nacionais de país que assegure a reciprocidade de tratamento aos nacionais brasileiros, situação em que a dispensa poderá ser concedida, enquanto durar essa reciprocidade, mediante comunicação diplomática, sem a necessidade de acordo internacional."

Art. 4º. O artigo 56 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56 .....

Parágrafo único. O visto concedido pela autoridade consular poderá ser aposto a qualquer documento de viagem reconhecido pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), não implicando a aposição do visto o reconhecimento de Estado ou Governo pelo Governo brasileiro."

Art. 5º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo e entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2013. – Deputado **Nelson Pellegrino,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.319-B, DE 2008

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Altera a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994, que dispõe sobre o contrato de franquia empresarial (franchising) e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. DR. UBIALI); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e pela antirregimentalidade da emenda apresentada na Comissão (relator: DEP. PAULO MALUF).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

EMENDA 1

Dê-se ao art. 2º, Parágrafo Único, do PL n. 4319/2008, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

Parágrafo Único: O negócio franqueado deverá ter, no mínimo, 12 (doze) meses de implementação no mercado, no Brasil ou no exterior, seja por intermédio da franqueadora ou de qualquer empresa a ela direta ou indiretamente relacionada, antes de ser franqueado."

Justificação

Entendo que a exigência disposta acima deve recair sobre o negócio a ser franqueado (e não sobre a franqueadora em si). Isto porque é comum que empresas franqueadoras, após anos de experiência e atuação no mercado, constituam novas empresas com a finalidade específica de atuar como franqueadoras da rede. Tendo em vista que a limitação não deve recair sobre essas empresas, mas sim sobre o negócio especifico a ser franqueado, torna-se imprescindível a modificação sugerida acima. O importante é que o negócio a ser franqueado já esteja testado e experimentado no mercado, a fim de diminuir o risco de seus

franqueados, sem, no entanto, limitar o planejamento societário das redes de franquia.

Acredito que a redação atual do Art. 2º do PL 4319/2008, não atingirá o objetivo da alteração da Lei, pois o projeto de lei em questão não tem por objetivo barrar as redes de franquia que já estão consolidadas no mercado, mas sim as operações recentemente constituídas, que não tenham sequer 1 ano de atuação no mercado.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2009. – Deputado **Osmar Serraglio.**

I – Relatório

O projeto de lei em epígrafe objetiva acrescer parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994, que dispõe sobre o contrato de franquia empresarial (franchising), estabelecendo que a empresa franqueadora deverá ter, no mínimo, doze meses de existência e funcionamento antes de iniciar o seu sistema de franquia.

Justifica o autor que faz-se necessário um tempo mínimo para que a empresa se estabeleça e demonstre ao público e ao mercado em geral que possui excelência comercial e administrativa suficientes para estabelecer um sistema de franquia.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, nos termos do substitutivo apresentado.

Foi apresentada uma emenda ao projeto nesta Comissão propondo a seguinte redação para o dispositivo:

> "Parágrafo Único: O negócio franqueado deverá ter, no mínimo, 12 (doze) meses de implementação no mercado, no Brasil ou no exterior, seja por intermédio da franqueadora ou de qualquer empresa a ela direta ou indiretamente relacionada, antes de ser franqueado."

II – Voto do Relator

De acordo com o art. 32, inciso IV, alínea *a*, do Regimento Interno, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre o projeto de lei, o substitutivo e a emenda quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Trata-se de matéria pertinente à competência legislativa da União e às atribuições normativas do Congresso Nacional. Não havendo reserva de iniciativa sobre o tema, revela-se legítima sua apresentação por parte de parlamentar, de acordo com a competência geral prevista no art. 61, *caput*, do texto constitucional.

Igualmente constatamos que todos respeitam preceitos e princípios da Constituição em vigor e estão de acordo com o ordenamento jurídico vigente.

A técnica legislativa e a redação empregadas estão adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Quanto à emenda apresentada nesta Comissão, entendemos que se trata de emenda de mérito ao projeto, não cabendo à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se sobre este aspecto.

Assim, voto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.319, de 2008, e do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico e pela antirregimentalidade da emenda apresentada nesta Comissão.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2013. – Deputado **Paulo Maluf,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.319-A/2008, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e pela antirregimentalidade da emenda apresentada nesta Comissão, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Paulo Maluf.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Décio Lima – Presidente, Mauro Benevides, Luiz Carlos e Carlos Bezerra – Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Benjamin Maranhão, Beto Albuquerque, Cesar Colnago, Delegado Protógenes, Dr. Grilo, Edson Silva, Eliseu Padilha, Esperidião Amin, Fábio Ramalho, Fabio Trad, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Heuler Cruvinel, Iriny Lopes, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Jutahy Junior, Leonardo Gadelha, Leonardo Picciani, Lourival Mendes, Luiz Couto, Luiz de Deus, Luiz Pitiman, Márcio França, Marcos Rogério, Mendonça Prado, Odair Cunha, Onofre Santo Agostini, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Renato Andrade, Ricardo Berzoini, Roberto Freire, Ronaldo Fonseca, Sandra Rosado, Valtenir Pereira, Vicente Arruda, Vicente Candido, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, William Dib, Alberto Filho, Armando Vergílio, Artur Bruno, Assis Melo, Dudimar Paxiuba, Eduardo Azeredo, Geraldo Simões, João Dado, Marçal Filho, Márcio Macêdo, Moreira Mendes, Nazareno Fonteles e Reinaldo Azambuja.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.544-B, DE 2008

(Do Sr. Vitor Penido)

Autoriza a criação de Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, no município de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. DANIEL ALMEIDA); da Comissão de Educação e Cultura, pela rejeição (relator: DEP. EMILIANO JOSÉ); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária (relator: DEP. RODRIGO MAIA).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; EDUCAÇÃO E CULTURA; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO ART. 24, II, "G".

Publicação dos Pareceres Das Comissões de Educação e Cultura; e de Finanças e Tributação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a criar um CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica, no município de Santa Luzia no Estado de Minas Gerais. Instituição destinada à formação e qualificação de profissionais de nível médio e superior, para atender às necessidades socioeconômicas da região, bem como para contribuir com o desenvolvimento tecnológico do País. Segundo o Projeto, o novo CEFET adquirirá personalidade jurídica mediante a inscrição de seu ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sendo sua estrutura organizacional e forma de funcionamento definidas nos termos da legislação pertinente e de seu Estatuto. Seu patrimônio se comporá pelos bens e direitos doados pela União, Estados, Municípios e por outras entidades públicas e particulares e por bens e direitos que a instituição venha a adquirir. A implantação do CEFET sujeita-se à existência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei nº 9.962/2000 e o Executivo fica autorizado a praticar os atos necessários à implantação da unidade educacional.

O Deputado proponente afirma que a implantação de uma instituição de educação profissional e tecnológica em Santa Luzia objetiva atender de forma ágil e eficaz a demanda crescente por formação de recursos humanos qualificados na cidade e região, beneficiando especialmente os jovens provenientes de famílias humildes, que enfrentam dificuldades na busca de qualificação profissional e no aprimoramento de seus conhecimentos em grandes centros urbanos. Ressalta que a presença de um CEFET irá favorecer toda a localidade adjacente e lembra que os CEFETs têm se revelado fundamentais para a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, e têm, como um dos objetivos, levar educação profissional e tecnológica de qualidade para o interior do pais e áreas da periferia de grandes centros urbanos tendo a vantagem de que seus cursos se realizam num período de tempo bem inferior aos de formação universitária e são mais eficientes quanto à empregabilidade dos egressos.

O Projeto de Lei foi apresentado em 17/12/2008 e a Mesa Diretora o encaminhou em 28/1/2009 às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); Educação e Cultura (CEC); Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em conformidade com o Art. 54 do RICD. A Proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões seu regime de tramitação é o ordinário.

No âmbito da CTASP, o Projeto recebeu Parecer, favorável no mérito, de seu relator, o Dep. Daniel Almeida, ainda que observe que "(..) *cabe registrar a possibilidade de vir a ser questionada a constitucionalidade da proposição examinada, pela Comissão competente, tendo em vista a previsão de iniciativa legislativa privativa do Presidente da República, na forma do art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Federal, para projetos que disponham sobre a criação de órgãos e entidades públicas."* A Comissão acolheu por unanimidade o voto do Relator.

A Proposição deu entrada na CEC em 17/7/2009, e não lhe foram apresentadas emendas no prazo regulamentar.

É o Relatório.

II – Voto do Relator

Os méritos educacionais, culturais e até socioeconômicos implícitos na Proposição em tela são evidentes. De fato, o Projeto de Lei nº 4.544/2008, que *"Autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET– no município de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais*", que veio à Comissão de Educação e Cultura para exame do mérito educacional e cultural que possa apresentar, pode ser considerado relevante e oportuno. Seu autor desenvolve argumentos a favor

da importância que uma nova escola técnica de nível superior pode representar em Santa Luzia, no interior de Minas Gerais, quanto às oportunidades de formação e preparação para o trabalho que abrirá para os jovens mais carentes do estado e também da região. A oportunidade está em que o Ministério da Educação atualmente desenvolve um ambicioso Plano de Expansão de Instituições Técnicas e Profissionais em todo o território nacional, o que pode facilitar a inclusão da localidade apontada – que ainda não dispõe de estabelecimento do gênero – no conjunto dos municípios contemplados na expansão da rede federal.

Entretanto, a forma pela qual o ilustre Deputado Vitor Penido defende sua proposta – mediante um Projeto de Lei de caráter autorizativo -, exige a invocação do chamado "vício de iniciativa", pois a Constituição Federal, em seu art. 61, inciso II, alíneas "a" e "e", confere exclusivamente ao Poder Executivo a prerrogativa da criação de estabelecimentos federais de educação.

No sentido de coibir, ainda em seu âmbito, a tramitação de Projetos que poderão não prosperar por inconstitucionalidade, a Comissão de Educação e Cultura exarou, em 2001, *SÚMULA DE RECOMENDAÇÕES AOS RELATORES Nº 1/2001* – CEC/CÂMARA DOS DEPUTADOS, cujo teor foi revalidado pela unanimidade de seus membros em 2005 e em 2007. Nela se esclarece que, no caso de

> "PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL FEDERAL, EM QUALQUER NÍVEL OU MODALIDADE DE ENSINO,
>
> *Por implicar na criação de órgãos públicos, e, obviamente, em cargos, funções e empregos, além de acarretar aumento de despesa, a iniciativa legislativa da criação de instituições educacionais, em qualquer nível ou modalidade de ensino, é privativa do Poder Executivo. (Ver art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal)."* Assim sendo, diz a Súmula, "*Projetos de Lei desse teor são meramente autorizativos e, portanto, inócuos, pois não geram nem direitos nem obrigações, por parte do Poder Público, já que o mesmo detém a competência de tais prerrogativas. Lembre-se que em termos de mérito educacional, a criação de uma Instituição Educacional Pública deve ser decidida à luz de um Plano de Educação, de uma Política Educacional ou de uma Proposta Pedagógica Inovadora, e assim por diante, onde todas as instâncias educacionais, inclusive, obviamente, as próprias escolas e suas comunidades, gozam do direito de ser ouvidas e de se tornar participantes. É esse o costume salutar em todas as nações que cultivam o Estado Democrático de Direito. Portanto, o Parecer do Relator de um PL que vise a criação de Instituição Educacional Pública, em qualquer nível ou modalidade de ensino, deverá concluir pela rejeição da proposta, logicamente ouvido o Plenário. A criação de Instituição Educacional, repita-se, deve ser sugerida na proposição do tipo INDICAÇÃO, a ser encaminhada ao Poder Executivo. (Ver RI/CD, art. 113), diretamente pelo próprio Autor ou através da Comissão, e neste caso, após ouvido o Plenário. (...).".*
>
> À luz do exposto, manifestamos então nosso voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.544/2008, que *"Autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET– no município de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais*"*."*

E tendo em vista o mérito educacional e cultural da proposta contida no Projeto, pedimos, por fim, que a Comissão de Educação e Cultura encaminhe a Indicação anexa ao Poder Executivo, na qual se sugere ao Senhor Ministro da Educação o indispensável apoio para a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET– no município de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais, pelas razões que seu ilustre proponente apresenta.

Sala da Comissão, 21 de outubro de 2009. – Deputado **Emiliano José,** Relator.

REQUERIMENTO

(Do Sr. Emiliano José)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo ao Ministério da Educação a criação de um Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET – em Santa Luzia, MG.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. encaminhar ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo ao Ministério da Educação a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica no Município de Santa Luzia, estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2009. – Deputado **Emiliano José.**

INDICAÇÃO Nº , DE 2009

(Da Comissão de Educação e Cultura)

Sugere ao Ministério da Educação a criação do Centro Federal de Educação

Tecnológica (CEFET) no município de Santa Luzia, MG.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação,

A Comissão de Educação e Cultura (CEC), da Câmara dos Deputados, recebeu, proveniente do Senado Federal e originalmente apresentado, naquela Casa, pelo nobre Senador Artur Virgílio, o Projeto de Lei nº 4.544/2008, que propõe a *criação do Centro Federal de Educação Tecnológica no município de Santa Luzia, Minas Gerais.* A apreciação resultou em sua rejeição, considerando o que aconselha sua *Súmula nº 1 de Recomendações aos Senhores Relatores*. Elaborada em 2001 e reafirmada em 2005 e 2007 pelo conjunto de membros da CEC, este Documento recomenda que os projetos de lei de natureza autorizativa, que versem sobre matéria de iniciativa do Poder Executivo, sejam rejeitados. E caso haja mérito em seus conteúdos, recomenda ainda sejam endereçados à área governamental, por meio de 'Indicação ao Executivo'.

Vimos trazer à consideração de Vossa Excelência uma proposta dessa natureza, de criação de um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) no município de Santa Luzia, estado de Minas Gerais.

O nobre Deputado Vítor Penido, autor da Proposição, justifica-a ressaltando que a implantação de um estabelecimento federal de educação profissional e tecnológica em Santa Luzia objetiva atender, de forma ágil e eficaz, a demanda crescente por formação de recursos humanos qualificados na cidade e região, beneficiando especialmente os jovens de famílias humildes, que enfrentam dificuldades na busca de qualificação profissional e no aprimoramento de seus conhecimentos em grandes centros urbanos. Destaca ainda que a presença de um CEFET em Santa Luzia irá favorecer todas as localidades adjacentes, pois os CEFETs no Brasil exibem uma história de sucesso e de excelência, revelando-se fundamentais para a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, nas capitais e nas cidades do interior onde se instalam. Têm ainda a importante vantagem de que seus cursos se realizam em tempo mais curto que os de formação universitária e são mais eficientes quanto à empregabilidade dos egressos, servindo melhor aos propósitos dos jovens de classe média e da classe trabalhadora que desejem se formar tecnicamente para melhorar suas chances no mercado.

Senhor ministro: não temos dúvida de que a expansão da oferta de formação educacional em geral e profissional de excelente nível constitui estratégia privilegiada para dinamizar um País, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento socioeconômico regional e local. Isto em vista, temos acompanhado com atenção e interesse, desde 2005, a implementação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Tanto em sua primeira etapa, a ser cumprida em 2006, quanto na segunda, cujo cronograma se desdobra de 2008 a 2010, o Plano de Expansão da rede federal técnica e profissional consignou ao estado de Minas Gerais novas unidades educacionais, mas nenhuma delas será implantada em Santa Luzia. Quando da sanção da Lei federal nº 11.892, em dezembro de 2008, que criou os 38 (trinta e oito) IFETs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no País, a partir da rede federal de educação profissional, o conjunto dos estabelecimentos de ensino técnico e tecnológico – Escolas Técnicas e Agrotécnicas e os Cefets, com suas Unidades de Ensino Descentralizadas, as UNEDs – foi absorvido e reordenado em nova estrutura institucional, com eixo nos novos IFETs. Definiu-se nova agenda de implantação das escolas técnicas e os IFEts, presentes em todos os estados, já são ou serão os responsáveis pela oferta de ensino médio integrado ao profissional, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias e também licenciaturas sobretudo de ciências.

Pois bem, Senhor Ministro: observamos que, de fato, n a significativa rede de estabelecimentos de ensino que orbita em torno dos cinco IFETs de Minas Gerais, não consta qualquer previsão de que o Município de Santa Luzia virá a ser contemplado com nova unidade tecnológica federal de ensino. Mas considerando que o Ministério da Educação implementa este Plano de Expansão de sua rede de ensino técnico e tecnológico por todo o País, quem sabe a idéia de criação de mais um Centro Federal de Educação Tecnológica – ou pelo menos, de uma UNED – em Santa Luzia, Minas Gerais poderá ser acolhida pelas autoridades governamentais?

Em uma breve apresentação, Santa Luzia é um município pertencente à Região Metropolitana de Belo Horizonte, cidade da qual dista 27 km. Sua população, estimada em 2008 pelo IBGE, era de 227.438 habitantes. A história do município originou-se com aventureiros remanescentes da expedição de Borba Gato, que, em 1962, em busca de riquezas, descobriram Santa Luzia, durante o ciclo do ouro. Com o fim da exploração deste metal precioso, Santa Luzia tornou-se um importante centro comercial, ponto de parada dos tropeiros que vinham negociar e comprar mercadorias. Na rua do Comércio, no bairro da Ponte, havia até mesmo um porto para os barcos que navegavam pelo Rio das Velhas, transportando mercadorias comercializadas em Minas Gerais. Foi assim que Santa Luzia passou a ser um ponto de referência do comércio, cultura e arte. Voltada para o turismo religioso, mantém viva a

cultura popular através de festas como a de Nossa Senhora do Rosário, a Folia de Reis e a da padroeira da cidade, Santa Luzia. As autoridades públicas e a população têm grande tradição de bons tratos para com a cidade e tem levado adiante um plano de restauração do patrimônio histórico local – igrejas e casarões, principalmente -, o que transforma a cidade num lugar bem cuidado e atraente para os turistas. O município hoje se destaca também pelo seu potencial de desenvolvimento industrial, comercial e de serviços. Em seus cinco distritos industriais estão instaladas diversas empresas de vários segmentos de mercado e nos últimos anos, a taxa de crescimento da cidade foi de 13% e o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 78%, refletindo políticas direcionadas para o desenvolvimento econômico e social, por meio de investimentos na geração de empregos, no atendimento social e na preservação da identidade cultural do município. Mas Santa Luzia até hoje não conta com escola técnica federal para oferecer boa formação para o trabalho para sua juventude...

Cremos que a partir de um planejamento apropriado e de um calendário de implantação a ser cumprido em articulação com o das demais unidades técnicas previstas para se instalar em território mineiro, este pleito, tão ansiado principalmente pelos jovens e pelos setores produtivos do estado e região, poderá se concretizar. Juntamo-nos, portanto, aos parlamentares e cidadãos de Minas e do Brasil que apóiam essa boa proposta de ampliação da rede de ensino técnico nacional e, conhecedores do espirito público que orienta as suas decisões e ações à frente do MEC, acreditamos poder contar também com a ajuda de Vossa Excelência na condução desse pleito.

Assim, nesta oportunidade, vimos solicitar que as providências cabíveis, junto aos setores técnicos competentes do Ministério da Educação e demais órgãos do governo, para que o mais breve possível possa ser inaugurado um novo Centro de Ensino Tecnológico na bela e aprazível cidade mineira de Santa Luzia. Essa nova instituição decerto trará o dinamismo tão necessário ao interior mineiro.

Acredite Vossa Excelência que a criação de mais uma unidade federal de ensino tecnológico em Minas Gerais significará um novo e promissor caminho para uma vida mais digna para milhares e milhares de jovens brasileiros.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2009. – Deputado **Emiliano José**

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou unanimemente o Projeto de Lei nº 4.544-A/2008, com envio de Indicação ao Poder Executivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Emiliano José.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Maria do Rosário – Presidente, Lobbe Neto e Alice Portugal – Vice-Presidentes, Alex Canziani, Antônio Carlos Biffi, Ariosto Holanda, Átila Lira, Bel Mesquita, Carlos Abicalil, João Matos, Joaquim Beltrão, Jorginho Maluly, Joseph Bandeira, Lelo Coimbra, Paulo Rubem Santiago, Pinto Itamaraty, Raul Henry, Reginaldo Lopes, Rogério Marinho, Wilson Picler, Angela Portela, Eleuses Paiva, Eudes Xavier, Fernando Nascimento, Geraldo Resende, Lira Maia, Luiz Carlos Setim, Paulo Magalhães, Pedro Wilson, Professor Ruy Pauletti, Raimundo Gomes de Matos e Roberto Alves.

Sala da Comissão, 28 de outubro de 2009. – Deputada **Maria do Rosário,** Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I – Relatório

A iniciativa do nobre Deputado Vitor Penido, na forma do projeto de Lei nº 4.544, de 2008, figura-se entre as competências atribuídas ao Congresso Nacional, ao passo que pretende aperfeiçoar o sistema nacional de educação tecnológica.

A proposta, na forma de lei do Congresso Nacional, pretende autorizar o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais, com o objetivo de formar e qualificar profissionais de nível médio e superior, atender às necessidades socioeconômicas da região e, dessa forma, contribuir diretamente com o desenvolvimento social e educacional do País.

O despacho inicial encaminhou a proposição à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, para o exame de mérito, conforme determina o art. 32, inciso XVIII, alínea "f", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. A proposição foi aprovada por todos os parlamentares presentes, que se mostraram favoráveis ao Projeto de Lei nº 4.544, de 2008.

Na tramitação sequencial, o mérito foi apreciado pela Comissão de Educação e Cultura – CEC, em cumprimento ao art. 32, inciso IX, alínea "a", do mesmo regimento, sendo, no entanto, rejeitado.

Nesta fase do processo legislativo, cabe a esta Comissão apreciar a proposta, nos termos do art. 54, inciso II, do regimento da Casa.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Compete à Comissão de Finanças e Tributação, apreciar a compatibilidade e a adequação da proposta

com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, nos termos do art. 32, inciso X, alínea "h" e do art. 53, inciso "II", do Regimento Interno da CD e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação.

II.1. DA COMPATIBILIDADE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Embora não seja atribuição da Comissão de Finanças e Tributação o exame dos aspectos de constitucionalidade, enfrentaremos a questão em face da opinião de alguns relatores desta Comissão que têm afirmado que o projeto de lei meramente autorizativo, como o caso em análise, incide em vícios de constitucionalidade ao ferir o art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Constituição, que reserva à iniciativa do Presidente da República a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, encontrando-se previsto, ainda, para o exercício da competência, dispor mediante decreto, desde que observado o art. 84, inciso IV.

O processo legislativo constitucional tem como núcleo de atração o Congresso Nacional, que chama para si a atribuição de dispor sobre todas as matérias de competência da União, conforme está previsto no art. 48 da Constituição. Portanto, o parlamentar autor do Projeto de Lei nº 4.544, de 2008, detém legitimidade para iniciar o processo legislativo, mas fica limitado a reserva legal do art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", sempre que dispor do mesmo tema reservado ao Presidente da República.

Note-se que a criação e a autorização para se criar um CEFET envolvem dimensões distintas. A criação exige lei específica de iniciativa do Presidente da República, a autorização, por outro lado, cabe ao Congresso Nacional – CN, onde seria um contra senso o mesmo sujeito ativo propor a criação e, este mesmo sujeito, ter a faculdade de aprová-la.

Além disso, a autorização para a criação, ato legal do CN, exige proposta de lei específica, caso a caso, não bastando somente uma lei de caráter geral autorizando o Poder Executivo a criar CEFET ou IFET, pois se deve verificar, por parte do Congresso Nacional, a neutralidade orçamentária e financeira (art. 84, inciso VI, alínea "a", 1ª parte) e, também, o cumprimento da vedação de utilização de decreto para criação ou extinção de órgão público (art. 84, inciso VI, alínea "a", 1ª parte).

O projeto em análise autoriza a criação do CEFET, no município de Santa Luzia/MG, cujo efeito prático é alertar o Poder Executivo da necessidade e da demanda dos munícipes, sendo certo que, de forma alguma, invade a competência do Presidente da República.

Outra questão aberta é sobre o art. 8º da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação que reproduz parcialmente norma constitucional prevista no art. 63, que assim dita: "será considerada incompatível a proposição que aumente despesa em matéria de iniciativa exclusiva do Presidente da República".

A norma constitucional em comento estabelece que:

> "Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:
>
> I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, §§ 3º e 4º;
>
> II – .....

Sem dúvida, a aplicação da hipótese constitucional somente ocorre quando o Presidente da República envia ao Congresso Nacional projeto de lei de sua iniciativa exclusiva, e durante a tramitação, um parlamentar proponha emenda que resulte no aumento de despesa prevista no projeto, fato este totalmente distinto do objeto desse relatório.

Portanto, fica claro que o Projeto de Lei nº 4.544, de 2008 não se subsome a esta norma constitucional, por se tratar de projeto de autoria parlamentar e por não propor aumento de despesa.

Sendo assim, pelas razões expostas, contraditamos as alegações de inconstitucionalidade, pois não verificamos quaisquer vícios na proposta.

II.2. DA COMPATIBILIDADE E DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

II.2.1. SOB A ÉGIDE DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF

À luz da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), a autorização para a geração de despesa ou assunção de obrigação deve atender o disposto nos arts. 16 e 17.

Observa-se que é comum exigir que as restrições da LRF sejam aplicadas aos projetos de leis meramente autorizativos. Mesmo que tal exigência abrigue certa prudência, essa pretensão não se sustenta em face de uma análise mais detalhada, como veremos a seguir.

A inteligência dos arts. 15, 16, 17 da LRF, nos ensina que: o objetivo desses dispositivos é o controle na geração de despesa ou na assunção de obrigação legal no momento da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Ocorrendo essas hipóteses, a proposta legislativa deve informar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor

e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio e compensar os efeitos financeiros.

As leis meramente autorizativas não têm o condão de criar liame jurídico na forma de obrigação legal ou contratual, ou gerar despesa para a União. Faculta, apenas, ao autorizado, aceitar ou não a indicação para a criação do CEFET previsto no projeto.

O controle da despesa prescrita na LRF deve ser aplicado quando o Poder Executivo, em relação ao CEFET, propuser sua criação, gerando despesas e assumindo obrigação legal de realizá-las por período superior a dois exercícios.

Conclui-se, portanto, que o Projeto de Lei nº 4.544, de 2008, não conflita com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

II.2.2. SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO 2013).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias passou a disciplinar o tema "Adequação Orçamentária das Alterações na Legislação", assim, ficou claro que o controle previsto deve objetivar os efeitos das proposições legislativas, como se pode notar do artigo da LDO 2013:

> "Art. 90. As proposições legislativas, conforme art. 59 da Constituição, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria."

Quando a norma busca controlar os atos legais, ou até mesmo atos administrativos, ela importa-se com a diminuição de receita ou o aumento de despesa, sendo esses efeitos concretos, que devem ser antecedidos pela autorização dada pelo Congresso Nacional.

As leis que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem impactos no Orçamento Público devem estimar esses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, além de oferecer compensação e, somente assim, serão autorizadas pelo Congresso Nacional.

Neste momento cabe diferenciar a lei autorizativa orçamentária prevista constitucionalmente e a lei meramente autorizativa.

A primeira está prevista na Constituição e na legislação infra legal orçamentária, cumpre função de controle e, por isso mesmo, deve ser limitada (controlada) por outras legislações de natureza financeira. A segunda se origina na vontade do parlamentar, legitimado pela sua prerrogativa constitucional.

A lei autorizativa orçamentária provoca, direta ou indiretamente, alterações na receita ou na despesa, ao contrário, a lei meramente autorizativa, tem como efeito a neutralidade orçamentária.

Sendo assim, este Relator defende a inaplicabilidade do art. 90, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

II.2.3. DA COMPATIBILIDADE COM O PLANO PLURIANUAL

O PPA 2012-2015 sofreu alterações profundas em relação às concepções anteriores. Criaram-se novas figuras orçamentárias, tais como a "iniciativa" e a "iniciativa individualiza", e se excluiu do plano plurianual as ações orçamentárias.

O resultado dessas alterações dificultou a integração da lei orçamentária ao PPA, dificuldade artificialmente contornada com a autorização de considerar as ações orçamentárias aprovadas na LOA compatíveis com o PPA.

O Projeto de Lei nº 4.544, de 2008, não produz efeitos no sistema orçamentário. Somente no caso da indicação ser aceita pelo Poder Executivo e o processo legislativo se iniciar, deve-se verificar a compatibilidade com o PPA.

Diante do exposto, submeto a este colegiado meu voto:

> "Pela não implicação do Projeto de Lei nº 4.544, de 2008, em aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública da União, portanto, não cabe à Comissão afirmar se a proposição é adequada ou não."

Sala das Sessões, 24 de abril de 2013. – Deputado **Rodrigo Maia,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.544/2008, nos termos do parecer do relator, Deputado Rodrigo Maia, contra os votos dos Deputados Amauri Teixeira e Assis Carvalho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Magalhães – Presidente, Assis Carvalho e Mário Feitoza – Vice-Presidentes, Aelton Freitas, Afonso Florence, Akira Otsubo, Alexandre Leite, Amauri Teixeira, Cláudio Puty, Dr. Ubiali, Erika Kokay, Genecias Noronha, Guilherme Campos, Jerônimo Goergen, João

Dado, José Humberto, José Priante, Júlio Cesar, Lucio Vieira Lima, Manoel Junior, Mendonça Filho, Silas Brasileiro, Vaz de Lima, André Figueiredo, Andre Moura, Antonio Carlos Mendes Thame, Arthur Oliveira Maia, Nelson Marchezan Junior e Pedro Uczai.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2013. – Deputado **João Magalhães,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.704-C, DE 2009
(Do Senado Federal)
PLS nº 457/07
Ofício nº 114/09 – SF

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas; tendo parecer: da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, pela aprovação (relator: DEP. ÁTILA LINS); da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (relator: DEP. SILAS BRASILEIRO); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária (relator: DEP. AMAURI TEIXEIRA).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL; DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 4.704, de 2009, autoriza o Poder Executivo a criar Zona de Processamento de Exportação no município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas, de acordo com a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

O Projeto de Lei foi encaminhado preliminarmente à Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, onde foi aprovado, nos termos do Parecer do Relator, Átila Lins. Posteriormente foi analisado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, onde foi aprovado, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Silas Brasileiro.

Encaminhada à Comissão de Finanças e Tributação, a matéria será analisada sob o aspecto de sua adequação e compatibilidade orçamentária e financeira, previamente ao mérito, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, "h" e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que "estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira", aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 (Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012), em seus arts. 90 e 91, condiciona a aprovação de proposições legislativas, sob a forma de projetos de lei ou medidas provisórias, que instituam ou alterem tributo, à apresentação de estimativas desses efeitos, elaboradas ou homologadas por órgão da União, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2013 a 2015, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, nos termos das disposições constitucionais e legais que regem a matéria. As proposições legislativas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza financeira, creditícia ou patrimonial deverão conter cláusula de vigência de no máximo 5 anos, sendo facultada sua compensação mediante o cancelamento de despesas em valor equivalente.

Ainda em seu art. 90, a LDO 2013 destaca que a remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios futuros do impacto orçamentário-financeiro não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação.

O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF exige estar a proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, assim como atender o disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma de duas condições alternativas.

Uma condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. Outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de

alíquotas, da ampliação de base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, podendo o benefício entrar em vigor apenas quando implementadas tais medidas.

A criação de ZPE como pretendido pelo Projeto de Lei nº 4.704, de 2009, gera renúncia fiscal sem que tenham sido apresentados o montante dessa renúncia nem maneiras de sua compensação.

Vale lembrar, ainda, que a Súmula CFT 1/2008 estabelece que "é incompatível e inadequada a proposição, inclusive em caráter autorizativo, que, conflitando com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – deixe de apresentar a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro bem como a respectiva compensação". Dessa forma, a proposição em questão deve ser considerada incompatível e inadequada financeira e orçamentariamente.

Mostrando-se o projeto incompatível, fica prejudicado o exame quanto ao mérito na Comissão de Finanças e Tributação, em acordo com o disposto no art. 10 da Norma Interna – CFT:

> "Art. 10. Nos casos em que couber também à Comissão o exame do mérito da proposição, e for constatada a sua incompatibilidade ou inadequação, o mérito não será examinado pelo Relator, que registrará o fato em seu voto."

Diante do exposto, voto pela **INCOMPATIBILIDADE E PELA INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA** do Projeto de Lei nº 4.704, de 2009, ficando, portanto, **dispensados do exame de mérito**, conforme disposto no art. 10 da Norma Interna desta Comissão.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2013. – Deputado **Amauri Teixeira,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.704/2009, nos termos do parecer do relator, Deputado Amauri Teixeira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Magalhães – Presidente, Assis Carvalho e Mário Feitoza – Vice-Presidentes, Aelton Freitas, Afonso Florence, Akira Otsubo, Alexandre Leite, Amauri Teixeira, Cláudio Puty, Dr. Ubiali, Erika Kokay, Genecias Noronha, Guilherme Campos, Jerônimo Goergen, João Dado, José Humberto, José Priante, Júlio Cesar, Lucio Vieira Lima, Manoel Junior, Mendonça Filho, Silas Brasileiro, Vaz de Lima, André Figueiredo, Andre Moura, Antonio Carlos Mendes Thame, Arthur Oliveira Maia, Nelson Marchezan Junior e Pedro Uczai.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2013. – Deputado **João Magalhães,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 5.369-D, DE 2009

(Do Sr. Vieira da Cunha)

Institui o Programa de Combate ao "Bullying"; tendo pareceres: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação deste e dos de nºs 6.481/09 e 6.725/10, apensados, com substitutivo (relator: DEP. ANTONIO CARLOS BISCAIA); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação deste e dos de nºs 6.481/09 e 6.725/10, apensados, com substitutivo (relatora: DEP. MARIA DO ROSÁRIO); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste, dos de nºs 6.481/09 e 6.725/10, apensados, e dos Substitutivos da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Comissão de Educação e Cultura (relator: DEP. JOÃO DADO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos de nºs 6.481/09 e 6.725/10, apensados, do substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, com Subemenda Substitutiva (relator: DEP. ESPERIDIÃO AMIN).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO; EDUCAÇÃO E CULTURA; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

Republicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em Virtude de Incorreções no Anterior

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 5.369, de 2009, institui o Programa de Combate ao Bullying. A esse propósito, pode-se ler no seu art. 1º, *in verbis:*

> "Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate ao "Bullying" em todo o território nacional, vinculado ao Ministério da Educação, que expedirá as normas e procedimentos necessários a sua execução, observadas as diretrizes prescritas na presente lei.
>
> Parágrafo único. No contexto da presente Lei, 'bullying' é considerado todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo, que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas".

Nesta Casa, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou a proposição na forma de Substitutivo, que determina a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao "***bullying***" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de educação básica no país.

Em seguida, a Comissão de Educação e Cultura aprovou também a proposição, na forma de Substitutivo próprio, que inclui a matéria na Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse Substitutivo define como "**bullying**" a intimidação sistemática e a prática de atos de violência física ou psíquica de modo intencional e repetitivo, exercida por indivíduo ou grupo de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de constranger, intimidar, agredir, causar dor, angústia ou humilhação à vitima.

Essa definição parece a esta Relatoria um avanço em face da proposição original e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pois ela apresenta um conceito – e em vernáculo – que dá conta da noção definida, tornando, assim, praticamente dispensável o estrangeirismo. O Substitutivo da Comissão de Educação não chegou, porém, a dar o passo decisivo, isto é, não chegou a dispensar o estrangeirismo "**bullying**".

Com efeito, a autora do Substitutivo na Comissão de Educação e Cultura, Deputada Maria do Rosário, em complementação de voto, com duas subemendas, modificou o seu Substitutivo. Portanto, o Substitutivo ali aprovado já incorpora essas duas subemendas. A primeira delas se refere à necessidade de comunicação, por parte dos dirigentes de estabelecimentos de ensino, clubes e agremiações recreativas, dos casos ocorridos de intimidação sistemática, bem como das providências tomadas. A segunda se refere às medidas de prevenção dessa malfadada prática.

Ao Projeto de Lei nº 5.369, de 2009, apensaram-se, nos termos regimentais, o Projeto de Lei nº 6.481, de 2009, de autoria do Deputado Maurício Rands, e o Projeto de Lei nº 6.725, de 2010, da lavra do Deputado Inocêncio de Oliveira.

O primeiro apenso dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao "**bullying"**, a serem inclusas nos programas pedagógicos das escolas privadas e públicas da educação básica. O segundo apenso inclui na Lei nº 9.394, de 1996, inciso que determina promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas sistemáticas de intimidação ou constrangimento físico ou psicológico, cometidas por alunos no âmbito da escola.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinar as proposições quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, consoante a alínea *a* do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No que concerne ao projeto principal, cabe dizer que ele, ao criar um programa de combate ao "**bullying**", vinculado ao Ministério da Educação, gera dúvida quanto à constitucionalidade. Eis que se cria, por norma de iniciativa parlamentar, um programa a ser desenvolvido pelo Ministério da Educação, o que caracterizaria transgressão do art. 2º da Carta Magna, o qual dispõe sobre a independência e harmonia entre os Poderes da República. Entende esta Relatoria, porém, que esse vício pode ser contornado, se criado o programa fora do Ministério e apenas colocado à disposição desse.

Não há, por outro lado, nenhuma injuridicidade no projeto principal, pois ele atende os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. No que concerne à técnica e à redação legislativas, deve-se superar o despiciendo estrangeirismo "**bullying**" por soluções mais consentâneas com o espírito e a tradição da última flor do Lácio, que é descendente direta da riquíssima experiência linguística da tradição romana.

Nesse sentido, a expressão "**intimidação sistemática**", que aparece no Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, designa, de modo preciso, o que o chamado "**bullying**" pretende designar. Esta relatoria opta, sem titubeios, pela substituição do anglicismo "**bullying**" pela expressão "**intimidação sistemática**". Considerou-se aqui que a palavra "bulimento" também não seria a melhor alternativa, haja vista que ela não designa com precisão o que as proposições em exame visam a designar. Por trazer larga gama de significados, o termo "bulimento" acabaria se tornando, se

adotado, fonte segura de equívocos, os quais se procura aqui prevenir.

Por sua vez, o Substitutivo apresentado na Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado corrige o problema de forma do Projeto de Lei nº 5.389, de 2009, ao transformar a proposição em norma geral para escolas públicas e privadas. Subsistem, porém, problemas constitucionais que passo a apontar.

Com efeito, apenas uma parte do Substitutivo é incluída na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que é a forma constitucional de obrigar as escolas públicas e privadas a incluir determinados conteúdos em seus programas escolares (CF, art. 22, XXIV) Os dispositivos que não integrarem esse diploma normativo não têm força legal para obrigar as escolas a incluí-los em sua programação pedagógica. E os que integrarem não alcançam instituições além do universo escolar. O mais conveniente, portanto, é colocar a matéria em diploma próprio fora das atuais leis existentes.

Por outro lado, parece-me que não cabe introduzir proposição doutrinária e definidora na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que, como o próprio nome indica, trata de diretrizes e bases. Eis por que esse diploma não é o recomendado para tratar da matéria com o detalhe suficiente que essa exige. Quanto ao Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, de autoria da Deputada Maria do Rosário, é constitucional, jurídico, e será também de boa técnica e redação legislativa, se expurgado do termo "**bullying**" e colocado em diploma próprio, para que seu conteúdo não seja sacrificado. Uma forma de contornar esse problema é pô-lo em lei própria, mais geral, que alcance não somente o sistema de ensino.

Em 29/05/2013, foi realizada audiência pública nesta Comissão de Justiça, requerida em conjunto com o nobre autor da proposição, objetivando ouvir o relato de autoridades, pesquisadores, parlamentares e interessados pela problemática da Intimidação Sistemática (*Bullying*), especialmente nas escolas brasileiras. A referida reunião contou com a participação de expoentes do tema, oriundos de diferentes Unidades da Federação. Conforme a ata da reunião citada, estiverem presentes: a Sra. Cleodelice Fante (Pesquisadora e Escritora), que enfatizou a importância das campanhas educacionais e palavras de afirmação na prevenção do problema; a Sra. Maria Tereza Maldonado (Vice-Presidente da ONG Cruzada do Menor), que destacou através técnicas educacionais a importância de abordar, as figuras da vítima e do agressor; o Sr. Lélio Braga Calhau (Representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais), que destacou palavras-chave no combate ao problema, ressaltando a importância de ação nacional; o Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Joares Carlos Ponticelli, que contribuiu com o relato de sua experiência à frente de seminários temáticos realizados em Santa Catarina, que culminaram com a aprovação de legislação específica sobre o tema; a Sra. Juliana Marques Petroceli (Assessora Técnica representando a Secretaria Especial dos Direitos Humanos), que expôs dados de pesquisas do Governo Federal, revelando o impacto da prática da intimidação sistemática na saúde dos estudantes; e o Sr. Mauro Zacher (Secretário Municipal de Obras de Porto Alegre/RS), que ressaltou a importância de programas de proteção a testemunhas e programas institucionais nas escolas.

A reunião contou ainda com a participação de alunos do Centro Educacional de Ensino Médio Nº01 do Guará II – Brasília/DF. Ao final da audiência, os Deputados Lincoln Portela e Nazareno Fonteles também se manifestaram sobre o tema.

As emendas apresentadas na Comissão de Educação e Cultura, considerando que foram aprovadas como partes do Substitutivo ali votado, na forma da complementação de voto, não serão aqui analisadas individualmente.

Emendado na forma aqui proposta, o Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura passa a ser constitucional, jurídico e de boa técnica legislativa.

O Projeto de Lei nº 6.481, de 2009, o primeiro apenso, cujo autor é o Deputado Maurício Rands, apresenta problemas já encontrados em proposições anteriores aqui mencionadas, quais sejam: introduz diretriz para a educação básica fora da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 22, XXIV, da Constituição Federal); usa o estrangeirismo desnecessário que não se adapta à dinâmica de nossa língua, a qual Olavo Bilac chamou de "**última flor do Lácio**", em expressão consagrada por seu poema 'Língua Portuguesa".

O Projeto de Lei nº 6.481, de 2009, emendado na forma proposta neste parecer, passa a ser constitucional, jurídico e de boa técnica legislativa.

O Projeto de Lei nº 6.725, de 2010, o segundo apenso, da lavra do Deputado Inocêncio Oliveira, acrescenta o inciso IX ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, visando a promover medidas de conscientização, prevenção e combate às práticas sistemáticas de intimidação ou constrangimento físico ou psicológico, cometidas por alunos no âmbito da escola.

Esse segundo apenso é constitucional, jurídico, mas entende este relator que a matéria de todas as proposições, por sua proximidade, ficará mais bem posicionada em Emenda Substitutiva comum, que possa

consolidar – a palavra é bem essa: ***consolidar*** – as várias proposições em um mesmo Substitutivo de redação e técnica legislativa.

Haja vista o que acabo de expor, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.369, de 2009, principal; do Substitutivo da Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado; do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura; do Projeto de Lei nº 6.481, de 2009, apensado; e do Projeto de Lei nº 6.725, de 2010, apensado, todos eles na forma de uma mesma Emenda Substitutiva que ora apresento.

Sala da Comissão, 4 de junho de 2013. – Deputado **Esperidião Amin,** Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 5.369, DE 2009; AOS SUBSTITUTIVOS DA COMISSÃO DE SEGURANÇA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA; AO PROJETO DE LEI Nº 6.481, DE 2009; E AO PROJETO DE LEI Nº 6.725, DE 2010

Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à intimidação sistemática em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins da presente Lei, considera-se intimidação sistemática todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§2º Esse programa destina-se a fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos aos quais a matéria diz respeito.

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação, e ainda:

a) ataques físicos;

b) insultos pessoais;

c) comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;

d) ameaças por quaisquer meios;

e) grafites depreciativos;

f) expressões preconceituosas;

g) isolamento social consciente e premeditado;

h) pilhérias.

Parágrafo único – Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º A intimidação sistemática pode ser classificada, conforme as ações praticadas:

a) verbal: insultos, xingamentos e apelidos pejorativos;

b) moral: difamação, calúnia, disseminação de rumores;

c) sexual: assédio, indução e/ou abuso;

d) social: ignorar, isolar e excluir;

e) psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;

f) físico: socar, chutar, bater;

g) material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;

h) virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

Art. 4º Constituem objetivos do presente Programa:

a) prevenir e combater a prática da intimidação sistemática em toda a sociedade;

b) capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;

c) implementação e disseminação de campanhas de educação, conscientização e informação;

d) instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

e) assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e agressores;

f) integrar os meios de comunicação de massas com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e a forma de preveni-lo e combatê-lo;

g) promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

h) evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e mudança de comportamento hostil;

i) promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática, ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, clubes e agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática.

Art. 6º Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática nos Estados e Municípios para planejamento das ações.

Art. 7º Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor no prazo de noventa dias a partir data da sua publicação.

Sala da Comissão, 4 de junho de 2013. – Deputado **Esperidião Amin,** Relator.

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Na reunião realizada em 25/06/2013, iniciou-se a discussão no Plenário desta Comissão de parecer lido por este Relator quanto ao projeto em epígrafe e seus apensos.

Sugeriu-se a inserção da palavra "bullying" entre parênteses após a expressão "intimidação sistemática". Acatamos a sugestão com o intuito de enriquecer o projeto examinado e, democraticamente, atender às colaborações dos membros da Comissão, sanando eventuais dúvidas que possam surgir resultantes da interpretação da lei.

Em face do exposto, mantemos nosso voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.369, de 2009, principal; do Substitutivo da Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado; do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura; do Projeto de Lei nº 6.481, de 2009, apensado; e do Projeto de Lei nº 6.725, de 2010, apensado, todos eles na forma da Subemenda Substitutiva anexa.

Sala da Comissão, 2 de julho de 2013. – Deputado **Esperidião Amin,** Relator.

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 5.369, DE 2009; AOS SUBSTITUTIVOS DA COMISSÃO DE SEGURANÇA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA; AO PROJETO DE LEI Nº 6.481, DE 2009; E AO PROJETO DE LEI Nº 6.725, DE 2010

Institui o Programa de Combate ao "Bullying".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à intimidação sistemática (Bullying) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins da presente Lei, considera-se intimidação sistemática (Bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§2º Esse programa poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos aos quais a matéria diz respeito.

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (Bullying) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação, e ainda:

a) ataques físicos;

b) insultos pessoais;

c) comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;

d) ameaças por quaisquer meios;

e) grafites depreciativos;

f) expressões preconceituosas;

g) isolamento social consciente e premeditado;

h) pilhérias.

Parágrafo único – Há intimidação sistemática (Bullying) na rede mundial de computadores, quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º A intimidação sistemática (Bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas:

a) verbal: insultos, xingamentos e apelidos pejorativos;

b) moral: difamação, calúnia, disseminação de rumores;

c) sexual: assédio, indução e/ou abuso;

d) social: ignorar, isolar e excluir;

e) psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;

f) físico: socar, chutar, bater;

g) material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;

h) virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

Art. 4º Constituem objetivos do presente Programa:

a) prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (Bullying) em toda a sociedade;

b) capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;

c) implementação e disseminação de campanhas de educação, conscientização e informação;

d) instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

e) assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e agressores;

f) integrar os meios de comunicação de massas com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e a forma de preveni-lo e combatê-lo;

g) promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

h) evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e mudança de comportamento hostil;

i) promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (Bullying), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, clubes e agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (Bullying).

Art. 6º Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (Bullying) nos Estados e Municípios para planejamento das ações.

Art. 7º Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor no prazo de noventa dias a partir data da sua publicação.

Sala da Comissão, 2 de julho de 2013. – Deputado **Esperidião Amin.**

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.369-C/2009, dos de nºs 6.481/2009 e 6.725/2010, apensados, do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, com Subemenda Substitutiva, nos termos do Parecer, com complementação, do Relator, Deputado Esperidião Amin.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Décio Lima – Presidente, Mauro Benevides – Vice-Presidente, Alceu Moreira, Antonio Bulhões, Arthur Oliveira Maia, Benjamin Maranhão, Beto Albuquerque, Cesar Colnago, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dr. Grilo, Edson Silva, Esperidião Amin, Fábio Ramalho, Fabio Trad, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, João Campos, João Paulo Lima, José Mentor, Jutahy Junior, Leonardo Gadelha, Luiz Couto, Luiz de Deus, Luiz Pitiman, Marcelo Almeida, Márcio França, Marcos Rogério, Onofre Santo Agostini, Osmar Serraglio, Renato Andrade, Ronaldo Fonseca, Sergio Zveiter, Valtenir Pereira, Vicente Arruda, Vicente Candido, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, William Dib, Armando Vergílio, Chico Alencar, Daniel Almeida, Dudimar Paxiuba, Eduardo Azeredo, Gorete Pereira, João Dado, Luciano Castro, Luiza Erundina, Moreira Mendes, Onyx Lorenzoni, Ricardo Arruda, Sandro Alex e Silas Câmara.

Sala da Comissão, 25 de junho de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA ADOTADA PELA CCJC AO PROJETO DE LEI Nº 5.369, DE 2009; AOS SUBSTITUTIVOS DA COMISSÃO DE SEGURANÇA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA; AOS PROJETOS DE LEI NºS 6.481/2009 E 6.725/2010 (apensados)

Institui o Programa de Combate ao "Bullying".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à intimidação sistemática (Bullying) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins da presente Lei, considera-se intimidação sistemática (Bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§2º Esse programa poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos aos quais a matéria diz respeito.

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (Bullying) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação, e ainda:

a) ataques físicos;

b) insultos pessoais;

c) comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;

d) ameaças por quaisquer meios;

e) grafites depreciativos;

f) expressões preconceituosas;

g) isolamento social consciente e premeditado;

h) pilhérias.

Parágrafo único – Há intimidação sistemática (Bullying) na rede mundial de computadores, quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º A intimidação sistemática (Bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas:

a) verbal: insultos, xingamentos e apelidos pejorativos;

b) moral: difamação, calúnia, disseminação de rumores;

c) sexual: assédio, indução e/ou abuso;

d) social: ignorar, isolar e excluir;

e) psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;

f) físico: socar, chutar, bater;

g) material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;

h) virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

Art. 4º Constituem objetivos do presente Programa:

a) prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (Bullying) em toda a sociedade;

b) capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;

c) implementação e disseminação de campanhas de educação, conscientização e informação;

d) instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

e) assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e agressores;

f) integrar os meios de comunicação de massas com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e a forma de preveni-lo e combatê-lo;

g) promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

h) evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e mudança de comportamento hostil;

i) promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (Bullying), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, clubes e agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (Bullying).

Art. 6º Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (Bullying) nos Estados e Municípios para planejamento das ações.

Art. 7º Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor no prazo de noventa dias a partir data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 578 – A, DE 2011

(Da Sra. Nilda Gondim)

Dispõe sobre a inserção de mensagem informativa nas embalagens, frascos e recipientes de produtos cariogênicos; tendo parecer da Comissão de Defesa do Consumidor, pela rejeição (relator: DEP. JÚLIO DELGADO).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: DEFESA DO CONSUMIDOR E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 578, de 2011, de autoria da Deputada Nilda Gondim, propõe a inserção de mensagem informativa nas embalagens, frascos e recipientes de produtos cariogênicos.

Para tal finalidade, determina que as embalagens, frascos ou recipientes devam conter impressa ou etiquetada em local visível a seguinte informação: “Este produto contém substâncias que provocam cáries”.

Determina que o Poder Executivo regulamente a matéria no prazo de 180 (cento e oitenta) dias e defina as penalidades para o caso de descumprimento da norma.

O projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, analisar a questão no que tange à defesa do consumidor e ao equilíbrio nas relações de consumo.

II – Voto do Relator

O projeto em análise tem a nobre intenção de buscar a proteção do consumidor brasileiro, sobretudo de nossas crianças, em aspecto de suma importância: a saúde.

Não obstante a nobre intenção, devemos considerar que uma grande gama de alimentos provocam cáries, uns mais, como os que contêm açúcar, outros menos.

Segundo estudos e pesquisas de saúde bucal, o principal fator de prevenção contra as cáries é a criação de hábitos pessoais de higiene bucal. A criação desses hábitos é resultado da educação e da disseminação de informação sobre higiene bucal, assunto que deveria ser motivo de campanhas de saúde pública capitaneadas pelos Executivos Federal, Estadual e Municipal.

Além disso, não acreditamos que sejam as mensagens nas embalagens dos produtos que vão diminuir o problema das cáries, porque de forma alguma impedirão o consumo. Dizemos isso porque a maioria das pessoas, especialmente as crianças, não vai dar importância à mensagem, às vezes nem sequer vai ler a mencionada mensagem aposta na embalagem.

Voltamos a frisar, o importante é informar e orientar, promover campanhas educando a população para cuidar da saúde bucal, para que todo cidadão saiba que deve manter atenção especial à saúde bucal e para que os pais ou responsáveis cuidem das crianças que ainda não adquiriram a consciência da necessidade de proteger a própria saúde.

Ante o exposto, somos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 578, de 2011.

Sala da Comissão, 3 de julho de 2013. – Deputado **Júlio Delgado,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Defesa do Consumidor, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 578/2011, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Júlio Delgado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados José Carlos Araújo – Presidente; Eli Correa Filho – Vice-Presidente; Aníbal Gomes, Aureo, Carlos Souza, Chico Lopes, Francisco Chagas, Henrique Oliveira, Júlio Delgado, Paulo Freire, Paulo Wagner, Reguffe, Ricardo Izar, Sérgio Brito, Severino Ninho, César Halum e Isaias Silvestre.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2013. – Deputado **José Carlos Araújo,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 866-D, DE 2011

(Do Sr. Onofre Santo Agostini)

Dispõe sobre a construção e reforma de postos revendedores de combustíveis, estabelece a obrigatoriedade na execução de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança contra explosões e incêndios, e da outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Minas e Energia, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. EDINHO BEZ); da Comissão de Desenvolvimento Urbano pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. HEULER CRUVINEL); da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pela aprovação, nos termos do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano, com subemendas (relator: DEP. ALFREDO SIRKIS); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do substitutivo da Comissão de Minas e Energia, do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano, com subemenda; das subemendas da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável nº 1, com subemenda, e nºs 2 e 3 (relator: DEP. ADEMIR CAMILO).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: MINAS E ENERGIA; DESENVOLVIMENTO URBANO; MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O PL 866/2011 em análise, de autoria do Sr. Onofre Santo Agostini (PSD/SC), com a finalidade de proteção ao meio ambiente e a saúde e segurança da população, regulamenta a construção e a reforma de postos de combustíveis, pontos de abastecimento e instalações de sistemas retalhistas.

Ressalta-se que no âmbito da produção legislativa nacional o tema é relativamente novo, de vital importância ao espaço urbano dado o crescimento geométrico de novas áreas de expansão urbanas no contexto das cidades brasileiras.

Nesse contexto, a proposição sob exame apresenta regras claras sobre: o licenciamento ambiental dos postos revendedores de combustíveis; a densidade máxima de postos em áreas urbanas e rurais; a distância mínima entre os postos e determinados tipos de estabelecimentos; os documentos e estudos necessários para se obter licenciamento; os registros de estoques e movimento de compra e venda de combustíveis; a coleta de óleos e graxas provenientes de lavagens e de lubrificação de veículos automotores; as especificações técnicas e os procedimentos de controle dos tanques de combustíveis e tubulações e, por fim, as penalidades aplicáveis nos casos de infrações.

Cumpre destacar que se aplicam, contudo, as regras gerais sobre o processo de licenciamento ambiental. Tanto é assim que o projeto repete parte dessas regras gerais, tais como as três licenças emitidas nos processos de licenciamento ambiental: a) Licença Prévia (LP), b) Licença de Instalação (LI); e c) Licença de Operação (LO); todas já previstas para todos os tipos de empreendimentos pelo Decreto 99.74/1990.

No mesmo sentido, somam-se às regras genéricas supramencionadas todo um arcabouço de disposições normativas detalhadas sobre os postos revendedores de combustíveis, incluindo tópicos hoje regulados por resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e mesmo por portarias dos órgãos governamentais.

Tal proposição, por força da tramitação delineada em nosso RICD, já foi analisada tanto pelas Comissões de Minas e Energia (CME), Desenvolvimento Urbano (CDU) e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS). Em todos esses órgãos colegiados, houve aprovação unânime, por meio de substitutivos ao projeto original.

No texto da CME, entre outros pontos, foi inclusa previsão de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) para a concessão de alvarás de construção em zonas densamente povoadas, e realizada alteração na gradação das penas estabelecidas e nos valores das multas.

Na CDU, objetivando tornar ainda mais claras as demandas relativas ao licenciamento ambiental e as responsabilidades dos agentes envolvidos, foi apresentada emenda substitutiva pelo nobre deputado Roberto Brito, não deixando de incorporar as contribuições da CME e do nobre deputado relator Heuler Cruvinel.

Na CMADS, foram incorporados os textos das comissões anteriores, tendo sido aprovado o substitutivo do nobre deputado Alfredo Sirkis contendo três subemendas, as quais alteram os artigos 1º, 6º e 20º da proposição original, no intuito, respectivamente de: a) vincular a exigibilidade de prévio licenciamento ambiental à delegação de competência ao Sistema Nacional do Meio ambiente – SISNAMA (em respeito aos ditames da Lei complementar nº 140/2011 que versa sobre a cooperação entre União, Estados e Municípios em matéria ambiental e da Lei nº 6938/81 que dispõe sobre a política nacional de meio ambiente), b) substituição da expressão "reservas ecológicas" pela expressão técnica já regulamentada "Unidades de Conservação (UC)"; e c) vincular as sanções por descumprimento das normas em comento não só à lei de crimes ambientais (9605/12), mas também ao § 1º do artigo 14 da Lei nº 6.938/81 quanto à responsabilização dos agentes infratores por danos ao meio ambiente.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

É o Relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie exclusivamente acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 866, de 2011.

A proposição em foco apresenta temática relativamente nova e de vital importância, buscando regulamentar adequada e eficazmente, por meio de normas preventivas de proteção ao meio ambiente e à segurança e exposição humana aos fatores de risco envolvidos na construção e reforma de pontos revendedores de combustíveis.

Foram obedecidos os requisitos constitucionais formais, de modo a se constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Encontra-se também de acordo com o sistema vigente, sendo adequada sua juridicidade.

A técnica legislativa está adequada e, quanto à redação empregada, entendemos necessário apenas a substituição da expressão *"postos de abastecimento"* (contida no caput do artigo 1º e no inciso II do artigo 2º), pela expressão *"pontos de abastecimento"*, em adequação à boa técnica redacional, na forma de duas subemendas que acompanham este parecer, conformando-se perfeitamente às normas estabeleci-

das pela Lei Complementar nº 95/1998, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001.

Por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste PL nº 866/2011, do substitutivo aprovado na Comissão de Minas e Energia – CME, do substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), e das subemendas aprovadas na Comissão de Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); com duas subemendas de redação que acompanham este parecer.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2013. – Deputado **Ademir Camilo,** PSD – MG.

SUBEMENDA DE REDAÇÃO

À SUBEMENDA Nº 01 DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUBEMENDA Nº 01

Dê-se ao *caput* do art. 1º da subemenda nº 1 a seguinte redação:

"Art. 1º A localização, construção, instalação, modificação, ampliação e operação de postos revendedores, pontos de abastecimento e instalações de sistemas retalhistas dependerão de prévio licenciamento do órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), observada a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

..... ".

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2013**. –** Deputado **Ademir Camilo,** PSD – MG.

SUBEMENDA DE REDAÇÃO

AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SUBEMENDA Nº 02

Dê-se ao inciso II do art. 2º do substitutivo, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

II – Ponto de Abastecimento: instalação que possua equipamentos e sistemas para o armazenamento de combustível automotivo, com registrador de volume apropriado para o abastecimento de equipamentos móveis, veículos automotores terrestres, aeronaves, embarcações ou locomotivas, cujos produtos sejam destinados exclusivamente ao uso do detentor das instalações ou de grupos fechados de pessoas físicas ou jurídicas, previamente identificadas e associadas em forma de empresas, cooperativas, condomínios, clubes ou assemelhados.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2013**. –** Deputado **Ademir Camilo,** PSD – MG.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, contra os votos dos Deputados Luiz Couto e João Paulo Lima, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 866-B/2011; do Substitutivo da Comissão de Minas e Energia; do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano, com Subemenda de redação; das Subemendas nº 1, com Subemenda de redação, e nº 2 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ao Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ademir Camilo.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Décio Lima – Presidente, Mauro Benevides, Luiz Carlos e Carlos Bezerra – Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Benjamin Maranhão, Bonifácio de Andrada, Cândido Vaccarezza, Cesar Colnago, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Sciarra, Esperidião Amin, Fábio Ramalho, Fabio Trad, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Iriny Lopes, João Campos, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Jutahy Junior, Leonardo Gadelha, Leonardo Picciani, Lourival Mendes, Luiz Couto, Luiz de Deus, Luiz Pitiman, Márcio França, Marcos Rogério, Odair Cunha, Onofre Santo Agostini, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Ricardo Berzoini, Roberto Freire, Ronaldo Fonseca, Sergio Zveiter, Taumaturgo Lima, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, William Dib, Ademir Camilo, Alberto Filho, Assis do Couto, Dilceu Sperafico, Gabriel Guimarães, Geraldo Simões, Gonzaga Patriota, Jose Stédile, Júnior Coimbra, Moreira Mendes, Onyx Lorenzoni, Oziel Oliveira e Walter Tosta.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

SUBEMENDA DE REDAÇÃO Nº 01 ADOTADA PELA CCJC À SUBEMENDA Nº 01 DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 866-B, DE 2011

Dê-se ao caput do art. 1º da subemenda nº 1 a seguinte redação:

"Art. 1º A localização, construção, instalação, modificação, ampliação e operação de postos revendedores, pontos de abastecimento e instalações de sistemas retalhistas dependerão de prévio licenciamento do órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), observada a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

..... ".

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

SUBEMENDA DE REDAÇÃO Nº 02 ADOTADA PELA CCJC AOSUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO AO PROJETO DE LEI Nº 866-B, DE 2011

Dê-se ao inciso II do art. 2º do substitutivo, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

II – Ponto de Abastecimento: instalação que possua equipamentos e sistemas para o armazenamento de combustível automotivo, com registrador de volume apropriado para o abastecimento de equipamentos móveis, veículos automotores terrestres, aeronaves, embarcações ou locomotivas, cujos produtos sejam destinados exclusivamente ao uso do detentor das instalações ou de grupos fechados de pessoas físicas ou jurídicas, previamente identificadas e associadas em forma de empresas, cooperativas, condomínios, clubes ou assemelhados.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.944-A, DE 2011

(Do Sr. Domingos Dutra)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, relativo à cessão não onerosa de águas da União para fins de aquicultura; tendo parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. EDSON PIMENTA).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL; MINAS E ENERGIA; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

I – Relatório

Por meio do Projeto de Lei nº 2.944, de 2011, o nobre deputado Domingos Dutra reapresenta projeto de lei de semelhante teor que tramitou nesta Casa na última legislatura, de autoria do então deputado Paulo Rocha. A proposição confere prioridade na cessão não onerosa de águas da União, para fins de aquicultura, a integrantes de populações tradicionais; a associações e cooperativas que visem ao desenvolvimento regional; e a profissionais com formação e qualificação específica, que deverão, entre outros requisitos, firmar termo de compromisso relativo à prestação de assistência técnica a aquicultores estabelecidos no entorno de seu empreendimento.

Os serviços de assistência técnica a serem prestados pelos referidos profissionais incluem a configuração de seus empreendimentos como unidades demonstrativas e a realização de visitas periódicas aos aquicultores assistidos, orientando-os quanto à tecnologia aquícola, sanidade dos organismos aquáticos, proteção ambiental, crédito, seguro, associativismo, cooperativismo, comercialização, entre outros aspectos.

O projeto deverá ser apreciado, de forma conclusiva, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (mérito); de Minas e Energia (mérito); de Finanças e Tributação (art. 54 do RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD). Decorrido o prazo regimental, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Por designação do Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, oferecemos parecer ao Projeto de Lei nº 2.944, de 2011, que acrescenta dispositivo à Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, relativo à cessão não onerosa de águas da União para fins de aquicultura.

A Lei nº 11.959, de 2009, em seu art. 23, define como instrumentos de ordenamento da aquicultura os respectivos planos de desenvolvimento, os parques e áreas aquícolas e o Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União para fins de aquicultura, conforme definidos em regulamentação específica.

O Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003, dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos

em corpos d'água da União para a prática de aquicultura e recomenda se observem critérios de ordenamento, localização e preferência, com vista ao desenvolvimento sustentável, ao aumento da produção de pescados, à inclusão social e à segurança alimentar. Em seu art. 5º, inciso I, esse Decreto atribui prioridade a integrantes de populações tradicionais, atendidas por programas de inclusão social, na cessão de uso da água em faixas ou áreas de preferência, o que coincide com uma das prioridades definidas no projeto de lei sob análise. Concordamos com a medida, eis que se reveste de grande importância social.

No entanto, nem a Lei nem o Decreto priorizam a participação de aquicultores vinculados a associações ou cooperativas; ou de profissionais com formação em pesca e aquicultura.

O Ministério da Pesca e Aquicultura tem implantado parques e áreas aquícolas em grandes reservatórios de água doce localizados em diversas Unidades da Federação, bem assim em ambiente marinho. Acreditamos que, observados os requisitos que se apresentam, o incentivo à participação dos grupos indicados no projeto de lei sob análise muito possa contribuir para o desenvolvimento dessa importantíssima atividade no Brasil.

A assistência técnica que os referidos profissionais deverão prestar aos aquicultores estabelecidos no entorno de seu empreendimento é fundamental para a superação de obstáculos tecnológicos, culturais, ambientais e muitos outros, inerentes a uma atividade relativamente recente no País. A estratégia proposta poderá contribuir para sanar a carência de profissionais capacitados que se verifica em muitas regiões brasileiras, sobretudo naquelas mais distantes dos grandes centros urbanos.

Com base no exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.944, de 2011.

Sala da Comissão, 22 de maio de 2013. – Deputado **Edson Pimenta,** Relator

I – COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Devido à necessidade de adequação das Associações e/ou Cooperativas, proponho a alteração do art. 23, com inclusão de um parágrafo, conforme emenda a seguir. Desta forma, noto pela aprovação da PL 2.944/11, com a emenda anexa.

EMENDA

Art.23-A. .....

§ 4º – As Associações e/ou Cooperativas que não possuem esta descrição em seu Estatuto Social, terão o prazo de 1 (um) ano para a devida adequação, contados após a publicação desta Lei.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2013. – Deputado **Edson Pimenta,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 2.944/2011, com emenda, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Edson Pimenta, que apresentou complementação de voto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Giacobo – Presidente, Moreira Mendes, Luci Choinacki e Abelardo Lupion – Vice-Presidentes, Alexandre Toledo, Anselmo de Jesus, Bohn Gass, Carlos Magno, Celso Maldaner, Davi Alves Silva Júnior, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Duarte Nogueira, Francisco Tenório, Giovanni Queiroz, Hélio Santos, Jairo Ataíde, Josué Bengtson, Júnior Coimbra, Junji Abe, Leandro Vilela, Lira Maia, Luiz Nishimori, Marcelo Castro, Marcon, Nelson Meurer, Nelson Padovani, Nilson Leitão, Odílio Balbinotti, Onyx Lorenzoni, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Reinaldo Azambuja, Roberto Balestra, Valmir Assunção, Vitor Penido, Alfredo Kaefer, André Zacharow, Bernardo Santana de Vasconcelos, Chico das Verduras, Edinho Araújo, Edson Pimenta, Eduardo Sciarra, Eleuses Paiva, Félix Mendonça Júnior, Heuler Cruvinel, Jesus Rodrigues, Josias Gomes, Lázaro Botelho, Lúcio Vale, Luis Carlos, Márcio Marinho, Marcos Montes, Nelson Marquezelli, Nilton Capixaba, Oziel Oliveira, Paulo Cesar Quartiero, Valdir Colatto e Wellington Roberto.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2013. – Deputado **Giacobo,** Presidente.

EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, relativo à cessão não onerosa de águas da União para fins de aquicultura.

Acrescente-se ao Art. 1º do Projeto de Lei nº 2.944/2011, o seguinte § 4º:

Art. 23-A .....

.....

§ 4º As associações e/ou cooperativas que não possuem esta descrição em seu Estatuto Social, terão o prazo de 1 (um) ano para a devida adequação, contados após a publicação desta Lei.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2013. – Deputado **Giacobo,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.341-B, DE 2012

(Da Sra. Janete Capiberibe)

Declara o ambientalista Chico Mendes patrono do meio ambiente brasileiro; tendo parecer: da Comissão de Educação e Cultura pela aprovação (relator: DEP. HENRIQUE AFONSO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. MÁRCIO MACÊDO).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: EDUCAÇÃO E CULTURA; E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O projeto de lei em epígrafe visa a prestar homenagem ao ambientalista Chico Mendes, outorgando-lhe o título de patrono do meio ambiente brasileiro.

A Comissão de Educação e Cultura aprovou o projeto. A matéria, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, tramita em regime ordinário.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com o art. 32, inciso IV, alínea *a*, do Regimento Interno, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre o projeto de lei quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Estão obedecidos os requisitos constitucionais relativos à competência da União no âmbito da legislação concorrente (art. 24, IX, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à iniciativa, neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF).

Óbice não há no que concerne aos requisitos materialmente constitucionais. Quanto á juridicidade, o projeto atende aos princípios gerais de direito e está de acordo com normas infraconstitucionais em vigor no país, notadamente a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, que "estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona".

Conforme o referido diploma legal (arts. 1º e 2º), a concessão do título deve ser sugerida por projeto de lei específico e a homenagem se destina a brasileiros, vivos ou mortos, que se tenham distinguido por excepcional contribuição ou demonstrado especial dedicação ao segmento para o qual sua atuação servirá de paradigma.

Observamos que a técnica legislativa e a redação empregadas estão adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Pelo exposto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.341, de 2012.

Sala da Comissão, 7 de maio de 2013. – Deputado **Márcio Macedo,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.341-A/2012, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Márcio Macêdo.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Décio Lima – Presidente, Mauro Benevides, Luiz Carlos e Carlos Bezerra – Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Benjamin Maranhão, Beto Albuquerque, Cesar Colnago, Delegado Protógenes, Dr. Grilo, Edson Silva, Eliseu Padilha, Esperidião Amin, Fábio Ramalho, Fabio Trad, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Heuler Cruvinel, Iriny Lopes, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Jutahy Junior, Leonardo Gadelha, Leonardo Picciani, Lourival Mendes, Luiz Couto, Luiz de Deus, Luiz Pitiman, Márcio França, Marcos Rogério, Mendonça Prado, Odair Cunha, Onofre Santo Agostini, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Renato Andrade, Ricardo Berzoini, Roberto Freire, Ronaldo Fonseca, Sandra Rosado, Valtenir Pereira, Vicente Arruda, Vicente Candido, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, William Dib, Alberto Filho, Armando Vergílio, Artur Bruno, Assis Melo, Dudimar Paxiuba, Eduardo Azeredo, Geraldo Simões, João Dado, Marçal Filho, Márcio Macêdo, Moreira Mendes, Nazareno Fonteles e Reinaldo Azambuja.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.387-A, DE 2012

(Do Sr. Major Fábio)

Altera o art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, para o fim de disciplinar o ressarcimento de imposto incidente sobre quantia paga indevidamente pelo consumidor; tendo parecer da Comissão de

Defesa do Consumidor, pela rejeição (relator: DEPUTADO CARLOS SOUZA).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: DEFESA DO CONSUMIDOR E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 4.387, de 2012, de autoria do Deputado Major Fábio, propõe a alteração do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor – CDC, para disciplinar o ressarcimento do imposto incidente sobre quantia paga indevidamente pelo consumidor.

Estabelece que quando se tratar de cobrança relativa à prestação de serviços de televisão por assinatura, de telefonia ou de transmissão de dados pela rede mundial de computadores (Internet), além do pagamento da quantia cobrada indevidamente do consumidor, as operadoras ficam também obrigadas a ressarcir, em ato simultâneo, o valor proporcional correspondente ao imposto embutido nas quantias indevidas que tenham sido efetivamente cobradas e recebidas.

O projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, analisar a questão no que tange à defesa do consumidor e ao equilíbrio nas relações de consumo.

II – Voto do Relator

O projeto em análise tem a nobre intenção de buscar a proteção do consumidor brasileiro ao desejar garantir que a devolução do indébito determinado no parágrafo único do art. 42 do CDC seja integral, isto é, não deduzida de eventual imposto recolhido pelo fornecedor de produtos ou serviços.

Não obstante a nobre intenção, devemos considerar algumas questões que indicam a rejeição da proposta em comento. Primeiramente, vejamos o dispositivo que se deseja alterar:

> "Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.
>
> Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável." (grifo nosso)

A norma legal supracitada dispõe que o consumidor deva ser restituído em valor igual ao dobro do que PAGOU, indicando claramente que foi o total pago e não o valor resultante da diminuição de imposto ou qualquer outro tipo de desconto.

Além disso, o fornecedor penalizado com a devolução do que cobrou indevidamente, terá de cancelar a nota fiscal emitida e emitir uma nova com o valor correto. Nesse caso, se o fornecedor tiver feito o recolhimento de algum imposto, o cancelamento da nota fiscal enseja um crédito tributário, não havendo motivo algum para descontar qualquer valor a título de imposto no momento do pagamento do indébito ao consumidor.

Assim, se algum fornecedor estiver agindo contra a lei disposta, o caminho para resolver a questão é a denúncia aos órgãos de defesa do consumidor para que se adotem as medidas legais cabíveis e o pedido de indenização em ação própria junto ao Poder Judiciário.

Ante o exposto, somos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 4.387, de 2012.

Sala da Comissão, 22 de maio de 2013. – Deputado **Carlos Souza,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Defesa do Consumidor, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 4.387/2012, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Carlos Souza.

Estiveram presentes os Senhores Deputados José Carlos Araújo – Presidente; Eli Correa Filho – Vice-Presidente; Aníbal Gomes, Aureo, Carlos Souza, Chico Lopes, Francisco Chagas, Henrique Oliveira, Júlio Delgado, Paulo Freire, Paulo Wagner, Reguffe, Ricardo Izar, Sérgio Brito, Severino Ninho, César Halum e Isaias Silvestre.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2013. – Deputado **José Carlos Araújo,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 5.110-A, DE 2013

(Da Sra. Sandra Rosado)

Altera o art. 133, § 2º, II do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas (relatora: DEP. IRINY LOPES).

DESPACHO: À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO

Publicação do Parecer da Comissão De Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de projeto de lei que prevê a inclusão da figura do companheiro no inciso II do § 3º do art. 133 do Código Penal, a fim de que, quando o mesmo for agente do crime de abandono de incapaz, a pena cominada para o crime seja aumentada.

Assim se manifesta a ilustre Autora da proposição:

> "O § 3º, inciso II, trata da questão de aumento da pena "se o agente é ascendente ou descendente, cônjuge, irmão, tutor ou curador da vítima.
>
> A pretensa inclusão do termo 'companheiro' visa modernizar a legislação à realidade social que reconhece no concubinato os mesmos direitos e deveres do cônjuge."

Cuida-se de projeto de lei sujeito à apreciação do plenário.

É o relatório.

II – Voto da Relatora

A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade, relativo à competência legislativa da União, à atribuição do Congresso Nacional, à legitimidade de iniciativa e à elaboração de lei ordinária.

A juridicidade acha-se preservada, não sendo malferido nenhum princípio do ordenamento pátrio.

Quanto à técnica legislativa, faz-se necessário retificar que a alteração legislativa alvitrada atinge o § 3º do art. 133 do Código Penal, e não o § 2º, como anotado. A par disso, deve-se marcar "NR" ao final do art. 133. Finalmente, deve-se acrescentar o artigo de vigência da lei.

Passa-se ao mérito.

A proposta é louvável, porquanto complementa a abrangência do § 3º, II, do Código Penal.

Com efeito, o companheiro há de ser equiparado ao cônjuge, a fim de que, quando agente do crime de abandono de incapaz, veja sua pena aumentada.

O diploma repressor já se utiliza dessa equiparação em vários de seus dispositivos, a saber: art. 129, § 9º; art. 148, § 1º, I; art. 226, II; art. 227, § 1º; art. 228, § 1º; art. 230, § 1º; art. 231, § 2º, III; art. 231A, § 2º, III.

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 5.110, de 2013, na forma das três emendas apresentadas, em anexo.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2013. – Deputada **Iriny Lopes,** Relatora.

EMENDA Nº 01

Na ementa do projeto, bem como em seus arts. 1º e 2º, onde se grafa § 2º, grafe-se § 3º.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2013. – Deputada **Iriny Lopes,** Relatora.

EMENDA Nº 02

No art. 2º do projeto, no texto proposto para o § 3º do art. 133 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, inclua-se, após o inciso II, uma linha pontilhada, com a expressão (NR) ao final.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2013. – Deputada **Iriny Lopes,** Relatora.

EMENDA Nº 03

Inclua-se o seguinte art. 3º ao projeto:

> "Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, 20 de junho de 2013. – Deputada **Iriny Lopes,** Relatora.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com três emendas, do Projeto de Lei nº 5.110/2013, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Iriny Lopes.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Décio Lima – Presidente, Mauro Benevides, Luiz Carlos e Carlos Bezerra – Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Benjamin Maranhão, Beto Albuquerque, Cesar Colnago, Delegado Protógenes, Dr. Grilo, Edson Silva, Eliseu Padilha, Esperidião Amin, Fábio Ramalho, Fabio Trad, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Heuler Cruvinel, Iriny Lopes, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Jutahy Junior, Leonardo Gadelha, Leonardo Picciani, Lourival Mendes, Luiz Couto, Luiz de Deus, Luiz Pitiman, Márcio França, Marcos Rogério, Mendonça Prado, Odair Cunha, Onofre Santo Agostini, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Renato Andrade, Ricardo Berzoini, Roberto Freire, Ronaldo Fonseca, Sandra Rosado, Valtenir Pereira, Vicente Arruda, Vicente Candido, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, William Dib, Alberto Filho, Armando Vergílio, Artur Bruno, Assis Melo, Dudimar Paxiuba, Eduardo Azeredo, Geraldo Simões, João Dado, Marçal Filho, Márcio Macêdo, Moreira Mendes, Nazareno Fonteles e Reinaldo Azambuja.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

EMENDA Nº 01 ADOTADA PELA CCJC AO

PROJETO DE LEI Nº 5.110, DE 2013

Na ementa do projeto, bem como em seus arts. 1º e 2º, onde se grafa § 2º, grafe-se § 3º.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

EMENDA Nº 02 ADOTADA PELA CCJC AO

PROJETO DE LEI Nº 5.110, DE 2013

No art. 2º do projeto, no texto proposto para o § 3º do art. 133 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, inclua-se, após o inciso II, uma linha pontilhada, com a expressão (NR) ao final.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

EMENDA Nº 03 ADOTADA PELA CCJC AO

PROJETO DE LEI Nº 5.110, DE 2013

Inclua-se o seguinte art. 3º ao projeto:

"Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 5.130-A, DE 2013

(Do Sr. Marcio Bittar)

Dispõe sobre a gratuidade de estacionamento em Shopping Centers, Centros Comerciais, supermercados, hipermercados, rodoviárias, aeroportos e hospitais; tendo parecer da Comissão de Defesa do Consumidor, pela rejeição (relator: DEP. RICARDO IZAR).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: DEFESA DO CONSUMIDOR; DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 5.130, de 2013, de iniciativa do nobre Deputado Márcio Bittar, dispõe veda a cobrança de valores por estacionamento ou permanência em "shopping centers", centros comerciais, supermercados, hipermercados, rodoviárias, aeroportos e hospitais, pelo período de três horas iniciais.

A concessão da gratuidade dependeria da apresentação

a) de nota fiscal comprovando despesa efetuada em estabelecimentos comerciais, individuais ou em condomínio;

b) de cartão de embarque ou desembarque em rodoviárias e aeroportos, com data do mesmo dia do estacionamento;

c) do comprovante de consulta, exame ou visita a enfermo, em hospitais e estabelecimentos assemelhados (clínicas, consultórios).

A proposição foi distribuída ás Comissões de Defesa do Consumidor, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD). Tramita em regime ordinário e nos termos do art. 24, II, RICD (proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões).

II – Voto do Relator

A iniciativa tem por escopo oferecer solução para as reclamações dos consumidores, que se vêem sempre obrigados a pagar por estacionamento em curto período de tempo, em locais para onde se deslocam com o intuito de resolver problemas ou necessidades cotidianas, pessoais ou profissionais.

Nessa perspectiva, é de se ver que também a ida a bancos, farmácias, repartições públicas e a inúmeros outros estabelecimentos de prestação de serviços e comerciais demandam igual contraprestação por parte do consumidor, sendo o ideal que não houvesse cobrança por estacionamento de veículo em nenhuma hipótese.

Porém, o que ocorre é que, por razões de conveniência ou por falta de alternativa viável, o consumidor prefere ou necessita deslocar-se a esses locais com seu veículo, preferindo-o a transporte coletivo ou táxi, o primeiro mais econômico e o segundo, conforme o tempo e a distância, mais dispendioso que o custo de combustível acrescido ao de estacionamento.

Por essas rápidas considerações, já se pode vislumbrar que a decisão por comparecer a um determinado local comporta a consideração de variáveis econômicas. Em outras palavras: é uma decisão racional, em que são pesados os custos e os benefícios das alternativas disponíveis.

Qualquer cogitação diferente da liberdade de contratar (no caso, o tempo e o custo de uso do espaço particular para estacionamento) tenderá a gerar algum tipo de injustiça e estimular o uso indevido de veículo automotor, quando o consumidor poderia optar por outra alternativa para seu deslocamento.

Desse modo, parece-nos que o melhor é deixar que as regras do mercado levem naturalmente a um equilíbrio de volume de demanda e preço de oferta. Quando o custo do estacionamento se demonstrar inviável ou desinteressante, o consumidor optará pelo uso de táxi, transporte coletivo, bicicleta, transporte solidário, ônibus executivo, pagamento de tarifa para entrega domiciliar de compras feitas pessoalmente ou via internet, e assim por diante.

Por fim, sempre há que se lembrar que o argumento do caráter social da medida, como justificado pelo ilustre Relator, acaba implicando em que alguém ou o Estado terá de pagar pelas facilidades postas à disposição da população, o que acabará tendo um custo adicional a ser repassado pelo estabelecimento ao próprio consumidor ou pelo Estado, ao contribuinte. (Como ensinou o famoso economista Milton Friedman, da Universidade de Chicago, "não existe almoço de graça".[1])

Diante de tais argumentos incontornáveis, lamentamos não ser possível tributar apoio à iniciativa, pelo que **votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 5.130, de 2013.**

Sala da Comissão, 10 de julho de 2013. – Deputado **Ricardo Izar,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Defesa do Consumidor, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 5.130/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ricardo Izar, contra os votos dos Deputados Chico Lopes, Reguffe e Severino Ninho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados José Carlos Araújo – Presidente; Eli Correa Filho – Vice-Presidente; Aníbal Gomes, Aureo, Carlos Souza, Chico Lopes, Francisco Chagas, Henrique Oliveira, Júlio Delgado, Paulo Freire, Paulo Wagner, Reguffe, Ricardo Izar, Sérgio Brito, Severino Ninho, César Halum e Isaias Silvestre.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2013. – Deputado **José Carlos Araújo,** Presidente.

1 Milton Friedman, falecido em 2006, "Popularizou no léxico mundial a expressão "There is no such a thing as a free lunch" ("Não existe almoço de graça"), provavelmente originada nos EUA do século 19, que virou título de um livro seu de 1975. Queria dizer que, sempre que o governo gasta dinheiro com iniciativas populares, é a própria população que acaba pagando a conta depois" (in Jornal da Ciência. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Disponível em: < http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=42429>. Extraído em: 10/6/2013. Esse raciocínio vale também para o caso em que o fornecedor deixa de explorar um espaço privado, gerando-lhe não apenas um custo de manutenção, mas também a possibilidade de "lucros cessantes", deixando de ganhar e estendendo o prazo para retorno do investimento.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 828-A, DE 2013

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR Nº 220/2012
MSC Nº 287/2012

Aprova o ato que autoriza a Associação Latino Americana de Combate à Miséria e à Violência – Projeto Sol para Todos – Organização não Governamental a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Recife, Estado de Pernambuco; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. GONZAGA PATRIOTA).

DESPACHO: À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato constante da Portaria nº 1055, de 08 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Latino Americana de Combate à Miséria e à Violência – Projeto Sol Para Todos – Organização Não Governamental executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Recife, Estado de Pernambuco.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie exclusivamente acerca da constitucio-

nalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 828, de 2013.

A proposição em foco, elaborada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática limita-se a formalizar a ratificação, pela Câmara, de ato de autorização de concessão resultante da análise técnica realizada pelo Ministério das Comunicações. Nesse sentido, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 828, de 2013.

Sala da Comissão, de de 2013. – Deputado **Gonzaga Patriota,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 828/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gonzaga Patriota.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Décio Lima – Presidente, Mauro Benevides, Luiz Carlos e Carlos Bezerra – Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Benjamin Maranhão, Bonifácio de Andrada, Cândido Vaccarezza, Cesar Colnago, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Sciarra, Esperidião Amin, Fábio Ramalho, Fabio Trad, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Iriny Lopes, João Campos, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Jutahy Junior, Leonardo Gadelha, Leonardo Picciani, Lourival Mendes, Luiz Couto, Luiz de Deus, Luiz Pitiman, Márcio França, Marcos Rogério, Odair Cunha, Onofre Santo Agostini, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Ricardo Berzoini, Roberto Freire, Ronaldo Fonseca, Sergio Zveiter, Taumaturgo Lima, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, William Dib, Ademir Camilo, Alberto Filho, Assis do Couto, Dilceu Sperafico, Gabriel Guimarães, Geraldo Simões, Gonzaga Patriota, Jose Stédile, Júnior Coimbra, Moreira Mendes, Onyx Lorenzoni, Oziel Oliveira e Walter Tosta.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 875-A, DE 2013

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR Nº 230/2013

MSC Nº 42/2013

Aprova o ato que autoriza a Associação Mato Perso de Comunicação a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. ALCEU MOREIRA).

DESPACHO: À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato constante da Portaria nº 1228, de 30 de novembro de 2010, que autoriza a Associação Mato Perso de Comunicação à executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie exclusivamente acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 875, de 2013.

A proposição em foco, elaborada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática limita-se a formalizar a ratificação, pela Câmara, de ato de autorização de concessão resultante da análise técnica realizada pelo Ministério das Comunicações. Nesse sentido, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 875, de 2013.

Sala da Comissão, 19 de julho de 2013. – Deputado **Alceu Moreira,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 875/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Alceu Moreira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Décio Lima – Presidente, Mauro Benevides, Luiz Carlos e Carlos Bezerra – Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Benjamin Maranhão, Bonifácio de Andrada, Cândido Vaccarezza, Cesar Colnago, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Sciarra, Esperidião Amin, Fábio Ramalho, Fabio Trad, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Iriny Lopes, João Campos, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Jutahy Junior, Leonardo Gadelha, Leonardo Picciani, Lourival Mendes, Luiz Couto, Luiz de Deus, Luiz Pitiman, Márcio França, Marcos Rogério, Odair Cunha, Onofre Santo Agostini, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Ricardo Berzoini, Roberto Freire, Ronaldo Fonseca, Sergio Zveiter, Taumaturgo Lima, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, William Dib, Ademir Camilo, Alberto Filho, Assis do Couto, Dilceu Sperafico, Gabriel Guimarães, Geraldo Simões, Gonzaga Patriota, Jose Stédile, Júnior Coimbra, Moreira Mendes, Onyx Lorenzoni, Oziel Oliveira e Walter Tosta.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 876-A, DE 2013

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR Nº 231/2013

MSC Nº 42/2013

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Agua Viva – ARCA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. MARCELO ALMEIDA).

DESPACHO: À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato constante da Portaria nº 1230, de 30 de novembro de 2010, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Agua Viva – ARCA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e

Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie exclusivamente acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 876, de 2013.

A proposição em foco, elaborada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática limita-se a formalizar a ratificação, pela Câmara, de ato de autorização de concessão resultante da análise técnica realizada pelo Ministério das Comunicações. Nesse sentido, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 876, de 2013.

Sala da Comissão, de de 2013. – Deputado **Marcelo Almeida,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 876/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Marcelo Almeida.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Décio Lima – Presidente, Mauro Benevides, Luiz Carlos e Carlos Bezerra – Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Benjamin Maranhão, Bonifácio de Andrada, Cândido Vaccarezza, Cesar Colnago, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Sciarra, Esperidião Amin, Fábio Ramalho, Fabio Trad, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Iriny Lopes, João Campos, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Jutahy Junior, Leonardo Gadelha, Leonardo Picciani, Lourival Mendes, Luiz Couto, Luiz de Deus, Luiz Pitiman, Márcio França, Marcos Rogério, Odair Cunha, Onofre Santo Agostini, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Ricardo Berzoini, Roberto Freire, Ronaldo Fonseca, Sergio Zveiter, Taumaturgo Lima, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, William Dib, Ademir Camilo, Alberto Filho, Assis do Couto, Dilceu Sperafico, Gabriel Guimarães, Geraldo Simões, Gonzaga Patriota, Jose Stédile, Júnior Coimbra, Moreira Mendes, Onyx Lorenzoni, Oziel Oliveira e Walter Tosta.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2013. – Deputado **Décio Lima,** Presidente.

SEÇÃO II

MESA DIRETORA

Presidente:
HENRIQUE EDUARDO ALVES - PMDB - RN

1º Vice-Presidente:
ANDRE VARGAS - PT - PR

2º Vice-Presidente:
FÁBIO FARIA - PSD - RN

1º Secretário:
MARCIO BITTAR - PSDB - AC

2º Secretário:
SIMÃO SESSIM - PP - RJ

3º Secretário:
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - PR - AL

4º Secretário:
BIFFI - PT - MS

1º Suplente de Secretário:
GONZAGA PATRIOTA - PSB - PE

2º Suplente de Secretário:
WOLNEY QUEIROZ - PDT - PE

3º Suplente de Secretário:
VITOR PENIDO - DEM - MG

4º Suplente de Secretário:
TAKAYAMA - PSC - PR

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Liderança do Governo
Líder: ARLINDO CHINAGLIA
Vice-Líderes:
Osmar Serraglio, Luciano Castro, Alex Canziani, José Guimarães, Waldir Maranhão, Hugo Leal, Rebecca Garcia (Licenciado) e Henrique Fontana.

Liderança da Minoria
Líder: NILSON LEITÃO
Vice-Líderes:
Felipe Maia, Simplício Araújo, Plínio Valério, Emanuel Fernandes, Walter Feldman e Nelson Marchezan Junior.

PT
Líder: JOSÉ GUIMARÃES
Vice-Líderes:
Valmir Assunção, Sibá Machado, Luiz Couto, Bohn Gass, Amauri Teixeira, Fernando Ferro, Vanderlei Siraque, Afonso Florence, Benedita da Silva, Erika Kokay, Eudes Xavier, Fátima Bezerra, Jorge Bittar, Josias Gomes, Marcon, Margarida Salomão, Pedro Uczai, Policarpo, Vicentinho, Zé Geraldo, Zeca Dirceu, Márcio Macêdo e Padre João.

PMDB
Líder: EDUARDO CUNHA
Vice-Líderes:
Marcelo Castro (1º Vice), Darcísio Perondi, Edinho Araújo, Edinho Bez, Mauro Benevides, Marllos Sampaio, Lucio Vieira Lima, Francisco Escórcio, Gabriel Chalita, Fabio Trad, Edio Lopes, Colbert Martins, Danilo Forte, Júnior Coimbra, Manoel Junior, Alexandre Santos, Leonardo Picciani e André Zacharow.

PSDB
Líder: CARLOS SAMPAIO
Vice-Líderes:
João Campos (1º Vice), Domingos Sávio, Vanderlei Macris, Antonio Carlos Mendes Thame, Cesar Colnago, Izalci, Andreia Zito, Alexandre Toledo, Eduardo Barbosa, Nilson Pinto, Pinto Itamaraty, Raimundo Gomes de Matos, Vaz de Lima e Ricardo Tripoli.

PSD
Líder: EDUARDO SCIARRA
Vice-Líderes:
Eleuses Paiva (1º Vice), Guilherme Campos, Heuler Cruvinel, Hugo Napoleão, Moreira Mendes, Edson Pimenta, Sergio Zveiter, Marcos Montes, Silas Câmara, Homero Pereira, Onofre Santo Agostini e Jefferson Campos.

Bloco PR, PTdoB, PRP, PHS, PSL, PRTB
Líder: ANTHONY GAROTINHO
Vice-Líderes:
Bernardo Santana de Vasconcellos (1º Vice), Laercio Oliveira, Ronaldo Fonseca, Gorete Pereira, Wellington Roberto, Milton Monti, Wellington Fagundes, Lourival Mendes, Lincoln Portela, Paulo Feijó e Anderson Ferreira.

PP
Líder: ARTHUR LIRA
Vice-Líderes:
Roberto Britto (1º Vice), Carlos Magno, Dilceu Sperafico, Esperidião Amin, Iracema Portella, Luis Carlos Heinze, Renzo Braz, Sandes Júnior, Toninho Pinheiro, Roberto Balestra e Renato Molling.

DEM
Líder: RONALDO CAIADO
Vice-Líderes:
Mendonça Filho (1º Vice), Abelardo Lupion, Alexandre Leite, Professora Dorinha Seabra Rezende, Mendonça Prado, Onyx Lorenzoni, Rodrigo Maia, Efraim Filho, Lira Maia, Mandetta e Marcio Junqueira.

PDT
Líder: ANDRÉ FIGUEIREDO
Vice-Líderes:
Salvador Zimbaldi (1º Vice), Miro Teixeira, Félix Mendonça Júnior, Enio Bacci, Flávia Morais, João Dado e Marcos Rogério.

PSB
Líder: BETO ALBUQUERQUE
Vice-Líderes:
Glauber Braga (1º Vice), Paulo Foletto, Antonio Balhmann, Valtenir Pereira, Luiza Erundina, Severino Ninho e Isaias Silvestre.

PTB
Líder: JOVAIR ARANTES
Vice-Líderes:
Antonio Brito (1º Vice), Arnaldo Faria de Sá, Josué Bengtson, Magda Mofatto, Paes Landim e Ronaldo Nogueira.

PSC
Líder: ANDRE MOURA

Vice-Líderes:
Leonardo Gadelha (1º Vice), Carlos Eduardo Cadoca e Nelson Padovani.

PCdoB
Líder: MANUELA D'ÁVILA
Vice-Líderes:
Alice Portugal (1º Vice), Osmar Júnior, Assis Melo e Luciana Santos.

PPS
Líder: RUBENS BUENO
Vice-Líderes:
Arnaldo Jordy, Arnaldo Jardim e Carmen Zanotto.

PV
Líder: SARNEY FILHO
Vice-Líderes:
Rosane Ferreira, Antônio Roberto, Henrique Afonso e Roberto de Lucena.

PRB
Líder: GEORGE HILTON
Vice-Líderes:
Jhonatan de Jesus (1º Vice), Cleber Verde e Márcio Marinho.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PSOL
Líder: IVAN VALENTE
Vice-Líderes:
Jean Wyllys.

PMN
Repr.: DR. CARLOS ALBERTO
PEN
Repr.: NILMAR RUIZ

Líderes de Partidos que participam de Bloco Parlamentar

PR
Líder: ANTHONY GAROTINHO
PTdoB
Repr.: ROSINHA DA ADEFAL
PRP
Repr.: CHICO DAS VERDURAS
PSL
Repr.: DR. GRILO
PHS
Repr.: JOSÉ HUMBERTO
PRTB
Repr.: AUREO

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

Roraima

Chico das Verduras - PRP
Edio Lopes - PMDB
Jhonatan de Jesus - PRB
Luciano Castro - PR
Marcio Junqueira - DEM
Paulo Cesar Quartiero - DEM
Raul Lima - PSD
Urzeni Rocha - PSDB

Amapá

Dalva Figueiredo - PT
Davi Alcolumbre - DEM
Evandro Milhomen - PCdoB
Fátima Pelaes - PMDB
Janete Capiberibe - PSB
Luiz Carlos - PSDB
Sebastião Bala Rocha - PDT
Vinicius Gurgel - PR

Pará

Arnaldo Jordy - PPS
Asdrubal Bentes - PMDB
Beto Faro - PT
Cláudio Puty - PT
Dudimar Paxiuba - PSDB
Elcione Barbalho - PMDB
Giovanni Queiroz - PDT
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Lira Maia - DEM
Lúcio Vale - PR
Miriquinho Batista - PT
Nilson Pinto - PSDB
Wandenkolk Gonçalves - PSDB
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PSD
Carlos Souza - PSD
Dr. Luiz Fernando - PSD
Francisco Praciano - PT
Henrique Oliveira - PR
Plínio Valério - PSDB
Sabino Castelo Branco - PTB
Silas Câmara - PSD

Rondônia

Anselmo de Jesus - PT
Carlos Magno - PP
Marcos Rogério - PDT
Marinha Raupp - PMDB
Moreira Mendes - PSD
Natan Donadon - PMDB
Nilton Capixaba - PTB
Padre Ton - PT

Acre

Antônia Lúcia - PSC
Flaviano Melo - PMDB
Gladson Cameli - PP
Henrique Afonso - PV
Marcio Bittar - PSDB
Perpétua Almeida - PCdoB
Sibá Machado - PT
Taumaturgo Lima - PT

Tocantins

Ângelo Agnolin - PDT
César Halum - PSD
Goiaciara Cruz - PR
Júnior Coimbra - PMDB
Lázaro Botelho - PP
Nilmar Ruiz - PEN
Osvaldo Reis - PMDB
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM

Maranhão

Alberto Filho - PMDB
Carlos Brandão - PSDB
Cleber Verde - PRB
Costa Ferreira - PSC
Davi Alves Silva Júnior - PR
Domingos Dutra - PT
Francisco Escórcio - PMDB
Hélio Santos - PSD
Lourival Mendes - PTdoB
Nice Lobão - PSD
Pedro Novais - PMDB
Pinto Itamaraty - PSDB
Professor Setimo - PMDB
Sarney Filho - PV
Simplício Araújo - PPS
Waldir Maranhão - PP
Weverton Rocha - PDT
Zé Vieira - PR

Ceará

André Figueiredo - PDT
Aníbal Gomes - PMDB
Antonio Balhmann - PSB
Ariosto Holanda - PSB
Arnon Bezerra - PTB
Artur Bruno - PT
Chico Lopes - PCdoB
Danilo Forte - PMDB
Edson Silva - PSB
Eudes Xavier - PT
Genecias Noronha - PMDB
Gera Arruda - PMDB
Gorete Pereira - PR
João Ananias - PCdoB
José Airton - PT
José Guimarães - PT
José Linhares - PP
Manoel Salviano - PSD
Mário Feitoza - PMDB
Mauro Benevides - PMDB
Raimundo Gomes de Matos - PSDB
Vicente Arruda - PR

Piauí

Assis Carvalho - PT
Hugo Napoleão - PSD
Iracema Portella - PP
Jesus Rodrigues - PT
Júlio Cesar - PSD
Marcelo Castro - PMDB
Marllos Sampaio - PMDB
Nazareno Fonteles - PT
Osmar Júnior - PCdoB
Paes Landim - PTB

Rio Grande do Norte

Betinho Rosado - DEM
Fábio Faria - PSD
Fátima Bezerra - PT
Felipe Maia - DEM
Henrique Eduardo Alves - PMDB
João Maia - PR
Paulo Wagner - PV
Sandra Rosado - PSB

Paraíba

Benjamin Maranhão - PMDB
Damião Feliciano - PDT
Efraim Filho - DEM
Hugo Motta - PMDB
Leonardo Gadelha - PSC
Luiz Couto - PT
Major Fábio - DEM
Manoel Junior - PMDB
Nilda Gondim - PMDB
Ruy Carneiro - PSDB
Wellington Roberto - PR
Wilson Filho - PMDB

Pernambuco

Anderson Ferreira - PR
Augusto Coutinho - DEM
Bruno Araújo - PSDB
Carlos Eduardo Cadoca - PSC
Eduardo da Fonte - PP
Fernando Coelho Filho - PSB
Fernando Ferro - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PR
João Paulo Lima - PT
Jorge Corte Real - PTB
José Augusto Maia - PTB
José Chaves - PTB
Luciana Santos - PCdoB
Mendonça Filho - DEM
Pastor Eurico - PSB
Paulo Rubem Santiago - PDT
Pedro Eugênio - PT
Raul Henry - PMDB
Roberto Teixeira - PP
Sergio Guerra - PSDB
Severino Ninho - PSB
Silvio Costa - PTB
Vilalba - PRB
Wolney Queiroz - PDT

Alagoas

Alexandre Toledo - PSDB
Arthur Lira - PP
Francisco Tenório - PMN
Givaldo Carimbão - PSB
João Lyra - PSD
Maurício Quintella Lessa - PR
Paulão - PT
Renan Filho - PMDB
Rosinha da Adefal - PTdoB

Sergipe

Almeida Lima - PPS
Andre Moura - PSC
Fabio Reis - PMDB
Laercio Oliveira - PR
Márcio Macêdo - PT
Mendonça Prado - DEM
Rogério Carvalho - PT
Valadares Filho - PSB

Bahia

Acelino Popó - PRB
Afonso Florence - PT
Alice Portugal - PCdoB
Amauri Teixeira - PT
Antonio Brito - PTB
Antonio Imbassahy - PSDB
Arthur Oliveira Maia - PMDB
Claudio Cajado - DEM
Colbert Martins - PMDB
Daniel Almeida - PCdoB
Edson Pimenta - PSD
Erivelton Santana - PSC
Fábio Souto - DEM
Félix Mendonça Júnior - PDT
Fernando Torres - PSD
Geraldo Simões - PT
Jânio Natal - PRP
João Carlos Bacelar - PR
João Leão - PP
José Carlos Araújo - PSD
José Nunes - PSD
José Rocha - PR
Josias Gomes - PT
Jutahy Junior - PSDB
Lucio Vieira Lima - PMDB
Luiz Alberto - PT
Luiz Argôlo - PP
Luiz de Deus - DEM
Márcio Marinho - PRB
Marcos Medrado - PDT
Mário Negromonte - PP
Nelson Pellegrino - PT
Oziel Oliveira - PDT
Paulo Magalhães - PSD
Roberto Britto - PP
Sérgio Brito - PSD
Valmir Assunção - PT
Waldenor Pereira - PT
Zezéu Ribeiro - PT

Minas Gerais

Ademir Camilo - PSD
Aelton Freitas - PR
Antônio Roberto - PV
Aracely de Paula - PR
Bernardo Santana de Vasconcellos - PR
Bonifácio de Andrada - PSDB
Diego Andrade - PSD
Dimas Fabiano - PP
Domingos Sávio - PSDB
Dr. Grilo - PSL
Eduardo Azeredo - PSDB
Eduardo Barbosa - PSDB
Fábio Ramalho - PV
Gabriel Guimarães - PT
George Hilton - PRB
Geraldo Thadeu - PSD
Humberto Souto - PPS
Isaias Silvestre - PSB
Jaime Martins - PR
Jairo Ataíde - DEM
Jô Moraes - PCdoB
João Bittar - DEM
João Magalhães - PMDB
José Humberto - PHS
Júlio Delgado - PSB
Lael Varella - DEM
Leonardo Monteiro - PT
Leonardo Quintão - PMDB
Lincoln Portela - PR
Luis Tibé - PTdoB
Luiz Fernando Faria - PP
Marcos Montes - PSD
Marcus Pestana - PSDB
Margarida Salomão - PT
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Miguel Corrêa - PT
Newton Cardoso - PMDB
Nilmário Miranda - PT
Odair Cunha - PT
Padre João - PT
Paulo Abi-ackel - PSDB
Reginaldo Lopes - PT
Renato Andrade - PP
Renzo Braz - PP
Rodrigo de Castro - PSDB
Saraiva Felipe - PMDB
Silas Brasileiro - PMDB
Stefano Aguiar - PSC
Toninho Pinheiro - PP
Vitor Penido - DEM
Walter Tosta - PSD
Weliton Prado - PT

Espírito Santo

Camilo Cola - PMDB
Cesar Colnago - PSDB
Dr. Jorge Silva - PDT
Iriny Lopes - PT
Lauriete - PSC
Lelo Coimbra - PMDB
Manato - PDT
Paulo Foletto - PSB
Rose de Freitas - PMDB
Sueli Vidigal - PDT

Rio de Janeiro

Adrian - PMDB
Alessandro Molon - PT
Alexandre Santos - PMDB
Alfredo Sirkis - PV
Andreia Zito - PSDB
Anthony Garotinho - PR
Arolde de Oliveira - PSD
Aureo - PRTB
Benedita da Silva - PT
Celso Jacob - PMDB
Chico Alencar - PSOL
Deley - PSC
Dr. Adilson Soares - PR
Dr. Carlos Alberto - PMN
Dr. Paulo César - PSD
Edson Ezequiel - PMDB
Edson Santos - PT
Eduardo Cunha - PMDB
Eurico Júnior - PV
Felipe Bornier - PSD
Fernando Jordão - PMDB
Fernando Lopes - PMDB
Francisco Floriano - PR
Glauber Braga - PSB
Hugo Leal - PSC
Jair Bolsonaro - PP
Jandira Feghali - PCdoB
Jean Wyllys - PSOL
Jorge Bittar - PT
Leonardo Picciani - PMDB
Liliam Sá - PR
Luiz Sérgio - PT
Manuel Rosa Neca - PR
Marcelo Matos - PDT
Miro Teixeira - PDT
Otavio Leite - PSDB
Paulo Feijó - PR
Rodrigo Maia - DEM
Romário - S.PART.
Sergio Zveiter - PSD
Simão Sessim - PP
Stepan Nercessian - PPS
Vitor Paulo - PRB
Walney Rocha - PTB
Washington Reis - PMDB
Zoinho - PR

São Paulo

Abelardo Camarinha - PSB
Alexandre Leite - DEM
Aline Corrêa - PP
Antonio Bulhões - PRB
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Arnaldo Jardim - PPS
Beto Mansur - PP
Bruna Furlan - PSDB
Cândido Vaccarezza - PT
Carlos Roberto - PSDB
Carlos Sampaio - PSDB
Carlos Zarattini - PT
Delegado Protógenes - PCdoB
Devanir Ribeiro - PT
Dr. Ubiali - PSB
Duarte Nogueira - PSDB
Edinho Araújo - PMDB
Eleuses Paiva - PSD
Eli Correa Filho - DEM

Emanuel Fernandes - PSDB
Francisco Chagas - PT
Gabriel Chalita - PMDB
Guilherme Campos - PSD
Guilherme Mussi - PP
Iara Bernardi - PT
Ivan Valente - PSOL
Janete Rocha Pietá - PT
Jefferson Campos - PSD
João Dado - PDT
João Paulo Cunha - PT
Jorge Tadeu Mudalen - DEM
José Genoíno - PT
José Mentor - PT
Junji Abe - PSD
Keiko Ota - PSB
Luiz Fernando Machado - PSDB
Luiza Erundina - PSB
Mara Gabrilli - PSDB
Marcelo Aguiar - PSD
Márcio França - PSB
Milton Monti - PR
Missionário José Olimpio - PP
Nelson Marquezelli - PTB
Newton Lima - PT
Otoniel Lima - PRB
Pastor Marco Feliciano - PSC
Paulo Freire - PR
Paulo Maluf - PP
Paulo Pereira da Silva - PDT
Paulo Teixeira - PT
Penna - PV
Ricardo Berzoini - PT
Ricardo Izar - PSD
Ricardo Tripoli - PSDB
Roberto de Lucena - PV
Roberto Freire - PPS
Roberto Santiago - PSD
Salvador Zimbaldi - PDT
Tiririca - PR
Valdemar Costa Neto - PR
Vanderlei Macris - PSDB
Vanderlei Siraque - PT
Vaz de Lima - PSDB
Vicente Candido - PT
Vicentinho - PT
Walter Feldman - PSDB
Walter Ihoshi - PSD
William Dib - PSDB

Mato Grosso

Carlos Bezerra - PMDB
Eliene Lima - PSD
Homero Pereira - PSD
Júlio Campos - DEM
Nilson Leitão - PSDB
Pedro Henry - PP
Valtenir Pereira - PSB
Wellington Fagundes - PR

Distrito Federal

Augusto Carvalho - PPS
Erika Kokay - PT
Izalci - PSDB
Jaqueline Roriz - PMN
Luiz Pitiman - PMDB
Policarpo - PT
Reguffe - PDT
Ronaldo Fonseca - PR

Goiás

Armando Vergílio - PSD
Carlos Alberto Leréia - PSDB
Flávia Morais - PDT
Heuler Cruvinel - PSD
Íris de Araújo - PMDB
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Magda Mofatto - PTB
Marina Santanna - PT
Pedro Chaves - PMDB
Roberto Balestra - PP
Ronaldo Caiado - DEM
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PMDB
Valdivino de Oliveira - PSDB

Mato Grosso do Sul

Akira Otsubo - PMDB
Biffi - PT
Fabio Trad - PMDB
Geraldo Resende - PMDB
Mandetta - DEM
Marçal Filho - PMDB
Reinaldo Azambuja - PSDB
Vander Loubet - PT

Paraná

Abelardo Lupion - DEM
Alex Canziani - PTB
Alfredo Kaefer - PSDB
Andre Vargas - PT
André Zacharow - PMDB
Angelo Vanhoni - PT
Assis do Couto - PT
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Edmar Arruda - PSC
Eduardo Sciarra - PSD
Fernando Francischini - PEN
Giacobo - PR
Hermes Parcianello - PMDB
João Arruda - PMDB
Leopoldo Meyer - PSB
Luiz Nishimori - PSDB
Marcelo Almeida - PMDB
Nelson Meurer - PP
Nelson Padovani - PSC
Odílio Balbinotti - PMDB
Oliveira Filho - PRB
Osmar Serraglio - PMDB
Pedro Guerra - PSD
Professor Sérgio de Oliveira - PSC
Rosane Ferreira - PV
Rubens Bueno - PPS
Sandro Alex - PPS
Takayama - PSC
Zeca Dirceu - PT

Santa Catarina

Carmen Zanotto - PPS
Celso Maldaner - PMDB
Décio Lima - PT
Edinho Bez - PMDB
Esperidião Amin - PP
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - S.PART.
Jorginho Mello - PR
Luci Choinacki - PT
Marco Tebaldi - PSDB
Mauro Mariani - PMDB
Onofre Santo Agostini - PSD
Pedro Uczai - PT
Rogério Peninha Mendonça - PMDB
Ronaldo Benedet - PMDB
Valdir Colatto - PMDB

Rio Grande do Sul

Afonso Hamm - PP
Alceu Moreira - PMDB
Alexandre Roso - PSB
Assis Melo - PCdoB
Beto Albuquerque - PSB
Bohn Gass - PT
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Fernando Marroni - PT
Giovani Cherini - PDT
Henrique Fontana - PT
Jerônimo Goergen - PP
José Otávio Germano - PP
Jose Stédile - PSB
Luis Carlos Heinze - PP
Manuela D'ávila - PCdoB
Marco Maia - PT
Marcon - PT
Nelson Marchezan Junior - PSDB
Onyx Lorenzoni - DEM
Osmar Terra - PMDB
Paulo Ferreira - PT
Paulo Pimenta - PT
Renato Molling - PP
Ronaldo Nogueira - PTB
Ronaldo Zulke - PT
Sérgio Moraes - PTB
Vieira da Cunha - PDT
Vilson Covatti - PP

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Presidente: Giacobo (PR)
1º Vice-Presidente: Moreira Mendes (PSD)
2º Vice-Presidente: Luci Choinacki (PT)
3º Vice-Presidente: Abelardo Lupion (DEM)

Titulares	Suplentes
PT	
Anselmo de Jesus	Jesus Rodrigues
Assis do Couto	Josias Gomes
Beto Faro	Padre João
Bohn Gass	Vander Loubet
Luci Choinacki	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Marcon	(Dep. do PR ocupa a vaga)
Valmir Assunção	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PMDB	
Celso Maldaner	Alceu Moreira
Júnior Coimbra	André Zacharow vaga do PSC
Leandro Vilela	Edinho Araújo
Marcelo Castro	Lelo Coimbra vaga do PT
Natan Donadon	Newton Cardoso
Odílio Balbinotti	Silas Brasileiro
Pedro Chaves vaga do PSB	Valdir Colatto
	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PSDB	
Alexandre Toledo	Alfredo Kaefer
Domingos Sávio vaga do PR	Luiz Carlos
Duarte Nogueira	Urzeni Rocha vaga do PSD
Luiz Nishimori	Wandenkolk Gonçalves
Nilson Leitão vaga do PSD	1 vaga
Raimundo Gomes de Matos	
Reinaldo Azambuja vaga do PSOL	
PSD	
Hélio Santos vaga do PCdoB	Diego Andrade
Homero Pereira	Edson Pimenta
Junji Abe vaga do PRB	Eduardo Sciarra vaga do PSB
Moreira Mendes	Eleuses Paiva
(Dep. do PMN ocupa a vaga)	Heuler Cruvinel vaga do PSB
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Marcos Montes vaga do Bloco PV, PPS
	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PP	
Carlos Magno	Afonso Hamm
Dilceu Sperafico	Jerônimo Goergen
Luis Carlos Heinze vaga do PTB	Lázaro Botelho
Nelson Meurer	
Roberto Balestra vaga do PR	
PR	
Davi Alves Silva Júnior vaga do PTdoB	Bernardo Santana de Vasconcellos
Giacobo	João Carlos Bacelar vaga do PMDB
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Lúcio Vale vaga do PT
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Wellington Fagundes vaga do PT
	Wellington Roberto
	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
PSB	
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Fernando Coelho Filho
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
DEM	
Abelardo Lupion	Betinho Rosado
Jairo Ataíde vaga do PSB	Paulo Cesar Quartiero
Lira Maia vaga do PSB	
Onyx Lorenzoni vaga do PDT	
Vitor Penido	
PDT	
Giovanni Queiroz	Félix Mendonça Júnior
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Giovani Cherini vaga do PSOL
	Mário Heringer
	Oziel Oliveira vaga do PCdoB
PTB	
Josué Bengtson	Nelson Marquezelli
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Nilton Capixaba
Bloco PV, PPS	
Humberto Souto	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSC	
Nelson Padovani	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PCdoB	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PRB	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	Márcio Marinho
PSOL	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PTdoB	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PHS ocupa a vaga)
PMN	
Francisco Tenório vaga do PSD	
PRP	
	Chico das Verduras vaga do PR
PHS	
	José Humberto vaga do PTdoB

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 34
Telefones: 3216-6403/6404/6406
FAX: 3216-6415

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Paulo Abi-ackel (PSDB)
1º Vice-Presidente: Nelson Marchezan Junior (PSDB)
2º Vice-Presidente: Jorge Bittar (PT)
3º Vice-Presidente: Silas Câmara (PSD)

Titulares	Suplentes
PT	
Dalva Figueiredo	Angelo Vanhoni
Iara Bernardi	Beto Faro
Jorge Bittar	Paulão
Margarida Salomão	Paulo Ferreira
Newton Lima	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Padre Ton vaga do PTdoB	2 vagas
Paulo Teixeira	
Sibá Machado	
PMDB	
João Arruda	Colbert Martins
Marçal Filho	Flaviano Melo
Paulo Henrique Lustosa (Licenciado)	Gabriel Chalita vaga do PSOL
Rogério Peninha Mendonça	Hugo Motta
2 vagas	Manoel Junior
	Nilda Gondim vaga do PSDB
	Wladimir Costa vaga do PT
	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSDB	
Antonio Imbassahy vaga do PP	Duarte Nogueira
Bruno Araújo	Emanuel Fernandes
Carlos Sampaio vaga do PR	Izalci
Nelson Marchezan Junior	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Paulo Abi-ackel	

Ruy Carneiro	
PSD	
Arolde de Oliveira	José Carlos Araújo
Eliene Lima	Júlio Cesar
Marcelo Aguiar	Onofre Santo Agostini
Silas Câmara	Walter Ihoshi
PP	
Beto Mansur	Luiz Fernando Faria
Missionário José Olimpio	Roberto Teixeira
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Sandes Júnior
PR	
Dr. Adilson Soares	Francisco Floriano
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	José Rocha vaga do PSB
1 vaga	Milton Monti
	Ronaldo Fonseca vaga do PDT
	Wellington Fagundes
PSB	
Ariosto Holanda	Edson Silva
Luiza Erundina	Pastor Eurico
1 vaga	Paulo Foletto vaga do PDT
	(Dep. do PR ocupa a vaga)
DEM	
Efraim Filho	Professora Dorinha Seabra Rezende
Jorge Tadeu Mudalen	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
Júlio Campos vaga do PSOL	
PDT	
Miro Teixeira	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Salvador Zimbaldi	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PTB	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Josué Bengtson
1 vaga	Sabino Castelo Branco vaga do PMDB
	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	Arnaldo Jardim
	Fábio Ramalho vaga do PMDB
	Paulo Wagner vaga do DEM
PSC	
Takayama	Costa Ferreira
	Stefano Aguiar vaga do PTB
PCdoB	
Evandro Milhomen vaga do PTB	Jandira Feghali
Luciana Santos	
PRB	
Oliveira Filho	Márcio Marinho
PSOL	
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PTdoB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do PRTB ocupa a vaga)
PRTB	
	Aureo vaga do PTdoB

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 51
Telefones: 3216-6452 A 6458
FAX: 3216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: Décio Lima (PT)
1º Vice-Presidente: Mauro Benevides (PMDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Carlos Bezerra (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Artur Bruno
Cândido Vaccarezza	Assis do Couto
Décio Lima	Fátima Bezerra
Iriny Lopes	Gabriel Guimarães
João Paulo Cunha	Geraldo Simões
João Paulo Lima	Márcio Macêdo
José Genoíno	Miguel Corrêa
José Mentor	Nazareno Fonteles
Luiz Couto	Paulo Teixeira
Odair Cunha	Rogério Carvalho
Ricardo Berzoini	Zezéu Ribeiro
Taumaturgo Lima vaga do PCdoB	
Vicente Candido vaga do PSD	
PMDB	
Alceu Moreira	Alberto Filho
Arthur Oliveira Maia	Francisco Escórcio
Benjamin Maranhão vaga do PR	João Magalhães
Carlos Bezerra	Júnior Coimbra
Danilo Forte	Marçal Filho
Eduardo Cunha	Marcelo Almeida
Eliseu Padilha	Mauro Lopes
Fabio Trad	Renan Filho
Leonardo Picciani	Sandro Mabel
Luiz Pitiman	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Mauro Benevides	
Osmar Serraglio vaga do PP	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Bruno Araújo
Cesar Colnago	Carlos Sampaio
João Campos	Dudimar Paxiuba vaga do PTB
Jutahy Junior	Eduardo Azeredo
Luiz Carlos	Nelson Marchezan Junior
William Dib	Reinaldo Azambuja
	Ricardo Tripoli
PSD	
Eduardo Sciarra	Ademir Camilo vaga do PP
Heuler Cruvinel	Armando Vergílio
Onofre Santo Agostini	João Lyra
Paulo Magalhães	José Nunes
Sergio Zveiter	Moreira Mendes
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Silas Câmara
	Walter Tosta
PP	
Esperidião Amin	Beto Mansur
Paulo Maluf	Dilceu Sperafico
Renato Andrade	Sandes Júnior
Vilson Covatti vaga do PSOL	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PR	
Jorginho Mello	Anthony Garotinho
Ronaldo Fonseca	Davi Alves Silva Júnior vaga do PTdoB
Vicente Arruda	Gorete Pereira
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Jaime Martins
1 vaga	Laercio Oliveira
	Lincoln Portela vaga do PRTB
	Luciano Castro
PSB	
Beto Albuquerque	Gonzaga Patriota
Edson Silva	Janete Capiberibe
Márcio França	Jose Stédile
Sandra Rosado	Luiza Erundina
Valtenir Pereira	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
DEM	
Felipe Maia	Alexandre Leite
Luiz de Deus	Efraim Filho
Mendonça Prado	Eli Correa Filho vaga do PSOL
	Mendonça Filho vaga do PSB
	Onyx Lorenzoni
PDT	
Félix Mendonça Júnior	João Dado
Marcos Medrado	Oziel Oliveira

Marcos Rogério vaga do PP	Wolney Queiroz
Vieira da Cunha	
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Paes Landim	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Fábio Ramalho	Sandro Alex
Roberto Freire	Sarney Filho
PSC	
Andre Moura	Edmar Arruda
Leonardo Gadelha	Hugo Leal
	Pastor Marco Feliciano vaga do PMDB
PCdoB	
Delegado Protógenes	Assis Melo
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Daniel Almeida
PRB	
Antonio Bulhões	Vilalba
PSOL	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Chico Alencar vaga do PP
	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PTdoB	
Lourival Mendes	Luis Tibé vaga do PTB
	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PRTB	
(Dep. do PSL ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PSL	
Dr. Grilo vaga do PRTB	

Secretário(a): Alexandra Zaban Bittencourt
Local: Anexo II,Térreo, Ala A, sala 19
Telefones: 3216-6494
FAX: 3216-6499

COMISSÃO DE CULTURA

Presidente: Jandira Feghali (PCdoB)
1º Vice-Presidente: Nilmário Miranda (PT)
2º Vice-Presidente: Evandro Milhomen (PCdoB)
3º Vice-Presidente: Jose Stédile (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Angelo Vanhoni	Fátima Bezerra vaga do PSD
Nilmário Miranda	Marina Santanna
Paulo Ferreira	Waldenor Pereira vaga do PR
	Weliton Prado
	Zezéu Ribeiro
PMDB	
Gabriel Chalita	Edinho Araújo
Marcelo Almeida	Marinha Raupp
Raul Henry	Rose de Freitas
PSDB	
Domingos Sávio	Eduardo Barbosa
Pinto Itamaraty	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
PSD	
Dr. Paulo César	Danrlei de Deus Hinterholz
Pedro Guerra	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PP	
Cida Borghetti (Licenciado)	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PR	
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PSB	
Jose Stédile	Leopoldo Meyer
DEM	
Onyx Lorenzoni vaga do PR	Claudio Cajado vaga do PP
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Marcio Junqueira vaga do PP
	Professora Dorinha Seabra Rezende
PDT	
Paulo Rubem Santiago	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
PTB	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	Antônio Roberto vaga do PTB
	Carmen Zanotto vaga do PSDB
	Penna
PSC	
Professor Sérgio de Oliveira	Lauriete
PCdoB	
Evandro Milhomen vaga do DEM	Alice Portugal vaga do PDT
Jandira Feghali	Luciana Santos
PRB	
Acelino Popó vaga do PP	
PSOL	
Jean Wyllys vaga do PTB	

Secretário(a): Nádia Lúcia das Neves Raposo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - salas 168/169-C
Telefones: 3216-6942 a 6947

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: José Carlos Araújo (PSD)
1º Vice-Presidente: Felipe Bornier (PSD)
2º Vice-Presidente: Eli Correa Filho (DEM)
3º Vice-Presidente: Roberto Teixeira (PP)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Francisco Chagas	Paulo Pimenta
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	Weliton Prado
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PMDB	
Aníbal Gomes	Nilda Gondim
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PSDB	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Nelson Marchezan Junior
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Sergio Guerra
PSD	
Carlos Souza vaga do PT	Arolde de Oliveira vaga do PCdoB
Felipe Bornier	César Halum
José Carlos Araújo	Dr. Luiz Fernando vaga do PT
Ricardo Izar vaga do PT	Walter Ihoshi
Sérgio Brito vaga do PMDB	
PP	
Iracema Portella	Guilherme Mussi vaga do Bloco PV, PPS
Roberto Teixeira	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
	1 vaga
PR	
Henrique Oliveira	Manuel Rosa Neca
Paulo Freire vaga do PSDB	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
(Dep. do PRTB ocupa a vaga)	
PSB	
Fernando Coelho Filho	Isaias Silvestre
Júlio Delgado vaga do PMDB	
Severino Ninho vaga do PSDB	
DEM	
Eli Correa Filho	Augusto Coutinho vaga do PR
	Mendonça Prado
PDT	
Reguffe	Marcelo Matos

PTB	
José Chaves	Sérgio Moraes vaga do PP
	Silvio Costa
Bloco PV, PPS	
Paulo Wagner	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PSC	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Antônia Lúcia vaga do PMDB
	Carlos Eduardo Cadoca
	Deley vaga do PMDB
PCdoB	
Chico Lopes	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSOL	
Ivan Valente vaga do PSC	
PRTB	
Aureo vaga do PR	

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 3216-6920 A 6922
FAX: 3216-6925

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Ângelo Agnolin (PDT)
1º Vice-Presidente: Marcelo Matos (PDT)
2º Vice-Presidente: Sueli Vidigal (PDT)
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Miguel Corrêa	Afonso Florence
Ronaldo Zulke	Odair Cunha
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
PMDB	
Renan Filho	Mário Feitoza
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Osmar Terra
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSDB	
Carlos Roberto	Carlos Brandão
Valdivino de Oliveira	Marco Tebaldi
	Otavio Leite vaga do PMDB
PSD	
Edson Pimenta	Fernando Torres
Walter Tosta	Guilherme Campos
PP	
Renato Molling	Dimas Fabiano
Renzo Braz vaga do PMDB	Roberto Teixeira vaga do Bloco PV, PPS
PR	
João Maia	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
Vinicius Gurgel vaga do PMDB	
PSB	
Antonio Balhmann	Dr. Ubiali
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Júlio Delgado
DEM	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	João Bittar vaga do PTB
	Mandetta
PDT	
Ângelo Agnolin	Sebastião Bala Rocha
Marcelo Matos vaga do DEM	
Sueli Vidigal vaga do PSB	
PTB	
José Augusto Maia	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PCdoB	
	Perpétua Almeida vaga do PT
PTdoB	
Luis Tibé vaga do PT	
Rosinha da Adefal vaga do Bloco PV, PPS	
PRP	
	Jânio Natal vaga do PR

Secretário(a): Anamélia Lima Rocha Fernandes
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Telefones: 3216-6601 A 6609
FAX: 3216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Sérgio Moraes (PTB)
1º Vice-Presidente: Walney Rocha (PTB)
2º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)
3º Vice-Presidente: Flaviano Melo (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Paulo Ferreira	Assis do Couto
Rubens Otoni	João Paulo Lima
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Jorge Bittar
PMDB	
Adrian vaga do PR	Celso Maldaner
Alberto Filho vaga do PSDB	Edinho Araújo vaga do PSDB
Fernando Lopes	Genecias Noronha
Flaviano Melo	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Mauro Mariani	
Wilson Filho vaga do PSDB	
PSDB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Bruna Furlan
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSD	
José Nunes	Heuler Cruvinel vaga do PEN
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Junji Abe
	Roberto Santiago
PP	
Roberto Britto	João Leão
PR	
João Carlos Bacelar vaga do PSD	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PSB	
Paulo Foletto	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
DEM	
1 vaga	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PDT	
Weverton Rocha	Dr. Jorge Silva
PTB	
Sérgio Moraes	Jorge Corte Real
Walney Rocha vaga do PT	José Chaves vaga do DEM
Bloco PV, PPS	
Eurico Júnior	Arnaldo Jardim vaga do PR
	Rosane Ferreira
PEN	
Nilmar Ruiz	Heuler Cruvinel
PSC	
	Nelson Padovani vaga do PMDB
PCdoB	
	Luciana Santos vaga do PSB

Secretário(a): Iracema Marques
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 3216-6551/ 6554
FAX: 3216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Pastor Marco Feliciano (PSC)
1º Vice-Presidente: Antônia Lúcia (PSC)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Anderson Ferreira (PR)

Titulares	Suplentes
PT	
3 vagas	3 vagas
PMDB	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PSDB	
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	João Campos
1 vaga	1 vaga
PSD	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Walter Tosta
1 vaga	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
PP	
1 vaga	Jair Bolsonaro
PR	
Anderson Ferreira	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
Liliam Sá vaga do PSD	
PSB	
Keiko Ota	Severino Ninho
Pastor Eurico	1 vaga
DEM	
1 vaga	1 vaga
PDT	
Enio Bacci	Marcos Rogério
PTB	
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Henrique Afonso	Arnaldo Jordy vaga do PSD
Simplício Araújo vaga do PSDB	Roberto de Lucena
PSL	
(Dep. do PMN ocupa a vaga)	Dr. Grilo
PSC	
Antônia Lúcia vaga do PMDB	Costa Ferreira vaga do PTB
Pastor Marco Feliciano vaga do PMDB	Takayama vaga do PMDB
	Zequinha Marinho vaga do PMDB
PRB	
Otoniel Lima vaga do PTB	
PTdoB	
	Lourival Mendes vaga do PR
PMN	
Dr. Carlos Alberto vaga do PSL	

Secretário(a): Marcos Figueira de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 3216-6571
FAX: 3216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente: Gabriel Chalita (PMDB)
1º Vice-Presidente: Artur Bruno (PT)
2º Vice-Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
3º Vice-Presidente: Alex Canziani (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Angelo Vanhoni	Alessandro Molon
Artur Bruno	Iara Bernardi
Fátima Bezerra	Leonardo Monteiro
Francisco Praciano	Margarida Salomão
Pedro Uczai	Newton Lima
Reginaldo Lopes vaga do PSD	Nilmário Miranda vaga do PCdoB
Waldenor Pereira vaga do PR	
PMDB	
Celso Jacob vaga do PR	Mauro Benevides
Gabriel Chalita	Osmar Serraglio
Lelo Coimbra	Pedro Chaves
Professor Setimo	Rogério Peninha Mendonça
Raul Henry	Saraiva Felipe
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
PSDB	
Izalci	Andreia Zito
Nilson Pinto	Bonifácio de Andrada
Pinto Itamaraty	Eduardo Barbosa
	Mara Gabrilli vaga do PP
	Nilson Leitão vaga do PRTB
PSD	
Manoel Salviano	Hugo Napoleão
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Paulo Magalhães
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Pedro Guerra
PP	
Aline Corrêa	Esperidião Amin
Waldir Maranhão	José Linhares
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PR	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Jorginho Mello
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do PRTB ocupa a vaga)
PSB	
Glauber Braga	Ariosto Holanda
Leopoldo Meyer	Keiko Ota
	Severino Ninho vaga do PDT
	Valadares Filho vaga do PSC
DEM	
João Bittar	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Major Fábio	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Professora Dorinha Seabra Rezende vaga do PRTB	
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Damião Feliciano vaga do PRB
	Marcos Rogério vaga do DEM
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PTB	
Alex Canziani	José Augusto Maia
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	Eurico Júnior
PSC	
Costa Ferreira	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Professor Sérgio de Oliveira vaga do PMDB	
PCdoB	
Alice Portugal	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PRB	
George Hilton	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PRTB	
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Aureo vaga do PR
	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSOL	
Chico Alencar vaga do PP	Jean Wyllys vaga do DEM

S.PART.

Jorge Boeira vaga do PSD

Secretário(a): Regina Pereira Games
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala T170
Telefones: 3216-6621/6622/6628
FAX: 3216-6635

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: João Magalhães (PMDB)
1º Vice-Presidente: Assis Carvalho (PT)
2º Vice-Presidente: João Lyra (PSD)
3º Vice-Presidente: Mário Feitoza (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Afonso Florence	João Paulo Cunha
Amauri Teixeira	José Mentor
Assis Carvalho	Pedro Uczai
Cláudio Puty	Reginaldo Lopes
Devanir Ribeiro	Ricardo Berzoini
Erika Kokay vaga do PCdoB	Rogério Carvalho vaga do PR
José Guimarães vaga do PSB	Zeca Dirceu
Pedro Eugênio	
PMDB	
Akira Otsubo	Arthur Oliveira Maia
Genecias Noronha vaga do PP	Eduardo Cunha
João Magalhães	Hermes Parcianello
José Priante vaga do Bloco PV, PPS	Luiz Pitiman
Lucio Vieira Lima	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Manoel Junior vaga do PTB	
Mário Feitoza vaga do PRB	
Pedro Novais	
Silas Brasileiro	
PSDB	
Alfredo Kaefer	Antonio Carlos Mendes Thame
Sergio Guerra	Marcus Pestana vaga do PSB
Vaz de Lima	Nelson Marchezan Junior
	Valdivino de Oliveira
PSD	
Guilherme Campos	Diego Andrade
João Lyra	Raul Lima
Júlio Cesar	1 vaga
PP	
Jerônimo Goergen	Luis Carlos Heinze
José Otávio Germano	Paulo Maluf
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Toninho Pinheiro
PR	
Aelton Freitas	João Maia
(Dep. do PHS ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PSB	
Dr. Ubiali	Antonio Balhmann
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
DEM	
Alexandre Leite	Jairo Ataíde
Mendonça Filho	Rodrigo Maia vaga do PTB
	Ronaldo Caiado
PDT	
João Dado	André Figueiredo
1 vaga	Giovani Cherini
PTB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Arnaldo Jardim
PSC	
Edmar Arruda	Andre Moura
	Erivelton Santana vaga do PMDB
PCdoB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Osmar Júnior
PRB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Cleber Verde
PHS	
José Humberto vaga do PR	

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136
Telefones: 3216-6652/6655/6657
FAX: 3216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: Edinho Bez (PMDB)
1º Vice-Presidente: Alexandre Santos (PMDB)
2º Vice-Presidente: João Pizzolatti (PP)
3º Vice-Presidente: Luiz Sérgio (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Edson Santos	Pedro Eugênio
Luiz Sérgio	Sibá Machado
Vanderlei Siraque	Waldenor Pereira
PMDB	
Alexandre Santos	Akira Otsubo
Edinho Bez	Aníbal Gomes vaga do PSC
Edio Lopes	Eduardo Cunha
Hugo Motta vaga do PSD	Marçal Filho
Wladimir Costa vaga do PSC	Washington Reis vaga do PTB
PSDB	
Carlos Brandão	Vanderlei Macris
(Dep. do PEN ocupa a vaga)	Vaz de Lima
PSD	
Ademir Camilo	Felipe Bornier vaga do PCdoB
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Manoel Salviano
	Sérgio Brito
PP	
João Pizzolatti	Carlos Magno
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PR	
Manuel Rosa Neca vaga do PP	Anthony Garotinho
Paulo Feijó vaga do Bloco PV, PPS	Zoinho vaga do PP
Wellington Roberto	
PSB	
1 vaga	Valtenir Pereira
DEM	
1 vaga	Mendonça Filho
PDT	
Wolney Queiroz	Marcelo Matos
PTB	
Nilton Capixaba	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Stepan Nercessian
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PCdoB	
Manuela D'ávila	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PEN	
Fernando Francischini vaga do PSDB	

Secretário(a): Luiz Paulo Pieri
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161
Telefones: 3216-6671 A 6675
FAX: 3216-6676

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

Presidente: Jerônimo Goergen (PP)
1º Vice-Presidente: Carlos Magno (PP)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Janete Capiberibe (PSB)

Titulares	Suplentes
PT	
Anselmo de Jesus	Francisco Praciano
Miriquinho Batista	Padre Ton
Zé Geraldo	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PMDB	
Asdrubal Bentes	José Priante
Wilson Filho	Marcelo Castro
1 vaga	Marinha Raupp vaga do PSC
	Rose de Freitas
PSDB	
Nilson Leitão	Urzeni Rocha
Plínio Valério	1 vaga
PSD	
Dr. Luiz Fernando	Ademir Camilo vaga do PT
Raul Lima	Átila Lins
	Moreira Mendes vaga do PP
	Silas Câmara
PP	
Carlos Magno	Gladson Cameli
Jerônimo Goergen	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PR	
Lúcio Vale	1 vaga
PSB	
Janete Capiberibe	Glauber Braga
DEM	
Marcio Junqueira	1 vaga
Paulo Cesar Quartiero vaga do PTB	
PDT	
Sebastião Bala Rocha	Giovanni Queiroz vaga do PCdoB
	Weverton Rocha
PTB	
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PV, PPS	
Simplício Araújo	Arnaldo Jordy
PSC	
Zequinha Marinho	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PCdoB	
1 vaga	(Dep. do PDT ocupa a vaga)

Secretário(a): Edna Maria Glória Dias Teixeira
Local: Anexo II, Sala 55, Ala A, Térreo
Telefones: 3216-6432
FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Lincoln Portela (PR)
1º Vice-Presidente: Glauber Braga (PSB)
2º Vice-Presidente: Dr. Grilo (PSL)
3º Vice-Presidente: Leonardo Monteiro (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Leonardo Monteiro	Fernando Ferro
Paulão	Nilmário Miranda
Paulo Pimenta	Padre Ton
PMDB	
Celso Jacob	3 vagas
Professor Setimo	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PSDB	
2 vagas	2 vagas
PSD	
(Dep. do PSL ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PP	
Roberto Britto	Renzo Braz
Waldir Maranhão vaga do PMDB	
PR	
Lincoln Portela	1 vaga
PSB	
Glauber Braga vaga do PDT	Isaias Silvestre
Luiza Erundina	
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	1 vaga
PDT	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Marcos Rogério
PTB	
Arnon Bezerra	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	Sarney Filho
PSC	
Costa Ferreira	Takayama
PSOL	
	Chico Alencar vaga do PTB
PSL	
Dr. Grilo vaga do PSD	

Secretário(a): Claudio Ribeiro Paes
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 3216-6692 / 6693
FAX: 3216-6699

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Penna (PV)
1º Vice-Presidente: Sarney Filho (PV)
2º Vice-Presidente: Arnaldo Jordy (PPS)
3º Vice-Presidente: Antônio Roberto (PV)

Titulares	Suplentes
PT	
Leonardo Monteiro	Bohn Gass
Márcio Macêdo	Fernando Ferro
Marina Santanna	Fernando Marroni
Zé Geraldo vaga do PTC	
PMDB	
Valdir Colatto	Carlos Bezerra
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Fernando Jordão
	Leandro Vilela vaga do PTB
PSDB	
Marco Tebaldi vaga do PP	Alexandre Toledo
Ricardo Tripoli	Luiz Fernando Machado
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	
PSD	
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	Dr. Paulo César
1 vaga	Moreira Mendes vaga do PTC
	Pedro Guerra
PP	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Waldir Maranhão
PR	

(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	Bernardo Santana de Vasconcellos
PSB	
Janete Capiberibe	Givaldo Carimbão
DEM	
Paulo Cesar Quartiero	Lira Maia
PDT	
Giovani Cherini	Miro Teixeira
Oziel Oliveira vaga do PRP	
PTB	
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Antônio Roberto vaga do PSD	Alfredo Sirkis
Arnaldo Jordy vaga do PTB	
Augusto Carvalho vaga do PSDB	
Penna vaga do PR	
Sarney Filho	
PRP	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Jânio Natal
PTC	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSC	
Stefano Aguiar vaga do PMDB	

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 142
Telefones: 3216-6521 A 6526
FAX: 3216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Eduardo da Fonte (PP)
1º Vice-Presidente: Luiz Argôlo (PP)
2º Vice-Presidente: José Rocha (PR)
3º Vice-Presidente: Marcos Montes (PSD)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	Carlos Zarattini
Gabriel Guimarães	Luiz Sérgio
Luiz Alberto	Valmir Assunção
Vander Loubet vaga do PSC	Vanderlei Siraque
Weliton Prado	Zé Geraldo
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	
PMDB	
Camilo Cola	Adrian
Fátima Pelaes	Alexandre Santos
Fernando Jordão	Lucio Vieira Lima
Ronaldo Benedet	Wladimir Costa
Rose de Freitas	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSDB	
Dudimar Paxiuba vaga do PTB	Antonio Imbassahy
Luiz Fernando Machado	Bruno Araújo
Rodrigo de Castro vaga do PSB	Paulo Abi-ackel vaga do PMDB
Wandenkolk Gonçalves	Sergio Guerra
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PSD	
César Halum vaga do PT	Eliene Lima
Fernando Torres	Paulo Magalhães
Marcos Montes	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PP	
Dimas Fabiano	Aline Corrêa vaga do PSB
Eduardo da Fonte	José Otávio Germano
Gladson Cameli vaga do PDT	Luiz Fernando Faria
Guilherme Mussi vaga do PSD	Mário Negromonte vaga do PR
Luiz Argôlo	Missionário José Olimpio
Sandes Júnior vaga do PSDB	Nelson Meurer vaga do PRB
PR	
Aracely de Paula	Henrique Oliveira
Bernardo Santana de Vasconcellos	João Carlos Bacelar
José Rocha	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PSB	
Givaldo Carimbão	Antonio Balhmann
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
DEM	
Betinho Rosado	Marcio Junqueira
Davi Alcolumbre	Vitor Penido
PDT	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Salvador Zimbaldi
PTB	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Magda Mofatto
	Ronaldo Nogueira vaga do PSC
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jardim	Arnaldo Jordy
PSC	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PCdoB	
Osmar Júnior	Evandro Milhomen
PRB	
Cleber Verde	(Dep. do PP ocupa a vaga)
S.PART.	
	Jorge Boeira vaga do PSD

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 3216-6711 / 6713
FAX: 3216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Nelson Pellegrino (PT)
1º Vice-Presidente: Perpétua Almeida (PCdoB)
2º Vice-Presidente: Íris de Araújo (PMDB)
3º Vice-Presidente: Urzeni Rocha (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlos Zarattini	Benedita da Silva
Henrique Fontana	Cândido Vaccarezza
Janete Rocha Pietá	Devanir Ribeiro vaga do PSB
Josias Gomes	Dr. Rosinha
Marco Maia	Iara Bernardi
Nelson Pellegrino	José Genoíno
	Luiz Alberto
PMDB	
Elcione Barbalho	Edson Ezequiel
Íris de Araújo	Fabio Reis
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Geraldo Resende vaga do PP
(Dep. do PMN ocupa a vaga)	Lelo Coimbra vaga do PP
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Osvaldo Reis
	Pedro Novais
	Raul Henry
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame vaga do PMDB	Luiz Nishimori
Carlos Alberto Leréia	Nilson Pinto
Eduardo Azeredo vaga do PR	Rodrigo de Castro
Emanuel Fernandes	
Urzeni Rocha	
Walter Feldman vaga do PMDB	
PSD	
Átila Lins vaga do PR	Marcelo Aguiar
Dr. Luiz Fernando vaga do PSB	Raul Lima

Geraldo Thadeu	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
Hugo Napoleão	
Jefferson Campos	
PP	
Jair Bolsonaro	Renato Molling
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PR	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	Vicente Arruda
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSB	
Gonzaga Patriota	(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
DEM	
Claudio Cajado	Fábio Souto
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	Mendonça Filho
PDT	
Damião Feliciano	Vieira da Cunha
Sebastião Bala Rocha	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
PTB	
Nelson Marquezelli	Antonio Brito
	Arnon Bezerra vaga do PR
	Paes Landim vaga do PSB
Bloco PV, PPS	
Alfredo Sirkis vaga do PP	Arnaldo Jardim vaga do PSD
Almeida Lima vaga do DEM	Augusto Carvalho
Roberto de Lucena	
PSC	
Zequinha Marinho	Leonardo Gadelha
PCdoB	
Perpétua Almeida	João Ananias
PRB	
Márcio Marinho vaga do PP	Oliveira Filho
Vitor Paulo	
PSOL	
	Ivan Valente vaga do PDT
PMN	
Jaqueline Roriz vaga do PMDB	

Secretário(a): Edilson Holanda Silva
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125
Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737
FAX: 3216-6745

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Otavio Leite (PSDB)
1º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)
2º Vice-Presidente: Alessandro Molon (PT)
3º Vice-Presidente: Otoniel Lima (PRB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Amauri Teixeira
Assis do Couto	Edson Santos
Cândido Vaccarezza	Ricardo Berzoini
Dalva Figueiredo vaga do PMDB	
PMDB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Edio Lopes vaga do PSC
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Fabio Trad
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Osmar Terra
	Ronaldo Benedet
PSDB	
João Campos vaga do Bloco PV, PPS	Domingos Sávio
Otavio Leite	William Dib
Pinto Itamaraty vaga do PP	
(Dep. do PEN ocupa a vaga)	
PSD	
Guilherme Campos	Carlos Souza
Junji Abe	Moreira Mendes
PP	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Jair Bolsonaro
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PR	
Paulo Freire vaga do PMDB	Lincoln Portela
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	
PSB	
Keiko Ota	Givaldo Carimbão vaga do Bloco PV, PPS
	Gonzaga Patriota vaga do PDT
	Pastor Eurico
DEM	
Efraim Filho	Alexandre Leite
Major Fábio vaga do PMDB	Onyx Lorenzoni vaga do PP
PDT	
Enio Bacci	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PTB	
José Augusto Maia	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PSC	
Hugo Leal vaga do PP	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	
PCdoB	
Delegado Protógenes	Perpétua Almeida
PRB	
Otoniel Lima vaga do PSC	
PTdoB	
Lourival Mendes vaga do PR	
PEN	
Fernando Francischini vaga do PSDB	

Secretário(a): Ricardo Menezes Perpétuo
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
Telefones: 3216-6761 / 6762
FAX: 3216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Dr. Rosinha (PT)
1º Vice-Presidente: Geraldo Resende (PMDB)
2º Vice-Presidente: Antonio Brito (PTB)
3º Vice-Presidente: Rogério Carvalho (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Benedita da Silva	Amauri Teixeira
Dr. Rosinha	Assis Carvalho
Fernando Marroni	Erika Kokay
Nazareno Fonteles	Henrique Fontana
Padre João	Padre Ton
Rogério Carvalho	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PMDB	
André Zacharow	Danilo Forte
Colbert Martins vaga do PSB	Elcione Barbalho
Darcísio Perondi vaga do PR	Íris de Araújo
Geraldo Resende	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
Nilda Gondim	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Osmar Terra	
Saraiva Felipe	
PSDB	
Eduardo Barbosa	João Campos

Mara Gabrilli	Raimundo Gomes de Matos
Marcus Pestana	Walter Feldman
1 vaga	William Dib
PSD	
Dr. Paulo César	Geraldo Thadeu
Eleuses Paiva	Jefferson Campos
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	Silas Câmara
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PP	
José Linhares	Cida Borghetti (Licenciado)
Pedro Henry	Iracema Portella
Toninho Pinheiro	Luiz Argôlo
PR	
Francisco Floriano	Anderson Ferreira
(Dep. do PRP ocupa a vaga)	Gorete Pereira
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Liliam Sá vaga do PSD
	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PSB	
Alexandre Roso	Dr. Ubiali vaga do PT
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Pastor Eurico vaga do PMDB
	Paulo Foletto
	Sandra Rosado
DEM	
Lael Varella	Luiz de Deus
Mandetta	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PDT	
Dr. Jorge Silva	Paulo Rubem Santiago
Manato	Sueli Vidigal
PTB	
Antonio Brito	Arnaldo Faria de Sá
	Walney Rocha vaga do DEM
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto vaga do PSD	Henrique Afonso vaga do PMDB
Rosane Ferreira	Roberto de Lucena
PSC	
Lauriete	Pastor Marco Feliciano
PCdoB	
Jandira Feghali vaga do PSD	Jô Moraes
João Ananias	
PRB	
Jhonatan de Jesus	Vitor Paulo
PTdoB	
	Rosinha da Adefal vaga do PR
PRP	
Chico das Verduras vaga do PR	

Secretário(a): Rubens Gomes Carneiro Filho
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786
FAX: 3216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Roberto Santiago (PSD)
1º Vice-Presidente: Laercio Oliveira (PR)
2º Vice-Presidente: Armando Vergílio (PSD)
3º Vice-Presidente: Andreia Zito (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Eudes Xavier	Anselmo de Jesus
Policarpo	Dalva Figueiredo
Vicentinho	Francisco Chagas
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Marcon
PMDB	
Sandro Mabel	Darcísio Perondi
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Fátima Pelaes
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Leonardo Quintão
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Marllos Sampaio vaga do PSC
	1 vaga
PSDB	
Andreia Zito	Jutahy Junior
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PSD	
Armando Vergílio	Manoel Salviano
Roberto Santiago	Pedro Guerra
Walter Ihoshi	Sergio Zveiter
PP	
Luiz Fernando Faria	Roberto Balestra
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
PR	
Gorete Pereira	Vinicius Gurgel
Laercio Oliveira vaga do PMDB	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Luciano Castro	
PSB	
Isaias Silvestre	Alexandre Roso
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	(Dep. do PSL ocupa a vaga)
DEM	
Augusto Coutinho	João Bittar vaga do Bloco PV, PPS
Marcio Junqueira vaga do PSDB	Major Fábio
PDT	
Flávia Morais vaga do PSDB	André Figueiredo
Paulo Pereira da Silva	Paulo Rubem Santiago vaga do PSDB
	Sebastião Bala Rocha vaga do PR
PTB	
Jorge Corte Real vaga do Bloco PV, PPS	Alex Canziani vaga do PSDB
Jovair Arantes	Walney Rocha
Ronaldo Nogueira vaga do PMDB	
Sabino Castelo Branco vaga do PP	
Silvio Costa vaga do PMDB	
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PSC	
Erivelton Santana	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PCdoB	
Assis Melo	Alice Portugal
Daniel Almeida vaga do PT	Chico Lopes vaga do PP
PRB	
Vilalba vaga do PSB	
PSL	
	Dr. Grilo vaga do PSB

Secretário(a): José Mauro Meira Magalhães
Local: Anexo II, Sala T 50
Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807
FAX: 3216-6815

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Presidente: Valadares Filho (PSB)
1º Vice-Presidente: Abelardo Camarinha (PSB)
2º Vice-Presidente: Afonso Hamm (PP)
3º Vice-Presidente: Jô Moraes (PCdoB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
José Airton	Luci Choinacki
Paulão	Policarpo
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Vicente Candido
PMDB	
Asdrubal Bentes vaga do PR	Benjamin Maranhão
Fabio Reis	João Arruda vaga do PSDB
Francisco Escórcio	Renan Filho

Gera Arruda vaga do PSDB — Wilson Filho
Marllos Sampaio

PSDB

(Dep. do PTB ocupa a vaga) — (Dep. do PMDB ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — (Dep. do PR ocupa a vaga)

PSD

Danrlei de Deus Hinterholz — Hélio Santos
Pedro Guerra vaga do PP — Onofre Santo Agostini
(Dep. do PRB ocupa a vaga)

PP

Afonso Hamm — Renato Andrade
(Dep. do PSD ocupa a vaga) — Roberto Britto

PR

Tiririca — Anderson Ferreira
(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — José Rocha vaga do PSDB
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)

PSB

Abelardo Camarinha — Alexandre Roso vaga do DEM
Valadares Filho vaga do DEM — Jose Stédile vaga do Bloco PV, PPS
Júlio Delgado

DEM

(Dep. do PSB ocupa a vaga) — (Dep. do PSB ocupa a vaga)

PDT

André Figueiredo — Flávia Morais

PTB

Arnon Bezerra vaga do PSDB — 1 vaga
Magda Mofatto

Bloco PV, PPS

Rubens Bueno — (Dep. do PSB ocupa a vaga)

PSC

Carlos Eduardo Cadoca — Professor Sérgio de Oliveira
Deley vaga do PT

PCdoB

Jô Moraes — Delegado Protógenes

PRB

Acelino Popó vaga do PSD

PTdoB

Rosinha da Adefal vaga do PR

Secretário(a): Ana Katia Martins Bertholdo
Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo
Telefones: 3216-6837 / 6832 / 6833
FAX: 3216-6835

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Rodrigo Maia (DEM)
1º Vice-Presidente: Fábio Souto (DEM)
2º Vice-Presidente: Osvaldo Reis (PMDB)
3º Vice-Presidente: Jaime Martins (PR)

Titulares	Suplentes
PT	
Geraldo Simões	Cláudio Puty
Jesus Rodrigues	Domingos Dutra
Paulo Pimenta	José Airton
Zeca Dirceu	Ronaldo Zulke
Zezéu Ribeiro	Rubens Otoni
PMDB	
Edinho Araújo	Camilo Cola
Edson Ezequiel vaga do PMN	Edinho Bez
Hermes Parcianello vaga do PSB	Fernando Lopes
Leonardo Quintão	Mauro Mariani
Marinha Raupp vaga do PSDB	
Mauro Lopes vaga do PTB	
Newton Cardoso	
Osvaldo Reis	
Washington Reis vaga do PDT	
PSDB	
Vanderlei Macris	Carlos Alberto Leréia
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Carlos Roberto
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Cesar Colnago
PSD	
Diego Andrade	César Halum
Raul Lima	Ricardo Izar
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PP	
João Leão vaga do PSD	Luiz Argôlo
Lázaro Botelho	Renzo Braz vaga do PCdoB
Mário Negromonte	(Dep. do PRTB ocupa a vaga)
PR	
Jaime Martins	Aelton Freitas vaga do PHS
Lúcio Vale vaga do PRP	Paulo Freire
Milton Monti	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Wellington Fagundes vaga do PSDB	
Zoinho vaga do PHS	
PSB	
Jose Stédile	Beto Albuquerque
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Gonzaga Patriota vaga do PR
	Leopoldo Meyer
	Valtenir Pereira vaga do PTB
DEM	
Fábio Souto vaga do Bloco PV, PPS	Jorge Tadeu Mudalen vaga do PSD
Rodrigo Maia	Lael Varella
Ronaldo Caiado vaga do PCdoB	
PDT	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Giovanni Queiroz
PTB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Fábio Ramalho
PSC	
Hugo Leal	Zequinha Marinho
PCdoB	
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PRP	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PMN	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Dr. Carlos Alberto
PHS	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PTdoB	
	Lourival Mendes vaga do PRP
PRTB	
	Aureo vaga do PP

Secretário(a): Admar Pires dos Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175
Telefones: 3216-6853 A 6856
FAX: 3216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS E APRESENTAR PROPOSTAS COM RELAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 4378, DE 1998, DO SR. MILTON MENDES, QUE "REGULA AS RELAÇÕES JURÍDICAS ENTRE A AGROINDÚSTRIA E O PRODUTOR RURAL INTEGRADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Assis do Couto	Jesus Rodrigues
Bohn Gass	Marcon
Gabriel Guimarães	Rogério Carvalho
Pedro Uczai	1 vaga
PMDB	
Alceu Moreira	4 vagas
Antônio Andrade (Licenciado)	
Celso Maldaner	
Leandro Vilela	
Valdir Colatto vaga do DEM	
PSDB	
Reinaldo Azambuja	Alfredo Kaefer
Wandenkolk Gonçalves	Domingos Sávio
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	Luiz Nishimori
PP	
Luis Carlos Heinze	Dilceu Sperafico
Roberto Balestra	Jerônimo Goergen
DEM	
Abelardo Lupion	Efraim Filho
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos	2 vagas
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	
PSB	
Antonio Balhmann	2 vagas
Domingos Neto (Licenciado)	
PDT	
Zé Silva (Licenciado)	Giovani Cherini
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PTB	
Josué Bengtson	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	Nelson Padovani
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga
PSL	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Hélio Santos vaga do PSDB	
Homero Pereira vaga do PR	
Moreira Mendes vaga do Bloco PV, PPS	

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS, LEVANTAR AS PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO À TEMÁTICA ENVOLVENDO O APRIMORAMENTO DO ESTADO, DAS INSTITUIÇÕES E DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Presidente: Saraiva Felipe (PMDB)
1º Vice-Presidente: Leonardo Picciani (PMDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos (PSDB)
3º Vice-Presidente: José de Filippi (PT)
Relator: Rogério Carvalho (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Francisco Praciano	Afonso Florence
José de Filippi (Licenciado)	Assis do Couto
Paulo Teixeira	Márcio Macêdo
Rogério Carvalho	Nazareno Fonteles
PMDB	
Leonardo Picciani	Edinho Araújo
Luiz Pitiman	Fabio Trad
Osmar Serraglio	Marcelo Castro
Saraiva Felipe	Rogério Peninha Mendonça
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Alfredo Kaefer
João Campos	2 vagas
Luiz Carlos	
PP	
Beto Mansur	João Leão
Esperidião Amin	Paulo Maluf
DEM	
Mendonça Filho	2 vagas
Mendonça Prado	
PR	
Laercio Oliveira	2 vagas
1 vaga	
PSB	
Isaias Silvestre	Ariosto Holanda
Valadares Filho	1 vaga
PDT	
Paulo Rubem Santiago	1 vaga
Bloco PV, PPS	
Almeida Lima	1 vaga
PTB	
Paes Landim	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	Leonardo Gadelha
PCdoB	
João Ananias	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga
PTdoB	
Rosinha da Adefal	1 vaga
PSD	
2 vagas	2 vagas

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DISCUTIR O FINANCIAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA.

Presidente: Darcísio Perondi (PMDB)
1º Vice-Presidente: Mandetta (DEM)
2º Vice-Presidente: Marcus Pestana (PSDB)
3º Vice-Presidente: Dr. Paulo César (PSD)
Relator: Rogério Carvalho (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Amauri Teixeira
João Paulo Lima	Janete Rocha Pietá
Rogério Carvalho	Miriquinho Batista
PMDB	
Darcísio Perondi	Colbert Martins
Osmar Terra	Edinho Araújo
Saraiva Felipe	Geraldo Resende
PSDB	
Eduardo Barbosa	Cesar Colnago
Marcus Pestana	Raimundo Gomes de Matos
PSD	
Dr. Paulo César	César Halum

Eleuses Paiva	Geraldo Thadeu
PP	
Afonso Hamm	José Linhares
Toninho Pinheiro	Roberto Britto
PR	
Gorete Pereira	Laercio Oliveira
PSB	
Alexandre Roso	Sandra Rosado
Dr. Ubiali vaga do PRB	
DEM	
Mandetta	Ronaldo Caiado
PDT	
Sebastião Bala Rocha	Paulo Rubem Santiago
PTB	
Antonio Brito	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto	Rosane Ferreira
PSC	
Andre Moura	Zequinha Marinho
PCdoB	
João Ananias	Jandira Feghali
PRB	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Jhonatan de Jesus

Secretário(a): Eugênia S. Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6260
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A APLICAÇÃO DAS SEGUINTES LEIS DE ANISTIA: LEI Nº 8878/1994, QUE "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA"; LEI Nº 10.790/2003, QUE "CONCEDE ANISTIA A DIRIGENTES OU REPRESENTANTES SINDICAIS E TRABALHADORES PUNIDOS POR PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO"; LEI Nº 11.282/2006, QUE "ANISTIA OS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT PUNIDOS EM RAZÃO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO GREVISTA"; E LEI Nº 10.559/2002, QUE "REGULAMENTA O ARTIGO 8º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Chico Lopes (PCdoB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Erika Kokay	Devanir Ribeiro
Luiz Alberto	Edson Santos
Luiz Couto	Fátima Bezerra
Vicentinho	1 vaga
PMDB	
Fátima Pelaes	Edinho Bez
Marllos Sampaio	Mauro Benevides
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Andreia Zito	3 vagas
Otavio Leite	
Vanderlei Macris	
PP	
Sandes Júnior	Dilceu Sperafico
Vilson Covatti	Roberto Teixeira
DEM	
Alexandre Leite	2 vagas
Mendonça Prado	
PR	
Gorete Pereira	2 vagas
Zoinho	
PSB	
Sandra Rosado	2 vagas
1 vaga	
PDT	
Paulo Pereira da Silva	Giovani Cherini
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Arnon Bezerra
PSC	
Filipe Pereira (Licenciado)	Pastor Marco Feliciano
PCdoB	
Chico Lopes	Daniel Almeida
PRB	
Jhonatan de Jesus	Cleber Verde
PHS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Átila Lins vaga do PMDB	
Felipe Bornier vaga do PHS	

Secretário(a): Raquel Andrade
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DEBATER E PROPOR MODIFICAÇÕES À LEI 12.619, DE 30 DE ABRIL DE 2012, QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO DE MOTORISTA

Presidente: Nelson Marquezelli (PTB)
1º Vice-Presidente: Vanderlei Macris (PSDB)
2º Vice-Presidente: Vilson Covatti (PP)
3º Vice-Presidente: Hugo Leal (PSC)
Relator: Valdir Colatto (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Assis do Couto	Devanir Ribeiro
Rubens Otoni	Paulo Pimenta
Weliton Prado	Policarpo
Zeca Dirceu	1 vaga
PMDB	
Celso Maldaner	Alceu Moreira
Mauro Lopes	Darcísio Perondi
Osmar Serraglio	Lelo Coimbra
Valdir Colatto	Marcelo Almeida
PSDB	
Cesar Colnago	Domingos Sávio
Nilson Leitão	Otavio Leite
Vanderlei Macris	Raimundo Gomes de Matos
PP	
Carlos Magno	Lázaro Botelho
Vilson Covatti	Mário Negromonte
DEM	
Lira Maia	Davi Alcolumbre
Paulo Cesar Quartiero	Marcio Junqueira
PR	
Lúcio Vale	Luciano Castro
Wellington Fagundes	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
PSB	
Gonzaga Patriota	Paulo Foletto
Leopoldo Meyer	Valtenir Pereira

PDT	
João Dado	Ângelo Agnolin vaga do PSL
	Oziel Oliveira
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	Simplício Araújo
PTB	
Nelson Marquezelli	Alex Canziani
PSC	
Hugo Leal	Nelson Padovani
PCdoB	
Jô Moraes	Assis Melo
PRB	
Oliveira Filho	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSL	
Dr. Grilo	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PSD	
Junji Abe	Diego Andrade
Onofre Santo Agostini	Moreira Mendes
	Roberto Santiago vaga do PRB
PRP	
	Chico das Verduras vaga do PR

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXECUTIVA ENCARREGADA DE IMPLEMENTAR TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA SESSÃO DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Erika Kokay	
Miguel Corrêa	
Newton Lima	
PMDB	
Hugo Motta	
Wilson Filho	
PSDB	
Luiz Fernando Machado	
Mara Gabrilli	
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	
PSOL	
Jean Wyllys	

Secretário(a): Hérycka
Local: Prédio do CEFOR, Sala 27
Telefones: Ramal 67620

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 005-A, DE 2011, DO SR. NELSON MARQUEZELLI, QUE "ALTERA O INCISO XV DO ART. 48 E REVOGA OS INCISOS VII E VIII DO ART. 49 PARA ESTABELECER QUE OS SUBSÍDIOS DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MINISTROS DE ESTADO, SENADORES E DEPUTADOS FEDERAIS SÃO IDÊNTICOS AOS DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"

Presidente: Laercio Oliveira (PR)
1º Vice-Presidente: Gorete Pereira (PR)
2º Vice-Presidente: Weliton Prado (PT)
3º Vice-Presidente: Zequinha Marinho (PSC)
Relator: Mauro Lopes (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Josias Gomes	Zé Geraldo
Weliton Prado	3 vagas
2 vagas	
PMDB	
Arthur Oliveira Maia	Darcísio Perondi
Marcelo Castro	3 vagas
Mauro Lopes	
Wladimir Costa	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	3 vagas
João Campos	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	
PP	
Carlos Magno	Dilceu Sperafico
Roberto Balestra	José Otávio Germano
DEM	
Alexandre Leite	2 vagas
Augusto Coutinho	
PR	
Gorete Pereira	Aelton Freitas
Jorginho Mello vaga do PSDB	1 vaga
Laercio Oliveira	
PSB	
Abelardo Camarinha	Valtenir Pereira
Gonzaga Patriota	1 vaga
PDT	
João Dado	Damião Feliciano
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PTB	
Nelson Marquezelli	Josué Bengtson
PSC	
Zequinha Marinho	1 vaga
PCdoB	
Evandro Milhomen	Osmar Júnior
PRB	
Antonio Bulhões	1 vaga
PRTB	
Aureo	1 vaga
PSD	
José Carlos Araújo	Jefferson Campos
Moreira Mendes	Onofre Santo Agostini

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10-A, DE 2011, DO SR. LUIZ FERNANDO MACHADO, QUE "ALTERA OS ARTS. 28, 29 E 84 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA INSTITUIR A OBRIGATORIEDADE DE ELABORAÇÃO E CUMPRIMENTO DO PLANO DE METAS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, COM BASE NAS PROPOSTAS DA CAMPANHA ELEITORAL"

Presidente: Leonardo Quintão (PMDB)
1º Vice-Presidente: Raul Henry (PMDB)
2º Vice-Presidente: Cesar Colnago (PSDB)

3º Vice-Presidente: Wellington Fagundes (PR)
Relator: João Paulo Lima (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima	Iriny Lopes
Paulo Teixeira	3 vagas
Sibá Machado	
1 vaga	
PMDB	
José Priante	Edinho Bez
Leonardo Quintão	Geraldo Resende
Lucio Vieira Lima	Manoel Junior
Raul Henry	Sandro Mabel
PSDB	
Cesar Colnago	3 vagas
Izalci vaga do PR	
Luiz Fernando Machado	
Raimundo Gomes de Matos	
PP	
Esperidião Amin	Renato Molling
Paulo Maluf	Roberto Britto
DEM	
2 vagas	2 vagas
PR	
Wellington Fagundes	2 vagas
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSB	
Dr. Ubiali	2 vagas
Júlio Delgado	
PDT	
Marcos Medrado	Marcos Rogério
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	1 vaga
PTB	
1 vaga	1 vaga
PSC	
Leonardo Gadelha	1 vaga
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga
PSL	
Dr. Grilo	1 vaga
PSD	
Átila Lins	Junji Abe
Onofre Santo Agostini	1 vaga

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10-A, DE 1995, DO SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO, QUE "MODIFICA O ART. 45 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ACRESCENTA PARÁGRAFOS AO MESMO ARTIGO", CRIANDO O SISTEMA DISTRITAL MISTO

Presidente: Almeida Lima (PPS)
1º Vice-Presidente: Edinho Araújo (PMDB)
2º Vice-Presidente: William Dib (PSDB)
3º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (DEM)
Relator: Henrique Fontana (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Erika Kokay	Bohn Gass
Henrique Fontana	Fernando Ferro
João Paulo Lima	Luci Choinacki
José Guimarães	Luiz Alberto
Ricardo Berzoini	Sibá Machado
Rubens Otoni	Taumaturgo Lima
Waldenor Pereira	Vicente Candido
PMDB	
Alceu Moreira	Danilo Forte
Edinho Araújo	Eduardo Cunha
Mauro Benevides	Íris de Araújo
Newton Cardoso	Marcelo Castro
Professor Setimo	Raul Henry
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Alfredo Kaefer
Eduardo Azeredo	Bonifácio de Andrada
Marcus Pestana	2 vagas
William Dib	
PP	
Esperidião Amin	Jerônimo Goergen
José Otávio Germano	Roberto Balestra
Paulo Maluf	2 vagas
1 vaga	
DEM	
Augusto Coutinho	Felipe Maia
Efraim Filho	Mandetta
Pauderney Avelino (Licenciado)	Mendonça Filho
Ronaldo Caiado	Onyx Lorenzoni
PR	
Jaime Martins	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
Luciano Castro	2 vagas
Vicente Arruda	
PSB	
Luiza Erundina	Pastor Eurico
Valtenir Pereira	Valadares Filho
1 vaga	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PDT	
Miro Teixeira	Félix Mendonça Júnior
Reguffe	Sueli Vidigal
Bloco PV, PPS	
Alfredo Sirkis	Roberto Freire
Almeida Lima vaga do PMDB	Rosane Ferreira
Sandro Alex	
PTB	
Antonio Brito	Arnaldo Faria de Sá
Walney Rocha	Paes Landim
PSC	
Carlos Eduardo Cadoca	Edmar Arruda
PCdoB	
Daniel Almeida	Delegado Protógenes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Lourival Mendes	1 vaga
PSD	
	Felipe Bornier vaga do PR
	Jefferson Campos vaga do PSB

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE

1999, DO SR. POMPEO DE MATTOS, QUE "DETERMINA A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS E CRÉDITO EDUCATIVO PARA O ENSINO MÉDIO E SUPERIOR AOS ESTUDANTES CARENTES EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS, ACRESCENTANDO INCISO VIII AO ART. 208 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"

Presidente: Alex Canziani (PTB)
1º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Nilda Gondim (PMDB)
Relator: Jorginho Mello (PR)

Titulares	Suplentes
PT	
Amauri Teixeira	Sibá Machado
Fernando Marroni	3 vagas
Márcio Macêdo	
Zeca Dirceu	
PMDB	
Marllos Sampaio	Francisco Escórcio
Nilda Gondim	Raul Henry
Rogério Peninha Mendonça	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Eduardo Barbosa	3 vagas
Izalci vaga do PR	
Nilson Leitão	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	
PP	
Jerônimo Goergen	Roberto Teixeira
José Linhares	Waldir Maranhão
DEM	
Efraim Filho	João Bittar
Professora Dorinha Seabra Rezende	1 vaga
PR	
Jorginho Mello vaga do PSDB	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
Paulo Freire	1 vaga
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSB	
Sandra Rosado	2 vagas
1 vaga	
PDT	
Marcos Rogério	Paulo Rubem Santiago
Bloco PV, PPS	
Antônio Roberto	1 vaga
PTB	
Alex Canziani	Paes Landim
PSC	
Costa Ferreira	Andre Moura
PCdoB	
João Ananias	1 vaga
PRB	
Cleber Verde	Jhonatan de Jesus
PSOL	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Carlos Souza	Eleuses Paiva
César Halum	Raul Lima
PRP	
	Chico das Verduras vaga do PR

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55-A, DE 2011, DO SR. HUGO MOTTA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 8º DO ART. 144, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISCIPLINAR A CARREIRA DOS AGENTES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELO POLICIAMENTO DE TRÂNSITO, EM ÂMBITO MUNICIPAL"

Presidente: Valtenir Pereira (PSB)
1º Vice-Presidente: Paulão (PT)
2º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
Relator: Efraim Filho (DEM)

Titulares	Suplentes
PT	
Afonso Florence	Amauri Teixeira
Paulão	Erika Kokay
Policarpo	Luiz Couto
Weliton Prado	Nelson Pellegrino
PMDB	
Arthur Oliveira Maia	Fabio Reis
Benjamin Maranhão	Luiz Pitiman
Hugo Motta vaga do PR	Manoel Junior
Leonardo Quintão	Rogério Peninha Mendonça
Nilda Gondim	
PSDB	
Izalci	Raimundo Gomes de Matos
João Campos	2 vagas
Wandenkolk Gonçalves	
PP	
Dilceu Sperafico	Jair Bolsonaro
Toninho Pinheiro	José Otávio Germano
DEM	
Efraim Filho	Major Fábio
Mendonça Prado	1 vaga
PR	
Lincoln Portela	Maurício Quintella Lessa
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMN ocupa a vaga)
PSB	
Gonzaga Patriota	2 vagas
Valtenir Pereira	
PDT	
Enio Bacci	Paulo Pereira da Silva
Bloco PV, PPS	
Simplício Araújo	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	José Augusto Maia
PSC	
1 vaga	Leonardo Gadelha
PCdoB	
Delegado Protógenes	Chico Lopes
PRB	
Márcio Marinho	Acelino Popó
PSL	
Dr. Grilo	1 vaga
PSD	
Fernando Torres	Ademir Camilo
Geraldo Thadeu	Edson Pimenta
PMN	
	Dr. Carlos Alberto vaga do PR

Secretário(a): Ruthier de Souza
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

CONSTITUIÇÃO Nº 70-A, DE 2011, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O PROCEDIMENTO DE APRECIAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS PELO CONGRESSO NACIONAL"

Presidente: Leonardo Picciani (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Odair Cunha (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Luiz Sérgio	Alessandro Molon
Odair Cunha	Assis Carvalho
Ricardo Berzoini	Dalva Figueiredo
PMDB	
Colbert Martins	3 vagas
João Arruda	
Leonardo Picciani	
PSDB	
Cesar Colnago	Bonifácio de Andrada
Marcus Pestana	1 vaga
PSD	
Dr. Luiz Fernando	Armando Vergílio
Junji Abe	Moreira Mendes
PP	
Esperidião Amin	João Pizzolatti
Roberto Britto	Nelson Meurer
PR	
(Dep. do PSL ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
Márcio França	Glauber Braga
DEM	
Mendonça Prado	Onyx Lorenzoni
PDT	
Miro Teixeira	Marcos Rogério
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Alex Canziani
Bloco PV, PPS	
Roberto de Lucena	1 vaga
PSC	
Hugo Leal	Leonardo Gadelha
PCdoB	
Osmar Júnior	Daniel Almeida
PHS	
José Humberto	1 vaga
PSL	
Dr. Grilo vaga do PR	

Secretário(a): Eugênia Kimie Suda Camacho Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90-A, DE 2011, DA SRA LUIZA ERUNDINA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA INTRODUZIR O TRANSPORTE COMO DIREITO SOCIAL"

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Marroni	Francisco Chagas
Janete Rocha Pietá	Paulão
Nilmário Miranda	Ronaldo Zulke
PMDB	
Alceu Moreira	Osvaldo Reis
Marçal Filho	2 vagas
Nilda Gondim	
PSDB	
Eduardo Barbosa	2 vagas
Mara Gabrilli	
PSD	
Armando Vergílio	Diego Andrade
Silas Câmara	1 vaga
PP	
Mário Negromonte	Lázaro Botelho
Renzo Braz	Roberto Britto
PR	
Henrique Oliveira	1 vaga
PSB	
Luiza Erundina	Dr. Ubiali
DEM	
Mendonça Filho	Rodrigo Maia
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Oziel Oliveira
PTB	
Walney Rocha	Nelson Marquezelli
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto	Rosane Ferreira
PSC	
Costa Ferreira	Deley
PCdoB	
Perpétua Almeida	1 vaga
PRB	
Vilalba	1 vaga

Secretário(a): -
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-62
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111-A, DE 2011, DA SRA. DALVA FIGUEIREDO, QUE "ALTERA O ART. 31 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Luiz Carlos (PSDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Luciano Castro (PR)

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro	Francisco Praciano
Dalva Figueiredo	Jesus Rodrigues
Padre Ton	Miriquinho Batista
Zé Geraldo	Sibá Machado
PMDB	
Fátima Pelaes	Edio Lopes
Flaviano Melo	Marinha Raupp
Natan Donadon	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Luiz Carlos	3 vagas
Reinaldo Azambuja	
(Dep. do PEN ocupa a vaga)	
PP	

Carlos Magno	Lázaro Botelho
Gladson Cameli	Rebecca Garcia (Licenciado)
DEM	
Davi Alcolumbre	Lira Maia
Paulo Cesar Quartiero	Pauderney Avelino (Licenciado)
PR	
Luciano Castro	2 vagas
Vinicius Gurgel	
PSB	
Janete Capiberibe	2 vagas
Valtenir Pereira	
PDT	
Sebastião Bala Rocha	Marcos Rogério
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho	1 vaga
PTB	
Josué Bengtson	Sabino Castelo Branco
PSC	
Zequinha Marinho	1 vaga
PCdoB	
Evandro Milhomen	1 vaga
PRB	
Jhonatan de Jesus	Cleber Verde
PMN	
Jaqueline Roriz	1 vaga
PSD	
Raul Lima	Moreira Mendes
1 vaga	1 vaga
PEN	
Berinho Bantim (Licenciado) vaga do PSDB	

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 147-A, DE 2012, DO SR. AMAURI TEIXEIRA, QUE "FIXA PARÂMETROS PARA A REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO E DO GRAU OU NÍVEL MÁXIMO DA CARREIRA DOS SERVIDORES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL"

Presidente: José Mentor (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Mauro Benevides (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Luiz Couto
Amauri Teixeira	Nelson Pellegrino
Décio Lima	Paulão
José Mentor	Vicente Candido
1 vaga	1 vaga
PMDB	
Manoel Junior	Marçal Filho
Mauro Benevides	Rogério Peninha Mendonça
Osmar Serraglio	2 vagas
Wilson Filho	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Andreia Zito
Reinaldo Azambuja	Otavio Leite
1 vaga	1 vaga
PSD	
Felipe Bornier	Armando Vergílio
2 vagas	Júlio Cesar
	Moreira Mendes
PP	
Jerônimo Goergen	Luiz Fernando Faria
Roberto Balestra	Toninho Pinheiro
PR	
Gorete Pereira	Bernardo Santana de Vasconcellos
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Lincoln Portela
PSB	
Valadares Filho	2 vagas
Valtenir Pereira	
DEM	
Davi Alcolumbre	Eli Correa Filho
1 vaga	1 vaga
PDT	
Vieira da Cunha	João Dado
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Antonio Brito
Bloco PV, PPS	
Augusto Carvalho	1 vaga
PSC	
Antônia Lúcia	Costa Ferreira
PCdoB	
Chico Lopes	1 vaga
PRB	
Cleber Verde	1 vaga
PSOL	
Chico Alencar	1 vaga
PTdoB	
Lourival Mendes vaga do PR	

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 196-A, DE 2012, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O § 2° DO ART. 55 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ESTABELECER QUE A PERDA DE MANDATO SERÁ DECIDIDA POR VOTO ABERTO NOS CASOS QUE ESPECIFICA"

Presidente: Sibá Machado (PT)
1º Vice-Presidente: Alessandro Molon (PT)
2º Vice-Presidente: Antonio Imbassahy (PSDB)
3º Vice-Presidente: Ivan Valente (PSOL)
Relator: Vanderlei Macris (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Amauri Teixeira
Iara Bernardi	Márcio Macêdo
Sibá Machado	1 vaga
PMDB	
Eduardo Cunha	3 vagas
Manoel Junior	
Marcelo Castro	
PSDB	
Antonio Imbassahy	2 vagas
Vanderlei Macris	
PSD	
Onofre Santo Agostini	Armando Vergílio

Sergio Zveiter	Arolde de Oliveira
PP	
Arthur Lira	2 vagas
Roberto Britto	
PR	
Lincoln Portela	1 vaga
PSB	
Júlio Delgado	Márcio França
DEM	
Luiz de Deus	Felipe Maia
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Marcos Rogério
PTB	
Jovair Arantes	1 vaga
Bloco PV, PPS	
Antônio Roberto	Sandro Alex
PSC	
Deley	Professor Sérgio de Oliveira
PCdoB	
Alice Portugal	1 vaga
PEN	
Ivan Valente	1 vaga

Secretário(a): Raquel Andrade De Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 197-A, DE 2012, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O § 2º DO ART. 155 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA MODIFICAR A SISTEMÁTICA DE COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO INCIDENTE SOBRE AS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES REALIZADAS DE FORMA NÃO PRESENCIAL E QUE DESTINEM BENS E SERVIÇOS A CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM OUTRO ESTADO"

Presidente: Lucio Vieira Lima (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Márcio Macêdo (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Assis Carvalho	Domingos Dutra
Márcio Macêdo	Geraldo Simões
Miriquinho Batista	Marina Santanna
Sibá Machado	Valmir Assunção
PMDB	
Alceu Moreira	Alberto Filho
Genecias Noronha	Hugo Motta
Lucio Vieira Lima	2 vagas
Manoel Junior	
PSDB	
Dudimar Paxiuba	3 vagas
Emanuel Fernandes	
1 vaga	
PP	
Beto Mansur	Dilceu Sperafico
Missionário José Olimpio	Roberto Teixeira
DEM	
Efraim Filho	2 vagas
Eli Correa Filho	
PR	
Jaime Martins	João Maia
Laercio Oliveira	1 vaga
PSB	
Antonio Balhmann	2 vagas
Fernando Coelho Filho	
PDT	
Paulo Rubem Santiago	João Dado
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jardim	1 vaga
PTB	
Jorge Corte Real	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Zequinha Marinho	Hugo Leal
PCdoB	
Osmar Júnior	Delegado Protógenes
PRB	
Antonio Bulhões	1 vaga
PSOL	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Guilherme Campos	Arolde de Oliveira
Júlio Cesar	1 vaga

Secretário(a): Claúdia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 209-A, DE 2012, DA SRª ROSE DE FREITAS, DO SR. LUIZ PITIMAN E OUTROS, QUE "INSERE O § 1º AO ART. 105, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E RENUMERA O PARÁGRAFO ÚNICO" (PARA ATRIBUIR REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE AO RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ)

Presidente: Paes Landim (PTB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Sandro Mabel (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Gabriel Guimarães	3 vagas
Marina Santanna	
Policarpo	
PMDB	
Luiz Pitiman	Fátima Pelaes
Rose de Freitas	Hugo Motta
Sandro Mabel	Wilson Filho
PSDB	
Bonifácio de Andrada	2 vagas
Luiz Carlos	
PSD	
Armando Vergílio	Moreira Mendes
Hugo Napoleão	1 vaga
PP	
Dilceu Sperafico	Beto Mansur
Renato Andrade	Sandes Júnior
PR	
Dr. Adilson Soares	Lincoln Portela
PSB	
Jose Stédile	Keiko Ota
DEM	
Mendonça Prado	Mendonça Filho
PDT	

Miro Teixeira	Marcos Rogério
PTB	
Paes Landim	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	1 vaga
PSC	
Andre Moura	Nelson Padovani
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRP	
Chico das Verduras	Jânio Natal

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 247-A DE 2013, DO SR. ALESSANDRO MOLON, QUE "ALTERA O CAPÍTULO IV, DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, DO TÍTULO IV, DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES, E ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (PROPÕE A FIXAÇÃO DE UM PRAZO DE OITO ANOS, PARA QUE A UNIÃO, OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL SE ORGANIZEM PARA PODER CONTAR COM DEFENSORES PÚBLICOS EM TODAS AS UNIDADES JURISDICIONAIS)

Presidente: Andre Moura (PSC)
1º Vice-Presidente: Nilmário Miranda (PT)
2º Vice-Presidente: Bonifácio de Andrada (PSDB)
3º Vice-Presidente: Jô Moraes (PCdoB)
Relator: Amauri Teixeira (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Amauri Teixeira	Alessandro Molon
Luiz Couto	Erika Kokay
Nilmário Miranda	1 vaga
PMDB	
Fabio Trad	Wilson Filho
Manoel Junior	2 vagas
Mauro Benevides	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Mara Gabrilli
Luiz Carlos	1 vaga
PSD	
Sergio Zveiter	Onofre Santo Agostini
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Pedro Guerra
PP	
Cida Borghetti (Licenciado)	Dilceu Sperafico
Vilson Covatti	Roberto Britto
PR	
Liliam Sá vaga do PSD	Bernardo Santana de Vasconcellos
Lincoln Portela	
PSB	
Paulo Foletto	Glauber Braga
DEM	
Alexandre Leite	1 vaga
PDT	
Miro Teixeira	Vieira da Cunha
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Paes Landim
Bloco PV, PPS	
Simplício Araújo	1 vaga
PSC	
Andre Moura	Antônia Lúcia
PCdoB	
Jô Moraes	Chico Lopes
PMN	
Francisco Tenório	1 vaga

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 339-A, DE 2009, DO SR. VICENTINHO, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 39 E DO § 1º DO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL " (ASSEGURA O DIREITO AO ADICIONAL NOTURNO AOS POLICIAIS MILITARES, BOMBEIROS MILITARES E AOS INTEGRANTES DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA)

Presidente: Lincoln Portela (PR)
1º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
2º Vice-Presidente: Izalci (PSDB)
3º Vice-Presidente: Marllos Sampaio (PMDB)
Relator: Manoel Junior (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
João Paulo Lima	Dalva Figueiredo
Luci Choinacki	Erika Kokay
Miriquinho Batista	Luiz Couto
Vicentinho	Taumaturgo Lima
PMDB	
Alberto Filho	Mauro Lopes
Manoel Junior	Ronaldo Benedet
Marllos Sampaio	2 vagas
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
PSDB	
Andreia Zito	3 vagas
Izalci	
João Campos	
PP	
Jair Bolsonaro	Vilson Covatti
José Otávio Germano	1 vaga
DEM	
Abelardo Lupion	2 vagas
Efraim Filho	
PR	
Lincoln Portela	Bernardo Santana de Vasconcellos
Zoinho	Liliam Sá vaga do PSD
	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
PSB	
Gonzaga Patriota	Givaldo Carimbão
Paulo Foletto	Keiko Ota
PDT	
1 vaga	Zé Silva (Licenciado)
Bloco PV, PPS	
Simplício Araújo	Rosane Ferreira
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Paes Landim
PSC	
Andre Moura	Leonardo Gadelha
Hugo Leal Vaga do PMDB	
PCdoB	
João Ananias	Perpétua Almeida
PRB	
Otoniel Lima	Antonio Bulhões
PSOL	

1 vaga	1 vaga
PSD	
Átila Lins	Raul Lima
Carlos Souza	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PRP	
	Chico das Verduras vaga do PR

Secretário(a): Valdivino Tolentino
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 368, DE 2009, DO SR. CARLOS BEZERRA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 42 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, AMPLIANDO O PRAZO EM QUE A UNIÃO DEVERÁ DESTINAR ÀS REGIÕES CENTRO-OESTE E NORDESTE PERCENTUAIS MÍNIMOS DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO"

Presidente: Flávia Morais (PDT)
1º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (DEM)
2º Vice-Presidente: Reinaldo Azambuja (PSDB)
3º Vice-Presidente: Afonso Hamm (PP)
Relator: Assis Carvalho (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Amauri Teixeira	Erika Kokay
Assis Carvalho	Jesus Rodrigues
Fernando Ferro	Policarpo
Vander Loubet	Rubens Otoni
PMDB	
Alberto Filho	Fabio Trad
Carlos Bezerra	Pedro Chaves
Leandro Vilela	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Nilson Leitão	3 vagas
Reinaldo Azambuja	
1 vaga	
PP	
Afonso Hamm	Roberto Britto
Roberto Balestra	Toninho Pinheiro
DEM	
Augusto Coutinho	Abelardo Lupion
Ronaldo Caiado	Efraim Filho
PR	
Laercio Oliveira	Bernardo Santana de Vasconcellos
Wellington Fagundes	1 vaga
PSB	
Valtenir Pereira	2 vagas
1 vaga	
PDT	
Flávia Morais	Oziel Oliveira
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PTB	
Magda Mofatto	Arnon Bezerra
PSC	
Leonardo Gadelha	1 vaga
PCdoB	
João Ananias	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga
PTC	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Homero Pereira	Ademir Camilo
Júlio Cesar	Heuler Cruvinel

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 405-A, DE 2009, DO SR. CLEBER VERDE, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO § 8º DO ART. 195 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ASSEGURAR AO GARIMPEIRO E AO PEQUENO MINERADOR O DIREITO À APOSENTADORIA"

Presidente: Wandenkolk Gonçalves (PSDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: George Hilton (PRB)
3º Vice-Presidente: Antônia Lúcia (PSC)
Relator: Marçal Filho (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Dalva Figueiredo	Domingos Dutra
Miriquinho Batista	Jesus Rodrigues
Odair Cunha	Josias Gomes
1 vaga	1 vaga
PMDB	
Edio Lopes	Alberto Filho
Flaviano Melo	Elcione Barbalho
Marçal Filho	Pedro Chaves
Sandro Mabel	1 vaga
PSDB	
João Campos	Carlos Alberto Leréia
Wandenkolk Gonçalves	2 vagas
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	
PP	
Sandes Júnior	Aline Corrêa
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	Lázaro Botelho
DEM	
Paulo Cesar Quartiero	Efraim Filho
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PR	
Laercio Oliveira	2 vagas
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	
PSB	
Janete Capiberibe	2 vagas
1 vaga	
PDT	
Sebastião Bala Rocha	Flávia Morais
Bloco PV, PPS	
1 vaga	Sarney Filho
PTB	
Nilton Capixaba	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Antônia Lúcia	Zequinha Marinho
PCdoB	
Evandro Milhomen	1 vaga
PRB	
George Hilton	Cleber Verde
PMN	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Hélio Santos vaga do PSDB	
Raul Lima vaga do PP	
Silas Câmara vaga do DEM	
PTdoB	

Lourival Mendes vaga do PR

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (061) 3216- 6201
FAX: (061) 3216- 6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 443-A, DE 2009, DO SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA, ESTABELECENDO QUE "O SUBSÍDIO DO GRAU OU NÍVEL MÁXIMO DAS CARREIRAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, DAS PROCURADORIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL CORRESPONDERÁ A NOVENTA INTEIROS E VINTE E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO DO SUBSÍDIO MENSAL, FIXADO PARA OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E OS SUBSÍDIOS DOS DEMAIS INTEGRANTES DAS RESPECTIVAS CATEGORIAS DA ESTRUTURA DA ADVOCACIA PÚBLICA SERÃO FIXADOS EM LEI E ESCALONADOS, NÃO PODENDO A DIFERENÇA ENTRE UM E OUTRO SER SUPERIOR A DEZ POR CENTRO OU INFERIOR A CINCO POR CENTO, NEM EXCEDER A NOVENTA INTEIROS E VINTE E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO DO SUBSÍDIO MENSAL FIXADO PARA OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, OBEDECIDO, EM QUALQUER CASO, O DISPOSTO NOS ARTIGOS 37, XI, E 39, § 4º"

Presidente: José Mentor (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Mauro Benevides (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	Luiz Couto
Amauri Teixeira	Nelson Pellegrino
Décio Lima	Vicente Candido
José Mentor	1 vaga
PMDB	
Manoel Junior	Marçal Filho
Mauro Benevides	Rogério Peninha Mendonça
Osmar Serraglio	2 vagas
Wilson Filho	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Andreia Zito
Otavio Leite	2 vagas
Reinaldo Azambuja	
PP	
Dilceu Sperafico	Roberto Balestra
Jerônimo Goergen	Vilson Covatti
DEM	
Davi Alcolumbre	Mendonça Prado
Eli Correa Filho	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PR	
Gorete Pereira	Bernardo Santana de Vasconcellos
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Lincoln Portela
PSB	
Valadares Filho	2 vagas
Valtenir Pereira	
PDT	
Vieira da Cunha	João Dado
Bloco PV, PPS	
1 vaga	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Antonio Brito
PSC	
Antônia Lúcia	1 vaga
PCdoB	
Jô Moraes	Chico Lopes
PRB	
Cleber Verde	1 vaga
PHS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Felipe Bornier vaga do PHS	Júlio Cesar vaga do DEM
	Moreira Mendes vaga do Bloco PV, PPS
PTdoB	
Lourival Mendes vaga do PR	

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 454-A, DE 2009, DO SR. RONALDO CAIADO, QUE "ALTERA O TÍTULO VIII, CAPÍTULO II, SEÇÃO II - DA SAÚDE -, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988" (ESTABELECENDO DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA ÚNICA DE MÉDICO DE ESTADO)

Presidente: Saraiva Felipe (PMDB)
1º Vice-Presidente: Geraldo Resende (PMDB)
2º Vice-Presidente: Cesar Colnago (PSDB)
3º Vice-Presidente: Mandetta (DEM)
Relator: Eleuses Paiva (PSD)

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha	Henrique Fontana
Erika Kokay	Nazareno Fonteles
Policarpo	2 vagas
Rogério Carvalho	
PMDB	
Darcísio Perondi	Colbert Martins
Geraldo Resende	Lelo Coimbra
Osmar Terra	Marcelo Castro
Saraiva Felipe	1 vaga
PSDB	
Cesar Colnago	Raimundo Gomes de Matos
Marcus Pestana	2 vagas
William Dib	
PP	
José Linhares	Roberto Balestra
Roberto Britto	Toninho Pinheiro
DEM	
Mandetta	Lael Varella
Ronaldo Caiado	Mendonça Prado
PR	
Gorete Pereira	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
Henrique Oliveira	(Dep. do PSL ocupa a vaga)
PSB	
Alexandre Roso	2 vagas
Dr. Ubiali	
PDT	
Sebastião Bala Rocha	Dr. Jorge Silva
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	1 vaga
PTB	
Antonio Brito	1 vaga

PSC	
1 vaga	Andre Moura
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRB	
Jhonatan de Jesus	1 vaga
PTdoB	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Eleuses Paiva	Ademir Camilo
Marcos Montes	Armando Vergílio vaga do PR
	Dr. Paulo César
PSL	
	Dr. Grilo vaga do PR

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 479-A, DE 2010, DO SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA, QUE "ACRESCENTA O INCISO LXXIX AO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA INCLUIR O ACESSO À INTERNET EM ALTA VELOCIDADE ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO"

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Josias Gomes
Amauri Teixeira	Rogério Carvalho
Bohn Gass	Sibá Machado
Devanir Ribeiro	Taumaturgo Lima
PMDB	
João Arruda	Wilson Filho
Marçal Filho	3 vagas
Rogério Peninha Mendonça	
Wladimir Costa	
PSDB	
Antonio Imbassahy	3 vagas
Izalci vaga do PR	
Luiz Carlos	
Ruy Carneiro	
PP	
Beto Mansur	Missionário José Olimpio
Sandes Júnior	1 vaga
DEM	
Eli Correa Filho	2 vagas
Júlio Campos	
PR	
José Rocha	2 vagas
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSB	
Ariosto Holanda	Gonzaga Patriota
Edson Silva	1 vaga
PDT	
Miro Teixeira	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	1 vaga
PTB	
Walney Rocha	Sabino Castelo Branco
PSC	
Leonardo Gadelha	Zequinha Marinho
PCdoB	
Evandro Milhomen	1 vaga
PRB	
Antonio Bulhões	1 vaga
PRTB	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Arolde de Oliveira	Carlos Souza
César Halum	Eliene Lima

Secretário(a): Robson Luiz Fialho Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-62
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 506-A, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS (ADCT), PARA DISPOR SOBRE A PRORROGAÇÃO DOS BENEFICIOS PARA A ZONA FRANCA DE MANAUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (PRORROGA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2029)

Presidente: Edio Lopes (PMDB)
1º Vice-Presidente: Francisco Praciano (PT)
2º Vice-Presidente: Asdrubal Bentes (PMDB)
3º Vice-Presidente: Urzeni Rocha (PSDB)
Relator: Átila Lins (PSD)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Cláudio Puty	4 vagas
Francisco Praciano	
Padre Ton	
Sibá Machado	
PMDB	
Asdrubal Bentes	4 vagas
Edio Lopes	
Fátima Pelaes	
Marinha Raupp	
PSDB	
Luiz Carlos	3 vagas
Plínio Valério	
Urzeni Rocha	
PP	
Gladson Cameli	Carlos Magno
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	Lázaro Botelho
DEM	
Davi Alcolumbre	Marcio Junqueira
Lira Maia	1 vaga
PR	
Henrique Oliveira	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
Janete Capiberibe	2 vagas
Valtenir Pereira	
PDT	
Sebastião Bala Rocha	Giovanni Queiroz
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho	1 vaga
PTB	
Sabino Castelo Branco	Josué Bengtson
PSC	
Leonardo Gadelha	1 vaga
PCdoB	
Evandro Milhomen	1 vaga

PRB	
Cleber Verde	1 vaga
PRP	
1 vaga	Chico das Verduras vaga do PR
	1 vaga
PSD	
Átila Lins	Moreira Mendes
Carlos Souza	1 vaga
Dr. Luiz Fernando vaga do PP	
Silas Câmara vaga do PR	

Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 565-A, DE 2006, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA OS ARTS. 57, 165, 166, E ACRESCENTA ART. 165-A, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TORNANDO DE EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA A PROGRAMAÇÃO CONSTANTE DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL"

Presidente: Pedro Eugênio (PT)
1º Vice-Presidente: Alessandro Molon (PT)
2º Vice-Presidente: Luiz Fernando Machado (PSDB)
3º Vice-Presidente: Felipe Maia (DEM)
Relator: Edio Lopes (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Paulo Ferreira
Pedro Eugênio	Paulo Pimenta
Ricardo Berzoini	Zeca Dirceu
PMDB	
Colbert Martins	Arthur Oliveira Maia
Edio Lopes	Danilo Forte
Pedro Novais	João Arruda
PSDB	
Andreia Zito	Domingos Sávio
Luiz Fernando Machado	William Dib
PSD	
Arolde de Oliveira	João Lyra
Moreira Mendes	Sérgio Brito
PP	
Esperidião Amin	Dilceu Sperafico
Nelson Meurer	João Leão
PR	
João Maia	Anthony Garotinho
	Lincoln Portela vaga do PRB
PSB	
Valtenir Pereira	Leopoldo Meyer
DEM	
Felipe Maia	Efraim Filho
PDT	
Giovanni Queiroz	Paulo Rubem Santiago
PTB	
Nilton Capixaba	Alex Canziani
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	Sandro Alex
PSC	
Leonardo Gadelha	Antônia Lúcia
PCdoB	
Osmar Júnior	Daniel Almeida
PRB	
Cleber Verde	(Dep. do PR ocupa a vaga)

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2011, DO SR. WELINTON PRADO, QUE "DISPÕE SOBRE O REGIME DE APROVEITAMENTO DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS, COM EXCEÇÃO DOS MINÉRIOS NUCLEARES, PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS E DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS SUBMETIDAS AO REGIME DE LICENCIAMENTO DE QUE TRATA O INCISO III DO ART. 2º DO DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967"

Presidente: Gabriel Guimarães (PT)
1º Vice-Presidente: Marcos Montes (PSD)
2º Vice-Presidente: Rodrigo de Castro (PSDB)
3º Vice-Presidente: Aracely de Paula (PR)
Relator: Leonardo Quintão (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Beto Faro	Francisco Chagas
Fernando Ferro	Iriny Lopes
Gabriel Guimarães	Luiz Sérgio
Luiz Alberto	Padre João
Ronaldo Zulke	Weliton Prado
PMDB	
Colbert Martins	Edio Lopes
José Priante	Fátima Pelaes
Leonardo Quintão	João Magalhães
Rose de Freitas	Júnior Coimbra
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSDB	
Duarte Nogueira	Cesar Colnago
Rodrigo de Castro	Eduardo Azeredo vaga do PRB
Sergio Guerra	Nilson Leitão
	Paulo Abi-ackel vaga do PMDB
	Wandenkolk Gonçalves
PSD	
Eduardo Sciarra	César Halum
Guilherme Campos	Geraldo Thadeu
Marcos Montes	Júlio Cesar
PP	
Carlos Magno	José Otávio Germano
Luiz Argôlo	Nelson Meurer
Luiz Fernando Faria	Renato Andrade
PR	
Aracely de Paula	Gorete Pereira
Bernardo Santana de Vasconcellos	Jaime Martins
João Carlos Bacelar vaga do PMDB	
PSB	
Antonio Balhmann	Ariosto Holanda
Paulo Foletto	Leopoldo Meyer
DEM	
Fábio Souto	Lira Maia
Vitor Penido	Marcio Junqueira
PDT	
Mário Heringer	Salvador Zimbaldi
PTB	
Silvio Costa	Magda Mofatto
Bloco PV, PPS	
Fábio Ramalho	Arnaldo Jardim
PSC	
Andre Moura	Hugo Leal
PCdoB	

Osmar Júnior	Evandro Milhomen
PRB	
Cleber Verde	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSOL	
Chico Alencar	Ivan Valente

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 323, DE 2007, DO SR. BRIZOLA NETO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9478, DE 06 DE AGOSTO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL, AS ATIVIDADES RELATIVAS AO MONOPÓLIO DO PETRÓLEO, INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA E A AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE ROYALTIES DO PETRÓLEO)

Presidente: Carlos Zarattini (PT)
1º Vice-Presidente: Leonardo Picciani (PMDB)
2º Vice-Presidente: Antonio Imbassahy (PSDB)
3º Vice-Presidente: Alex Canziani (PTB)
Relator: André Figueiredo (PDT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon vaga do PRTB	Artur Bruno
Carlos Zarattini	Fátima Bezerra
Newton Lima	Leonardo Monteiro
Waldenor Pereira	
PMDB	
Leonardo Picciani	Alceu Moreira
Marcelo Almeida	Lelo Coimbra
Marcelo Castro	Rose de Freitas
PSDB	
Antonio Imbassahy	2 vagas
Cesar Colnago	
PSD	
Edson Pimenta	Onofre Santo Agostini
Eduardo Sciarra	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PP	
Nelson Meurer	Mário Negromonte
Waldir Maranhão	Sandes Júnior
PR	
Anthony Garotinho	Liliam Sá vaga do PSD
	Paulo Feijó
PSB	
Glauber Braga	Sandra Rosado
DEM	
Ronaldo Caiado	Mandetta
PDT	
André Figueiredo	Paulo Rubem Santiago
PTB	
Alex Canziani	José Augusto Maia
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho	Humberto Souto
PSC	
Professor Sérgio de Oliveira	Deley
PCdoB	
Osmar Júnior	1 vaga
PRTB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Aureo

Secretário(a): Cláudia Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1572, DE 2011, DO SR. VICENTE CANDIDO, QUE "INSTITUI O CÓDIGO COMERCIAL"

Presidente: Arthur Oliveira Maia (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Junji Abe (PSD)
3º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB)
Relator Substituto: Laercio Oliveira (PR)
Relator-Geral: Paes Landim (PTB)
Relator-Parcial: Jerônimo Goergen (PP)
Relator-Parcial: Marcos Montes (PSD)
Relator-Parcial: Antonio Balhmann (PSB)
Relator-Parcial: Décio Lima (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Décio Lima	Alessandro Molon
Gabriel Guimarães	Francisco Chagas
Vanderlei Siraque	2 vagas
Vicente Candido	
PMDB	
Arthur Oliveira Maia	Genecias Noronha
Eduardo Cunha	João Magalhães
Pedro Novais	José Priante
1 vaga	Lucio Vieira Lima
PSDB	
Jutahy Junior	Alfredo Kaefer
Raimundo Gomes de Matos	Cesar Colnago
Reinaldo Azambuja	Nelson Marchezan Junior
PP	
Jerônimo Goergen	Renzo Braz
Renato Molling	Roberto Teixeira
DEM	
Eli Correa Filho	Efraim Filho
Rodrigo Maia	1 vaga
PR	
Jaime Martins	2 vagas
Laercio Oliveira	
PSB	
Antonio Balhmann	2 vagas
Severino Ninho	
PDT	
André Figueiredo	Ângelo Agnolin
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PTB	
Paes Landim	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Hugo Leal	Filipe Pereira (Licenciado)
PCdoB	
Daniel Almeida	1 vaga
PRB	
Antonio Bulhões	1 vaga
PRTB	
Aureo	1 vaga
PSD	
Junji Abe	Guilherme Campos
Marcos Montes	Moreira Mendes

Secretário(a): Mária de Fátima de Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6204
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1610, DE 1996, DO SENADO FEDERAL, QUE "DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERAIS EM TERRAS INDÍGENAS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 176, PARÁGRAFO PRIMEIRO, E 231, PARÁGRAFO TERCEIRO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"

Presidente: Padre Ton (PT)
1º Vice-Presidente: Fernando Ferro (PT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB)
Relator: Edio Lopes (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	Amauri Teixeira
Miriquinho Batista	João Paulo Lima
Padre Ton	Nazareno Fonteles
Valmir Assunção	Taumaturgo Lima
PMDB	
Asdrubal Bentes	Eduardo Cunha
Edio Lopes	João Magalhães vaga do PR
Natan Donadon	Marinha Raupp
(Dep. do PRP ocupa a vaga)	Valdir Colatto (Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSDB	
Nilson Leitão	Bruno Araújo
(Dep. do PEN ocupa a vaga)	Reinaldo Azambuja
1 vaga	Rodrigo de Castro
PP	
Carlos Magno	José Otávio Germano
Vilson Covatti	1 vaga
DEM	
Davi Alcolumbre	2 vagas
Paulo Cesar Quartiero	
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos	Laercio Oliveira
Luciano Castro	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSB	
Janete Capiberibe	2 vagas
1 vaga	
PDT	
Giovanni Queiroz	Oziel Oliveira
Bloco PV, PPS	
Penna	Arnaldo Jordy
PTB	
Nilton Capixaba	1 vaga
PSC	
Filipe Pereira (Licenciado)	Nelson Padovani
PCdoB	
Perpétua Almeida	1 vaga
PRB	
Cleber Verde	1 vaga
PSOL	
Chico Alencar	1 vaga
PSD	
	Moreira Mendes vaga do PMDB
PRP	
Chico das Verduras vaga do PMDB	
PEN	
Berinho Bantim (Licenciado) vaga do PSDB	

Secretário(a): José Maria de Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2.177, DE 2011, DO SR. BRUNO ARAÚJO, QUE "INSTITUI O CÓDIGO NACIONAL DE CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO"

Presidente: Gabriel Chalita (PMDB)
1º Vice-Presidente: Izalci (PSDB)
2º Vice-Presidente: Eliene Lima (PSD)
3º Vice-Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
Relator: Sibá Machado (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Edson Santos	Iara Bernardi
Jorge Bittar	Iriny Lopes
Newton Lima	Margarida Salomão
Sibá Machado	Vanderlei Siraque
	Zezéu Ribeiro vaga do PSB
PMDB	
Gabriel Chalita	Celso Jacob
Lelo Coimbra	Mauro Benevides
Professor Setimo	Osmar Serraglio
Raul Henry	Saraiva Felipe
PSDB	
Bruno Araújo	3 vagas
Eduardo Azeredo	
Izalci	
PP	
Beto Mansur	Jerônimo Goergen
Esperidião Amin	Roberto Teixeira
DEM	
Júlio Campos	Efraim Filho
Mandetta	Eli Correa Filho
PR	
Francisco Floriano	José Rocha
1 vaga	Milton Monti
PSB	
Ariosto Holanda	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Paulo Foletto	1 vaga
PDT	
Miro Teixeira	Salvador Zimbaldi
Bloco PV, PPS	
Simplício Araújo	1 vaga
PTB	
Alex Canziani	Ronaldo Nogueira
PSC	
Leonardo Gadelha	Zequinha Marinho
PCdoB	
Luciana Santos	Jandira Feghali
PRB	
Oliveira Filho	1 vaga
PMN	
Dr. Carlos Alberto	1 vaga
PSD	
Eliene Lima	Júlio Cesar
Walter Ihoshi	1 vaga

Secretário(a): Eveline Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3460, DE 2004, DO SR. WALTER FELDMAN, QUE "INSTITUI DIRETRIZES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE PLANEJAMENTO REGIONAL URBANO, CRIA O SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO E

INFORMAÇÕES REGIONAIS URBANAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (ESTATUTO DA METRÓPOLE)

Presidente: Mauro Mariani (PMDB)
1º Vice-Presidente: William Dib (PSDB)
2º Vice-Presidente: Heuler Cruvinel (PSD)
3º Vice-Presidente: Rosane Ferreira (PV)
Relator: Zezéu Ribeiro (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Cláudio Puty	Amauri Teixeira
Edson Santos	Carlos Zarattini
Rogério Carvalho	Iriny Lopes
Zezéu Ribeiro	1 vaga
PMDB	
Flaviano Melo	Adrian
Íris de Araújo	Hugo Motta
João Arruda	2 vagas
Leonardo Quintão vaga do PR	
Mauro Mariani	
PSDB	
Otavio Leite	Bruno Araújo
Walter Feldman	Duarte Nogueira
William Dib	1 vaga
PP	
Rebecca Garcia (Licenciado)	Roberto Teixeira
Roberto Britto	1 vaga
DEM	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	Professora Dorinha Seabra Rezende
1 vaga	1 vaga
PR	
Jaime Martins	João Carlos Bacelar
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
Domingos Neto (Licenciado)	2 vagas
Leopoldo Meyer	
PDT	
Félix Mendonça Júnior	Weverton Rocha
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	1 vaga
PTB	
José Chaves	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Andre Moura	Edmar Arruda
PCdoB	
Manuela D'ávila	Luciana Santos
PRB	
Vilalba	Márcio Marinho
PTdoB	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Eduardo Sciarra	Edson Pimenta
Heuler Cruvinel vaga do DEM	Ricardo Izar
Júlio Cesar	

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3555-A, DE 2004, DO SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO, QUE "ESTABELECE NORMAS GERAIS EM CONTRATOS DE SEGURO PRIVADO E REVOGA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO CIVIL, DO CÓDIGO COMERCIAL BRASILEIRO E DO DECRETO-LEI Nº 73 DE 1966" (REVOGA DISPOSITIVOS DAS LEIS NºS 556, DE 1850 E 10.406, DE 2002)

Presidente: Edinho Bez (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)
3º Vice-Presidente: Hugo Leal (PSC)
Relator: Armando Vergílio (PSD)

Titulares	Suplentes
PT	
Décio Lima	4 vagas
José Mentor	
Luiz Sérgio	
Vicente Candido	
PMDB	
Darcísio Perondi	Eduardo Cunha
Edinho Araújo vaga do PMN	Júnior Coimbra
Edinho Bez	Lucio Vieira Lima
João Arruda	Ronaldo Benedet
Osmar Serraglio	Sandro Mabel vaga do PR
PSDB	
Bruno Araújo	Duarte Nogueira
Eduardo Azeredo	Otavio Leite
Sergio Guerra	1 vaga
PP	
Beto Mansur	Carlos Magno
Cida Borghetti (Licenciado)	Esperidião Amin
DEM	
2 vagas	Mendonça Prado
	1 vaga
PR	
João Carlos Bacelar	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
José Rocha	1 vaga
Luciano Castro vaga do PRB	
PSB	
Beto Albuquerque	2 vagas
Valadares Filho	
PDT	
Marcos Rogério	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno	Roberto de Lucena
PTB	
Antonio Brito	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Hugo Leal	1 vaga
PCdoB	
Daniel Almeida	Delegado Protógenes
PRB	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	1 vaga
PMN	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Armando Vergílio	José Carlos Araújo
Moreira Mendes	Marcos Montes

Secretário(a): Eugênia S. Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6260
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5332, DE 2009, DA SRA. ELCIONE BARBALHO, QUE "CRIA O 'PÃO BRASILEIRO', A SER PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO ADICIONADA DE FARINHA DE MANDIOCA REFINADA, DE FARINHA DE RASPA DE MANDIOCA OU DE FÉCULA DE

MANDIOCA, ADQUIRIDOS PELO PODER PÚBLICO, E ESTABELECE REGIME TRIBUTÁRIO ESPECIAL PARA A FARINHA DE TRIGO MISTURADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Lira Maia (DEM)
1º Vice-Presidente: Domingos Sávio (PSDB)
2º Vice-Presidente: Jesus Rodrigues (PT)
3º Vice-Presidente: Gorete Pereira (PR)
Relator: Nilda Gondim (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Josias Gomes
Jesus Rodrigues	Leonardo Monteiro
Nazareno Fonteles	Sibá Machado
Vicente Candido	Taumaturgo Lima
PMDB	
Camilo Cola	Alexandre Santos
Elcione Barbalho	3 vagas
Nilda Gondim	
1 vaga	
PSDB	
Andreia Zito	3 vagas
Domingos Sávio	
Reinaldo Azambuja	
PP	
Dilceu Sperafico	Carlos Magno
1 vaga	Luis Carlos Heinze
DEM	
Lira Maia	Mandetta
1 vaga	1 vaga
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos	(Dep. do PHS ocupa a vaga)
Gorete Pereira	1 vaga
PSB	
Dr. Ubiali	2 vagas
Janete Capiberibe	
PDT	
Sebastião Bala Rocha	1 vaga
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	1 vaga
PSC	
Leonardo Gadelha	1 vaga
PCdoB	
Daniel Almeida	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga
PMN	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Moreira Mendes vaga do Bloco PV, PPS	César Halum
2 vagas	1 vaga
PHS	
	José Humberto vaga do PR

Secretário(a): Jose Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5.403, DE 2001, DO SENADO FEDERAL, QUE "DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES DA INTERNET E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: João Arruda (PMDB)
1º Vice-Presidente: Manoel Junior (PMDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Luiza Erundina (PSB)
Relator: Alessandro Molon (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	Newton Lima
Nazareno Fonteles	Rogério Carvalho
Paulo Pimenta	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Paulo Teixeira	1 vaga
PMDB	
João Arruda	Flaviano Melo
Manoel Junior	Newton Cardoso vaga do PT
Marçal Filho	Osmar Serraglio
Rogério Peninha Mendonça	Ronaldo Benedet
	1 vaga
PSDB	
Antonio Imbassahy	João Campos
Eduardo Azeredo	Walter Feldman
Izalci vaga do PR	1 vaga
Vanderlei Macris	
PP	
Beto Mansur	Dimas Fabiano
Sandes Júnior	Missionário José Olimpio
DEM	
Eli Correa Filho	2 vagas
1 vaga	
PR	
José Rocha	Lincoln Portela
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
Ariosto Holanda	Domingos Neto (Licenciado)
Luiza Erundina	1 vaga
PDT	
Miro Teixeira	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	1 vaga
PTB	
Alex Canziani	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Andre Moura	1 vaga
PCdoB	
Manuela D'ávila	Jandira Feghali
PRB	
Cleber Verde	1 vaga
PSOL	
Jean Wyllys	1 vaga
PSD	
Eleuses Paiva	Ricardo Izar
Jefferson Campos	1 vaga

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5627, DE 2013, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA O DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946, O DECRETO-LEI Nº 2.398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987, A LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998, DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E A REMISSÃO DE DÍVIDAS PATRIMONIAIS COM A UNIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
1º Vice-Presidente: Edson Santos (PT)
2º Vice-Presidente: Andreia Zito (PSDB)
3º Vice-Presidente: Arnaldo Jordy (PPS)
Relator: José Chaves (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Edson Santos	Cláudio Puty
Iriny Lopes	Odair Cunha
João Paulo Lima	Paulo Teixeira
PMDB	
Alceu Moreira	Leonardo Picciani
Elcione Barbalho	Mauro Mariani
Lelo Coimbra	Raul Henry
PSDB	
Andreia Zito	(Dep. do PR ocupa a vaga)
Cesar Colnago	1 vaga
PSD	
Onofre Santo Agostini	2 vagas
1 vaga	
PP	
João Pizzolatti	Carlos Magno
Renato Molling	Luis Carlos Heinze
PR	
João Maia	Laercio Oliveira vaga do PSDB
Wellington Roberto vaga do PMN	(Dep. do PRTB ocupa a vaga)
PSB	
Antonio Balhmann	Leopoldo Meyer
DEM	
Augusto Coutinho	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PDT	
Weverton Rocha	André Figueiredo
PTB	
José Chaves	Arnaldo Faria de Sá vaga do DEM
	Walney Rocha
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	1 vaga
PSC	
Hugo Leal	1 vaga
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PMN	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	1 vaga
PRTB	
	Aureo vaga do PR

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6025, DE 2005, AO PROJETO DE LEI Nº 8046, DE 2010, AMBOS DO SENADO FEDERAL, E OUTROS, QUE TRATAM DO "CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL" (REVOGAM A LEI Nº 5.869, DE 1973)

Presidente: Fabio Trad (PMDB)
1º Vice-Presidente: Miro Teixeira (PDT)
2º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PR)
3º Vice-Presidente:
Relator-Geral: Paulo Teixeira (PT)
Relator-Parcial: Efraim Filho (DEM)
Relator-Parcial: Jerônimo Goergen (PP)
Relator-Parcial: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
Relator-Parcial: Bonifácio de Andrada (PSDB)
Relator-Parcial: Hugo Leal (PSC)

Titulares	Suplentes
PT	
Padre João	Assis do Couto
Paulo Teixeira	Francisco Praciano
Ricardo Berzoini	Odair Cunha
Vanderlei Siraque	Vicente Candido
PMDB	
Arthur Oliveira Maia	Benjamin Maranhão
Eduardo Cunha	Danilo Forte
Fabio Trad	Júnior Coimbra
Marçal Filho	Sandro Mabel vaga do PR
	1 vaga
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Alfredo Kaefer
Luiz Carlos	Nelson Marchezan Junior
Reinaldo Azambuja	Paulo Abi-ackel
PP	
Esperidião Amin	Roberto Teixeira
Jerônimo Goergen	Vilson Covatti
DEM	
Efraim Filho	Abelardo Lupion
Felipe Maia	Augusto Coutinho
PR	
Ronaldo Fonseca	Anthony Garotinho
Vicente Arruda	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSB	
Severino Ninho	Edson Silva
Valtenir Pereira	Gonzaga Patriota
PDT	
Miro Teixeira	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PTB	
Paes Landim	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Hugo Leal	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PCdoB	
Delegado Protógenes	(Dep. do PSL ocupa a vaga)
PRB	
Antonio Bulhões	Márcio Marinho
PHS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	José Humberto
PSD	
Arolde de Oliveira vaga do PHS	Moreira Mendes vaga do Bloco PV, PPS
	Onofre Santo Agostini vaga do PSC
PSL	
	Dr. Grilo vaga do PCdoB

Secretário(a): Cláudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6826, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CÍVIL DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: João Arruda (PMDB)
1º Vice-Presidente: Alberto Filho (PMDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Fernando Machado (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Carlos Zarattini (PT)

Titulares	Suplentes

PT	
Carlos Zarattini	Alessandro Molon
Francisco Praciano	Erika Kokay
Gabriel Guimarães	Luiz Couto
Henrique Fontana	Paulo Pimenta
PMDB	
Alberto Filho	Eduardo Cunha
João Arruda	Marçal Filho
Osmar Serraglio	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Carlos Sampaio	Cesar Colnago
Luiz Fernando Machado	João Campos
1 vaga	1 vaga
PP	
Renato Molling	Roberto Teixeira
Vilson Covatti	Sandes Júnior
DEM	
Mendonça Filho	Alexandre Leite
Onyx Lorenzoni	1 vaga
PR	
Laercio Oliveira	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Liliam Sá	1 vaga
PSB	
Alexandre Roso	2 vagas
Leopoldo Meyer	
PDT	
André Figueiredo	Giovani Cherini
	Paulo Rubem Santiago vaga do PR
Bloco PV, PPS	
1 vaga	Arnaldo Jordy
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	1 vaga
PSC	
Edmar Arruda	Andre Moura
PCdoB	
Delegado Protógenes	1 vaga
PRB	
Cleber Verde	1 vaga
PTC	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7123, DE 2010, DO SR. ASSIS DO COUTO, QUE "INSTITUI A ESTRADA-PARQUE CAMINHO DO COLONO, NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU"

Presidente: Eduardo Sciarra (PSD)
1º Vice-Presidente: Alfredo Kaefer (PSDB)
2º Vice-Presidente: Dilceu Sperafico (PP)
3º Vice-Presidente:
Relator: Nelson Padovani (PSC)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Assis do Couto	Marcon
Beto Faro	Pedro Uczai
Luci Choinacki	Zeca Dirceu
1 vaga	1 vaga
PMDB	
Giroto (Licenciado) vaga do PR	Odílio Balbinotti
Hermes Parcianello	Valdir Colatto
João Arruda	2 vagas
Osmar Serraglio	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	
PSDB	
Alfredo Kaefer	3 vagas
Luiz Nishimori	
1 vaga	
PP	
Dilceu Sperafico	Cida Borghetti (Licenciado)
Nelson Meurer	Sandes Júnior
DEM	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PR	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PSB	
Leopoldo Meyer	2 vagas
1 vaga	
PDT	
Oziel Oliveira	Giovani Cherini
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno	Rosane Ferreira
PTB	
Alex Canziani	Ronaldo Nogueira
PSC	
Nelson Padovani	Andre Moura vaga do PR
	1 vaga
PCdoB	
Evandro Milhomen	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga
PRTB	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Eduardo Sciarra vaga do DEM	
Onofre Santo Agostini vaga do PMDB	

Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7197, DE 2002, DO SENADO FEDERAL, QUE "ACRESCENTA §§ AOS ARTS. 104 E 105 DA LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA PERMITIR A APLICAÇÃO DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS AOS INFRATORES QUE ATINGIREM A MAIORIDADE PENAL"

Presidente: Vieira da Cunha (PDT)
1º Vice-Presidente: Gabriel Chalita (PMDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Rosane Ferreira (PV)
Relator: Carlos Sampaio (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Erika Kokay	Iara Bernardi
Iriny Lopes	Padre João
Nilmário Miranda	1 vaga
PMDB	
Gabriel Chalita	Manoel Junior
João Arruda	Ronaldo Benedet
Marcelo Castro	1 vaga
PSDB	
Carlos Sampaio	Andreia Zito

Pinto Itamaraty	Domingos Sávio
PSD	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Junji Abe
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Onofre Santo Agostini
PP	
Aline Corrêa	Renato Andrade
Guilherme Mussi vaga do PSD	Toninho Pinheiro
Jair Bolsonaro	
PR	
Liliam Sá vaga do PSD	Jorginho Mello
Ronaldo Fonseca	
PSB	
Luiza Erundina	Abelardo Camarinha
DEM	
Onyx Lorenzoni	Efraim Filho
PDT	
Vieira da Cunha	Paulo Rubem Santiago
PTB	
Nelson Marquezelli	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	Carmen Zanotto
PSC	
Antônia Lúcia	Andre Moura
PCdoB	
Alice Portugal	1 vaga
PRP	
Chico das Verduras	(Dep. do PEN ocupa a vaga)
PEN	
	Fernando Francischini vaga do PRP

Secretário(a): Mário Dráusio
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7420, DE 2006, DA SRA. PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA, QUE "DISPÕE SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A RESPONSABILIDADE DOS GESTORES PÚBLICOS NA SUA PROMOÇÃO"

Presidente: Waldenor Pereira (PT)
1º Vice-Presidente: Paulo Rubem Santiago (PDT)
2º Vice-Presidente: Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)
3º Vice-Presidente:
Relator: Raul Henry (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fátima Bezerra vaga do PTC	Angelo Vanhoni vaga do PMDB
João Paulo Lima	Artur Bruno
Leonardo Monteiro	Dalva Figueiredo
Newton Lima	Fernando Ferro vaga do PR
Sibá Machado vaga do PRB	Margarida Salomão
Waldenor Pereira	Miriquinho Batista
PMDB	
Gabriel Chalita	Lelo Coimbra
Raul Henry	Renan Filho
2 vagas	(Dep. do PT ocupa a vaga)
	1 vaga
PSDB	
Eduardo Barbosa	Mara Gabrilli
Izalci vaga do PR	Nelson Marchezan Junior
Nilson Leitão	1 vaga
(Dep. do PR ocupa a vaga)	
PP	
Esperidião Amin	Aline Corrêa
José Linhares	Cida Borghetti (Licenciado)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	Efraim Filho
1 vaga	João Bittar
PR	
Jorginho Mello vaga do PSDB	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Paulo Freire	(Dep. do PHS ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSB	
Glauber Braga	Jose Stédile
Leopoldo Meyer	Severino Ninho
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Weverton Rocha
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	1 vaga
PTB	
Alex Canziani	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	Andre Moura
PCdoB	
Alice Portugal	Jandira Feghali
PRB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	1 vaga
PTC	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	1 vaga
PHS	
	José Humberto vaga do PR

Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7495, DE 2006, DO SENADO FEDERAL, QUE "REGULAMENTA OS §§ 4º E 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO, DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE PESSOAL AMPARADO PELO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (CRIA 5.365 EMPREGOS PÚBLICOS DE AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, NO ÂMBITO DO QUADRO SUPLEMENTAR DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DA FUNASA)

Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB)
1º Vice-Presidente: Osmar Terra (PMDB)
2º Vice-Presidente: Valtenir Pereira (PSB)
3º Vice-Presidente: Raimundo Gomes de Matos (PSDB)
Relator: Domingos Dutra (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Domingos Dutra	Alessandro Molon
Josias Gomes	Amauri Teixeira vaga do PMDB
Padre Ton	Fátima Bezerra vaga do PR
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Miriquinho Batista
	Vicentinho
	1 vaga
PMDB	
Benjamin Maranhão	Alberto Filho
Geraldo Resende	André Zacharow
Osmar Terra	Leandro Vilela
Pedro Chaves	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PSDB	
João Campos	Andreia Zito
Raimundo Gomes de Matos	Antonio Imbassahy
1 vaga	Vaz de Lima
PP	

Aline Corrêa	José Linhares
Roberto Britto	Toninho Pinheiro
DEM	
Efraim Filho	Fábio Souto
Mendonça Prado	Mandetta
PR	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	Liliam Sá
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PSB	
Valtenir Pereira	Domingos Neto (Licenciado)
1 vaga	1 vaga
PDT	
Ângelo Agnolin vaga do PT	Dr. Jorge Silva
Flávia Morais	
Bloco PV, PPS	
1 vaga	Rosane Ferreira
PTB	
Ronaldo Nogueira	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Carlos Eduardo Cadoca	Andre Moura
PCdoB	
Jô Moraes	Alice Portugal
PRB	
1 vaga	1 vaga
PRP	
Jânio Natal	1 vaga
PSD	
Dr. Paulo César vaga do PR	
Felipe Bornier vaga do PR	

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7663, DE 2010, DO SR. OSMAR TERRA, QUE "ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS À LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, PARA TRATAR DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS , DISPOR SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA CLASSIFICAÇÃO DAS DROGAS, INTRODUZIR CIRCUNSTÂNCIAS QUALIFICADORAS DOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 33 A 37, DEFINIR AS CONDIÇÕES DE ATENÇÃO AOS USUÁRIOS OU DEPENDENTES DE DROGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Dr. Jorge Silva (PDT)
1º Vice-Presidente: Reginaldo Lopes (PT)
2º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
3º Vice-Presidente: Antônia Lúcia (PSC)
Relator: Givaldo Carimbão (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Artur Bruno	Nelson Pellegrino
Luiz Couto	3 vagas
Paulo Pimenta	
Reginaldo Lopes	
PMDB	
Marçal Filho	Darcísio Perondi
Osmar Terra	Fabio Trad
Rodrigo Bethlem (Licenciado)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Wilson Filho	1 vaga
PSDB	
Cesar Colnago	Andreia Zito
João Campos	Eduardo Barbosa
William Dib	Mara Gabrilli
PP	
Afonso Hamm	Aline Corrêa
Iracema Portella	José Linhares
DEM	
Mendonça Prado	Mandetta
Professora Dorinha Seabra Rezende	1 vaga
PR	
Anderson Ferreira	Jaime Martins
(Dep. do PRTB ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PSB	
Givaldo Carimbão	Domingos Neto (Licenciado)
Pastor Eurico	Sandra Rosado
PDT	
Dr. Jorge Silva	Flávia Morais
	Sueli Vidigal vaga do PMDB
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	Carmen Zanotto
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Ronaldo Nogueira
PSC	
Antônia Lúcia	Andre Moura
	Pastor Marco Feliciano vaga do PR
PCdoB	
João Ananias	1 vaga
PRB	
1 vaga	Otoniel Lima
PRP	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Dr. Paulo César	Eleuses Paiva
Marcelo Aguiar	Jefferson Campos
PRTB	
Aureo vaga do PR	

Secretário(a): Cláudio Ribeiro Paz
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6287
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7672, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PARA ESTABELECER O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SEREM EDUCADOS E CUIDADOS SEM O USO DE CASTIGOS CORPORAIS OU DE TRATAMENTO CRUEL OU DEGRADANTE"

Presidente: Erika Kokay (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)
3º Vice-Presidente: Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Fátima Bezerra
Erika Kokay	3 vagas
Luiz Couto	
Reginaldo Lopes	
PMDB	
Fátima Pelaes	Gastão Vieira (Licenciado)
Osmar Terra	3 vagas
2 vagas	
PSDB	
Andreia Zito	3 vagas
Eduardo Barbosa	

(Dep. do PR ocupa a vaga)

PP

Aline Corrêa — Iracema Portella
Cida Borghetti (Licenciado) — Rebecca Garcia (Licenciado)

DEM

Efraim Filho — 2 vagas
Professora Dorinha Seabra Rezende

PR

Jorginho Mello vaga do PSDB — 2 vagas
Liliam Sá
Paulo Freire

PSB

Sandra Rosado — Domingos Neto (Licenciado)
(Dep. S.PART. ocupa a vaga) — Jose Stédile

PDT

Sueli Vidigal — Flávia Morais

Bloco PV, PPS

1 vaga — Antônio Roberto

PTB

Josué Bengtson — 1 vaga

PSC

Pastor Marco Feliciano — Professor Sérgio de Oliveira

PCdoB

Alice Portugal — 1 vaga

PRB

Vitor Paulo — Antonio Bulhões

PTdoB

Rosinha da Adefal — 1 vaga

S.PART.

Romário vaga do PSB

Secretário(a): Saulo Augusto Pereira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6276
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 237, DE 2012, DO SR. PEDRO EUGÊNIO, QUE "ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006" (ALTERA O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE; A LEI Nº 5.889, DE 1973; A LEI Nº 8.212, DE 1991; LEI Nº 8.213, DE 1991; LEI Nº 11.101, DE 2005)

Presidente: Armando Vergílio (PSD)
1º Vice-Presidente: Washington Reis (PMDB)
2º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
3º Vice-Presidente: Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB)
Relator: Cláudio Puty (PT)

Titulares — **Suplentes**

PT

Carlos Zarattini — Nazareno Fonteles
Cláudio Puty — Ronaldo Zulke
Pedro Eugênio — Sibá Machado

PMDB

Leonardo Quintão — (Dep. do PTB ocupa a vaga)
Washington Reis — 2 vagas
(Dep. do PR ocupa a vaga)

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame — Alfredo Kaefer
Otavio Leite — 1 vaga

PSD

Armando Vergílio — Marcos Montes
Guilherme Campos — Onofre Santo Agostini

PP

Afonso Hamm — João Leão
Renato Molling — João Pizzolatti

PR

Jorginho Mello vaga do PMDB — 1 vaga
Laercio Oliveira

PSB

Beto Albuquerque — Júlio Delgado

DEM

Efraim Filho — 1 vaga

PDT

Ângelo Agnolin — André Figueiredo

PTB

Jorge Corte Real — Arnaldo Faria de Sá vaga do PMDB
Walney Rocha

Bloco PV, PPS

Simplício Araújo — 1 vaga

PSC

Andre Moura — Edmar Arruda

PCdoB

1 vaga — 1 vaga

PTdoB

Luis Tibé — 1 vaga

Secretário(a): Ruthier de Sousa
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO À REFORMA DO CÓDIGO PENAL

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares — **Suplentes**

PT

Alessandro Molon — Gabriel Guimarães
Luiz Alberto — Iriny Lopes
Vanderlei Siraque — Ricardo Berzoini

PMDB

Arthur Oliveira Maia — Edio Lopes
Fabio Trad — Leonardo Picciani
Osmar Serraglio — Professor Setimo

PSDB

João Campos — 2 vagas
(Dep. do PEN ocupa a vaga)

PSD

Marcos Montes — Arolde de Oliveira
(Dep. do PP ocupa a vaga) — (Dep. do PR ocupa a vaga)

PP

Esperidião Amin — Renato Andrade
Guilherme Mussi vaga do PSD — Vilson Covatti
Jerônimo Goergen

PR

Ronaldo Fonseca — Liliam Sá vaga do PSD
Lincoln Portela
Luciano Castro vaga do PSOL

PSB

Keiko Ota — Márcio França

DEM

Efraim Filho — Onyx Lorenzoni

PDT

Vieira da Cunha — Marcos Rogério

PTB

Arnaldo Faria de Sá — Paes Landim

Bloco PV, PPS

Roberto Freire	Rosane Ferreira
PSC	
Hugo Leal	Costa Ferreira
PCdoB	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSOL	
Jean Wyllys	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PEN	
Fernando Francischini vaga do PSDB	

Secretário(a): -
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-62
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO À REFORMA POLÍTICA.

Presidente: Almeida Lima (PPS)
1º Vice-Presidente: Edinho Araújo (PMDB)
2º Vice-Presidente: William Dib (PSDB)
3º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (DEM)
Relator: Henrique Fontana (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Erika Kokay	Bohn Gass
Henrique Fontana	Dalva Figueiredo
João Paulo Lima	Fernando Ferro
José Guimarães	Luci Choinacki
Ricardo Berzoini	Luiz Alberto
Rubens Otoni	Sibá Machado
Waldenor Pereira	Vicente Candido
PMDB	
Alceu Moreira	Danilo Forte
Edinho Araújo	Eduardo Cunha
Mauro Benevides	Íris de Araújo
Newton Cardoso	Marcelo Castro
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	Professor Setimo
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Raul Henry
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Alfredo Kaefer
Eduardo Azeredo	Bonifácio de Andrada
Marcus Pestana	2 vagas
William Dib	
PP	
Esperidião Amin	Roberto Balestra
José Otávio Germano	3 vagas
Paulo Maluf	
1 vaga	
DEM	
Augusto Coutinho	Felipe Maia
Efraim Filho	Mendonça Filho
Pauderney Avelino (Licenciado)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
Ronaldo Caiado	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PR	
Luciano Castro	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
Ronaldo Fonseca	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
Vicente Arruda	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PSB	
Luiza Erundina	Pastor Eurico
Valtenir Pereira	Valadares Filho
1 vaga	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PDT	
Miro Teixeira	Félix Mendonça Júnior
Reguffe	Sueli Vidigal
Bloco PV, PPS	
Alfredo Sirkis	Penna
Almeida Lima vaga do PMDB	Rosane Ferreira
Sandro Alex	
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Eros Biondini (Licenciado)
Jovair Arantes	Paes Landim
PSC	
Carlos Eduardo Cadoca	Edmar Arruda
PCdoB	
Daniel Almeida	Delegado Protógenes
PRB	
Vitor Paulo	George Hilton
PMN	
1 vaga	1 vaga
PSD	
	Eleuses Paiva vaga do DEM
	Felipe Bornier vaga do PR
	Jefferson Campos vaga do PSB
	Onofre Santo Agostini vaga do DEM
PTdoB	
	Lourival Mendes vaga do PR
PSOL	
Ivan Valente vaga do PMDB	
PRP	
	Chico das Verduras vaga do PR

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROMOVER ESTUDOS E PROPOSIÇÕES PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO.

Presidente: Reginaldo Lopes (PT)
1º Vice-Presidente: Fátima Bezerra (PT)
2º Vice-Presidente: Alex Canziani (PTB)
3º Vice-Presidente: Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)
Relator: Wilson Filho (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fátima Bezerra	Afonso Florence
Francisco Praciano	Artur Bruno
Jesus Rodrigues	Gabriel Guimarães
Newton Lima vaga do PRB	Margarida Salomão
Reginaldo Lopes	
PMDB	
Lelo Coimbra	Gabriel Chalita
Professor Setimo	Geraldo Resende
Raul Henry	Osmar Serraglio
Wilson Filho	Pedro Chaves
PSDB	
Izalci vaga do PR	Otavio Leite
3 vagas	2 vagas
PP	
José Linhares	Aline Corrêa
Waldir Maranhão	José Otávio Germano
DEM	
Alexandre Leite	Efraim Filho
Professora Dorinha Seabra Rezende	1 vaga
PR	
Anderson Ferreira	Jorginho Mello
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	1 vaga

PSB	
Glauber Braga	Jose Stédile
Leopoldo Meyer	Severino Ninho
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Weverton Rocha
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PTB	
Alex Canziani	Ronaldo Nogueira
PSC	
Costa Ferreira	Zequinha Marinho
PCdoB	
Chico Lopes	1 vaga
PRB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	1 vaga
PSOL	
Jean Wyllys	1 vaga
PSD	
César Halum	Diego Andrade
Walter Tosta	Junji Abe

Secretário(a): Robson Luiz Fialho Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR TODOS OS ARTIGOS AINDA NÃO REGULAMENTADOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Cândido Vaccarezza	
João Paulo Cunha	
PMDB	
Edinho Araújo	
Osmar Serraglio	
PSDB	
Bruno Araújo	
PDT	
João Dado	
Miro Teixeira	
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	
PCdoB	
Alice Portugal	
PRB	
Cleber Verde	

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N º 29, DE 1993

Presidente: Fabio Trad (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PMDB	
Fabio Trad	
PSDB	
Nelson Marchezan Junior	
PDT	
Félix Mendonça Júnior	

Secretário(a): Tarciso Aparecido Higino de Carvalho
Local: Anexo II, CEDI, 1º Piso
Telefones: (61) 3216-5631
FAX: (61) 3216-5605

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR AS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO QUE VERSEM SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA.

Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Edio Lopes (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
José Mentor	Dalva Figueiredo
Paulo Pimenta	Décio Lima
Rui Costa (Licenciado)	Miriquinho Batista
Zeca Dirceu	Vicentinho
PMDB	
Danilo Forte	Alceu Moreira
Edio Lopes	Fátima Pelaes
Ronaldo Benedet	Mendes Ribeiro Filho (Licenciado)
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
João Campos	Wandenkolk Gonçalves
Reinaldo Azambuja	William Dib
1 vaga	(Dep. do PEN ocupa a vaga)
PP	
Jair Bolsonaro	Arthur Lira
Vilson Covatti	Sandes Júnior
DEM	
Efraim Filho	2 vagas
Júlio Campos	
PR	
Laercio Oliveira	Lincoln Portela
Ronaldo Fonseca	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PSB	
Givaldo Carimbão	Gonzaga Patriota
Valtenir Pereira	Pastor Eurico
PDT	
Vieira da Cunha	João Dado
Bloco PV, PPS	
Paulo Wagner	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	José Augusto Maia
PSC	
Andre Moura	Antônia Lúcia
PCdoB	
Delegado Protógenes	Perpétua Almeida
PRB	
Otoniel Lima	1 vaga
PRP	

Jânio Natal 1 vaga

PSD

Átila Lins vaga do PMDB

PTdoB

Lourival Mendes vaga do PR

PEN

Fernando Francischini vaga do PSDB

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME DIVERSAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA.

Presidente: Erika Kokay (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Jean Wyllys (PSOL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Liliam Sá (PR)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Dalva Figueiredo	Padre Ton
Erika Kokay	3 vagas
Fátima Bezerra	
Luiz Couto	
PMDB	
Geraldo Resende	Mauro Benevides
Marllos Sampaio	Mauro Lopes
Ronaldo Benedet	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
João Campos	Vanderlei Macris
Marco Tebaldi	2 vagas
Nelson Marchezan Junior	
PP	
Iracema Portella	Guilherme Mussi vaga do PSD
José Linhares	Rebecca Garcia (Licenciado)
	Roberto Britto
DEM	
Mandetta	Alexandre Leite
Professora Dorinha Seabra Rezende	1 vaga
PR	
Gorete Pereira	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
Liliam Sá vaga do PSD	1 vaga
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	
PSB	
Keiko Ota	2 vagas
Sandra Rosado	
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Flávia Morais
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	Carmen Zanotto vaga do PR
	1 vaga
PTB	
Ronaldo Nogueira	Josué Bengtson
PSC	
Antônia Lúcia	Edmar Arruda
PCdoB	
João Ananias	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga
PSOL	
Jean Wyllys	1 vaga
PSD	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Marcelo Aguiar
1 vaga	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PTdoB	
Rosinha da Adefal vaga do PR	

Secretário(a): Francisco Diniz
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6213
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS NO PERÍODO DE 2003 A 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO.

Presidente: Arnaldo Jordy (PPS)
1º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT)
2º Vice-Presidente: Fernando Francischini (PEN)
3º Vice-Presidente: Asdrubal Bentes (PMDB)
Relator: Flávia Morais (PDT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Luiz Couto	4 vagas
Miriquinho Batista	
Nelson Pellegrino	
Sibá Machado	
PMDB	
Asdrubal Bentes	Arthur Oliveira Maia
Edio Lopes	Marinha Raupp
Flaviano Melo	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
João Magalhães	1 vaga
PSDB	
João Campos	Izalci
Paulo Abi-ackel	Nelson Marchezan Junior
(Dep. do PEN ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Missionário José Olimpio	Gladson Cameli
Rebecca Garcia (Licenciado)	José Otávio Germano
DEM	
Major Fábio	Professora Dorinha Seabra Rezende
Mendonça Prado	1 vaga
PR	
Laercio Oliveira	Anderson Ferreira
Liliam Sá vaga do PSD	Davi Alves Silva Júnior
Paulo Freire	
PSB	
Janete Capiberibe	2 vagas
Severino Ninho	
PDT	
Flávia Morais	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	Carmen Zanotto
PTB	
José Augusto Maia	Josué Bengtson
PSC	
Antônia Lúcia	Leonardo Gadelha
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRB	
Antonio Bulhões	1 vaga
PMN	

(Dep. do PSD ocupa a vaga) 1 vaga

PSD

Marcos Montes vaga do PMN
Geraldo Thadeu vaga do PMDB
Moreira Mendes 2 vagas
(Dep. do PR ocupa a vaga)

PEN

Fernando Francischini vaga do PSDB

Secretário(a): Manoel Amaral Alvim de Paula
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6210
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS FATOS E AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE ENVOLVEM OS DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS OCORRIDOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ.

Coordenador: Cláudio Puty (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Cláudio Puty	
Francisco Praciano	
PCdoB	
Delegado Protógenes	
PSOL	
Jean Wyllys	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DAS 12 PESSOAS QUE ESTÃO CONFINADAS NA SEDE DO AERUS, NO RIO DE JANEIRO, COM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Coordenador: Rubens Bueno (PPS)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Benedita da Silva	
PMDB	
Leonardo Picciani	
Osmar Serraglio	
PSDB	
Otavio Leite	
PR	
Manuel Rosa Neca	
PDT	
Miro Teixeira	
PPS	
Rubens Bueno	
Stepan Nercessian	
PSOL	
Chico Alencar	

Secretário(a): Eugênia S. Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6260
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA, SEM ÔNUS PARA ESTA CASA, DESTINADA A VERIFICAR DENÚNCIAS SOBRE O ASSASSINATO DE TRABALHADOR RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU - PA, BEM COMO, AVALIAR QUE PROVIDENCIAS ESTÃO SENDO TOMADAS SOBRE O CASO.

Coordenador: Cláudio Puty (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Cláudio Puty	
PMDB	
Asdrubal Bentes	
PCdoB	
Delegado Protógenes	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA, COM ÔNUS PARA ESTA CASA, OBJETIVANDO VISITAR A REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO, PARA AVERIGUAR OS DANOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS, DECORRENTES DAS ENCHENTES, INUNDAÇÕES E DESMORONAMENTOS, BEM COMO VERIFICAR AS PROVIDÊNCIAS QUE ESTÃO SENDO TOMADAS NO SENTINDO DE ATENDER AS POPULAÇÕES AFETADAS

Coordenador: Sarney Filho (PV)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Benedita da Silva	
Luiz Sérgio	
PMDB	
Celso Jacob	
Fernando Jordão	
Washington Reis	
PSDB	
Otavio Leite	
PSD	
Dr. Paulo César	
PP	
Jerônimo Goergen	
Simão Sessim	
PR	
Anthony Garotinho	
Manuel Rosa Neca	
Paulo Feijó	
Zoinho	
PSB	
Glauber Braga	
PSC	
Deley	
Hugo Leal	
PV	
Alfredo Sirkis	
Eurico Júnior	
Sarney Filho	
PRB	
Vitor Paulo	
PRTB	
Aureo	

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS INVESTIGAÇÕES ACERCA DOS AUTORES DOS DISPAROS CONTRA O JORNALISTA RICARDO GAMA , SEM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Titulares	Suplentes
PMDB	
Washington Reis	
PR	
Anthony Garotinho	
PDT	
Miro Teixeira	
PTB	
Walney Rocha	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SEM ÔNUS PARA ESTA CASA, DESTINADA A ANALISAR E DISCUTIR O LEGADO A SER DEIXADO PELA COPA DO MUNDO DE 2014 E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016 PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SUA REGIÃO METROPOLITANA.

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	
PSD	
Arolde de Oliveira	
PR	
Liliam Sá	
PDT	
Marcelo Matos	
PSB	
Glauber Braga	
PSC	
Filipe Pereira (Licenciado)	
PRB	
Vitor Paulo	

Secretário(a): Cláudio Ribeiro Paes
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6287
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS INVESTIGAÇÕES E AÇÕES QUE ESTÃO SENDO DESENVOLVIDAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO ACERCA DAS APREENSÕES DE LIXO HOSPITALAR, NO PORTO DE SUAPE/PE, IMPORTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA POR UMA EMPRESA PERNAMBUCANA

Coordenador: José Augusto Maia (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	
PMDB	
Marllos Sampaio	
PSDB	
João Campos	
PTB	
José Augusto Maia	
PCdoB	
Delegado Protógenes	

Secretário(a): Francisco Diniz
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: 3216-6213

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A LUTA DA COMUNIDADE INDÍGENA GUARANI-KAIOWÁ, DO MATO GROSSO DO SUL, PARA PERMANECER ÀS MARGENS DO RIO HOVY, PRÓXIMO AO TERRITÓRIO TRADICIONAL PYELITO KUE/MBARAKAY

Coordenador: Sarney Filho (PV)

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	
PMDB	
Danilo Forte	
Geraldo Resende	
PSDB	
Ricardo Tripoli	
PP	
Rebecca Garcia (Licenciado)	
PSB	
Janete Capiberibe	
PPS	
Arnaldo Jordy	
PV	
Penna	
Sarney Filho	

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES E MEDIDAS QUE POSSAM ENVOLVER A EMPRESA ANGLO FERROUS AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA, O ESTADO DO AMAPÁ E UNIÃO FEDERAL, PARA RECONSTRUÇÃO DO PORTO DE MINÉRIO DA ICOMI E DEMAIS DANOS ORIUNDOS DO GRAVE ACIDENTE OCORRIDO NO ESTADO DO AMAPÁ, EM 28/03/2013, COM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Coordenador: Fátima Pelaes (PMDB)
Relator: Luiz Carlos (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Dalva Figueiredo	
PMDB	
Fátima Pelaes	
Giroto (Licenciado)	
Leonardo Quintão	
PSDB	
Luiz Carlos	
PR	
Vinicius Gurgel	
PDT	
Sebastião Bala Rocha	
PSB	
Janete Capiberibe	
PCdoB	

Evandro Milhomen

Secretário(a): -
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR OS DESDOBRAMENTOS DA GRAVE SITUAÇÃO VIVENCIADA NA RESERVA SUIÁ-MISSÚ, LOCALIZADA NA REGIÃO ARAGUAIA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Coordenador: Wellington Fagundes (PR)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Francisco Praciano	
Weliton Prado	
PMDB	
Leonardo Quintão	
PSDB	
Eduardo Gomes (Licenciado)	
João Campos	
Nilson Leitão	
PSD	
Carlos Souza	
PR	
Henrique Oliveira	
Liliam Sá	
Wellington Fagundes	
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	
PV	
Roberto de Lucena	

Secretário(a):

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR A APURAÇÃO DOS FATOS RELACIONADOS À TRAGÉDIA QUE VITIMOU CENTENAS DE JOVENS EM UM INCÊNDIO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL, E OFERECER SUGESTÃO DE APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA.

Coordenador: Paulo Pimenta (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Jorge Bittar	
Paulo Pimenta	
Pedro Uczai	
Ronaldo Zulke	
PMDB	
Elcione Barbalho	
Nilda Gondim	
PSDB	
Nelson Marchezan Junior	
Otavio Leite	
PSD	
Armando Vergílio	
Danrlei de Deus Hinterholz	
Junji Abe	
PP	
Jerônimo Goergen	
Luis Carlos Heinze	
DEM	
Augusto Coutinho	
PV	
Eurico Júnior	
Roberto de Lucena	

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROCESSO DE ESTANCAMENTO DO VAZAMENTO DE ÓLEO OCORRIDO NO CAMPO DO FRADE NA BACIA DE CAMPOS, BEM COMO AVERIGUAR OS DANOS AMBIENTAIS E À SAÚDE DECORRENTES DO VAZAMENTO DO ÓLEO.

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	
PSD	
Fernando Torres	
PR	
Paulo Feijó	
PDT	
Marcelo Matos	
PCdoB	
Delegado Protógenes	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REALIZAR LEVANTAMENTO IN LOCO SOBRE AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA CONTRA O POVO INDÍGENA GUARANI-KAIOWÁ.

Coordenador: Padre Ton (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Biffi	
Domingos Dutra	
Erika Kokay	
Padre Ton	

Secretário(a):

GRUPO DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS

Coordenador: José Mentor (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Gabriel Guimarães	Alessandro Molon
José Mentor	Carlos Zarattini
1 vaga	Jilmar Tatto (Licenciado)
PMDB	
Carlos Bezerra	Edinho Bez
Fátima Pelaes	Leonardo Quintão
Mauro Benevides	1 vaga
Sandro Mabel vaga do PR	
PSDB	
Carlos Sampaio	Bonifácio de Andrada
1 vaga	Marcus Pestana
PP	

Esperidião Amin	Roberto Balestra
DEM	
Mendonça Filho	1 vaga
PR	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Milton Monti
PSB	
Valtenir Pereira	Sandra Rosado
PDT	
Miro Teixeira	Wolney Queiroz
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho	Arnaldo Jardim
PTB	
Josué Bengtson	José Augusto Maia
PSC	
Carlos Eduardo Cadoca	Andre Moura
PCdoB	
Delegado Protógenes	1 vaga

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 153-A
Telefones: (61) 3215-8658 / 8652

GRUPO DE TRABALHO QUE PROMOVE A CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DESTINADA A DISCUTIR PROPOSTAS QUE INTERESSAM À CLASSE TRABALHADORA E AOS EMPRESÁRIOS.

Coordenador: Eduardo Gomes (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Vicentinho	
PSDB	
Carlos Sampaio	
Eduardo Gomes (Licenciado)	
PSD	
Ademir Camilo	
Arolde de Oliveira	
Eduardo Sciarra	
Guilherme Campos	
Paulo Magalhães	
Roberto Santiago	
PDT	
Paulo Pereira da Silva	
PSB	
Júlio Delgado	
PTB	
Jorge Corte Real	
PCdoB	
Assis Melo	

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE, ESTUDO E FORMULAÇÃO DE PROPOSIÇÕES RELACIONADAS À LEI ELEITORAL

Coordenador: Cândido Vaccarezza (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Cândido Vaccarezza	
1 vaga	
PMDB	
Marcelo Castro	
PSDB	
Carlos Sampaio	
PSD	
Sergio Zveiter	
PP	
Esperidião Amin	
PR	
Anthony Garotinho	
PSB	
Júlio Delgado	
DEM	
Ronaldo Caiado	
PDT	
André Figueiredo	
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	
Sandro Alex	
PSC	
Andre Moura	
PCdoB	
Daniel Almeida	
PRB	
Cleber Verde	
PSOL	
Chico Alencar	
PTdoB	
Luis Tibé	
PRTB	
Aureo	
PRP	
Chico das Verduras	
PMN	
1 vaga	
PHS	
José Humberto	
PSL	
Dr. Grilo	
PEN	
Fernando Francischini	

Secretário(a): Robson Luiz Fialho Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ESTUDAR E ELABORAR PROPOSTAS REFERENTES À REFORMA POLÍTICA E À CONSULTA POPULAR SOBRE O TEMA

Coordenador: Cândido Vaccarezza (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Cândido Vaccarezza	
Ricardo Berzoini	
PMDB	
Marcelo Castro	
PSDB	
Marcus Pestana	
PSD	
Guilherme Campos	
PP	
Esperidião Amin	

PR

Luciano Castro

DEM

Rodrigo Maia

PDT

Miro Teixeira

PSB

Júlio Delgado
Luiza Erundina

PTB

Antonio Brito

PSC

Leonardo Gadelha

PCdoB

Daniel Almeida

PPS

Sandro Alex

PV

Alfredo Sirkis

Secretário(a): Robson Luiz Fialho Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A DEBATER A QUESTÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Mediador: Lincoln Portela (PR)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Domingos Dutra	
Padre Ton	
PMDB	
Edio Lopes	
PSDB	
Nilson Leitão	
Ricardo Tripoli	
PSD	
Moreira Mendes	
PP	
Luis Carlos Heinze	
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos	
Lincoln Portela	
DEM	
Mandetta	
PSB	
Janete Capiberibe	
PV	
Sarney Filho	
PSOL	
Chico Alencar	

Secretário(a): Claudio Ribeiro Paes
Telefones: (61) 3216-6695

Edição de hoje: 398 páginas

(OS: 15523/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL